



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXVII Nº 22, QUINTA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 2022



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Deputado Lincoln Portela (PL-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Deputada Geovania de Sá (PSDB-SC)

3ª Secretária

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)
 2º - Senador Luiz Carlos do Carmo (PSC-GO)
 3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)
 4º - Senador Zequinha Marinho (PL-PA)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Arthur Lira (PP-AL)

Presidente

Deputado André de Paula (PSD-PE)

1º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)

2º Vice-Presidente

Deputada Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ)

1ª Secretária

Deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE)

2º Secretário

Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP)

3º Secretário

Deputado Alexandre Leite (UNIÃO-SP)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Deputado Cássio Andrade (PSB-PA)
 2º - Deputado Arthur Lira (PP-AL)
 3º - Deputado André de Paula (PSD-PE)
 4º - Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

PARTE I

Não houve sessão.

PARTE II

1 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

1.1 – EXPEDIENTE

1.1.1 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 12/2022 (nº 783/2022, na origem), que encaminha prestação de Contas do Tribunal relativa ao exercício de 2021. 8

Estabelecimento de calendário para tramitação do Aviso nº 12/2022-CN. 266

1.1.2 – Comunicações

Da Liderança do CIDADANIA no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (**Ofício nº 17/2022**). 268

Da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (**Ofício nº 126/2022**). 269

1.1.3 – Projetos de Lei do Congresso Nacional

Nº 11/2022, do Presidente da República, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações; da Educação; da Justiça e Segurança Pública; de Minas e Energia; da Infraestrutura; das Comunicações; e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 35.398.824,00, para os fins que especifica (Mensagem nº 233/2022, na origem)*. 271



| | |
|---|------------|
| <i>Estabelecimento de calendário para tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 11/2022.</i> | <i>289</i> |
|---|------------|

| | |
|---|------------|
| Nº 12/2022, do Presidente da República, que <i>abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 596.217.239,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente (Mensagem nº 239/2022, na origem).</i> | <i>290</i> |
|---|------------|

| | |
|---|------------|
| <i>Estabelecimento de calendário para tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 12/2022.</i> | <i>318</i> |
|---|------------|

| | |
|--|------------|
| Nº 13/2022, do Presidente da República, que <i>abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Previdência, crédito especial no valor de R\$ 312.721.134,00, para o fim que especifica (Mensagem nº 240/2022, na origem).</i> | <i>319</i> |
|--|------------|

| | |
|---|------------|
| <i>Estabelecimento de calendário para tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13/2022.</i> | <i>327</i> |
|---|------------|

1.1.4 – Término de Prazos

| | |
|---|------------|
| Término do prazo de vigência, em 1º de junho de 2022, da Medida Provisória nº 1084/2021. | <i>329</i> |
| Término do prazo de vigência, em 1º de junho de 2022, da Medida Provisória nº 1086/2021. | <i>330</i> |
| Término do prazo de vigência, em 1º de junho de 2022, da Medida Provisória nº 1088/2021. | <i>331</i> |

1.1.5 – Vetos

| | |
|--|------------|
| Veto Total nº 28/2022, aposto ao Projeto de Lei nº 5466/2019 (Mensagem nº 270/2022, do Presidente da República). | <i>334</i> |
| Veto Parcial nº 29/2022, aposto ao Projeto de Lei nº 5284/2020 (Mensagem nº 275/2022, do Presidente da República). | <i>338</i> |

PARTE III

2 – DECRETOS LEGISLATIVOS

| | |
|--|------------|
| Nº 48/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 93/2016), que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E ECOLÓGICA RIO DOS BOIS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Anicuns, Estado de Goiás.</i> | <i>360</i> |
| Nº 49/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 53/2017), que <i>aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE JURANDA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Juranda, Estado do Paraná.</i> | <i>361</i> |
| Nº 50/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 60/2017), que <i>aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL AMBIENTAL DE DIAMANTE DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Diamante do Sul, Estado do Paraná.</i> .. | <i>362</i> |



| | |
|---|-----|
| Nº 51/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 48/2018), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Professor Heitor Nunes da Matta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guanhães, Estado de Minas Gerais.</i> | 363 |
| Nº 52/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 148/2018), que <i>aprova o ato que outorga concessão à Martins Fayad Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Nova Esperança, Estado do Paraná.</i> | 364 |
| Nº 53/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 85/2019), que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Abrigo Luz do Amanhã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.</i> | 365 |
| Nº 54/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 159/2019), que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Camocim, Estado do Ceará.</i> | 366 |
| Nº 55/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 330/2019), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiofusão Comunitária Rio Itapecuru e Alpercatas da Região de Mirador – Maranhão (Radial) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mirador, Estado do Maranhão.</i> | 367 |
| Nº 56/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 356/2019), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Jampa - ACCJ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba.</i> | 368 |
| Nº 57/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 366/2019), que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Timbaúba - ACOMT para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Timbaúba, Estado de Pernambuco.</i> | 369 |
| Nº 58/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 368/2019), que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cristalense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cristais, Estado de Minas Gerais.</i> | 370 |
| Nº 59/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 371/2019), que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação, Cultura e Desporto do Município de Elesbão Veloso para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Elesbão Veloso, Estado do Piauí.</i> | 371 |
| Nº 60/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 455/2019), que <i>aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.</i> | 372 |
| Nº 61/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 462/2019), que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró-Vida de Sobradinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Sobradinho, Distrito Federal.</i> | 373 |
| Nº 62/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 510/2019), que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Assu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Açú, Estado do Rio Grande do Norte.</i> | 374 |
| Nº 63/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 535/2019), que <i>aprova o ato que renova a concessão outorgada à Nassau Editora Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Vitória, Estado do Espírito Santo.</i> | 375 |



| | |
|--|-----|
| Nº 64/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 603/2019), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Universitária de Curitiba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Curitiba, Estado do Paraná.</i> | 376 |
| Nº 65/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 652/2019), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Amigos do Caminhoneiro Itabaianense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe.</i> | 377 |
| Nº 66/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 715/2019), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Educativa Elredo Carlos Alberto do Carmo Costa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaporanga, Estado de São Paulo.</i> | 378 |
| Nº 67/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 757/2019), que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de São Francisco de Paula - ASCOFRAN para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco de Paula, Estado de Minas Gerais.</i> | 379 |
| 3 – COMISSÕES MISTAS | 380 |
| 4 – COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS | 396 |
| 5 – COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS | 397 |
| 6 – COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO | 398 |
| 7 – COMPOSIÇÃO DA MESA | 403 |
| 8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS | 404 |
| 9 – LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS | 408 |



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Aviso do Tribunal de Contas da União





CONGRESSO NACIONAL

AVISO (CN) Nº 12, DE 2022

Prestação de Contas do Tribunal de Contas da União relativa ao exercício de 2021.

AUTORIA: Tribunal de Contas da União

DESPACHO: À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PUBLICAÇÃO: DCN de 09/06/2022



[Página da matéria](#)





Aviso nº 783 - GP/TCU

Brasília, 7 de junho de 2022.

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, reporto-me ao Of. Pres. n. 088/2022/CMO, de 30/5/2022, por intermédio do qual Vossa Excelência solicita *“nos termos do artigo 56, parágrafo 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Nº. 101, de 4 de maio de 2000), encaminhar, no prazo de 7 (sete) dias, as contas do exercício financeiro de 2021 deste Tribunal, para fins de emissão de parecer pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos, Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, conforme delineado no Acórdão do Supremo Tribunal Federal, de 22/8/2019, exarado no bojo da Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.324/DF”*.

Em atenção à aludida solicitação, encaminho-lhe cópia do Despacho proferido pelo Secretário-Geral de Administração do Tribunal em 6/6/2022, acompanhado dos seguintes documentos relacionados ao exercício de 2021: Certificado de Auditoria do TCU, Relatório de Gestão do TCU, Relatório de Gestão Fiscal do TCU e Demonstrativos Contábeis do TCU do 1º, 2º, 3º e 4º Trimestres.

Atenciosamente,

(Assinado eletronicamente)

ANA ARRAES
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Federal CELSO SABINO
Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Congresso Nacional
Brasília - DF





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração (Segedam)

TC-010.226/2022-2

Interessado: Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional (CMO/CN).

Assunto: Prestação de Contas do TCU referente ao exercício financeiro de 2021.

Despacho do Secretário-Geral de Administração

1. Trata o presente processo de documentação da prestação de contas do TCU no exercício de 2021 e encaminhamento ao Congresso Nacional para fins de emissão de Parecer Opinitivo.

2. À luz do consignado na Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.324/DF, o STF atestou inexistir usurpação de competência da Corte de Contas pela aplicação dos artigos 56, §2º e 59, *caput* da Lei Complementar n. 101/2000 (LRF). Isto posto, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional encaminhou o Of. Pres m. 088/2022/CMO (peça 1) ao TCU para disponibilização da Prestação de Contas do Tribunal no exercício de 2021. O Pleito foi encaminhado a esta Secretaria para consolidação dos documentos necessários.

3. No intuito de subsidiar a Excelentíssima Ministra Presidente no encaminhamento das contas, esclareço que a Prestação de Contas do Tribunal está estruturada em 5 documentos, a saber:

3.1. [Relatório de Gestão ou Relatório Anual de Atividades do Tribunal de Contas da União](#);

3.2. [Relatório de Gestão Fiscal](#);

3.3. [Relatório de Auditoria Interna Anual das Contas do Tribunal de Contas da União](#);

3.4. [Certificado de Auditoria Interna das Contas anuais](#); e

3.5. [Demonstrações Contábeis](#).

4. O **Relatório Anual de Atividades ou Relatório de Gestão do Tribunal de Contas da União** oferece uma visão clara e concisa sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas do Tribunal, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor público em curto, médio e longo prazos, bem como se prestará a demonstrar e a justificar os resultados alcançados em face dos objetivos estabelecido. Essa consolidação objetiva cumprir o determinado no §4º do art. 71 da Constituição Federal e também tem a finalidade atender, em parte, ao art. 70 da Constituição Federal, como Relatório de Gestão referente ao exercício. Sua confecção obedece às normas de Prestação e Tomada de Contas do TCU, em especial à Instrução Normativa 84/2020.

5. O **Relatório de Auditoria Anual das Contas** consolida a apuração técnica das contas do TCU, sendo realizada pela Secretaria de Auditoria Interna – Seaud. Esse trabalho propõe-se a apresentar informações e conclusões da avaliação realizada pela auditoria interna nas contas do TCU referentes ao exercício em análise, abrangendo, ainda, os métodos, evidências e fundamentação para as conclusões e constatações porventura apontadas. A realização de auditoria anual para avaliar a gestão visa a atender aos arts. 9º, inciso III, e 50, inciso II, da Lei 8.443/1992, para fins de subsidiar o julgamento das contas anuais, nos termos do art. 7º da mesma lei.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração (Segedam)

6. O **Certificado de Auditoria** formaliza a opinião quanto à regularidade da gestão. A certificação, consoante o disposto no inciso IV do art. 74 da Constituição Federal e no art. 50 da Lei 8.443, de 1992 é realizada de acordo com as normas técnicas de auditoria, mediante auditoria integrada financeira e de conformidade. No contexto do TCU, a competência para emissão do Certificado cabe ao(à) chefe da área de auditoria interna.
7. Insta mencionar que o relatório de Auditoria Anual das Contas do TCU está sendo tratado no Processo TC-011.915/2021-8 e encontra-se em fase de elaboração, fato que impossibilita o imediato envio desse documento. Tão logo seja publicado, constará na seção [Transparência e prestação de contas](#) no Portal do TCU.
8. O **Relatório de Gestão Fiscal – RGF** é um dos instrumentos de Transparência da Gestão Fiscal criados pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Especificamente, o RGF objetiva o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento, por parte dos entes federativos, dos limites estabelecidos pela LRF: Despesas com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, Concessão de Garantias e Contratação de Operações de Crédito. Todos esses limites são definidos em percentuais da Receita Corrente Líquida – RCL. Ao final do exercício, a LRF exige ainda a publicação de demonstrativos que evidenciem as Disponibilidades de Caixa e a Inscrição de Restos a Pagar.
9. Ante a ausência de normatização específica quanto a técnica processual da prestação de contas do TCU ao Congresso - visto o grande lapso temporal decorrido desde a impetração da Adin 2324/DF -, entendo que a análise do caso em tela deve compactuar-se com as atuais normas de prestação e tomada de contas do Tribunal, a exemplo da Instrução Normativa-TCU 84/2020. Outrossim, todos os documentos acima citados são insumos informacionais relevantes para consagrar a regularidade das Contas do TCU no exercício em análise.
10. Por fim, ressalto que os Relatórios de atividades, Relatórios de Gestão, Relatórios e Certificados de Auditoria, demonstrações contábeis do Tribunal, bem como as demais informações exigidas pelo art. 8º da Instrução Normativa TCU nº 84, de 2020, estão disponíveis no portal do TCU, na seção [Transparência e prestação de contas](#), conforme requerido pelo 1º, art. 9º, da referida instrução normativa.
11. Passados os esclarecimentos, dada sua competência como autoridade administrativa máxima do Tribunal de Contas da União, encaminho o processo ao **Gabinete da Exma. Sra. Ministra Presidente (Gabpres)**, para encaminhamento de Aviso ao Congresso Nacional, acompanhado das peças acostadas aos autos.

(datado e assinado eletronicamente)

LÚCIO FLAVIO FERRAZ







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

MINISTROS

Ministra Ana Arraes, Presidente
Ministro Bruno Dantas, Vice-presidente
Ministro Walton Alencar Rodrigues
Ministro Benjamin Zymler
Ministro Augusto Nardes
Ministro Aroldo Cedraz
Ministro Vítor do Rêgo
Ministro Jorge Oliveira
Ministro Antonio Anastasia

MINISTROS-SUBSTITUTOS

Ministro Augusto Sherman
Ministro Marcos Bemquerer
Ministro André Luis de Carvalho
Ministro Weder de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU

Cristina Machado da Costa e Silva, Procuradora-Geral
Lucas Rocha Furtado, Subprocurador-Geral
Paulo Soares Bugarin, Subprocuradora-Geral
Marinus Eduardo de Vries Marsico, Procurador
Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador
Sergio Ricardo Costa Caribé, Procurador
Rodrigo Medeiros de Lima, Procurador







TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TCU 2021****BRASÍLIA - DF | 2022**

Página 9 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

© Copyright 2022, Tribunal de Contas de União
<www.tcu.gov.br>

Permite-se a reprodução desta publicação, em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

Brasil. Tribunal de Contas da União.

Prestação de Contas do TCU 2021 / Tribunal de Contas da União. – Brasília : TCU, Secretaria-Geral de Administração, 2022.

159 p. : il.

Relatório preparado na forma de Relato Integrado, em cumprimento à Decisão Normativa do TCU 170/2018.

1. Prestação de contas – Brasil. 2. Gestão pública – Brasil. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO 

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TCU 2021

BRASÍLIA - DF | 2022

Página 11 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RESULTADOS

SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE 7

NÚMEROS DO TCU 10

QUEM SOMOS?

O Tribunal de Contas da União 13

Composição do Tribunal de Contas da União 14

Deliberações 15

Ministério Público junto

Tribunal de Contas da União 15

Estrutura organizacional 16

Referencial Estratégico 18

Como Geramos Valor? 19

Cadeia de valor 21

Modelo de negócios 22

Prioridades de 2021 –

O que foi importante para nós? 24

Nossa governança 26

Política de Governança do TCU 26

Sistema de Governança no TCU 26

Indicadores de governança 27

Auditoria Interna 28

Ouvidoria do Tribunal de Contas da União 29

Corregedoria 30

Como planejamos nossa estratégia? 30

Gestão de Riscos 33

Riscos-chave e seu

impacto para a geração de valor 33

Contexto Externo 34

NOSSOS RECURSOS

Nossos Recursos 37

Nossa Gente 38

Gestão de Pessoas 39

Desenvolvimento de Competências 47

Gestão do Conhecimento 52

Gestão da Inovação 52

Nosso Relacionamento

e nossa comunicação 53

Relacionamento com o Congresso Nacional 54

Relacionamento com

instituições e gestores públicos 58

Relacionamento com

organismos internacionais 60

Relacionamento com o cidadão

e comunicação institucional 62

Nossa tecnologia 64

Gestão de TI - Infraestrutura 64

Gestão de TI - Soluções 65

Segurança da informação 67

Nossa Logística e nossa Sustentabilidade 69

Nossas Finanças 72

NOSSOS RESULTADOS

Nossos Resultados 77

Resultado Institucional 77

Benefícios financeiros das

ações de controle externo 82

Processos de controle externo

apreciados e fiscalizações realizadas 85

Resultados do TCU

conforme cadeia de valor 87

Valor I - Transparência e credibilidade

das contas públicas 87

Valor II - Segurança jurídica e

econômica de atos e contratos 90

Valor III - Eficiência, eficácia e

efetividade da administração

e das políticas públicas 97

Valor IV - Integridade na gestão pública 103

Outras ações relevantes 107



SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

NÚMEROS DO TCU

QUEM SOMOS?

NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RECURSOS

MENSAGEM DA PRESIDENTE DO TCU

Apresento o Relatório de Gestão do Tribunal de Contas da União (TCU) referente ao exercício de 2021, no qual estão registrados os principais resultados do Tribunal no período, tanto no controle externo da gestão pública quanto no âmbito administrativo.

Nele evidenciamos o desempenho do Tribunal no seu processo de **geração de valor público**, apresentando os produtos e resultados derivados do exercício das atividades de controle externo, que representam respostas efetivas e úteis para atender às demandas da sociedade no que diz respeito à fiscalização da boa e regular gestão dos recursos públicos.

Reportamos, em capítulos específicos, as principais realizações do Tribunal, bem como os trabalhos relevantes e iniciativas estruturantes adotadas para potencializar a capacidade, a qualidade, a tempestividade e a profissionalização das ações de controle.



Em 2021, o TCU deu continuidade às ações adotadas no âmbito do **Coopera - Programa especial de atuação no enfrentamento à crise da Covid-19**. Implantado em 2020, o Coopera contempla um conjunto de ações de acompanhamento de atos de gestão



Ana Arraes
Presidente do TCU

relacionados ao enfrentamento da pandemia, especialmente dos Ministérios da Saúde e da Economia.

A **transformação digital** impactou intensamente os nossos processos de trabalho finalísticos, alavancando os resultados advindos da atuação do Tribunal. Exemplos são as análises efetuadas por meio do Sistema de Análise de Licitações e Editais (Sistema Alice), que **evitou danos** aos cofres públicos da ordem de R\$ 426 milhões, e a **apreciação da legalidade dos atos de pessoal**, com a intensificação do uso das instruções assistidas, cujos resultados obtidos apresentaram um crescimento significativo em relação ao total de atos apreciados no ano de 2020. Em termos de benefícios financeiros, o montante resultante dessa atividade em 2021 foi de mais de R\$ 504 milhões.



Dentre os trabalhos realizados pelo TCU no ano, destaco a elaboração do parecer prévio sobre as **Contas do Governo da República relativas ao exercício de 2020**, prestadas pelo Excelentíssimo Presidente da República, Jair Bolsonaro. O exame realizado pelo Tribunal forneceu informações técnicas para auxiliar o Poder Legislativo no julgamento das referidas Contas.

Destaco, também, o **Relatório de Fiscalizações em Políticas e Programas de Governo (RePP)**, elaborado em atendimento à Lei de Diretrizes



SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

NÚMEROS DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RECURSOS

_ MENSAGEM DA PRESIDENTE



Orçamentárias(LDO), o RePP consolidou avaliações transversais, realizadas em três auditorias distintas, em **benefícios da proteção social** e em **programas emergenciais de acesso a crédito** para enfrentamento da crise da Covid-19.

O Tribunal elaborou, ainda, o **Relatório de Consolidação das Fiscalizações de Obras Públicas (Fiscobras 2021)** que teve por finalidade fornecer informações ao Congresso Nacional para subsidiar a aprovação e o acompanhamento da Lei Orçamentária Anual (LOA). O relatório sintetizou um conjunto de auditorias realizadas pelo TCU para avaliar, sob o aspecto técnico, a qualidade da execução das principais obras em andamento no País e determinar, quando necessária, a adoção de medidas corretivas tempestivas pelos responsáveis. O Fiscobras 2021, consolidou **49 fiscalizações de empreendimentos de infraestrutura**, envolvendo um **total de R\$ 40 bilhões** em dotações orçamentárias.



Em termos de **resultados mensuráveis advindos das ações de controle externo** realizadas no ano, somam-se aos valores decorrentes da análise de atos de pessoal e das avaliações realizadas pelo sistema Alice os seguintes benefícios financeiros:

- R\$ 77 bilhões em decorrência de deliberações e processos do TCU; e

- R\$ 9 bilhões referentes às condenações em débito e às multas aplicadas.

Assim, em 2021, o **somatório dos benefícios financeiros potenciais e efetivos das ações de controle** atingiu o valor total de **R\$ 87 bilhões**, valor 40 vezes superior ao custo de funcionamento do TCU no período.

No âmbito da **gestão corporativa do Tribunal**, diante da persistência do enfrentamento da pandemia de Covid-19, o foco foi na continuidade eficiente dos trabalhos e na proteção da saúde das pessoas. Para os servidores em teletrabalho, foram disponibilizados bens para uso fora das dependências do Tribunal. Também foram acompanhados os casos suspeitos e confirmados de Covid-19 e foi ampliada a oferta de apoio psicossocial, presencial e à distância, aos servidores. Concentrou-se esforços no fortalecimento da segurança da informação e continuidade da implantação da estratégia digital, com adequação dos processos de Tecnologia da Informação, à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e à Lei de Acesso à Informação (LAI), materializado no **Programa TCU + Seguro**.



Diante da necessidade de mais ambientes colaborativos e alinhados ao trabalho remoto, desenvolvemos o **TCU Digital**, uma solução de escritório digital, que traz diferentes soluções para aumentar o engajamento, a produtividade e a colaboração dos servidores.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

_ MENSAGEM DA PRESIDENTE

Essas soluções garantiram serviços ininterruptos e elevado nível de segurança às operações necessárias para o funcionamento de todas as áreas do TCU. Desse modo, o Tribunal foi mantido em pleno funcionamento de forma totalmente remota e sem interrupções.

Essas e outras iniciativas realizadas no exercício de 2021, com o intuito de aperfeiçoar a atuação do TCU e mantê-lo prestando serviços relevantes para a sociedade brasileira, estão detalhadas ao longo deste relatório.

Ressalto que as demonstrações contábeis do Tribunal e o certificado de auditoria, bem como as demais informações exigidas pelo art. 8º da Instrução Normativa TCU nº 84, de 2020, estão disponíveis em nosso

portal, na seção [Transparência e prestação de contas, conforme requerido pelo 1º, art. 9º, da referida instrução normativa.](#)

Por fim, diante da minha responsabilidade por assegurar a integridade (fidedignidade, precisão e completude) do presente relatório, **DECLARO** que a sua elaboração e apresentação está de acordo com a Estrutura Internacional para Relato Integrado e em conformidade com os elementos de conteúdo estabelecidos na decisão normativa-TCU nº 187, de 2020, nos termos § 3º do art. 8º da Instrução Normativa-TCU nº 84, de 2020, observando as finalidades previstas no seu art. 3º e os princípios para elaboração e divulgação da prestação de contas previstos no seu art. 4º.

Brasília, abril de 2022.

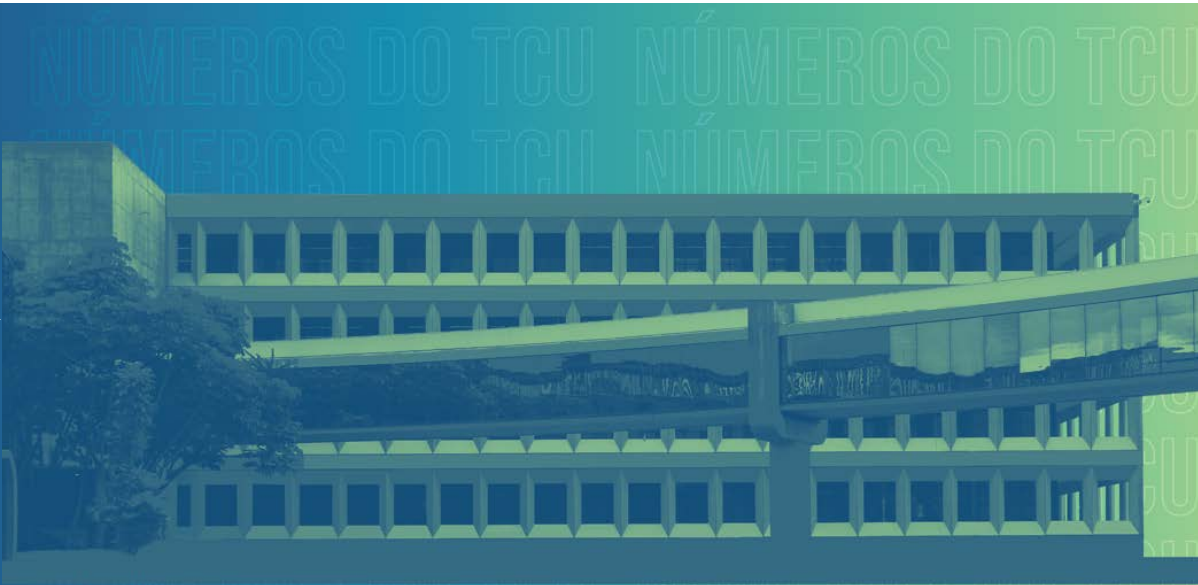
ANA ARRAES
Presidente do TCU no exercício de 2021

Página 15 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.





SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

NÚMEROS DO TCU ▶

QUEM SOMOS ?

NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RECURSOS

Página 16 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

NÚMEROS DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RECURSOS

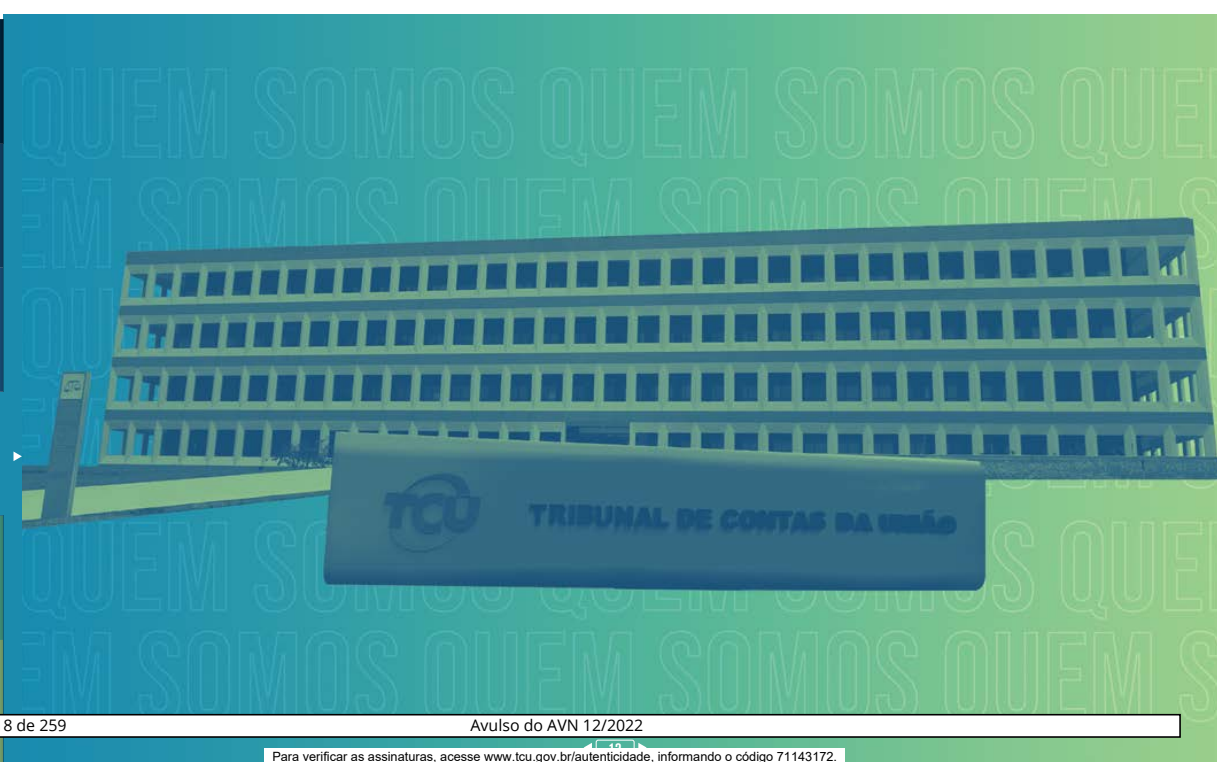
NÚMEROS DO TCU

NÚMEROS DO TCU (2017 - 2021)

| PRODUTOS e RESULTADOS | Ano/Resultado no período¹ | | | | |
|---|---------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| Benefício financeiro das ações de controle externo | R\$ 13,578 bilhões | R\$ 30,123 bilhões | R\$ 54,273 bilhões | R\$ 47,423 bilhões | R\$ 87,092 bilhões |
| Montante envolvido nas medidas cautelares adotadas | R\$ 26,077 bilhões | R\$ 79,286 bilhões | R\$ 14,773 bilhões | R\$ 14,298 bilhões | R\$ 93,311 bilhões |
| Montante resultante de condenações em débito e de multas | R\$ 3,664 bilhões | R\$ 6,780 bilhões | R\$ 4,408 bilhões | R\$ 9,519 bilhões | R\$ 9,130 bilhões |
| Processos de controle externo apreciados conclusivamente | 4.989 | 4.687 | 4.691 | 5.455 | 4.990 |
| Solicitações do Congresso Nacional (SCN) atendidas | 92 | 80 | 63 | 45 | 53 |
| Fiscalizações concluídas | 545 | 555 | 323 | 281 | 252 |
| Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão | 95 | 267 | 189 | 131 | 111 |
| Responsáveis afastados do cargo em comissão | 7 | 1 | --- | --- | --- |
| Pessoas jurídicas declaradas inidôneas | 80 | 149 | 118 | 73 | 47 |
| Indisponibilidades de bens decretadas | 117 | 42 | 10 | 3 | 14 |
| Arrestos de bens solicitados | 44 | 137 | 91 | 77 | 61 |
| Atos de pessoal apreciados | 76.442 | 143.006 | 111.458 | 108.399 | 123.878 |
| Processos de cobranças executivas (CBEX) formalizados | 2.966 | 2.900 | 2.424 | 3.038 | 3.796 |
| Montante envolvido nos processos de CBEX | R\$ 1,985 bilhão | R\$ 2,363 bilhão | R\$ 1,221 bilhão | R\$ 1,783 bilhão | R\$ 4,309 bilhões |

¹ Os valores em R\$ de 2017 a 2020 estão atualizados pelo IPCA acumulado até 31 de dezembro de 2021





SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

NÚMEROS DO TCU

QUEM SOMOS ? ▶

NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RECURSOS

Página 18 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O Tribunal de Contas da União (TCU), criado em 1890, é a entidade de fiscalização superior da União, destinada ao controle da receita e da despesa públicas mediante uma atividade fiscalizadora pautada nos princípios da independência, exatidão contábil e legalidade do ato. A Constituição de 1891 institucionalizou definitivamente o TCU e a de 1988 conferiu-lhe um perfil amplo de instituição fiscalizadora da atividade financeira do Estado.

Segundo a Constituição Federal de 1988, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, é exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, é exercido com auxílio do TCU e, para tanto, uma série de competências exclusivas lhe são atribuídas, entre as quais destacam-se:

- emitir parecer sobre as contas anuais prestadas pelo Presidente da República;
- julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos;



- apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões civis e militares;
- fiscalizar a aplicação de recursos da União repassados a estados, ao Distrito Federal e a municípios;
- aplicar sanções e determinar a correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos; e
- apurar representações e denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades na aplicação dos recursos federais.

_QUEM SOMOS

Página 19 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

Além das competências privativas estabelecidas na Constituição Federal de 1988, outras leis específicas conferem atribuições ao Tribunal. Entre essas estão a [Lei de Responsabilidade Fiscal \(LC 101, de 2000\)](#), a [Lei de Licitações e Contratos \(8666, de 93\)](#) e, anualmente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O TCU possui jurisdição própria e privativa em todo o território nacional, a qual abrange, entre outros: qualquer pessoa física ou jurídica, que utilize, arrecade, guarde, gerencie bens e valores públicos federais; aqueles que causarem perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte danos ao Erário; e responsáveis pela aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio ou instrumento congênere.

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O Tribunal é integrado por nove ministros, seis deles escolhidos pelo Congresso Nacional. Os demais são indicados pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois escolhidos alternadamente entre ministros-substitutos e membros do Ministério Público junto ao TCU (MPTCU).

_QUEM SOMOS

COMPOSIÇÃO DO TCU

MINISTROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



Ministra
Ana Arraes
Presidente



Ministro
Bruno Dantas
Vice-Presidente
e corregedor



Ministro
**Walton Alencar
Rodrigues**



Ministro
Benjamin Zymler



Ministro
Augusto Nardes



Ministro
**Aroldo Cedraz
de Oliveira**



Ministro
Vital do Rêgo



Ministro
Jorge Oliveira



Ministro
Antonio Anastasia

MINISTROS SUBSTITUTOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



Ministro
**Augusto Sherman
Cavalcanti**



Ministro
**Marcos Benquerer
Costa**



Ministro
**André Luís
de Carvalho**



Ministro
Weder de Oliveira

SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

NÚMEROS DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RECURSOS

Os ministros-substitutos, em número de quatro, participam dos colegiados, substituem os ministros em seus afastamentos e impedimentos legais ou no caso de vacância de cargo.

O Tribunal é órgão colegiado, cujas deliberações são tomadas pelo Plenário e pelas 1ª e 2ª Câmaras. O Plenário é integrado por todos os ministros e presidido por um deles, eleito pelos pares para mandato de um ano, reconduzível por igual período; pelos Ministros-Substitutos; e um representante Ministério Público junto ao TCU (MPTCU). Cada Câmara é composta por quatro ministros, dois ministros-substitutos e um representante do MPTCU. A atual composição dos colegiados pode ser acessada em nosso [Portal na Internet](#).

O Plenário e as duas Câmaras do Tribunal reúnem-se de 17 de janeiro a 16 de dezembro em sessões ordinárias e, quando necessário, em sessões extraordinárias.

Em 2021, a Presidência do TCU esteve a cargo da Ministra Ana Arraes, função para a qual foi eleita em 02 dezembro de 2020, juntamente com o Ministro Bruno Dantas, que exerce a Vice-Presidência do Tribunal. Ambos tomaram posse no dia 10.12.2020.

DELIBERAÇÕES

As deliberações do TCU assumem a forma de acórdãos, que são publicados, conforme o caso, no Diário Oficial da União e/ou no

Boletim do Tribunal de Contas da União (BTCU). O inteiro teor dos acórdãos também está disponível no Portal TCU na internet, no endereço: www.tcu.gov.br.

| Deliberações | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Plenário | 2.781 | 3.082 | 3.141 | 3.399 | 3.250 |
| 1ª Câmara | 11.252 | 15.738 | 14.576 | 14.177 | 19.051 |
| 2ª Câmara | 10.203 | 12.159 | 13.316 | 14.516 | 19.117 |
| Total | 24.236 | 30.979 | 31.033 | 32.092 | 41.418 |

Tabela - Quantidade de acórdãos proferidos pelo TCU

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Junto ao TCU atua o Ministério Público, com o objetivo de defender a ordem jurídica, proteger a lei e fiscalizar sua execução. O MP/TCU conta com um procurador-geral, três subprocuradores-gerais e quatro procuradores, todos nomeados pelo Presidente da República, após aprovação em concurso público de provas e títulos. Nenhuma sessão deliberativa pode ser realizada sem a presença de representante do MP/TCU.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A Secretaria do Tribunal compreende o conjunto de unidades que têm por finalidade desempenhar atividades estratégicas, técnicas e administrativas necessárias ao pleno exercício de suas atribuições constitucionais e legais. As competências de cada uma das unidades estão dispostas na [Resolução TCU 324/2020](#).

O TCU dispõe de quadro próprio de pessoal, organizado em plano de carreiras. Os princípios, as diretrizes, as denominações, a estruturação, as formas de provimento e as demais atribuições desse plano são fixados em lei específica.

Para a prestação de apoio técnico e execução dos serviços administrativos, o TCU conta com três unidades básicas: Secretaria-Geral da Presidência (Segepres), Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) e Secretaria-Geral de Administração (Segedam).

Há ainda um conjunto de unidades responsáveis pelo assessoramento técnico às autoridades do Tribunal: Gabinete do presidente (Gabpres); Secretaria de Apoio Especializado (SEAE); Gabinete do corregedor; e Gabinetes de ministros, de ministros-substitutos e de membros do Ministério Público junto ao Tribunal.

A Consultoria Jurídica (Conjur) e a Secretaria de Auditoria Interna (Seaud) são unidades de assessoramento direto à Presidência.

_QUEM SOMOS



A Resolução TCU 324/2020 realizou mudanças na estrutura organizacional e nas competências de unidades do Tribunal, entre elas, a reestruturação das coordenações-gerais, de modo a aumentar a integração entre unidades com temáticas afins para ampliar a sinergia e a efetividade das ações de controle do TCU.

Na área finalística do controle externo, foram intensificados os processos de especialização das unidades, de expansão do uso da análise de dados, de fomento à prevenção de fraudes e desvios e de fortalecimento do relacionamento institucional.

Na área de apoio estratégico e administrativo, aperfeiçoamos a gestão de políticas e diretrizes relativas à segurança da informação produzida ou custodiada pelo TCU, bem como as relativas à interlocução do Tribunal com o cidadão.

Página 22 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

_QUEM SOMOS

REFERENCIAL ESTRATÉGICO

Diante das competências atribuídas pela Constituição, é cada vez mais crucial que o TCU contribua, de forma crescente, para a transformação social e para o desenvolvimento do país, mediante aprimoramento da Administração Pública e, consequentemente, com a entrega de

melhores produtos e serviços ao cidadão. O referencial estratégico, a seguir, foi estabelecido com o objetivo de direcionar nossa atuação para o atendimento aos anseios da sociedade, preconizados em nossa Carta Constitucional.





| | | |
|---|---|---|
|  | NEGÓCIO – O que fazemos? | Controle externo da Administração Pública e da gestão dos recursos públicos federais. |
|  | MISSÃO – Por que existimos? | Aprimorar a Administração Pública em benefício da sociedade por meio do controle externo. |
|  | VISÃO – O que queremos? | Ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável. |
|  | VALORES – Quais princípios pautam nossa atuação? | <p>ÉTICA: Ter como padrão de conduta ações que busquem a verdade dos fatos, amparadas em honestidade, moralidade, coerência e probidade administrativa.</p> <p>JUSTIÇA: Pautar-se estritamente por princípios de justiça, pela verdade e pela lei, com integridade, equidade, impessoalidade e imparcialidade.</p> <p>EFETIVIDADE: Atuar orientado para resultados que assegurem o cumprimento da missão e a excelência da imagem institucional.</p> <p>INDEPENDÊNCIA: Atuar com imparcialidade, liberdade e autonomia, de forma a rejeitar a intervenção de qualquer interesse que não o público.</p> <p>PROFISSIONALISMO: Atuar de forma técnica, competente, responsável, imparcial, coerente e objetiva e estar comprometido com a missão institucional.</p> |

Tabela - Referencial estratégico do TCU

Página 24 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

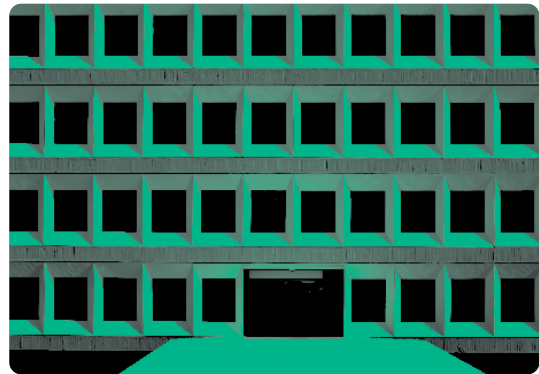
QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

COMO GERAMOS VALOR?

Em nosso processo de geração de valor público² utilizamos as cinco categorias³ de recursos de que dispõe o TCU para entregar produtos e resultados à sociedade. Esses recursos são geridos mediante diversos processos organizacionais, agrupados conforme o quadro a seguir, cuja gestão é direcionada, monitorada e avaliada pelas atividades que compõem o macroprocesso de “Governança, gestão da estratégia e desempenho”.

Nossa Cadeia de Valor, apresentada no tópico a seguir, mostra como esses recursos apoiam a geração de valor pelos processos finalísticos do Tribunal e o tipo de valor que é gerado a partir das entregas realizadas. O nosso Modelo de Negócio, tópico subsequente, demonstra como esses recursos se transformam em produtos e resultados para a sociedade.



_QUEM SOMOS

² Valor público - produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos (Decreto 9.203, de 2017).

³ A classificação dos recursos ou capitais tem como referência a [Estrutura Internacional para Relato Integrado](#).



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

_QUEM SOMOS

| NOSSOS RECURSOS | | | | |
|--|--|--|---|--|
| Pessoal, conhecimento e inovação | Relacionamento e comunicação | Tecnologia e segurança da informação | Logística e sustentabilidade | Orçamento e finanças |
| <p>Nosso capital humano é decisivo para o nosso processo de agregar valor para a sociedade. Por isso, estamos continuamente desenvolvendo a capacidade técnica e as competências dos nossos servidores.</p> <p>A Escola Superior do TCU, o Instituto Serzedello Corrêa (ISC), alia educação, informação, inovação e cultura para a construção de conhecimentos que possam apoiar a atuação do controle externo e o aprimoramento da Administração Pública em benefício da sociedade. Nossos servidores têm reconhecida capacidade técnica pelos constantes esforços que fazemos para capacitar, produzir conhecimento e fomentar a inovação.</p> | <p>Nosso relacionamento e comunicação se realiza com o atendimento de solicitações e o provimento de informações ao Congresso Nacional, à sociedade, à imprensa, o atendimento aos cidadãos e autoridades constituídas.</p> <p>Nos relacionamos com os demais Poderes e entes federativos, com outras entidades nacionais e internacionais de fiscalização. Provemos amplos canais de comunicação e ouvidoria para que qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato exerçam seu direito de denunciar perante o Tribunal.</p> <p>Nossos canais de comunicação são fortalecidos pela nossa governança, transparência e credibilidade junto à sociedade.</p> | <p>Nossas atividades de controle externo da administração pública e as informações que elas requerem são muito sensíveis, exigindo uma infraestrutura de tecnologia e segurança da informação robusta. Gerenciamos continuamente os riscos relacionados a esse aspecto das nossas atividades.</p> <p>Mantemos nosso parque tecnológico o mais atualizado possível, equipado com componentes que evitam a perda de dados e garantem serviço ininterrupto, incluindo estruturas redundantes, fontes de energia alternativas e diferentes locais de armazenamento de dados.</p> | <p>O impacto ambiental de nossas atividades é pequeno, ainda assim nos empenhamos com aspectos de responsabilidade social e sustentabilidade. Nos preocupamos com questões como qualidade de vida e bem-estar do público interno, relacionamento com stakeholders e redução de impactos negativos no ambiente e na comunidade.</p> <p>Nossas aquisições buscam atender os padrões de sustentabilidade ambiental recomendados. Desenvolvemos novos padrões de trabalho exigidos pelo período da pandemia e ações de acessibilidade de pessoas às nossas dependências em todo o País.</p> | <p>O orçamento do TCU tem fonte o Orçamento Geral da União (OGU). Compreende despesas obrigatórias (pessoal e encargos sociais e benefícios) e discricionárias (custeio e investimento).</p> <p>Em 2021, nosso orçamento foi de R\$ 2,308 bilhões. Desses, cerca 48,4% foram destinados ao pagamento de pessoal ativo do Tribunal (força de trabalho), 12,8% foram destinados ao custeio das atividades e 2,7% destinados a investimentos na fiscalização da aplicação dos recursos públicos federais.</p> |

Tabela - Categorias de recursos para geração de valor

Página 26 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

_QUEM SOMOS

CADEIA DE VALOR

A nossa cadeia de valor demonstra os resultados gerados pelas nossas atividades, que representam respostas às demandas da sociedade e atendem ao interesse público. Ela identifica e apresenta, por meio

de modelo representativo, o conjunto de atividades (macroprocessos e processos de trabalho) que o TCU realiza e o reconhecimento do valor público gerado.



Figura 3 - Cadeia de valor do Tribunal de Contas da União

Página 27 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

_QUEM SOMOS

O Modelo de Negócios do Tribunal, detalhado no tópico a seguir, demonstra como esses insumos se transformam em resultados, com impactos positivos para a sociedade. Mostra também como tudo é norteado pela estratégia e executado por meio de processos de trabalho.

MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócios é o sistema de transformação de insumos (capitais ou recursos) em produtos, resultados e impactos por meio das atividades de uma organização, a fim de cumprir seus objetivos estratégicos e gerar valor ao longo do tempo. Em outras palavras, é a descrição dos principais recursos usados pela organização, das suas atividades de negócio e dos seus produtos e resultados, bem como dos impactos que eles causam (internos ou externos, positivos ou negativos), e, ainda, do valor gerado e entregue às partes interessadas.

Transformamos insumos em produtos, resultados e impactos por meio dos processos de controle externo, a fim de cumprir nossos objetivos estratégicos e gerar valor público. Os benefícios das ações de controle externo podem ser expressos em termos financeiros ou não.

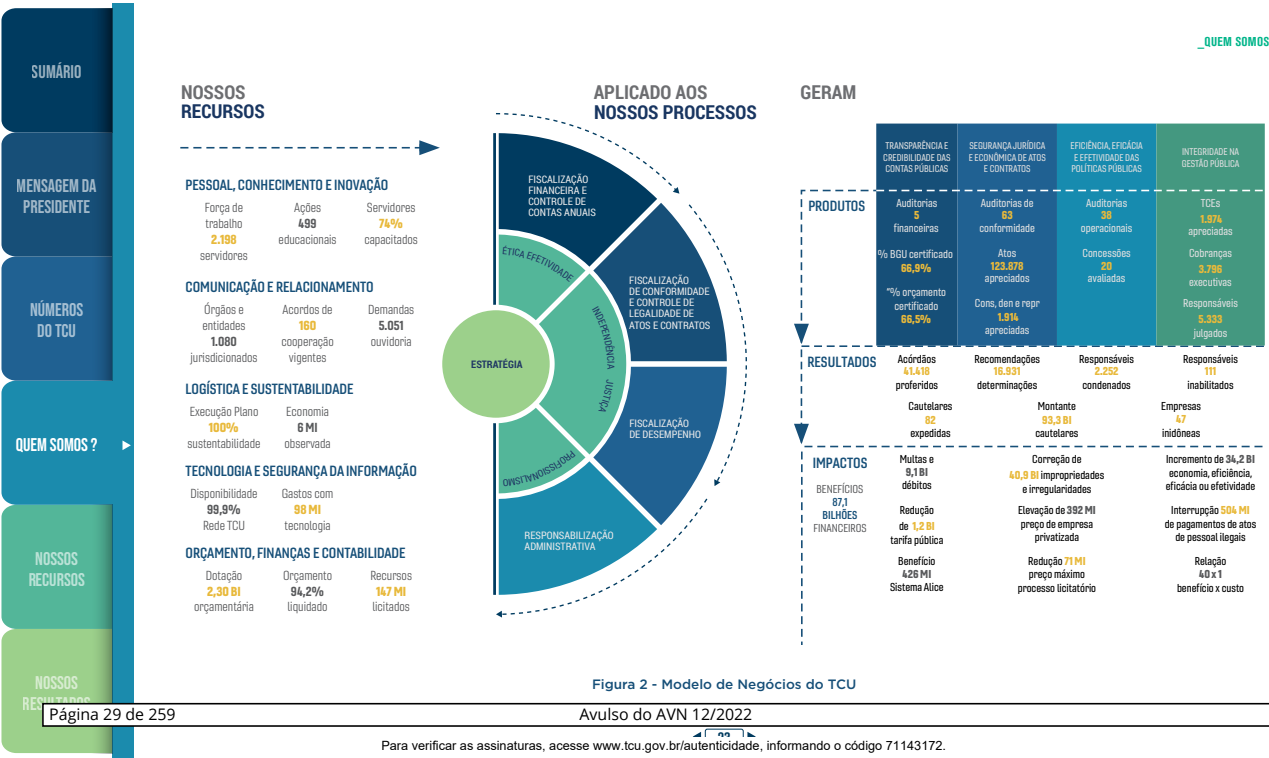


Página 28 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.





SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ? ▶

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RESULTADOS

_QUEM SOMOS

PRIORIDADES DE 2021 – O QUE FOI IMPORTANTE PARA NÓS?

Definimos as diretrizes para nossos planos operacionais de 2 em 2 anos. Consideramos nessa definição, além do ambiente em que estamos inseridos, os objetivos de longo prazo definidos no nosso Plano Estratégico. Materializamos essas diretrizes no [Plano de Gestão do TCU](#), direcionando a formulação de estratégias finalísticas e de apoio que impulsionam o Tribunal no cumprimento de sua missão e alcance de sua visão de futuro.

Nosso Plano de Gestão permite que os nossos recursos sejam alocados de maneira eficiente aos processos de trabalho, visando a entrega de produtos que geram valor para a sociedade.

Estabelecemos, como prioridade para o período de abril de 2021 a março de 2023, um conjunto de diretrizes finalísticas e corporativas. Nossas diretrizes finalísticas têm como objetivo principal direcionar a proposição de ações de controle com maior potencial de alavancar o valor público gerado pelo Tribunal.

As diretrizes corporativas, por sua vez, direcionam os investimentos a serem feitos na organização, considerando as análises internas de ambiente realizadas, que minimizam os riscos de imagem e operação do Tribunal e alavancam os resultados a serem alcançados pelas áreas finalísticas.

As diretrizes finalísticas e corporativas definidas para o período estão dispostas a seguir.

DIRETRIZES FINALÍSTICAS

| INFRAESTRUTURA | ECONOMIA | SOCIAL | GOVERNANÇA E GESTÃO |
|---|---|--|--|
| » Maturidade dos projetos de desestatizações e alienações de patrimônio público | » Sustentabilidade das Contas Públicas | » Qualidade e desempenho das políticas de inclusão e proteção social | » Maturidade da governança organizacional e do centro de governo |
| » Integridade e eficiência dos investimentos em infraestrutura | » Integridade e eficiência das despesas com pessoal e benefícios sociais | » Uso sustentável dos recursos naturais | » Governo aberto, digital e seguro |
| » Qualidade e eficiência das políticas e regulação de infraestrutura | » Transparência e eficiência da arrecadação singular e dos gastos tributários | » Acesso a serviços públicos de qualidade | » Efetividade e eficiência do combate à corrupção |
| INSTITUCIONAL | | | COVID-19 |
| » Qualidade e tempestividade | » Integração institucional | | » Acompanhamento do enfrentamento à crise do Covid-19 |
| » Profissionalização em métodos | » Uso intensivo de tecnologia | | |

Figura 4 - Diretrizes finalísticas da gestão



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

_QUEM SOMOS

DIRETRIZES CORPORATIVAS

| TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | GOVERNANÇA E GESTÃO | GESTÃO DE PESSOAS | RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL |
|--|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> » Fortalecimento da Segurança da informação » Continuidade da implantação da estratégia digital » Ampliação do uso de inteligência artificial e aprendizagem de máquina » Aperfeiçoamento do suporte tecnológico às sessões colegiadas e a outros processos críticos do TCU » Adequação de processos de trabalho e soluções de TI à LGPD e à LAI | <ul style="list-style-type: none"> » fortalecimento da gestão de riscos como instrumento de governança e gestão » Fomento à racionalização, à inovação e à modernização administrativa » Promoção da sustentabilidade nas ações do TCU » Adaptação de eventos, sistemas, sessões e instalações do TCU à realidade pós pandemia e aos requisitos de acessibilidade » Melhoria e racionalização dos espaços e da infraestrutura das unidades do TCU nos estados | <ul style="list-style-type: none"> » Continuidade da implantação do modelo de gestão por competências baseado em trajetórias profissionais » Desenvolvimento de equipes de alto desempenho adaptadas a diferentes regimes de trabalho » Intensificação do uso e do aproveitamento de mão de obra terceirizada | <ul style="list-style-type: none"> » Continuidade da implantação da estratégia de relacionamento institucional » Divulgação de trabalhos relevantes do TCU para públicos diversos » Implantação de sistemática de gestão de informação de interesse parlamentar » Preparação para o exercício da presidência da Intosai e realização do INCOSAI » Suporte ao programa de apoio à gestão municipal |

Figura 5 - Diretrizes Corporativas da Gestão

O processo de definição do que é importante para ser reportado neste Relatório tem diversas fases. Monitoramos as ações previstas no planejamento do Tribunal, avaliando o impacto positivo delas - resultados gerados relevantes para a sociedade. Além disso, noticiamos esses resultados em nosso Portal e no Minuto do TCU na Voz do Brasil. A partir dessas fontes,

construímos um rol de possíveis temas a serem explorados. Analisamos esse rol e decidimos quais as ações finalísticas de maior impacto para a sociedade e as ações de apoio que mais alavancam a melhoria da gestão e da governança da organização. Com esse processo, asseguramos que nada de relevante deixasse de ser adequadamente reportado.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ? ▶

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

_QUEM SOMOS

NOSSA GOVERNANÇA

Nossa governança tem como finalidade direcionar, monitorar e avaliar o desempenho da nossa gestão no seu processo de geração e entrega de valor público à sociedade. Os mecanismos de governança que utilizamos têm como finalidade assegurar que as ações executadas estejam sempre de acordo com o interesse público.

Cada unidade no Tribunal é responsável por observar as boas práticas indicadas no Referencial Básico de Governança de Governança do TCU. Este documento reúne e organiza boas práticas de governança, que se aplicadas podem incrementar o desempenho organizacional.

POLÍTICA DE GOVERNANÇA DO TCU

Nossa Política de Governança ([Resolução-TCU, nº 320 de 12 de agosto de 2020](#)) integra o Sistema de Governança Organizacional do Tribunal de Contas da União (SGO/TCU). Nela, definimos a maneira como nossos atores internos se organizam e interagem para obter uma boa governança.



SISTEMA DE GOVERNANÇA NO TCU

O sistema de governança reflete a maneira como diversos atores se organizam, interagem e procedem para obter boa governança. Envolve, portanto, as estruturas administrativas (instâncias), os processos de trabalho, os instrumentos, o fluxo de informações e o comportamento de pessoas envolvidas direta, ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização.

Nosso sistema de governança possui instâncias internas e externas. As instâncias externas são responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação do sistema. Exemplos são o Congresso Nacional e Plenário do TCU. As instâncias internas são responsáveis pela definição da estratégia da Instituição, bem como pelo monitoramento da conformidade e de seu desempenho. No Tribunal, as instâncias internas são o Presidente da Casa e a Comissão de Coordenação Geral (CCG), que auxilia o Presidente na alocação de recursos e na formulação de políticas institucionais, bem como em questões que necessitem da cooperação entre as áreas.

A **Auditoria interna**, a **Ouvidoria** e a **Corregedoria** são as nossas instâncias internas de apoio à governança. Elas realizam a comunicação entre as partes interessadas e avaliam riscos e controles internos.

Página 32 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

_QUEM SOMOS

De forma simplificada, nosso sistema de governança é assim representado:

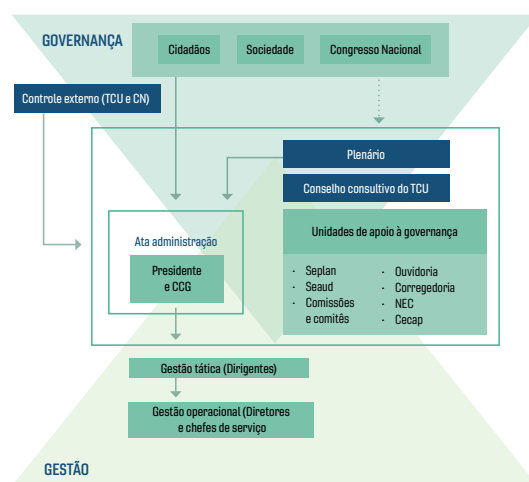


Figura 6 - Sistema de Governança do TCU

As duas partes do nosso sistema de governança - Governança e Gestão - atuam de forma coordenada de maneira que consigamos criar condições para que a organização consiga desenvolver uma governança adequada e eficiente.

A Governança tem a função estratégica de avaliar, dirigir e monitorar as atividades da Gestão. Já a Gestão, com o direcionamento estratégico da Governança, é responsável pelas funções de planejamento, execução e controle das atividades de implementação da estratégica organizacional.

INDICADORES DE GOVERNANÇA

Realizamos sistematicamente levantamentos para conhecer melhor a situação da governança no setor público e estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas de governança. Sempre participamos desses levantamentos pois os índices calculados permitem identificar possíveis pontos de melhoria na governança e na gestão de nossa organização.

No gráfico radar a seguir é possível verificar o resultado geral da autoavaliação do TCU para o ano de 2021, a mais recente realizada pelo Tribunal. São apresentados os índices em separado para as quatro categorias avaliadas, assim como os valores do índice integrado de governança e gestão públicas (iGG).

Página 33 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

_QUEM SOMOS

Nossos resultados correspondem à linha azul. Eles são superiores às médias dos órgãos da administração direta, dos entes do Poder Legislativo e do conjunto de todas as organizações participantes. As informações detalhadas relativas aos resultados por nós aferidos estão disponíveis no [Portal do TCU](#).

— Órgão: TCU
— Administração: Direta
— Natureza Jurídica: Órgão Público
— Poder: Legislativo

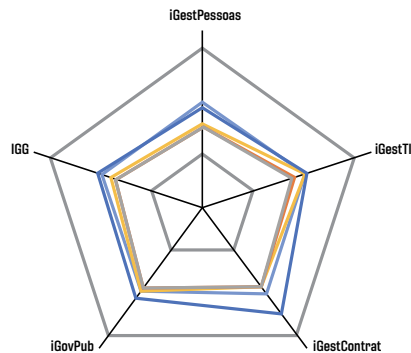


Gráfico 1 - IGG 2021 - Índice Integrado de governança e gestão públicas

| Índice | Descrição | Resultado da autoavaliação |
|--------------|--|----------------------------|
| IGG | Índice integrado de governança e gestão públicas | 63% |
| IGovPub | Índice de governança pública | 64% |
| IGestPessoas | Índice de capacidade em gestão de pessoas | 57% |
| IGestContrat | Índice de capacidade em gestão de contratos | 75% |
| IGestTI | Índice de capacidade em gestão de TI | 62% |

Tabela - Índice integrado de governança e gestão públicas do TCU

AUDITORIA INTERNA

No âmbito do Tribunal, compete à Secretaria de Auditoria Interna (Seaud) as atribuições inerentes ao sistema de controle interno previsto no art. 74 da Constituição Federal.

Principalmente mediante atividades de avaliações e consultorias, nossa auditoria interna tem o propósito de adicionar valor e contribuir



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

na melhoria dos processos da organização, em aderência às normas internacionais para a prática profissional da atividade de auditoria interna. Seus trabalhos são aderentes às normas internacionais para a prática profissional da atividade de auditoria interna.

Os principais trabalhos de auditoria interna finalizados em 2021 estão disponíveis no [Portal do TCU](#).

OUVIDORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

A Ouvidoria do TCU recebe reclamações, elogios e sugestões referentes aos nossos serviços prestados, além de denúncias contra servidores. Procuramos garantir ao cidadão o direito de ter uma resposta tempestiva quando solicita determinada informação ou se manifesta sobre nossos serviços. Assim, atuamos para melhorar a qualidade desses serviços e zela pela transparência institucional.

Em 2021 consolidamos o sistema de gerenciamento de demandas, o [SisOuvidoria](#), o que agilizou a apuração de eventuais irregularidades recebidas pelo Tribunal. Tivemos como resultado a redução do prazo médio de resposta às demandas, sendo que 50% delas são respondidas em três dias ou menos.

Apresentam-se, a seguir, os quantitativos de demandas tratadas pela Ouvidoria em 2021 por classificação da demanda.

_ QUEM SOMOS

| CLASSIFICAÇÃO | NÚMERO DE DEMANDAS VÁLIDAS | |
|--|----------------------------|--------------|
| | 2020 | 2021 |
| Pedido de Acesso à Informação | 2.925 | 1.803 |
| Demanda relativa a matéria de controle externo | 2.368 | 1.575 |
| Demanda relativa a fatos internos | 281 | 82 |
| Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) | - | 48 |
| Demanda fora da competência do TCU | 2.184 | 1.543 |
| Total | 7.758 | 5.051 |

Tabela - Demandas recebidas pela Ouvidoria do TCU

Ao longo dos últimos anos tem sido observada uma gradativa diminuição no número de demandas recebidas. Essa redução, em parte, da entrada em operação do Sistema Conecta, que facilitou consideravelmente o acesso direto aos processos de controle externo pelas partes interessadas e demais autoridades legitimadas.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ? ▶

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

_QUEM SOMOS

Acesse a página da [Ouvidoria do TCU](#) para conhecer mais sobre os nossos serviços e ler os nossos relatórios de atividades, bem como para tirar as suas dúvidas e acompanhar as suas demandas e manifestações.

CORREGEDORIA

A Corregedoria do Tribunal é unidade subordinada ao Vice-Presidente do TCU, a quem compete o exercício da função de Corregedor. As atividades da Corregedoria são assessoramento técnico ao Ministro-Corregedor, por meio de análise preliminar dos procedimentos disciplinares, realização de inspeções e correções, além da apuração de

responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições.

Entre as competências da Corregedoria estão a análise preliminar dos procedimentos disciplinares e de inspeções e correções, bem como contribuir para o cumprimento das metas estabelecidas nos planos institucionais, o bom desempenho organizacional e o aperfeiçoamento dos processos de trabalho das unidades do Tribunal.

O [Relatório Anual de Atividades da Corregedoria](#) referente ao exercício de 2021 está publicado no Portal TCU e você pode conhecer mais sobre suas atividades visitando a página da [Corregedoria do Tribunal de Contas da União](#).

COMO PLANEJAMOS NOSSA ESTRATÉGIA?

O sistema de planejamento e gestão do Tribunal consiste em um conjunto de práticas gerenciais voltadas para a obtenção de resultados, com base no estabelecimento, na execução e no acompanhamento de metas e ações. Orienta-se por diretrizes de governança e princípios de eficiência, responsabilidade, transparência, comunicação, flexibilidade, *accountability* e cultura de resultados.

Essas variáveis são definidas e inter-relacionadas em planos institucionais que contemplam diretrizes de curto, médio e longo prazos. Assim, o sincronismo entre os planos institucionais constitui premissa para o sucesso na implementação do sistema de planejamento e gestão como um todo.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

_ QUEM SOMOS

Os nossos planos institucionais traduzem três níveis de gestão. São eles:

Nível estratégico - Plano Estratégico do TCU - possui periodicidade de seis anos e estabelece as principais diretrizes de controle externo e de gestão, além de direcionar as ações do Tribunal na busca por resultados mais efetivos para a sociedade.

Nível tático - Plano de Gestão - contém as diretrizes da gestão e as ações estruturantes, bem como define as metas institucionais por meio das quais são realizadas as mensurações de desempenho do TCU, que ocorrem duas vezes ao ano, em 31 de março e 30 de setembro (apuração semestral deslocada do ano civil);

Nível operacional - planos ou ações operacionais das unidades do Tribunal.

Para que o TCU possa cumprir sua missão, foi definida uma estratégia de atuação para o período de 2019 a 2025 (**Nível Estratégico**). Essa estratégia, materializada no [PET 2025](#), visa assegurar respostas efetivas do Tribunal aos desafios nacionais de indução ao aperfeiçoamento da Administração Pública Federal, por meio realização de objetivos estratégicos dispostos em temas específicos de controle externo.

O Plano Estratégico do TCU está estruturado em 13 áreas temáticas finalísticas e 5 áreas temáticas corporativas, contendo ao todo 71

grandes objetivos direcionadores das atividades da organização, de forma que o TCU possa contribuir cada vez mais para a transformação social e o desenvolvimento do País, mediante aprimoramento da administração pública.

De modo complementar, por meio da Portaria-TCU nº 48, de 12 de abril de 2021, foi aprovado o [Plano de Gestão](#) do Tribunal (**Nível Tático**) para o período de abril de 2021 a março de 2023. O plano de gestão é instrumento de alinhamento entre estratégia e operação e possui a função de orientar e direcionar os planos operacionais, principalmente no desdobramento dos objetivos do Plano Estratégico do Tribunal. Compõem o plano de gestão atual, conforme já mencionado, 16 diretrizes finalísticas e 18 diretrizes corporativas além dos indicadores e metas que avaliam o desempenho do TCU no período em questão.

A estratégia de longo prazo e as diretrizes da Gestão, materializadas, respectivamente, no Plano Estratégico e no Plano de Gestão, são desdobradas em ações operacionais, indicadores de desempenho e metas por meio dos planos operacionais das unidades integrantes da Secretaria do Tribunal.

O monitoramento da execução das ações operacionais acontece por meio de sistema informatizado próprio atualizado diariamente, com divulgação ampla por meio de painéis gerenciais disponíveis para consulta por autoridades, dirigentes e servidores do Tribunal. Semestralmente, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão as equipes se reúnem para avaliar as ações planejadas e



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

_QUEM SOMOS

identificar a necessidade de replanejamento ou planejamento de novas ações. Os benefícios gerados com as ações planejadas são apurados e divulgados durante todo o ano.

Das ações previstas para serem concluídas até o mês de dezembro de 2021, 338 foram consideradas meta para fins de avaliação de desempenho das unidades do Tribunal. Dessas, conforme figura a seguir, 325 (96,1%) foram concluídas no prazo. Cabe destacar

que do total de ações consideradas meta, 85% possuíam vinculação direta com algum dos objetivos previstos no Plano Estratégico do TCU.

O diagrama a seguir apresenta o detalhamento das informações relativas à execução das ações dos planos operacionais das unidades do Tribunal por eixo de diretriz da gestão e sua vinculação aos objetivos estratégicos do TCU.

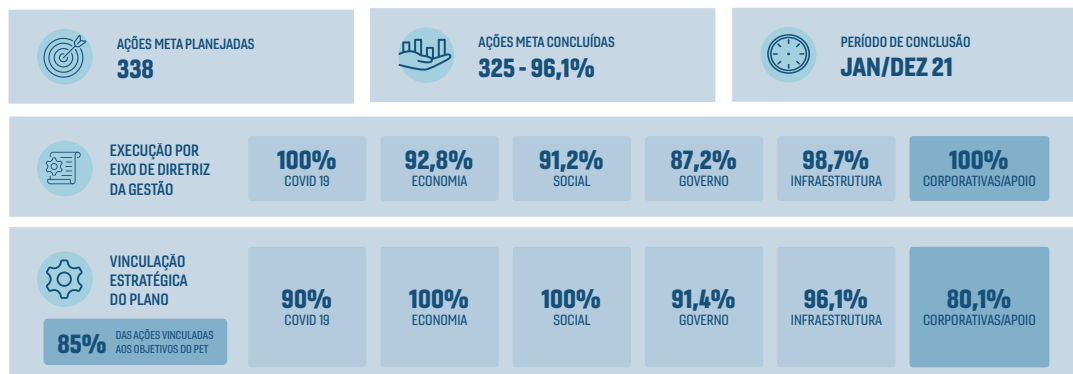


Figura 7 - Resumo do plano operacional das unidades do Tribunal

SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

GESTÃO DE RISCOS



A sistematização da gestão de riscos em nível institucional constitui estratégia que aumenta a capacidade da organização de lidar com incertezas, estimula a transparência e contribui para o uso eficiente, eficaz e efetivo dos recursos, bem como para o fortalecimento da imagem institucional.

No ano de 2021, demos continuidade às ações do Programa de Gestão de Riscos do TCU (ProgerTCU), iniciado em 2020, que objetiva difundir e aprimorar a gestão de riscos em todos os níveis gerenciais do Tribunal. Nesse ano, para completa integração da gestão de riscos aos

processos de trabalho, foi realizada ação de capacitação em gestão de riscos durante o processo de planejamento das unidades. O Programa prevê consultoria, fornecimento de ferramentas e ações de capacitação dos servidores. Os treinamentos têm obtido boa aceitação, e um total de 61 servidores da Casa já foram capacitados, em quatro turmas diferentes, sendo duas delas em formato telepresencial. Outras iniciativas da gestão de riscos serão apresentadas em tópicos posteriores de nosso Relato Integrado.

RISCOS-CHAVE E SEU IMPACTO PARA A GERAÇÃO DE VALOR

Ainda em 2019, foi editada a Portaria TCU nº 247, de 16 de agosto de 2019, que definiu o processo de trabalho de gestão dos riscos-chave no âmbito do Tribunal. Com apoio desse arcabouço normativo, em 2020 e 2021 foram realizados amplos trabalhos em processos críticos de nossa organização, como a gestão dos riscos relacionados à segurança da informação e à prática do teletrabalho, riscos de cenários pós-pandemia.

Recentemente foi aprovada a sistemática de monitoramento dos riscos-chave, que consiste em monitorar os ambientes interno e externo e acompanhar os riscos priorizados pela alta administração, com reportes periódicos para as instâncias de governança do Tribunal.

Página 39 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

Página 40 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

_QUEM SOMOS

CONTEXTO EXTERNO

O ambiente externo influencia e impacta toda instituição, seja ela pública ou privada. Assim, a análise minuciosa dos fatores externos é fundamental para a definição da estratégia e dos objetivos institucionais, pois deles são extraídas variáveis que podem apresentar oportunidades e ameaças capazes de influenciar os objetivos estratégicos e o cumprimento da missão organizacional. O ambiente em que o TCU está inserido, em virtude de sua missão, é extremamente complexo e dinâmico. Temas de grande importância presentes no contexto nacional, como participação social, desenvolvimento econômico, governo aberto, governança pública, cooperação internacional, entre outras, são variáveis importantes que devem ser consideradas na definição da estratégia do TCU.

Acreditando que a razão de existência do Tribunal engloba não somente o fomento ao aprimoramento, mas também ao desenvolvimento da Administração Pública e, consequentemente, a entrega de melhores produtos e serviços ao cidadão, foram identificados, como balizadores da formulação de nossas estratégias, os seguintes desafios no ambiente externo: melhoria da qualidade da saúde, da educação e da segurança pública; promoção da sustentabilidade ambiental e do crescimento econômico sustentado; redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais; garantia da sustentabilidade dos regimes de previdência; aumento da produtividade e da competitividade do



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

_QUEM SOMOS

nacional; aprimoramento do sistema tributário; garantia de energia para todos; melhoria do desempenho logístico do país e da qualidade de vida nas cidades; garantia de água e saneamento para todos; melhoria nos serviços de tecnologia da informação e comunicação; eficiência e qualidade dos serviços públicos ofertados à população; aumento da transparência da administração pública; melhoria da governança e da gestão pública; aumento da integridade e do combate à fraude e à corrupção; melhoria da qualidade da regulação; e garantia da sustentabilidade fiscal.

O ano de 2021 foi marcado pela continuidade da Pandemia de Covid-19. Com o avanço da pandemia o TCU precisou, dado ao papel Constitucional que possui, agir em parceria com as demais organizações públicas para mitigar as consequências sociais e econômicas do alastramento da doença em todo o país.

Foi dado prosseguimento ao programa especial de atuação no enfrentamento à crise da Covid-19, denominado Coopera, criado para agir, principalmente, de forma preventiva no enfrentamento da Pandemia. As medidas constantes desse Programa buscaram apoiar o gestor público e a sociedade nesse momento. A principal ação do Programa refere-se à implementação do Plano Especial de Acompanhamento das

Ações de Combate à Covid-19. A atuação do Tribunal teve como objetivo contribuir para a legitimidade dos atos e para a segurança dos gestores na tomada de decisão, bem como garantir transparência à sociedade sobre a destinação do dinheiro público alocado para o enfrentamento da crise.

Na sequência, daremos informações detalhadas sobre como o TCU aloca seus recursos organizacionais em prol da geração de valor para a sociedade. ■



SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

NÚMEROS DO TCU

QUEM SOMOS ?


NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RECURSOS

Página 42 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

Página 43 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

_ NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RECURSOS

No ano de 2021 continuamos enfrentando a pandemia do Covid-19 e o Tribunal manteve o foco na continuidade eficiente dos trabalhos e na proteção da saúde de suas autoridades, servidores e colaboradores.

Aumentamos a oferta de apoio presencial e à distância da equipe psicossocial aos servidores, bem como o acompanhamento dos casos suspeitos e confirmados de Covid-19. Disponibilizamos bens para uso fora das dependências do Tribunal, pelos servidores em teletrabalho, e iniciamos a instalação de purificadores de ar nos dutos de todos os ambientes da Sede e ISC.

Em 2021, demos início ao Projeto Gestão de Pessoas por Competências baseado nas trajetórias profissionais. Esse modelo tem como objetivo assegurar que nossa equipe técnica tenha os conhecimentos e comportamentos necessários para o alcance de bons resultados institucionais.

Assim, mapeamos as competências necessárias para a boa execução das ações de controle, identificamos as lacunas de conhecimento necessárias para o alcance de resultados e planejamos a capacitação dos servidores, baseado na comparação entre competência necessária e competência existente.

Também como medida necessária para a continuidade eficiente dos trabalhos, o TCU realizou estudos com o objetivo de desenvolver equipes de alto desempenho adaptadas a diferentes regimes de trabalho. Um dos principais resultados do estudo foi a sugestão de implementação do Teletrabalho Parcial, até então não adotado pela Instituição.

O TCU Digital vem nesse contexto de mudanças. Desenvolvemos uma solução de escritório digital, diante das necessidades de mais ambientes colaborativos e alinhados ao trabalho remoto. O TCU Digital traz diferentes soluções para aumentar o engajamento, a produtividade e a colaboração dos nossos servidores.

Fortalecemos nossos canais de comunicação com o público externo. Aperfeiçoamos nossos contatos com o Congresso Nacional por meio da alteração do fluxo de comunicação, que passou a ser feito por e-mail e pelo Sistema Conecta-TCU.

Elaboramos diagnóstico dos congressistas que mais demandam o Tribunal, o qual indicou a necessidade de se estabelecer uma rotina de atualização e aproximação com os parlamentares identificados.

Prestamos apoio à CPI da pandemia avaliando a arquitetura do aplicativo TrateCov, desenvolvido pelo Ministério da Saúde. De forma



SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

NÚMEROS DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RECURSOS

_NOSSOS RECURSOS

resumida, o CN solicitou ao TCU que verificasse se, na versão originária desse aplicativo, havia previsão de tratamento precoce para Covid-19 e quais seriam os medicamentos recomendados.

Nossa comunicação com a sociedade foi aprimorada. Lançamos o TCU Mobile - SuperApp, que centraliza vários serviços digitais já desenvolvidos, oferecendo uma cesta completa de recursos num único app.

Assim, os cidadãos têm acesso a informações do TCU e podem fazer manifestações à Ouvidoria. Jornalistas e gestores podem acessar todas as pautas e atas dos colegiados. Advogados e demais credenciados podem ter acesso aos autos processuais. Autoridades e servidores, por sua vez, podem acessar recursos do sistema e-TCU para assinatura de peças e visualização de documentos e processos eletrônicos.

A transformação digital seguiu de forma contínua e orgânica nos processos de trabalho finalísticos do TCU. Ações como criação de núcleos de dados para realização de auditorias contínuas e preditivas e a utilização de robôs para monitoramento de ações governamentais geraram economias significativas de recursos aos cofres públicos.

As ações de sustentabilidade permearam toda a atuação do TCU. Definimos nossa Política Institucional de Sustentabilidade (PSUS) e nosso Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS). Objetivos como promoção e adoção de práticas de consumo sustentável,

aplicação de critérios socioambientais em toda a cadeia de valor da organização e no processo institucional de tomada de decisão, alinhados ao conceito de sustentabilidade e à adoção de práticas de gestão socioambiental, são relevantes pelos aspectos econômicos, sociais e ambientais envolvidos.

Nossas ações de sustentabilidade geraram economia de recursos públicos da ordem de 30 milhões no período 2016-2020, preservação de recursos ambientais e inserção social de produtores em redes sustentáveis, importantes para a continuidade do efeito disseminador de boas práticas de sustentabilidade.

Todas essas soluções de gestão corporativas aplicadas aos processos finalísticos do Tribunal garantiram serviços ininterruptos e elevado nível de segurança às operações necessárias para o funcionamento de todas as áreas do TCU.

NOSSA GENTE

O ser humano é o ativo mais importante de uma instituição de controle. Sua atuação deve ser considerada ação finalística e não meio de produção. Sem as pessoas, não há como gerarmos os resultados esperados, assim como inovar, criar conhecimento ou agregar valor a nossos produtos e serviços, requisitos essenciais à sobrevivência de qualquer instituição.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

NÚMEROS DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RECURSOS

Nesse contexto, buscamos constantemente a modernização de nossas práticas gerenciais e de gestão de pessoas de modo a que assegurem o desenvolvimento das competências necessárias, a motivação e o comprometimento do servidor com a instituição, com a qualidade dos trabalhos realizados, com o desempenho institucional e com a melhoria da gestão pública.

A Escola Superior do TCU, o Instituto Serzedello Corrêa (ISC), alia educação, informação, inovação e cultura para a construção de conhecimentos que possam apoiar a atuação do controle externo e o aprimoramento da Administração Pública em benefício da sociedade. Nossos servidores têm reconhecida capacidade técnica pelos constantes esforços que fazemos para capacitar, produzir conhecimento e fomentar a inovação.

Com isso, reconhecemos que nosso capital humano é decisivo para o nosso processo de agregação de valor ao cidadão e à sociedade.

GESTÃO DE PESSOAS

A força de trabalho efetiva do TCU em 31/12/2021 era composta por 2198 servidores concursados, 27 ocupantes de cargos em comissão, 333 estagiários e colaboradores terceirizados prestadores de serviço.

NOSSOS RECURSOS

Alocamos a maior parte de nossos servidores e comissionados em áreas finalísticas. No final de 2021, 53% da força de trabalho estava dedicada à realização direta de ações de controle. Nas áreas de apoio às ações de controle, alocamos 29% da nossa força. Outros 3% estão em áreas especiais do Tribunal, como Consultoria Jurídica, Secretaria de Auditoria, Corregedoria, Gabinete da Presidência e Secretaria de Apoio às autoridades. Por fim, alocamos 15% da nossa força de trabalho nos gabinetes das autoridades que, em essência, também constituem atividades finalísticas do TCU.

Nossas áreas atuam de forma independente e, ao mesmo tempo, em constante colaboração, sem a qual, seria impossível para o Tribunal alcançar seus objetivos.

| Lotação em 31/12/2021 | Número de servidores | Percentual |
|---------------------------|----------------------|------------|
| Gabinetes das autoridades | 327 | 15% |
| Segecex | 1190 | 53% |
| Segedam | 327 | 15% |
| Segepres | 320 | 14% |
| Outras | 61 | 3% |
| Total | 2225 | 100% |

Tabela 1 - Distribuição da força de trabalho do TCU



SUMÁRIO

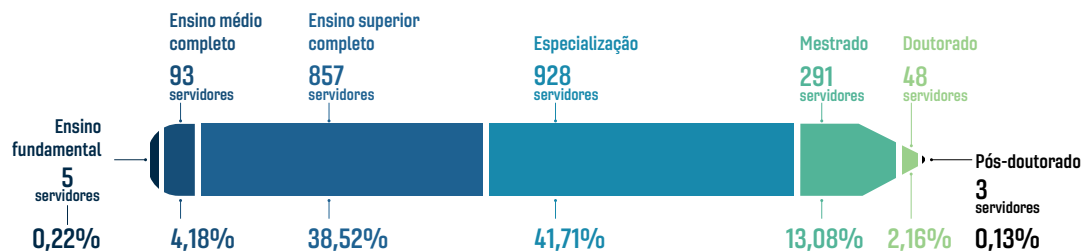
MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

_NOSSOS RECURSOS

Distribuição de força de trabalho por nível educacional



Movimentação de servidores

Em dezembro de 2012, nosso quadro de pessoal tinha 2.678 servidores. O número de servidores em dezembro de 2021 foi de 2.225, o que demonstra uma redução de aproximadamente 17% da força de trabalho, nos últimos 10 anos.

Atualmente, 240 servidores recebem abono de permanência no Tribunal, podendo, portanto, se aposentar a qualquer momento. Além disso, de acordo com a média dos últimos cinco anos, 10 servidores se desligam do TCU anualmente, por outros motivos que não aposentadoria (falecimento, posse em cargo inacumulável e exoneração a pedido).

Apesar da redução do quadro de servidores e do aumento de atividades e responsabilidades, o TCU tem conseguido manter o nível de excelência na prestação de seus serviços, mediante aprimoramento dos processos internos e racionalização das estruturas de trabalho.

De forma a mitigar o risco de descontinuidade dos processos de trabalho por falta de reposição de servidores, em 2021, conseguimos redistribuir internamente 72 servidores, por meio do Sistema de Interesse de Movimentação (SIM).

Página 46 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

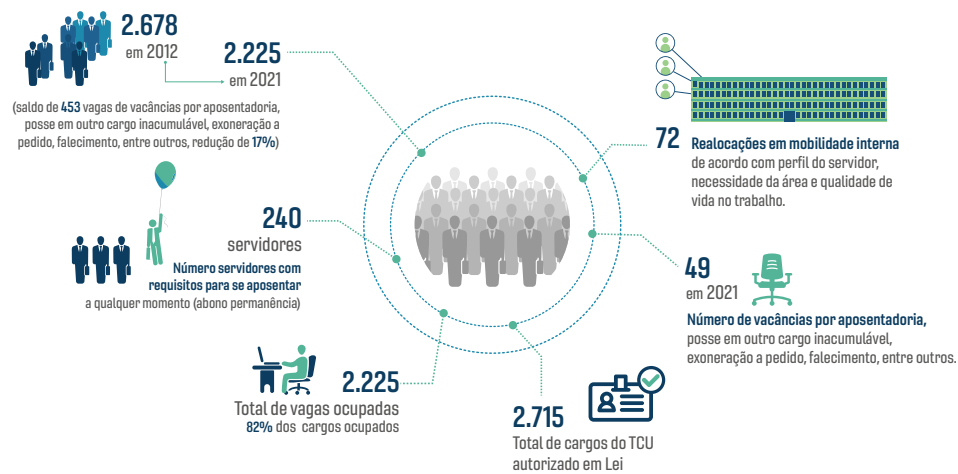
SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

_NOSSOS RECURSOS

MOVIMENTAÇÃO DE SERVIDORESQuantitativo de servidores ativos no final
de 2012 e no final de 2021

Página 47 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

Página 48 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

_NOSSOS RECURSOS

Diversidade

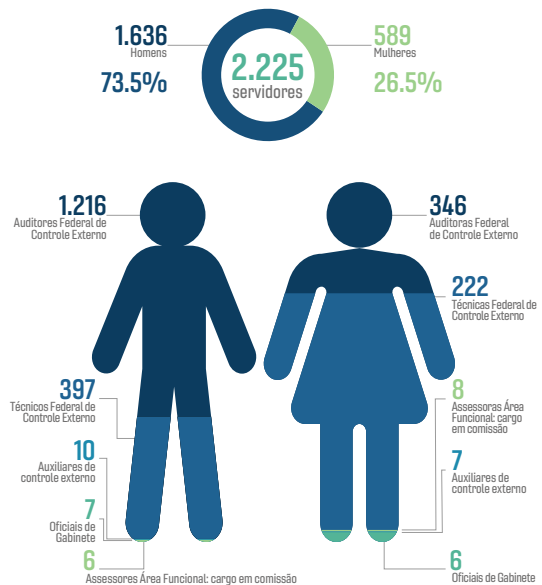
Buscamos promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre nossos colaboradores. Em 2021, medidas foram iniciadas com o objetivo de reduzir a desigualdade de gênero.

A liderança feminina foi um tema de destaque em 2021, com a promoção de debates em torno da igualdade de gênero na Administração Pública, protagonismo e diversidade.

A estratégia atual do Tribunal prevê a promoção de igualdade de oportunidades para homens e mulheres no ambiente de trabalho. Como resultado, a participação das nossas mulheres em cargos de dirigentes saltou de 12% para 30%. Assim, nas funções comissionadas do Tribunal, temos equidade total, uma vez que nossa força de trabalho é composta por 26,6% de mulheres.

Os assédios moral e sexual também tiveram importância nas discussões sobre a nossa gente. Aplicamos questionário a todos os trabalhadores da organização e constatamos que as mulheres são as maiores vítimas de assédio sexual. Assim, criamos ações educativas e um canal exclusivo para comunicação de assédio.

Distribuição da força de trabalho por gênero



SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

NÚMEROS DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RECURSOS

Entre os servidores do TCU, 3,7% declaram-se como pessoas com deficiência. Do mesmo modo, 2,5% dos detentores de funções comissionadas são pessoas com deficiência.

Realizamos diagnóstico de acessibilidade envolvendo as estruturas, os serviços e os produtos do Tribunal. Com o resultado, elaboramos o Plano de Acessibilidade do TCU.

Esse plano possibilitou implementar mais de quarenta itens de acessibilidade nos elevadores e em todos os acessos e instalações dos prédios da Sede em Brasília, o que nos permite adequar, praticamente, todos os ambientes e instalações às normas de acessibilidade.

Com o objetivo de promoção das políticas de inclusão e diversidade com foco em gênero e raça, fazemos parte da Rede de Equidades.

A participação nessa Rede vai ao encontro de iniciativas institucionais recentes, como as citadas anteriormente e a participação na elaboração da política de gênero e não discriminação da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs).



_ NOSSOS RECURSOS

Clima organizacional e bem-estar

Realizamos anualmente, desde 2016, nossa pesquisa de clima organizacional. Buscamos saber a percepção que nossos servidores têm sobre os processos de gestão organizacional.

Após passar por revisão, a pesquisa foi aplicada em outubro de 2021. Foram recebidas 1.377 respostas de servidores, representando participação de 62% do quadro do TCU.

O atual instrumento inclui perguntas que buscam avaliar, por exemplo, a percepção das pessoas acerca do compromisso do TCU com o bem-estar e desempenho dos seus servidores, a avaliação da competência das pessoas que ocupam cargos de liderança e o nível de cooperação, integração e interdependência dos membros nas equipes de trabalhos.

Concluimos, de modo geral, que a percepção dos servidores sobre as dimensões do clima no TCU é bem favorável. O Índice de Percepção do Clima (IPC) obteve o valor de 4,07, que representa a média geral de todas as respostas obtidas na pesquisa, podendo variar de 1,00 a 5,00. Além disso, obtivemos Índice de Favorabilidade de 79%, que representa a porcentagem de respostas registradas nos dois pontos mais favoráveis da escala: "Concordo" e "Concordo totalmente".



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

_ NOSSOS RECURSOS

Com relação à saúde e bem-estar dos servidores, demos continuidade a ações como o Exame Periódico de Saúde (EPS) e a gestão do atendimento médico e odontológico. Foram realizados 398 exames, com satisfação de 99%.

Todas as ações contribuíram para melhora do perfil de saúde dos servidores, redução do absenteísmo e presentismo e, portanto, da capacidade de trabalho para as ações de controle e corporativas da organização.

Despesa de Pessoal e Remuneração

Em 2021, tivemos um gasto total de R\$ 1,898 bilhão com despesa de pessoal. Desse valor, o gasto com pessoal inativo (aposentados e pensionistas) foi de R\$ 813 milhões.

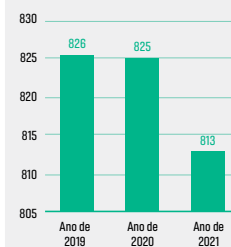
Adicionalmente, foi gasto R\$ 1,085 bilhão com pessoal ativo (remuneração e vantagens variáveis, como auxílio-alimentação, assistência médica, previdência etc.).

Houve decréscimo da despesa com pessoal entre os anos de 2021 e 2020. Enquanto foram gastos R\$ 1,912 bilhão em 2020, em 2021 esse valor foi de R\$ 1,898 bilhão.

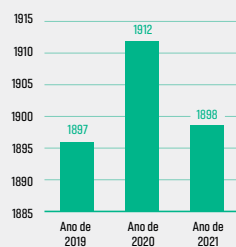
Apesar do aumento com despesas com o plano de seguridade do servidor na ordem de R\$ 3,2 milhões, a despesa com ativos diminuiu de R\$ 922 milhões para R\$ 917 milhões, e a despesa com inativos diminuiu de R\$ 825 milhões para R\$ 813 milhões de 2020 para 2021.

O trabalho remoto implantado para enfrentamento à pandemia de Covid-19 reduziu os valores de diárias, passagens, remoções de ofício, auxílio-moradia, transporte e locomoção de servidores de R\$ 8,6 milhões em 2019 para 4,3 milhões em 2021 (redução de 50%).

Gasto com pessoal inativo - R\$ milhões



Gasto com pessoal ativo - R\$ milhões



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

_ NOSSOS RECURSOS

| Cargos | Salários | Funções Comissionadas |
|--------|---------------|-----------------------|
| AUX | R\$ 10.662,24 | R\$ 2.408,58 |
| TEFC | R\$ 18.968,83 | R\$ 2.587,78 |
| AUFC | R\$ 31.863,20 | R\$ 4.236,89 |

Tabela 4 - Valores médios pagos para nossos servidores em 2021

Em 2021, apesar da manutenção do cenário pandêmico e a incerteza quanto à sua finalização, diversas ações foram realizadas na busca do aprimoramento do processo de gestão de pessoas do TCU. A manutenção do trabalho remoto e os desafios advindos dessa modalidade de trabalho, como gestão e integração de equipe, estiveram constantemente no foco de atuação de nossa área de gestão de pessoas. Paralelamente a isso, o aprimoramento de processos estruturantes da área foi realizado, como descrito abaixo.

Aperfeiçoamento de processos estratégicos de gestão de pessoas

Como forma de aperfeiçoar continuamente os processos de trabalho na área de gestão de pessoas, a Pesquisa de Clima Organizacional foi revisada; o processo de movimentação via SIM (Sistema de Interesse em Movimentação) foi melhorado, com a inclusão de informações para subsidiar o processo decisório; e, considerando a necessidade de racionalizar a estrutura de cargos de provimento efetivo em face

das mudanças nas formas de atuação e de organização administrativa do Tribunal, foram atualizadas as atribuições dos cargos e funções de confiança do quadro de pessoal do TCU, por meio da aprovação da Resolução-TCU 332, de 6/10/2021.

Lançamento de concurso público

Foi lançado em outubro de 2021 o edital do concurso público para o cargo de Auditor Federal de Controle Externo – Área Controle Externo, com previsão de 20 vagas para lotação em Brasília/DF, além de formação de cadastro de reserva.

Modelo de gestão de pessoas por competência

Dando seguimento à constante busca de aprimoramento de nosso modelo de gestão de pessoas teve início em 2021 o Projeto Gestão de Pessoas por Competências que tem como objetivo, além de assegurar que a equipe do Tribunal tenha os conhecimentos e comportamentos necessários para o alcance de bons resultados institucionais, valorizar as competências e conhecimentos dos servidores.

No período foi revista a base conceitual do modelo e realizada a identificação dos processos de trabalho que devem ser ajustados para dar suporte ao modelo. Associado a outras ações institucionais,



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

_ NOSSOS RECURSOS

como o projeto Trajetórias, coordenado pelo Instituto Serzedello Corrêa, o projeto visou conectar todas as iniciativas do Tribunal que possibilitem a real aplicação da gestão por competências no TCU, com impacto, por exemplo, nos processos de seleção interna, de reconhecimento e de movimentação.

Teletrabalho no TCU

Em virtude da pandemia da Covid-19, foi preciso nos adequar abruptamente a uma nova realidade, viabilizando a atuação da maior parte de nossos servidores e colaboradores de forma remota. Tal situação revelou uma série de benefícios em relação ao teletrabalho, mas, de igual modo, nos apresentou inúmeros desafios.

Diante disso, iniciou-se estudo sobre os possíveis modelos de trabalho a serem adotados pelo Tribunal, com o objetivo de compreender melhor os desafios, os benefícios e as necessidades apontados pelos gestores e servidores. O estudo em questão subsidiou a elaboração da [Portaria-TCU nº9, de 2022](#), a qual institucionalizou os modelos de teletrabalho no TCU. Um dos principais resultados do estudo foi a sugestão de implementação do Teletrabalho Parcial, até então não adotado pela Instituição.

Hoje, o teletrabalho no Tribunal é essencial para a qualidade de vida dos nossos servidores e o alcance dos objetivos da organização.

Desde sua implementação, o quantitativo de servidores em teletrabalho tem aumentado.

| Exercício | Número de servidores Presencial | Número de servidores em Teletrabalho |
|-----------|---------------------------------|--------------------------------------|
| 2009 | 2.438 | 180 |
| 2012 | 2.255 | 310 |
| 2015 | 2.271 | 372 |
| 2018 | 1.852 | 493 |
| 2021* | 0 | 2225 |

Tabela 5 - Número de servidores em teletrabalho em 2021

*Por força do que preceituam o caput e os §§1º e 2º do art. 9º da Portaria-TCU nº 62, de 19 de março de 2020, que estabeleceu medidas de caráter temporário para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Covid-19, todos os nossos servidores encontravam-se em teletrabalho total até 31/12/2021. O normativo determinou que apenas serviços essenciais deveriam ser realizados nas dependências do TCU. Do mesmo modo, a presença física dos servidores somente deveria ocorrer mediante convocação.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

NÚMEROS DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RECURSOS

_NOSSOS RECURSOS

Aprovação do Código de Ética

Aprovamos em 1º de setembro de 2021, a nova versão do Código de Conduta Ética dos Servidores do TCU. O material, elaborado por nossa Comissão de Ética (CET), recebeu várias contribuições e trouxe aprimoramentos ao texto até então vigente. Como algumas prescrições contidas no código são inéditas, a administração do Tribunal decidiu realizar uma ampla campanha de divulgação interna junto a servidores e colaboradores, sem prejuízo de o material ficar aberto para receber propostas de melhorias. O novo Código de Ética deve entrar em 2022.

Na recém-criada [página da Comissão de Ética no Portal do TCU](#), estão disponíveis informações detalhadas sobre este assunto.

Medidas administrativas de enfrentamento à pandemia de Covid-19

O ano de 2021 foi marcado pela continuidade ao enfrentamento à pandemia, e o Tribunal manteve a prioridade e o foco na continuidade eficiente dos trabalhos aliada à proteção à saúde de suas autoridades, seus servidores e colaboradores.

Entre as medidas de destaque das áreas de pessoal podem ser mencionadas:

- aumento na oferta de apoio presencial e à distância da equipe psicossocial;
- acompanhamento dos casos suspeitos e confirmados de Covid-19, com disponibilidade de teleconsulta médica e de enfermagem;
- retorno do funcionamento do restaurante, com protocolos de proteção, para maior comodidade de todos que precisaram ou optaram por retornar ao trabalho presencial; e
- aquisição e início da instalação de purificadores de ar nos dutos de todos os ambientes da Sede e ISC; e
- expansão da disponibilização de bens, como mobiliário e equipamentos de informática, para uso fora das dependências do Tribunal, pelos servidores em teletrabalho.

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

Possuímos em nossa estrutura organizacional uma escola de governo denominada [Instituto Serzedello Corrêa](#) (ISC). O propósito do Instituto é desenvolver pessoas para a construção de uma sociedade cidadã. Sua atuação alia Educação, Informação, Inovação e Cultura para promover a construção de conhecimentos que possam apoiar a atuação



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

Página 54 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

_NOSSOS RECURSOS



Instituto Serzedello Corrêa

do controle externo e o aprimoramento da Administração Pública em benefício da sociedade.

Para isso, o ISC promove capacitação e especialização de nossos servidores, de gestores e servidores públicos de outras instituições, além da formação de cidadãos. Também atua no estímulo à inovação no Tribunal e na Administração Pública, na preservação e acesso a informações necessárias para a atuação e o aprimoramento do controle externo e na arte-educação voltada à formação para a cidadania.

Em 2021, devido ao contexto da Pandemia de Covid-19, as ações foram ofertadas pelo ISC **prioritariamente no formato a distância**. As ações on-line mantiveram o nível de qualidade das ações presenciais e permitiram a continuidade de execução das diretrizes traçadas para a Educação Corporativa no TCU. A seguir são apresentadas as principais iniciativas relacionadas ao tema desenvolvidas no ano de 2021.

Plano de Desenvolvimento de Competências (PDDC)

Em 2021, publicamos o novo Plano de Desenvolvimento de Competências (PDDC) para o período de abril de 2021 a março de 2023. O PDDC reflete as ações a serem realizadas em prol do cumprimento da missão do Instituto Serzedello Corrêa, qual seja, “promover o desenvolvimento pessoal e profissional, a inovação e a gestão do conhecimento para o contínuo aprimoramento do controle e da Administração Pública”. O PDDC foi organizado a partir de seis diretrizes, alinhando-se ao Plano de Gestão do TCU para o biênio 2021-2023.

Projeto Trajetórias Profissionais

O projeto “Trajetórias Profissionais”, instituído em 2019, vem promovendo a construção de um elemento estruturante para o modelo de gestão de pessoas por competências. As trajetórias são entendidas como “Caminhos de desenvolvimento profissional do servidor, de



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

_ NOSSOS RECURSOS

complexidade crescente a cada nível definido, que explicitam competências e requisitos necessários à especialização em uma área temática."

Em 2021, evoluímos de forma significativa com a construção de cinco trajetórias profissionais finalísticas: Auditoria, Controle de Políticas Públicas, Regulação e Desestatização, Combate à Fraude e Corrupção e Análise de Dados. Como forma de facilitar o acesso e o entendimento acerca das trajetórias, foi desenvolvida aplicação que permite a navegação, consulta e atualização de informações relacionadas ao tema.

| Trajetórias profissionais desenvolvidas | Trajetórias profissionais a desenvolver |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> Auditoria Fraude e Corrupção Regulação e Desestatização Políticas Públicas Análise de Dados | <ul style="list-style-type: none"> Obras Públicas Auditoria Financeira Licitações e Contratos |

Desenvolvimento de competências pessoais e de liderança e gestão

Ao longo de 2021, ofertamos inúmeras ações de desenvolvimento de competências pessoais e de liderança e gestão, com especial foco em temas diagnosticados como relevantes.

Trabalho e gestão no contexto virtual foi assunto tratado em algumas ações específicas para o público gerencial, mas foi, principalmente, o grande tema da Semana da Produtividade, uma experiência inédita numa cidade virtual, que abordou boas práticas para uma produtividade sustentável no trabalho remoto com equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

A segurança da informação tem sido um tópico explorado num conjunto de ações educacionais associadas ao Programa TCU+Seguro, que objetivam mudar comportamentos de gestores de diferentes níveis e de servidores em geral.

Diante da significativa renovação no quadro de dirigentes de nível tático, ofertamos ações para o desenvolvimento de competências associadas à comunicação e relacionamento institucional desse público. Liderança feminina também foi um tema de destaque em 2021, com a promoção de debates em torno da igualdade de gênero na Administração Pública, protagonismo e diversidade.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

Liderança feminina também foi tema de destaque em 2021, com a promoção de debates em torno da igualdade de gênero na Administração Pública, protagonismo e diversidade.

Em 2021 também promovemos nova edição do Programa Sprint para gestores de nível operacional, além da estruturação de novos programas para gestores de nível tático e estratégico, com previsão de oferta em 2022.

Pós-Graduação e pesquisa

O PDDC 2021-2023 definiu como uma de suas diretrizes “aprimorar a formação acadêmica-profissional dos servidores do TCU e de instituições parceiras e fomentar pesquisas”. Para cumprir essa

Diretriz, foram ofertados os seguintes cursos de especialização *latu sensu* (+360h):

- Controle de Políticas Públicas (28 servidores do TCU e 11 de instituições parceiras);
- Análise Econômica do Direito (22 servidores do TCU e 20 de instituições parceiras); e
- Controle da Regulação e Desestatização (27 servidores do TCU e 22 de instituições parceiras).

Foi também priorizado para o período o projeto de credenciamento do Mestrado Profissional pela CAPES, na área de Controle Externo, com linhas de pesquisa em Auditoria do Setor Público, Análise de Dados e Políticas Públicas. O projeto envolve a composição de um corpo docente específico e a estruturação do curso e do programa de pesquisa do Instituto.

Desenvolvimento profissional em controle externo

Em 2021, oferecemos 499 ações educacionais que geraram 63.738 participações. Cerca de 74% dos servidores do TCU participaram de alguma dessas capacitações, que priorizaram o desenvolvimento de competências em controle externo.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

_ NOSSOS RECURSOS

| Competências | Total de ações | Percentual |
|----------------------------|----------------|------------|
| Controle Externo | 257 | 51,5% |
| Técnicas e Administrativas | 65 | 13,0% |
| Liderança | 32 | 6,4% |
| Comportamentais | 85 | 17,0 % |
| Não informado (inclui EVG) | 60 | 12,0% |

| PÚBLICO INTERNO | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|--|--|--|
| Servidores do TCU na Sede que Participaram de Ações Educacionais | 60,6% | 70% | 73,6% 1.640 Servidores |
| Servidores do TCU nos Estados que Participaram de Ações Educacionais | 64,5% 376 Servidores 1.324 Participações | 65,5% 382 Servidores 2.249 Participações | 71% 414 Servidores 2.601 Participações |

Capacitação de servidores públicos e cidadãos

Além de fiscalizarmos a Administração Pública também agimos de forma preventiva e pedagógica na orientação de gestores públicos para a correta aplicação dos recursos públicos. Para isso, oferecemos cursos gratuitos e a distância para gestores e servidores públicos de todo o País. Os cidadãos também são atendidos como forma de fomentar o controle social. Em 2021 foram computadas 48.571 participações nas ações educacionais que ofertamos para servidores públicos e cidadãos. Os cursos e eventos ofertados pelo TCU para o público externo encontram-se disponíveis no [Portal TCU](#).

| PÚBLICO GERAL | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|--------|--------|--------|
| Total de Ações Educacionais | 309 | 413 | 471 |
| Total de Participações | 25.816 | 40.457 | 48.571 |
| Proporção de Ações EaD (Não considera dados dos cursos disponibilizados na Plataforma EVG) | 32,3% | 77,9% | 94,6% |



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

Página 58 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

_NOSSOS RECURSOS

GESTÃO DO CONHECIMENTO

Os avanços na área educacional foram possíveis devido ao constante aprimoramento das ferramentas de suporte tecnológico e das plataformas de interação do ISC com seus públicos. Um trabalho que também impacta diretamente a transparência e a redução de burocracias para o acesso aos serviços e produtos do ISC.

A operacionalização e o aprimoramento de nossa gestão do conhecimento e da informação são empreendidos pelo ISC por meio de estrutura especializada, e incluem ações como a criação e organização de serviços e espaços de informação, tais como wikis, comunidades de prática e repositórios digitais no Portal TCU.

Dentro do processo de gestão do conhecimento e da informação, estão inseridas as ações de gestão documental e bibliográfica. A gestão documental busca controlar todo o ciclo de vida dos documentos que circulam cotidianamente dentro da instituição. Já a gestão bibliográfica, realizada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa, é responsável pela preservação da memória institucional e pela gestão de serviços de informação.

No período, merece destaque a iniciativa de **Internacionalização do Vocabulário de Controle Externo (VCE)**

O Vocabulário de Controle Externo (VCE), em construção desde 2011, é o Tesauro do Tribunal e está disponível para consulta e download em formato

de dados abertos em nosso Portal. Em 2021, as categorias temáticas do VCE começaram a ser traduzidas para os idiomas espanhol e o inglês.

A tradução dos termos da subárea de Educação já foi concluída e permitiu a geração do Glossário Trilíngue de Educação Corporativa. O material contempla os termos, definições, notas, sinônimos e os correspondentes linguísticos em espanhol e inglês, utilizados no Instituto Serzedello Corrêa.

A presença de termos em outros idiomas no tesauro objetiva atender a necessidade de um vocabulário especializado que controle termos semanticamente equivalentes, incluindo os registrados em outros idiomas com os quais fazemos intercâmbio de informações.

GESTÃO DA INOVAÇÃO

Em uma sociedade cada vez mais consciente de seus direitos e, consequentemente, dos deveres dos agentes públicos, a inovação assume papel fundamental para o aprimoramento do Estado. Por meio da inovação, somos capazes de aumentar a qualidade e a efetividade de nossos produtos e serviços ofertados aos cidadãos sem, necessariamente, aumentar nosso custo.

Desenvolver iniciativas inovadoras que assegurem a eficiência, a eficácia, a economicidade e a efetividade de nossa organização é



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?


NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

fundamental para o fortalecimento da confiança do cidadão no Controle Externo por nós exercido.

Para viabilizar a inovação na administração pública e no próprio Tribunal possuímos em nossa estrutura um **Laboratório de Inovação e Coparticipação, o coLAB-i**.

No período, o coLAB-i redefiniu seu escopo de atuação a partir das experiências acumuladas nos últimos dois anos, quando passou a estimular a inovação na Administração Pública e não apenas no próprio Tribunal.

O coLAB-i é um ambiente para integrar inovação e controle, gerando experiências e conhecimentos replicáveis na Administração Pública. Para isso, coordena projetos de inovação aberta, nos quais prospecta, experimenta e dissemina metodologias e soluções.



Missão:

- Promover a inovação na administração pública, por meio da interação entre gestores, controle e sociedade.

O que é:

- Ambiente para gerar soluções e conhecimento replicável.
- Ambiente para integrar inovação e controle.
- Ambiente para prospectar, experimentar e disseminar inovações aplicáveis à Administração Pública.

_ NOSSOS RECURSOS

No âmbito da Administração Pública, sua atuação em 2021 continuou voltada para compras públicas de inovação, notadamente por meio de parcerias: lançou o curso Contratações de Encomendas Tecnológicas na plataforma EVG da ENAP, desenvolvido em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Também com o BID e o Instituto Tellus, realizou webinar para divulgar o modelo INOVAMOS para que as Entidades de Fiscalização Superiores - EFS - e Tribunais de Contas - TCs - apoiem a compra de inovação na Administração Pública, replicável para tribunais de contas de outras esferas federativas, bem como para EFS de outros países da América Latina.

NOSSO RELACIONAMENTO E NOSSA COMUNICAÇÃO

O fortalecimento da relação com gestores públicos, atores da sociedade civil e instituições governamentais e representações de setores da sociedade nos possibilita alavancar o desempenho de nossas funções constitucionais, em especial a fiscalizadora e pedagógica. A parceria com outros órgãos e instituições, por meio de acordos de cooperação, da realização de encontros e de eventos de natureza técnica propicia o desenvolvimento de iniciativas conjuntas, o intercâmbio de informações e a realização de ações de capacitação, com vistas a um



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

_ NOSSOS RECURSOS

RELACIONAMENTO COM O CONGRESSO NACIONAL

melhor desempenho de nossas funções, com eficiência e efetividade. As parcerias possibilitam a coordenação de ações, sejam no combate e prevenção a fraude e corrupção, seja na identificação de melhorias de processos da administração pública.

Além disso, o relacionamento com o Congresso Nacional e setores da sociedade civil organizada possibilita o esclarecimento de nossas decisões, a divulgação de nossos trabalhos e, em conjunto com esses atores, o debate dos problemas do país na encontrar soluções, auxiliando a construir uma imagem positiva da atuação da atividade de controle externo a cargo do Tribunal.

Para isso procuramos demonstrar como agregamos valor à Administração Pública e aos serviços prestados à sociedade comunicando nossos trabalhos e seus resultados de forma tempestiva e em linguagem que permita perfeita compreensão por parte dos públicos-alvo.

Assim, nosso relacionamento e comunicação se realizam com o atendimento de solicitações e o provimento de informações ao Congresso Nacional, à sociedade, à imprensa, o atendimento aos cidadãos e autoridades constituídas. Nos relacionamos com os demais Poderes e entes federativos, com outras entidades nacionais e internacionais de fiscalização.

Por fim, provemos amplos canais de comunicação e ouvidoria para que qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato exerçam seu direito de denunciar perante o Tribunal.

O Congresso Nacional, como titular do controle externo, possui papel importante para o sucesso das ações de controle. Desse modo, estreitar o relacionamento com o Parlamento, por meio do estabelecimento de canais apropriados de diálogo que permitam a identificação de demandas e de expectativas, bem como a captação e disseminação de informações estratégicas para o exercício do controle, emergem como ações indispensáveis à definição do foco de atuação e ao fortalecimento do controle externo.

Estreitar o relacionamento com o Congresso Nacional, por meio do estabelecimento de canais apropriados de diálogo, permite a identificação de demandas e de expectativas, bem como a troca de informações estratégicas para o exercício das atribuições institucionais, fatores indispensáveis para a definição de foco de atuação para o fortalecimento e a efetividade do controle externo.

Acesse a página no portal do TCU usando o QRcode ao lado



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS[_NOSSOS RECURSOS](#)

Canais de Comunicação entre o TCU e o Congresso Nacional



No intuito de manter e aprimorar a integração com o Congresso Nacional, dispomos de uma [Assessoria Parlamentar \(Aspar\)](#), vinculada à Presidência, para prestar apoio em assuntos relacionados ao Congresso Nacional e suas Casas, comissões e seus parlamentares. Nossa Assessoria Parlamentar dedica-se à contínua melhoria na troca de informações com o Congresso Nacional. Para tanto, integrantes da equipe da Aspar visitam regularmente as comissões do Legislativo e estão aptos a auxiliar na prestação de informações e na interlocução com as demais unidades do Tribunal.

Visando essa maior interação com o Parlamento, nosso Portal apresenta uma página intitulada "[O TCU e o Congresso Nacional](#)", onde podem ser acessados os principais trabalhos de interesse do Congresso que realizamos em determinado período. Nessa página, também podem ser realizadas consultas e pesquisas sobre assuntos diversos de interesse dos congressistas, tais como:

- Contas do Governo
- Responsáveis com Contas Julgadas Irregulares com implicação eleitoral
- Fiscobras (obras fiscalizadas pelo TCU)
- Relatório de Atividades do TCU
- Solicitações do Congresso Nacional
- Notícias (sobre atuação do TCU)

Também está disponível em nosso Portal, a cartilha "[Solicitações do Congresso Nacional](#)", publicação que traz informações sobre como o Congresso, suas comissões e seus membros podem nos demandar.

Página 61 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

Solicitações do Congresso Nacional

A Câmara dos Deputados, o Senado Federal e suas comissões técnicas ou de inquérito podem solicitar ao Tribunal a realização de fiscalizações e o fornecimento de informações sobre trabalhos efetuados. As solicitações são aprovadas pelos colegiados do Congresso Nacional, de acordo com o estabelecido nos incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal.

Tais demandas são atendidas por meio da instauração de processos no Tribunal denominados [Solicitações do Congresso Nacional \(SCN\)](#), cujo tratamento no âmbito do Tribunal é disciplinado pela [Resolução TCU 215, de 2008](#). Esses processos têm acompanhamento especial pela Assessoria Parlamentar do TCU (Aspar), que presta apoio especializado em assuntos relacionados ao Congresso Nacional e suas Casas.

NOSSOS RECURSOS

Tendo em vista o tratamento prioritário que o Tribunal dispensa às solicitações do Poder Legislativo que lhe são encaminhadas, o Portal TCU disponibiliza plataforma que permite consultar as [Solicitações do Congresso Nacional \(SCN\)](#) protocolizadas.

Situação dos processos de SCN em 2021:

| Solicitações do Congresso Nacional (SCN) | Quantidade |
|--|------------|
| Processos de SCN encaminhados ao TCU | 82 |
| Processos de SCN apreciados | 53 |
| Processos de SCN em tramitação no TCU | 84 |

Fonte: Assessoria Parlamentar do TCU (Aspar).

(*) As solicitações institucionais são aquelas aprovadas pelos colegiados do Congresso Nacional, de acordo com o estabelecido nos incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal.

A seguir, são apresentadas as principais iniciativas por nós conduzidas com o intuito de aprimorar o relacionamento com esse importante ator.

Página 62 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

NÚMEROS DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RECURSOS

Página 63 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

_ NOSSOS RECURSOS



Alterações no fluxo de comunicações entre o TCU e Congresso

Com a intensificação do trabalho virtual em virtude da pandemia de Covid-19, houve necessidade de alterar a forma de tramitação de documentos entre o TCU e o Parlamento, passando-se a enviar avisos por e-mail diretamente aos interessados. Outra mudança foi no sentido de que, após gestões com Unidades Técnicas e com o Congresso Nacional, o sistema Conecta-TCU passou a ser utilizado para remessa dos avisos ao Congresso Nacional dirigidos às comissões temáticas.

Diagnóstico dos parlamentares que mais demandam ao TCU

Como subsídio às futuras estratégias de ação junto ao Parlamento voltadas aos interesses institucionais do TCU, elaboramos diagnóstico dos congressistas que mais nos demandam. O trabalho indicou a necessidade de se estabelecer uma rotina de atualização dos dados coletados e realizar atividades de aproximação com os congressistas identificados. Isso com a finalidade de aprimorar e gerenciar o atendimento das demandas do Congresso Nacional de forma a minimizar o impacto desses pedidos na atividade regular do Tribunal, entre outros benefícios para a instituição.

Diagnóstico dos conteúdos de interesse de atores do Congresso Nacional

Em complemento às estratégias de ação junto ao parlamento, foram coletados dados a partir de informações fornecidas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal quanto à atividade legislativa, buscando-se propostas que fizessem menção ao TCU, bem como pronunciamentos de parlamentares que também citassem o Tribunal. Foi possível reunir 24 temas de interesse de atores do Congresso Nacional, que servirão, em especial, para nortear as atividades de divulgação nas casas legislativas dos trabalhos de controle por nós que atendam aos principais interesses do Congresso Nacional.

Apoio à CPI da Pandemia

No decorrer do ano 2021, o foco da atividade legislativa no Senado Federal consistiu na Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, instalada em 27/4/2021. Além de cedermos dois servidores para dedicação exclusiva à CPI, fomos bastante demandados pelo colegiado com pedidos de fiscalização e de compartilhamento de material. Foram 21 solicitações da CPI atendidas, sendo seis delas pedidos de fiscalização.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS**RELACIONAMENTO COM INSTITUIÇÕES E GESTORES PÚBLICOS**

A aproximação com instituições e gestores públicos faz parte de nossa estratégia para melhor exercermos nossas atribuições e consolidar o Tribunal como órgão importante para o bom funcionamento da Administração Pública. O Relacionamento Institucional no TCU fundamenta-se na busca pelo pleno diálogo com as instituições para melhor interagir com os diversos atores internos e externos, articulando e convergindo ações e interesses.

Programa TCU+Cidades

Lançado em março de 2021, o Programa de Apoio à Gestão Municipal Responsável (TCU+Cidades) disponibiliza ao gestor público municipal diversos produtos para aprimoramento da gestão pública das cidades. Com foco na atuação pedagógica e orientativa, o Tribunal busca contribuir com a qualificação dos gestores municipais e induzir a prevenção das falhas que possam prejudicar o melhor uso dos recursos públicos.

O Programa abrange as áreas de interesse mais relacionadas à atuação municipal, - saúde, educação e infraestrutura urbana - e alguns temas transversais, como contratações públicas, finanças públicas e transferências obrigatórias.

Entre as principais ações desenvolvidas no ano, registram-se as seguintes:

- realização de dez **webinários** temáticos com mais de **nove mil inscrições** e cerca de **32,7 mil visualizações** no Youtube;
- elaboração de **sete publicações** direcionadas aos gestores municipais em temas como Gestão Fiscal, Obras Públicas, Licitações e Contratos, entre outros;
- disponibilização de **sete videoaulas** com orientações diretas, com destaque para informações básicas para realização de pesquisa de preço e pregão eletrônico, além de explicação sobre a Súmula 230; e
- desenvolvimento de **ações educacionais** direcionadas ao gestor público, como o lançamento da trilha de capacitação em compras públicas e a atualização do curso Fundamentos das Transferências Voluntárias, além da oferta de mais de 130 ações de capacitação já existentes.

_ NOSSOS RECURSOS



TCU+Cidades
Programa de apoio à gestão
municipal responsável

Página 64 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

_NOSSOS RECURSOS



Destaca-se ainda o envio de informativo mensal a cerca de 15 mil gestores, com recorte de conteúdo voltado para o público municipal, e o *hotsite* do programa, que já conta com cerca de 45 mil acessos e agrega todo o conteúdo produzido para os gestores municipais. Informações completas a respeito do Programa podem ser acessadas no Portal do TCU+Cidades.

Acordos de Cooperação firmados

Por meio dos acordos de cooperação técnica firmamos parcerias com órgãos e entidades públicos, nacionais e internacionais, bem como com entidades civis a fim de aprimorar o cumprimento de sua missão institucional e conferir maior eficiência, eficácia e efetividade à gestão pública. Os acordos celebrados pelo Tribunal podem ser consultados [aqui](#).

No ano de 2021 merecem os acordos de cooperação firmados com os seguintes órgãos e instituições:

| Instituição | Objetivo do acordo |
|--|--|
| Secretaria de Governo da Presidência da República | Implementar ações que contribuam para a melhoria da gestão pública por meio da atuação pedagógica e orientativa junto aos municípios do Brasil, no âmbito do Programa de Apoio à Gestão Municipal Responsável - TCU+Cidades. |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) | Disciplinar o intercâmbio de informações e bases de dados entre os partícipes, em especial a concessão de acesso e o fornecimento periódico, ao TCU, da base de dados do Garantia Safra (GS). |
| Universidade de Oxford | Desenvolver trabalho colaborativo em iniciativas de pesquisa que sejam dedicadas a aprimorar a gestão e o desenvolvimento de pessoal em instituições públicas, entre outras finalidades. |
| Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro | Apoiar logisticamente a realização do XXIV Congresso Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Incosai). Acordo original assinado em 2020 (publicado em 19/11/2020) e referendado em 28/4/2021. |
| Estado do Rio de Janeiro | Apoiar a realização do XXIV Incosai. |
| Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais - ARPEN Brasil | Permitir o acesso às certidões digitais, por meio do uso da plataforma da Central de Informações de Registro Civil de Pessoas Naturais (CRC). |



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

Página 66 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

_ NOSSOS RECURSOS

Evolução da Plataforma de relacionamento institucional

Em busca do fortalecimento da Estratégia de Relacionamento Institucional estão sendo promovidas ações para a constante evolução das soluções tecnológicas envolvidas. Em parceria com as unidades responsáveis pelas soluções de TI, foram priorizadas diversas evoluções dos sistemas Relaciona, Sislegis, Comunica e MAPA de forma a fortalecer as atividades de Relacionamento Institucional.

Os sistemas componentes dessa plataforma têm constantemente ganhado novas funcionalidades como a ficha de relacionamento, o monitoramento de cenários, a integração com soluções corporativas como a base de dados processuais ou integração com software de terceiros como o Outlook com objetivo de otimizar os as ações realizadas pelos usuários.

ConectaTCU

O ConectaTCU é uma plataforma de serviços digitais entre o TCU e órgãos da Administração Pública. A solução centraliza, consolida e estrutura informações e serviços sob perspectivas e contextos de uso tanto dos destinatários, quanto do Tribunal. A ferramenta possibilita, de forma on-line, a realização e acesso a comunicações processuais, envio de documentos ao TCU e o acesso a processos e informações existentes em nossa organização.



Em 2021, esta plataforma foi a responsável por tornar o tempo médio de ciência das comunicações cerca de três vezes mais ágil e o da resposta foi abreviado em mais de quinze por cento, aproximando o diálogo entre nós e a Administração Pública. Neste mesmo ano, a plataforma já contava com aproximadamente quatorze mil advogados usufruindo da solução, além de mais de oitocentos autoridades, entre Delegados Federais, membros do Ministério Público e representantes da Advocacia Geral da União, com pleno acesso aos nossos autos processuais não sigilosos.

Outras importantes evoluções da ferramenta em 2021 foram a recepção de arquivos grandes em diferentes formatos, de autorizações de Declarações de Bens e Rendas (DBR), além do subestabelecimento de procuradores e da classificação de documentos sigilosos pelo jurisdicionado, conforme orientações da Lei de Acesso à Informação – LAI.

RELACIONAMENTO COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Por intermédio da cooperação internacional, buscamos melhorar nossos produtos, processos de trabalho e fortalecer nossa estrutura organizacional. O relacionamento do TCU com instituições congêneres no mundo e com organismos internacionais estabelece uma troca



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

frutífera de conhecimentos, com a aquisição de novas capacidades profissionais e a incorporação de técnicas na área do controle.

Diversas inovações introduzidas no TCU nos últimos anos decorreram do intercâmbio internacional. Foi no âmbito dessas iniciativas que, por exemplo, se desenvolveram as metodologias de auditoria operacional e financeira, as bases de dados para utilização em fiscalizações e o referencial de governança para o setor público.

Ao incorporar melhores práticas internacionais e liderar importantes foros de debates sobre temas vinculados ao controle externo, nos consolidamos como instituição de referência.

É nesse contexto que iremos presidir a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai) no período de 2022 a 2025. A frente da Intosai, queremos fortalecer a voz global da organização e de seus membros junto à comunidade internacional. Sendo membro fundador da Intosai, e de organizações regionais de cooperação, presidimos o Comitê de Normas Profissionais (PSC) desde 2017, até 2022. Como Presidente do PSC, somos responsáveis pelo quadro de normas de auditoria do setor público.

Participamos ativamente de diversos grupos de trabalho globais sobre temas como auditoria ambiental, tecnologia da informação, análise de dados e combate à corrupção. Estamos à frente do Comitê de Criação de Capacidades e da Comissão Técnica Especial de Auditoria

Ambiental da Organização Latino-americana e do Caribe de EFS (Ola-cefs). Exercemos a Secretaria-Geral da Organização das Instituições de Controle da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP). Também trabalhamos em parceria com organismos regionais e multilaterais – agências da Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial e Cooperação Alemã, por exemplo.

Incosai 2022

Sediaremos em novembro de 2022 o XXIV Congresso Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Incosai), na cidade do Rio de Janeiro. Esse é o maior evento da Intosai e reúne participantes de mais de 120 países, com 800 membros, associados e afiliados da entidade com o propósito de tomar decisões estratégicas. Além de organizar esse grande evento, vamos, como já mencionado, liderar a Intosai por um período de três anos a partir de 2023.

O protótipo com informações gerais do Incosai está disponível on-line no endereço www.incosai2022.rio.br.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

Página 68 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

_NOSSOS RECURSOS

RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Com o objetivo de aperfeiçoar os seus canais de comunicação com o público externo e fomentar o controle social, disponibilizamos produtos, serviços, informações e orientações relacionados à atividade de controle externo. Para tanto, buscamos oferecer ao cidadão produtos e serviços alinhados às modernas plataformas informacionais.

No período constituímos grupo de trabalho com o objetivo de aprimorar os produtos e peças de comunicação relacionados diretamente aos resultados de nossas ações. A primeira etapa do trabalho, referente ao aprimoramento dos produtos e peças de comunicação, foi realizada por meio da oferta de curso específico de linguagem simples e da realização de diversas oficinas e reuniões internas da área de comunicação para levantamento e análise de todas as peças produzidas após proferirmos nossos acórdãos. Como isso demos importante passo para que sejamos capazes de comunicar, de forma adequada, o valor gerado por nossos processos principais produtos. A seguir, outras iniciativas que contribuem para a boa comunicação entre o Tribunal e a sociedade.

**TCU SuperApp**

No período foi desenvolvido um novo aplicativo que utiliza o conceito de [SuperApp](#) e consiste na integração de diversos serviços em uma única ferramenta. Inicialmente, o aplicativo disponibilizará acesso aos seguintes serviços digitais oferecidos pelo Tribunal:

- Sessões – pautas, vídeos e atas das Sessões Colegiadas;
- TV TCU - produções exibidas no canal do TCU no YouTube;
- Manifestações - envio e acompanhamento de manifestações junto a Ouvidoria do TCU;
- Push de Processos - notificações sobre atualização em processos de interesse do usuário;
- Vista Processual - acesso aos autos dos processos em que o usuário possua credenciamento; e
- Zello - Assistente virtual do TCU



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

Assistente Virtual Zello

Criado em 2018, o assistente virtual “Zello”, assim denominado em homenagem ao ilustre Inocêncio Serzedello Corrêa, é um robô que interage com o cidadão por meio de mensagens de texto no Twitter, prestando informações confiáveis a respeito da atuação do TCU. O assistente virtual está disponível no perfil do TCU no Twitter (@TCUoficial) e, também, no WhatsApp por meio do número 61 3527-2000.



Clique aqui e converse com o Zello pelo WhatsApp

Carta de Serviços

Com o propósito de se aproximar mais dos diversos usuários dos seus serviços mantemos em nosso Portal uma nova [Carta de Serviços](#) prestados ao público externo.

A carta traz o conceito de “todos os serviços em um só lugar”. O objetivo é oferecer, de forma rápida e fácil, o acesso aos serviços prestados ao cidadão pelo TCU em uma única página, de forma agrupada nas seguintes categorias:

- Serviços processuais;
- Certidões;
- Sessões, jurisprudência e normativos;
- Serviços de comunicação e informação;
- Educação, cultura e eventos;
- Transparência; e
- Serviços de apoio ao cidadão.

Além disso, também buscando maior interação com a sociedade, são divulgados notícias, fotos, vídeos e informações atualizadas sobre a atuação do Tribunal, na fiscalização do patrimônio público do Brasil, os quais são disponibilizados no Portal TCU (<http://portal.tcu.gov.br>).

Na versão eletrônica do presente Relatório, clique nas imagens a seguir para acessar os conteúdos dos tópicos a seguir ou, se preferir, utilize os QR Codes ao lado.

NOSSOS RECURSOS

Acesse as notícias acerca da atuação do TCU



Acesse o “Minuto do TCU” vinculado no programa radiofônico “A Voz do Brasil”



Acesse o canal do TCU no YouTube



Página 69 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

Página 70 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

_ NOSSOS RECURSOS

NOSSA TECNOLOGIA

A atividade de controle externo tem como insumo e produto informação e conhecimento, elementos altamente dependentes de tecnologia da informação. O tratamento de dados e informações é condição indispensável para alavancar as atividades de controle. Dessa forma, desenvolver capacidade organizacional ampla para trabalhar com recursos tecnológicos emergentes e analisar grandes bases de dados é condição imprescindível para ampliar a capacidade de fiscalização e, consequentemente, dar resposta às demandas que nos são apresentadas.

De modo complementar, o controle externo da administração pública e as informações que elas requerem são muito sensíveis, exigindo uma infraestrutura de tecnologia e segurança da informação robusta. Assim, gerenciamos continuamente os riscos relacionados a esse aspecto das nossas atividades mantemos nosso parque tecnológico o mais atualizado possível, equipado com componentes que evitam a perda de dados e garantem serviço ininterrupto, incluindo estruturas redundantes, fontes de energia alternativas e diferentes locais de armazenamento de dados.

Cabe destacar que no período foi aprovado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). O PDTI é o instrumento que reúne as decisões sobre o planejamento do desenvolvimento centralizado, contemplando, portanto, os esforços de projeto das unidades provedoras de solução de tecnologia da informação no âmbito de nossa organização. Tem

como objetivos indicar as prioridades estabelecidas, a alocação orçamentária e os indicadores para acompanhamento das ações referentes à tecnologia da informação.

GESTÃO DE TI - INFRAESTRUTURA

Modernização do parque computacional

No ano foram entregues 2650 equipamentos novos, entre estações de trabalho e notebooks, possibilitando a modernização dos equipamentos do Plenário e da Sala das Sessões, assim como permitindo que todo servidor do TCU recebesse um equipamento novo que lhe proporcione ambiente computacional atualizado e robusto, favorecendo o aumento de produtividade.

Expansão das instalações do Datacenter

A expansão dessas instalações é condição necessária para viabilizar, no processo de renovação do parque computacional, a aquisição de equipamentos mais potentes para continuar a atender a sempre



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

crescente demanda de processamento geradas, em particular, pelas atividades de inteligência e mineração de dados em grandes bases de dados.

Modernização e atualização da plataforma de containers da infraestrutura de aplicações

O Rancher (plataforma de containers do Tribunal) constitui componente essencial da infraestrutura que suporta as aplicações corporativas. Sua modernização/atualização é ação complexa, mas necessária para eliminação de fragilidades técnicas conhecidas o que colabora para a robustez da infraestrutura de aplicações.

GESTÃO DE TI - SOLUÇÕES

Projeto observatório de políticas públicas (ePP)

Projeto com potencial transformador que tem por objetivo mapear os objetos de controle existentes na administração, permitindo aumentar o conhecimento sobre o funcionamento da máquina pública, empoderando as ações de planejamento do controle e ações de controle específicas. Até o momento, forem integrados os dados do SIASG, Comprasnet 4.0, Comprasnet, Plataforma+Brasil, SIAFI, além das bases internas do TCU.

Projeto Instrução Assistida de TCE, Representação e Denúncia

O produto de instrução assistida consiste na utilização de dados estruturados que constam em nossas bases de dados para preenchimento automático parcial de documentos de instrução a serem complementados pelos responsáveis pela instrução processual. A geração automática de instrução parcialmente preenchida possibilita ganhos tanto de produtividade como de padronização, ao mesmo tempo que preserva a autonomia dos auditores para definição de suas próprias análises e entendimentos.

Página 71 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

Página 72 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

_ NOSSOS RECURSOS



Durante o ano de 2021 foram realizados pequenos ajustes na instrução assistida de TCEs e a maior parte do esforço foi alocada na construção de solução para instrução assistida para Representações e Denúncias. Desde o segundo semestre de 2021, tal solução está implantada, e tem sido constantemente evoluída, para um número de processos que varia entre 30% e 40% do total. Ao término do ano de 2021 a solução apresenta tendência de estabilidade nas funcionalidades existentes, e está sendo evoluída para contemplar 100% das petições e, portanto, possibilitar instrução assistida em todos os processos de representação e denúncia.

Aumento na quantidade de atos de pessoal analisados pelos gabinetes de Ministros

O ano de 2021 ficou marcado pelo grande volume de processos de atos de pessoal enviados aos gabinetes de Ministros, em função de decisão do STF que alterou o prazo de prescrição para atuação do TCU. Para atender a esse incremento na quantidade de processos, o Sagas, ferramenta que instrumentaliza os trabalhos dos gabinetes de Ministros e da Secretaria das Sessões, recebeu ajustes que os possibilitaram trabalhar com vários processos, simultaneamente.

Painel de Gestão de Recursos

Visando aprimorar os controles sobre o estoque de processos pendentes de exame de mérito pela Secretaria de Recursos (Serur), foi desenvolvida solução de gestão de recursos para a Unidade Técnica. A solução fornece, no formato de painel de informações, informações sobre o estoque de processos em grau de recurso, produtividade de instruções por auditores da Unidade e complexidade dos recursos.

Modernização da plataforma de desenvolvimento descentralizado (APEX)

Utilizamos o modelo de desenvolvimento descentralizado de sistemas no qual as unidades de negócio podem desenvolver suas próprias soluções utilizando a tecnologia Oracle APEX. Atualmente há em nossa organização aproximadamente 200 desenvolvedores e mais de 160 sistemas APEX em operação. Este modelo é utilizado há mais de 13 anos e tornou-se referência para a Administração Pública.

No âmbito desse trabalho foi criada infraestrutura, definição de padrões de desenvolvimento, estabelecimento de indicadores de governança, criação de ferramentas de apoio e redefinição de processos de trabalho.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

TCU Digital

A solução de escritório digital decorre da transformação digital e da necessidade de mais ambientes colaborativos e alinhados ao trabalho remoto. A ideia é a de que o TCU Digital não somente substitua intranet (Portal Interno) como também traga diferentes soluções para aumentar o engajamento, a produtividade e a colaboração do público interno. O TCU Digital vem sendo desenvolvido de forma interativa e incremental com insumos das unidades do Tribunal. O lançamento da primeira versão dessa iniciativa ocorreu em 11 de novembro de 2021.

Aperfeiçoamento das ferramentas de Tecnologia da Informação - TI

As iniciativas de desburocratização e simplificação vêm sendo acompanhadas do desenvolvimento de ferramentas informatizadas. Nesse sentido, foram entregues importantes soluções de TI, tais como:

NOSSOS RECURSOS

SaudeWeb: que trouxe uma economia de recursos da ordem de cerca de 300 mil reais anuais com o encerramento do contrato de suporte e manutenção do sistema GSWEB; e

Regulus: com primeiro módulo entregue em outubro, é a solução em que as demandas de contratações/renovações são registradas, analisadas e autorizadas, e que contém as informações de cada Plano de Contratações Anual (PCA).

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Programa TCU+Seguro

Instituiu no período um programa especial de segurança da informação (Programa TCU+Seguro), com o objetivo de definir, articular e acelerar o desenvolvimento e a implementação de práticas, soluções, normas, processos de trabalho e demais elementos que visem ao fortalecimento da Segurança da Informação no âmbito desta Corte de Contas.

O programa se concentra em três eixos temáticos: melhorias e adequações na infraestrutura de tecnologia, mudanças de comportamento dos servidores e colaboradores e gestão de riscos e continuidade, com as seguintes características:

Página 73 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

- Eixo Tecnologia: contempla as iniciativas relacionadas a melhorias e adequações na infraestrutura e nas soluções de Tecnologia da Informação do Tribunal;
- Eixo Comportamento: contempla as iniciativas que tenham como objetivo promover mudanças de comportamento dos servidores e colaboradores do TCU por meio de ações de conscientização e capacitação, de revisão normativa e do aperfeiçoamento de processos de trabalho; e
- Eixo Gestão de Riscos e Continuidade: contempla as iniciativas que tenham como objetivo o fortalecimento dos processos de gestão de riscos e vulnerabilidades e de continuidade do negócio relacionados à segurança da informação.

Das ações abarcadas pelo Programa TCU+Seguro, 61 delas são do eixo de tecnologia, 16 do eixo comportamental e 9 do eixo de gestão de riscos e continuidade cabendo destacar:

- 10 ações de tecnologia concluídas como por exemplo a adequação do programa TCU+Seguro às normas internacionais (NIST e CIS), revisão das regras do firewall e evoluções no gerenciamento eletrônico de documentos (GED);
- 5 ações do eixo de gestão de riscos e continuidade concluídas a exemplo da identificação dos principais riscos de segurança da informação do Tribunal; e
- quanto ao eixo comportamental a maioria das ações são contínuas, cabendo citar entregas como a revisão e consolidação de normativos com 7 atualizações e 3 novas normas e o fomento à cultura de segurança da informação com 13 infográficos, 7 vídeos, e-mails e diversas outras publicações.

Expansão da área de Segurança da Informação e de Proteção de Dados

Com a reestruturação de unidades da Secretaria do Tribunal promovida pela Resolução-TCU nº 324/2020, ocorreu o fortalecimento da segurança da informação com a incorporação dessa importante atividade à nova Secretaria de Ouvidoria e Segurança da Informação (Sesouv), para atuar também, além dos serviços de Ouvidoria, nas áreas de segurança de informação (SI) e proteção de dados (PD). Entre as atribuições dessa unidade



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

_NOSSOS RECURSOS

estão incluídas as funções de encarregado pelo tratamento de dados pessoais no âmbito do TCU, em observância à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Gestão de incidentes de segurança da informação

A gestão de incidentes de segurança da informação é peça fundamental para o tratamento de eventos simples de acessos indevidos à informação, como os relacionados a ataques no espaço cibernético, envolvendo nossa rede. Nos últimos meses, eventos adversos de segurança da informação têm se tornado cada vez mais comuns no âmbito da Administração Pública Federal.

Por isso, em 2021 realizamos a revisão e o aperfeiçoamento do processo de gestão de incidentes, com validação por meio de testes de mesa. Cabe menção também à definição de sistema de gerenciamento interno de incidentes de segurança, denominado Sistema de Gestão de Incidentes (SGI), destinado a gerenciar incidentes controlados ou acompanhados pela Sesouv.

Classificação da informação

Por último, foi criado grupo de trabalho com a finalidade de aperfeiçoar o processo de classificação da informação no Tribunal, na busca por evoluir na aderência e na harmonização da Lei de Acesso à Informação e da Lei Geral de Proteção de Dados.

NOSSA LOGÍSTICA E NOSSA SUSTENTABILIDADE

A promoção da sustentabilidade nas ações, a racionalização e a modernização administrativa dos espaços e infraestrutura do TCU foram prioridades no último ano.

Em 2021, implementamos a contratação única para manutenção da Sede e Estados com redução de custos da ordem de R\$ 1,9 milhão/ano.

Adequamos o modo de ocupação das Secretarias do TCU nos estados para melhor atender aos seus usuários e racionalizar os recursos dispendidos em suas instalações.

Realocamos três secretarias que foram alugadas no modo "built to suit" (BTS), com redução da área ocupada e, consequentemente, dos gastos permanentes de operação e manutenção. Além disso, iniciamos



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

os trâmites para relocação ou compartilhamento de prédios em mais seis secretarias. A economia anual estimada em gastos permanentes é de R\$1.7 milhão.

Além disso, projeta-se economia de mais de R\$5 milhões em reformas emergenciais nas sedes antigas que não precisarão mais ser realizadas.

Em relação à sustentabilidade, promovemos o uso racional de recursos naturais e buscamos assegurar a sustentabilidade em nosso ambiente de negócios. Em nossas atividades, alinhamos os processos de tomadas de decisão a práticas de gestão socioambiental, definidas nas diretrizes do nosso Programa de Logística Sustentável (PLS).

O PLS encontra-se em sua segunda edição, vigente no período 2021-2025. A primeira edição do PLS, implementada no período 2016-2020, contou com 122 ações previstas, obtendo nível de execução de 96%.

Nesse período, foram observados redução de 26% no consumo de energia elétrica, 53% no consumo de água, 75% no uso de impressoras, entre outros significativos resultados.



_NOSSOS RECURSOS

| Recursos | Economia % em recursos | Economia R\$ |
|--------------------|------------------------|--------------|
| Água | 10,5% m3 | 1,164 milhão |
| Copos descartáveis | 47,5% unidades | |
| Energia Elétrica | 33% kwh | |
| Impressões | 80% páginas | |
| Papel | 29,6% resmas | |

Tabela 6 - Economia de recursos naturais e financeiros de 2020 para 2021

O atual Programa de Logística Sustentável (PLS 2021-2025) prevê a realização de 56 ações. Essas ações tratam de incentivos do TCU para:

- a promoção da igualdade de gênero;
- a ampliação de Rede Legislativo Sustentável;
- o consumo de produtos orgânicos por seus servidores e o incremento da renda dos produtores familiares regionais, por meio da Feira de Orgânicos;
- a coleta seletiva dos resíduos no momento do descarte e;
- a economia de recursos naturais.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

Página 77 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

_NOSSOS RECURSOS



Em 2021 conseguimos os seguintes resultados:

- Ampliação da Rede Legislativo Sustentável com a adesão de Tribunais de Contas do Distrito Federal, Estados e Municípios;
- Deliberação da Comissão de Logística Sustentável (CLS) para que o TCU tenha como objetivo o alcance máximo do índice de Avaliação das Ações de Sustentabilidade na Administração Pública (IASA);
- Publicação do novo Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- Estudo do Ciclo Vida dos produtos, com vistas a viabilizar sua utilização nos processos licitatórios, conforme previsto na nova lei de licitações;
- Realização de campanha para recolhimento de lixo eletrônicos;
- Promoção de igualdade de oportunidades para mulheres no ambiente de trabalho do TCU.

Dentre as ações realizadas que contribuem para a redução do consumo de recursos naturais, destacamos:

- A adequação das instalações hidrossanitárias dos prédios do TCU em Brasília-DF, com a construção de estações de esgoto à vácuo. Os resultados indicam economia de 30% de água anualmente, o que equivale, desde 2018, a mais de R\$ 640 mil.
- A instalação do conjunto de Usinas Fotovoltaicas nas coberturas das edificações do Tribunal em Brasília-DF. Atualmente, essas usinas geram um retorno médio mensal ao TCU de 19% do gasto total com energia.

SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RESULTADOS

Página 78 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

_ NOSSOS RECURSOS

NOSSAS FINANÇAS

Ao longo dos anos, temos buscado o aprimoramento contínuo do processo de planejamento e execução orçamentária, como forma economizar e alocar de maneira mais eficiente os recursos públicos. Isso está demonstrado ao longo das Seções “Nossos Recursos” e “Nossos Resultados”.

Aprimoramos as rotinas e os sistemas internos de acompanhamento e execução do orçamento do Tribunal - Sistema de Apoio à Gestão Orçamentária e Financeira (Sisof), Sistema de Gestão Orçamentária (SGO) e Solicitações Financeiras Administrativas (SFA).

Com isso, conseguimos realizar o compartilhamento de responsabilidades. Os resultados na gestão e execução orçamentária e financeira ficaram mais eficazes e eficientes, pois conseguimos envolver as várias unidades gestoras na definição e acompanhamento das suas despesas, com o estabelecimento de prioridades e metas segundo o planejamento institucional.

De forma a garantir o seu funcionamento, o TCU arca com despesas obrigatórias e discricionárias.

A Lei Orçamentária Anual de 2021 (LOA 2021) aprovou o orçamento do TCU em R\$ 2,308 bilhões. Utilizamos R\$ 2,175 bilhões desse valor em 2021 (94,19%), distribuídos conforme tabela a seguir.

| Rubrica | Valor | Percentual |
|---|---------------|------------|
| Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios | 1,899 bilhão | 87,3% |
| Custeio | 237 milhões | 10,9% |
| Investimento | 39 milhões | 1,8% |
| Total | 2,175 bilhões | 100% |

Tabela 7 - Orçamento do TCU em 2021

Comparando com o executado em 2020, houve um aumento de 15,4% na execução das despesas discricionárias (custeio e investimento) e diminuição de 0,7% na execução das despesas obrigatórias (pessoal, encargos sociais e benefícios). Assim, considerando a expressividade dessas últimas (90,6%), a execução total de 2021 foi 0,6% maior que a realizada em 2020.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

NÚMEROS DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RECURSOS

Analizando o histórico das despesas discricionárias, percebemos a diminuição dos valores ao longo dos anos. Em linha com o que já foi demonstrado na seção "Nossa Gente" sobre a constante redução do quadro de pessoal, ratifica-se a necessidade de adequar e aprimorar os processos internos e racionalizar as estruturas de trabalho visando a realizar a missão conferida pela sociedade ao TCU.

| | 2020 | 2020 | 2021 | 2021 | 2021 | 2020-2021 |
|--------------------------|--------------|-----------|--------------|-----------|----------------------|--------------------|
| Tipo de despesa | Limite Final | Realizado | Limite Final | Realizado | % Realizado do total | Variação Realizado |
| Despesas Discricionárias | 245,0 | 176,3 | 284,0 | 203,5 | 9,4% | 15,4% |
| Despesas Obrigatórias | 2008,0 | 1985,7 | 2024,0 | 1971,8 | 90,6% | -0,7% |
| Total Geral | 2253,0 | 2162,0 | 2308,0 | 2175,3 | 100,0% | 0,6% |

Em relação às contratações realizadas, as mais relevantes de 2021 estavam relacionadas à tecnologia da informação. Há também aquelas firmadas por outras áreas do Tribunal, as quais se referem a fornecimento de energia elétrica, apoio técnico administrativo, serviços de limpeza e conservação, manutenção predial e vigilância ostensiva.

Essas contratações se justificam pela necessidade de provimento de infraestrutura física e lógica adequadas e de segurança às pessoas

e ao patrimônio público, permitindo o desenvolvimento das atividades Tribunal.

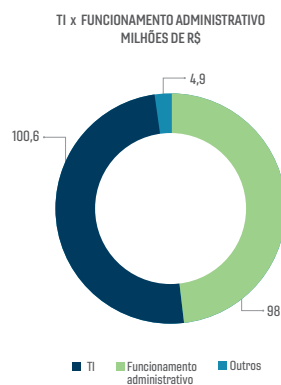
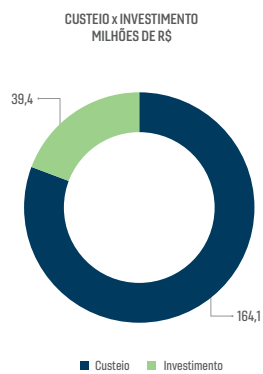
Em 2021, gastamos com custeio e investimento cerca de R\$ 203 milhões. Desses, 48,2% foram gastos com tecnologia da informação (equipamentos e serviços), reforçando que as prioridades da gestão do Tribunal, em relação à TI, foram plenamente atendidas. ■



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS[_NOSSOS RECURSOS](#)

Página 80 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

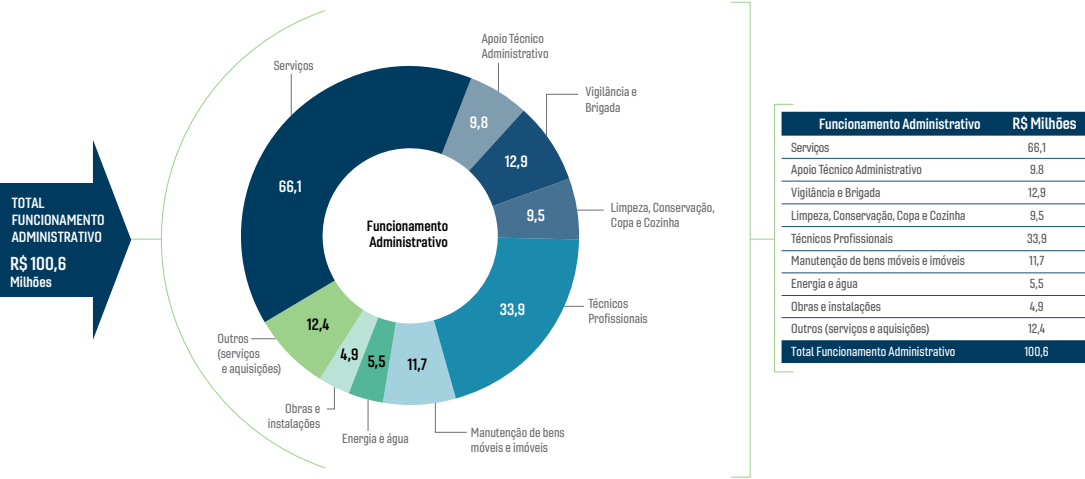
NÚMEROS DO TCU

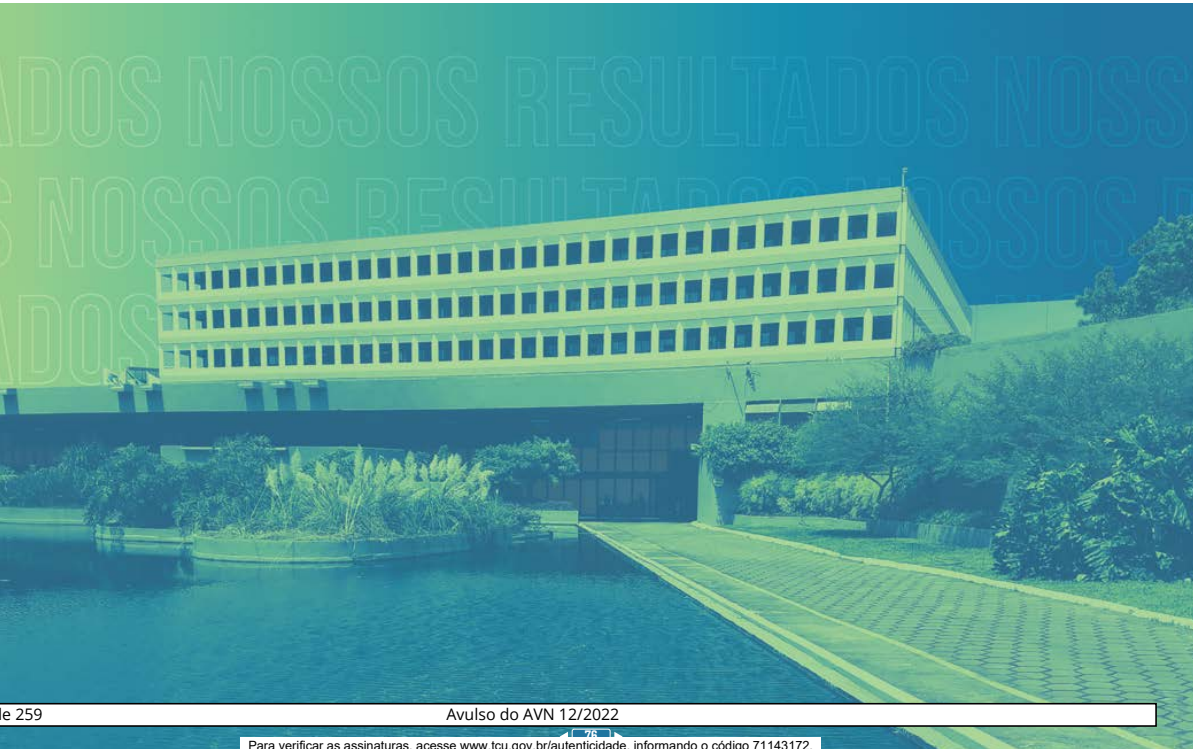
QUEM SOMOS ?

NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RECURSOS





SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

NÚMEROS DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RECURSOS

Página 82 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RESULTADOS

_NOSSOS RESULTADOS

NOSSOS RESULTADOS

Em 2021, o TCU economizou R\$ 87 bilhões para os cidadãos contribuintes. O retorno sobre o investimento que a sociedade fez em nosso funcionamento foi de R\$ 40 para cada R\$ 1 do orçamento destinado ao Tribunal.

Também contribuimos para a restituição aos cofres públicos mediante 2.483 condenações ao ressarcimento de débitos e aplicação de multas a responsáveis pela gestão de bens e recursos públicos, no montante de R\$ 9,130 bilhões, em 2021, e de R\$ 33,501 bilhões no acumulado dos últimos cinco anos.

Esses resultados foram obtidos a partir de recomendações e determinações expedidas pelo Tribunal na busca pela melhoria da economicidade, da eficiência e da eficácia de programas, ações e atividades do governo federal.

O detalhamento dos resultados por nós obtidos e das iniciativas que os geraram é apresentado nos tópicos a seguir.

RESULTADO INSTITUCIONAL

Somos avaliados semestralmente por meio de um conjunto de seis indicadores de desempenho que perpassam os quatro macroprocessos finalísticos presentes em nossa cadeia de valor. Esses indicadores e suas respectivas metas constam de nosso [Plano de Gestão](#) cuja vigência, conforme informado, é de dois anos, de abril de 2021 a março de 2023. A apuração de nosso desempenho referente ao ano de 2021 ocorreu em duas oportunidades distintas, em setembro de 2021 e em março de 2022.

No período avaliativo que compreendeu o semestre abril/2021 a setembro/2021, o nosso desempenho apresentou resultado **de 98,1%**. Superamos a meta em cinco dos seis indicadores. Apenas o índice de processos em grau de recurso com até 90 dias em gabinetes de ministro não atingiu a meta proposta.

Página 83 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.



NOSSOS RESULTADOS

Resultado do TCU (abril a setembro/2021)

| Indicadores | Peso | Meta | Resultado | Resultado % | % Final |
|--|------|------|-----------|---------------|---------|
| Índice de apreciação conclusiva de trabalhos relevantes | 30% | 80% | 83,9% | 104,9% (100%) | 30,0% |
| Índice de apreciação conclusiva de processos | 20% | 80% | 80,9% | 101,1% (100%) | 20,0% |
| Índice de apreciação conclusiva de processos antigos | 15% | 55% | 58,0% | 105,5* (100%) | 15,0% |
| Índice de apreciação conclusiva de atos de pessoal | 15% | 90% | 160,7% | 178,6% (100%) | 15,0% |
| Índice de processos em grau de recurso com até 90 dias em gabinetes de ministro | 10% | 55% | 44,3% | 80,5% | 8,1% |
| Índice de apreciação conclusiva de processos de contas anuais autuados no ano anterior | 10% | 80% | 85,0% | 106,3% (100%) | 10,0% |
| Resultado em setembro/2021 | | | | | 98,1% |



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RESULTADOS**NOSSOS RESULTADOS**

No período avaliativo que compreendeu ao período de outubro/2021 a março/2022, nosso desempenho alcançou o resultado de **97,07%**. Supera-
mos a meta em cinco dos seis indicadores. O índice de processos em grau de recurso com até 90 dias em gabinetes de não atingiu a meta proposta.

Resultado do TCU (outubro/2021 a março/2022)

| Indicadores | Peso | Meta | Resultado | Resultado % | % Final |
|--|------|------|-----------|------------------|---------------|
| Índice de apreciação conclusiva de trabalhos relevantes | 30% | 65% | 82,8% | 127,3% (100%) | 30,0% |
| Índice de apreciação conclusiva de processos | 20% | 70% | 76,4% | 109,2% (100%) | 20,0% |
| Índice de apreciação conclusiva de processos antigos | 15% | 50% | 51,2% | 102,3% (100%) | 15,0% |
| Índice de apreciação conclusiva de atos de pessoal | 15% | 90% | 94,7% | 105,3% (100%) | 15,0% |
| Índice de processos em grau de recurso com até 90 dias em gabinetes de ministro | 10% | 55% | 38,9% | 70,7% | 7,07% |
| Índice de apreciação conclusiva de processos de contas anuais autuados no ano anterior | 10% | 80% | 81,8% | 102,3% | 10,0% |
| Resultado do TCU em dezembro/2021 | | | | | 97,07% |

De modo complementar aos indicadores finalísticos apresentados, definimos um conjunto de indicadores de desempenho que avaliam ao mes-
mo tempo nossas unidades de apoio e os componentes do macroprocesso corporativo de Governança e Gestão Organizacional. Dentre eles, po-
demos destacar:

Página 85 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

NÚMEROS DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RESULTADOS

NOSSOS RESULTADOS

| PROCESSO DE TRABALHO | INDICADOR | O QUE MEDE? | META | RESULTADO |
|---|--|--|------|-----------|
| Governança, gestão da estratégia e desempenho | Índice de alinhamento institucional | O percentual de execução das ações prioritárias planejadas pelo TCU no período e seu alinhamento às diretrizes e prioridades institucionais | 90% | 100% |
| | Índice de cumprimento do plano de auditoria interna | O percentual de execução das ações previstas no plano de auditoria interna do TCU | 100% | 100% |
| Gestão do relacionamento e da comunicação | Índice de satisfação do cidadão com os serviços da Ouvidoria | A satisfação do cidadão com a qualidade e a tempestividade dos serviços oferecidos pela Ouvidoria do Tribunal | 70% | 92,9% |
| | Índice de cumprimento dos prazos previstos na Lei de Acesso à Informação | O percentual de Pedidos de Acesso à Informação (PAI) atendidos no prazo de 30 dias | 80% | 91,6% |
| | Índice de divulgação dos trabalhos de controle externo priorizados | O percentual de trabalhos de controle externo priorizados, julgados no período, que foram divulgados em canais de comunicação próprios do TCU | 70% | 72,7% |
| | Índice de resolução de demandas individuais dos parlamentares | O percentual de tratamento, diretamente pela Assessoria Parlamentar do TCU (Aspar) ou por unidade do Tribunal com apoio da Aspar, de solicitações advindas de parlamentar do Congresso Nacional | 90% | 100% |
| | Índice de intervenções sobre propostas de fiscalização do Congresso Nacional | O percentual de intervenções realizadas no período pela Assessoria Parlamentar do TCU junto aos parlamentares e às comissões, autores ou relatores de demandas ao TCU, individualmente ou em conjunto com área técnica do Tribunal, com o fim de adequá-las a capacidade e às competências do Tribunal | 80% | 100% |



SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

NÚMEROS DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RESULTADOS

NOSSOS RESULTADOS

| PROCESSO DE TRABALHO | INDICADOR | O QUE MEDE? | META | RESULTADO |
|---|---|---|-------------------|-------------------|
| Gestão de pessoas, conhecimento e inovação | Índice de execução do calendário educacional | O percentual de ações educacionais ofertadas em relação às ações planejadas no calendário educacional | 70% | 80% |
| | Índice de satisfação com o treinamento oferecido | A satisfação dos participantes das ações de aprendizagem, em ações educacionais | 80% | 92,8% |
| | Índice de satisfação com produtos e serviços de gestão de pessoas | A satisfação dos colaboradores do TCU com produtos e serviços de gestão de pessoas | 80% | 98,7% |
| Gestão da tecnologia da informação | Índice de disponibilidade da rede corporativa | A disponibilidade dos serviços de rede local oferecidos ao TCU | 97% | 99,9% |
| | Índice de satisfação dos servidores em relação à TI | A satisfação dos servidores do TCU em relação aos produtos e serviços oferecidos pela área de tecnologia do TCU | 75% | 74,8% |
| Gestão da logística e da sustentabilidade | Índice de implementação das ações do Plano de Logística Sustentável (PLS) | A entrega tempestiva de produtos previstos no Plano de Logística Sustentável (PLS) | 90% | 100% |
| Gestão de orçamento, finanças e contabilidade | Tempo médio de liquidação e pagamento de despesas com fornecedores | O tempo gasto desde a chegada à unidade orçamentária central de pedidos de pagamento de despesas com fornecedores até seu efetivo pagamento | 4,3 dias corridos | 3,1 dias corridos |



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RESULTADOS

_NOSSOS RESULTADOS

BENEFÍCIOS FINANCEIROS DAS AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

Como mencionamos ao descrever nosso modelo de negócios, os impactos positivos da atuação do TCU são traduzidos em benefícios entregues à sociedade. Esses benefícios são, em grande parte, de difícil mensuração em termos financeiros. Advêm, por exemplo, da própria expectativa do controle, da prevenção do desperdício, de melhorias na alocação de recursos, da sugestão de aprimoramento de leis, da redução de danos ambientais e da melhoria de políticas públicas. Alguns resultados, contudo, são passíveis de mensuração em termos financeiros e geram **benefícios que podem ser potenciais ou efetivos**.

Benefício potencial: decorre de deliberação do Tribunal cujo cumprimento ainda não foi verificado, ou seja, é o resultado que o Tribunal entende que pode ser alcançado se o jurisdicionado atender determinação ou recomendação constante de um acórdão.

Benefício efetivo: é aquele resultante da verificação do cumprimento das determinações ou recomendações feitas pelo Tribunal, ou aquele que se concretiza durante uma ação de controle em andamento no TCU, por iniciativa dos gestores a partir de apontamentos da equipe técnica. Neste último caso, não há necessidade acórdão para cômputo do benefício.



Na tabela a seguir, apresentamos o detalhamento do resultado financeiro, apurado no ano de 2021, das ações de controle por nós realizadas. A tabela permite a visão desses benefícios de acordo com seu tipo e com o elemento da cadeia de valor do Tribunal ao qual estão associados, agrupadas conforme o tipo de benefício verificado e seu respectivo montante financeiro.

Página 88 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

NÚMEROS DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RESULTADOS

NOSSOS RESULTADOS

| Valor Gerado e tipo de benefício | Benefício Potencial (R\$) | Benefício Efetivo (R\$) | TOTAL (R\$) |
|---|---------------------------|-------------------------|-------------------|
| Segurança jurídica e econômica de atos e contratos | 22.341.670.473,72 | 54.238.405.127,25 | 76.580.075.600,97 |
| Correção de irregularidades ou impropriedades | 21.645.195.203,68 | 19.506.483.823,46 | 40.982.031.912,21 |
| Elevação de preço mínimo da outorga ou da empresa a ser privatizada | 191.595.627,70 | 200.630.037,00 | 392.225.664,70 |
| Redução de preço máximo em processo licitatório específico | - | 71.403.263,45 | 71.403.263,45 |
| Incremento da economia, eficiência, eficácia ou efetividade de órgão ou entidade da administração pública | - | 34.203.330.555,41 | 34.203.330.555,41 |
| Benefícios decorrentes da análise do Sistema Alice | - | 426.204.562,86 | 426.204.562,86 |
| Benefícios decorrentes da análise dos atos de pessoal | 504.879.642,34 | - | 504.879.642,34 |
| Eficiência, eficácia e efetividade da administração e das políticas públicas | 351.133.685,26 | 860.641.588,70 | 1.211.775.273,96 |
| Redução de tarifa pública | 351.133.685,26 | 860.641.588,70 | 1.211.775.273,96 |
| Integridade na gestão pública | 9.130.824.760,31 | - | 9.130.824.760,31 |
| Condenações em débito | 8.004.428.923,47 | - | 8.004.428.923,47 |
| Multas aplicadas | 1.126.395.836,84 | - | 1.126.395.836,84 |
| TOTAL | | | 87.092.322.750,17 |



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

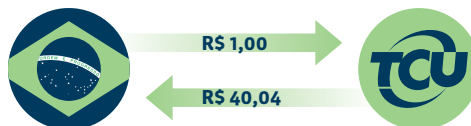
QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RESULTADOS

_ NOSSOS RESULTADOS

Cabe destacar que temos promovido o uso de ferramentas e técnicas capazes de ampliar, ainda mais, o conjunto de benefícios que disponibilizamos à sociedade. Nesse sentido, a utilização do **Sistema de Análise de Licitações e Editais (Alice)** tem possibilitado a avaliação tempestiva e automatizada de editais de licitação e atas de pregão. Esse Sistema permite a identificação de indícios de irregularidades, fraudes, desvios e desperdícios de recursos públicos, viabilizando ações de controle mais eficientes e efetivas. Apenas no ano de 2021, o montante de benefícios decorrentes das análises efetuadas por meio do Sistema Alice totalizou **cerca de R\$ 426 milhões**.

Assim, considerando-se o **montante dos benefícios potenciais e efetivos** das ações de controle externo resultantes de nossas deliberações e processos, dos levantamentos realizados pelo Sistema Alice, das análises dos atos de pessoal e das condenações em débito e das multas aplicadas, verificamos que, em 2021, o **somatório dos benefícios financeiros de nossas ações de controle** atingiu o valor total de **R\$ 87.092.322.750,17, valor 40,04 vezes superior** ao custo de funcionamento do TCU no período (**R\$ 2.174.654.396,56**) e o **maior benefício financeiro por nós já apurado**.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RESULTADOS

_NOSSOS RESULTADOS

PROCESSOS DE CONTROLE EXTERNO APRECIADOS E FISCALIZAÇÕES REALIZADAS

Parcela significativa dos benefícios de controle apresentados anteriormente é decorrente da apreciação de processos de controle externo pelos colegiados do Tribunal. Em 2021, nossos colegiados apreciaram conclusivamente **4.990** processos de controle externo, conforme demonstrado no quadro a seguir.

| Tipo do processo | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|-----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Consulta | 36 | 52 | 36 | 40 | 48 |
| Contas | 328 | 283 | 352 | 365 | 220 |
| Denúncia | 277 | 254 | 289 | 297 | 253 |
| Fiscalização | 378 | 345 | 322 | 349 | 289 |
| Representação | 1.688 | 1.730 | 1.652 | 1.828 | 1.613 |
| Solicitação do Congresso Nacional | 57 | 49 | 42 | 45 | 47 |
| Tomada de Contas Especial | 1.917 | 1.752 | 1.623 | 1.965 | 1.974 |
| Outros | 308 | 222 | 375 | 566 | 546 |
| Total de processos | 4.989 | 4.687 | 4.691 | 5.455 | 4.990 |

Tabela 1 - Processos de controle externo apreciados (exceto processos de pessoal e processos em grau de recurso)

Página 91 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

NÚMEROS DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RESULTADOS

Dentre os processos de controle que mais geram benefícios podemos destacar as fiscalizações. Os instrumentos de fiscalização adotados pelo TCU, conforme estabelecido em nosso Regimento Interno, são: **acompanhamento, auditoria, inspeção, levantamento e monitoramento**. A maior parte das fiscalizações realizadas são **auditorias**, que podem ser de **conformidade, financeira ou operacional**.

No ano de 2021, **252 fiscalizações¹** foram **concluídas** por nossas equipes técnicas. Dentre as fiscalizações concluídas, **33% (58)** foram solicitadas pelo Congresso Nacional e **77% (194)** foram decorrentes da iniciativa do próprio TCU. O gráfico a seguir apresenta as fiscalizações concluídas, em comparação ao ano de 2020.

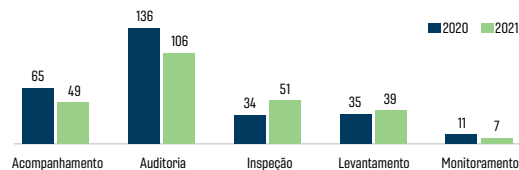


Gráfico 1 - Fiscalizações concluídas em 2020 e 2021, por instrumento de fiscalização

¹ O montante de fiscalizações concluídas (252) difere do montante de processos de fiscalização apreciados no período (289) pois após a sua conclusão a fiscalização precisa ser submetida para apreciação do Plenário do Tribunal.

Página 92 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

_NOSSOS RESULTADOS

Das **106 auditorias realizadas**, **63** foram de **conformidade**, **5 financeiras** e **38 operacionais**. Cabe destacar que essas modalidades de fiscalização guardam estreita conexão com os valores gerados pelo Tribunal conforme diagrama a seguir.



Figura 1 - Correlação entre modalidade de fiscalização e os valores gerados pelo TCU

A seguir, serão apresentados os resultados do Tribunal organizados de acordo com nossa cadeia de valor (Transparência e credibilidade das contas públicas, Segurança Jurídica e econômica de atos e contratos, Eficiência, eficácia e efetividade da administração e das políticas públicas e Integridade na gestão pública).



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

Página 93 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

_NOSSOS RESULTADOS

RESULTADOS DO TCU CONFORME CADEIA DE VALOR

VALOR I - TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE DAS CONTAS PÚBLICAS

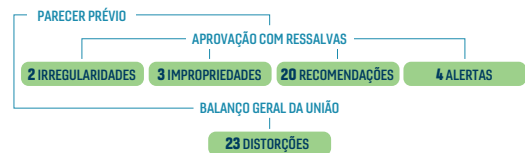
Transparência significa divulgação oportuna de todas as questões relevantes relacionadas à organização, inclusive situação financeira, desempenho, composição e governança. É dever dos órgãos públicos apresentar à sociedade dados e informações sobre sua gestão. Quanto mais bem informada for a sociedade, melhor condição terá para exercer o controle social sobre a atuação de seus representantes.

A transparência e a correta divulgação permitem que a sociedade perceba e valorize os produtos e serviços oferecidos pelas instituições. Dessa forma, a busca pela transparência e credibilidade da gestão pública é um de nossos valores, pois a ampliação da divulgação das ações governamentais, além de contribuir para o fortalecimento da democracia, prestígio e desenvolve a cidadania. A seguir, ações de controle e iniciativas que contribuíram para a geração desse valor.

Parecer Prévio sobre as Contas do Presidente da República de 2020

O parecer prévio emitido pelo TCU consigna as opiniões do Tribunal de Contas da União sobre a regularidade da gestão e a exatidão dos demonstrativos contábeis da União, de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo Federal no exercício de 2020. Adicionalmente, foi realizada a análise das medidas com impacto fiscal adotadas pela União visando ao combate à pandemia de Covid-19 e aos efeitos dela derivados, com destaque para o significativo déficit primário em 2020 (R\$ 745,3 bilhões), o aumento da dívida pública para 88,8% do Produto Interno Bruto, a queda de arrecadação de tributos e a retração da atividade econômica.

Aprovado pelo Acórdão 1.515/2021-TCU-Plenário, o Parecer Prévio foi no sentido de que as Contas atinentes ao exercício de 2020 estavam em condições de serem aprovadas pelo Congresso Nacional, com ressalvas.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

Ademais, foram emitidas recomendações e alertas ao Poder Executivo, com os objetivos de assegurar a observância dos princípios da legalidade, eficiência, legitimidade e economicidade na gestão pública e de fomentar o aprimoramento da governança e da gestão públicas no âmbito da administração pública federal.



Figura 2 - Etapas relativas ao parecer prévio sobre as Contas do Presidente da República

A íntegra do relatório e do parecer prévio, bem como as fichas-síntese com os principais destaques do relatório, podem ser acessadas no [Portal TCU](#).

_NOSSOS RESULTADOS

Asseguração das informações financeiras do governo federal

A auditoria financeira sobre o Balanço Geral da União (BGU) teve o objetivo de avaliar a fidedignidade das demonstrações contábeis da União e contribuir para a transparência e a confiabilidade das informações que governo federal presta ao Congresso Nacional e à sociedade como um todo, compõe o processo realizado anualmente pelo TCU para elaboração do Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas de Governo. A partir de uma atuação preventiva, a auditoria financeira do BGU de 2020 permitiu a **correção de distorções nos demonstrativos contábeis** antes dos seus respectivos fechamentos e publicações, **garantindo o incremento na qualidade da informação**.

Para a formação da opinião de auditoria do BGU como um todo são realizadas outras auditorias em componentes relevantes. Em 2021, foram criadas estruturas específicas para auditar as informações relativas à gestão previdenciária (passivo atuarial de R\$ 1,8 trilhão) e à gestão tributária. Também foi inaugurada auditoria financeira específica sobre a Dívida Pública Federal (DPF), que atingiu o montante de mais de R\$ 7 trilhões até agosto. Outro tema que requer atenção no âmbito da auditoria do BGU de 2021, por sua relevância monetária e sensibilidade por envolver relações financeiras interfederativas, diz respeito às transações de empréstimos e financiamentos, que alcançou R\$ 1,6 trilhão ao final de 2020.

Principais ações de controle relacionadas ao tema:
Auditoria do BGU – 2020: Acórdão 1.515/2021-TCU-Plenário

SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RESULTADOS

_ NOSSOS RESULTADOS

Auditoria Financeira da Dívida Pública: TC 025.798/2021-9
Auditoria Financeira sobre haveres financeiros de Estados e Municípios:
 TC 032.722/2021-4
Auditoria Financeira da Gestão Tributária – 2020: TC 034.007/2020-2

Cumprimento de regras fiscais

O Tribunal acompanha, bimestralmente, a execução e as estimativas das receitas e despesas primárias com vistas a identificar riscos que possam comprometer o cumprimento da meta de resultado primário. Nas três edições bimestrais concluídas até outubro/2021, foram abordados os seguintes temas de destaque: possibilidade de utilização das dotações do Programa Bolsa Família não gastas em razão da sua substituição temporária pelo novo Auxílio Emergencial de 2021; execução orçamentária do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); programações condicionadas à autorização de operações de crédito em montante superior ao das despesas de capital (margem de insuficiência para cumprimento da Regra de Ouro).

Noutra frente de atuação, é verificado anualmente o cumprimento de requisitos constitucionais e legais para instituição de renúncias de receitas e de despesas obrigatórias de caráter continuado (DOCC). Carecem as DOCC de publicidade de regulamentação, sendo que, mediante

a disponibilidade de informações mais completas, precisas e tempestivas, será possível debater interpretações dos dispositivos da LRF nos casos concretos, de forma a construir uma ampla compreensão acerca da conformidade fiscal das DOCC e propiciar que o TCU consolide uma jurisprudência sobre a matéria.

Principais ações de controle relacionadas ao tema:
Acompanhamentos das metas fiscais: TC 012.888/2021-4,
 TC 015.468/2021-6, TC 028.150/2021-0
DOCC: TC 037.193/2020-1

Consolidação da integração das contas anuais e contas de governo

O exercício de 2021 foi o primeiro ano de certificação de contas seguindo o novo modelo previsto na IN-TCU 84, de 22 de abril de 2020, que estabelece a certificação de contas anuais com dupla abordagem, uma sobre a confiabilidade das demonstrações contábeis e outra sobre a conformidade dos atos de gestão. As opiniões emitidas em 2021 decorreram da certificação das contas das unidades prestadoras de contas (UPC) significativas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social de 2020. Os trabalhos seguiram padrões profissionais de certificação e ofereceram um retrato mais próximo da realidade das contas públicas, a partir da certificação das contas das instituições orçamentariamente mais relevantes do governo.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RESULTADOS

Outro passo relevante dado para a consolidação do modelo foi a elaboração de proposta de decisão normativa, que estabelece normas complementares à IN-TCU 84, de 2020, para a prestação de contas. O normativo completa o alinhamento do processo de contas anuais com as contas de governo, harmonizando prazos, conceitos, critérios e padrões auditoria. Mais ainda, visa a fortalecer a vocação das contas anuais como um processo de trabalho voltado para o controle das contas públicas, colocando o princípio da anualidade da prestação de contas no mesmo patamar de relevância do princípio da anualidade orçamentária.

VALOR II - SEGURANÇA JURÍDICA E ECONÔMICA DE ATOS E CONTRATOS

O cidadão acredita e espera que os atos praticados pelo poder público sejam lícitos e, nessa qualidade, mantidos e respeitados pela própria Administração e por terceiros.

De modo complementar, quanto maior a estabilidade jurídica e a clareza sobre as leis e as possíveis sanções em caso de seu descumprimento, maior a chance de investidores aportarem capital e fazerem transações comerciais num determinado mercado.

Assim, a busca pela segurança jurídica deve pautar a atuação do Poder Público e direcionar a estratégia dos tribunais de contas como agentes que agem de modo a propiciar a necessária compreensão, previsão e

confiança adotado nas decisões administrativas e judiciais proferidas pelos gestores públicos.

A seguir, as principais iniciativas adotadas pelo TCU no tema em questão.

Consolidação das fiscalizações em obras públicas (Fiscobras 2021)

O **Fiscobras** é um produto do Tribunal que visa municiar o Congresso Nacional com informações sobre obras com indícios de irregularidades graves com vistas a subsidiar a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária. Em 2021 foi realizada a 25ª edição do trabalho, o qual foi aprovado pelo Acórdão 2.579/2021-Plenário.

Porém, mais do que trazer o resumo das fiscalizações em obras públicas, o Fiscobras 2021 forneceu ao Congresso Nacional e, consequentemente, à sociedade, informações consolidadas e relevantes sobre a infraestrutura do

**NOSSOS RESULTADOS**

SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

NÚMEROS DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RESULTADOS

País e cada um de seus setores, apontando os principais problemas e desafios que o Estado precisa solucionar.

Com base nas conclusões das auditorias, o TCU decidiu comunicar ao Governo Federal a necessidade de criação de indicadores setoriais de infraestrutura, para viabilizar o monitoramento e avaliação da eficácia das ações governamentais nos diversos setores. Também apontamos a importância de o Governo continuar estudando formas alternativas para atrair investimentos privados nos setores da infraestrutura nacional, e, com isso, contribuir com o reposicionamento do País entre as nações economicamente competitivas.

Foram identificadas oportunidades de melhorias, como a definição de critérios objetivos para priorização dos projetos e investimentos de infraestrutura na elaboração do orçamento. Outra lacuna destacada foi a necessidade de aprimoramento da descrição dos programas e ações orçamentárias para aumentar a transparência das informações e permitir a identificação dos montantes destinados à execução de obras públicas.

O Fiscobras 2021 consolidou **49 fiscalizações** de empreendimentos de infraestrutura no Brasil, sendo que o **Valor dos Recursos Fisca- lizados (VRF)** atingiu o montante de **R\$ 55,8 bilhões**. Apresenta-se, na tabela a seguir, a distribuição dessas 49 fiscalizações em função do índice de maior gravidade apontado na auditoria.

NOSSOS RESULTADOS

Distribuição das fiscalizações em função do índice de maior gravidade

| Gravidade | Quantidade | % da quantidade |
|--|------------|-----------------|
| Fiscalizações com Irregularidade grave | 33 | 67,3 |
| Falhas / impropriedades (FI) | 14 | 28,6 |
| Sem ressalva (SR) | 2 | 4,1 |
| Total | 49 | 100 |

Destaca-se que **foram detectados indícios de irregularidade grave em 33 fiscalizações**, ou seja 67,3 % do total. Dessas, **3 obras apresentaram indícios de irregularidade grave com recomendação de paralisação**.

Convém destacar que nossa atuação tempestiva na fiscalização de obras tem trazido benefícios tangíveis e intangíveis à sociedade. O so- matório das propostas de **benefícios financeiros** estimados resultantes das auditorias do Fiscobras 2021 atingiu a marca de **R\$ 65 milhões**. Já a dotação orçamentária constante no Orçamento Geral da União (OGU) abrangida em todas as fiscalizações foi da ordem de R\$ 40 bilhões.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RESULTADOS

Acompanhamento de ações adotadas para enfrentamento à crise da Covid-19

Em 2021, mantivemos o esforço intensivo no acompanhamento das ações adotadas pelo governo federal para enfrentamento da pandemia de Covid-19 e seus efeitos, com destaque para o apoio dado pelo TCU à Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19.

No âmbito do Coopera, programa especial de atuação no enfrentamento à crise, deu-se continuidade às apurações realizadas em mais de 342 processos abertos ao longo de 2020 e 2021, entre os quais: acompanhamento das ações do Ministério da Saúde no enfrentamento à Covid-19; fiscalização de contratações; monitoramento do desbloqueio

NOSSOS RESULTADOS

de leitos ociosos para enfrentamento da pandemia; levantamento de informações sobre hospitais de campanha; auditoria nos programas emergenciais de acesso a crédito para enfrentamento à crise; acompanhamento da atuação do Bacen na mitigação dos efeitos econômico-financeiros decorrentes da Covid-19; solicitações do Congresso Nacional, especialmente as dedicadas a apurar a aplicação de recursos transferidos a estados e municípios para combate à Covid19.

Informações sobre os processos desenvolvidos no âmbito do Coopera podem ser acessadas no [site do programa](#).

Atos de pessoal

A apreciação de atos de pessoal é uma competência constitucional e exige uma capacidade de produção significativa em razão da demanda em torno de cem mil atos anuais. Em 2021, demos continuidade às iniciativas de gestões anteriores para tornar esse processo ainda mais eficiente, concentrando a apreciação em atos de alto risco, aumentando a tempestividade da detecção e aprimorando a governança da despesa com pessoal.

Durante o ano de 2021 o **Plenário do TCU apreciou 123.878 atos de pessoal**, o que equivale a um **crescimento de 14%** em relação ao total apreciado durante todo o ano de 2020. Destaca-se a curva crescente do percentual de atos apreciados pela ilegalidade, que passou de

Página 98 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

1,15% do total apreciado em 2019 (1.278 atos) para 4,6% do total dos atos apreciados em 2021 (5.9797 atos). O expressivo aumento é resultado, dentre outros fatores, da priorização dos atos a serem apreciados a partir de um modelo de riscos de atos de pessoal baseado em percentual previsto de ilegalidade e valor potencial de prejuízo.

| Atos de pessoal | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|--------|---------|---------|---------|----------------|
| Apreciados conclusivamente: | 76.442 | 143.006 | 111.458 | 108.399 | 123.878 |
| a) Ilegais | 1.113 | 1.287 | 1.278 | 3.395 | 5.797 |
| b) Legais | 60.119 | 97.177 | 82.721 | 91.840 | 102.509 |
| c) prejudicados por perda de objeto¹ e por inépcia do ato² | 15.210 | 44.542 | 27.454 | 13.164 | 15.572 |

¹ Atos prejudicados por perda de objeto: situação característica de atos sobre os quais não existem mais efeitos financeiros (morte, maioridade, cancelamento de pensão etc.)

² Atos prejudicados por inépcia do ato: situação característica de atos que não têm condição de serem apreciados, em razão de suas informações estarem inconsistentes, com falhas ou com erros.

Em 2021, o benefício financeiro decorrente da apreciação de atos de pessoal foi de **R\$ 504.879.642,34**.

_ NOSSOS RESULTADOS

Nova estratégia para auditar a integridade de pagamentos

Em complementação ao tópico anterior, em 2021, o controle da integridade no pagamento de benefícios sociais e de pessoal foi integrado em uma mesma unidade técnica. Buscamos, assim, estruturar um ambiente de controle digital, ágil, seguro, confiável e eficiente para assegurar a fiscalização da capacidade do Governo Federal em prevenir, detectar e corrigir pagamentos indevidos.

As fiscalizações contínuas de pessoal realizadas em 2021 abrangem **R\$ 27 bilhões por mês**, gerando uma economia de **R\$ 386 milhões em pagamentos ilegais que foram revistos**. Além das fiscalizações contínuas, foram realizadas outras ações voltadas para o aumento da qualidade e da integração das bases de dados cadastrais de pessoal e de benefícios sociais, para o aprimoramento das tipologias utilizadas para detectar ilegalidades, entre outras.

Emendas Parlamentares de Relator-Geral (RP-9)

A execução de recursos públicos alocados por meio de emendas parlamentares do relator-geral do orçamento (RP-9) é tratada de forma transversal por várias de nossas unidades técnicas, perpassando todo o processo de execução orçamentária até a entrega final do bem ou serviço custeado com os recursos, abrangendo: a transparência dos critérios de distribuição das emendas; a observância das normas



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RESULTADOS

_ NOSSOS RESULTADOS

orçamentárias e fiscais na execução da despesa; a regularidade de processos licitatórios e contratos; a eficiência e a efetividade na alocação e na gestão dos recursos. Em 2021, foram abertos 14 processos para tratar do tema em seus diversos enfoques.

Sob a ótica orçamentária, destaco que o Parecer Prévio sobre as Contas do Presidente da República de 2020, que apontou a falta de transparência dos critérios de distribuição de emendas RP-9. Como consequência, foram expedidas recomendações ao Poder Executivo que buscam assegurar a ampla publicidade desses critérios, de modo a viabilizar a rastreabilidade e o controle na indicação dos destinatários das emendas.

Quanto à aplicação dos recursos, há processos específicos para apurar possíveis ilegalidades nos processos de aquisições e contratações realizadas pelos órgãos beneficiados pelas emendas.

As ações processuais são reforçadas por iniciativas que permitem o acompanhamento contínuo e tempestivo da aplicação dos recursos. Por exemplo, as planilhas orçamentárias de obras, de editais e de contratos de pavimentação promovidos pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), que estão entre os maiores beneficiários, são analisadas de forma automatizada, com o auxílio do Sistema de Análise de Orçamentos (SAO), permitindo identificar eventuais erros e irregularidades antes que o desembolso financeiro dos projetos seja realizado.

Ademais, por meio do Sistema de Análise de Licitações e Editais (Alice), o Diário Oficial da União e todos os editais e atas inseridos no ComprasNet são analisados diariamente em busca de irregularidades.

Desestatizações

Considerando as ações do governo para melhorar a infraestrutura do país e destravar os investimentos por meio da iniciativa privada, fiscalizamos os processos de desestatização federal, seguindo o disposto na IN-TCU 81, de 20 de junho de 2018.

Licitação do 5G

A **licitação do 5G** foi o maior certame de radiofrequência já realizada no país. Trata-se de medida fundamental para o desenvolvimento social e econômico a partir da conectividade e inclusão digital de alta velocidade, avaliada pela Anatel em mais de **R\$ 45 bilhões**. Nossa atuação teve como benefício o aprimoramento do estudo de precificação da faixa de 26 GHz, com um aumento de mais de R\$ 2 bilhões no preço mínimo inicialmente calculado.

Houve também a supressão da margem adicional de 26% sobre os custos estimados para a implantação dos projetos Pais e Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal, com uma



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

redução de R\$ 650 milhões, permitindo a realocação em outros compromissos de investimentos previstos no leilão. Ressalta-se também a **redução**, em mais de **R\$ 44 milhões**, dos **custos previstos** para o compromisso de migração da recepção do sinal por parabólicas na banda C para a banda Ku, diante de erro material nos cálculos identificado pelo Tribunal.

Energia

Já estamos acompanhando o **processo de privatização da Eletrobras** que prevê a outorga de novas concessões de geração de vários empreendimentos hidrelétricos da empresa e seus impactos setoriais para o consumidor e para a União. Os trabalhos começaram antes da promulgação da Lei 14.182, de 12 de julho de 2021, que autorizou a desestatização da Eletrobras, na modalidade de aumento do capital social, o que diluirá a participação da União no capital social da estatal.

Nos setores de petróleo, gás e mineração, avaliamos o **segundo leilão dos excedentes das áreas do contrato da Cessão Onerosa – Sépia e Atapu**, a 17ª Rodada de Licitações de blocos para outorga de contratos para exploração e produção de petróleo e gás natural sob o regime de concessão e estamos acompanhando a promessa de cessão de direitos minerais, com obrigação de realização de pesquisa complementar, relativos ao Projeto Caulim Rio Capim - PA, de titularidade da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.

NOSSOS RESULTADOS**Transportes**

Seguindo a dinâmica de parcerias com o setor privado, em relação ao setor de logística, acompanhamos a desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), primeiro processo de privatização do setor aquaviário, e o arrendamento de sete terminais portuários localizados nos portos de Santos, Itaguaí, Maceió, Suape e Paranaguá, e ainda o terminal salineiro de Areia Branca, com valor de receita global desses arrendamentos estimada em R\$ 23 bilhões. Já no modal rodoviário, destacam-se a Via Dutra e a Rio-Santos, principais ligações entre as maiores cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, bem como trechos das BR-381 e BR-262 nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, conectando Belo Horizonte e Vitória.

Principais ações de controle relacionadas ao tema:

5G: Acórdão 2.032/2021-TCU-Plenário, rel. min. Raimundo Carreiro

Eletrobras: TC 008.845/2018-2

Cessão Onerosa – Sépia e Atapu: TC 045.221/2020-0

17ª Rodada de Licitações de blocos de petróleo: TC 000.362/2021-2

Promessa de cessão de direitos minerais: TC 006.795/2021-8

Codesa: TC 029.883/2017-2

Santos: Acórdão 1.750/2021-Plenário, rel. min. Raimundo Carreiro

Itaguaí: Acórdão 1.692/2021-Plenário, rel. min. Vital do Rego

Suape: Acórdão 1.800/2021-Plenário, rel. min. Vital do Rego

Areia Branca: Acórdão 675/2021-Plenário, rel. min. Bruno Dantas

Via Dutra e Rio-Santos: Acórdão. 1.766/2021-TCU-Plenário, rel. min. Walton Alencar



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS**Fixação de prazo para anulação e sustação de atos e contratos**

Se verificada ilegalidade de ato ou de contrato em execução, conforme previsto no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, o TCU pode fixar prazo para que o órgão ou a entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

Se o órgão ou a entidade não adotar as providências determinadas o Tribunal pode sustar a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis.

Além dessas deliberações, cabe destacar, como já mencionado, que apreciamos em 2021 diversos processos referentes a atos de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadorias, reformas e pensões em que foram apurados indícios de ilegalidades. Nesses casos, fixamos prazo para que os gestores responsáveis suspendessem, no todo ou em parte, os pagamentos considerados irregulares.

O gráfico adiante apresenta a distribuição, por tipo de determinação, dos processos deliberados nos quais houve fixação de prazo a órgãos ou entidades para a adoção de providências.

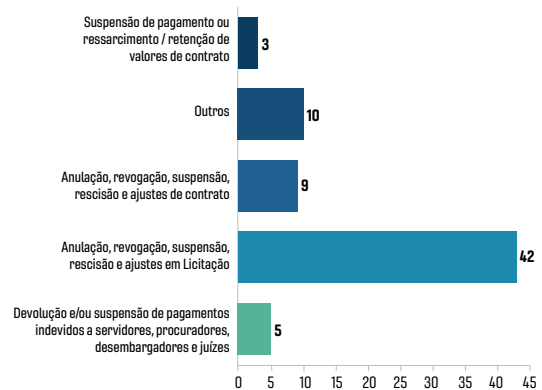
NOSSOS RESULTADOS

Gráfico 2 - Determinações para fixação de prazo para anulação e sustação de atos e contratos, por tipo



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RESULTADOS**VALOR III - EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO
E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS****Relatório de Fiscalização de Políticas Públicas (REPP)**

O Relatório de Fiscalização de Políticas Públicas (Repp) é uma exigência da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e tem como principal finalidade retroalimentar o orçamento federal com informações sobre a qualidade da implementação e o alcance de metas e dos objetivos dos programas e das ações governamentais. O Repp 2021 consolidou avaliações transversais de seis benefícios da proteção social e cinco programas emergenciais de acesso a crédito para enfrentamento da crise da Covid-19.

Os **benefícios da proteção social avaliados** somaram cerca de **R\$ 271,5 bilhões em 2019**, alcançando **56,3 milhões de beneficiários**. Foi realizada análise comparativa entre os programas, quanto aos aspectos focalização e eficiência dos benefícios no combate à pobreza e na redução de desigualdades. Verificou-se que o benefício mais econômico para o combate à pobreza é o Programa Bolsa Família (PBF), enquanto o abono salarial é o benefício de maior custo. Apurou-se, ainda, que os benefícios analisados proporcionam uma cobertura de apenas 3/5 das famílias com menores de 18 anos, cuja taxa de pobreza chega a ser 30 vezes a taxa nas famílias com idosos de 65 anos ou mais.

Os testes aplicados evidenciaram ainda que a redução de sobreposições entre o PBF, o salário família e o abono salarial poderiam gerar eficiência na alocação dos recursos públicos.

Já os programas de acesso a crédito para **enfrentamento da crise da Covid-19** tiveram execução orçamentária da ordem de **R\$ 61 bilhões em 2020**, tendo alcançado em torno de **875 mil pequenas e médias empresas (PME)**. Quanto à efetividade dos programas para promover acesso ao crédito e geração/manutenção de empregos por PME afetadas pela crise de Covid-19, verificou-se que de fato propiciaram a ampliação do crédito, alcançando volumes maiores de financiamento e taxas menores de juros.

No conjunto das empresas analisadas, **os R\$ 61 bilhões em recursos aplicados nos programas resultaram em 180.000 empregos** adicionais e **aumento de R\$ 4,7 bilhões da massa salarial**. Também foram

**NOSSOS RESULTADOS**

Página 103 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RESULTADOS

_NOSSOS RESULTADOS



detectadas deficiências na gestão de riscos e controles, monitoramento e avaliação dos resultados de três programas² por parte do Ministério da Economia e identificadas boas práticas internacionais que podem ser consideradas no aperfeiçoamento de programas oficiais de garantia de crédito de caráter permanente, assim como na implementação do Sistema Nacional de Garantias de Crédito, instituído em 2021.

Principais ações de controle relacionadas ao tema:

Benefícios da proteção social: Acórdão 2.334/2021-TCU-Plenário, rel. min. André Luis de Carvalho (TC 017.391/2021-0)

Programas de acesso a crédito para enfrentamento da Covid-19:

Acórdão 2.289/2021-TCU-Plenário, rel. min. André Luis de Carvalho (TC 038.168/2021-9);

Acórdão 2.333/2021-TCU-Plenário, rel. min. André Luis de Carvalho (TC 014.547/2021-0)

Avaliação da maturidade da governança e gestão governamental

Periodicamente o TCU avalia a capacidade e maturidade de governança e gestão das organizações públicas e do centro de governo, por meio do Índice de Governança e Gestão de Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal (iGG). Em 2021, foi realizado o terceiro ciclo de avaliação desde 2017, o qual inclui um novo tema: a “Gestão Orçamentária”.

Ao todo, foram **avaliadas 378 organizações**, e os resultados obtidos revelam que houve **significativa evolução na capacidade de governança** e gestão dos órgãos e entidades públicas entre 2018 e 2021. Certamente, ações deste Tribunal e dos demais Poderes, por meio da expedição de orientações, manuais e normativos, contribuíram para esse processo. Contudo, as dimensões de TI e orçamentária precisam atenção em meio às mudanças provocadas pela Covid-19, com aumento da demanda por processos de trabalho informatizados e a necessidade de maior eficiência orçamentária.

Acerca deste tema, em 2021, também foram realizadas diversas **fiscalizações** que **apontam para necessidade de aprimoramento da gestão de riscos** e dos controles internos, bem como para necessidade de **melhor planejamento** e maior efetividade do **gasto público**.

² Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), do Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia (Peac-FGI) e do Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RESULTADOS

_NOSSOS RESULTADOS

São exemplos de trabalhos com esse enfoque: avaliação do sistema de controle interno das funções essenciais à Justiça e do processo de fiscalização do trabalho; verificação do alcance e a efetividade de incentivos públicos federais a ciência, tecnologia e inovação executados pela Finep; auditoria na concessão de bolsas e auxílios em projetos implementados pelo CNPq; levantamento de gastos na administração pública federal com gêneros alimentícios.

Principais ações de controle relacionadas ao tema:

iGG: TC 011.574/2021-6;

Sistema de controle interno das funções essenciais

à justiça: TC 039.411/2020-6;

Processo de fiscalização do trabalho: TC 012.999/2021-0;

Requisitados pelo Poder Judiciário: TC 016.801/2020-2;

Contratações de serviços de consultoria: TC 039.739/2020-1;

Sistema S: TC 034.018/2019-0;

Incentivos públicos federais a ciência, tecnologia e

inovação executados via Finep: TC 027.088/20200;

Concessão de bolsas e auxílios em projetos implementados

pelo CNPq: TC 033.633/2020-7;

Gastos na administração pública federal com gêneros alimentícios:

TC 012.743/2021-6.

Fiscalização de aspectos estruturantes da infraestrutura nacional

Atento aos problemas fundamentais que afetam a infraestrutura brasileira, o TCU realiza trabalhos com uma visão sistêmica, que busca identificar as principais deficiências e suas causas. Destacam-se, a seguir, alguns processos do setor de energia e transporte logístico.

Energia

Diante do cenário hidrológico desfavorável pelo qual o Brasil está passando, temos acompanhado o **risco de desabastecimento** e avaliado a existência de plano de contingência formal, com suas respectivas ações e marcos de acionamento, para mitigar o risco de desabastecimento e suas consequências, dar transparência ao impacto tarifário estimado com essas medidas de mitigação e identificar às principais causas do atual risco de desabastecimento do Sistema Elétrico Interligado Nacional.

Outro processo do setor elétrico analisa a **política tarifária**, considerando em especial as ações voltadas para modicidade tarifária e sua sustentabilidade no longo prazo, o desenho da estrutura tarifária e a atuação das diversas entidades envolvidas. Acompanhando a matriz energética, analisamos também a estratégia de investimentos de produção e infraestrutura de escoamento, processamento e transporte de gás natural, em face do lançamento do **programa do Novo Mercado de Gás (NMG)**, com foco na ampliação de concorrência, na regulamentação de



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RESULTADOS

lacunas por meio de normas infralegais e no desenvolvimento de uma estratégia de negociação com os Estados e os agentes dominantes do mercado, sendo, o principal deles, a Petrobras.

Quanto à **venda de ativos de refino**, realizamos auditoria operacional que visou avaliar os riscos e oportunidades na transição para o novo mercado de refino no Brasil, verificando o que está sendo feito para identificar, priorizar e endereçar temas estruturais, operacionais e regulatórios que garantam o abastecimento nacional a preços competitivos, a partir da remoção de barreiras à entrada para novos agentes e criação de um ambiente competitivo.

Transporte Logístico

Para contribuir com uma maior eficiência da matriz de transportes de cargas e redução de custos, avaliamos o **Plano Nacional de Logística 2035**, instrumento de planejamento que serve de referencial para os respectivos planos setoriais: terrestre, portuário, hidroviário e aeroviário.

Com o objetivo de colaborar com a segurança jurídica, estabilidade regulatória e melhoria do ambiente de negócios, realizamos auditoria operacional da **Malha Oeste** a fim de avaliar a atuação da ANTT quanto à adequação do serviço de transporte ferroviário de cargas naquela concessão. Outra auditoria operacional tratou do processo de devolução de trechos ferroviários para identificar oportunidades de melhoria nos prazos, cálculo de indenização e destinação futura.

NOSSOS RESULTADOS

Principais ações de controle relacionadas ao tema: Energia

Risco Hidrológico: TC 016.319/2021-4;

Política Tarifária Energia Elétrica: TC 014.282/2021-6;

Novo Mercado de Gás (NMG): TC 002.279/2020-7;

Venda de ativos de refino: Acórdão 1.876/2021-TCU, min. rel. Walton Alencar

Transporte Logístico

Plano Nacional de Logística 2035: TC 013.771/2021-3

Malha Oeste: Acórdão nº 1.422/2021-TCU-Plenário, rel. min. Raimundo Carreiro.

Fiscalização da qualidade e desempenho de políticas de inclusão e proteção social

Nas áreas de saúde, educação, segurança pública e assistência social empreendemos ações voltadas para o aumento da qualidade e desempenho das políticas de inclusão e proteção social. Entre os trabalhos realizados, destacam-se os que avaliaram a eficiência hospitalar; a operação de políticas públicas de estratégia digital destinadas a aprimorar a educação básica; o enfrentamento às drogas; a operação do plano nacional de enfrentamento ao feminicídio; o exame da estrutura existente na central de atendimento à mulher; e a avaliação da focalização e da eficiência dos benefícios sociais no combate à desigualdade e à pobreza.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

NÚMEROS DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RESULTADOS

Coletivamente, esses trabalhos evidenciaram a necessidade de aprimorar as políticas públicas de inclusão e proteção social com vistas a potencializar seus resultados em benefício da sociedade.

Principais ações de controle relacionadas ao tema:

Eficiência hospitalar: TC 039.551/2020-2,

Acórdão 2.428/2021-TCU-Plenário

Estratégia digital destinadas a aprimorar

a educação básica: TC 039.811/2020-4

Enfrentamento às drogas: TC 029.424/2020-8

Plano nacional de enfrentamento ao feminicídio: TC 016.591/2021-6

Central de atendimento à mulher: TC 017.499/2021-6,

Acórdão 2.000/2021-TCU-Plenário

Eficiência dos benefícios sociais no combate à desigualdade e pobreza: TC 017.391/2021-0, Acórdão 2.334/2021-TCU-Plenário.

Fiscalização e monitoramento do uso dos recursos naturais

Diante da premente necessidade de atuação coordenada dos órgãos de controle na promoção do desenvolvimento sustentável, realizamos fiscalizações e monitoramentos em áreas protegidas, em unidades de conservação, em temas relacionados a prevenção e combate ao ilegal desmatamento na Amazônia, bem como sobre o processo de registro de agrotóxicos.

NOSSOS RESULTADOS



Entre os problemas identificados ressaltam-se deficiências encontradas nos planos nacional e operativo de controle do desmatamento ilegal e recuperação da vegetação nativa; ausência de clareza na definição das competências de atores envolvidos na formulação e coordenação de políticas; redução na quantidade de servidores que desempenham atividade de fiscalização; ausência de estratégia de comunicação social para promover a discussão da prática de ilícitos ambientais e para divulgar a imagem positiva da fiscalização ambiental.

Coletivamente, as ações de controle empreendidas evidenciaram a necessidade de aprimorar as políticas públicas ambientais que visam assegurar o uso sustentável dos recursos naturais.

Principais ações de controle relacionadas ao tema:

Áreas protegidas: TC 012.663/2021-2;

Unidades de conservação: TC 020.975/2020-1;

Desmatamento: TC 038.045/2019-2, Acórdão 1.758-TCU-Plenário;

Registro de agrotóxicos: TC 007.951/2019-1, Acórdão 2.287/2021-TCU-Plenário.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RESULTADOS

_NOSSOS RESULTADOS



Avaliação das ações governamentais relativas à abertura, digitalização e segurança da informação

Temos buscado contribuir para a otimização de processos, potencialização de resultados, para a transformação digital do país e para o aumento da disponibilidade e a confiabilidade de informações na Administração Pública. Nesse sentido, investimos no desenvolvimento de capacidades de fiscalização de tecnologias emergentes, transformação digital, governança e gestão de TI, aquisições de TI, transparência e dados e segurança da informação.

Em 2021, avaliamos: ações governamentais e riscos à proteção de dados pessoais; capacidade de governança e gestão de projetos relevantes de TI na Administração Pública Federal; qualidade de serviços públicos digitais prestados pela Administração Pública Federal; e grau de transformação digital de estados e capitais do país.

Adicionalmente, estão sendo avaliados o novo modelo de acompanhamento temático da gestão das entidades da Rede Federal, no âmbito da Estratégia Digital do TCU, e acompanhadas iniciativas estruturantes de transformação digital, como a Identificação Civil Nacional e os controles críticos de Segurança Cibernética.

Principais ações de controle relacionadas ao tema:

Proteção de dados pessoais: TC 039.606/2020-1;

Governança e gestão de projetos relevantes de TI: TC 025.388/2021-5;

Gestão das entidades da Rede Federal, âmbito da Estratégia Digital do TCU: TC 040.762/2021-1;

Transformação digital como a Identificação Civil Nacional:

TC 027.957/2021-7;

Segurança cibernética: TC 036.301/2021-3.

Página 108 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RECURSOS

Página 109 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

_ NOSSOS RESULTADOS

VALOR IV - INTEGRIDADE NA GESTÃO PÚBLICA

A efetividade das ações de controle exercidas pelo TCU depende do cumprimento de nossas decisões. Nesse aspecto, orientamos nossa atuação para assegurar a aplicação rigorosa das penalidades e sanções devidas, como também para seu efetivo cumprimento. Para isso, é importante inovar na forma de atuar, remover obstáculos de ordem legal ou instrumental e trabalhar conjuntamente com os demais órgãos partícipes do controle, de maneira a evitar que a ação lesiva ao erário fique impune. Também devemos assegurar que as sanções por nós aplicadas sejam contemporâneas às irregularidades detectadas. Ainda, devemos responder de forma célere, tempestiva e completa às demandas que nos são apresentadas.

Medidas cautelares

Em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, o Plenário do Tribunal ou os ministros relatores podem, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, determinando, entre outras providências, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o TCU decida sobre o mérito da questão suscitada. A adoção dessas medidas não necessariamente gera impacto econômico imediato, mas visa, sobretudo, ao resguardo tempestivo da legalidade e da moralidade na aplicação dos recursos públicos federais.

Em 2021, o valor total envolvido nas medidas cautelares concedidas foi de **R\$ 93,3 bilhões** conforme quadro demonstrativo a seguir.

| Tipo de medida | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|
| Suspensão de contratos | 16 | 14 | 22 | 8 | 12 |
| Suspensão de Licitação | 56 | 58 | 36 | 51 | 51 |
| Suspensão de repasse/pagamentos | 10 | 10 | 4 | 14 | 8 |
| Outras | 3 | 11 | 4 | 15 | 11 |
| Total de cautelares no ano | 85 | 113 | 83 | 88 | 82 |
| Valor (R\$ bilhões) | 20,947 | 66,076 | 12,842 | 12,991 | 93,311 |

Tabela 2 - Medidas cautelares concedidas no período de 2017 a 2021
(Quantitativo e valores envolvidos)

Julgamento de contas

O TCU julga as contas de administradores públicos e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos federais, bem como as contas de qualquer pessoa que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário federal.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

NÚMEROS DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RESULTADOS

_NOSSOS RESULTADOS

Nos casos de omissão na prestação de contas, de não comprovação da aplicação de recursos repassados pela União, de ocorrência de desfalque ou de desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, de prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, a autoridade administrativa competente deve instaurar processo de **Tomada de Contas Especial (TCE)**, para apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o dano, com vistas à obtenção do respectivo ressarcimento. Trata-se de um processo administrativo devidamente formalizado, nos termos previstos no art. 2º, caput, da Instrução Normativa TCU 71, de 2012.

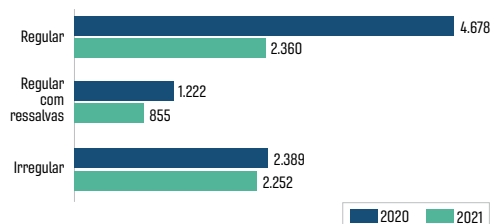


Gráfico 4 - Responsáveis julgados em contas

Observação: a soma das quantidades por resultado de julgamento (5.467) é maior do que o total de responsáveis (5.333), pois um mesmo responsável pode receber julgamento diferente em distintos processos, ao longo do ano.

A TCE constitui medida de exceção, portanto a Administração deve esgotar todas as medidas administrativas para elidir a irregularidade ensejadora da TCE ou obter o ressarcimento do dano, antes de formalizar a instauração do processo. A apreciação do processo de TCE, no âmbito da União, constitui competência constitucional do Tribunal prevista no art. 70, parágrafo único, c/c art. 71, ambos da Carta Magna.

No ano de 2021, julgamos de forma definitiva as contas de **5.333 responsáveis**, sendo **2.360** com contas julgadas regulares, 855 com contas regulares com ressalva e **2.252** tiveram contas julgadas irregulares.

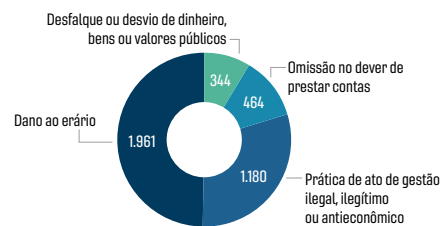


Gráfico 3 - Motivos do julgamento pela irregularidade das contas

SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RESULTADOS

_NOSSOS RESULTADOS

Condenações e sanções

Em 2021, nos processos de contas apreciados de forma conclusiva, o montante referente às condenações de responsáveis ao ressarcimento de débito e ao pagamento de multa totalizou valores superiores a **R\$ 9,124 bilhões**, atualizados até as datas dos respectivos acórdãos. Além disso, nos processos de fiscalização, denúncia e representação foram aplicadas multas que totalizaram mais de **R\$ 5,980 milhões**. Apresenta-se, a seguir, o detalhamento desses valores.

Somatório das condenações em débito e multa em 2021, por tipo de processo

| Tipo de Processo | 2021 Valor das condenações (em R\$) | | |
|---|--|-------------------------|-------------------------|
| | Débito | Multa | Total |
| Tomada de contas especial | 7.966.575.060,26 | 1.119.466.350,98 | 9.086.041.411,24 |
| Tomada de contas | - | 68.233,98 | 68.233,98 |
| Prestação de contas | 37.853.863,21 | 881.000,00 | 38.734.863,21 |
| Subtotal - Contas com débitos e/ou multas | 8.004.428.923,47 | 1.120.415.584,96 | 9.124.844.508,43 |
| Fiscalização, denúncia e representação | 0,00 | 5.980.251,88 | 5.980.251,88 |
| Total | 8.004.428.923,47 | 1.126.395.836,84 | 9.130.824.760,31 |

Apresentamos a seguir o histórico do montante das condenações em débito e das multas aplicadas pelo TCU nos últimos cinco anos.

Total das condenações em débito e multa (2017 a 2021)

| Ano | Valor das condenações (em R\$) | | |
|-------------|--------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | Débito | Multa | Total |
| 2017 | 1.452.340.264,07 | 1.491.387.210,83 | 2.943.727.474,90 |
| 2018 | 4.294.551.107,99 | 1.356.215.144,83 | 5.650.766.252,82 |
| 2019 | 3.288.648.056,28 | 543.326.320,60 | 3.831.974.376,88 |
| 2020 | 5.213.374.197,68 | 3.436.023.387,39 | 8.649.397.584,67 |
| 2021 | 8.004.428.923,47 | 1.126.395.836,84 | 9.130.824.760,31 |

Além das condenações de natureza pecuniária, o TCU pode aplicar outras sanções capazes de alcançar o patrimônio jurídico daquele que fraudou ou utilizou mal os recursos públicos. No decorrer do ano de 2021, o Tribunal **inabilitou 111 responsáveis** para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública

Página 111 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE

NÚMEROS DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS RECURSOS

NOSSOS RESULTADOS

Federal. Além disso, **14 responsáveis** tiveram a **indisponibilidade de bens decretada** e **47 pessoas jurídicas foram declaradas inidôneas** para licitar ou contratar com a União.

O Tribunal ainda solicitou à Advocacia-Geral da União (AGU), por intermédio do Ministério Público junto ao TCU a adoção das medidas necessárias a **61 arrestos de bens de responsáveis** em montante suficiente ao ressarcimento dos respectivos danos causados ao erário. Vale esclarecer que nosso portal apresenta informações de [processos com julgamento definitivo de mérito](#), em que não há mais possibilidade de recursos.

Cobrança executiva

Ao Ministério Público junto ao TCU (MP/TCU) compete promover as medidas referentes à cobrança executiva dos débitos e multas imputados por acórdãos do Tribunal. Em 2021, o MP/TCU expediu **3.308 ofícios aos órgãos executores**, envolvendo cerca de **R\$ 4,309 bilhões**.

Em relação aos **processos de cobrança executiva**, foram autuados, no ano, **3.796 processos** dessa natureza. No mesmo período, o MP/TCU emitiu **parecer em 35.470 processos**, conforme detalhado no quadro a seguir.

NOSSOS RESULTADOS

| Tipo de processo | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|
| Admissão, aposentadoria, reforma e pensão | 15.790 | 24.580 | 24.099 | 27.574 | 32.051 |
| Auditoria, inspeção e levantamento | 44 | 41 | 55 | 61 | 66 |
| Consulta | 2 | 8 | 4 | 11 | 9 |
| Denúncia | 11 | 16 | 13 | 13 | 20 |
| Indisponibilidade de bens | 0 | 3 | 0 | 3 | -- |
| Monitoramentos e acompanhamentos | 27 | 23 | 31 | 20 | 28 |
| Representação | 137 | 100 | 135 | 152 | 168 |
| Solicitação | 2 | 1 | 1 | 2 | -- |
| Solicitação do Congresso Nacional | 7 | 2 | 1 | 2 | 2 |
| Tomada de contas especial | 3.524 | 3.001 | 2.633 | 3.666 | 2.872 |
| Tomada e prestação de contas | 488 | 377 | 478 | 422 | 254 |
| Outros processos | --- | --- | --- | 1 | -- |
| Total | 20.032 | 28.152 | 27.450 | 31.927 | 35.470 |



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RESULTADOS

Página 113 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143172.

_NOSSOS RESULTADOS

OUTRAS AÇÕES RELEVANTES

Otimização de processos de trabalho

A implementação de soluções de tecnologia tem potencializado a racionalização e automatização de processos de trabalho, contribuindo para a redução de custos e a alocação mais eficiente dos servidores em atividades que agregam mais valor à sociedade.

Em 2021, a plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, uma das principais iniciativas de transformação digital do Tribunal, teve uma expressiva ampliação no número de **usuários habilitados**, alcançando **mais de 33 mil**. Também foram incorporadas novas funcionalidades nessa solução tecnológica.

Além disso, o Conecta-TCU consolidou-se como principal instrumento de envio das ações de cobrança executiva aos órgãos executores. **Dos 2.855 títulos executivos encaminhados em 2021, 99,75% foram por meio da plataforma Conecta-TCU.**

Outra realização relevante foi a concretização da **adesão do TCU ao login único do governo federal**, o que permite que usuários externos dos serviços digitais do Tribunal possam utilizar os dados de cadastro digital do governo federal para acessar os serviços ofertados por meio do Portal TCU.

Também foram implementadas **funcionalidades que facilitam o relacionamento com partes, interessados, procuradores e representantes**. Uma delas é o acesso automático, a partir de acordo de cooperação técnica com às bases de dados da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais do Brasil (Arpen/BR), às certidões e a identificação, de forma sistemática, das recentes ocorrências de óbito de responsável ou de representante constituído nos autos. Ademais, viabilizou-se, via e-TCU, **maior eficiência, celeridade e comodidade no acesso aos autos** e para prática de atos processuais por parte de procuradores habilitados nos processos de controle externo no âmbito do TCU, inclusive a renúncia da procuração e o substabelecimento de poderes por meio do sistema.

Intensificação do uso de ferramentas digitais em ações de controle externo

A transformação digital segue de forma contínua e orgânica nos processos de trabalho finalísticos de nossa área técnica, alavancando os resultados das ações de controle. Em 2021, mais unidades passaram a contar com **núcleos de dados**, os quais facilitam a disseminação de informações e executam acompanhamentos com base em análise de dados e tecnologia da informação. Os núcleos também identificam ou mesmo desenvolvem ferramentas de apoio ao controle.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RESULTADOS

Também demos continuidade ao processo de **aprimoramento e ampliação das auditorias contínuas e preditivas**, que potencializam o controle, a partir do cruzamento de bases de dados, de objetos de controle com grande materialidade e pulverização, como pagamentos de pessoal e benefícios, conselhos de fiscalização profissional e entidades integrantes do Sistema S. As **fiscalizações contínuas em pagamentos de pessoal abrangeram R\$ 27 bilhões por mês, gerando uma economia de R\$ 386 milhões em pagamentos ilegais** que foram revistos.

Do mesmo modo, **intensificamos o uso de robôs para monitoramento das ações governamentais**, como o Alice (Análise de Licitações

_NOSSOS RESULTADOS

e Editais), o Mônica (Monitoramento Integrado para o Controle de Aquisições), o Adele (Análise da Disputa em Licitações Eletrônicas) e o Sofia (Sistema de Orientação sobre Fatos e Indícios para o Auditor), os quais conferem agilidade na detecção de possíveis ilícitos, por meio da avaliação de riscos de danos ao erário e geração automatizada de alertas para verificação. **A atuação do robô Alice, como já mencionado, evitou danos ao erário da ordem de R\$ 426 milhões.**

Adicionalmente, têm sido ampliados os módulos de **elaboração de instruções semiautomáticas** (ou assistidas), que produzem ganhos de produtividade e qualidade em instruções, sobretudo nos processos autuados em maior quantidade no TCU, como **atos de pessoal, denúncias e representações** sobre licitações e contratos e **tomadas de contas especiais**.

Já no 3º trimestre de 2021, aproximadamente **82% das instruções preliminares** realizadas pela Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE) **foram feitas com o uso da ferramenta**, permitindo aumentar a produtividade da secretaria de 0,19 instruções preliminares/dia para 0,40 a 0,60 instruções/dia. Com o desenvolvimento e a implantação das funcionalidades da instrução assistida também para análise de mérito, esperamos novo salto de produtividade, para algo entre 0,80 a 1,10 instruções/dia. O uso da ferramenta também está em fase de implantação na Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).



SUMÁRIO

MENSAGEM DA
PRESIDENTENÚMEROS
DO TCU

QUEM SOMOS ?

NOSSOS
RECURSOSNOSSOS
RESULTADOS**Fortalecimento da atuação do TCU nos estados**

Em 2021, as secretarias do TCU nos estados (SEC) passaram a ser vinculadas a uma secretaria especial, que tem como finalidade principal supervisionar e coordenar a estratégia de atuação conjunta das unidades estaduais. Adotou-se um modelo baseado na total integração do trabalho realizado pelas diversas unidades nos estados, a partir de sua organização em torno de ações e propósitos comuns. Desse modo, as secretarias passaram a atuar como uma unidade única, tanto no que diz respeito à representação local do TCU como no tocante ao apoio prestado às unidades especializadas para o exercício do controle sobre a execução de despesas descentralizadas.

As SEC possuem papel relevante na representação institucional do TCU, atuando de forma integrada com diversos atores internos e externos. As unidades garantem o protagonismo do TCU nas Redes de Controle, por meio da coordenação ou como parte da coordenação executiva de mais da metade das redes de controle do país.

Ademais, por meio da Rede de Controle, as equipes das secretarias do TCU nos estados têm papel fundamental em iniciativas que buscam fortalecer o controle em estados e municípios. Por exemplo, a atuação das secretarias foi fundamental para adesão ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), garantindo a adesão de quase 60% do setor público nacional, o que equivale a mais de 9.000 organizações públicas de todos os Poderes das três esferas de governo. Ademais, as

NOSSOS RESULTADOS

unidades têm papel relevante na implementação da Força Tarefa Cidadã, voltada para o fortalecimento da transparência pública a partir da verificação da Lei de Acesso à Informação (LAI) e de outros preceitos.

Além disso, as unidades facilitam a interlocução entre unidades técnicas temáticas e jurisdicionados e órgãos parceiros, especialmente os tribunais de contas subnacionais, para captação da realidade nos estados da Federação. A integração de unidades de controle subnacionais alavanca os resultados de ações de controle, aumentando os benefícios potenciais à sociedade. Como exemplos, merecem realce a adesão de mais 17 tribunais a iniciativa para a obtenção de dados estaduais e municipais para integrar a Fiscalização Contínua de Folhas de Pagamento - Exercício 2021; e a adesão de mais de 20 tribunais de contas à fiscalização sobre a não neutralidade e complexidade do Sistema Tributário Nacional. ■





Responsabilidade pelo Conteúdo

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (Seplan)

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

Secretaria de Comunicação (Secom)
Serviço de Conteúdos Visuais (Secov)

Crédito das Imagens

Alexandre França de Araújo:
págs: 19, 34, 48, 55, 82
AdobeStock: págs: 33, 57, 65, 66,
70, 71, 98, 101, 102, 108
Evelynne Gubert: pág 16
Luis Xavier: pág 7

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TCU Sede:
Telefone geral: (61) 3527-7222
Informações Processuais: (61) 3527-5234
Endereço: SAFS Quadra 4, Lote 1 -
Brasília - DF - CEP 70042-900

Ouvidoria do TCU

Fone 0800 644 1500
ouvidoria@tcu.gov.br



Missão

Aprimorar a Administração Pública em benefício da sociedade por meio do controle externo.

Visão

Ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável.

www.tcu.gov.br





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete da Presidente - GABPRES

Publicada no DOU nº 19 de 27/01/2022, páginas 129 e 130

PORTARIA-TCU Nº 12, DE 25 DE JANEIRO DE 2022.

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido
pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio
de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 31, c/c o inciso XLIII do art. 28, ambos do Regimento Interno do TCU, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2021, na forma do anexo desta Portaria.

Parágrafo único. O referido relatório será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Assinatura eletrônica)

Ministro BRUNO DANTAS





UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO 2021

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADAS (b) |
|---|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------------------------------|---|
| | LÍQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | |
| | JAN/2021 | FEV/2021 | MAR/2021 | ABR/2021 | MAI/2021 | JUN/2021 | JUL/2021 | AGO/2021 | SET/2021 | OUT/2021 | NOV/2021 | DEZ/2021 | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a) | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 169.133.563,19 | 146.058.713,03 | 146.704.323,06 | 146.476.957,55 | 146.201.375,66 | 193.028.939,60 | 145.342.969,47 | 144.580.365,49 | 144.720.046,74 | 144.999.973,61 | 144.271.503,28 | 223.222.366,58 | 1.894.741.037,46 | 4.094.790,20 |
| Pessoal Ativo | 105.506.344,39 | 82.005.453,13 | 83.545.291,74 | 83.702.072,33 | 83.659.716,63 | 99.015.184,48 | 83.249.189,20 | 82.469.293,79 | 82.709.294,31 | 83.279.307,06 | 82.716.066,70 | 129.979.246,62 | 1.063.237.459,58 | 2.296.555,91 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 90.779.717,25 | 67.937.401,66 | 68.928.131,74 | 69.056.921,85 | 69.069.857,88 | 85.231.295,63 | 68.669.822,61 | 67.910.276,91 | 68.212.727,75 | 68.776.375,24 | 68.236.461,09 | 101.077.109,90 | 893.888.099,51 | 1.985.078,47 |
| Obrigações Patronais | 14.726.627,14 | 14.668.051,47 | 14.617.160,00 | 14.645.150,48 | 14.589.857,95 | 14.583.886,85 | 14.579.366,59 | 14.559.016,88 | 14.496.566,56 | 14.499.951,82 | 14.481.605,61 | 28.902.136,72 | 189.349.360,07 | 311.427,44 |
| Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 63.627.218,80 | 63.453.259,90 | 63.159.031,32 | 62.774.885,22 | 62.541.659,83 | 93.213.755,12 | 62.093.720,27 | 62.111.071,70 | 62.010.752,43 | 61.721.666,75 | 61.553.436,58 | 93.243.119,96 | 811.503.577,88 | 1.798.284,29 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 52.537.377,56 | 52.422.778,99 | 52.189.716,67 | 52.053.033,18 | 51.777.305,68 | 77.221.151,35 | 51.360.815,54 | 51.490.792,79 | 51.335.924,32 | 51.104.745,95 | 50.962.226,02 | 77.544.290,93 | 672.000.158,98 | 1.687.222,47 |
| Pensões | 11.089.841,24 | 11.030.480,91 | 10.969.314,65 | 10.721.852,04 | 10.764.354,15 | 15.992.603,77 | 10.732.904,73 | 10.620.278,91 | 10.674.828,11 | 10.616.920,80 | 10.591.210,56 | 15.698.829,03 | 139.503.418,90 | 111.061,82 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF) | 27.685.764,35 | 27.698.269,86 | 27.687.083,16 | 27.633.779,00 | 27.667.861,16 | 27.634.999,11 | 27.665.065,92 | 27.653.130,31 | 27.647.730,91 | 27.641.498,49 | 27.702.152,03 | 27.691.194,45 | 332.008.548,77 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | 51.986,10 | 64.490,86 | 53.304,16 | 0,00 | 34.082,18 | 1.220,11 | 31.306,92 | 19.351,31 | 13.951,91 | 7.719,49 | 68.373,03 | 57.423,70 | 403.209,77 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 27.633.778,25 | 27.633.779,00 | 27.633.779,00 | 27.633.779,00 | 27.633.779,00 | 27.633.779,00 | 27.633.779,00 | 27.633.779,00 | 27.633.779,00 | 27.633.779,00 | 27.633.779,00 | 27.633.770,75 | 331.605.339,00 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 141.447.798,84 | 118.360.443,17 | 119.017.239,90 | 118.843.178,55 | 118.533.514,48 | 165.393.940,49 | 117.677.823,55 | 116.927.235,18 | 117.072.315,83 | 117.358.475,32 | 116.569.351,25 | 195.531.172,13 | 1.562.732.488,69 | 4.094.790,20 |

| | | |
|---|----------------------|------------------------|
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 1.062.519.047.779,17 | |
| (.) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | 0,00 | |
| (.) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI) | 0,00 | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI) | 1.062.519.047.779,17 | |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III) a + (III) b | 1.566.827.278,89 | 0,147463% |
| LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 4.568.631.905,45 | 0,330000% |
| LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 4.340.399.310,18 | 0,408500% |
| LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 4.111.948.714,91 | 0,387000% |

*FONTE: Tesouro Geral/STN nº 1.233, de 20 de JANEIRO de 2022 (RCL). Data de emissão: 20/01/2022 19h.
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.*





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete da Presidente - GABPRES

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2021

| RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") | | | | | | | | | | R\$ 1,00 |
|---|--------------------------------|---------------------------------------|--------------|---|-------------------------------|--|---|---|---|--|
| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I) | 328.226.054,52 | 4.947,63 | 0,00 | 11.231.543,94 | 0,00 | 0,00 | 314.989.562,85 | 47.781.963,76 | 0,00 | 267.207.599,19 |
| 00 - RECURSOS PRIMÁRIOS DE LIVRE APLICAÇÃO | 289.492.783,63 | 4.947,63 | 0,00 | 11.231.543,94 | 0,00 | 0,00 | 278.256.292,06 | 47.153.389,14 | 0,00 | 231.102.902,92 |
| 50 - REC. PRÓPRIOS PRIMÁRIOS DE LIVRE APLICAÇÃO | 36.733.270,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 36.733.270,89 | 628.574,62 | 0,00 | 36.104.696,27 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II) | 25.391.263,50 | 0,00 | 0,00 | 458.717,91 | 0,00 | 0,00 | 24.842.545,59 | 1.892.102,46 | 0,00 | 22.950.443,13 |
| 51 - RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL | 21.500.918,17 | 0,00 | 0,00 | 458.717,91 | 0,00 | 0,00 | 21.042.200,26 | 1.892.102,46 | 0,00 | 19.150.097,80 |
| 53 - REC. DEST. ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL | 33.593,07 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 33.593,07 | 0,00 | 0,00 | 33.593,07 |
| 56 - CONTRIB. DO SERV PARA O PLANO SEG. SOC. SERV PUB | 2.074.443,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.074.443,28 | 0,00 | 0,00 | 2.074.443,28 |
| 69 - CONTR. PATRONAL PARA O PLANO SEG. SOC. SERV PUB. | 1.692.308,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.692.308,98 | 0,00 | 0,00 | 1.692.308,98 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 351.527.318,02 | 4.947,63 | 0,00 | 11.690.261,85 | 0,00 | 0,00 | 339.832.108,54 | 49.674.066,22 | 0,00 | 290.158.042,32 |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES 1 | | | | | | | | | | |

FONTE: Tesouro Gerencial, Balancete Safi 2021 e Safi 2022 e Balanço Patrimonial, SIG/DICON/SECOF/SEGEDAM, Data da emissão 20/01/2022, 19h.

Nota:

1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

2. A divergência no valor de R\$ 10.593,17 entre a 'Disponibilidade de Caixa Líquida após a Inscrição de Restos a Pagar' (R\$ 290.158.042,32) e o 'Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial' (R\$ 290.147.449,15) pode ser explicada da seguinte forma: 1.1.3.2.1.12.00 - PSS A COMPENSAR: R\$ 199,05 e 8.2.2.2.4.01.01 RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR: R\$ 10.792,22."





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete da Presidente - GABPRES

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO/2021

LRF, art. 48 - Anexo 6
R\$ 1,00

| RECETA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE / SEMESTRE | |
|---|--|--|
| Recetta Corrente Líquida | 1.062.519.047.779,17 | |
| Recetta Corrente Líquida Ajustada | 1.062.519.047.779,17 | |
| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE RCL |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 1.566.827.278,89 | 0,147463% |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <1%> | 4.568.831.905,45 | 0,430000% |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <1%> | 4.340.390.310,18 | 0,408500% |
| Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <1%> | 4.111.948.714,91 | 0,387000% |
| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| Valor Total | 49.674.066,22 | 339.832.108,54 |

Fonte: Tesouro Gerencial, SIG/DIC/SECOF, 20/01/2022 19h.

Lúcio Flávio Ferraz
Secretário-Geral de Administração

Maria Camila de Ávila Dourado
Secretária de Auditoria Interna

José Eliomá Oliveira Albuquerque
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade – em Substituição





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;



Cândido Portinari - Preparativos para São João

Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas
1º Trimestre

2021





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Sumário

| | |
|---|----|
| Relação das Unidades Gestoras no âmbito do TCU..... | 3 |
| Demonstrações Contábeis | 4 |
| Balanço Patrimonial | 5 |
| Demonstração das Variações Patrimoniais | 7 |
| Balanço Orçamentário..... | 8 |
| Balanço Financeiro | 10 |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa | 11 |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | 12 |
| Notas Explicativas | 13 |
| 1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis | 13 |
| 2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis | 13 |
| 3 – Notas Explicativas | 16 |
| Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa..... | 16 |
| Nota 02 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo | 16 |
| Nota 03 – Estoques | 17 |
| Nota 04 – VPDs Pagas Antecipadamente..... | 17 |
| Nota 05 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo | 20 |
| Nota 06 – Imobilizado | 20 |
| Nota 07 – Intangível..... | 22 |
| Nota 08 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo..... | 25 |
| Nota 09 – Fornecedores e Contas a Pagar | 25 |
| Nota 10 – Ajustes de Exercícios Anteriores..... | 26 |
| Nota 11 – Direitos Contratuais | 29 |
| Nota 12 – Obrigações Contratuais..... | 29 |
| Nota 13 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos..... | 32 |
| Nota 14 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | 32 |
| Nota 15 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 33 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Relação das Unidades Gestoras no âmbito do TCU

| Código da UG Executora | Nome da UG Executora |
|------------------------|---|
| 30001 | Tribunal de Contas da União |
| 30002 | Secretaria no Estado do Pará |
| 30003 | Secretaria no Estado do Maranhão |
| 30004 | Secretaria no Estado do Piauí |
| 30005 | Secretaria no Estado do Ceará |
| 30006 | Secretaria no Estado do Rio Grande do Norte |
| 30007 | Secretaria no Estado da Paraíba |
| 30008 | Secretaria no Estado de Pernambuco |
| 30009 | Secretaria no Estado de Alagoas |
| 30010 | Secretaria no Estado de Sergipe |
| 30011 | Secretaria no Estado da Bahia |
| 30012 | Secretaria no Estado de Minas Gerais |
| 30013 | Secretaria no Estado do Espírito Santo |
| 30014 | Secretaria no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 30015 | Secretaria no Estado do Rio de Janeiro |
| 30016 | Secretaria no Estado de São Paulo |
| 30017 | Secretaria no Estado do Paraná |
| 30018 | Secretaria no Estado de Santa Catarina |
| 30019 | Secretaria no Estado do Rio Grande do Sul |
| 30020 | Secretaria no Estado do Mato Grosso |
| 30021 | Secretaria no Estado de Goiás |
| 30022 | Secretaria no Estado do Amazonas |
| 30023 | Secretaria no Estado de Tocantins |
| 30024 | Secretaria no Estado do Amapá |
| 30025 | Secretaria no Estado de Rondônia |
| 30026 | Secretaria no Estado do Acre |
| 30027 | Secretaria no Estado de Roraima |
| 30050 | Diex-Diretoria Prog Exec Orc das Unidades nos Estados |
| 30203 | Instituto Serzedello Correa – ISC/TCU |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Tribunal de Contas da União, a seguir transcritas, contemplam a execução do Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social referentes ao período findo em 31 de março de 2021, e constituem-se dos Balanços Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, das Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), bem como das respectivas Notas Explicativas.

Ressaltamos que, até a data de realização deste levantamento, o Orçamento Geral da União ainda não havia sido publicado, o qual ocorreu no dia 23/04/2021.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Balanco Patrimonial

| ATIVO | | | |
|--|-------|-------------------------|-------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | NE | 2021 | 2020 |
| ATIVO CIRCULANTE | | 284.439.069,42 | 264.948.639,97 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | NE 01 | 230.286.918,21 | 227.239.455,79 |
| Créditos a Curto Prazo | | 38.168.222,17 | 19.366.279,55 |
| Demais Créditos e Valores | NE 02 | 38.168.222,17 | 19.366.279,55 |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo | | - | - |
| Estoques | NE 03 | 1.392.169,99 | 1.421.055,91 |
| VPDs Pagas Antecipadamente | NE 04 | 14.591.759,05 | 16.921.848,72 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 1.017.558.812,59 | 1.020.352.544,26 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | NE 05 | 42.286,36 | 42.286,36 |
| Créditos a Longo Prazo | | 42.286,36 | 42.286,36 |
| Demais Créditos e Valores | | 42.286,36 | 42.286,36 |
| Estoques | | - | - |
| Investimentos | | - | - |
| Participações Permanentes | | - | - |
| Propriedades para Investimento | | - | - |
| Propriedades para Investimento | | - | - |
| (-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos | | - | - |
| (-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos | | - | - |
| Investimentos do RPPS de Longo Prazo | | - | - |
| Investimentos do RPPS de Longo Prazo | | - | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS | | - | - |
| Demais Investimentos Permanentes | | - | - |
| Demais Investimentos Permanentes | | - | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm. | | - | - |
| Imobilizado | NE 06 | 929.993.415,29 | 933.607.398,36 |
| Bens Móveis | | 64.530.032,38 | 68.871.592,50 |
| Bens Móveis | | 155.976.654,55 | 156.332.163,88 |
| (-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis | | (91.446.622,17) | (87.460.571,38) |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis | | - | - |
| Bens Imóveis | | 865.463.382,91 | 864.735.805,86 |
| Bens Imóveis | | 894.200.900,47 | 892.960.173,81 |
| (-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis | | (28.737.517,56) | (28.224.367,95) |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis | | - | - |
| Intangível | NE 07 | 87.523.110,94 | 86.702.859,54 |
| Softwares | | 87.523.110,94 | 86.702.859,54 |
| Softwares | | 87.523.110,94 | 86.702.859,54 |
| (-) Amortização Acumulada de Softwares | | - | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares | | - | - |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais | | - | - |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais | | - | - |
| (-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind | | - | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. | | - | - |
| Direitos de Uso de Imóveis | | - | - |
| Direitos de Uso de Imóveis | | - | - |
| (-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis | | - | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis | | - | - |
| Diferido | | - | - |
| TOTAL DO ATIVO | | 1.301.997.882,01 | 1.285.301.184,23 |
| PASSIVO | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | | 2021 | 2020 |
| PASSIVO CIRCULANTE | | 25.961.494,02 | 4.441.599,77 |
| Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo | NE 08 | 21.058.061,33 | - |
| Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo | | - | - |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | NE 09 | 4.758.318,28 | 4.441.599,77 |
| Obrigações Fiscais a Curto Prazo | | - | - |
| Obrigações de Repartição a Outros Entes | | - | - |
| Provisões a Curto Prazo | | - | - |
| Demais Obrigações a Curto Prazo | | 145.114,41 | - |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | - | - |
| Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo | | - | - |
| Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo | | - | - |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo | | - | - |
| Obrigações Fiscais a Longo Prazo | | - | - |
| Provisões a Longo Prazo | | - | - |
| Demais Obrigações a Longo Prazo | | - | - |
| Resultado Diferido | | - | - |
| TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL | | 25.961.494,02 | 4.441.599,77 |
| ESPECIFICAÇÃO | | 2021 | 2020 |
| Patrimônio Social e Capital Social | | - | - |
| Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) | | - | - |
| Reservas de Capital | | - | - |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | | - | - |
| Reservas de Lucros | | - | - |
| Demais Reservas | | - | - |
| Resultados Acumulados | | 1.276.036.387,99 | 1.280.859.584,46 |
| Resultado do Exercício | | (3.703.559,95) | 105.646.492,34 |
| Resultados de Exercícios Anteriores | | 1.280.859.584,46 | 1.177.853.423,97 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | | (1.119.636,52) | (2.640.331,85) |
| (-) Ações / Cotas em Tesouraria | NE 10 | - | - |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 1.276.036.387,99 | 1.280.859.584,46 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 1.301.997.882,01 | 1.285.301.184,23 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

| ATIVO | | |
|---------------------------|-------------------------|-------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 |
| ATIVO FINANCEIRO | 230.290.831,38 | 227.242.465,43 |
| ATIVO PERMANENTE | 1.071.707.050,63 | 1.058.058.718,80 |
| PASSIVO | | |
| ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 |
| PASSIVO FINANCEIRO | 1.550.771.174,72 | 49.478.100,01 |
| PASSIVO PERMANENTE | 24.293.389,65 | 2.840.825,76 |
| SALDO PATRIMONIAL | (273.066.682,36) | 1.232.982.258,46 |

Quadro de Compensações

| ATIVO | | | |
|---|--------------|-----------------------|-----------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | | 2021 | 2020 |
| ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos | | | |
| SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS | NE 11 | 1.035.000,00 | 1.035.000,00 |
| Atos Potenciais Ativos | | 1.035.000,00 | 1.035.000,00 |
| Garantias e Contragarantias Recebidas | - | - | - |
| Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres | - | - | - |
| Direitos Contratuais | - | 1.035.000,00 | 1.035.000,00 |
| Outros Atos Potenciais Ativos | - | - | - |
| TOTAL | | 1.035.000,00 | 1.035.000,00 |
| PASSIVO | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | | 2021 | 2020 |
| ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos | | | |
| SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | NE 12 | 276.432.806,30 | 301.532.318,36 |
| Atos Potenciais Passivos | | 276.432.806,30 | 301.532.318,36 |
| Garantias e Contragarantias Concedidas | - | - | - |
| Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres | - | 4.020,98 | 4.020,98 |
| Obrigações Contratuais | - | 276.428.785,32 | 301.528.297,38 |
| Outros Atos Potenciais Passivos | - | - | - |
| TOTAL | | 276.432.806,30 | 301.532.318,36 |

| DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL | |
|---|---|
| DESTINAÇÃO DE RECURSOS | Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres |
| Recursos Ordinários | (703.696.432,69) |
| Recursos Vinculados | (616.783.910,65) |
| Seguridade Social (Exceto Previdência) | (397.637.629,34) |
| Previdência Social (RPPS) | (244.937.250,49) |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 25.790.969,18 |
| TOTAL | (1.320.480.343,34) |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Demonstração das Variações Patrimoniais

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS | | | |
|---|--------------|-----------------------|-----------------------|
| | NE | 2021 | 2020 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | | 527.628.203,18 | 540.658.107,23 |
| Contribuições | | - | - |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | NE 13 | 2.688.596,27 | 3.129.660,08 |
| Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços | | 2.688.596,27 | 3.129.660,08 |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | | 18.226,87 | 13.669,56 |
| Juros e Encargos de Mora | | 18.226,87 | 13.669,56 |
| Transferências e Delegações Recebidas | | 520.181.484,13 | 511.620.514,28 |
| Transferências Intragovernamentais | | 520.138.472,06 | 511.470.263,01 |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas | | 43.012,07 | 150.251,27 |
| Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos | | 66.879,00 | 18.577,37 |
| Ganhos com Incorporação de Ativos | | - | 7.622,63 |
| Ganhos com Desincorporação de Passivos | | 66.879,00 | 10.954,74 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | | 4.673.016,91 | 25.875.685,94 |
| Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas | | - | 21.249.251,94 |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | NE 14 | 4.673.016,91 | 4.626.434,00 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | | 531.331.763,13 | 523.490.265,15 |
| Pessoal e Encargos | | 267.276.802,14 | 258.054.421,34 |
| Remuneração a Pessoal | | 214.720.891,89 | 212.565.051,93 |
| Encargos Patronais | | 43.996.694,51 | 37.095.921,61 |
| Benefícios a Pessoal | | 8.559.215,74 | 8.393.447,80 |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | NE 15 | 216.052.668,40 | 221.364.148,37 |
| Aposentadorias e Reformas | | 170.241.659,57 | 175.933.551,03 |
| Pensões | | 35.887.171,13 | 35.528.803,78 |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais | | 9.923.837,70 | 9.901.793,56 |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | | 30.792.622,64 | 33.385.584,25 |
| Uso de Material de Consumo | | 45.415,13 | 178.441,04 |
| Serviços | | 25.968.031,09 | 25.961.423,91 |
| Depreciação, Amortização e Exaustão | | 4.779.176,42 | 7.245.719,30 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | | 2.345,06 | 4.334,35 |
| Juros e Encargos de Mora | | 444,18 | 576,72 |
| Variações Monetárias e Cambiais | | 9,95 | - |
| Descontos Financeiros Concedidos | | 1.890,93 | 3.757,63 |
| Transferências e Delegações Concedidas | | 16.500.965,45 | 10.202.164,72 |
| Transferências Intragovernamentais | | 16.341.774,55 | 9.898.085,72 |
| Transferências ao Exterior | | 45.994,30 | 71.211,81 |
| Outras Transferências e Delegações Concedidas | | 113.196,60 | 232.867,19 |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | | 267.854,74 | 2.640,58 |
| Perdas Involuntárias | | 10.814,48 | - |
| Desincorporação de Ativos | | 257.040,26 | 2.640,58 |
| Tributárias | | 79.009,52 | 82.074,23 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | | 53.599,32 | 57.349,55 |
| Contribuições | | 25.410,20 | 24.724,68 |
| Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados | | - | - |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | | 359.495,18 | 394.897,31 |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas | | 359.495,18 | 394.897,31 |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO | | (3.703.559,95) | 17.167.842,08 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS | | | |
| | | 2021 | 2020 |
| | | | |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Balanco Orçamentário

| RECEITA | | | | | |
|-------------------------------------|--|------------------|---------------------|-------------------------|-------------------------|
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | SALDO |
| RECEITAS CORRENTES | | - | - | 2.688.596,27 | 2.688.596,27 |
| Receitas Tributárias | | - | - | - | - |
| Receitas de Contribuições | | - | - | - | - |
| Receita Patrimonial | | - | - | 2.688.596,27 | 2.688.596,27 |
| Cessão de Direitos | | - | - | 2.688.596,27 | 2.688.596,27 |
| Receita Agropecuária | | - | - | - | - |
| Receita Industrial | | - | - | - | - |
| Transferências Correntes | | - | - | - | - |
| Outras Receitas Correntes | | - | - | - | - |
| RECEITAS DE CAPITAL | | - | - | - | - |
| Operações de Crédito | | - | - | - | - |
| Alienação de Bens | | - | - | - | - |
| Amortização de Empréstimos | | - | - | - | - |
| Transferências de Capital | | - | - | - | - |
| Outras Receitas de Capital | | - | - | - | - |
| SUBTOTAL DE RECEITAS | | - | - | 2.688.596,27 | 2.688.596,27 |
| REFINANCIAMENTO | | - | - | - | - |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO | | - | - | 2.688.596,27 | 2.688.596,27 |
| DEFICIT | | - | - | 2.008.869.429,97 | 2.008.869.429,97 |
| TOTAL | | - | - | 2.011.558.026,24 | 2.011.558.026,24 |

| DESPESA | | | | | | |
|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS | SALDO DA DOTAÇÃO |
| DESPESAS CORRENTES | 2.071.496.318,00 | 2.071.496.318,00 | 2.011.558.026,24 | 496.962.225,39 | 496.266.859,91 | 59.938.291,76 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 1.944.617.226,00 | 1.944.617.226,00 | 1.922.811.659,12 | 461.896.599,28 | 461.890.504,14 | 21.805.566,88 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 126.879.092,00 | 126.879.092,00 | 88.746.367,12 | 35.065.626,11 | 34.376.355,77 | 38.132.724,88 |
| DESPESAS DE CAPITAL | - | - | - | - | - | - |
| Investimentos | - | - | - | - | - | - |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | - | - | - | - | - | - |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS | 2.071.496.318,00 | 2.071.496.318,00 | 2.011.558.026,24 | 496.962.225,39 | 496.266.859,91 | 59.938.291,76 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida Interna | - | - | - | - | - | - |
| Dívida Mobiliária | - | - | - | - | - | - |
| Outras Dívidas | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida Externa | - | - | - | - | - | - |
| Dívida Mobiliária | - | - | - | - | - | - |
| Outras Dívidas | - | - | - | - | - | - |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO | 2.071.496.318,00 | 2.071.496.318,00 | 2.011.558.026,24 | 496.962.225,39 | 496.266.859,91 | 59.938.291,76 |
| TOTAL | 2.071.496.318,00 | 2.071.496.318,00 | 2.011.558.026,24 | 496.962.225,39 | 496.266.859,91 | 59.938.291,76 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | LIQUIDADOS | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|----------------------------|------------------------------------|---|----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| DESPESAS CORRENTES | 5.341.771,97 | 23.070.167,87 | 9.863.406,09 | 9.599.996,33 | 2.122.770,85 | 16.689.172,66 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 2.891.531,40 | 2.982.791,80 | 1.009.579,11 | 1.009.579,11 | 100.082,50 | 4.764.661,59 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 2.450.240,57 | 20.087.376,07 | 8.853.826,98 | 8.590.417,22 | 2.022.688,35 | 11.924.511,07 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 2.609.212,92 | 18.397.219,92 | 2.292.102,79 | 2.292.102,79 | 15.900,00 | 18.698.430,05 |
| Investimentos | 2.609.212,92 | 18.397.219,92 | 2.292.102,79 | 2.292.102,79 | 15.900,00 | 18.698.430,05 |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 7.950.984,89 | 41.467.387,79 | 12.155.508,88 | 11.892.099,12 | 2.138.670,85 | 35.387.602,71 |

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|----------------------------|------------------------------------|---|----------|------------|------------------|
| DESPESAS CORRENTES | 59.657,33 | 70,00 | - | - | 59.727,33 |
| Pessoal e Encargos Sociais | - | - | - | - | - |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 59.657,33 | 70,00 | - | - | 59.727,33 |
| DESPESAS DE CAPITAL | - | - | - | - | - |
| Investimentos | - | - | - | - | - |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 59.657,33 | 70,00 | - | - | 59.727,33 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Balanco Financeiro

| INGRESSOS | | | DISPÊNDIOS | | |
|---|-------------------------|-------------------------|---|-------------------------|-------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 | ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 |
| Receitas Orçamentárias | 2.688.596,27 | 3.129.660,08 | Despesas Orçamentárias | 2.011.558.026,24 | 2.097.924.101,24 |
| Ordinárias | - | - | Ordinárias | 1.137.174.426,69 | 1.263.696.906,72 |
| Vinculadas | 2.688.617,82 | 3.129.660,08 | Vinculadas | 874.383.599,55 | 834.227.194,52 |
| Previdência Social (RPPS) | - | - | Seguridade Social (Exceto Previdência) | 532.772.081,73 | 502.660.158,52 |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 2.688.596,27 | 3.129.660,08 | Previdência Social (RPPS) | 331.605.339,00 | 331.567.036,00 |
| Recursos a Classificar | 21,55 | - | Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 10.006.178,82 | - |
| (-) Deduções da Receita Orçamentária | (21,55) | - | | | |
| Transferências Financeiras Recebidas | 519.390.374,81 | 511.470.263,01 | Transferências Financeiras Concedidas | 15.593.677,30 | 9.898.085,72 |
| Resultantes da Execução Orçamentária | 518.590.903,51 | 511.246.190,71 | Resultantes da Execução Orçamentária | 10.104.853,15 | 5.037.667,49 |
| Cota Recebida | 513.341.606,31 | 506.569.812,52 | Repasse Concedido | 240.633,34 | 361.289,30 |
| Sub-repasse Recebido | 5.229.342,58 | 4.667.284,07 | Sub-repasse Concedido | 5.229.342,58 | 4.667.284,07 |
| Sub-repasse Devolvido | 19.954,62 | 9.094,12 | Cota Devolvida | 4.614.922,61 | - |
| Independentes da Execução Orçamentária | 799.471,30 | 224.072,30 | Sub-repasse Devolvido | 19.954,62 | 9.094,12 |
| Demais Transferências Recebidas | 12.277,66 | 91.693,91 | Independentes da Execução Orçamentária | 5.488.824,15 | 4.860.418,23 |
| Movimentação de Saldos Patrimoniais | 105.463,53 | 116.084,57 | Movimento de Saldos Patrimoniais | 4.807.094,04 | 4.844.124,41 |
| Movimentações para Incorporação de Saldos | 681.730,11 | 16.293,82 | Movimentações para Incorporação de Saldos | 681.730,11 | 16.293,82 |
| Aporte ao RPPS | - | - | Aporte ao RPPS | - | - |
| Aporte ao RGPS | - | - | Aporte ao RGPS | - | - |
| Recebimentos Extraorçamentários | 1.520.235.954,08 | 1.604.020.121,66 | Pagamentos Extraorçamentários | 12.115.759,20 | 8.756.111,69 |
| Inscrição dos Restos a Pagar Processados | 695.365,48 | 311.449,28 | Pagamento dos Restos a Pagar Processados | - | 16.407,09 |
| Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados | 1.514.595.800,85 | 1.599.027.433,93 | Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados | 11.892.099,12 | 8.713.619,51 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 222.756,55 | 26.085,09 | Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 222.756,55 | 26.085,09 |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários | 4.722.031,20 | 4.655.153,36 | Outros Pagamentos Extraorçamentários | 903,53 | - |
| Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento | 32.678,35 | - | Valores Compensados | 903,53 | - |
| Arrecadação de Outra Unidade | 4.689.352,85 | 4.636.345,93 | | | |
| Valores para Compensação | - | 18.807,43 | | | |
| Saldo do Exercício Anterior | 227.239.455,79 | 188.033.144,00 | Saldo para o Exercício Seguinte | 230.286.918,21 | 190.074.890,10 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 227.239.455,79 | 188.033.144,00 | Caixa e Equivalentes de Caixa | 230.286.918,21 | 190.074.890,10 |
| TOTAL | 2.269.554.380,95 | 2.306.653.188,75 | TOTAL | 2.269.554.380,95 | 2.306.653.188,75 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Demonstração dos Fluxos de Caixa

| | 2021 | 2020 |
|--|-------------------------|-------------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 5.339.565,21 | 2.538.880,19 |
| INGRESSOS | 526.991.080,48 | 519.281.161,54 |
| Receita Patrimonial | 2.688.596,27 | 3.129.660,08 |
| Outros Ingressos Operacionais | 524.302.484,21 | 516.151.501,46 |
| Ingressos Extraorçamentários | 222.756,55 | 26.085,09 |
| Transferências Financeiras Recebidas | 519.390.374,81 | 511.470.263,01 |
| Arrecadação de Outra Unidade | 4.689.352,85 | 4.636.345,93 |
| Valores para Compensação | - | 18.807,43 |
| DESEMBOLSOS | (521.651.515,27) | (516.742.281,35) |
| Pessoal e Demais Despesas | (466.510.453,33) | (473.987.991,93) |
| Legislativo | (276.129.893,08) | (282.641.872,02) |
| Judiciário | - | - |
| Essencial à Justiça | - | - |
| Previdência Social | (190.232.774,14) | (191.346.119,91) |
| Educação | - | - |
| Encargos Especiais | (180.464,46) | - |
| (+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento | 32.678,35 | - |
| Juros e Encargos da Dívida | (39.323.724,56) | (32.830.118,61) |
| Transferências Concedidas | (39.277.730,26) | (32.758.906,80) |
| Intragovernamentais | (45.994,30) | (71.211,81) |
| Outros Desembolsos Operacionais | (15.817.337,38) | (9.924.170,81) |
| Dispêndios Extraorçamentários | (222.756,55) | (26.085,09) |
| Transferências Financeiras Concedidas | (15.593.677,30) | (9.898.085,72) |
| Valores Compensados | (903,53) | - |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | (2.292.102,79) | (497.134,09) |
| INGRESSOS | - | - |
| Alienação de Bens | - | - |
| Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos | - | - |
| Outros Ingressos de Investimentos | - | - |
| DESEMBOLSOS | (2.292.102,79) | (497.134,09) |
| Aquisição de Ativo Não Circulante | (1.471.851,39) | (277.028,84) |
| Outros Desembolsos de Investimentos | (820.251,40) | (220.105,25) |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | - | - |
| INGRESSOS | - | - |
| Operações de Crédito | - | - |
| Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes | - | - |
| Outros Ingressos de Financiamento | - | - |
| DESEMBOLSOS | - | - |
| Amortização / Refinanciamento da Dívida | - | - |
| Outros Desembolsos de Financiamento | - | - |
| GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 3.047.462,42 | 2.041.746,10 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL | 227.239.455,79 | 188.033.144,00 |
| CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL | 230.286.918,21 | 190.074.890,10 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

| Especificação | Patrimônio/ Capital Social | Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC) | Reserva de Capital | Reservas de Lucros | Demais Reservas | Resultados Acumulados | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Ações/Cotas em Tesouraria | Total |
|--|----------------------------------|---|--------------------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|--|---------------------------------|------------------|
| Saldo Inicial do Exercício 2020 | - | - | - | - | - | 1.177.853.423,97 | - | - | 1.177.853.423,97 |
| Varição Cambial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | (2.671.319,87) | - | - | (2.671.319,87) |
| Aumento/Redução de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resgate/Reemissão de Ações e Cotas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos | - | - | - | - | - | 30.988,02 | - | - | 30.988,02 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado do Exercício | - | - | - | - | - | 105.646.492,34 | - | - | 105.646.492,34 |
| Constituição/Reversão de Reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos/Juros sobre Capital Próprio | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo Final do Exercício 2020 | - | - | - | - | - | 1.280.859.584,46 | - | - | 1.280.859.584,46 |

| Especificação | Patrimônio/ Capital Social | Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC) | Reserva de Capital | Reservas de Lucros | Demais Reservas | Resultados Acumulados | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Ações/Cotas em Tesouraria | Total |
|--|----------------------------------|---|--------------------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|--|---------------------------------|------------------|
| Saldo Inicial do Exercício 2021 | - | - | - | - | - | 1.280.859.584,46 | - | - | 1.280.859.584,46 |
| Varição Cambial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | (1.131.141,11) | - | - | (1.131.141,11) |
| Aumento/Redução de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resgate/Reemissão de Ações e Cotas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos | - | - | - | - | - | 11.504,59 | - | - | 11.504,59 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado do Exercício | - | - | - | - | - | (3.703.559,95) | - | - | (3.703.559,95) |
| Constituição/Reversão de Reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos/Juros sobre Capital Próprio | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo Final do Exercício 2021 | - | - | - | - | - | 1.276.036.387,99 | - | - | 1.276.036.387,99 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Notas Explicativas

1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Tribunal de Contas da União são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As estruturas e a composição das demonstrações estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante denominado modelo PCASP). Dessa forma, as demonstrações são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do TCU, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Moeda funcional

A moeda funcional do TCU é o Real.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Refere-se a valores registrados na conta única do TCU, liberados pelo Tesouro Nacional por meio do limite de saque com vinculação de pagamento.

(c) Créditos a curto prazo





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos referentes à folha de pagamento (13º Salário, Férias, etc.) e suprimento de fundos.

(d) Estoques

Compreendem o almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(e) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

(f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(h) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis do TCU é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável do bem, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle (art 7º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10/12/2014), e a depreciação é calculada a partir do dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(i) Passivos circulantes e não circulantes





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

As obrigações do TCU são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar e demais obrigações.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

(k) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

I Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

II Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

III Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da TCU.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro.

A seguir, são detalhados os principais itens dos demonstrativos contábeis:





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

3 – Notas Explicativas

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31/03/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou um saldo de R\$ 230.286.918,21 relacionados ao Limite de Saque, assim distribuídos:

Tabela 1 - Limite de Saque – Composição

| Fonte Recursos Detalhada | | Vinculação Pagamento | | Saldo Atual - R\$ | | |
|--------------------------|---|----------------------|---|-----------------------|-----------------------|--------------|
| | | | | 31/03/2021 | 31/12/2020 | AH (%) |
| 0100000000 | RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO | 306 | CPSSS-CONTRIB. PATRONAL SEGUR. SERVIDOR PUBL. | 13.084.861,73 | 8.303.429,07 | 2,10% |
| | | 310 | PAGAMENTO PESSOAL | 26.374.693,22 | 36.100.367,53 | -4,28% |
| | | 312 | INSS - EPU CUSTEIO | 166.812,76 | 166.812,76 | 0,00% |
| | | 350 | CREDITOS EXTRAORDINARIOS | 185.248,19 | 185.248,19 | 0,00% |
| | | 400 | CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2 | 131.480.816,11 | 132.735.096,94 | -0,55% |
| | | 412 | PAG.DE CARTAO DE CREDITO-RESUL.PRIM= 2 | 102.770,64 | 104.692,29 | 0,00% |
| | | 414 | CUSTEIO - PAGTO DE DIARIAS | 3.266.548,13 | 3.404.062,46 | -0,06% |
| | | 422 | AUXILIO FUNERAL - CUSTEIO -RESUL.PRIM 1 E 4 | 1.254.410,68 | 1.241.020,18 | 0,01% |
| | | 510 | FOLHA - CUSTEIO OBRIGATORIO - RESUL.PRIM.=1 | 467.330,62 | 2.229.167,69 | -0,78% |
| | | 514 | FOLHA - CUSTEIO DISCRICIONARIO - RESUL.PRIM=2 | 3.664.144,14 | 4.434.917,50 | -0,34% |
| 0150000000 | REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO | 400 | CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2 | 75,00 | 75,00 | 0,00% |
| 0150001001 | RENDAS FUNDO ROTATIVO DA CAMARA DOS DEPUTADOS | 510 | FOLHA - CUSTEIO OBRIGATORIO - RESUL.PRIM.=1 | 1.839,38 | 1.839,38 | 0,00% |
| 0150031010 | RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS - TCU | 400 | CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2 | 27.924.908,80 | 33.106.637,35 | -2,28% |
| 0151000000 | RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL | 310 | PAGAMENTO PESSOAL | 18.322.862,53 | 1.289.557,15 | 7,50% |
| | | 510 | FOLHA - CUSTEIO OBRIGATORIO - RESUL.PRIM.=1 | 189.250,95 | 136.186,97 | 0,02% |
| 0153000000 | REC.DEST.ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL | 310 | PAGAMENTO PESSOAL | 33.593,07 | 33.593,07 | 0,00% |
| 0156000000 | CONTRIB.DO SERV.PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB | 310 | PAGAMENTO PESSOAL | 2.074.443,28 | 2.074.443,28 | 0,00% |
| 0169000000 | CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB. | 310 | PAGAMENTO PESSOAL | 1.692.308,98 | 1.692.308,98 | 0,00% |
| Total | | | | 230.286.918,21 | 227.239.455,79 | 1,34% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Nota 02 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Em 31/03/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou um saldo de R\$ 38.168.222,17 relacionados a demais créditos valores a curto prazo, assim distribuídos:

Tabela 2 – Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição.

| Saldo Atual - R\$ | | | |
|---|----------------------|----------------------|---------------|
| | 31/03/2021 | 31/12/2020 | AH (%) |
| Adiantamento de Férias | 37.067.927,02 | 18.957.690,85 | 95,53% |
| Pagamento Antecipado - Salários e Ordenados | 675.956,79 | - | 0,00% |
| Suprimento de Fundos | 48.459,82 | - | 0,00% |
| IRRF a Compensar | 0,00 | 1.630,38 | -100,00% |
| PSS a Compensar | 3.913,17 | 1.379,26 | 183,72% |
| Cred a Receber Por Cessão de Pessoal | 54.678,01 | - | 0,00% |
| Adiantamento - Termo Execução Descentralizada | 222.780,03 | 222.780,03 | 0,00% |
| Cred a Receber Por Cessão de Pessoal - Estado | 94.507,33 | 182.799,03 | -48,30% |
| Total | 38.168.222,17 | 19.366.279,55 | 96,84% |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Nota 03 – Estoques

Em 31/03/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou um saldo de R\$ 1.392.169,99 relacionados a Material de Consumo, assim distribuídos:

Tabela 3a – Estoques – Composição.

| Saldo Atual - R\$ | | | |
|---------------------------------|---------------------|---------------------|--------------|
| | 31/03/2021 | 31/12/2020 | AH(%) |
| Material de Consumo | 1.392.169,99 | 1.421.055,91 | 9,24% |
| Estoque Interno para Distribuir | - | - | |
| Total | 1.392.169,99 | 1.421.055,91 | 8,89% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Tabela 3b – Material de Consumo – Composição.

| Saldo Atual - R\$ | | | | |
|----------------------|---|---------------------|---------------------|---------------|
| Conta Contábil | Classificação | 31/03/2021 | 31/12/2020 | AH (%) |
| MATERIAIS DE CONSUMO | 01 COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS | 0,00 | 1.578,88 | -100,00% |
| | 04 GÁS ENGARRAFADO | 0,00 | 1.429,00 | -100,00% |
| | 07 GENEROS DE ALIMENTAÇÃO | 0,00 | 8.735,90 | -100,00% |
| | 16 MATERIAL DE EXPEDIENTE | 160.949,73 | 165.660,81 | -2,84% |
| | 17 MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS | 1.196.979,11 | 1.201.295,12 | -0,36% |
| | 19 MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM | 4.289,36 | 7.157,75 | -40,07% |
| | 21 MATERIAL DE COPA E COZINHA | 6.326,12 | 6.493,52 | -2,58% |
| | 26 MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO | 0,00 | 1.541,10 | -100,00% |
| | 28 MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA | 0,00 | 2.780,16 | -100,00% |
| | 29 MATERIAL P/ ÁUDIO, VÍDEO E FOTO | 7.902,16 | 7.902,16 | 0,00% |
| | 39 MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS | 0,00 | 758,00 | -100,00% |
| | 41 MATERIAL P/ UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA | 4.957,34 | 4.957,34 | 0,00% |
| | 44 MATERIAL DE SINALIZAÇÃO | 4.247,40 | 4.247,40 | 0,00% |
| | 63 SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS | 6.518,77 | 6.518,77 | 0,00% |
| Total | | 1.392.169,99 | 1.421.055,91 | -2,03% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Nota 04 – VPDs Pagas Antecipadamente

Em 31/03/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou um saldo de R\$ 14.591.759,05 relacionados a Variação Patrimonial Diminutiva Pagas Antecipadamente, assim distribuídos:

Tabela 4a – VPDs Pagas Antecipadamente – Composição.

| Saldo Atual - R\$ | | | |
|-------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------|
| Conta Contábil | 31/03/2021 | 31/12/2020 | AH(%) |
| Prêmios de Seguros a Apropriar | 80.114,94 | 105.727,71 | -24,23% |
| Assinaturas e Anuidades a Apropriar | 72.228,12 | 69.953,11 | 3,25% |
| Serviços Pagos Antecipadamente | 14.439.415,99 | 16.746.167,90 | -13,77% |
| Total | 14.591.759,05 | 16.921.848,72 | -13,77% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Os maiores valores referem-se à aquisição de serviços de informática com prazos definidos e pagos antecipadamente, conforme demonstra a composição, por favorecido, da conta 119810400 – VPD de Serviços Pagos Antecipadamente:

Tabela 4b – Serviços Pagos Antecipadamente – Composição.

| Favorecido | | Documento | Saldo Atual - R\$ 31/03/2021 |
|----------------|---|--|---------------------------------|
| 01505147000104 | INTEGRASYS COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA | NFS-E 529, 530 E NF-E 20 (R\$ 1.716.000,00). TC 036.078/2016-6. CONTRATO 53/2016. AQUISICAO DE CHASSIS (GABINETE) E LAMINAS BLADE, CONTEMPLANDO A INSTALACAO E SERVICO DE ASSISTENCIA TECNICA DA GARANTIA. | 203.970,00 |
| | | NFS-E 944 (R\$ 1.013.490,00). CONTRATO: 49/2019. TC 040.687/2019-8. TF: 9.45. RENOACAO DE DIREITO DE ATUALIZACAO DOS SOFTWARES SYMANTEC CLIENT MANAGEMENT SUITE (CMS) E ALTIRIS IT MANAGEMENT SUITE (ITMS)- POR 36 MESES. | 675.660,00 |
| | | NFS-E 945 (R\$ 813.150,00). CONTRATO: 44/2019. TC 039.664/2019-8. TF: 9.45. RENOACAO DE DIREITO DE ATUALIZACAO DOS SOFTWARES SYMANTEC PROTECTION SUITE ENTERPRISE EDITION (SEP) E DO SOFTWARE SYMANTEC PROTECTION FOR SHAREPOINT SERVERS, EM SUAS VERSOES COMERCIAIS MAIS RECENTE A EPOCA DO FORNECIMENTO, COM DIREITO DE ATUALIZACAO DE VERSAO PELO PERIODO DE 36 MESES. | 474.337,50 |
| 02277205000144 | VERT SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA | NFS-E 5369 A 5372 (TOTAL: R\$ 983.000,00). CONTRATO 61/2016. TC 000.515/2017-5.FORNECIMENTO DE SOLUCOES DE STORAGE DE ALTA PERFORMANCE PARA O TCU. ITENS 2, 3, 7 E 8. | 240.000,00 |
| 20095387000114 | TILLBILL - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA | NFS-E 31692 (R\$ 3.396,43). TC 025.462/2020-2. CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL. PERIODO: 10/7/2020 A 9/7/2021. SERVICO DE CAPTURA DE NOTAS FISCAIS EMITIDAS PELOS FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTRATADOS PELO TCU. | 1.132,12 |
| 04198254000117 | MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA | NF-E 2893 (R\$ 1.881.290,00). TC 040.688/2019-4. CONTRATO: 50/2019. TF: 9.45. ISS: 2.00. RENOACOES DE 50 LICENCAS DE DIREITO DE USO DO SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD CCE ETLA, 80 LICENCAS DO SOFTWARE SINGLE APP CCE ETLA, 15 LICENCAS DO SOFTWARE ADOBE CAPTIVATE CCE ETLA, 500 LICENCAS DO SOFTWARE ADOBE ACROBAT DC CCE ETLA E 25 LICENCAS DO SOFTWARE ADOBE ACROBAT PROFESSIONAL DC CCE ETLA EM VERSOES COMERCIAIS MAIS RECENTES, PELO PERIODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES. | 1.097.419,25 |
| 09053350000190 | NIVA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA | NFS-E 1635 (R\$ 855.000,00). CONTRATO 39/2019. TC 038.162/2019-9. TF: 9.45 S/ R \$ 545.000,00 E 5.85 S/ R\$ 310.000,00. ISS: 2.00. VALIDADE: 15/10/2019 A 30/6/2022. AQUISICAO DE NOVAS LICENCAS DO SOFTWARE CITRIX VIRTUAL APPS AND DESKTOPS PREMIUM EDITION CONCURRENT USER E RENOACAO DE DIREITO DE ATUALIZACAO DE LICENCAS JA EXISTENTES DESSE SOFTWARE E DO CITRIX ADV VPX 1000 ADVANCED EDITION. | 265.884,70 |
| | | NFS-E 1913 (R\$ 613.925,00). TC 029.191/2020-3. CONTRATO 18/2020. TF: 9.45. ISS: 2.00. PERIODO: 13/8/2020 A 12/8/2021. AQUISICAO DO DIREITO DE USO DE LICENCAS DO SOFTWARE CITRIX VIRTUAL APPS AND DESKTOPS PREMIUM EDITION - CONCURRENT USER, CONFORME ESPECIFICACOES DO ANEXO I DO EDITAL DO PREGAO ELETRONICO 23/2020. | 255.802,06 |
| 09162855000517 | PTLS SERVICOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TECNICA LTDA | NFS-E 135012 E 135013 (R\$ 9.186.190,00). CONTRATO 54/2019. TC 040.989/2019-4. TF: 9.45. PERIODO: 27/12/2019 A 26/12/2022. AQUISICAO DE DIREITO DE USO DE LICENCAS DE SOFTWARE MICROSOFT PELO PERIODO DE 36 MESES. | 5.358.610,90 |
| 05757597000218 | TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA | NFS-E 1283 (R\$ 498.152,14). CONTRATO 44/2016. TC 040.332/2019-5. TF: 9.45. PERIODO: 23/12/2019 A 22/12/2021. SERVICOS DE MANUTENCAO, SUPORTE, GARANTIA E DIREITO DE ATUALIZACAO DAS SOLUCOES DE CONSOLIDACAO E CORRELACIONAMENTO DE EVENTOS (SIEM SECURITY INFORMATION AND EVENT MANAGEMENT)/LOGS P/UTILIZACAO NOS DATACENTERS PRINCIPAL E SECUNDARIO DO TCU - ITENS 22, 27, 47 E 49. | 186.807,04 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | |
|----------------|---|--|--------------|
| 06926223000160 | AMERICA TECNOLOGIA DE INFORMATICA E ELETRO-ELETRONICOS | NFS-E 16058 (R\$ 549.500,00). TC 040.951/2019-7. TF: 9.45. ISS: 5.00. PERIODO: 27/12/2019 A 26/08/2021. SERVICO DE SUPORTE TECNICO PARA LICENCA COMMVAULT VM BACKUP AND RECOVERY ADVANCED - PER SOCKET, SOLUTION SET, PERPETUAL -SB-CSIM-S-AF, PELO PERIODO DE 20 MESES. | 137.375,00 |
| 17798866000192 | SNOW SOFTWARE ASSESSORIA E REPRESENTACOES LTDA | NFS-E 423,424,425 (R\$ 768.125,00). TC 010.668/2018-7. CTO.: 60/2017. AQUIS.DE LICENCAS PERPETUAS DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO , SERV.DE SSISTENCIA TECN., MANUTENCAO E ATUALIZACAO E SERV. DE RECONHECIMENTO DE SOFTWARE - ITENS: 1,2 E 3. | 72.031,23 |
| 19885972000139 | CAMPOS & MENEZES LTDA | NFS-E 198 (R\$ 58.648,98). TC 022.708/2020-0. CONTRATO 12/2020. EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL. PERIODO: 10/6/2020 A 9/6/2021. SUBSCRICOES DE LICENCAS DA FERRAMENTA HOTJAR BUSINESS, SERVICO DE SUPORTE TECNICO REMOTO E ATUALIZACAO DE VERSAO. | 14.662,23 |
| 20621724000160 | CONVERGE DATA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA | NFS-E 43 (R\$ 43.569,00). CONTRATO: 58/2018.TC 041.235/2018-5. TF: 9.45. FORNECIMENTO SUBSCRICAO DE LICENCAS DE USO DE PRODUTOS DA SUITE VMWARE, SUBSCRICAO DE SUPORTE TELEFONICO DO FABRICANTE E ATUALIZACAO DE VERSAO, SUPORTE TECNICO DO FABRICANTE.ITEM 5. | 11.465,50 |
| 67393181000134 | IMAGEM GEOSISTEMAS E COMERCIO LTDA | NFS-E 7843 E 7844 (TOTAL: R\$ 365.087,22). TC 034.449/2018-3. CONTRATO: 46/2018. TF: 5.85 S/ R\$ 273.098,94 E 9.45 S/ R\$ 91.988,28. FORNECIMENTO DE LICENCAS DE USO PERPETUO DO SOFTWARE ARCGIS, INCLUINDO DIREITO DE ATUALIZACAO E SUPORTE TECNICO POR 12 MESES. ITENS 1 A 6. | 26.829,88 |
| 01771935000215 | INGRAM MICRO BRASIL LTDA | NFS-E 898257 (R\$ 3.747.199,88). TC 041.227/2018-2. CONTRATO 57/2018. TF: 9.45. FORNECIMENTO DE SUBSCRICAO DE LICENCAS DE USO DE PRODUTOS DA SUITE VMWARE, SUBSCRICAO DE SUPORTE TELEFONICO DO FABRICANTE E ATUALIZACAO DE VERSAO, SUPORTE TECNICO DO FABRICANTE E CREDITOS DE TREINAMENTO. ITENS 1,2 E 3 DO CONTRATO. (GLOSA DE R\$ 3,44). | 986.104,40 |
| | | NFS-E 11 (R\$ 1.814.960,00). TC 043.454/2018-6. CONTRATO 70/2018. TF: 9.45. ISS: 5.00. AQUISICAO DE SUBSCRICAO E SUPORTE PRODUCTION (24X7)PARA VMWARE NSX FOR VSPHERE ENTERPRISE PELO PERIODO DE 3 ANOS - PART-NUMBER NX-ENT-3P-SSS-C. CONTRATOS VMWARE: 431471560 E 463344021. | 453.740,04 |
| 73571994000170 | SULSOFT SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA | NF-E 328 E NFS-E 2018/27 (TOTAL: R\$ 88.014,00). TC 034.832/2018-1. CONTRATO: 47/2018. TF: 5.85 S/ R\$ 69.254,00 E 9.45 S/ R\$ 18.760,00. AQUISICAO DE LICENCA DE USO PERPETUO DO SOFTWARE ENVI COM EXTENSAO IDL, INCLUINDO ATUALIZACAO E SUPORTE. | 4.689,96 |
| 07586045000139 | RB CODE - INDUSTRIA DE SUPRIMENTOS E EQUIPAMENTOS DE AU | NF-E 20.882 E NFS-E 3341 (TOTAL: R\$ 73.680,00). TC 000.956/2019-8. CT 64/2018. TF 5.85 SOBRE R\$ 66.240,00 E 9.45 E ISS 5.00 SOBRE R\$ 7.440,00. FORNECIMENTO DE 3 COLETORES DE DADOS DE ITENS MOBILIARIOS COM TECNOLOGIA RFID, COM GARANTIA ON SITE NO PERIODO DE 1/4/2019 A 31/3/2022. | 2.479,92 |
| 01707536000104 | ISH TECNOLOGIA S/A | NFS-E 21984 (R\$ 584.256,00). CONTRATO 59/2018. TC 036.906/2019-0. TF 9.45. PERIODOS: 24/12/2019 A 23/12/2021 - ITEM 3, E 26/12/2019 A 25/12/2021 - ITEM 8. SERVICOS DE SUBSTITUICAO DE PECAS E ATUALIZACAO DE VERSAO DOS SOFTWARES/FIRMAWARES E SUPORTE TECNICO REMOTO DO FABRICANTE DOS ITENS 1, 5 E 6. | 220.269,40 |
| | | NFS-E 23512 (R\$ 167.712,00). TC 000.216/2020-8. CONTRATO: 62/2018. TF: 9.45. ISS: 2.00. PERIODO: 24/12/2019 A 23/12/2021. SERVICOS DE SUBSTITUICAO DE PECAS E ATUALIZACAO DE VERSAO DOS SOFTWARES/FIRMAWARES E SUPORTE TECNICO REMOTO DO FABRICANTE PARA STORAGE NAS DE ALTA PERFORMANCE (ITEM 22). | 62.892,00 |
| 10785597000180 | PALISADE BRASIL COMERCIALIZADORA DE SOFTWARES LTDA | NF-E 1132 E NFS-E 1105 (TOTAL: R\$ 11.112,00). TC 010.291/2020-2. TF: 5.85 SOBRE R\$ 9.260,00 E 9.45 SOBRE R\$ 1.852,00. PERIODO: 18/03/2020 A 18/06/2021. CONTRATACAO DE SOLUCAO FERRAMENTA APLICADA PARA A REALIZACAO DE ANALISES QUANTITATIVAS DE RISCOS E AUXILIO A TOMADA DE DECISAO. ITEM 1: AQUISICAO DE LICENCAS PERPETUAS. ITEM 2: SERVICO DE SUPORTE TECNICO E ATUALIZACAO DE VERSAO POR NO MINIMO 15 MESES. | 370,37 |
| 21649280000133 | BULL LTDA | NFS-E Nº 14821 (R\$ 3.861.042,97). TC 047.612/2020-7. CONTRATO 45/2020. TF: 9.45. PERIODO: 28/12/2020 A 27/12/2025. SERVICOS DE SUBSTITUICAO DE PECAS E ATUALIZACAO DE VERSAO DOS SOFTWARES/FIRMAWARES E SUPORTE TECNICO REMOTO DO FABRICANTE PARA OS ITENS 1.1, 2.1, 4.1 E 5.1 (ITENS 1.2, 2.2, 4.2 E 5.2). | 3.667.990,81 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | |
|----------------|----------------------|--|----------------------|
| 28315087000105 | KA SOFTWARE EIRELI | NFS-E 167 (R\$ 28.100,00). CONTRATO 21/2020. TC 031.293/2020-4. TF: 9.45. PERÍODO: 01/9/2020 A 31/8/2021. AQUISIÇÃO DE RENOVACAO DE SUBSCRICAO PARA O PRODUTO ASPOSE. TOTAL FOR JAVA DEVELOPER OEM, QUE INCLUI OS SERVICOS DE SUPORTE TECNICO E ATUALIZACAO DE VERSAO. | 11.708,38 |
| 35791391000437 | QUALITY SOFTWARE S/A | NFS-E 14002 (R\$ 17.240,00). CONTRATO POR NE. TC 024.850/2020-9. TF: 9.45. PERÍODO: 02/7/2020 A 01/7/2021. CONTRATAÇÃO DE DIREITO DE USO DO SOFTWARE ACL ANALYTICS POR 12 MESES, PACOTE COM 3 LICENCAS INCLUINDO SUPORTE TECNICO E ATUALIZACAO. | 7.183,30 |
| Total | | | 14.439.415,99 |

Nota 05 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Em 31/03/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou um saldo em aberto de R\$ 42.286,36, relacionado a Demais Créditos e Valores a Longo Prazo. Esse saldo permaneceu após a quitação parcial do saldo da antecipação de contribuições futuras dos patrocinadores da Fundação de Previdência Complementar do Poder Executivo Federal – FUNPRESP/EXE, que administra o Plano de Benefícios dos Servidores do Poder Legislativo (Legisprev), conforme autorizado na Lei 12.618/2012 (TC 038.230/2012-7) e demais atualizações, no valor de R\$ 4.469.111,19, no dia 16/12/2020. O saldo remanescente será recolhido após a divulgação do IPCA, conforme orienta o ofício 1.016/2020/PRESI/FUNPRESP-EXE (Vide 2020NS006793).

Nota 06 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/03/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou o saldo de R\$ 929.993.415,29 relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2020 e 2021.

Tabela 6a – Imobilizado – Composição.

| | R\$1,00 | | |
|---|-----------------------|-----------------------|---------------|
| | 31/03/2021 | 31/12/2020 | AH% |
| Bens Móveis | 64.530.032,38 | 68.871.592,50 | -6,30% |
| (+) Valor Bruto Contábil | 155.976.654,55 | 156.332.163,88 | -0,23% |
| (-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis | -91.446.622,17 | -87.460.571,38 | 4,56% |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis | 0,00 | 0,00 | |
| Bens Imóveis | 865.463.382,91 | 864.735.805,86 | 0,08% |
| (+) Valor Bruto Contábil | 894.200.900,47 | 892.960.173,81 | 0,14% |
| (-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis | -28.737.517,56 | -28.224.367,95 | 1,82% |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis | 0,00 | 0,00 | |
| Total | 929.993.415,29 | 933.607.398,36 | -0,39% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Bens Móveis

Os Bens Móveis do TCU em 31/03/2021 totalizavam R\$ 64.530.032,38 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 6b – Bens Móveis – Composição

| | 31/03/2021 | 31/12/2020 | R\$ 1,00 AH(%) |
|---|-----------------------|-----------------------|-------------------|
| Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas | 10.818.061,73 | 10.625.529,83 | 1,81% |
| Bens de Informática | 91.060.979,33 | 80.130.412,87 | 13,64% |
| Móveis e Utensílios | 34.636.748,71 | 34.659.568,48 | -0,07% |
| Material Cultural, Educacional e de Comunicação | 16.428.901,72 | 16.423.047,02 | 0,04% |
| Veículos | 286.824,50 | 286.824,50 | 0,00% |
| Bens Móveis em Almojarifado | 1.696.792,58 | 13.169.939,79 | -87,12% |
| Armamentos | 30.505,41 | 30.505,41 | 0,00% |
| Demais Bens Móveis | 1.017.840,57 | 1.006.335,98 | 1,14% |
| Subtotal | 155.976.654,55 | 156.332.163,88 | -0,23% |
| Depreciação / Amortização Acumulada | -91.446.622,17 | -87.460.571,38 | 4,56% |
| Total | 64.530.032,38 | 68.871.592,50 | -6,30% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 58,38% referem-se a Bens de Informática, formado por equipamentos de processamento de dados e 22,21%; e a Móveis e Utensílios, com a seguinte composição:

Tabela 6c – Móveis e Utensílios – Composição

| | R\$ 1,00 31/03/2021 |
|--------------------------------------|------------------------|
| Aparelhos e Utensílios Domésticos | 983.333,82 |
| Máquinas e Utensílios de Escritórios | 158.404,38 |
| Mobiliário em Geral | 33.495.010,51 |
| Total | 34.636.748,71 |

Fonte: SIAFI 2021

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do TCU em 31/03/2021 totalizavam R\$ 865.463.382,91 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 6d - Bens Imóveis – Composição.

| | 31/03/2021 | 31/12/2020 | R\$ 1,00 AH(%) |
|---|-----------------------|-----------------------|-------------------|
| Bens de Uso Especial Registrados no Spiunet | 762.418.669,11 | 762.418.669,11 | 0,00% |
| Bens Imóveis em Andamento | 116.609.683,01 | 116.609.683,01 | 0,00% |
| Instalações | 11.172.548,35 | 9.931.821,69 | 12,49% |
| Demais Bens Imóveis | 4.000.000,00 | 4.000.000,00 | 0,00% |
| Subtotal | 894.200.900,47 | 892.960.173,81 | 0,14% |
| Redução ao Valor Recuperável | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Depreciação / Amortização Acumulada | -28.737.517,56 | -28.224.367,95 | 1,82% |
| Total | 865.463.382,91 | 864.735.805,86 | 0,08% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

De acordo com a tabela anterior, os bens de uso especial correspondem a 85,26% de todos os bens constantes no Balanço Patrimonial do TCU, perfazendo o montante de R\$ 762.418.669,11 em 31/03/2021 a valores brutos.

Em síntese, os bens mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do TCU são constituídos dos bens a seguir relacionados:

Tabela 6e - Bens de Uso Especial – Composição

| | 31/03/2021 | R\$ 1,00 AH(%) |
|-----------------------------------|-----------------------|-------------------|
| Imóveis Residenciais e Comerciais | 0,00 | 0,00% |
| Edifícios | 746.433.174,03 | 0,00% |
| Terrenos/Glebas | 172.300,00 | 0,00% |
| Estacionamentos e Garagens | 3.422.571,36 | 0,00% |
| Salas | 12.390.623,72 | 0,00% |
| Total | 762.418.669,11 | 0,00% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Nota 07 – Intangível

Em 31/03/2021, o TCU apresentou o saldo de R\$ 87.523.110,94 relacionados a intangível, na categoria de Software e Marcas Direitos e Patentes, com Vida Útil Indefinida.

Todos os softwares estão devidamente identificados e registrados em suas respectivas inscrições genéricas de sistema (IS)

Na tabela a seguir, é apresentada a lista de softwares que compõe esse valor:

Tabela 7a – Intangível – Lista de Software

| Lista de Software | 31/03/2021 | | |
|--|------------|---|--------------|
| PROJECT PROFESSIONAL 2013 | 489.780,00 | APLICATIVO CONTROLE DE ACESSO E DE FREQUENCIA | 198.054,72 |
| VISIO PROFESSIONAL 2013 | 28.739,10 | ARCGIS FOR DESKTOP BASIC SOFTWARE | 7.978,53 |
| 02 SISTEMAS DE COMUNICACAO BASEADO EM IP | 531.123,88 | ARCHSIGHT MANAGEMENT CENTER - SEGUR REDE | 248.000,00 |
| 02 SISTEMAS SESSION BORDER CONTROLLER | 299.250,80 | ASTAH PROFESSIONAL USER LICENSE | 750,00 |
| ADOBE ACROBAT STANDARD' | 31.200,60 | AUTENTICIDADE STEFANINI | 157.800,15 |
| ADOBE CAPTIVATE CC' | 38.320,00 | AUTOCAD CIVIL 3D | 15.900,00 |
| ADOBE CAPTIVATE' | 11.400,06 | AUTOCAD CIVIL 3D' | 15.900,00 |
| ADOBE CS5 MASTER COLLECTION 1 | 10.657,80 | AUTOCAD CIVIL 3D" | 15.900,00 |
| ADOBE CS5 MASTER COLLECTION 10 | 10.657,80 | AUTODESKAUTOCAD CIVIL 3D 2011 NETWORK | 212.459,10 |
| ADOBE CS5 MASTER COLLECTION 11 | 10.657,80 | AVALIACAO PSICOLOGICA HUMAN GUIDE | 29.000,00 |
| ADOBE CS5 MASTER COLLECTION 12 | 10.657,80 | AXURE RP PRO 6 | 7.927,20 |
| ADOBE CS5 MASTER COLLECTION 3 | 10.657,80 | AXURE RP6 | 8.000,00 |
| ADOBE CS5 MASTER COLLECTION 4 | 10.657,80 | BACKU/ARMAZEN + ATUALIZACAO DE VERSAO | 1.186.650,00 |
| ADOBE CS5 MASTER COLLECTION 5 | 10.657,80 | BACKUP + ATUALIZACAO DE VERSAO | 1.824.020,00 |
| ADOBE CS5 MASTER COLLECTION 6 | 10.657,80 | BIBLIOTECA DE SOFTWARE | 4.073,09 |
| ADOBE CS5 MASTER COLLECTION 7 | 10.657,80 | BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA, | 89.000,00 |
| ADOBE CS5 MASTER COLLECTION 8 | 10.657,80 | CA WILY APM 1 | 20.000,00 |
| ADOBE CS5 MASTER COLLECTION 9 | 10.657,80 | CA WILY APM 10 | 20.000,00 |
| ADOBE CS5 MASTER COLLECTION2 | 10.657,80 | CA WILY APM 11 | 20.000,00 |
| ADOBE ILLUSTRATOR CC | 15.880,00 | CA WILY APM 12 | 20.000,00 |
| ADOBE ILLUSTRATOR' | 6.800,00 | CA WILY APM 13 | 20.000,00 |
| ADOBE INDESIGN | 7.420,05 | CA WILY APM 14 | 20.000,00 |
| ADOBE INDESIGN CC' | 35.760,00 | CA WILY APM 15 | 20.000,00 |
| ADOBE MASTER COLLECTION CC' | 99.900,00 | CA WILY APM 16 | 20.000,00 |
| ADOBE MASTER COLLECTION' | 60.005,00 | CA WILY APM 2 | 20.000,00 |
| ADOBE PHOTOSHOP CC' | 58.000,00 | CA WILY APM 3 | 20.000,00 |
| ADOBE PHOTOSHOP' | 14.500,10 | CA WILY APM 4 | 20.000,00 |
| ADOBE PROFESSIONAL CC | 951.434,00 | CA WILY APM 5 | 20.000,00 |
| ALTIRIS IT MANAGEMENT SUIT | 282.600,00 | CA WILY APM 6 | 20.000,00 |
| ALTOQI EBERICK V8 GOLD' | 11.250,00 | CA WILY APM 7 | 20.000,00 |
| ALTOQI EBERICK V9 PLENA | 4.000,00 | CA WILY APM 8 | 20.000,00 |
| ALTOQI HYDROS V4 E ALTOQI LUMINE V4 | 11.000,00 | CA WILY APM 9 | 20.000,00 |
| | | CAL SERVER 2016 | 530.640,00 |
| | | CITRIX NETSCALER VPX1000 MBPS ENTERPRISE 1 | 209.636,39 |
| | | CITRIX NETSCALER VPX1000 MBPS ENTERPRISE 2 | 60.636,39 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | |
|---|--------------|--|--------------|
| CITRIX VISUAL APP AND DESKTOPS | 77.500,00 | FABRICA DE SOFTWARE- ISCNET (TCU) | 121.709,81 |
| CLIENTELA | 659.217,66 | FABRICA DE SOFTWARE- REPRES.LEGAL (TCU) | 27.009,09 |
| CLOUD-16 - SPEC IAAS V. 1.1 | 2.300,00 | FABRICA DE SOFTWARE- SIGA (TCU) | 186.805,38 |
| COMMVAULT VM BACKUP AND RECOVERY ADVANCED | 1.695.250,00 | FABRICA DE SOFTWARE-GS-WEB (TCU) | 29.058,55 |
| CONECTA TCU | 740.623,47 | FABRICA DE SOFTWARE-IDENTIDADE CONFIÁVEL TCU | 8.190,78 |
| CONTROLADOR WLAN | 47.820,00 | FOLHA STEFANINI | 1.095.341,81 |
| CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS | 47.285,40 | FABRICA DE SOFTWARE - RADAR | 794.446,25 |
| CPU-17 - SPEC CPU 2017 V. 1.0 | 1.150,00 | GERENC DE ESTAC, SERV. E DISP MOVEIS | 480.000,00 |
| DATA DISCOVERY QUIKVIEW 4 NUCLEOS (TCU) | 248.729,48 | GERENCIA HUAWEI ESIGHT-TCU | 101.643,91 |
| DATA QUALITY OPTION | 481.000,00 | GERENCIAMENTO ENDPOINTS, EXTENSO DO SUPORTE | 390.000,00 |
| DATABASE DIAGNOSTICS PACK | 280.360,20 | GERENCIAMENTO ENDPOINTS, INSTALACAO E CONFIG | 6.568,00 |
| DATABASE ENTERPRISE EDITION' | 1.910.418,62 | GERENCIAMENTO REDE/CONTROLE DE ACESSO (NAC) | 274.871,00 |
| DATABASE TUNING PACK | 280.360,20 | GESTAO INTEGRADA DE PORTFOLIO E PROJETOS | 86.665,20 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 1 | 53.789,82 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL O | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 10 | 53.789,82 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL A | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 11 | 53.789,82 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL B | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 12 | 53.789,82 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL D | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 13 | 53.789,82 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL E | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 14 | 53.789,82 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL F | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 15 | 53.789,82 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL G | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 16 | 53.789,82 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL H | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 17 | 26.490,54 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL I | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 18 | 26.490,54 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL J | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 19 | 26.490,54 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL K | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 2 | 53.789,82 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL L | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 20 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 21 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL B | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 22 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL C | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 23 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL D | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 24 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL E | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 25 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL F | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 26 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL G | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 27 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL H | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 28 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL I | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 29 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL J | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 3 | 53.789,82 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL K | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 30 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL L | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 31 | 26.490,54 | HP BLADE MATRIX | 27.905,31 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 32 | 26.490,54 | INDEX CONTEUDO E PESQUISA + ATUALIZACAO | 74.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 4 | 53.789,82 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 1 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 5 | 53.789,82 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 2 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 6 | 53.789,82 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 3 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 7 | 53.789,82 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 4 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 8 | 53.789,82 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 5 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 9 | 53.789,82 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 6 | 164.000,00 |
| DELL OPEN MANAGE NETWORKING | 42.124,00 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 7 | 164.000,00 |
| DICIONARIO ELETRONICO AURELIO VERSAO 7.0 | 25.602,50 | INFORMATICA POWERCENTER DATA SUBSET - OPTION | 69.000,00 |
| E-SOCIAL STEFANINI | 1.138.885,20 | INSTRUCAO ASSISTIDA | 1.472.737,15 |
| E-TCU GABINETES | 1.744.502,87 | INTELLIJ IDEA ULTIMATE COMMERCIAL | 92.583,00 |
| E-TCU GERENCIAL | 990.868,65 | IS SOFTWARE - TEMPORARIO | 32.500,00 |
| E-TCU GESTOR | 109.163,15 | JVM - JAVA VIRTUAL MACHINE | 621,00 |
| EBERICK PERSONAL V6 | 6.000,00 | LANCAMENTO BENS INTANGIVEIS | 151.919,67 |
| EST PRO 4.0 | 2.315,59 | LIC.PERPETUAS DA SOLUCAO SAS VISUAL ANALYTICS | 249.565,14 |
| EXCHANGE MODELO SERVER ENTERPRISE | 1.189.461,46 | LICENCA - SISTEMA SOPHIA | 2.500,00 |
| FABRICA DE SOFTWARE - ASSINATURA (TCU) | 33.986,88 | LICENCA CEM APPLINCE | 6.702,00 |
| FABRICA DE SOFTWARE - ATOS PESSOAL (TCU) | 557.565,63 | LICENCA DE CANAL DE VIDEO SYMPHONY | 213.742,70 |
| FABRICA DE SOFTWARE - BUSCA (TCU) | 117.529,07 | LICENCA DE HP ARCSIGHT LOGGER/ADD-ON | 236.040,41 |
| FABRICA DE SOFTWARE - CONSULTA REMUN. (TCU) | 8.867,24 | LICENCA DE SOFTWARE - WINSVRSTD | 1.572,80 |
| FABRICA DE SOFTWARE - E - JURIS | 929.016,34 | LICENCA DE SOFTWARE - ATOS DE PESSOAL | 954.757,41 |
| FABRICA DE SOFTWARE - ENCCLA (TCU) | 70.729,50 | LICENCA DE SOFTWARE - DRCAU | 584.203,02 |
| FABRICA DE SOFTWARE - EPM (TCU) | 480.847,65 | LICENCA DE SOFTWARE - E-DIARIO | 611.955,65 |
| FABRICA DE SOFTWARE - FISCALIS (TCU) | 2,80 | LICENCA DE SOFTWARE - E-TCE | 503.622,33 |
| FABRICA DE SOFTWARE - GESTAO PORTFOLIO (TCU) | 495.953,72 | LICENCA DE SOFTWARE - ENTERPRISE EDITION | 2.627.781,60 |
| FABRICA DE SOFTWARE - ICM | 21.952,73 | LICENCA DE SOFTWARE - GERENC. ACCESS POINT | 171.661,00 |
| FABRICA DE SOFTWARE - JAVA (TCU) | 152.528,69 | LICENCA DE SOFTWARE - LMDX_FOR PCAE | 25.500,00 |
| FABRICA DE SOFTWARE - JUSIS (TCU) | 145.057,35 | LICENCA DE SOFTWARE - ORACLE PARTIOTINING | 860.889,60 |
| FABRICA DE SOFTWARE - PATRIMONIO (TCU) | 16.978,19 | LICENCA DE SOFTWARE - POWER CENTER_REAL TIME | 230.000,00 |
| FABRICA DE SOFTWARE - PESQUISA TEXTUAL | 36.505,83 | LICENCA DE SOFTWARE - POWERCENTER_SE | 590.000,00 |
| FABRICA DE SOFTWARE - PUSH | 75.689,46 | LICENCA DE SOFTWARE - PRJCTSVR | 22.214,34 |
| FABRICA DE SOFTWARE - SAGAS2 (TCU) | 548.587,20 | SNGLLICSAPKMVL | 377.374,87 |
| FABRICA DE SOFTWARE - SAO | 131.892,01 | LICENCA DE SOFTWARE - SAO | 529.616,23 |
| FABRICA DE SOFTWARE - SAP BO (TCU) | 70.474,26 | LICENCA DE SOFTWARE - SISTEMA E-JURIS | 6.390,60 |
| FABRICA DE SOFTWARE - SINERGIA (TCU) | 249.402,30 | LICENCA DE SOFTWARE - | |
| FABRICA DE SOFTWARE - TRANSCON (TCU) | 790.767,90 | SQLSVRSTD SNGLLICSAPKMVL | |
| FABRICA DE SOFTWARE - VCE (TCU) | 30.080,99 | | |
| FABRICA DE SOFTWARE SAGAS (TCU) | 82.537,73 | | |
| FABRICA DE SOFTWARE- CONTRATA (TCU) | 876.056,24 | | |
| FABRICA DE SOFTWARE- E - CONSULTA (TCU) | 11.177,85 | | |
| FABRICA DE SOFTWARE- E- TCU MP (TCU) | 129.171,14 | | |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | |
|---|--------------|---|--------------|
| LICENCA DE SOFTWARE ARCGIS DESKTOP ADVANCED | 231.720,32 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 2 | 403,33 |
| LICENCA DE SOFTWARE ARCGIS SPATIAL ANALYST | 41.378,62 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 20 | 403,33 |
| LICENCA DE SOFTWARE DE ADMINISTRACAO | 18.808,58 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 21 | 403,33 |
| LICENCA DE SOFTWARE DE GERENCIA | 32.500,00 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 22 | 403,33 |
| LICENCA DE SOFTWARE/PARA STORAGE | 1.000.000,00 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 23 | 403,33 |
| LICENCA DE USO PERPETUO DO SOFTWARE | 69.254,00 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 24 | 403,33 |
| LICENCA DO HP ARCSIGHT EXPRESS ADD-ON | 344.640,04 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 25 | 403,33 |
| LICENCA DO HP ARCSIGHT LOGGER | 52.477,37 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 26 | 403,33 |
| LICENCAS DE VIDEO ANALITICO | 9.250,00 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 27 | 403,33 |
| LICENCAS E INSTACAO DE SOFTWARE | 2.264.029,05 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 28 | 403,33 |
| LICENCAS PERPETUAS DO CONECTOR SAS ACCESS | 104.935,68 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 29 | 403,33 |
| LICENCAS PERPETUAS DO CONECTOR SAS TO HADOOP | 104.935,68 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 3 | 403,33 |
| LICENCAS PERPETUAS SKETCHUP PRO | 15.879,00 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 30 | 403,33 |
| LICENCIAMENTO DE RAMAIS/SOFTPHONE | 166.695,00 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 31 | 403,33 |
| LYNC - CAL ENTERPRISE | 4.537.661,16 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 32 | 403,33 |
| MAVEN INVENTING SOLUTIONS | 91.879,29 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 33 | 403,33 |
| MCR SIST - LICENCAS ADOBE ACROBAT DC ETLA | 260.000,00 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 34 | 403,33 |
| MONITORAMENTO DE APLICACOES JAVA CA | 574.400,00 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 35 | 403,33 |
| INTROSCOP | | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 36 | 403,33 |
| MONITORAMENTO E GERENCIA REDE DE LONGA DIST | 29.370,54 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 37 | 403,33 |
| NIVA TEC DA INFORMACAO LTDA | 310.000,00 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 38 | 403,33 |
| ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION A | 42.035,44 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 39 | 403,33 |
| ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION D | 42.035,44 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 4 | 403,33 |
| ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION E | 42.035,44 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 40 | 403,33 |
| ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION F | 42.035,44 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 41 | 403,33 |
| ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION G | 42.035,44 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 42 | 403,33 |
| ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION H | 42.035,44 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 43 | 403,33 |
| ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITIONB | 42.035,44 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 44 | 403,33 |
| ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITIONC | 42.035,44 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 5 | 403,33 |
| PALISADE BRASIL COMERCIALIZADORA DE SOFTWARES | 9.260,00 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 6 | 403,33 |
| PARA 23 DISPOSITIVOS MONITORADOS | 9.276,59 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 7 | 403,33 |
| PASSWARE KIT FORENSIC | 4.892,00 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 8 | 403,33 |
| PLATAFORMA DE INTELIGENCIA DE CONTROLE | 84.518,93 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 9 | 403,33 |
| PLATAFORMA DE RELACIONAMENTO MAPA | 333.257,75 | SOFTWARE PARA ORCAMENTO DE OBRAS | 14.743,10 |
| PLATAFORMA DE SERV DIGITAIS DE CONTROLE | 280.877,85 | SOFTWARE PARA STORAGE DE ALTA PERFORMANCE | 2.710.107,29 |
| POLITICAS PUBLICAS (EPP) | 111.057,30 | SOFTWARE PARASOTRAGE DE ALTA PERF. (NAS) | 282.996,00 |
| POWERCENTER DATA MASKING PERSISTENT - OPTION | 69.000,00 | SOLUCAO DE ARQUIVAMENTO DE INFORMACOES | 799.720,00 |
| POWERDESIGN INFORMATIONARCHITECT | 44.162,24 | SOLUCAO DE TI PARA GESTAO DE PESSOAS | 1.543.303,72 |
| PREZI DESKTOP PROFISSIONAL | 2.280,00 | SOLUCAO DE VIRTUALIZACAO DE SOFTWARE | 170.200,00 |
| QIBUILDER PS1 + QIEDITOR DE ARMADURAS | 1.500,00 | SOLUCAO GERENCIAMENTO DE ENDPOINTS | 580.000,00 |
| QLIKVIEW ENTERPRISE EDITION | 761.169,06 | SOLUCAO SAP BUSINESS OBJECTS 4.0 | 1.540.000,00 |
| QSR NVIVO 10 FULL/PERMANENTE | 7.720,00 | SORTEIO | 68.591,25 |
| REAL APPLICATION CLUSTER' | 88.987,46 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 1 | 21.100,00 |
| REDE WLAN IMC WSM MODULE | 28.660,00 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 2 | 21.100,00 |
| REMOV CITRIX VIRT APPS AND DESKTOPS | 373.000,00 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 3 | 21.100,00 |
| RENOV CITRIX ADC VPX 1000 - ADVANCED EDITION | 172.000,00 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 4 | 21.100,00 |
| SAS FRAUD FRAM. FOR GOV. LIGHT POR NUCLEO | 93.750,00 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 5 | 21.100,00 |
| SAS FRAUD FRAMWORK FOR GOVERNMENT LIGHT | 625.000,00 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 6 | 21.100,00 |
| SERV DE INSTALACAO E CONF DE BIBLIOTECA T II | 5.000,00 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 7 | 21.100,00 |
| SHAREPOINT CAL STANDARD 2013 | 1.367.490,00 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 8 | 21.100,00 |
| SHAREPOINT SERVER 2013 - PN-76P-01524 | 225.501,00 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 9 | 21.100,00 |
| SICENCA DE SOFTWARE DE ADMINISTRACAO | 12.848,86 | SQL SERVER 2014 ENTERPRISE PER CORE | 240.727,97 |
| SISTEMA DE GERENCIAMENTO, MONITORAM E MANUT. | 12.897,97 | SQL SERVER 2014 ENTERPRISE PER CORE' | 206.338,26 |
| SISTEMA DE GESTAO ORCAMENTARIA | 793.704,09 | SQL SERVER ENTERPRISE 2016 | 1.263.803,32 |
| SISTEMA DE TARIFACAO E BILHETAGEM | 138.704,67 | SQL SERVER STANDARD 2016 | 47.363,70 |
| SISTEMA EU FISCALIZO MOBILE | 757.178,05 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 1 | 5.740,00 |
| SISTEMA M TCU R2 - ASSINATURA DE DOCUMENTOS | 179.966,82 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 10 | 5.740,00 |
| SISTEMA M TCU R2 ASSINATURA DE DOCUMENTOS | 137.463,61 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 11 | 5.740,00 |
| SISTEMA M-TCU | 1.177.134,59 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 12 | 5.740,00 |
| SISTEMA PUSH PROCESSO MOBILE | 362.756,07 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 13 | 5.740,00 |
| SISTEMA TOPOGRAPH - USO EM REDE 1 | 5.355,00 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 14 | 5.740,00 |
| SISTEMA TOPOGRAPH - USO EM REDE 2 | 5.355,00 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 15 | 5.740,00 |
| SISTEMA TOPOGRAPH - USO LOCAL 1 | 6.250,00 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 16 | 5.740,00 |
| SISTEMA TOPOGRAPH - USO LOCAL 2 | 6.250,00 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 2 | 5.740,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 1 | 403,33 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 3 | 5.740,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 10 | 403,33 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 4 | 5.740,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 11 | 403,33 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 5 | 5.740,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 12 | 403,33 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 6 | 5.740,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 13 | 403,33 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 7 | 5.740,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 14 | 403,33 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 8 | 5.740,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 15 | 403,33 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 9 | 5.740,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 16 | 403,33 | STAND ALONE SEAT(SS) E FLOATING LICENSE (FL) | 95.678,42 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 17 | 403,33 | STORAGE DE ALTA PERFORMANCE(NAS) | 23.000,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 18 | 403,33 | SUITE AUTODESK BUILDING DESIGN PREMIUM/16 | 338.230,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 19 | 403,33 | SUITE AUTODESK INFRASTRUCTURE DESIGN ULTIMATE | 52.052,00 |
| | | SYMANTEC CLIENT MANAGEMENT SUITE - CMS | 84.810,00 |
| | | SYMANTEC PROTEC SUITE ENTERPRISE EDITION | 339.885,00 |
| | | SYMANTEC PROTECTION FOR SHAREPOINT SERVERS | 78.000,00 |
| | | SYMANTEC PROTECTION SUITE | 75.382,00 |
| | | SYMANTEC PROTECTION SUITE - LICENCA DE USO | 138.000,00 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | |
|--|--------------|---|----------------------|
| UPGRADE REAL TIME - PCRT | 828.000,00 | VMWARE VSPHERE WITH OP MAN VSOM | 482.518,19 |
| V-RAY FOR SKETCHUP | 22.140,00 | ENTERPRISE PL | |
| VISUAL STUDIO 2013 | 6.307,00 | VMWARE VSPHERE WITH OP. MANEG (VSOM) TCU | 155.521,53 |
| VMW VCNTSR SRM | 71.962,88 | VMWARE VSPHERE WITH OPERATIONS MANEG (VSOM) | 510.062,10 |
| VMWARE NSX FOR VSPHERE 5.5 | 1.155.421,16 | WINDOWS SERVER 2008 REMOTE DESKTOP | 14.868,00 |
| VMWARE NSX FOR VSPHERE 5.5 (TCU) | 1.643.752,52 | WINDOWS SERVER DATACENTER 2016 | 552.336,76 |
| VMWARE VCENTER SERVER 5.5 | 47.074,18 | WINDOWS SERVER STANDARD 2016 | 371.133,76 |
| VMWARE VCENTER SITE RECOVERY MAN 5.5 | 192.027,52 | TOTAL | 87.523.110,94 |
| VMWARE VCLLOUD SUITE ADVANCED | 2.293.345,60 | | |
| VMWARE VCLLOUD SUITE ADVANCED 700906 | 3.539.287,14 | | |
| VMWARE VCLLOUD SUITE ADVANCED 700908 | 1.259.757,99 | | |
| VMWARE VSPHERE 4 ENTERPRISE PLUS | 250.530,30 | | |
| VMWARE VSPHERE 5 ENTERPRISE PLUS' | 794.231,81 | | |
| VMWARE VSPHERE WITH OP MAN ENTERPRISE PLUS | 600.255,91 | | |

Nota 08 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Em 31/03/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou um saldo de R\$ 21.058.061,33 na rubrica a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.

Tabela 8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo – Composição.

| | Saldo Atual - R\$ | | |
|------------------------------------|----------------------|-------------|--------|
| | 31/03/2021 | 31/12/2020 | AH (%) |
| Pessoal a Pagar | *21.014.570,91 | 0,00 | |
| Benefícios Previdenciários a Pagar | 43.490,42 | 0,00 | |
| Total | 21.058.061,33 | 0,00 | |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

*Décimo Terceiro Salário a Pagar

Nota 09 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/03/2021, o Tribunal de Contas apresentou um saldo de R\$ 4.758.318,28 relacionados com fornecedores e contas pagar nacionais e de curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/03/2021. Importa

Tabela 9a – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante.

| UG Executora | | Saldo Atual - R\$ | |
|--------------|---|---------------------|----------------|
| | | 31/03/2021 | AV(%) |
| 030001 | TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO | 4.204.761,44 | 88,37% |
| 030050 | DIEX-DIRET PROG EXEC ORC DAS UN NOS ESTADOS | 71.158,74 | 1,50% |
| 030203 | INSTITUTO SERZEDELLO CORREA - ISC/TCU | 482.398,10 | 10,14% |
| Total | | 4.758.318,28 | 100,00% |

A unidade gestora 030001 – TCU é responsável por 88,37% do total a ser pago.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os 6 fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/03/2021.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Tabela 9b – Principais Fornecedores

| | | Saldo Atual - R\$ |
|----------------|--|---------------------|
| Fornecedor | | 31/03/2021 |
| 37077716000105 | CITY SERVICE SEGURANCA LTDA | 678.355,63 |
| 58069360000120 | STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A. | 435.105,87 |
| 03701380000180 | PORTO BELO ENGENHARIA E COMERCIO LTDA | 394.484,32 |
| 37057387000122 | HEPTA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA | 310.113,96 |
| 03143181000101 | CAST INFORMATICA S/A | 266.599,15 |
| 07522669000192 | CEB DISTRIBUICAO S.A. | 223.198,15 |
| | Demais Fornecedores | 2.450.461,20 |
| Total | | 4.758.318,28 |

Em relação aos fornecedores acima relacionados, eles representam 48,50% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

1. City Service Segurança Ltda - Prestação dos serviços de vigilância armada nas dependências do TCU e nas residências das autoridades e de segurança pessoal privada armada para condução de veículos oficiais de representação e acompanhamento de autoridades, em Brasília/DF.
2. Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A - Prestação presencial de serviços de projeto de manutenção de software com práticas ágeis.
3. Porto Belo Engenharia e Comércio Ltda - Prestação de serviços de elaboração, quando couber, de projetos executivos e a construção da Escola Superior de Controle do Tribunal de Contas da União, ESUC, em Brasília/DF.
4. Hepta Tecnologia e Informática Ltda - Prestação de serviço de suporte técnico on site a produtos da plataforma Microsoft no ambiente do TCU.
5. Cast Informática S/A - Prestação de serviços de desenvolvimento de software com práticas ágeis.
6. CEB Distribuição S.A. - Fornecimento de energia elétrica à sede do TCU em Brasília-DF

Nota 10 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Em 31/12/2020, o Tribunal de Contas da União possuía um saldo negativo de R\$ 1.119.636,52 relacionados ajustes de exercícios anteriores.

A seguir, apresenta-se a tabela, com os principais ajustes realizados em 2021:

Tabela 10 – Ajustes de Exercícios Anteriores – Composição

| Favorecido | Observação | 31/03/2021 |
|--|---|----------------------|
| Saldo Anterior a 2020: | | -2.640.331,85 |
| A ABBA SERVICOS GERAIS LTDA | TC 039.555/2019-4. CONTRATO 03/2016. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 147,69, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 3869 (R\$ 319,26), REFERENTE A SERVICOS DE LAVAGEM E PASSAGEM DE ROUPAS PROFISSIONAIS E DE PECAS DE TECIDOS PRESTADOS EM DEZEMBRO/2020. | (147,69) |
| ANDRE TORRES BREVES GONCALVES | REGISTRO DE PASSIVO. TC-007.403/2021-6. DILIGENCIA CONTABIL 54/2021. | (5.467,17) |
| | ALTERACAO NO VALOR DO DOCUMENTO. | 258,00 |
| BELFORT GERENCIAMENTO DE RESIDUOS LTDA | TC-011.429/2020-8. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 86,00 PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS 2303, NO VALOR DE R\$ 258,00, REFERENTE AO SERVICOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSICAO FINAL DE RESIDUOS DE SERVICOS DE SAUDE (RSS). | (344,00) |
| CAPGEMINI BRASIL S/A | CORRIGIR CNPJ DO CREDOR. | 555,19 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | |
|---|--|--------------|
| | TC 000.590/2020-7. CONTRATO 44/2017. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 27.001,17, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 4901 (R\$ 310.750,48), REFERENTE A SERVICOS DE APRIMORAMENTO DA EXPERIENCIA DO USUARIO (USER EXPERIENCE - UX) E DE DESIGN DE INTERFACE DE USUARIO (USER INTERFACE - UI) DE SISTEMAS DE INFORMACAO DO PORTAL DO TCU, NO PER.: DE 4/12/2020 A 3/1/2021 (19 DIAS UTEIS). | (27.001,17) |
| | TC 039.193/2020-9. CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 555,19 - CIP, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DAS NFEEES 689283, 689334 E 689296 (TOTAL: R\$ 224.943,21), REFERENTES AO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA AO TCU (ED. SEDE E ANEXOS I, II E III) E CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA: R\$ 2.300,25, NO PERIODO DE 10/12/2020 A 1/1/2021. | (555,19) |
| CEB DISTRIBUICAO S.A. | TC 039.193/2020-9 - PAGAMENTO DAS FATURAS 689283, 689334 E 689296 (PECA Nº 48) - REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR | (222.642,96) |
| | TC 039.193/2020-9. CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 212.962,83, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DAS NFEEES 689283, 689334 E 689296 (TOTAL: R\$ 224.943,21), REFERENTES AO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA AO TCU (ED. SEDE E ANEXOS I, II E III) E CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA: R\$ 2.300,25, NO PERIODO DE 10/12/2020 A 1/1/2021. | (212.962,83) |
| | TC 039.193/2020-9. CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 555,19 - CIP, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DAS NFEEES 689283, 689334 E 689296 (TOTAL: R\$ 224.943,21), REFERENTES AO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA AO TCU (ED. SEDE E ANEXOS I, II E III) E CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA: R\$ 2.300,25, NO PERIODO DE 10/12/2020 A 1/1/2021. | (555,19) |
| COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA | TC-039.790/2019-3 - CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 1.616,69, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL 494082961 (PECA 136), SERVICOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA E COSIP PARA SEC-BA, NO PERIODO DE 30/11/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000028, INSCRITO EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA. | (1.616,69) |
| COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO | TC-038.243/2019-9 - CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 5.898,14, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 138889352 (PECA 138), SERVICOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA E CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA - CIP PARA SEC-PE, NO PERIODO DE 30/11/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE OS SALDOS DA 2020NE000103(CIP) E 2020NE000105 (ENERGIA ELETRICA), INSCRITOS EM RAP, NAO FORAM SUFICIENTES PARA QUITAR A DESPESA. | (11.796,28) |
| COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHÃO-CEMAR | TC-039.292/2019-3 - CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 506,73, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL 002842675/FATURA 020201200284267 (PECA 150), SERVICOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA E COSIP PARA SEC-RO, NO PERIODO DE 30/11/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000087, INSCRITA EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA. | (506,73) |
| CONAMA CONSTRUCOES AMAPEENSE LTDA | TC-040.672/2019-0 - CONTRATO 02/2018-SEC-AP. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 226,94, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 554/E (PECA 258), REFERENTE A SERVICOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, RECEPCAO, COPEIRAGEM E SERVICOS GERAIS PARA A SEC-AP, NO PERIODO DE 1º/12/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000149, INSCRITO EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA. | (226,94) |
| CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAPA | BAIXA DE VALORES A RECEBER PELA CESSAO DO SERVIDOR JOEL NOGUEIRA RODRIGUES, MATRICULA 3043-0, PARA A CORREGEDORIA-GERAL DO ESTADO DO AMAPA (TC-000.354/2019-8). REMUNERACAO DE DEVOLUCAO DE SALARIOS OU CREDITOS DA FOLHA REFERENTE A EXERCICIOS ANTERIORES. REMUNERACAO DE DEZEMBRO/2021 E GRATIFICACAO NATALINA DE 2020. | (81.986,82) |
| | BAIXA DE VALORES A RECEBER PELA CESSAO DO SERVIDOR JOEL NOGUEIRA RODRIGUES, MA TRICULA 3043-0, PARA A CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DO AMAPA (TC-000.354/2019-8). REMUNERACAO DO REAJUSTE DO RESSARCIMENTO DO PLANO DE SAUDE/2019 (DOC. SIAFI 2020RA001797). | (2.005,58) |
| | BAIXA DE VALORES A RECEBER PELA CESSAO DO SERVIDOR JOEL NOGUEIRA RODRIGUES, MA TRICULA 3043-0, PARA A CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DO AMAPA (TC-000.354/2019-8). REMUNERACAO DO REAJUSTE DO RESSARCIMENTO DO PLANO DE SAUDE/2019 (DOC. SIAFI 2020RA001797). ESTORNO EM RAZAO DA FALTA DE REGISTRO DO VALOR NA CONTA 113841200. | 2.005,58 |
| CPD CONSULTORIA, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SIST | TC 036.989/2019-3. CONTRATO 18/2017. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 1.176,43, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 3568 (R\$ 10.320,43), REFERENTE A SERVICOS SERVICOS DE SUPORTE TECNICO ON-SITE AOS PRODUTOS DA SOLUCAO CA SERVICE MANAGEMENT PRESTADOS EM DEZEMBRO/2020. | (1.176,43) |
| DDMIX CONTROLE DE PRAGAS E SERVIOS LTDA | TC-040.912/2019-1 - CONTRATO Nº 1/2019-SEC-MT. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 4.036,85, PARA PAGAMENTO DAS NOTAS FISCAIS Nº 2838 E 2839 (PECA 219), REFERENTES A PRESTACAO DE SERVICOS CONTINUADOS DE RECEPCAO, LIMPEZA E COPEIRAGEM NA SEC-MT, NO PERIODO DE 1º/12/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000197, INSCRITO EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA. | (4.036,85) |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | |
|--|--|--------------|
| ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | TC-036.780/2020-0 - CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 827,88, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 012.070.988 (PECA Nº 14), SERVICOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA E CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA - CIP PARA SEC-MT, NO PERIODO DE 15/12/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE OS SALDOS DA 2020NE000120 (ENERGIA ELETRICA), INSCRITOS EM RAP, NAO FORAM SUFICIENTES PARA QUITAR A DESPESA. | (827,88) |
| FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA | TC 037.004/2019-0. CONTRATO 28/2019. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 562,53 PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS 4865, NO VALOR DE R\$ 41.304,45, REFERENTE AO SERVICO TECNICO DE APOIO PARA ELABORACAO DE DOCUMENTOS E IMPLANTACAO DO SISTEMA DE INFORMACOES PARA MANUTENCAO PREDIAL-SIMP, NO PERIODO DE 18 A 31/12/2020. | (562,53) |
| ISH TECNOLOGIA S/A | TC-040.781/2019-4. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 34.435,68 PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 26601, NO VALOR DE R\$ 55.877,91, REFERENTE AOS SERVICOS GERENCIADOS DE SEGURANCA DE PERIMETRO, ADMINISTRACAO E MONITORAMENTO DE SEGURANCA, RESPOSTA A INCIDENTES DE SEGURANCA E CAPACITACAO. (ITENS 1 A 10). PERIODO: DEZEMBRO/2020. | (34.435,68) |
| LABORMED LABORATORIO DE ANALISES MEDICAS LTDA | TC-033.965/2020-0. CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 80,00, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 6827 (PECA Nº 18). SERVICOS DE EXAMES LABORATORIAIS DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO DOMICILIADOS NO MATO GROSSO DO SUL. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE800118, INSCRITO EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE PARA QUITAR A DESPESA. | (80,00) |
| LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA | TC-039.592/2019-7. CONTRATO Nº 3/2018-SEC-MS. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 503,02, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 426299 (PECA Nº 186). SERVICOS DE RECEPCAO E LIMPEZA NAS DEPENDENCIAS DA SECRETARIA DO TCU NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - SEC-MS. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000148, INSCRITO EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE PARA QUITAR A DESPESA (SUBITEM 01). | (503,02) |
| PROTEGE S/A PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES | TC-040.981/2019-3 - CONTRATO 1/2018-SEC-AC. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 15.398,15, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 26.672 (PECA 144), REFERENTE A SERVICOS DE VIGILANCIA ARMADA NA OBRA DE CONSTRUCAO DA SEDE DA SECRETARIA DO TCU NO ESTADO DO ACRE - SEC-AC, NO PERIODO DE 1º/12/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000390, INSCRITO EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA. | (15.398,15) |
| R7 FACILITIES - SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI | TC 018.846/2020-3. CONTRATO 6/2020. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 4.378,36, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 5880 (R\$ 305.396,95), REFERENTE A SERVICOS DE SERVICOS CONTINUADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO (ENCARREGADO, SUPERVISOR, RECEPCAO, TELEFONISTA, ASCENSORISTA E MOTORISTA) NAS DEPENDENCIAS DO TCU EM BRASILIA, NO PERIODO DE 17 A 31/12/2020. | (4.378,36) |
| SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL | REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR REFERENTE AO PAGAMENTO DA TAXA DE LIMPEZA PUBLICA (TLP), RELATIVA AO IMOVEL FUNCIONAL LOCALIZADO NA SQS 207, BLOCO K, APARTAMENTO 303, ASA SUL, BRASILIA/DF, DE PROPRIEDADE DA UNIAO E ADMINISTRADO PELO TCU. DESPESA DE 2019 E 2020. | (773,64) |
| SEM INFORMACAO | BAIXA DE VALORES A RECEBER PELA CESSAO DO SERVIDOR HENRIQUE MORAES ZYLLER, MA TRICULA 4584-5, PARA A CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE GOIAS (TC 000.870/2019-6). OS VALORES DE DEZEMBRO E GRATIFICACAO NATALINA DE 2020 FORAM DEVOLVIDOS NO DIA 28/12/2020, MAS SO FICOU DISPONIVEL PARA A UG 030001 NO DIA 04/01/2020,POR ISSO DIRECIONADOS PARA O TESOUREO NACIONAL. | (69.316,52) |
| | BAIXA DE VALORES A RECEBER PELA CESSAO DO SERVIDORPAULO WANDERSON MOREIRA MAR TINS, MATR. 10214-8, PARA A CONTROLADORIA-GERAL DO DF. VALORES REFERENTES A EXERCICIO ANTERIOR- DIFERENCA DE FUNPESP PATRONAL DE GRATIFICACAO NATALINA DE 2020; MOTIVO PELO QUAL RECURSOS FORAM DEVOLVIDOS AO TESOUREO E AQUI SOMENTE SE FAZ BAIXA DA CONTA DE ATIVOS-ADIANTAMENTO. | (668,47) |
| | RECLASSIFICACAO DOS SALDOS DA CTA 237110300 - AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORESDA ADMINISTRACAO DIRETA, AUTARQUIAS, FUNDACOES E FUNDOS PARA A CONTA 237110201SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES (MES DE ABERTURA). | 2.640.331,85 |
| | REINCORPORACAO DA NF-E 05, PARA FINS DE CONCILIACAO CONTABIL, DA EMPRESA J DEB EQUIPAMENTOS. TC 012.850/2013-6. 2012NE001395. VALOR BAIXADO INDEVIDAMENTE EM MARCO/2014 EM FUNCAO DE UMA REAVALICAO PATRIMONIAL QUE OCORREU A EPOCA. | 11.504,59 |
| SERPRO - SEDE - BRASILIA | TC 039.798/2020-8. CONTRATO 35/2019. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 86,65 PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 198616, NO VALOR DE R\$ 539,88, REFERENTE AO PROVIMENTO DO SERVICO DE SOFTWARE DENOMINADO INTEGRA SIAFI, QUE POSSIBILITA INTEROPERABILIDADE COM O SIAFI, NO PERIODO DE 21 A 31/12/2020. | (86,65) |
| SERVEBEM CONSERVACAO E LIMPEZA DE PREDIOS EIRELI | TC-025.657/2020-8 - CONTRATO Nº 1/2020-SEC-PB. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 8,18, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 29 (PECA 96), REFERENTE A PRESTACAO DE SERVICOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, COPEIRAGEM E RECEPCAO NA SEC-PB, NO PERIODO DE 1º/12/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000584, INSCRITO EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA. | (8,18) |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | |
|--|--|----------------------|
| STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A. | TC 045.052/2020-4. CONTRATO 44/2018. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 213.342,18, PRESTACAO PRESENCIAL DE SERVICOS DE PROJETO DE MANUTENCAO DE SOFTWARE COM PRATICAS AGEIS PARA O TCU, NO PERIODO DE 20/11/2020 A 19/1/2021. | (213.342,18) |
| TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO | REGISTRO DE PASSIVO FINANCEIRO - FOLHA DE PAGAMENTO | (214.550,10) |
| UNA COMUNICACAO E PARTICIPACOES LTDA | TC 047.120/2020-7. CONTRATO 16/2019. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 6.000,00 PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 5230, NO VALOR DE R\$ 7.483,35, REFERENTE AO PLANEJAMENTO, ORGANIZACAO E ADMINISTRACAO DE FEIRA, EXPOSICOES PRESTADOS EM BSB/DF - DEGRAVACAO DOS EVENTOS DE WEBINARIOS SOBRE CENTRO DE GOVERNO 2020 - NO PERIODO DE NOVEMBRO/2020. | (6.000,00) |
| TOTAL | | -1.119.636,52 |

Nota 11 – Direitos Contratuais

Em 31/03/2021, o Tribunal de Contas da União possuía um saldo de R\$ 1.035.000,00 relacionados a direitos contratuais que serão executadas nos próximos exercícios. Esse valor refere-se ao registro do credenciamento 1/2020 de pessoas físicas e jurídicas, para o período de 2020 a 2025, para tradução de textos do português para os idiomas inglês, espanhol, francês, alemão e árabe, e versão desses idiomas estrangeiros para português, bem como tradução de qualquer dos idiomas estrangeiros listados para outro também listado, conforme demanda (vide TC 029.215/2017-0).

Nota 12 – Obrigações Contratuais

Em 31/03/2021, o Tribunal de Contas da União possuía um saldo de R\$ 276.432.806,30 relacionados a obrigações contratuais que serão executadas nos próximos exercícios.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 12a – Obrigações Contratuais – Composição.

| | R\$1,00 | |
|------------------------------|-----------------------|----------------|
| | 31/03/2021 | AV (%) |
| Aluguéis | 3.631.054,55 | 1,31% |
| Fornecimento de Bens | 6.660.372,91 | 2,41% |
| Empréstimos e Financiamentos | 0,00 | 0,00% |
| Seguros | 0,00 | 0,00% |
| Serviços | 266.137.357,86 | 96,28% |
| Demais | 4.020,98 | 0,00% |
| Total | 276.432.806,30 | 100,00% |

Fonte: SIAFI 2021.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maioria (96,28%) do total das obrigações assumidas pelo TCU ao final de 31/03/2021.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes na data base de 31/03/2021.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Tabela 12b – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante.

| | R\$ 1,00 | |
|--|-----------------------|----------------|
| | 31/03/2021 | AV (%) |
| 030001 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO | 253.042.941,97 | 91,54% |
| 030002 - SECRETARIA NO ESTADO DO PARA | 1.127.988,89 | 0,41% |
| 030003 - SECRETARIA NO ESTADO DO MARANHAO | 539.366,58 | 0,20% |
| 030004 - SECRETARIA NO ESTADO DO PIAUI | 138.888,96 | 0,05% |
| 030005 - SECRETARIA NO ESTADO DO CEARA | 374.144,91 | 0,14% |
| 030006 - SECRETARIA NO ESTADO DO RIO G DO NORTE | 1.767.055,90 | 0,64% |
| 030007 - SECRETARIA NO ESTADO DA PARAIBA | 1.296.226,81 | 0,47% |
| 030008 - SECRETARIA NO ESTADO DE PERNAMBUCO | 342.706,08 | 0,12% |
| 030009 - SECRETARIA NO ESTADO DE ALAGOAS | 1.027.153,03 | 0,37% |
| 030011 - SECRETARIA NO ESTADO DA BAHIA | 83.854,68 | 0,03% |
| 030012 - SECRETARIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS | 505.828,94 | 0,18% |
| 030013 - SECRETARIA NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | 459.370,98 | 0,17% |
| 030014 - SECRETARIA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL | 299.092,52 | 0,11% |
| 030015 - SECRETARIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | 1.078.191,99 | 0,39% |
| 030016 - SECRETARIA NO ESTADO DE SAO PAULO | 711.354,34 | 0,26% |
| 030017 - SECRETARIA NO ESTADO DO PARANA | 421.478,96 | 0,15% |
| 030018 - SECRETARIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA | 224.757,15 | 0,08% |
| 030019 - SECRETARIA NO ESTADO DO RIO G DO SUL | 237.957,38 | 0,09% |
| 030020 - SECRETARIA NO ESTADO DO MATO GROSSO | 329.763,28 | 0,12% |
| 030021 - SECRETARIA NO ESTADO DE GOIAS | 359.292,62 | 0,13% |
| 030022 - SECRETARIA NO ESTADO DO AMAZONAS | 1.580.319,96 | 0,57% |
| 030023 - SECRETARIA NO ESTADO DE TOCANTINS | 200.063,51 | 0,07% |
| 030024 - SECRETARIA NO ESTADO DO AMAPA | 498.402,28 | 0,18% |
| 030025 - SECRETARIA NO ESTADO DE RONDONIA | 227.658,60 | 0,08% |
| 030026 - SECRETARIA NO ESTADO DO ACRE | 333.248,57 | 0,12% |
| 030027 - SECRETARIA NO ESTADO DE RORAIMA | 260.152,04 | 0,09% |
| 030050 - DIEX-DIRET PROG EXEC ORC DAS UN NOS ESTADOS | 356.698,09 | 0,13% |
| 030100 - PROJETO DE APOIO A MODERNIZACAO/TCU | 947.706,31 | 0,34% |
| 030203 - INSTITUTO SERZEDELLO CORREA - ISC/TCU | 7.661.140,97 | 2,77% |
| Total | 276.432.806,30 | 100,00% |

Fonte: SIAFI 2021.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/03/2021.

Tabela 12c – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

| | | R\$ 1,00 | |
|--------------|---|-----------------------|----------------|
| | | 31/03/2021 | AV (%) |
| ICTCU27HZ | UNI ENGENHARIA E COMERCIO LTDA | 31.598.036,66 | 11,43% |
| ICTCU06TZ | R7 FACILITIES SERV DE ENGENHARIA (06/2020) | 27.612.540,24 | 9,99% |
| ICTCU44RA | STEFANINI CONSULT INFORMATICA (44/2018 1TA) | 23.038.616,65 | 8,33% |
| ICTCU38SZ | CITY SERVICE SEGURANCA LTDA (38/2019) | 15.211.196,83 | 5,50% |
| ICTCU27RB | MONEY TURISMO EIRELI - EPP (27/2018 2TA) | 12.540.637,64 | 4,54% |
| ICTCU35TZ | HEPTA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (35/2020) | 10.075.755,56 | 3,64% |
| ICTCU12JZ | COMPANHIA ENERGETICA DE BRASILIA- CEB-12/2010 | 8.690.114,39 | 3,14% |
| ICTCU02MZ | ECT CONTRATO 02/2013 | 8.132.013,98 | 2,94% |
| ICTCU38OC | RDJ ASSESSORIA E GESTAO EMPRES (38/2015 3TA) | 7.807.567,43 | 2,82% |
| ICTCU44RZ | STEFANINI CONSUL E ASS EM INFORMAT (44/2018) | 6.662.523,96 | 2,41% |
| Demais | | 125.063.802,96 | 45,24% |
| Total | | 276.432.806,30 | 100,00% |

Fonte: SIAFI 2020.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Em relação aos contratados da Tabela 12c, eles representam 45,66% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

1. UNI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA: Execução de obras complementares - instalações e acabamentos do edifício Anexo III do Tribunal de Contas da União em Brasília/DF. Apesar da validade desse contrato ter expirado em 02/07/2009, o saldo apresentado encontra-se em discussão judicial;
2. R7 FACILITIES SERV DE ENGENHARIA (06/2020): Prestação de serviços continuados de apoio administrativo nas dependências do TCU, em Brasília/DF
3. STEFANINI CONSUL E ASS EM INFORMAT: Prestação presencial de serviços de projeto de manutenção de software com práticas ágeis.
4. CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA: Prestação de serviço continuado de vigilância armada nas dependências da Secretaria do Tribunal de Contas da União, nas residências das autoridades, segurança de eventos na modalidade eventual e de segurança pessoal privada armada para veículos.
5. MONEY TURISMO EIRELI – EPP: Serviço de natureza continuada para cotação, reserva e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (e-mail e telefone) e de Posto de Atendimento Avançado da CONTRATADA.
6. HEPTA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA - Prestação dos serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação para organização, desenvolvimento, implantação e execução continuada de atividades de suporte técnico remoto e presencial a usuários de soluções de TI.
7. CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.: Fornecimento de Energia Elétrica
8. ECT - Prestação de serviços e venda de produtos, que atenda às necessidades do TCU e de suas Secretarias.
9. RDJ ASSESS. E GESTAO EMPRES. EIRELI: Prestação dos serviços de limpeza e conservação, em Brasília/DF.

Em relação aos contratados acima, no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Quadro 12d – Contratados – Principais Transações.

| Contratado | Objeto | Valor Contratado | Valor Empenhado | Validade |
|---|---|------------------|-----------------|---------------------------|
| R7 FACILITIES SERV DE ENGENHARIA – CT 06/2020 | Prestação de serviços continuados de apoio administrativo nas dependências do TCU, em Brasília/DF. | 38.316.471,90 | 11.033.813,21 | 01/04/2020 até 30/09/2022 |
| CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA – CT 38/2019 | Prestação de serviço continuado de vigilância armada nas dependências da Secretaria do Tribunal de Contas da União, nas residências das autoridades, segurança de eventos na modalidade eventual e de segurança pessoal privada armada para veículos. | 27.730.896,08 | 13.398.935,39 | 01/10/2019 a 31/03/2022 |
| MONEY TURISMO EIRELI – EPP – CT 27/2018 | Serviço de natureza continuada para cotação, reserva e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (e-mail e telefone) e de Posto de Atendimento Avançado da CONTRATADA. | 25.200.000,00 | 4.400.237,01 | 03/05/2020 até 02/05/2022 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | | |
|--|--|---------------|---------------|------------------------------|
| STEFANINI CONSUL E ASS EM INFORMAT – CT 44/2018 | Prestação presencial de serviços de projeto de manutenção de software com práticas ágeis. | 48.117.247,82 | 15.727.224,61 | 15/08/2018 a 14/08/2020 |
| HEPTA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (35/2020) | Prestação dos serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação para organização, desenvolvimento, implantação e execução continuada de atividades de suporte técnico remoto e presencial a usuários de soluções de TI. | 10.316.473,10 | 412.658,92 | de 25/11/2020 até 24/05/2023 |
| *ECT – CT 02/2013 | Prestação de serviços e venda de produtos, que atenda às necessidades do TCU e de suas Secretarias. | 6.855.600,000 | 3.574.688,11 | 06/06/2017 a 31/01/2018 |
| RDI ASSESSORIA E GESTAO EMPRESARIAL – CT 38/2015 | Prestação dos serviços de limpeza e conservação, em Brasília/DF. | 43.201.757,27 | 30.024.583,06 | 01/12/2020 até 30/11/2021 |

Fonte: Contrata

(*) Contrato expirado, em análise.

Nota 13 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Em 31/03/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou saldo no item Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços, no valor de R\$ 2.688.596,27. Este valor refere-se, em sua maior parte, à arrecadação referente à prestação de serviços de pagamento dos valores líquidos da folha salarial de servidores ativos, aposentados e pensionistas do TCU, e serviços de atualização cadastral (TC 025.481/2017-7). Nesses contratos com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, a remuneração à União é de 1,03% sobre o total líquido da folha de salários processada e é recolhida via GRU – Guia de Recolhimento da União, no código 28969.

Tabela 13 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos – Composição

| Agente Recolhedor | | Código de Recolhimento | Valor Recolhido (R\$)* |
|-------------------|-------------------------|---|------------------------|
| 001 | BANCO DO BRASIL S.A. | 28969 - RECEITA CESSAO DIR.OPERACIONALIZACAO PAGAMENT | 2.280.690,13 |
| 009 | CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | | 407.906,14 |
| Total | | | 2.688.596,27 |

Fonte: SIAFI 2021

Nota 14 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

Em 31/12/2020, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 4.673.016,91. Trata-se de registro de arrecadação decorrente de multas, indenizações, restituições e outros.

Tabela 14 - Variações Patrimoniais Aumentativas – Composição

| | | | R\$ 1,00 |
|------------------------|------------------------|---|----------------------------|
| Conta Contábil | RA - Cód. Recolhimento | | Saldo R\$ (Conta Contábil) |
| MULTAS ADMINISTRATIVAS | 13807 | AGU-MULTAS DECORRENTES DE DECISOES DO TCU | 1.543.098,04 |
| | 13901 | TCU-MULTAS | 574.899,17 |
| | 18831 | STN MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATO | 14.033,93 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | |
|--|-------|---|---------------------|
| INDENIZACOES | 13802 | AGU-RECUPERACAO DE RECURSOS-DEMAIS VALORES | 8.350,57 |
| | 13902 | TCU-DEMAIS INDENIZACOES | 1.518.837,23 |
| | 18821 | STN OUTRAS INDENIZACOES(DEDUCOES FOLHA) | 55,00 |
| RESTITUICOES | 13805 | AGU-RECUP.RECURSOS-/DECISOES TCU/CONVENIOS | 222.645,79 |
| | 13806 | AGU-RECUP.REC/DECISOES TCU/DEMAIS VALORES | 106.461,57 |
| | 18806 | STN-RECUP.DESP.EXERC.ANTERIORES(FONTE 0100) | 357.732,84 |
| | 18856 | STN OUTROS RESSARCIMENTOS | 59.164,18 |
| | 18905 | STN REST.CONTRIB.PREVIDENCIA COMPL./FUNPRESP | 42.857,23 |
| VPA DECORRENTE DE FATORES GERADORES DIVERSOS | 18822 | STN OUTRAS RECEITAS | 174.498,84 |
| | 18844 | STN-RECEITA DECORRENTE DE INDENIZACAO SEGUROS | 12.406,92 |
| | 18854 | RESSARCIMENTO DE LIGACOES TELEFONICAS | 37.975,60 |
| Total | | | 4.673.016,91 |

Fonte: SIAFI 2021

Nota 15 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Em 31/03/2021, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 216.052.668,40, que decorreu dos seguintes registros:

Tabela 15 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – Composição

| | R\$ 1,00 | | |
|---|-----------------------|-----------------------|---------------|
| | 31/03/2021 | 31/03/2020 | AH (%) |
| PROVENTOS - PESSOAL CIVIL | 146.976.483,52 | 148.596.138,10 | -1,09% |
| GRATIFICACOES | 9.258.832,15 | 9.460.042,31 | -2,13% |
| FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS APOSENTADOS | 786.860,20 | 306.646,32 | 156,60% |
| 13 SALARIO - PESSOAL CIVIL16/91 | 13.030.065,04 | 17.549.440,50 | -25,75% |
| LICENCA PREMIO PARA INATIVO CIVIL | 189.418,66 | 21.283,80 | 789,97% |
| PENSOES CIVIS | 33.119.300,06 | 32.804.115,29 | 0,96% |
| 13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS | 2.767.871,07 | 2.722.593,12 | 1,66% |
| LICENCA-PREMIO PARA PENSIONISTA CIVIL | - | 2.095,37 | |
| AUXILIO FUNERAL | 239.844,60 | 231.501,21 | 3,60% |
| AUXILIO NATALIDADE | 4.641,45 | 7.267,10 | -36,13% |
| ASSISTENCIA A SAUDE | 9.679.351,65 | 9.663.025,25 | |
| Total | 216.052.668,40 | 221.364.148,37 | -2,40% |

Fonte: SIAFI 2020 e 2021.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;



Cândido Portinari - Preparativos para São João

Notas Explicativas

Demonstrativos Contábeis
2º Trimestre

2021





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Sumário

| | |
|---|--------------------------------------|
| Relação das Unidades Gestoras no âmbito do TCU..... | 3 |
| Demonstrações Contábeis..... | 4 |
| Balanço Patrimonial | 5 |
| Demonstração das Variações Patrimoniais..... | 7 |
| Balanço Orçamentário | 8 |
| Balanço Financeiro | 10 |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa..... | 11 |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido..... | 12 |
| Notas Explicativas | 13 |
| 1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis..... | 13 |
| 2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis..... | 13 |
| 3 – Notas Explicativas..... | 16 |
| Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa..... | 16 |
| Nota 02 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo | 16 |
| Nota 03 – Estoques..... | 17 |
| Nota 04 – VPDs Pagas Antecipadamente..... | 17 |
| Nota 05 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo..... | 19 |
| Nota 06 – Imobilizado..... | 19 |
| Nota 07 – Intangível | 21 |
| Nota 08 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo..... | 24 |
| Nota 09 – Fornecedores e Contas a Pagar | 24 |
| Nota 10 – Ajustes de Exercícios Anteriores..... | 25 |
| Nota 11 – Direitos Contratuais | 28 |
| Nota 12 – Obrigações Contratuais | 28 |
| Nota 13 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos..... | 31 |
| Nota 14 - Outras Transferências e Delegações Recebidas | 31 |
| Nota 15 – Reavaliação de Ativos | 31 |
| Nota 16 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | 31 |
| Nota 17 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais..... | 32 |
| Nota 18 - Outras Transferências e Delegações Concedidas | 32 |
| Nota 19 – Desincorporação de Ativos | 32 |
| Nota 20 - Receita Patrimonial | 33 |
| Nota 21 – Resultado Patrimonial..... | Erro! Indicador não definido. |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Relação das Unidades Gestoras no âmbito do TCU

| Código da UG Executora | Nome da UG Executora |
|------------------------|---|
| 30001 | Tribunal de Contas da União |
| 30002 | Secretaria no Estado do Pará |
| 30003 | Secretaria no Estado do Maranhão |
| 30004 | Secretaria no Estado do Piauí |
| 30005 | Secretaria no Estado do Ceará |
| 30006 | Secretaria no Estado do Rio Grande do Norte |
| 30007 | Secretaria no Estado da Paraíba |
| 30008 | Secretaria no Estado de Pernambuco |
| 30009 | Secretaria no Estado de Alagoas |
| 30010 | Secretaria no Estado de Sergipe |
| 30011 | Secretaria no Estado da Bahia |
| 30012 | Secretaria no Estado de Minas Gerais |
| 30013 | Secretaria no Estado do Espírito Santo |
| 30014 | Secretaria no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 30015 | Secretaria no Estado do Rio de Janeiro |
| 30016 | Secretaria no Estado de São Paulo |
| 30017 | Secretaria no Estado do Paraná |
| 30018 | Secretaria no Estado de Santa Catarina |
| 30019 | Secretaria no Estado do Rio Grande do Sul |
| 30020 | Secretaria no Estado do Mato Grosso |
| 30021 | Secretaria no Estado de Goiás |
| 30022 | Secretaria no Estado do Amazonas |
| 30023 | Secretaria no Estado de Tocantins |
| 30024 | Secretaria no Estado do Amapá |
| 30025 | Secretaria no Estado de Rondônia |
| 30026 | Secretaria no Estado do Acre |
| 30027 | Secretaria no Estado de Roraima |
| 30050 | Diex-Diretoria Prog Exec Orc das Unidades nos Estados |
| 30203 | Instituto Serzedello Correa – ISC/TCU |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Tribunal de Contas da União, a seguir transcritas, contemplam a execução do Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social referentes ao período findo em 30 de junho de 2021, e constituem-se dos Balanços Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, das Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), bem como das respectivas Notas Explicativas.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Balanco Patrimonial

| ATIVO | | | |
|--|-------|-------------------------|-------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | NE | 2021 | 2020 |
| ATIVO CIRCULANTE | | 312.623.736,76 | 264.948.639,97 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | NE 01 | 254.343.415,84 | 227.239.455,79 |
| Créditos a Curto Prazo | | 44.816.956,35 | 19.366.279,55 |
| Demais Créditos e Valores | NE 02 | 44.816.956,35 | 19.366.279,55 |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo | | - | - |
| Estoques | NE 03 | 1.260.279,30 | 1.421.055,91 |
| VPDs Pagas Antecipadamente | NE 04 | 12.203.085,27 | 16.921.848,72 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 923.343.209,21 | 1.020.352.544,26 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | NE 05 | - | 42.286,36 |
| Créditos a Longo Prazo | | - | - |
| Demais Créditos e Valores | | - | - |
| Estoques | | - | - |
| Investimentos | | - | - |
| Participações Permanentes | | - | - |
| Propriedades para Investimento | | - | - |
| Propriedades para Investimento | | - | - |
| (-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos | | - | - |
| (-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos | | - | - |
| Investimentos do RPPS de Longo Prazo | | - | - |
| Investimentos do RPPS de Longo Prazo | | - | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS | | - | - |
| Demais Investimentos Permanentes | | - | - |
| Demais Investimentos Permanentes | | - | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm. | | - | - |
| Imobilizado | NE 06 | 834.572.516,26 | 933.607.398,36 |
| Bens Móveis | | 68.429.923,27 | 68.871.592,50 |
| Bens Móveis | | 162.380.886,66 | 156.332.163,88 |
| (-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis | | (93.950.963,39) | (87.460.571,38) |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis | | - | - |
| Bens Imóveis | | 766.142.592,99 | 864.735.805,86 |
| Bens Imóveis | | 795.425.688,55 | 892.960.173,81 |
| (-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis | | (29.283.095,56) | (28.224.367,95) |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis | | - | - |
| Intangível | NE 07 | 88.770.692,95 | 86.702.859,54 |
| Softwares | | 88.770.692,95 | 86.702.859,54 |
| Softwares | | 88.770.692,95 | 86.702.859,54 |
| (-) Amortização Acumulada de Softwares | | - | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares | | - | - |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais | | - | - |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais | | - | - |
| (-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind | | - | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. | | - | - |
| Direitos de Uso de Imóveis | | - | - |
| Direitos de Uso de Imóveis | | - | - |
| (-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis | | - | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis | | - | - |
| Diferido | | - | - |
| TOTAL DO ATIVO | | 1.235.966.945,97 | 1.285.301.184,23 |
| PASSIVO | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | | 2021 | 2020 |
| PASSIVO CIRCULANTE | | 10.234.712,18 | 4.441.599,77 |
| Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo | NE 08 | 6.258.513,06 | - |
| Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo | | - | - |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | NE 09 | 3.840.449,03 | 4.441.599,77 |
| Obrigações Fiscais a Curto Prazo | | - | - |
| Obrigações de Repartição a Outros Entes | | - | - |
| Provisões a Curto Prazo | | - | - |
| Demais Obrigações a Curto Prazo | | 135.750,09 | - |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | - | - |
| Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo | | - | - |
| Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo | | - | - |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo | | - | - |
| Obrigações Fiscais a Longo Prazo | | - | - |
| Provisões a Longo Prazo | | - | - |
| Demais Obrigações a Longo Prazo | | - | - |
| Resultado Diferido | | - | - |
| TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL | | 10.234.712,18 | 4.441.599,77 |
| ESPECIFICAÇÃO | | 2021 | 2020 |
| Patrimônio Social e Capital Social | | - | - |
| Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) | | - | - |
| Reservas de Capital | | - | - |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | | - | - |
| Reservas de Lucros | | - | - |
| Demais Reservas | | - | - |
| Resultados Acumulados | | 1.225.732.233,79 | 1.280.859.584,46 |
| Resultado do Exercício | | (53.931.392,26) | 105.646.492,34 |
| Resultados de Exercícios Anteriores | | 1.280.859.584,46 | 1.177.853.423,97 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | NE 10 | (1.195.958,41) | (2.640.331,85) |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | |
|--|--|-------------------------|-------------------------|
| (-) Ações / Cotas em Tesouraria | | - | - |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 1.225.732.233,79 | 1.280.859.584,46 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 1.235.966.945,97 | 1.285.301.184,23 |

| ATIVO | | | |
|---------------------------|--|-----------------------|-------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | | 2021 | 2020 |
| ATIVO FINANCEIRO | | 254.343.720,08 | 227.242.465,43 |
| ATIVO PERMANENTE | | 981.623.225,89 | 1.058.058.718,80 |
| PASSIVO | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | | 2021 | 2020 |
| PASSIVO FINANCEIRO | | 1.122.749.630,69 | 49.478.100,01 |
| PASSIVO PERMANENTE | | 9.318.198,09 | 2.840.825,76 |
| SALDO PATRIMONIAL | | 103.899.117,19 | 1.232.982.258,46 |

Quadro de Compensações

| ATIVO | | | |
|---|--------------|-----------------------|-----------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | | 2021 | 2020 |
| ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos | | | |
| SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS | NE 11 | 1.035.000,00 | 1.035.000,00 |
| Atos Potenciais Ativos | | 1.035.000,00 | 1.035.000,00 |
| Garantias e Contragarantias Recebidas | | - | - |
| Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres | | - | - |
| Direitos Contratuais | | 1.035.000,00 | 1.035.000,00 |
| Outros Atos Potenciais Ativos | | - | - |
| TOTAL | | 1.035.000,00 | 1.035.000,00 |
| PASSIVO | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | | 2021 | 2020 |
| ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos | | | |
| SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | NE 12 | 285.926.128,39 | 301.532.318,36 |
| Atos Potenciais Passivos | | 285.926.128,39 | 301.532.318,36 |
| Garantias e Contragarantias Concedidas | | - | - |
| Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres | | 4.020,98 | 4.020,98 |
| Obrigações Contratuais | | 0,00 | 0,00 |
| Outros Atos Potenciais Passivos | | - | - |
| TOTAL | | 285.926.128,39 | 301.532.318,36 |

| DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL | | |
|---|--|-------------------------|
| DESTINAÇÃO DE RECURSOS | | |
| Recursos Ordinários | | (471.262.906,80) |
| Recursos Vinculados | | (397.143.003,81) |
| Seguridade Social (Exceto Previdência) | | (263.080.338,86) |
| Previdência Social (RPPS) | | (162.035.913,49) |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | | 27.973.248,54 |
| TOTAL | | (868.405.910,61) |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Demonstração das Variações Patrimoniais

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS | | | |
|---|--------------|-------------------------|-------------------------|
| | NE | 2021 | 2020 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | | 1.121.281.103,83 | 1.106.181.657,90 |
| Contribuições | | - | - |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | NE 13 | 5.407.445,60 | 5.685.575,39 |
| Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços | | 5.407.445,60 | 5.685.575,39 |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | | 65.234,94 | 19.881,34 |
| Juros e Encargos de Mora | | 37.795,37 | 19.881,34 |
| Variações Monetárias e Cambiais | | 27.439,57 | - |
| Transferências e Delegações Recebidas | | 1.098.371.450,27 | 1.070.500.170,69 |
| Transferências Intragovernamentais | | 1.092.650.029,27 | 1.069.869.499,47 |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas | NE 14 | 5.721.421,00 | 630.671,22 |
| Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos | | 5.828.867,09 | 101.559,01 |
| Reavaliação de Ativos | NE 15 | 5.449.182,43 | - |
| Ganhos com Incorporação de Ativos | | - | 57.708,64 |
| Ganhos com Desincorporação de Passivos | | 379.684,66 | 43.850,37 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | | 11.608.105,93 | 29.874.471,47 |
| Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas | | - | 21.249.251,94 |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | NE 16 | 11.608.105,93 | 8.625.219,53 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | | 1.175.212.496,09 | 1.055.418.116,38 |
| Pessoal e Encargos | | 537.167.091,05 | 532.300.204,12 |
| Remuneração a Pessoal | | 432.560.495,12 | 433.518.722,41 |
| Encargos Patronais | | 87.895.721,96 | 81.986.448,87 |
| Benefícios a Pessoal | | 16.710.873,97 | 16.795.032,84 |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | NE 17 | 428.777.994,24 | 433.089.824,30 |
| Aposentadorias e Reformas | | 338.107.612,87 | 342.157.605,68 |
| Pensões | | 70.611.483,19 | 70.897.406,64 |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais | | 20.058.898,18 | 20.034.811,98 |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | | 67.260.736,96 | 66.858.700,61 |
| Uso de Material de Consumo | | 474.000,11 | 526.589,70 |
| Serviços | | 57.261.222,11 | 54.403.514,59 |
| Depreciação, Amortização e Exaustão | | 9.525.514,74 | 11.928.596,32 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | | 6.604,30 | 6.387,29 |
| Juros e Encargos de Mora | | 618,07 | 1.556,44 |
| Variações Monetárias e Cambiais | | 20,04 | 85,03 |
| Descontos Financeiros Concedidos | | 5.966,19 | 4.745,82 |
| Transferências e Delegações Concedidas | | 46.710.134,99 | 22.043.550,59 |
| Transferências Intragovernamentais | | 29.933.631,17 | 19.935.613,81 |
| Transferências ao Exterior | | 128.269,16 | 588.198,61 |
| Outras Transferências e Delegações Concedidas | NE 18 | 16.648.234,66 | 1.519.738,17 |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | | 94.395.473,08 | 14.545,99 |
| Perdas Involuntárias | | 10.814,48 | - |
| Desincorporação de Ativos | NE 19 | 94.384.658,60 | 14.545,99 |
| Tributárias | | 123.349,13 | 159.652,12 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | | 62.407,95 | 61.223,11 |
| Contribuições | | 60.941,18 | 98.429,01 |
| Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados | | - | - |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | | 771.112,34 | 945.251,36 |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas | | 771.112,34 | 945.251,36 |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO | | (53.931.392,26) | 50.763.541,52 |

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS | | | |
|-------------------------------------|--|------|------|
| | | 2021 | 2020 |
| | | | |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Balanco Orçamentário

| RECEITA | | | | | |
|--|-------|----------------------|----------------------|-------------------------|-------------------------|
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | SALDO |
| RECEITAS CORRENTES | | 13.282.321,00 | 13.282.321,00 | 5.407.445,60 | (7.874.875,40) |
| Receitas Tributárias | | - | - | - | - |
| Receitas de Contribuições | | - | - | - | - |
| Receita Patrimonial | NE 20 | 12.182.321,00 | 12.182.321,00 | 5.407.445,60 | (6.774.875,40) |
| Cessão de Direitos | | 12.182.321,00 | 12.182.321,00 | 5.407.445,60 | (6.774.875,40) |
| Receita Agropecuária | | - | - | - | - |
| Receita Industrial | | - | - | - | - |
| Receitas de Serviços | | 1.100.000,00 | 1.100.000,00 | - | (1.100.000,00) |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | | 1.100.000,00 | 1.100.000,00 | - | (1.100.000,00) |
| Transferências Correntes | | - | - | - | - |
| Outras Receitas Correntes | | - | - | - | - |
| RECEITAS DE CAPITAL | | - | - | - | - |
| Operações de Crédito | | - | - | - | - |
| Alienação de Bens | | - | - | - | - |
| Amortização de Empréstimos | | - | - | - | - |
| Transferências de Capital | | - | - | - | - |
| Outras Receitas de Capital | | - | - | - | - |
| SUBTOTAL DE RECEITAS | | 13.282.321,00 | 13.282.321,00 | 5.407.445,60 | (7.874.875,40) |
| REFINANCIAMENTO | | - | - | - | - |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO | | 13.282.321,00 | 13.282.321,00 | 5.407.445,60 | (7.874.875,40) |
| DEFICIT | | - | - | 2.124.042.470,94 | 2.124.042.470,94 |
| TOTAL | | 13.282.321,00 | 13.282.321,00 | 2.129.449.916,54 | 2.116.167.595,54 |

| DESPESA | | | | | | |
|--|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS |
| DESPESAS CORRENTES | | 2.245.229.688,00 | 2.245.229.688,00 | 2.118.938.515,43 | 1.029.955.492,97 | 1.029.521.299,72 |
| Pessoal e Encargos Sociais | | 1.949.478.268,00 | 1.949.478.268,00 | 1.923.926.233,84 | 947.603.872,09 | 947.562.732,70 |
| Juros e Encargos da Dívida | | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | | 295.751.420,00 | 295.751.420,00 | 195.012.281,59 | 82.351.620,88 | 81.958.567,02 |
| DESPESAS DE CAPITAL | | 63.038.108,00 | 63.038.108,00 | 10.511.401,11 | 864.173,65 | 864.173,65 |
| Investimentos | | 63.038.108,00 | 63.038.108,00 | 10.511.401,11 | 864.173,65 | 864.173,65 |
| Inversões Financeiras | | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | | - | - | - | - | - |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | - | - | - | - | - |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS | | 2.308.267.796,00 | 2.308.267.796,00 | 2.129.449.916,54 | 1.030.819.666,62 | 1.030.385.473,37 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO | | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida Interna | | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida Externa | | - | - | - | - | - |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO | | 2.308.267.796,00 | 2.308.267.796,00 | 2.129.449.916,54 | 1.030.819.666,62 | 1.030.385.473,37 |
| TOTAL | | 2.308.267.796,00 | 2.308.267.796,00 | 2.129.449.916,54 | 1.030.819.666,62 | 1.030.385.473,37 |

| ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | |
|--|--|------------------------------------|---|----------------------|----------------------|---------------------|
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | LIQUIDADOS | PAGOS | CANCELADOS |
| DESPESAS CORRENTES | | 5.341.771,97 | 23.070.167,87 | 10.880.025,69 | 10.880.025,68 | 3.455.350,65 |
| Pessoal e Encargos Sociais | | 2.891.531,40 | 2.982.791,80 | 1.077.721,05 | 1.077.721,05 | 100.082,50 |
| Juros e Encargos da Dívida | | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | | 2.450.240,57 | 20.087.376,07 | 9.802.304,64 | 9.802.304,63 | 3.355.268,15 |
| DESPESAS DE CAPITAL | | 2.609.212,92 | 18.397.219,92 | 11.484.724,16 | 11.484.724,16 | 25.662,21 |
| Investimentos | | 2.609.212,92 | 18.397.219,92 | 11.484.724,16 | 11.484.724,16 | 25.662,21 |
| Inversões Financeiras | | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | | - | - | - | - | - |
| TOTAL | | 7.950.984,89 | 41.467.387,79 | 22.364.749,85 | 22.364.749,84 | 3.481.012,86 |

| ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS | | | | | | |
|---|--|------------------------------------|-----------------------------|-------|------------|-------|
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
 Secretaria-Geral de Administração
 Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | DO EXERCÍCIO ANTERIOR | | | |
|----------------------------|--|------------------|--------------------------|---|------------------|------------------|
| DESPESAS CORRENTES | | 59.657,33 | 70,00 | - | 34.848,84 | 24.878,49 |
| Pessoal e Encargos Sociais | | - | - | - | - | - |
| Juros e Encargos da Dívida | | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | | 59.657,33 | 70,00 | - | 34.848,84 | 24.878,49 |
| DESPESAS DE CAPITAL | | - | - | - | - | - |
| Investimentos | | - | - | - | - | - |
| Inversões Financeiras | | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | | - | - | - | - | - |
| TOTAL | | 59.657,33 | 70,00 | - | 34.848,84 | 24.878,49 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Balanco Financeiro

| INGRESSOS | | | DISPÊNDIOS | | |
|---|-------------------------|-------------------------|---|-------------------------|-------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 | ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 |
| Receitas Orçamentárias | 5.407.445,60 | 5.685.338,39 | Despesas Orçamentárias | 2.129.449.916,54 | 2.107.387.426,68 |
| Ordinárias | - | - | Ordinárias | 1.253.997.677,23 | 1.273.102.865,27 |
| Vinculadas | 5.407.467,15 | 5.685.338,39 | Vinculadas | 875.452.239,31 | 834.284.561,41 |
| Previdência Social (RPPS) | - | - | Seguridade Social (Exceto Previdência) | 533.304.151,52 | 502.717.525,41 |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 5.407.445,60 | 5.685.338,39 | Previdência Social (RPPS) | 331.605.339,00 | 331.567.036,00 |
| Recursos a Classificar | 21,55 | - | Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 10.542.748,79 | - |
| (-) Deduções da Receita Orçamentária | (21,55) | - | | | |
| Transferências Financeiras Recebidas | 1.091.901.932,02 | 1.069.869.499,47 | Transferências Financeiras Concedidas | 29.185.533,92 | 19.935.613,81 |
| Resultantes da Execução Orçamentária | 1.091.097.043,48 | 1.069.611.088,98 | Resultantes da Execução Orçamentária | 16.740.710,27 | 11.036.611,27 |
| Cota Recebida | 1.079.430.832,10 | 1.059.194.149,52 | Repasso Concedido | 467.002,84 | 619.671,81 |
| Sub-repasso Recebido | 11.638.830,20 | 10.407.845,34 | Sub-repasso Concedido | 11.638.830,20 | 10.407.845,34 |
| Sub-repasso Devolvido | 19.954,62 | - | Cota Devolvida | 4.614.922,61 | - |
| Independentes da Execução Orçamentária | 804.888,54 | 258.410,49 | Sub-repasso Devolvido | 19.954,62 | 9.094,12 |
| Demais Transferências Recebidas | 12.948,65 | 106.510,36 | Independentes da Execução Orçamentária | 12.444.823,65 | 8.899.002,54 |
| Movimentação de Saldos Patrimoniais | 110.209,78 | 135.606,31 | Movimento de Saldos Patrimoniais | 11.763.093,54 | 8.882.708,72 |
| Movimentações para Incorporação de Saldos | 681.730,11 | 16.293,82 | Movimentações para Incorporação de Saldos | 681.730,11 | 16.293,82 |
| Aporte ao RPPS | - | - | Aporte ao RPPS | - | - |
| Aporte ao RGPS | - | - | Aporte ao RGPS | - | - |
| Recebimentos Extraorçamentários | 1.111.270.498,74 | 1.082.634.154,91 | Pagamentos Extraorçamentários | 22.840.465,85 | 10.666.248,57 |
| Inscrição dos Restos a Pagar Processados | 434.193,25 | 136.235,65 | Pagamento dos Restos a Pagar Processados | - | 16.407,09 |
| Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados | 1.098.630.249,92 | 1.073.737.471,53 | Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados | 22.364.749,84 | 10.593.918,23 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 475.716,01 | 53.448,25 | Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 475.716,01 | 55.923,25 |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários | 11.730.339,56 | 8.706.999,48 | Outros Pagamentos Extraorçamentários | - | - |
| Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento | 87.239,81 | 47.600,00 | | | |
| Arrecadação de Outra Unidade | 11.639.935,11 | 8.640.592,05 | | | |
| Valores para Compensação | 2.705,40 | 18.807,43 | | | |
| Demais Recebimentos | 459,24 | - | | | |
| Saldo do Exercício Anterior | 227.239.455,79 | 188.033.144,00 | Saldo para o Exercício Seguinte | 254.343.415,84 | 208.232.847,71 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 227.239.455,79 | 188.033.144,00 | Caixa e Equivalentes de Caixa | 254.343.415,84 | 208.232.847,71 |
| TOTAL | 2.435.819.332,15 | 2.346.222.136,77 | TOTAL | 2.435.819.332,15 | 2.346.222.136,77 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Demonstração dos Fluxos de Caixa

| | 2021 | 2020 |
|--|---------------------------|---------------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 39.452.857,86 | 22.843.657,42 |
| INGRESSOS | 1.109.428.193,38 | 1.084.267.685,59 |
| Receita Patrimonial | 5.407.445,60 | 5.685.338,39 |
| Outros Ingressos Operacionais | 1.104.020.747,78 | 1.078.582.347,20 |
| Ingressos Extraorçamentários | | |
| Transferências Financeiras Recebidas | | |
| Arrecadação de Outra Unidade | | |
| Valores para Compensação | | |
| Demais Recebimentos | | |
| DESEMBOLSOS | (1.069.975.335,52) | (1.061.424.028,17) |
| Pessoal e Demais Despesas | (961.814.280,50) | (968.111.976,27) |
| Legislativo | | |
| Previdência Social | | |
| Encargos Especiais | | - |
| (+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento | | - |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - |
| Transferências Concedidas | (78.499.805,09) | (73.320.514,84) |
| Intragovernamentais | (78.371.535,93) | (72.732.316,23) |
| Outras Transferências Concedidas | | |
| Outros Desembolsos Operacionais | (29.661.249,93) | (19.991.537,06) |
| Dispêndios Extraorçamentários | | |
| Transferências Financeiras Concedidas | | |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | (12.348.897,81) | (2.643.953,71) |
| INGRESSOS | - | - |
| Alienação de Bens | - | - |
| Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos | - | - |
| Outros Ingressos de Investimentos | - | - |
| DESEMBOLSOS | (12.348.897,81) | (2.643.953,71) |
| Aquisição de Ativo Não Circulante | (10.271.080,28) | (933.648,28) |
| Outros Desembolsos de Investimentos | (2.077.817,53) | (1.710.305,43) |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | - | - |
| INGRESSOS | - | - |
| Operações de Crédito | - | - |
| Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes | - | - |
| Outros Ingressos de Financiamento | - | - |
| DESEMBOLSOS | - | - |
| Amortização / Refinanciamento da Dívida | - | - |
| Outros Desembolsos de Financiamento | - | - |
| GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 27.103.960,05 | 20.199.703,71 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL | 227.239.455,79 | 188.033.144,00 |
| CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL | 254.343.415,84 | 208.232.847,71 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

| Especificação | Patrimônio/ Capital Social | Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC) | Reserva de Capital | Reservas de Lucros | Demais Reservas | Resultados Acumulados | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Ações/Cotas em Tesouraria | Total |
|--|----------------------------------|---|-----------------------|-----------------------|--------------------|--------------------------|--|---------------------------------|------------------|
| Saldo Inicial do Exercício 2020 | - | - | - | - | - | 1.177.853.423,97 | - | - | 1.177.853.423,97 |
| Variação Cambial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | (2.671.319,87) | - | - | (2.671.319,87) |
| Aumento/Redução de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resgate/Reemissão de Ações e Cotas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos | - | - | - | - | - | 30.988,02 | - | - | 30.988,02 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado do Exercício | - | - | - | - | - | 105.646.492,34 | - | - | 105.646.492,34 |
| Constituição/Reversão de Reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos/Juros sobre Capital Próprio | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo Final do Exercício 2020 | - | - | - | - | - | 1.280.859.584,46 | - | - | 1.280.859.584,46 |

| Especificação | Patrimônio/ Capital Social | Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC) | Reserva de Capital | Reservas de Lucros | Demais Reservas | Resultados Acumulados | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Ações/Cotas em Tesouraria | Total |
|--|----------------------------------|---|-----------------------|-----------------------|--------------------|--------------------------|--|---------------------------------|------------------|
| Saldo Inicial do Exercício 2021 | - | - | - | - | - | 1.280.859.584,46 | - | - | 1.280.859.584,46 |
| Variação Cambial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | (1.195.958,41) | - | - | (1.195.958,41) |
| Aumento/Redução de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resgate/Reemissão de Ações e Cotas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado do Exercício | - | - | - | - | - | (53.931.392,26) | - | - | (53.931.392,26) |
| Constituição/Reversão de Reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos/Juros sobre Capital Próprio | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo Final do Exercício 2021 | - | - | - | - | - | 1.225.732.233,79 | - | - | 1.225.732.233,79 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Notas Explicativas

1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Tribunal de Contas da União são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As estruturas e a composição das demonstrações estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante denominado modelo PCASP). Dessa forma, as demonstrações são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do TCU, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Moeda funcional

A moeda funcional do TCU é o Real.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Refere-se a valores registrados na conta única do TCU, liberados pelo Tesouro Nacional por meio do limite de saque com vinculação de pagamento.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos referentes à folha de pagamento (13º Salário, Férias, etc.) e suprimento de fundos.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

(d) Estoques

Compreendem o almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(e) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

(f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(h) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis do TCU é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável do bem, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle (art 7º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10/12/2014), e a depreciação é calculada a partir do dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(i) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do TCU são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar e demais obrigações.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

(k) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

I Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

II Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

III Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da TCU.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro.

A seguir, são detalhados os principais itens dos demonstrativos contábeis:





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

3 – Notas Explicativas

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 30/06/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou um saldo de R\$ 254.343.415,84 relacionados ao Limite de Saque, assim distribuídos:

Tabela 1 - Limite de Saque – Composição

| Fonte Recursos Detalhada | | Vinculação Pagamento | JUN/2021 | DEZ/2020 | AH (%) |
|--------------------------|---|---|-----------------------|-----------------------|---------------|
| 0100000000 | RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO | 306 CPSSS-CONTRIB. PATRONAL SEGUR. SERVIDOR PUBL. | 18.062.209,47 | 8.303.429,07 | 4,29% |
| | | 310 PAGAMENTO PESSOAL | 23.836.429,27 | 36.100.367,53 | -5,40% |
| | | 312 INSS - EPU CUSTEIO | 166.812,76 | 166.812,76 | 0,00% |
| | | 350 CREDITOS EXTRAORDINARIOS | 185.248,19 | 185.248,19 | 0,00% |
| | | 400 CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2 | 161.454.805,97 | 132.735.096,94 | 12,64% |
| | | 412 PAG.DE CARTAO DE CREDITO-RESUL.PRIM= 2 | 155.260,45 | 104.692,29 | 0,02% |
| | | 414 CUSTEIO - PAGTO DE DIARIAS | 3.506.048,13 | 3.404.062,46 | 0,04% |
| | | 422 AUXILIO FUNERAL - CUSTEIO -RESUL.PRIM 1 E 4 | 1.078.438,95 | 1.241.020,18 | -0,07% |
| | | 510 FOLHA - CUSTEIO OBRIGATORIO - RESUL.PRIM.=1 | 817.587,95 | 2.229.167,69 | -0,62% |
| | | 514 FOLHA - CUSTEIO DISCRICIONARIO -RESUL.PRIM=2 | 4.148.821,52 | 4.434.917,50 | -0,13% |
| 0150000000 | REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO | 400 CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2 | 75,00 | 75,00 | 0,00% |
| 0150001001 | RENDAS FUNDO ROTATIVO DA CAMARA DOS DEPUTADOS | 510 FOLHA - CUSTEIO OBRIGATORIO - RESUL.PRIM.=1 | 1.839,38 | 1.839,38 | 0,00% |
| 0150031010 | RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS - TCU | 400 CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2 | 28.838.580,86 | 33.106.637,35 | -51,40% |
| 0151000000 | RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL | 310 PAGAMENTO PESSOAL | 7.928.089,16 | 1.289.557,15 | 18,39% |
| | | 510 FOLHA - CUSTEIO OBRIGATORIO - RESUL.PRIM.=1 | 362.823,45 | 136.186,97 | 135,86% |
| 0153000000 | REC.DEST.ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL | 310 PAGAMENTO PESSOAL | 33.593,07 | 33.593,07 | 0,00% |
| 0156000000 | CONTRIB.DO SERV.PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB | 310 PAGAMENTO PESSOAL | 2.074.443,28 | 2.074.443,28 | 0,00% |
| 0169000000 | CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB. | 310 PAGAMENTO PESSOAL | 1.692.308,98 | 1.692.308,98 | 0,00% |
| Total | | | 254.343.415,84 | 227.239.455,79 | 11,93% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021

Nota 02 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Em 30/06/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou um saldo de R\$ 44.816.956,35 relacionados a demais créditos valores a curto prazo, assim distribuídos:

Tabela 2 – Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição.

| Saldo Atual - R\$ | | | |
|--|----------------------|----------------------|----------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | AH (%) |
| Adiantamento de 13 Salário | 17.611,32 | - | 0,00% |
| Adiantamento de Férias | 43.852.282,15 | 18.957.690,85 | 131,32% |
| Pagamento Antecipado - Salários e Ordenados | 593.254,98 | - | 0,00% |
| Suprimento de Fundos | 98.526,57 | - | 0,00% |
| IRRF a Compensar | 0,00 | 1.630,38 | -100,00% |
| PSS a Compensar | 304,24 | 1.379,26 | -77,94% |
| Credito a receber por cessão de pessoal - intra | 50.299,08 | - | 0,00% |
| PIS/PASEP a Compensar | 150.000,00 | 222.780,03 | -32,67% |
| Credito a receber por cessão de pessoal - estado | 54.678,01 | 182.799,03 | -70,09% |
| Total | 44.816.956,35 | 19.183.480,52 | 133,62% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Nota 03 – Estoques

Em 30/06/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou um saldo de R\$ 1.260.279,30 relacionados a Material de Consumo, assim distribuídos:

Tabela 3a – Estoques – Composição.

| Saldo Atual - R\$ | | | |
|---------------------|---------------------|---------------------|----------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | AH(%) |
| Material de Consumo | 1.260.279,30 | 1.421.055,91 | -11,31% |
| Total | 1.260.279,30 | 1.421.055,91 | -11,31% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Tabela 3b – Material de Consumo – Composição.

| Saldo Atual - R\$ | | | |
|---|---------------------|---------------------|----------------|
| Material de Consumo | 30/06/2021 | 31/12/2020 | AV(%) |
| 01 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos | 0,00 | 1.578,88 | -100,00% |
| 04 Gás Engarrafado | 0,00 | 1.429,00 | -100,00% |
| 07 Genêros de Alimentação | 0,00 | 8.735,90 | -100,00% |
| 16 Material de Expediente | 157.659,67 | 165.660,81 | -4,83% |
| 17 Material de Processamento de Dados | 1.069.089,61 | 1.201.295,12 | -11,01% |
| 19 Material de Acondicionamento e Embalagem | 3.608,20 | 7.157,75 | -49,59% |
| 21 Material de Copa e Cozinha | 6.322,32 | 6.493,52 | -2,64% |
| 26 Material Elétrico e Eletrônico | 0,00 | 1.541,10 | -100,00% |
| 28 Material de Proteção e Segurança | 0,00 | 2.780,16 | -100,00% |
| 29 Material p/ Áudio, Vídeo e Foto | 7.902,16 | 7.902,16 | 0,00% |
| 39 Material p/ Manutenção de Veículos | 0,00 | 758,00 | -100,00% |
| 41 Material p/ Utilização em Gráfica | 4.957,34 | 4.957,34 | 0,00% |
| 44 Material de Sinalização | 4.247,40 | 4.247,40 | 0,00% |
| 63 Serviços Gráficos e Editoriais | 6.492,60 | 6.518,77 | -0,40% |
| Total | 1.260.279,30 | 1.421.055,91 | -11,31% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Nota 04 – VPDs Pagas Antecipadamente

Em 30/06/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou um saldo de R\$ 12.203.085,27 relacionados a Variação Patrimonial Diminutiva Pagas Antecipadamente, assim distribuídos:

Tabela 4a – VPDs Pagas Antecipadamente – Composição.

| Saldo Atual - R\$ | | | |
|-------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------|
| Conta Contábil | 30/06/2021 | 31/12/2020 | AH(%) |
| Prêmios de Seguros a Apropriar | 36.049,82 | 105.727,71 | -65,90% |
| Assinaturas e Anuidades a Apropriar | 34.212,98 | 69.953,11 | -51,09% |
| Serviços Pagos Antecipadamente | 12.132.822,47 | 16.746.167,90 | -27,55% |
| Total | 12.203.085,27 | 16.921.848,72 | -27,89% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Os maiores valores referem-se à aquisição de serviços de informática com prazos definidos e pagos antecipadamente, conforme demonstra a composição, por favorecido, da conta 119810400 – VPD de Serviços Pagos Antecipadamente:





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Tabela 4b – Serviços Pagos Antecipadamente – Composição.

| Favorecido | | Documento | Saldo Atual - R\$ 30/06/2021 |
|----------------|--|---|---------------------------------|
| 01505147000104 | INTEGRASYS COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA | NFS-E 529, 530 E NF-E 20 (R\$ 1.716.000,00). TC 036.078/2016-6. CONTRATO 53/2016. AQUISICAO DE CHASSIS (GABINETE) E LAMINAS BLADE, CONTEMPLANDO A INSTALACAO E SERVICO DE ASSISTENCIA TECNICA DA GARANTIA. | 156.900,00 |
| | | NFS-E 944 (R\$ 1.013.490,00). CONTRATO: 49/2019. TC 040.687/2019-8. TF: 9.45. RENOVACAO DE DIREITO DE ATUALIZACAO DOS SOFTWARES SYMANTEC CLIENT MANAGEMENT SUITE (CMS) E ALTIRIS IT MANAGEMENT SUITE (ITMS)- POR 36 MESES. | 591.202,50 |
| | | NFS-E 945 (R\$ 813.150,00). CONTRATO: 44/2019. TC 039.664/2019-8. TF: 9.45. RENOVACAO DE DIREITO DE ATUALIZACAO DOS SOFTWARES SYMANTEC PROTECTION SUITE ENTERPRISE EDITION (SEP) E DO SOFTWARE SYMANTEC PROTECTION FOR SHAREPOINT SERVERS, EM SUAS VERSOES COMERCIAIS MAIS RECENTE A EPOCA DO FORNECIMENTO, COM DIREITO DE ATUALIZACAO DE VERSAO PELO PERIODO DE 36 MESES. | 406.575,00 |
| 02277205000144 | VERT SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA | NFS-E 5369 A 5372 (TOTAL: R\$ 983.000,00). CONTRATO 61/2016. TC 000.515/2017-5.FORNECIMENTO DE SOLUCOES DE STORAGE DE ALTA PERFORMANCE PARA O TCU. ITENS 2, 3, 7 E 8. | 192.000,00 |
| 20095387000114 | TILLBILL - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA | NFS-E 31692 (R\$ 3.396,43). TC 025.462/2020-2. CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL. PERIODO: 10/7/2020 A 9/7/2021. SERVICO DE CAPTURA DE NOTAS FISCAIS EMITIDAS PELOS FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTRATADOS PELO TCU. | 283,03 |
| 04198254000117 | MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA | NF-E 2893 (R\$ 1.881.290,00). TC 040.688/2019-4. CONTRATO: 50/2019. TF: 9.45. ISS: 2.00. RENOVACOES DE 50 LICENCAS DE DIREITO DE USO DO SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD CCE ETLA, 80 LICENCAS DO SOFTWARE SINGLE APP CCE ETLA, 15 LICENCAS DO SOFTWARE ADOBE CAPTIVATE CCE ETLA, 500 LICENCAS DO SOFTWARE ADOBE ACROBAT DC CCE ETLA E 25 LICENCAS DO SOFTWARE ADOBE ACROBAT PROFESSIONAL DC CCE ETLA EM VERSOES COMERCIAIS MAIS RECENTES, PELO PERIODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES. | 940.645,10 |
| 09053350000190 | NIVA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA | NFS-E 1635 (R\$ 855.000,00). CONTRATO 39/2019. TC 038.162/2019-9. TF: 9.45 S/ R \$ 545.000,00 E 5.85 S/ R\$ 310.000,00. ISS: 2.00. VALIDADE: 15/10/2019 A 30/6/2022. AQUISICAO DE NOVAS LICENCAS DO SOFTWARE CITRIX VIRTUAL APPS AND DESKTOPS PREMIUM EDITION CONCURRENT USER E RENOVACAO DE DIREITO DE ATUALIZACAO DE LICENCAS JA EXISTENTES DESSE SOFTWARE E DO CITRIX ADV VPX 1000 ADVANCED EDITION. | 212.707,78 |
| | | NFS-E 1913 (R\$ 613.925,00). TC 029.191/2020-3. CONTRATO 18/2020. TF: 9.45. ISS: 2.00. PERIODO: 13/8/2020 A 12/8/2021. AQUISICAO DO DIREITO DE USO DE LICENCAS DO SOFTWARE CITRIX VIRTUAL APPS AND DESKTOPS PREMIUM EDITION - CONCURRENT USER, CONFORME ESPECIFICACOES DO ANEXO I DO EDITAL DO PREGAO ELETRONICO 23/2020. | 102.320,80 |
| 09162855000517 | PTLS SERVICOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TECNICA LTDA | NFS-E 135012 E 135013 (R\$ 9.186.190,00). CONTRATO 54/2019. TC 040.989/2019-4. TF: 9.45. PERIODO: 27/12/2019 A 26/12/2022. AQUISICAO DE DIREITO DE USO DE LICENCAS DE SOFTWARE MICROSOFT PELO PERIODO DE 36 MESES. | 4.593.095,08 |
| 05757597000218 | TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA | NFS-E 1283 (R\$ 498.152,14). CONTRATO 44/2016. TC 040.332/2019-5. TF: 9.45. PERIODO: 23/12/2019 A 22/12/2021. SERVICOS DE MANUTENCAO, SUPORTE, GARANTIA E DIREITO DE ATUALIZACAO DAS SOLUCOES DE CONSOLIDACAO E CORRELACIONAMENTO DE EVENTOS (SIEM SECURITY INFORMATION AND EVENT MANAGEMENT)/LOGS P/UTILIZACAO NOS DATACENTERS PRINCIPAL E SECUNDARIO DO TCU - ITENS 22, 27, 47 E 49. | 124.538,02 |
| 06926223000160 | AMERICA TECNOLOGIA DE INFORMATICA E ELETRO-ELETRONICOS | NFS-E 16058 (R\$ 549.500,00). TC 040.951/2019-7. TF: 9.45. ISS: 5.00. PERIODO: 27/12/2019 A 26/08/2021. SERVICO DE SUPORTE TECNICO PARA LICENCA COMMVAULT VM BACKUP AND RECOVERY ADVANCED - PER SOCKET, SOLUTION SET, PERPETUAL -SB-CSIM-S-AF, PELO PERIODO DE 20 MESES. | 54.950,00 |
| 17798866000192 | SNOW SOFTWARE ASSESSORIA E REPRESENTACOES LTDA | NFS-E 423,424,425 (R\$ 768.125,00). TC 010.668/2018-7. CTO.: 60/2017. AQUIS. DE LICENCAS PERPETUAS DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO, SERV.DE SSISTENCIA TECN., MANUTENCAO E ATUALIZACAO E SERV. DE RECONHECIMENTO DE SOFTWARE - ITENS: 1,2 E 3. | 48.020,82 |
| 20621724000160 | CONVERGE DATA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA | NFS-E 43 (R\$ 43.569,00). CONTRATO: 58/2018.TC 041.235/2018-5. TF: 9.45. FORNECIMENTO SUBSCRICAO DE LICENCAS DE USO DE PRODUTOS DA SUITE VMWARE, SUBSCRICAO DE SUPORTE TELEFONICO DO FABRICANTE E ATUALIZACAO DE VERSAO, SUPORTE TECNICO DO FABRICANTE.ITEM 5. | 8.025,85 |
| 67393181000134 | IMAGEM GEOSISTEMAS E COMERCIO LTDA | NFS-E 7843 E 7844 (TOTAL: R\$ 365.087,22). TC 034.449/2018-3. CONTRATO: 46/2018. TF: 5.85 S/ R\$ 273.098,94 E 9.45 S/ R\$ 91.988,28. FORNECIMENTO DE LICENCAS DE USO PERPETUO DO SOFTWARE ARCGIS, INCLUINDO DIREITO DE ATUALIZACAO E SUPORTE TECNICO POR 12 MESES. ITENS 1 A 6. | 15.331,36 |
| 01771935000215 | INGRAM MICRO BRASIL LTDA | NFS-E 898257 (R\$ 3.747.199,88). TC 041.227/2018-2. CONTRATO 57/2018. TF: 9.45. FORNECIMENTO DE SUBSCRICAO DE LICENCAS DE USO DE PRODUTOS DA SUITE VMWARE, SUBSCRICAO DE SUPORTE TELEFONICO DO FABRICANTE E ATUALIZACAO DE VERSAO, SUPORTE TECNICO DO FABRICANTE E CREDITOS DE TREINAMENTO. ITENS 1,2 E 3 DO CONTRATO. (GLOSA DE R\$ 3,44). | 690.273,11 |

Página 173 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143224.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | |
|----------------|---|--|----------------------|
| | | NFS-E 11 (R\$ 1.814.960,00). TC 043.454/2018-6. CONTRATO 70/2018. TF: 9.45. ISS: 5.00. AQUISICAO DE SUBSCRICAO E SUPORTE PRODUCTION (24X7) PARA VMWARE NSX FOR VSPHERE ENTERPRISE PELO PERIODO DE 3 ANOS - PART-NUMBER NX-ENT-3P-SSS-C. CONTRATOS VMWARE: 431471560 E 463344021. | 302.493,36 |
| 73571994000170 | SULSOFT SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA | NF-E 328 E NFS-E 2018/27 (TOTAL: R\$ 88.014,00). TC 034.832/2018-1. CONTRATO: 47/2018. TF: 5.85 S/ R\$ 69.254,00 E 9.45 S/ R\$ 18.760,00. AQUISICAO DE LICENCA DE USO PERPETUO DO SOFTWARE ENVI COM EXTENSAO IDL, INCLUINDO ATUALIZACAO E SUPORTE. | 2.344,98 |
| 07586045000139 | RB CODE - INDUSTRIA DE SUPRIMENTOS E EQUIPAMENTOS DE AU | NF-E 20.882 E NFS-E 3341 (TOTAL: R\$ 73.680,00). TC 000.956/2019-8. CT 64/2018. TF 5.85 SOBRE R\$ 66.240,00 E 9.45 E ISS 5.00 SOBRE R\$ 7.440,00. FORNECIMENTO DE 3 COLETORES DE DADOS DE ITENS MOBILIARIOS COM TECNOLOGIA RFID, COM GARANTIA ON SITE NO PERIODO DE 1/4/2019 A 31/3/2022. | 1.859,91 |
| 01707536000104 | ISH TECNOLOGIA S/A | NFS-E 21984 (R\$ 584.256,00). CONTRATO 59/2018. TC 036.906/2019-0. TF 9.45. PERIODOS: 24/12/2019 A 23/12/2021 - ITEM 3, E 26/12/2019 A 25/12/2021 - ITEM 8. SERVICOS DE SUBSTITUICAO DE PECAS E ATUALIZACAO DE VERSAO DOS SOFTWARES/FIRMAWARES E SUPORTE TECNICO REMOTO DO FABRICANTE DOS ITENS 1, 5 E 6. | 147.237,40 |
| | | NFS-E 23512 (R\$ 167.712,00). TC 000.216/2020-8. CONTRATO: 62/2018. TF: 9.45. ISS: 2.00. PERIODO: 24/12/2019 A 23/12/2021. SERVICOS DE SUBSTITUICAO DE PECAS E ATUALIZACAO DE VERSAO DOS SOFTWARES/FIRMAWARES E SUPORTE TECNICO REMOTO DO FABRICANTE PARA STORAGE NAS DE ALTA PERFORMANCE (ITEM 22). | 41.928,00 |
| 21649280000133 | BULL LTDA | NFS-E Nº 14821 (R\$ 3.861.042,97). TC 047.612/2020-7. CONTRATO 45/2020. TF: 9.45. PERIODO: 28/12/2020 A 27/12/2025. SERVICOS DE SUBSTITUICAO DE PECAS E ATUALIZACAO DE VERSAO DOS SOFTWARES/FIRMAWARES E SUPORTE TECNICO REMOTO DO FABRICANTE PARA OS ITENS 1.1, 2.1, 4.1 E 5.1 (ITENS 1.2, 2.2, 4.2 E 5.2). | 3.474.938,65 |
| 28315087000105 | KA SOFTWARE EIRELI | NFS-E 167 (R\$ 28.100,00). CONTRATO 21/2020. TC 031.293/2020-4. TF: 9.45. PERIODO: 01/9/2020 A 31/8/2021. AQUISICAO DE RENOVACAO DE SUBSCRICAO PARA O PRODUTO ASPOSE. TOTAL FOR JAVA DEVELOPER OEM, QUE INCLUI OS SERVICOS DE SUPORTE TECNICO E ATUALIZACAO DE VERSAO. | 4.683,40 |
| 35791391000437 | QUALITY SOFTWARE S/A | NFS-E 14002 (R\$ 17.240,00). CONTRATO POR NE. TC 024.850/2020-9. TF: 9.45. PERIODO: 02/7/2020 A 01/7/2021. CONTRATAÇÃO DE DIREITO DE USO DO SOFTWARE ACL ANALYTICS POR 12 MESES, PACOTE COM 3 LICENCAS INCLUINDO SUPORTE TECNICO E ATUALIZACAO. | 2.873,32 |
| | | NFS-E 15521 (R\$ 17.595,00). CONTRATO POR NE. TC 015.072/2021-5. TF: 9.45. PERIODO: 03/07/2021 A 02/07/2022. CONTRATAÇÃO DE DIREITO DE USO DO SOFTWARE ACL ANALYTICS POR 12 MESES, PACOTE COM 3 LICENCAS INCLUINDO SUPORTE TECNICO E ATUALIZACAO. | 17.595,00 |
| Total | | | 12.132.822,47 |

Nota 05 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Em 30/06/2021, o Tribunal de Contas da União não apresentou saldo relacionado a Demais Créditos e Valores a Longo Prazo.

Nota 06 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 30/06/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou o saldo de R\$ 834.572.516,26 relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2020 e 2021.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Tabela 6a – Imobilizado – Composição.

| | Saldo Atual - R\$ | | |
|---|-----------------------|-----------------------|----------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | AH% |
| Bens Móveis | 68.429.923,27 | 68.871.592,50 | -0,64% |
| (+) Valor Bruto Contábil | 162.380.886,66 | 156.332.163,88 | 3,87% |
| (-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis | -93.950.963,39 | -87.460.571,38 | 7,42% |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis | 0,00 | 0,00 | |
| Bens Imóveis | 766.142.592,99 | 864.735.805,86 | -11,40% |
| (+) Valor Bruto Contábil | 795.425.688,55 | 892.960.173,81 | -10,92% |
| (-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis | -29.283.095,56 | -28.224.367,95 | 3,75% |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis | 0,00 | 0,00 | |
| Total | 834.572.516,26 | 933.607.398,36 | -10,61% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do TCU em 30/06/2021 totalizavam R\$ 68.429.923,27 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 6b – Bens Móveis – Composição

| | Saldo Atual - R\$ | | |
|---|-----------------------|-----------------------|---------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | AH(%) |
| Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas | 10.604.622,21 | 10.625.529,83 | -0,20% |
| Bens de Informática | 96.595.516,15 | 80.130.412,87 | 20,55% |
| Móveis e Utensílios | 33.515.280,77 | 34.659.568,48 | -3,30% |
| Material Cultural, Educacional e de Comunicação | 16.349.605,01 | 16.423.047,02 | -0,45% |
| Veículos | 281.298,13 | 286.824,50 | -1,93% |
| Peças e Conjuntos de Reposição | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Bens Móveis em Andamento | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Bens Móveis em Almoxarifado | 3.607.855,99 | 13.169.939,79 | -72,61% |
| Armamentos | 30.505,41 | 30.505,41 | 0,00% |
| Semoventes e Equipamentos de Montaria | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Demais Bens Móveis | 1.396.202,99 | 1.006.335,98 | 38,74% |
| Subtotal | 162.380.886,66 | 156.332.163,88 | 3,87% |
| Depreciação / Amortização Acumulada | -93.950.963,39 | -87.460.571,38 | 7,42% |
| Redução ao Valor Recuperável | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Total | 68.429.923,27 | 68.871.592,50 | -0,64% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 59,49% referem-se a Bens de Informática, formado por equipamentos de processamento de dados e 20,64% a Móveis e Utensílios, com a seguinte composição:

Tabela 6c – Móveis e Utensílios – Composição

| | Saldo Atual - R\$ |
|--------------------------------------|----------------------|
| | 30/06/2021 |
| Aparelhos e Utensílios Domésticos | 970.482,21 |
| Máquinas e Utensílios de Escritórios | 151.137,65 |
| Mobiliário em Geral | 32.393.660,91 |
| Total | 33.515.280,77 |

Fonte: SIAFI 2021

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do TCU em 30/06/2021 totalizavam R\$ 766.142.592,99 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Tabela 6d - Bens Imóveis – Composição.

| Saldo Atual - R\$ | | | |
|--|-----------------------|-----------------------|----------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | AH(%) |
| Bens de Uso Especial Registrados no Spinet | 757.067.989,90 | 762.418.669,11 | -0,70% |
| Bens Imóveis em Andamento | 22.545.669,89 | 116.609.683,01 | -80,67% |
| Instalações | 11.812.028,76 | 9.931.821,69 | 18,93% |
| Demais Bens Imóveis | 4.000.000,00 | 4.000.000,00 | 0,00% |
| Subtotal | 795.425.688,55 | 892.960.173,81 | -10,92% |
| Redução ao Valor Recuperável | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Depreciação / Amortização Acumulada | -29.283.095,56 | -28.224.367,95 | 3,75% |
| Total | 766.142.592,99 | 864.735.805,86 | -11,40% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

De acordo com a tabela anterior, os bens de uso especial correspondem a 95,18% de todos os bens constantes no Balanço Patrimonial do TCU, perfazendo o montante de R\$ 757.067.989,90 em 30/06/2021 a valores brutos.

Em síntese, os bens mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do TCU são constituídos dos bens a seguir relacionados:

Tabela 6e - Bens de Uso Especial – Composição

| Saldo Atual - R\$ | | | |
|----------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | AH(%) |
| Edifícios | 741.082.494,82 | 746.433.174,03 | -0,72% |
| Terrenos/Glebas | 172.300,00 | 172.300,00 | 0,00% |
| Estacionamentos e Garagens | 3.422.571,36 | 3.422.571,36 | 0,00% |
| Salas | 12.390.623,72 | 12.390.623,72 | 0,00% |
| Total | 757.067.989,90 | 762.418.669,11 | -0,70% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Nota 07 – Intangível

Em 30/06/2021, o TCU apresentou o saldo de R\$ 88.770.692,95 relacionados a intangível, na categoria de Software e Marcas Direitos e Patentes, com Vida Útil Indefinida.

Todos os softwares estão devidamente identificados e registrados em suas respectivas inscrições genéricas de sistema (IS)

Na tabela a seguir, é apresentada a lista de softwares que compõe esse valor:

Tabela 7a – Intangível – Lista de Software

| Lista de Software | 30/06/2021 | | |
|--|------------|---|------------|
| PROJECT PROFESSIONAL 2013 | 489.780,00 | ADOBE CSS MASTER COLLECTION2 | 10.657,80 |
| VISIO PROFESSIONAL 2013 | 28.739,10 | ADOBE ILLUSTRATOR CC | 15.880,00 |
| 02 SISTEMAS DE COMUNICACAO BASEADO EM IP | 531.123,88 | ADOBE ILLUSTRATOR' | 6.800,00 |
| 02 SISTEMAS SESSION BORDER CONTROLLER | 299.250,80 | ADOBE INDESIGN | 7.420,05 |
| ADOBE AROBAT STANDARD' | 31.200,60 | ADOBE INDESIGN CC' | 35.760,00 |
| ADOBE CAPTIVATE CC' | 38.320,00 | ADOBE MASTER COLLECTION CC' | 99.900,00 |
| ADOBE CAPTIVATE' | 11.400,06 | ADOBE MASTER COLLECTION' | 60.005,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 1 | 10.657,80 | ADOBE PHOTOSHOP CC' | 58.000,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 10 | 10.657,80 | ADOBE PHOTOSHOP' | 14.500,10 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 11 | 10.657,80 | ADOBE PROFESSIONAL CC | 951.434,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 12 | 10.657,80 | ALTIRIS IT MANAGEMENT SUIT | 282.600,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 3 | 10.657,80 | ALTOQI EBERICK V8 GOLD' | 11.250,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 4 | 10.657,80 | ALTOQI EBERICK V9 PLENA | 4.000,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 5 | 10.657,80 | ALTOQI HYDROS V4 E ALTOQI LUMINE V4 | 11.000,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 6 | 10.657,80 | APLICATIVO CONTROLE DE ACESSO E DE FREQUENCIA | 198.054,72 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 7 | 10.657,80 | ARCGIS FOR DESKTOP BASIC SOFTWARE | 7.978,53 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 8 | 10.657,80 | ARCHSIGHT MANAGEMENT CENTER - SEGUR REDE | 248.000,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 9 | 10.657,80 | ASTAH PROFESSIONAL USER LICENSE | 750,00 |
| | | AUTENTICIDADE STEFANINI | 157.800,15 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | |
|--|--------------|---|--------------|
| AUTOCAD CIVIL 3D | 15.900,00 | FABRICA DE SOFTWARE - BUSCA (TCU) | 117.529,07 |
| AUTOCAD CIVIL 3D' | 15.900,00 | FABRICA DE SOFTWARE - CONSULTA REMUN. (TCU) | 8.867,24 |
| AUTOCAD CIVIL 3D'' | 15.900,00 | FABRICA DE SOFTWARE - E - JURIS | 929.016,34 |
| AUTODESKAUTOCAD CIVIL 3D 2011 NETWORK | 212.459,10 | FABRICA DE SOFTWARE - ENCCLA (TCU) | 70.729,50 |
| AVALIACAO PSICOLOGICA HUMAN GUIDE | 29.000,00 | FABRICA DE SOFTWARE - EPM (TCU) | 480.847,65 |
| AXURE RP PRO 6 | 7.927,20 | FABRICA DE SOFTWARE - FISCAIS (TCU) | 2,80 |
| AXURE RP6 | 8.000,00 | FABRICA DE SOFTWARE - GESTAO PORTFOLIO (TCU) | 495.953,72 |
| BACKU/ARMAZEN + ATUALIZACAO DE VERSAO | 1.186.650,00 | FABRICA DE SOFTWARE - ICM | 21.952,73 |
| BACKUP + ATUALIZACAO DE VERSAO | 1.824.020,00 | FABRICA DE SOFTWARE - JAVA (TCU) | 152.528,69 |
| BIBLIOTECA DE SOFTWARE | 4.073,09 | FABRICA DE SOFTWARE - JUSIS (TCU) | 145.057,35 |
| BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA, | 89.000,00 | FABRICA DE SOFTWARE - PATRIMONIO (TCU) | 16.978,19 |
| CA WILY APM 1 | 20.000,00 | FABRICA DE SOFTWARE - PESQUISA TEXTUAL | 36.505,83 |
| CA WILY APM 10 | 20.000,00 | FABRICA DE SOFTWARE - PUSH | 75.689,46 |
| CA WILY APM 11 | 20.000,00 | FABRICA DE SOFTWARE - SAGAS2 (TCU) | 548.587,20 |
| CA WILY APM 12 | 20.000,00 | FABRICA DE SOFTWARE - SAO | 131.892,01 |
| CA WILY APM 13 | 20.000,00 | FABRICA DE SOFTWARE - SAP BO (TCU) | 70.474,26 |
| CA WILY APM 14 | 20.000,00 | FABRICA DE SOFTWARE - SINERGIA (TCU) | 249.402,30 |
| CA WILY APM 15 | 20.000,00 | FABRICA DE SOFTWARE - TRANSCON (TCU) | 790.767,90 |
| CA WILY APM 16 | 20.000,00 | FABRICA DE SOFTWARE - VCE (TCU) | 30.080,99 |
| CA WILY APM 2 | 20.000,00 | FABRICA DE SOFTWARE SAGAS (TCU) | 82.537,73 |
| CA WILY APM 3 | 20.000,00 | FABRICA DE SOFTWARE- CONTRATA (TCU) | 876.056,24 |
| CA WILY APM 4 | 20.000,00 | FABRICA DE SOFTWARE- E - CONSULTA (TCU) | 11.177,85 |
| CA WILY APM 5 | 20.000,00 | FABRICA DE SOFTWARE- E- TCU MP (TCU) | 129.171,14 |
| CA WILY APM 6 | 20.000,00 | FABRICA DE SOFTWARE- ISCNET (TCU) | 121.709,81 |
| CA WILY APM 7 | 20.000,00 | FABRICA DE SOFTWARE- REPRES.LEGAL (TCU) | 27.009,09 |
| CA WILY APM 8 | 20.000,00 | FABRICA DE SOFTWARE- SIGA (TCU) | 186.805,38 |
| CA WILY APM 9 | 20.000,00 | FABRICA DE SOFTWARE-GS-WEB (TCU) | 29.058,55 |
| CAL SERVER 2016 | 530.640,00 | FABRICA DE SOFTWARE-IDENTIDADE CONFIABEL TCU | 8.190,78 |
| CITRIX NETSCALER VPX1000 MBPS ENTERPRISE 1 | 209.636,39 | FOLHA STEFANIN1 | 1.095.341,81 |
| CITRIX NETSCALER VPX1000 MBPS ENTERPRISE 2 | 60.636,39 | FRABRICA DE SOFTWARE - RADAR | 794.446,25 |
| CITRIX VISUAL APP AND DESKTOPS | 77.500,00 | GERENC DE ESTAC, SERV. E DISP MOVEIS | 480.000,00 |
| CLIENTELA | 659.217,66 | GERENCIA HUAWEI ESIGHT-TCU | 101.643,91 |
| CLOUD-16 - SPEC IAAS V. 1.1 | 2.300,00 | GERENCIAMENTO ENDPOINTS, EXTENSO DO SUPORTE | 390.000,00 |
| COMMMVAULT VM BACKUP AND RECOVERY ADVANCED | 1.695.250,00 | GERENCIAMENTO ENDPOINTS, INSTALACAO E CONFIG | 6.568,00 |
| CONNECTA TCU | 808.017,22 | GERENCIAMENTO REDE/CONTROLE DE ACESSO (NAC) | 274.871,00 |
| CONTROLADOR WLAN | 47.820,00 | GESTAO INTEGRADA DE PORTFOLIO E PROJETOS | 86.665,20 |
| CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS | 47.285,40 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL O | 767,00 |
| CPU-17 - SPEC CPU 2017 V. 1.0 | 1.150,00 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL A | 767,00 |
| DATA DISCOVERY QUIKVIEW 4 NUCLEOS (TCU) | 248.729,48 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL B | 767,00 |
| DATA QUALITY OPTION | 481.000,00 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL D | 767,00 |
| DATABASE DIAGNOSTICS PACK | 280.360,20 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL E | 767,00 |
| DATABASE ENTERPRISE EDITION' | 1.910.418,62 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL F | 767,00 |
| DATABASE TUNING PACK | 280.360,20 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL G | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 1 | 53.789,82 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL H | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 10 | 53.789,82 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL I | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 11 | 53.789,82 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL J | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 12 | 53.789,82 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL K | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 13 | 53.789,82 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL L | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 14 | 53.789,82 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 15 | 53.789,82 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL B | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 16 | 53.789,82 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL C | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 17 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL D | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 18 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL E | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 19 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL F | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 2 | 53.789,82 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL G | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 20 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL H | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 21 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL I | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 22 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL J | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 23 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL K | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 24 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL L | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 25 | 26.490,54 | HP BLADE MATRIX | 27.905,31 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 26 | 26.490,54 | INDEX CONTEUDO E PESQUISA + ATUALIZACAO | 74.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 27 | 26.490,54 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 1 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 28 | 26.490,54 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 2 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 29 | 26.490,54 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 3 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 3 | 53.789,82 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 4 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 30 | 26.490,54 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 5 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 31 | 26.490,54 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 6 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 32 | 26.490,54 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 7 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 4 | 53.789,82 | INFORMATICA POWERCENTER DATA SUBSET - OPTION | 69.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 5 | 53.789,82 | INSTRUCAO ASSISTIDA | 1.627.427,72 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 6 | 53.789,82 | INTELLIJ IDEA ULTIMATE COMMERCIAL | 92.583,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 7 | 53.789,82 | IS SOFTWARE - TEMPORARIO | 32.500,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 8 | 53.789,82 | JVM - JAVA VIRTUAL MACHINE | 621,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 9 | 53.789,82 | LANCAMENTO BENS INTANGIVEIS | 151.919,67 |
| DELL OPEN MANAGE NETWORKING | 42.124,00 | LIC.PERPETUAS DA SOLUCAO SAS VISUAL ANALYTICS | 249.565,14 |
| DICIONARIO ELETRONICO AURELIO VERSAO 7.0 | 25.602,50 | LICENCA - SISTEMA SOPHIA | 2.500,00 |
| E-SOCIAL STEFANINI | 1.247.803,99 | LICENCA CEM APPLINCE | 6.702,00 |
| E-TCU GABINETES | 2.042.493,51 | LICENCA DE CANAL DE VIDEO SYMPHONY | 213.742,70 |
| E-TCU GERENCIAL | 1.101.925,95 | LICENCA DE HP ARCSIGHT LOGGER/ADD-ON | 236.040,41 |
| E-TCU GESTOR | 109.163,15 | LICENCA DE SOFTWARE - WINSVRSTD | 1.572,80 |
| EBERICK PERSONAL V6 | 6.000,00 | LICENCA DE SOFTWARE - ATOS DE PESSOAL | 954.757,41 |
| EST PRO 4.0 | 2.315,59 | LICENCA DE SOFTWARE - DRCAU | 584.203,02 |
| EXCHANGE MODELO SERVER ENTERPRISE | 1.189.461,46 | LICENCA DE SOFTWARE - E-DIARIO | 611.955,65 |
| FABRICA DE SOFTWARE - ASSINATURA (TCU) | 33.986,88 | LICENCA DE SOFTWARE - E-TCE | 503.622,33 |
| FABRICA DE SOFTWARE - ATOS PESSOAL (TCU) | 557.565,63 | LICENCA DE SOFTWARE - ENTERPRISE EDITION | 2.627.781,60 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | |
|---|--------------|---|--------------|
| LICENCA DE SOFTWARE - GERENC. ACCESS POINT | 171.661,00 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 22 | 403,33 |
| LICENCA DE SOFTWARE - LMDX_FOR PCAE | 25.500,00 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 23 | 403,33 |
| LICENCA DE SOFTWARE - ORACLE PARTIOTINING | 860.889,60 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 24 | 403,33 |
| LICENCA DE SOFTWARE - POWER CENTER_REAL TIME | 230.000,00 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 25 | 403,33 |
| LICENCA DE SOFTWARE - POWERCENTER_SE | 590.000,00 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 26 | 403,33 |
| LICENCA DE SOFTWARE - PRJCTSVR SINGLICSAKPMVL | 22.214,34 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 27 | 403,33 |
| LICENCA DE SOFTWARE - SAO | 526.370,19 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 28 | 403,33 |
| LICENCA DE SOFTWARE - SISTEMA E-JURIS | 529.616,23 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 29 | 403,33 |
| LICENCA DE SOFTWARE - SQLSVRSTDSNGLICSAKPMVL | 6.390,60 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 3 | 403,33 |
| LICENCA DE SOFTWARE ARCGIS DESKTOP ADVANCED | 231.720,32 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 30 | 403,33 |
| LICENCA DE SOFTWARE ARCGIS SPATIAL ANALYST | 41.378,62 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 31 | 403,33 |
| LICENCA DE SOFTWARE DE ADMINISTRACAO | 18.808,58 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 32 | 403,33 |
| LICENCA DE SOFTWARE DE GERENCIA | 32.500,00 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 33 | 403,33 |
| LICENCA DE SOFTWARE/PARA STORAGE | 1.000.000,00 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 34 | 403,33 |
| LICENCA DE USO PERPETUO DO SOFTWARE | 69.254,00 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 35 | 403,33 |
| LICENCA DO HP ARCSIGHT EXPRESS ADD-ON | 344.640,04 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 36 | 403,33 |
| LICENCA DO HP ARCSIGHT LOGGER | 52.477,37 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 37 | 403,33 |
| LICENÇAS DE VIDEO ANALITICO | 9.250,00 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 38 | 403,33 |
| LICENÇAS E INSTACAO DE SOFTWARE | 2.264.029,05 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 39 | 403,33 |
| LICENÇAS PERPETUAS DO CONECTOR SAS ACCESS | 104.935,68 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 4 | 403,33 |
| LICENÇAS PERPETUAS DO CONECTOR SAS TO HADOOP | 104.935,68 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 40 | 403,33 |
| LICENÇAS PERPETUAS SKETCHUP PRO | 15.879,00 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 41 | 403,33 |
| LICENCIAMENTO DE RAMAIS/SOFTPHONE | 166.695,00 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 42 | 403,33 |
| LYNC - CAL ENTERPRISE | 4.537.661,16 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 43 | 403,33 |
| MAVEN INVENTING SOLUTIONS | 91.879,29 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 44 | 403,33 |
| MCR SIST - LICENÇAS ADOBE ACROBAT DC ETLA | 260.000,00 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 5 | 403,33 |
| MONITORAMENTO DE APLICACOES JAVA CA INTROSOP | 574.400,00 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 6 | 403,33 |
| MONITORAMENTO E GERENCIA REDE DE LONGA DIST | 29.370,54 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 7 | 403,33 |
| NIVA TEC DA INFORMACAO LTDA | 310.000,00 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 8 | 403,33 |
| ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION A | 42.035,44 | SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 9 | 403,33 |
| ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION D | 42.035,44 | SOFTWARE PARA ORCAMENTO DE OBRAS | 14.743,10 |
| ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION E | 42.035,44 | SOFTWARE PARA STORAGE DE ALTA PERFORMANCE | 2.710.107,29 |
| ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION F | 42.035,44 | SOFTWARE PARASOTRAGE DE ALTA PERF. (NAS) | 282.996,00 |
| ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION G | 42.035,44 | SOLUCAO DE ARQUIVAMENTO DE INFORMACOES | 799.720,00 |
| ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION H | 42.035,44 | SOLUCAO DE TI PARA GESTAO DE PESSOAS | 1.543.303,72 |
| ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITIONB | 42.035,44 | SOLUCAO DE VIRTUALIZACAO DE SOFTWARE | 170.200,00 |
| ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITIONC | 42.035,44 | SOLUCAO GERENCIAMENTO DE ENDPOINTS | 580.000,00 |
| PALISADE BRASIL COMERCIALIZADORA DE SOFTWARES | 9.260,00 | SOLUCAO SAP BUSINESS OBJECTS 4.0 | 1.540.000,00 |
| PARA 23 DISPOSITIVOS MONITORADOS | 9.276,59 | SORTEIO | 68.591,25 |
| PASSWARE KIT FORENSIC | 4.892,00 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 1 | 21.100,00 |
| PLATAFORMA DE INTELIGENCIA DE CONTROLE | 116.791,99 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 2 | 21.100,00 |
| PLATAFORMA DE RELACIONAMENTO MAPA | 482.727,67 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 3 | 21.100,00 |
| PLATAFORMA DE SERV DIGITAIS DE CONTROLE | 359.748,75 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 4 | 21.100,00 |
| POLITICAS PUBLICAS (EPP) | 208.979,06 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 5 | 21.100,00 |
| POWERCENTER DATA MASKING PERSISTENT - OPTION | 69.000,00 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 6 | 21.100,00 |
| POWERDESIGN INFORMATIONARCHITECT | 44.162,24 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 7 | 21.100,00 |
| PREZI DESKTOP PROFISSIONAL | 2.280,00 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 8 | 21.100,00 |
| QIBUILDER PS1 + QIEDITOR DE ARMADURAS | 1.500,00 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 9 | 21.100,00 |
| QLIKVIEW ENTERPRISE EDITION | 761.169,06 | SQL SERVER 2014 ENTERPRISE PER CORE | 240.727,97 |
| QSR NVIVO 10 FULL/PERMANENTE | 7.720,00 | SQL SERVER 2014 ENTERPRISE PER CORE' | 206.338,26 |
| REAL APPLICATION CLUSTER' | 88.987,46 | SQL SERVER ENTERPRISE 2016 | 1.263.803,32 |
| REDE WLAN IMC WSM MODULE | 28.660,00 | SQL SERVER STANDARD 2016 | 47.363,70 |
| REMOV CITRIX VIRT APPS AND DESKTOPS | 373.000,00 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 1 | 5.740,00 |
| RENOV CITRIX ADC VPX 1000 - ADVANCED EDITION | 172.000,00 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 10 | 5.740,00 |
| SAS FRAUD FRAM. FOR GOV. LIGHT POR NUCLEO | 93.750,00 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 11 | 5.740,00 |
| SAS FRAUD FRAMWORK FOR GOVERNMENT LIGHT | 625.000,00 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 12 | 5.740,00 |
| SERV DE INSTALCAO E CONF DE BIBLIOTECA T II | 5.000,00 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 13 | 5.740,00 |
| SHAREPOINT CAL STANDARD 2013 | 1.367.490,00 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 14 | 5.740,00 |
| SHAREPOINT SERVER 2013 - PN-76P-01524 | 225.501,00 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 15 | 5.740,00 |
| SICENCA DE SOFTWARE DE ADMINISTRACAO | 12.848,86 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 16 | 5.740,00 |
| SISTEMA DE GERENCIAMENTO, MONITORAM E MANUT. | 12.897,97 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 2 | 5.740,00 |
| SISTEMA DE GESTAO ORCAMENTARIA | 793.704,09 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 3 | 5.740,00 |
| SISTEMA DE TARIFACAO E BILHETAGEM | 138.704,67 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 4 | 5.740,00 |
| SISTEMA EU FISCALIZO MOBILE | 757.178,05 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 5 | 5.740,00 |
| SISTEMA M TCU R2 - ASSINATURA DE DOCUMENTOS | 179.966,82 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 6 | 5.740,00 |
| SISTEMA M TCU R2 ASSINATURA DE DOCUMENTOS | 137.463,61 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 7 | 5.740,00 |
| SISTEMA M-TCU | 1.177.134,59 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 8 | 5.740,00 |
| SISTEMA PUSH PROCESSO MOBILE | 362.756,07 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 9 | 5.740,00 |
| SISTEMA TOPOGRAPH - USO EM REDE 1 | 5.355,00 | STAND ALONE SEAT(SS) E FLOATING LICENSE (FL) | 95.678,42 |
| SISTEMA TOPOGRAPH - USO EM REDE 2 | 5.355,00 | STORAGE DE ALTA PERFORMANCE(NAS) | 23.000,00 |
| SISTEMA TOPOGRAPH - USO LOCAL 1 | 6.250,00 | SUITE AUTODESK BUILDING DESIGN PREMIUM/16 | 338.230,00 |
| SISTEMA TOPOGRAPH - USO LOCAL 2 | 6.250,00 | SUITE AUTODESK INFRASTRUCTURE DESIGN ULTIMATE | 52.052,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 1 | 403,33 | SYMANTEC CLIENT MANAGEMENT SUITE - CMS | 84.810,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 10 | 403,33 | SYMANTEC PROTEC SUITE ENTERPRISE EDITION | 339.885,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 11 | 403,33 | SYMANTEC PROTECTION FOR SHAREPOINT SERVERS | 78.000,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 12 | 403,33 | SYMANTEC PROTECTION SUITE | 95.382,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 13 | 403,33 | SYMANTEC PROTECTION SUITE - LICENCA DE USO | 138.000,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 14 | 403,33 | UPGRADE REAL TIME - PCRT | 828.000,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 15 | 403,33 | V-RAY FOR SKETCHUP | 22.140,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 16 | 403,33 | VISUAL STUDIO 2013 | 6.307,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 17 | 403,33 | VMW VCNTR SRM | 71.962,88 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 18 | 403,33 | VMWARE NSX FOR VSPHERE 5.5 | 1.155.421,16 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 19 | 403,33 | VMWARE NSX FOR VSPHERE 5.5 (TCU) | 1.643.752,52 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 2 | 403,33 | VMWARE VCENTER SERVER 5.5 | 47.074,18 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 20 | 403,33 | VMWARE VCENTER SITE RECOVERY MAN 5.5 | 192.027,52 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 21 | 403,33 | VMWARE VLOUD SUITE ADVANCED | 2.293.345,60 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | |
|---|--------------|------------------------------|----------------------|
| VMWARE VCLLOUD SUITE ADVANCED 700906 | 3.539.287,14 | WINDOWS SERVER STANDARD 2016 | 371.133,76 |
| VMWARE VCLLOUD SUITE ADVANCED 700908 | 1.259.757,99 | TOTAL | 88.770.692,95 |
| VMWARE VSPHERE 4 ENTERPRISE PLUS | 250.530,30 | | |
| VMWARE VSPHERE 5 ENTERPRISE PLUS* | 794.231,81 | | |
| VMWARE VSPHERE WITH OP MAN ENTERPRISE PLUS | 600.255,91 | | |
| VMWARE VSPHERE WITH OP MAN VSOM ENTERPRISE PL | 482.518,19 | | |
| VMWARE VSPHERE WITH OP. MANEG (VSOM) TCU | 155.521,53 | | |
| VMWARE VSPHERE WITH OPERATIONS MANEG (VSOM) | 510.062,10 | | |
| WINDOWS SERVER 2008 REMOTE DESKTOP | 14.868,00 | | |
| WINDOWS SERVER DATACENTER 2016 | 552.336,76 | | |

Nota 08 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Em 30/06/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou um saldo de R\$ 6.258.513,06 relacionados a rubrica a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo. Trata-se, em sua maioria, de pagamento de pessoal, conforme pode-se observar nas tabelas a seguir.

Tabela 8a – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo – Composição.

| | Saldo Atual - R\$ | | |
|------------------------------------|---------------------|-------------|--------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | AH (%) |
| Pessoal a Pagar | 6.242.950,83 | 0,00 | |
| Benefícios Previdenciários a Pagar | 15.562,23 | 0,00 | |
| Total | 6.258.513,06 | 0,00 | |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Tabela 8b – Pessoal a Pagar – Composição.

| | Saldo Atual - R\$ | | |
|-----------------------------------|---------------------|-------------|--------|
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | AH (%) |
| Salários Remunerações e Benefício | 34.265,88 | 0,00 | |
| Décimo Terceiro Salário a Pagar | 6.208.684,95 | 0,00 | |
| Total | 6.242.950,83 | 0,00 | |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Nota 09 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 30/06/2021, o Tribunal de Contas apresentou um saldo de R\$ 3.840.449,03 relacionados com fornecedores e contas pagar nacionais e de curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 30/06/2021.

Tabela 9a – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante.

| | | Saldo Atual - R\$ | |
|--------------|---|---------------------|----------------|
| UG Executora | | 30/06/2021 | AV(%) |
| 030001 | TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO | 3.608.391,86 | 93,96% |
| 030050 | DIEX-DIRET PROG EXEC ORC DAS UN NOS ESTADOS | 83.964,40 | 2,19% |
| 030203 | INSTITUTO SERZEDELLO CORREA - ISC/TCU | 148.092,77 | 3,86% |
| Total | | 3.840.449,03 | 100,00% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

A unidade gestora 030001 – TCU é responsável por 93,96% do total a ser pago e a 030050 concentra as obrigações de todas as unidades gestoras dos estados, com exceção do ISC.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os 6 fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 30/06/2021.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Tabela 9b – Principais Fornecedores

| Fornecedor | | Saldo Atual - R\$ 30/06/2021 |
|----------------|--|---------------------------------|
| 37077716000105 | CITY SERVICE SEGURANCA LTDA | 678.355,63 |
| 03701380000180 | PORTO BELO ENGENHARIA E COMERCIO LTDA | 394.484,32 |
| 58069360000120 | STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A. | 294.046,58 |
| 03143181000101 | CAST INFORMATICA S/A | 266.599,15 |
| 07522669000192 | CEB DISTRIBUICAO S.A. | 265.800,85 |
| ICTCU44RZ | STEFANINI CONSUL E ASS EM INFORMAT (44/2018) | 194.463,10 |
| | Demais Fornecedores | 1.746.699,40 |
| Total | | 3.840.449,03 |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Em relação aos fornecedores acima relacionados, eles representam 54,52% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

1. City Service Segurança Ltda - Prestação dos serviços de vigilância armada nas dependências do TCU e nas residências das autoridades e de segurança pessoal privada armada para condução de veículos oficiais de representação e acompanhamento de autoridades, em Brasília/DF.
2. Porto Belo Engenharia e Comércio Ltda - Prestação de serviços de elaboração, quando couber, de projetos executivos e a construção da Escola Superior de Controle do Tribunal de Contas da União, ESUC, em Brasília/DF.
3. Cast Informática S/A - Prestação de serviços de desenvolvimento de software com práticas ágeis.
4. Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A - Prestação presencial de serviços de projeto de manutenção de software com práticas ágeis.
5. Faculdades Católicas - Curso de regulação e tributação no setor de óleo e gás, visando à capacitação de participantes na compreensão dos aspectos técnicos, regulatórios, tributários do setor de óleo e gás.

Nota 10 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Em 30/06/2021, o Tribunal de Contas da União possuía um saldo negativo de R\$ 1.195.958,41 relacionados ajustes de exercícios anteriores.

A seguir, apresenta-se a tabela, com os principais ajustes realizados em 2020:

Tabela 10 – Ajustes de Exercícios Anteriores – Composição

| Favorecido | Observação | 30/06/2021 |
|---|---|----------------------|
| Saldo Anterior a 2020: | | -2.640.331,85 |
| A ABBA SERVICOS GERAIS LTDA | TC 039.555/2019-4. CONTRATO 03/2016. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 147,69, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 3869 (R\$ 319,26), REFERENTE A SERVICOS DE LAVAGEM E PASSAGEM DE ROUPAS PROFISSIONAIS E DE PECAS DE TECIDOS PRESTADOS EM DEZEMBRO/2020. | -147,69 |
| ANDRE TORRES BREVES GONCALVES | REGISTRO DE PASSIVO. TC-007.403/2021-6. DILIGENCIA CONTABIL 54/2021. | -5.467,17 |
| ALTERACAO NO VALOR DO DOCUMENTO. | | 258,00 |
| BELFORT GERENCIAMENTO DE RESIDUOS LTDA | TC-011.429/2020-8. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 86,00 PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS 2303, NO VALOR DE R\$ 258,00, REFERENTE AO SERVICOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSICAO FINAL DE RESIDUOS DE SERVICOS DE SAUDE (RSS). | -344,00 |
| CAPGEMINI BRASIL S/A | TC 000.590/2020-7. CONTRATO 44/2017. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 27.001,17, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 4901 (R\$ 310.750,48), REFERENTE A SERVICOS DE APRIMORAMENTO DA EXPERIENCIA DO USUARIO (USER EXPERIENCE - UX) E DE DESIGN DE | -27.001,17 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | |
|---|--|-------------|
| | INTERFACE DE USUARIO (USER INTERFACE - UI) DE SISTEMAS DE INFORMACAO DO PORTAL DO TCU, NO PER.: DE 4/12/2020 A 3/1/2021 (19 DIAS UTEIS). | |
| | TC 039.193/2020-9 - PAGAMENTO DAS FATURAS 689283, 689334 E 689296 (PECA Nº 48) - REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR | -222.642,96 |
| CEB DISTRIBUICAO S.A. | TC 039.193/2020-9. CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 212.962,83, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DAS NFEEES 689283, 689334 E 689296 (TOTAL: R\$ 224.943,21), REFERENTES AO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA AO TCU (ED. SEDE E ANEXOS I, II E III) E CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA: R\$ 2.300,25, NO PERIODO DE 10/12/2020 A 1/1/2021. | -212.962,83 |
| | TC 039.193/2020-9. CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 555,19 - CIP, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DAS NFEEES 689283, 689334 E 689296 (TOTAL: R\$ 224.943,21), REFERENTES AO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA AO TCU (ED. SEDE E ANEXOS I, II E III) E CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA: R\$ 2.300,25, NO PERIODO DE 10/12/2020 A 1/1/2021. | -555,19 |
| COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA | TC-039.790/2019-3 - CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 1.616,69, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL 494082961 (PECA 136), SERVICOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA E COSIP PARA SEC-BA, NO PERIODO DE 30/11/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000028, INSCRITO EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA. | -1.616,69 |
| COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO | TC-038.243/2019-9 - CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 5.898,14, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 138889352 (PECA 138), SERVICOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA E CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA - CIP PARA SEC-PE, NO PERIODO DE 30/11/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE OS SALDOS DA 2020NE000103(CIP) E 2020NE000105 (ENERGIA ELETRICA), INSCRITOS EM RAP, NAO FORAM SUFICIENTES PARA QUITAR A DESPESA. | -11.796,28 |
| COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHÃO-CEMAR | TC-039.292/2019-3 - CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 506,73, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL 002842675/FATURA 020201200284267 (PECA 150), SERVICOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA E COSIP PARA SEC-RO, NO PERIODO DE 30/11/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000087, INSCRITA EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA. | -506,73 |
| CONAMA CONSTRUCOES AMAPAENSE LTDA | TC-040.672/2019-0 - CONTRATO 02/2018-SEC-AP. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 226,94, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 554/E (PECA 258), REFERENTE A SERVICOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, RECEPCAO, COPEIRAGEM E SERVICOS GERAIS PARA A SEC-AP, NO PERIODO DE 1º/12/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000149, INSCRITO EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA. | -226,94 |
| CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAPA | BAIXA DE VALORES A RECEBER PELA CESSAO DO SERVIDOR JOEL NOGUEIRA RODRIGUES, MATRICULA 3043-0, PARA A CORREGEDORIA-GERAL DO ESTADO DO AMAPA (TC-000.354/2019-8). REMUNERACAO DE DEVOLUCAO DE SALARIOS OU CREDITOS DA FOLHA REFERENTE A EXERCICIOS ANTERIORES. REMUNERACAO DE DEZEMBRO/2021 E GRATIFICACAO NATALINA DE 2020. | -81.986,82 |
| CPD CONSULTORIA, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SIST | TC 036.989/2019-3. CONTRATO 18/2017. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 1.176,43, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 3568 (R\$ 10.320,43), REFERENTE A SERVICOS SERVICOS DE SUPORTE TECNICO ON-SITE AOS PRODUTOS DA SOLUCAO CA SERVICE MANAGEMENT PRESTADOS EM DEZEMBRO/2020. | -1.176,43 |
| DDMIX CONTROLE DE PRAGAS E SERVIÇOS LTDA | TC-040.912/2019-1 - CONTRATO Nº 1/2019-SEC-MT. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 4.036,85, PARA PAGAMENTO DAS NOTAS FISCAIS Nº 2838 E 2839 (PECA 219), REFERENTES A PRESTACAO DE SERVICOS CONTINUADOS DE RECEPCAO, LIMPEZA E COPEIRAGEM NA SEC-MT, NO PERIODO DE 1º/12/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000197, INSCRITO EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA. | -4.036,85 |
| ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | TC-036.780/2020-0 - CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 827,88, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 012.070.988 (PECA Nº 14), SERVICOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA E CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA - CIP PARA SEC-MT, NO PERIODO DE 15/12/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE OS SALDOS DA 2020NE000120 (ENERGIA ELETRICA), INSCRITOS EM RAP, NAO FORAM SUFICIENTES PARA QUITAR A DESPESA. | -827,88 |
| FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA | TC 037.004/2019-0. CONTRATO 28/2019. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 562,53 PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS 4865, NO VALOR DE R\$ 41.304,45, REFERENTE AO SERVICO TECNICO DE APOIO PARA ELABORACAO DE DOCUMENTOS E IMPLANTACAO DO SISTEMA DE INFORMACOES PARA MANUTENCAO PREDIAL-SIMP, NO PERIODO DE 18 A 31/12/2020. | -562,53 |
| ISH TECNOLOGIA S/A | TC-040.781/2019-4. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 34.435,68 PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 26601, NO VALOR DE R\$ 55.877,91, REFERENTE AOS SERVICOS GERENCIADOS DE SEGURANCA DE PERIMETRO, ADMINISTRACAO E MONITORAMENTO DE SEGURANCA, RESPOSTA A INCIDENTES DE SEGURANCA E CAPACITACAO. (ITENS 1 A 10). PERIODO: DEZEMBRO/2020. | -34.435,68 |
| LABORMED LABORATORIO DE ANALISES MEDICAS LTDA | TC-033.965/2020-0. CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 80,00, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 6827 (PECA Nº 18). SERVICOS DE EXAMES LABORATORIAIS DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO DOMICILIADOS NO MATO GROSSO DO SUL. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE800118, INSCRITO EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE PARA QUITAR A DESPESA. | -80,00 |
| LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA | TC-039.592/2019-7. CONTRATO Nº 3/2018-SEC-MS. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 503,02, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 426299 (PECA Nº 186). SERVICOS DE RECEPCAO E LIMPEZA NAS DEPENDENCIAS DA SECRETARIA DO TCU NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - SEC-MS. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000148, INSCRITO EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE PARA QUITAR A DESPESA (SUBITEM 01). | -503,02 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | |
|--|---|-------------|
| PROTEGE S/A PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES | TC-040.981/2019-3 - CONTRATO 1/2018-SEC-AC. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 15.398,15, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 26.672 (PECA 144), REFERENTE A SERVICOS DE VIGILANCIA ARMADA NA OBRA DE CONSTRUCAO DA SEDE DA SECRETARIA DO TCU NO ESTADO DO ACRE - SEC-AC, NO PERIODO DE 1º/12/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000390, INSCRITO EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA. | -15.398,15 |
| R7 FACILITIES - SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI | TC 018.846/2020-3. CONTRATO 6/2020. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 4.378,36, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 5880 (R\$ 305.396,95), REFERENTE A PRESTACAO DE SERVICOS CONTINUADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO (ENCARREGADO, SUPERVISOR, RECEPCAO, TELEFONISTA, ASCENSORISTA E MOTORISTA) NAS DEPENDENCIAS DO TCU EM BRASILIA, NO PERIODO DE 17 A 31/12/2020. | -4.378,36 |
| SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL | REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR REFERENTE AO PAGAMENTO DA TAXA DE LIMPEZA PUBLICA (TLP), RELATIVA AO IMOVEL FUNCIONAL LOCALIZADO NA SQS 207, BLOCO K, APARTAMENTO 303, ASA SUL, BRASILIA/DF, DE PROPRIEDADE DA UNIAO E ADMINISTRADO PELO TCU. DESPESA DE 2019 E 2020. | -773,64 |
| SERPRO - SEDE - BRASILIA | TC 039.798/2020-8. CONTRATO 35/2019. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 86,65 PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 198616, NO VALOR DE R\$ 539,88, REFERENTE AO PROVIMENTO DO SERVICO DE SOFTWARE DENOMINADO INTEGRA SIAFI, QUE POSSIBILITA INTEROPERABILIDADE COM O SIAFI, NO PERIODO DE 21 A 31/12/2020. | -86,65 |
| SERVEBEM CONSERVACAO E LIMPEZA DE PREDIOS EIRELI | TC-025.657/2020-8 - CONTRATO Nº 1/2020-SEC-PB. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 8,18, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 29 (PECA 96), REFERENTE A PRESTACAO DE SERVICOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, COPEIRAGEM E RECEPCAO NA SEC-PB, NO PERIODO DE 1º/12/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000584, INSCRITO EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA. | -8,18 |
| STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A. | TC 045.052/2020-4. CONTRATO 44/2018. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 213.342,18, PRESTACAO PRESENCIAL DE SERVICOS DE PROJETO DE MANUTENCAO DE SOFTWARE COM PRATICAS AGEIS PARA O TCU, NO PERIODO DE 20/11/2020 A 19/1/2021. | -213.342,18 |
| UNA COMUNICACAO E PARTICIPACOES LTDA | TC 047.120/2020-7. CONTRATO 16/2019. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 6.000,00 PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 5230, NO VALOR DE R\$ 7.483,35, REFERENTE AO PLANEJAMENTO, ORGANIZACAO E ADMINISTRACAO DE FEIRA, EXPOSICOES PRESTADOS EM BSB/DF - DEGRAVACAO DOS EVENTOS DE WEBINARIOS SOBRE CENTRO DE GOVERNO 2020 - NO PERIODO DE NOVEMBRO/2020. | -6.000,00 |
| ACTO ARQUITETURA CONSTRUCAO E URBANISMO LTDA | TC-036.839/2017-5. CONTRATO Nº 1/2016-SEC-PI - 1º TERMO ADITIVO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 9.984,12, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 619 (PECA Nº 176), REFERENTE A 10ª MEDICAO. SERVICOS DE ENGENHARIA P/ A REFORMA DA NOVA SEDE DA SECRETARIA DO TCU NO ESTADO DO PIAUI - SEC-PI. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2016NE000144, INSCRITO EM RAP, FORA CANCELADO AUTOMATICAMENTE (DECRETO Nº 9428/2018). | -9.984,12 |
| CLARO S.A. | TC 040.453/2019-6. CONTRATO 24/2018. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 12.746,19, PRESTACAO DE SERVICOS DE COMPUTACAO MULTINUUM, NO PERIODO DE JANEIRO A DEZEMBRO/2020. | -12.746,19 |
| EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS | PARA CORRIGIR INFORMACAO NO DOCUMENTO. | 10,25 |
| EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS | TC 037.212/2020-6. CONTRATO 4/2018. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 10,25 FATURDOS PELA FATURA 271710 (R\$ 9.143,46), REF. A SERVICOS POSTAIS E TELEMATICOS CONVENCIONAIS, ADICIONAIS, NAS MODALIDADES NACIONAL E INTERNACIONAL - PPS PRESTADOS EM MAIO/2021, POR SE REFERIR UMA POSTAGEM EM 27/9/2018 NAO INCORPORADA AO SISTEMA DE FATURAMENTO DA EMPRESA NAQUELA EPOCA. | -20,50 |
| R7 FACILITIES - SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI | TC 040.823/2020-2-PAGAMENTO COMPLEMENTAR DA NFS-E Nº 6372(PECA 64), NO AMBITO DO CONTRATO 03/2019, REFERENTE A PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS DE AR-CONDICIONADO INSTALADOS NOS DIVERSOS EDIFICIOS. REGISTRO DA PASSIVO ANTERIOR. | -228,51 |
| SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL | CANCELAMENTO POR LANCAMENTO DUPLICADO | 775,10 |
| SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL | REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR REFERENTE AO PAGAMENTO DA TAXA DE LIMPEZA PUBLICA (TLP), RELATIVA AO IMOVEL FUNCIONAL LOCALIZADO NA SQS 207, BLOCO K, APARTAMENTO 303, ASA SUL, BRASILIA/DF, DE PROPRIEDADE DA UNIAO E ADMINISTRADO PELO TCU. DESPESA DE 2019 E 2020. | -1.550,20 |
| TOTALCOB SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI | TC-003.972/2020-8 - CONTRATO Nº 1/2017-SEC-MG. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 1.160,01, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 6641(PECA 42), REFERENTE A PRESTACAO DE SERVICOS CONTINUADOS DE RECEPCAO, LIMPEZA, COPEIRAGEM E SERVICOS GERAIS NA SEC-MG. 3º T.AP. DE REPACTUACAO, C/ EFEITOS A CONTAR DE 1/1/2020. DEA EMITIDA, POIS O SALDO DA 2020NE000303, INSCRITA EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE P/ COBRIR A DESPESA. DEA RECONHECIDA NO BTCU 79, DE 30/4/2021. PECA 47. | -1.160,01 |
| SEM INFORMACAO | BAIXA DE VALORES A RECEBER PELA CESSAO DO SERVIDOR HENRIQUE MORAES ZYLLER, MA TRICULA 4584-5, PARA A CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE GOIAS (TC 000.870/2019-6). OS VALORES DE DEZEMBRO E GRATIFICACAO NATALINA DE 2020 FORAM DEVOLVIDOS NO DIA 28/12/2020, MAS SO FICOU DISPONIVEL PARA A UG 030001 NO DIA 04/01/2020,POR ISSO DIRECIONADOS PARA O TESOURE NACIONAL. | -69.316,52 |
| | BAIXA DE VALORES A RECEBER PELA CESSAO DO SERVIDORPAULO WANDERSON MOREIRA MAR TINS, MATR. 10214-8, PARA A CONTROLADORIA-GERAL DO DF. VALORES REFERENTES A EXERCICIO ANTERIOR- DIFERENCA DE FUNPESP PATRONAL DE GRATIFICACAO NATALINA DE 2020; MOTIVO PELO QUAL RECURSOS FORAM DEVOLVIDOS AO TESOURE E AQUI SOMENTE SE FAZ BAIXA DA CONTA DE ATIVOS-ADIANTAMENTO. | -668,47 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | |
|-----------------------------|---|----------------------|
| | RECLASSIFICACAO DOS SALDOS DA CTA 237110300 - AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES DA ADMINISTRACAO DIRETA, AUTARQUIAS, FUNDACOES E FUNDOS PARA A CONTA 237110201 SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES (MES DE ABERTURA). | 2.640.331,85 |
| | REFERE-SE AO REGISTRO DE ENTRADA. 2021NS000826. NFS-E 3289 (R\$ 5.100,00). CONTRATO 17/2018. TC 006.082/2021-1. SERVICOS DE IMPRESSAO GRAFICA PELO SISTEMA OFFSET, MONOCROMATICOS E POLICROMATICOS, INCLUINDO O ACABAMENTO, A PROVA CONTRATUAL, O FORNECIMENTO DE PAPEL E DE TODO MATERIAL DE SUPRIMENTO. | 5.100,00 |
| TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO | REGISTRO DE PASSIVO FINANCEIRO - FOLHA DE PAGAMENTO | -259.563,22 |
| TOTAL | | -1.195.958,41 |

Nota 11 – Direitos Contratuais

Em 30/06/2021, o Tribunal de Contas da União possuía um saldo de R\$ 1.035.000,00 relacionados a direitos contratuais que serão executadas nos próximos exercícios. Esse valor refere-se ao registro do credenciamento 1/2020 de pessoas físicas e jurídicas, para o período de 2020 a 2025, para tradução de textos do português para os idiomas inglês, espanhol, francês, alemão e árabe, e versão desses idiomas estrangeiros para português, bem como tradução de qualquer dos idiomas estrangeiros listados para outro também listado, conforme demanda (vide TC 029.215/2017-0).

Nota 12 – Obrigações Contratuais

Em 30/06/2021, o Tribunal de Contas da União possuía um saldo de R\$ 285.926.128,39 relacionados a obrigações contratuais que serão executadas nos próximos exercícios.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 12a – Obrigações Contratuais – Composição.

| | Saldo Atual - R\$ | |
|------------------------------|-----------------------|----------------|
| | 30/06/2021 | AV (%) |
| Aluguéis | 4.680.314,12 | 1,64% |
| Fornecimento de Bens | 5.311.256,53 | 1,86% |
| Empréstimos e Financiamentos | 0,00 | 0,00% |
| Seguros | 0,00 | 0,00% |
| Serviços | 275.930.536,76 | 96,50% |
| Demais | 4.020,98 | 0,00% |
| Total | 285.926.128,39 | 100,00% |

Fonte: SIAFI 2021.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maioria (96,50%) do total das obrigações assumidas pelo TCU ao final de 30/06/2021.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes na data base de 30/06/2021.

Tabela 12b – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante.

| | Saldo Atual - R\$ | |
|---|-------------------|--------|
| | 30/06/2021 | AV (%) |
| 030001 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO | 262.249.283,26 | 91,72% |
| 030002 - SECRETARIA NO ESTADO DO PARA | 1.612.181,39 | 0,56% |
| 030003 - SECRETARIA NO ESTADO DO MARANHAO | 463.454,21 | 0,16% |
| 030004 - SECRETARIA NO ESTADO DO PIAUI | 111.412,99 | 0,04% |
| 030005 - SECRETARIA NO ESTADO DO CEARA | 248.187,82 | 0,09% |
| 030006 - SECRETARIA NO ESTADO DO RIO G DO NORTE | 1.650.410,68 | 0,58% |
| 030007 - SECRETARIA NO ESTADO DA PARAIBA | 1.184.789,06 | 0,41% |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | |
|--|-----------------------|----------------|
| 030008 - SECRETARIA NO ESTADO DE PERNAMBUCO | 218.007,14 | 0,08% |
| 030009 - SECRETARIA NO ESTADO DE ALAGOAS | 671.128,17 | 0,23% |
| 030011 - SECRETARIA NO ESTADO DA BAHIA | 436.379,91 | 0,15% |
| 030012 - SECRETARIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS | 444.886,62 | 0,16% |
| 030013 - SECRETARIA NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | 1.461.045,43 | 0,51% |
| 030014 - SECRETARIA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL | 434.117,12 | 0,15% |
| 030015 - SECRETARIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | 907.270,99 | 0,32% |
| 030016 - SECRETARIA NO ESTADO DE SAO PAULO | 612.146,20 | 0,21% |
| 030017 - SECRETARIA NO ESTADO DO PARANA | 313.366,06 | 0,11% |
| 030018 - SECRETARIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA | 405.486,58 | 0,14% |
| 030019 - SECRETARIA NO ESTADO DO RIO G DO SUL | 179.811,56 | 0,06% |
| 030020 - SECRETARIA NO ESTADO DO MATO GROSSO | 212.190,15 | 0,07% |
| 030021 - SECRETARIA NO ESTADO DE GOIAS | 269.983,81 | 0,09% |
| 030022 - SECRETARIA NO ESTADO DO AMAZONAS | 1.472.151,37 | 0,51% |
| 030023 - SECRETARIA NO ESTADO DE TOCANTINS | 115.803,27 | 0,04% |
| 030024 - SECRETARIA NO ESTADO DO AMAPA | 388.884,07 | 0,14% |
| 030025 - SECRETARIA NO ESTADO DE RONDONIA | 387.449,81 | 0,14% |
| 030026 - SECRETARIA NO ESTADO DO ACRE | 524.807,57 | 0,18% |
| 030027 - SECRETARIA NO ESTADO DE RORAIMA | 191.981,40 | 0,07% |
| 030050 - DIEX-DIRET PROG EXEC ORC DAS UN NOS ESTADOS | 393.060,62 | 0,14% |
| 030100 - PROJETO DE APOIO A MODERNIZACAO/TCU | 947.706,31 | 0,33% |
| 030203 - INSTITUTO SERZEDELLO CORREA - ISC/TCU | 7.418.744,82 | 2,59% |
| Total | 285.926.128,39 | 100,00% |

Fonte: SIAFI 2021.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 30/06/2021.

Tabela 12c – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

| | Saldo Atual - R\$ | |
|---|-----------------------|----------------|
| | 30/06/2021 | AV (%) |
| UNI ENGENHARIA E COMERCIO LTDA | 31.598.036,66 | 11,05% |
| A2B SERVICOS DE TI LTDA (34/2020) | 30.886.818,56 | 10,80% |
| R7 FACILITIES SERV DE ENGENHARIA (06/2020) | 22.002.448,35 | 7,70% |
| STEFANINI CONSULT INFORMATICA (44/2018 1TA) | 18.968.967,64 | 6,63% |
| MONEY TURISMO EIRELI - EPP (27/2018 2TA) | 12.453.533,37 | 4,36% |
| CITY SERVICE SEGURANCA LTDA (38/2019) | 9.820.288,22 | 3,43% |
| CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFO (38/2017 4TA) | 9.628.250,80 | 3,37% |
| HEPTA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (35/2020) | 8.528.284,46 | 2,98% |
| ECT CONTRATO 02/2013 | 8.132.013,98 | 2,84% |
| STEFANINI CONSUL E ASS EM INFORMAT (44/2018) | 6.662.523,96 | 2,33% |
| DEMAIS CONTRATADOS | 127.244.962,39 | 44,50% |
| | 285.926.128,39 | 100,00% |

Fonte: SIAFI 2021.

Em relação aos contratados da Tabela 12c, eles representam 55,50% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

1. UNI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA: Execução de obras complementares - instalações e acabamentos do edifício Anexo III do Tribunal de Contas da União em Brasília/DF. Apesar da validade desse contrato ter expirado em 02/07/2009, o saldo apresentado encontra-se em discussão judicial;
2. A2B SERVICOS DE TI LTDA (34/2020): Prestação de serviços gerenciados de proteção de dados.
3. R7 FACILITIES SERV DE ENGENHARIA (06/2020): Prestação de serviços continuados de apoio administrativo nas dependências do TCU, em Brasília/DF
4. STEFANINI CONSUL E ASS EM INFORMAT: Prestação presencial de serviços de projeto de manutenção de software com práticas ágeis.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

5. MONEY TURISMO EIRELI – EPP: Serviço de natureza continuada para cotação, reserva e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (e-mail e telefone) e de Posto de Atendimento Avançado da CONTRATADA.
6. CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA: Prestação de serviço continuado de vigilância armada nas dependências da Secretaria do Tribunal de Contas da União, nas residências das autoridades, segurança de eventos na modalidade eventual e de segurança pessoal privada armada para veículos.
7. CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFO: Fornecimento de Unidades de Serviços Técnicos de Infraestrutura de TI (USIT) para prestação de serviços técnicos especializados continuados na área de Tecnologia da Informação (TI).
8. HEPTA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA - Prestação dos serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação para organização, desenvolvimento, implantação e execução continuada de atividades de suporte técnico remoto e presencial a usuários de soluções de TI.
9. CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.: Fornecimento de Energia Elétrica
10. ECT - Prestação de serviços e venda de produtos, que atenda às necessidades do TCU e de suas Secretarias.

Em relação aos contratados acima, no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Quadro 12d – Contratados – Principais Transações.

| Contratado | Objeto | Valor Contratado | Valor Empenhado | Validade |
|---|---|------------------|-----------------|------------------------------|
| A2B SERVICOS DE TI LTDA – CT 34/2020 | Prestação de serviços gerenciados de proteção de dados. | 31.399.680,00 | 523.328,00 | 25/11/2020 até 24/11/2025 |
| R7 FACILITIES SERV DE ENGENHARIA – CT 06/2020 | Prestação de serviços continuados de apoio administrativo nas dependências do TCU, em Brasília/DF. | 39.757.376,25 | 11.263.514,07 | 01/04/2020 até 30/09/2022 |
| CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA – CT 38/2019 | Prestação de serviço continuado de vigilância armada nas dependências da Secretaria do Tribunal de Contas da União, nas residências das autoridades, segurança de eventos na modalidade eventual e de segurança pessoal privada armada para veículos. | 27.730.896,08 | 13.398.935,39 | 01/10/2019 a 31/03/2022 |
| MONEY TURISMO EIRELI – EPP – CT 27/2018 | Serviço de natureza continuada para cotação, reserva e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (e-mail e telefone) e de Posto de Atendimento Avançado da CONTRATADA. | 25.200.000,00 | 4.904.503,06 | 03/05/2020 até 02/05/2022 |
| STEFANINI CONSUL E ASS EM INFORMAT – CT 44/2018 | Prestação presencial de serviços de projeto de manutenção de software com práticas ágeis. | 48.439.859,51 | 15.727.224,61 | 15/08/2018 a 14/08/2020 |
| HEPTA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (35/2020) | Prestação dos serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação para organização, desenvolvimento, implantação e execução continuada de atividades de suporte técnico remoto e presencial a usuários de soluções de TI. | 10.316.473,10 | 412.658,92 | de 25/11/2020 até 24/05/2023 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | | |
|-------------------|---|---------------|--------------|-------------------------|
| *ECT – CT 02/2013 | Prestação de serviços e venda de produtos, que atenda às necessidades do TCU e de suas Secretarias. | 6.855.600,000 | 3.574.688,11 | 06/06/2017 a 31/01/2018 |
|-------------------|---|---------------|--------------|-------------------------|

Fonte: Contrata

(*) Contrato expirado, em análise.

Nota 13 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Em 30/06/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou saldo no item Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços, no valor de R\$ 5.407.445,60. Este valor refere-se, em sua maior parte, à arrecadação referente à prestação de serviços de pagamento dos valores líquidos da folha salarial de servidores ativos, aposentados e pensionistas do TCU, e serviços de atualização cadastral (TC 025.481/2017-7). Nesses contratos com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, a remuneração à União é de 1,03% sobre o total líquido da folha de salários processada e é recolhida via GRU – Guia de Recolhimento da União, no código 28969.

Tabela 13 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos – Composição

| Agente Recolhedor | | Código de Recolhimento | Valor Recolhido (R\$)* |
|-------------------|-------------------------|---|------------------------|
| 001 | BANCO DO BRASIL S.A. | 28969-RECEITA CESSAO DIR.OPERACIONALIZACAO PAGAMENT | 4.242.017,81 |
| 009 | CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | | 1.165.427,79 |
| Total | | | 5.407.445,60 |

Fonte: SIAFI 2021

Nota 14 - Outras Transferências e Delegações Recebidas

Em 30/06/2021, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 5.721.421,00. Parte expressiva desse valor refere-se à transferência de bens imóveis (conta 123210102 – Edifícios, imóvel nº 5705000685006, da Secex-ES) para a Superintendência do Patrimônio da União – SPU. O valor do imóvel transferido foi de R\$ 10.799.7961,64, sendo R\$ 5.350.679,21, o valor registrado até 31/05/2021, e R\$ 5.449.482,43 referente à reavaliação do mesmo (2021NL800002). Porém, nessa conta houve apenas o impacto de R\$ 5.350.679,21 (2021NL800001), decorrente de correção contábil dessa transação.

Nota 15 – Reavaliação de Ativos

Em 30/06/2021, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 5.449.482,43. Trata-se de reavaliação do imóvel nº 5705000685006, da conta 123210102 – Edifícios, da Secex-ES (2021NL800002), que, posteriormente, foi transferido para a Superintendência do Patrimônio da União – SPU. O valor total do imóvel transferido foi de R\$ 10.799.7961,64, sendo R\$ 5.350.679,21, o valor original do mesmo.

Nota 16 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

Em 30/06/2021, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 11.608.105,93. Trata-se de registro de arrecadação decorrente de multas, indenizações, restituições e outros.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Tabela 16 - Variações Patrimoniais Aumentativas – Composição

| Conta Contábil | RA - Cód. Recolhimento | | Saldo Atual - R\$ |
|--|------------------------|---|----------------------------|
| | | | Saldo R\$ (Conta Contábil) |
| MULTAS ADMINISTRATIVAS | 13807 | AGU-MULTAS DECORRENTES DE DECISÕES DO TCU | 2.717.707,75 |
| | 13901 | TCU-MULTAS | 1.332.966,43 |
| | 18831 | STN MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATO | 14.033,93 |
| INDENIZAÇÕES | 13802 | AGU-RECUPERAÇÃO DE RECURSOS-DEMAIS VALORES | 21.752,91 |
| | 13902 | TCU-DEMAIS INDENIZAÇÕES | 4.471.680,81 |
| | 18821 | STN OUTRAS INDENIZAÇÕES(DEDUÇÕES FOLHA) | 214,00 |
| RESTITUIÇÕES | 13805 | AGU-RECUP.DESP.PRIM.EXER.ANT.TCU/CONVENIOS | 1.642.589,14 |
| | 13806 | AGU-RECUP.DESP.PRIM.EXER.ANT.TCU/OUTROS | 189.009,90 |
| | 18806 | RECUP.DESP.PRIMARIA EXERC.ANTERIORES FTE 0100 | 496.267,01 |
| | 18856 | STN OUTROS RESSARCIMENTOS | 99.518,92 |
| | 18859 | STN OUTRAS RESTITUIÇÕES | 133.867,26 |
| | 18905 | STN REST.CONTRIB.PREVIDENCIA COMPL./FUNPRESP | 69.725,93 |
| VPA DECORRENTE DE FATORES GERADORES DIVERSOS | 18822 | STN OUTRAS RECEITAS | 345.947,13 |
| | 18844 | STN-RECEITA DECORRENTE DE INDENIZAÇÃO SEGUROS | 24.338,17 |
| | 18854 | RESSARCIMENTO DE LIGAÇÕES TELEFONICAS | 48.486,64 |
| Total | | | 11.608.105,93 |

Fonte: SIAFI 2021

Nota 17 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Em 30/06/2021, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 428.777.994,24, que decorreu dos seguintes registros:

Tabela 17 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – Composição

| | Saldo Atual - R\$ | | |
|---|-----------------------|-----------------------|---------------|
| | 30/06/2021 | 31/03/2020 | AH (%) |
| PROVENTOS - PESSOAL CIVIL | 292.844.971,15 | 296.620.569,61 | -1,27% |
| GRATIFICAÇÕES | 18.411.332,43 | 18.853.564,36 | -2,35% |
| FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS APOSENTADOS | 935.641,21 | 508.433,60 | 84,02% |
| 13 SALÁRIO - PESSOAL CIVIL16/91 | 25.726.249,42 | 26.153.754,31 | -1,63% |
| LICENÇA PRÊMIO PARA INATIVO CIVIL | 189.418,66 | 21.283,80 | 789,97% |
| PENSOES CIVIS | 65.278.517,81 | 65.451.847,70 | -0,26% |
| 13 SALÁRIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS | 5.332.965,38 | 5.443.463,57 | -2,03% |
| LICENÇA-PRÊMIO PARA PENSIONISTA CIVIL | - | 2.095,37 | |
| AUXÍLIO FUNERAL | 716.886,42 | 660.725,35 | 8,50% |
| AUXÍLIO NATALIDADE | 13.211,70 | 16.498,25 | -19,92% |
| ASSISTÊNCIA À SAÚDE | 19.328.800,06 | 19.357.588,38 | |
| Total | 428.777.994,24 | 433.089.824,30 | -1,00% |

Fonte: SIAFI 2020 e 2021.

Nota 18 - Outras Transferências e Delegações Concedidas

Em 30/06/2021, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 16.648.234,66. Parte expressiva desse valor refere-se à transferência de bens imóveis (conta 123210102 – Edifícios, imóvel nº 5705000685006, da Secex-ES) para a Superintendência do Patrimônio da União – SPU. O valor do imóvel transferido foi de R\$ 10.799.7961,64, sendo R\$ 5.350.679,21, o valor registrado até 31/05/2021, e R\$ 5.449.482,43 referente à reavaliação do mesmo (2021NL800002). Adicionalmente a esse valor, houve o impacto em duplicidade de R\$ 5.350.679,21 (2021NL800001), decorrente de correção contábil dessa transação.

Nota 19 – Desincorporação de Ativos

Em 30/06/2021, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 94.384.658,60. Em parte, esse valor decorre da baixa do saldo da conta 123210601 – Obras em Andamento, no valor R\$ 94.016.380,81,





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

registrado na UG 030203 – ISC. Trata-se de reclassificação relacionados à construção do complexo da sede do ISC com a respectiva incorporação dos valores vinculados ao patrimônio principal do imóvel (RGP nº 086.158 – IMÓVEIS PRÓPRIOS NACIONAIS). Termo de Baixa 01/2021.

Nota 20 - Receita Patrimonial

A Lei Orçamentária Anual (LOA/2021), Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, estima para o TCU a arrecadação de receitas próprias (Fonte de recursos 150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação) no montante de R\$13.282.321,00 (treze milhões duzentos e oitenta e dois mil trezentos e vinte e um reais), sendo: R\$12.182.321,00 (doze milhões cento e oitenta e dois mil trezentos e vinte e um reais) referentes à venda da folha de pagamento de pessoal do TCU ao Banco do Brasil S/A e à Caixa Econômica Federal; e R\$1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) referente à realização de concurso público. As arrecadações decorrentes de deliberações do TCU (débitos e/ou multas), ressarcimentos diversos, devolução de valores, alienação de bens, pagamentos pela utilização de espaços do órgão são destinadas diretamente ao Tesouro Nacional por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), com a utilização de códigos de recolhimentos específicos, não cabendo ao TCU qualquer gerenciamento da arrecadação depois de confirmada a sua contabilização.

No quadro a seguir, verificamos que, em 30/06/2021, o Tribunal apresentou um o valor de R\$ 5.407.445,60 de Receita Realizada (**Vide Nota 13**):

Tabela 20 – Demonstrativo de Receitas Próprias

| Saldo Atual - R\$ | | | | | |
|---|-----------------------|----------------------|---------------------|------------------------|---------------------|
| Natureza da Receita | Período de Referência | PREVISÃO ATUALIZADA | REALIZAÇÃO (MENSAL) | REALIZAÇÃO (ACUMULADA) | RECEITA A REALIZAR |
| Cessão do Direito de Operacionalização dos Pagamentos - Fopag | Janeiro | 12.182.321,00 | 1.087.174,87 | 1.087.174,87 | 11.095.146,13 |
| | Fevereiro | | 953.112,78 | 2.040.287,65 | 10.142.033,35 |
| | Março | | 648.308,62 | 2.688.596,27 | 9.493.724,73 |
| | Abril | | 992.511,52 | 3.681.107,79 | 8.501.213,21 |
| | Maio | | 822.343,78 | 4.503.451,57 | 7.678.869,43 |
| | Junho | | 903.994,03 | 5.407.445,60 | 6.774.875,40 |
| Inscrição em Concursos e Processos Seletivos | Janeiro a Dezembro | 1.100.000,00 | - | - | 1.100.000,00 |
| Total | | 13.282.321,00 | 5.407.445,60 | 5.407.445,60 | 7.874.875,40 |

Fonte: Tesouro Gerencial





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;



Cândido Portinari - Preparativos para São João

Notas Explicativas

Demonstrativos Contábeis
3º Trimestre

2021





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Sumário

| | |
|---|----|
| Relação das Unidades Gestoras no âmbito do TCU..... | 3 |
| Demonstrações Contábeis..... | 4 |
| Balanço Patrimonial..... | 5 |
| Demonstração das Variações Patrimoniais..... | 7 |
| Balanço Orçamentário..... | 8 |
| Balanço Financeiro..... | 9 |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa..... | 10 |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido..... | 11 |
| Notas Explicativas..... | 12 |
| 1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis..... | 12 |
| 2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis..... | 12 |
| 3 - Notas Explicativas..... | 15 |
| Nota 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa..... | 15 |
| Nota 02 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo..... | 15 |
| Nota 03 - Estoques..... | 15 |
| Nota 04 - VPDs Pagas Antecipadamente..... | 16 |
| Nota 05 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo..... | 18 |
| Nota 06 - Imobilizado..... | 18 |
| Nota 07 - Intangível..... | 20 |
| Nota 08 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo..... | 23 |
| Nota 09 - Fornecedores e Contas a Pagar..... | 23 |
| Nota 10 - Ajustes de Exercícios Anteriores..... | 24 |
| Nota 11 - Direitos Contratuais..... | 27 |
| Nota 12 - Obrigações Contratuais..... | 28 |
| Nota 13 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos..... | 31 |
| Nota 14 - Outras Transferências e Delegações Recebidas..... | 31 |
| Nota 15 - Reavaliação de Ativos..... | 31 |
| Nota 16 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas..... | 31 |
| Nota 17 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais..... | 32 |
| Nota 18 - Outras Transferências e Delegações Concedidas..... | 32 |
| Nota 19 - Desincorporação de Ativos..... | 33 |
| Nota 20 - Receita Patrimonial..... | 33 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Relação das Unidades Gestoras no âmbito do TCU

| Código da UG Executora | Nome da UG Executora |
|------------------------|---|
| 30001 | Tribunal de Contas da União |
| 30002 | Secretaria no Estado do Pará |
| 30003 | Secretaria no Estado do Maranhão |
| 30004 | Secretaria no Estado do Piauí |
| 30005 | Secretaria no Estado do Ceará |
| 30006 | Secretaria no Estado do Rio Grande do Norte |
| 30007 | Secretaria no Estado da Paraíba |
| 30008 | Secretaria no Estado de Pernambuco |
| 30009 | Secretaria no Estado de Alagoas |
| 30010 | Secretaria no Estado de Sergipe |
| 30011 | Secretaria no Estado da Bahia |
| 30012 | Secretaria no Estado de Minas Gerais |
| 30013 | Secretaria no Estado do Espírito Santo |
| 30014 | Secretaria no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 30015 | Secretaria no Estado do Rio de Janeiro |
| 30016 | Secretaria no Estado de São Paulo |
| 30017 | Secretaria no Estado do Paraná |
| 30018 | Secretaria no Estado de Santa Catarina |
| 30019 | Secretaria no Estado do Rio Grande do Sul |
| 30020 | Secretaria no Estado do Mato Grosso |
| 30021 | Secretaria no Estado de Goiás |
| 30022 | Secretaria no Estado do Amazonas |
| 30023 | Secretaria no Estado de Tocantins |
| 30024 | Secretaria no Estado do Amapá |
| 30025 | Secretaria no Estado de Rondônia |
| 30026 | Secretaria no Estado do Acre |
| 30027 | Secretaria no Estado de Roraima |
| 30050 | Diex-Diretoria Prog Exec Orc das Unidades nos Estados |
| 30060 | Seae – Secretaria de Apoio Especializado |
| 30203 | Instituto Serzedello Correa – ISC/TCU |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Tribunal de Contas da União, a seguir transcritas, contemplam a execução do Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social referentes ao período findo em 30 de setembro de 2021, e constituem-se dos Balanços Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, das Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), bem como das respectivas Notas Explicativas.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Balanco Patrimonial

| ATIVO | | | |
|--|--------------|-------------------------|-------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | NE | 2021 | 2020 |
| ATIVO CIRCULANTE | | 419.288.853,83 | 264.948.639,97 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | NE 01 | 349.051.013,93 | 227.239.455,79 |
| Créditos a Curto Prazo | | 58.504.682,14 | 19.366.279,55 |
| Demais Créditos e Valores | NE 02 | 58.504.682,14 | 19.366.279,55 |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo | | - | - |
| Estoques | NE 03 | 855.579,22 | 1.421.055,91 |
| VPDs Pagas Antecipadamente | NE 04 | 10.877.578,54 | 16.921.848,72 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 925.549.334,09 | 1.020.352.544,26 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | NE 05 | - | 42.286,36 |
| Créditos a Longo Prazo | | - | - |
| Demais Créditos e Valores | | - | - |
| Estoques | | - | - |
| Investimentos | | - | - |
| Participações Permanentes | | - | - |
| Propriedades para Investimento | | - | - |
| Propriedades para Investimento | | - | - |
| (-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos | | - | - |
| (-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos | | - | - |
| Investimentos do RPPS de Longo Prazo | | - | - |
| Investimentos do RPPS de Longo Prazo | | - | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS | | - | - |
| Demais Investimentos Permanentes | | - | - |
| Demais Investimentos Permanentes | | - | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm. | | - | - |
| Imobilizado | NE 06 | 835.688.951,31 | 933.607.398,36 |
| Bens Móveis | | 68.334.954,48 | 68.871.592,50 |
| Bens Móveis | | 166.229.897,41 | 156.332.163,88 |
| (-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis | | (97.894.942,93) | (87.460.571,38) |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis | | - | - |
| Bens Imóveis | | 767.353.996,83 | 864.735.805,86 |
| Bens Imóveis | | 797.212.729,86 | 892.960.173,81 |
| (-) Deprec./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis | | (29.858.733,03) | (28.224.367,95) |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis | | - | - |
| Intangível | NE 07 | 89.860.382,78 | 86.702.859,54 |
| Softwares | | 89.860.382,78 | 86.702.859,54 |
| Softwares | | 89.860.382,78 | 86.702.859,54 |
| (-) Amortização Acumulada de Softwares | | - | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares | | - | - |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais | | - | - |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais | | - | - |
| (-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind | | - | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. | | - | - |
| Direitos de Uso de Imóveis | | - | - |
| Direitos de Uso de Imóveis | | - | - |
| (-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis | | - | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis | | - | - |
| Diferido | | - | - |
| TOTAL DO ATIVO | | 1.344.838.187,92 | 1.285.301.184,23 |
| PASSIVO | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | | 2021 | 2020 |
| PASSIVO CIRCULANTE | | 44.521.199,90 | 4.441.599,77 |
| Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo | NE 08 | 40.768.308,75 | - |
| Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo | | - | - |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | NE 09 | 3.610.269,28 | 4.441.599,77 |
| Obrigações Fiscais a Curto Prazo | | - | - |
| Obrigações de Repartição a Outros Entes | | - | - |
| Provisões a Curto Prazo | | - | - |
| Demais Obrigações a Curto Prazo | | 142.621,87 | - |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | - | - |
| Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo | | - | - |
| Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo | | - | - |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo | | - | - |
| Obrigações Fiscais a Longo Prazo | | - | - |
| Provisões a Longo Prazo | | - | - |
| Demais Obrigações a Longo Prazo | | - | - |
| Resultado Diferido | | - | - |
| TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL | | 44.521.199,90 | 4.441.599,77 |
| ESPECIFICAÇÃO | | 2021 | 2020 |
| Patrimônio Social e Capital Social | | - | - |
| Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) | | - | - |
| Reservas de Capital | | - | - |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | | - | - |
| Reservas de Lucros | | - | - |
| Demais Reservas | | - | - |
| Resultados Acumulados | | 1.300.316.988,02 | 1.280.859.584,46 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | |
|---------------------------------------|-------|------------------|------------------|
| Resultado do Exercício | | 20.776.840,64 | 105.646.492,34 |
| Resultados de Exercícios Anteriores | | 1.280.859.584,46 | 1.177.853.423,97 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | NE 10 | (1.319.437,08) | (2.640.331,85) |
| (-) Ações / Cotas em Tesouraria | | - | - |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 1.300.316.988,02 | 1.280.859.584,46 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 1.344.838.187,92 | 1.285.301.184,23 |

| ATIVO | | | |
|--------------------|--|----------------|------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | | 2021 | 2020 |
| ATIVO FINANCEIRO | | 349.052.413,29 | 227.242.465,43 |
| ATIVO PERMANENTE | | 995.785.774,63 | 1.058.058.718,80 |
| PASSIVO | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | | 2021 | 2020 |
| PASSIVO FINANCEIRO | | 668.218.758,17 | 49.478.100,01 |
| PASSIVO PERMANENTE | | 43.884.380,38 | 2.840.825,76 |
| SALDO PATRIMONIAL | | 632.735.049,37 | 1.232.982.258,46 |

Quadro de Compensações

| ATIVO | | | |
|---|-------|----------------|----------------|
| ESPECIFICAÇÃO | | 2021 | 2020 |
| ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos | | | |
| SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS | NE 11 | 1.035.000,00 | 1.035.000,00 |
| Atos Potenciais Ativos | | 1.035.000,00 | 1.035.000,00 |
| Garantias e Contragarantias Recebidas | | - | - |
| Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres | | - | - |
| Direitos Contratuais | | 1.035.000,00 | 1.035.000,00 |
| Outros Atos Potenciais Ativos | | - | - |
| TOTAL | | 1.035.000,00 | 1.035.000,00 |
| PASSIVO | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | | 2021 | 2020 |
| ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos | | | |
| SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | NE 12 | 301.005.664,39 | 301.532.318,36 |
| Atos Potenciais Passivos | | 301.005.664,39 | 301.532.318,36 |
| Garantias e Contragarantias Concedidas | | - | - |
| Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres | | 4.020,98 | 4.020,98 |
| Obrigações Contratuais | | 0,00 | 0,00 |
| Outros Atos Potenciais Passivos | | - | - |
| TOTAL | | 301.005.664,39 | 301.532.318,36 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Demonstração das Variações Patrimoniais

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS | | | |
|---|--------------|-------------------------|-------------------------|
| | NE | 2021 | 2020 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | | 1.728.086.614,67 | 1.665.994.886,51 |
| Contribuições | | - | - |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | NE 13 | 8.242.613,84 | 8.523.584,67 |
| Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços | | 8.242.613,84 | 8.523.584,67 |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | | 87.401,69 | 28.550,99 |
| Juros e Encargos de Mora | | 59.962,12 | 28.550,99 |
| Variações Monetárias e Cambiais | | 27.439,57 | - |
| Transferências e Delegações Recebidas | | 1.691.488.625,87 | 1.622.273.705,40 |
| Transferências Intragovernamentais | | 1.685.483.153,46 | 1.621.393.712,71 |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas | NE 14 | 5.975.472,41 | 879.902,69 |
| Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos | | 9.507.893,34 | 101.559,01 |
| Reavaliação de Ativos | NE 15 | 9.037.893,25 | - |
| Ganhos com Incorporação de Ativos | | - | 57.708,64 |
| Ganhos com Desincorporação de Passivos | | 470.000,09 | 43.850,37 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | | 18.790.079,93 | 35.067.486,44 |
| Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas | | - | - |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | NE 16 | 18.790.079,93 | 21.249.251,94 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | | 1.707.309.774,03 | 1.594.857.593,14 |
| Pessoal e Encargos | | 799.630.936,01 | 805.058.182,27 |
| Remuneração a Pessoal | | 643.232.900,29 | 653.456.429,85 |
| Encargos Patronais | | 131.530.671,99 | 126.570.090,48 |
| Benefícios a Pessoal | | 24.867.363,73 | 25.031.662,14 |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | NE 17 | 639.951.546,06 | 649.108.797,51 |
| Aposentadorias e Reformas | | 504.694.802,75 | 512.626.922,85 |
| Pensões | | 105.255.905,29 | 106.530.717,53 |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais | | 30.000.838,82 | 29.951.157,13 |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | | 108.663.671,54 | 105.435.566,93 |
| Uso de Material de Consumo | | 1.733.149,65 | 689.453,52 |
| Serviços | | 92.676.759,29 | 88.248.579,26 |
| Depreciação, Amortização e Exaustão | | 14.259.762,90 | 16.496.534,15 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | | 7.423,59 | 6.704,20 |
| Juros e Encargos de Mora | | 702,24 | 1.841,68 |
| Variações Monetárias e Cambiais | | 20,04 | 93,55 |
| Descontos Financeiros Concedidos | | 6.701,31 | 4.768,97 |
| Transferências e Delegações Concedidas | | 63.086.495,62 | 33.649.912,05 |
| Transferências Intragovernamentais | | 44.090.613,53 | 31.001.556,39 |
| Transferências ao Exterior | | 128.269,16 | 598.198,61 |
| Outras Transferências e Delegações Concedidas | NE 18 | 18.867.612,93 | 2.060.157,05 |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | | 94.567.449,51 | 14.367,16 |
| Perdas Involuntárias | NE 19 | 10.975,06 | - |
| Desincorporação de Ativos | | 94.556.474,45 | 14.367,16 |
| Tributárias | | 169.437,26 | 191.176,49 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | | 68.312,41 | 62.901,96 |
| Contribuições | | 101.125,15 | 128.275,13 |
| Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados | | - | - |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | | 1.226.813,04 | 1.391.886,53 |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas | | 1.226.813,04 | 1.391.886,53 |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO | | 20.776.840,64 | 71.137.293,37 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS | | | |
| | | 2021 | 2020 |
| | | | |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Balanco Orçamentário

| RECEITA | | | | | |
|--|-------|------------------|---------------------|---------------------|------------------|
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | SALDO |
| RECEITAS CORRENTES | | 13.282.321,00 | 13.282.321,00 | 8.242.613,84 | (5.039.707,16) |
| Recetas Tributárias | | - | - | - | - |
| Recetas de Contribuições | | - | - | - | - |
| Receta Patrimonial | NE 20 | 12.182.321,00 | 12.182.321,00 | 8.242.613,84 | (3.939.707,16) |
| Cessão de Direitos | | 12.182.321,00 | 12.182.321,00 | 8.242.613,84 | (3.939.707,16) |
| Receta Agropecuária | | - | - | - | - |
| Receta Industrial | | - | - | - | - |
| Recetas de Serviços | | 1.100.000,00 | 1.100.000,00 | - | (1.100.000,00) |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | | 1.100.000,00 | 1.100.000,00 | - | (1.100.000,00) |
| Transferências Correntes | | - | - | - | - |
| Outras Recetas Correntes | | - | - | - | - |
| RECEITAS DE CAPITAL | | - | - | - | - |
| Operações de Crédito | | - | - | - | - |
| Alienação de Bens | | - | - | - | - |
| Amortização de Empréstimos | | - | - | - | - |
| Transferências de Capital | | - | - | - | - |
| Outras Recetas de Capital | | - | - | - | - |
| SUBTOTAL DE RECEITAS | | 13.282.321,00 | 13.282.321,00 | 8.242.613,84 | (5.039.707,16) |
| REFINANCIAMENTO | | - | - | - | - |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO | | 13.282.321,00 | 13.282.321,00 | 8.242.613,84 | (5.039.707,16) |
| DEFICIT | | - | - | 2.161.460.199,07 | 2.161.460.199,07 |
| TOTAL | | 13.282.321,00 | 13.282.321,00 | 2.169.702.812,91 | 2.156.420.491,91 |

| DESPESA | | | | | | |
|---|------------------|--------------------|---------------------|---------------------|------------------|------------------|
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS | SALDO DA DOTAÇÃO |
| DESPESAS CORRENTES | 2.245.229.688,00 | 2.245.229.688,00 | 2.148.967.857,90 | 1.518.082.214,20 | 1.517.809.200,18 | 96.261.830,10 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 1.949.478.268,00 | 1.949.478.268,00 | 1.924.489.518,64 | 1.382.247.193,79 | 1.382.231.160,66 | 24.988.749,36 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 295.751.420,00 | 295.751.420,00 | 224.478.339,26 | 135.835.020,41 | 135.578.039,52 | 71.273.080,74 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 63.038.108,00 | 63.038.108,00 | 20.734.955,01 | 6.312.433,80 | 6.312.433,80 | 42.303.152,99 |
| Investimentos | 63.038.108,00 | 63.038.108,00 | 20.734.955,01 | 6.312.433,80 | 6.312.433,80 | 42.303.152,99 |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | - | - | - | - | - | - |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS | 2.308.267.796,00 | 2.308.267.796,00 | 2.169.702.812,91 | 1.524.394.648,00 | 1.524.121.633,98 | 138.564.983,09 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida Interna | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida Externa | - | - | - | - | - | - |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO | 2.308.267.796,00 | 2.308.267.796,00 | 2.169.702.812,91 | 1.524.394.648,00 | 1.524.121.633,98 | 138.564.983,09 |
| TOTAL | 2.308.267.796,00 | 2.308.267.796,00 | 2.169.702.812,91 | 1.524.394.648,00 | 1.524.121.633,98 | 138.564.983,09 |

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | LIQUIDADOS | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|----------------------------|------------------------------------|---|---------------|---------------|--------------|---------------|
| DESPESAS CORRENTES | 5.341.771,97 | 23.070.167,87 | 11.105.123,18 | 11.105.123,17 | 4.212.567,09 | 13.094.249,58 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 2.891.531,40 | 2.982.791,80 | 1.154.610,64 | 1.154.610,64 | 100.082,50 | 4.619.630,06 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 2.450.240,57 | 20.087.376,07 | 9.950.512,54 | 9.950.512,53 | 4.112.484,59 | 8.474.619,52 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 2.609.212,92 | 18.397.219,92 | 11.543.524,16 | 11.543.524,16 | 40.000,38 | 9.422.908,32 |
| Investimentos | 2.609.212,92 | 18.397.219,92 | 11.543.524,16 | 11.543.524,16 | 40.000,38 | 9.422.908,32 |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 7.950.984,89 | 41.467.387,79 | 22.648.647,33 | 22.648.647,33 | 4.252.567,45 | 22.517.157,90 |

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|----------------------------|------------------------------------|---|-------|------------|----------|
| DESPESAS CORRENTES | 59.657,33 | 70,00 | - | 54.779,71 | 4.947,62 |
| Pessoal e Encargos Sociais | - | - | - | - | - |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 59.657,33 | 70,00 | - | 54.779,71 | 4.947,62 |
| DESPESAS DE CAPITAL | - | - | - | - | - |
| Investimentos | - | - | - | - | - |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 59.657,33 | 70,00 | - | 54.779,71 | 4.947,62 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Balanco Financeiro

| INGRESSOS | | | DISPÊNDIOS | | |
|---|-------------------------|-------------------------|---|-------------------------|-------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 | ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 |
| Receitas Orçamentárias | 8.242.613,84 | 8.523.347,67 | Despesas Orçamentárias | 2.169.702.812,91 | 2.149.866.176,04 |
| Ordinárias | - | - | Ordinárias | 1.293.796.096,02 | 1.312.701.034,32 |
| Vinculadas | 8.242.635,39 | 8.523.348,09 | Vinculadas | 875.906.714,89 | 837.165.141,72 |
| Previdência Social (RPPS) | - | - | Seguridade Social (Exceto Previdência) | 533.758.799,10 | 505.598.105,72 |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 8.242.613,84 | 8.523.347,67 | Previdência Social (RPPS) | 331.605.339,00 | 331.567.036,00 |
| Recursos a Classificar | 21,55 | 0,42 | Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 10.542.576,79 | - |
| (-) Deduções da Receita Orçamentária | (21,55) | (0,42) | | | |
| Transferências Financeiras Recebidas | 1.684.735.056,21 | 1.621.393.712,71 | Transferências Financeiras Concedidas | 43.342.516,28 | 31.001.556,39 |
| Resultantes da Execução Orçamentária | 1.683.570.426,46 | 1.621.079.122,33 | Resultantes da Execução Orçamentária | 23.348.284,85 | 16.844.712,49 |
| Cota Recebida | 1.665.251.746,10 | 1.604.854.081,65 | Repasse Concedido | 476.169,51 | 619.671,81 |
| Sub-repasse Recebido | 18.237.238,11 | 16.215.946,56 | Sub-repasse Concedido | 18.237.238,11 | 16.215.946,56 |
| Sub-repasse Devolvido | 19.954,62 | - | Cota Devolvida | 4.614.922,61 | - |
| Independentes da Execução Orçamentária | 1.164.629,75 | 314.590,38 | Sub-repasse Devolvido | 19.954,62 | 9.094,12 |
| Demais Transferências Recebidas | 100.241,04 | 131.505,55 | Independentes da Execução Orçamentária | 19.994.231,43 | 14.156.843,90 |
| Movimentação de Saldos Patrimoniais | 382.658,60 | 166.791,01 | Movimento de Saldos Patrimoniais | 19.312.501,32 | 14.140.550,08 |
| Movimentações para Incorporação de Saldos | 681.730,11 | 16.293,82 | Movimentações para Incorporação de Saldos | 681.730,11 | 16.293,82 |
| Aporte ao RPPS | - | - | Aporte ao RPPS | - | - |
| Aporte ao RGPS | - | - | Aporte ao RGPS | - | - |
| Recebimentos Extraorçamentários | 665.177.335,88 | 638.000.742,91 | Pagamentos Extraorçamentários | 23.298.116,60 | 10.835.728,42 |
| Inscrição dos Restos a Pagar Processados | 273.014,02 | 290.551,41 | Pagamento dos Restos a Pagar Processados | - | 16.407,09 |
| Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados | 645.308.164,91 | 623.680.731,58 | Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados | 22.648.647,33 | 10.691.090,67 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 649.471,27 | 128.230,66 | Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 649.471,27 | 128.230,66 |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários | 18.946.685,68 | 13.901.229,26 | Outros Pagamentos Extraorçamentários | - | - |
| Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento | 111.698,28 | 40.168,31 | | | |
| Restituições a Pagar | 3.775,44 | - | | | |
| Arrecadação de Outra Unidade | 18.829.601,68 | 13.842.253,52 | | | |
| Valores para Compensação | 1.610,28 | 18.807,43 | | | |
| Saldo do Exercício Anterior | 227.239.455,79 | 188.033.144,00 | Saldo para o Exercício Seguinte | 349.051.013,93 | 264.247.486,44 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 227.239.455,79 | 188.033.144,00 | Caixa e Equivalentes de Caixa | 349.051.013,93 | 264.247.486,44 |
| TOTAL | 2.585.394.461,72 | 2.455.950.947,29 | TOTAL | 2.585.394.461,72 | 2.455.950.947,29 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Demonstração dos Fluxos de Caixa

| | 2021 | 2020 |
|--|---------------------------|---------------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 139.667.516,10 | 80.240.503,75 |
| INGRESSOS | 1.712.462.128,72 | 1.643.906.351,99 |
| Receita Patrimonial | 8.242.613,84 | 8.523.347,67 |
| Outros Ingressos Operacionais | 1.704.219.514,88 | 1.635.383.004,32 |
| Ingressos Extraorçamentários | 649.471,27 | 128.230,66 |
| Restituições a Pagar | 3.775,44 | - |
| Transferências Financeiras Recebidas | 1.684.735.056,21 | 1.621.393.712,71 |
| Arrecadação de Outra Unidade | 18.829.601,68 | 13.842.253,52 |
| Valores para Compensação | 1.610,28 | 18.807,43 |
| DESEMBOLSOS | (1.572.794.612,62) | (1.563.665.848,24) |
| Pessoal e Demais Despesas | (1.411.434.771,99) | (1.419.354.469,32) |
| Legislativo | (816.335.827,10) | (815.570.105,80) |
| Judiciário | (61.487,63) | - |
| Essencial à Justiça | - | - |
| Previdência Social | (594.552.658,18) | (603.824.531,83) |
| Educação | - | - |
| Encargos Especiais | (596.497,36) | - |
| (+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento | 111.698,28 | 40.168,31 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - |
| Transferências Concedidas | (117.367.853,08) | (113.181.591,87) |
| Intragovernamentais | (117.239.583,92) | (112.593.393,26) |
| Outras Transferências Concedidas | (128.269,16) | (588.198,61) |
| Outros Desembolsos Operacionais | (43.991.987,55) | (31.129.787,05) |
| Dispêndios Extraorçamentários | (649.471,27) | (128.230,66) |
| Transferências Financeiras Concedidas | (43.342.516,28) | (31.001.556,39) |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | (17.855.957,96) | (4.026.161,31) |
| INGRESSOS | - | - |
| Alienação de Bens | - | - |
| Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos | - | - |
| Outros Ingressos de Investimentos | - | - |
| DESEMBOLSOS | (17.855.957,96) | (4.026.161,31) |
| Aquisição de Ativo Não Circulante | (14.630.082,07) | (1.575.580,06) |
| Outros Desembolsos de Investimentos | (3.225.875,89) | (2.450.581,25) |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | - | - |
| INGRESSOS | - | - |
| Operações de Crédito | - | - |
| Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes | - | - |
| Outros Ingressos de Financiamento | - | - |
| DESEMBOLSOS | - | - |
| Amortização / Refinanciamento da Dívida | - | - |
| Outros Desembolsos de Financiamento | - | - |
| GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 121.811.558,14 | 76.214.342,44 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL | 227.239.455,79 | 188.033.144,00 |
| CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL | 349.051.013,93 | 264.247.486,44 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

| Especificação | Patrimônio/ Capital Social | Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC) | Reserva de Capital | Reservas de Lucros | Demais Reservas | Resultados Acumulados | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Ações/Cotas em Tesouraria | Total |
|--|----------------------------------|---|--------------------------|-----------------------|--------------------|--------------------------|--|------------------------------|------------------|
| Saldo Inicial do Exercício 2020 | - | - | - | - | - | 1.177.853.423,97 | - | - | 1.177.853.423,97 |
| Variação Cambial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | (2.671.319,87) | - | - | (2.671.319,87) |
| Aumento/Redução de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resgate/Reemissão de Ações e Cotas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos | - | - | - | - | - | 30.988,02 | - | - | 30.988,02 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado do Exercício | - | - | - | - | - | 105.646.492,34 | - | - | 105.646.492,34 |
| Constituição/Reversão de Reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos/Juros sobre Capital Próprio | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo Final do Exercício 2020 | - | - | - | - | - | 1.280.859.584,46 | - | - | 1.280.859.584,46 |

| Especificação | Patrimônio/ Capital Social | Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC) | Reserva de Capital | Reservas de Lucros | Demais Reservas | Resultados Acumulados | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Ações/Cotas em Tesouraria | Total |
|--|----------------------------------|---|--------------------------|-----------------------|--------------------|--------------------------|--|------------------------------|------------------|
| Saldo Inicial do Exercício 2021 | - | - | - | - | - | 1.280.859.584,46 | - | - | 1.280.859.584,46 |
| Variação Cambial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | (1.308.041,44) | - | - | (1.308.041,44) |
| Aumento/Redução de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resgate/Reemissão de Ações e Cotas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos | - | - | - | - | - | (11.395,64) | - | - | (11.395,64) |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado do Exercício | - | - | - | - | - | 20.776.840,64 | - | - | 20.776.840,64 |
| Constituição/Reversão de Reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos/Juros sobre Capital Próprio | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo Final do Exercício 2021 | - | - | - | - | - | 1.300.316.988,02 | - | - | 1.300.316.988,02 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Notas Explicativas

1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Tribunal de Contas da União são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As estruturas e a composição das demonstrações estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante denominado modelo PCASP). Dessa forma, as demonstrações são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do TCU, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Moeda funcional

A moeda funcional do TCU é o Real.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Refere-se a valores registrados na conta única do TCU, liberados pelo Tesouro Nacional por meio do limite de saque com vinculação de pagamento.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos referentes à folha de pagamento (13º Salário, Férias, etc.) e suprimento de fundos.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

(d) Estoques

Compreendem o almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(e) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

(f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(h) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis do TCU é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável do bem, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle (art 7º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10/12/2014), e a depreciação é calculada a partir do dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(i) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do TCU são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar e demais obrigações.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

(k) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

I Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

II Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

III Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da TCU.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro.

A seguir, são detalhados os principais itens dos demonstrativos contábeis:





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

3 – Notas Explicativas

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 30/09/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou um saldo de R\$ 349.051.013,93 relacionados ao Limite de Saque, assim distribuídos:

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição.

| | | Saldo Atual - R\$ | | | |
|--------------------------|--|-----------------------|-----------------------|---------------|--|
| Fonte Recursos Detalhada | Vinculação Pagamento | 30/09/2021 | 31/12/2020 | AH (%) | |
| | 306 CPSS-CONTRIB. PATRONAL SEGUR. SERVIDOR PUBL. | 23.279.005,63 | 8.303.429,07 | 180,35% | |
| | 310 PAGAMENTO PESSOAL | 48.155.423,09 | 36.100.367,53 | 33,39% | |
| | 312 INSS - EPU CUSTEIO | 166.812,76 | 166.812,76 | 0,00% | |
| | 350 CREDITOS EXTRAORDINARIOS | 185.248,19 | 185.248,19 | 0,00% | |
| 0100000000 | 400 CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESULPRIM = 2 | 200.234.685,67 | 132.735.096,94 | 50,85% | |
| | 412 PAG.DE CARTAO DE CREDITO-RESULPRIM= 2 | 233.754,28 | 104.692,29 | 123,28% | |
| | 414 CUSTEIO - PAGTO DE DIARIAS | 3.713.426,58 | 3.404.062,46 | 9,09% | |
| | 422 AUXILIO FUNERAL - CUSTEIO -RESULPRIM 1 E 4 | 1.283.117,47 | 1.241.020,18 | 3,39% | |
| | 510 FOLHA - CUSTEIO OBRIGATORIO - RESULPRIM.=1 | 1.233.998,28 | 2.229.167,69 | -44,64% | |
| | 514 FOLHA - CUSTEIO DISCRICIONARIO -RESULPRIM=2 | 5.058.937,30 | 4.434.917,50 | 14,07% | |
| | 551 RESTITUICAO DE RECEITA ADMINISTRADA PELA STN | 3.775,44 | 0,00 | 0,00% | |
| 0150000000 | 400 CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESULPRIM = 2 | 75,00 | 75,00 | 0,00% | |
| 0150001001 | 510 FOLHA - CUSTEIO OBRIGATORIO - RESULPRIM.=1 | 1.839,38 | 1.839,38 | 0,00% | |
| 0150031010 | 400 CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESULPRIM = 2 | 31.449.210,24 | 33.106.637,35 | -5,01% | |
| 0151000000 | 310 PAGAMENTO PESSOAL | 29.800.657,40 | 1.289.557,15 | 2210,92% | |
| | 510 FOLHA - CUSTEIO OBRIGATORIO - RESULPRIM.=1 | 450.701,89 | 136.186,97 | 230,94% | |
| 0153000000 | 310 PAGAMENTO PESSOAL | 33.593,07 | 33.593,07 | 0,00% | |
| 0156000000 | 310 PAGAMENTO PESSOAL | 2.074.443,28 | 2.074.443,28 | 0,00% | |
| 0169000000 | 310 PAGAMENTO PESSOAL | 1.692.308,98 | 1.692.308,98 | 0,00% | |
| Total | | 349.051.013,93 | 227.239.455,79 | 53,60% | |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Nota 02 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Em 30/09/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou um saldo de R\$ 58.504.682,14 relacionados a demais créditos valores a curto prazo, assim distribuídos:

Tabela 2 – Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição.

| | | | Saldo Atual - R\$ |
|--|----------------------|----------------------|-------------------|
| | 30/09/2021 | 31/12/2020 | AH (%) |
| Adiantamento de 13 Salário | 3.518,18 | - | 0,00% |
| Adiantamento de Férias | 57.725.085,65 | 18.957.690,85 | 204,49% |
| Pagamento Antecipado - Salários e Ordenados | 355.376,91 | - | 0,00% |
| Suprimento de Fundos | 132.896,01 | - | 0,00% |
| IRRF a Compensar | 375,89 | 1.630,38 | -76,94% |
| PSS a Compensar | 1.023,47 | 1.379,26 | -25,80% |
| Credito a receber por cessão de pessoal - intra | 50.299,08 | - | 0,00% |
| PIS/PASEP a Compensar | 150.000,00 | 222.780,03 | -32,67% |
| Credito a receber por cessão de pessoal - estado | 86.106,95 | 182.799,03 | -52,90% |
| Total | 58.504.682,14 | 19.366.279,55 | 202,10% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Nota 03 – Estoques

Em 30/09/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou um saldo de R\$ 855.579,22 relacionados a Material de Consumo, assim distribuídos:

Tabela 3a – Estoques – Composição.

| | | Saldo Atual - R\$ | |
|---------------------|-------------------|---------------------|----------------|
| | 30/09/2021 | 31/12/2020 | AH(%) |
| Material de Consumo | 855.579,22 | 1.421.055,91 | -39,79% |
| Total | 855.579,22 | 1.421.055,91 | -39,79% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Tabela 3b – Material de Consumo – Composição.

| Material de Consumo | | 30/09/2021 | 31/12/2020 | Saldo Atual - R\$ AH (%) |
|---------------------|--|------------|--------------|-----------------------------|
| 01 | COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS | 0,00 | 1.578,88 | -100,00% |
| 04 | GÁS ENGARRAFADO | 0,00 | 1.429,00 | -100,00% |
| 07 | GENÉRIOS DE ALIMENTAÇÃO | 0,00 | 8.735,90 | -100,00% |
| 16 | MATERIAL DE EXPEDIENTE | 153.168,11 | 165.660,81 | -7,54% |
| 17 | MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS | 669.572,44 | 1.201.295,12 | -44,26% |
| 19 | MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM | 2.971,09 | 7.157,75 | -58,49% |
| 21 | MATERIAL DE COPA E COZINHA | 6.320,42 | 6.493,52 | -2,67% |
| 26 | MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO | 0,00 | 1.541,10 | -100,00% |
| 28 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA | 0,00 | 2.780,16 | -100,00% |
| 29 | MATERIAL P/ ÁUDIO, VÍDEO E FOTO | 7.902,16 | 7.902,16 | 0,00% |
| 39 | MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS | 0,00 | 758,00 | -100,00% |
| 41 | MATERIAL P/ UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA | 4.957,34 | 4.957,34 | 0,00% |
| 44 | MATERIAL DE SINALIZAÇÃO | 4.247,40 | 4.247,40 | 0,00% |
| 63 | SERVÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS | 6.440,26 | 6.518,77 | -1,20% |
| Total | | 855.579,22 | 1.421.055,91 | -39,79% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Nota 04 – VPDs Pagas Antecipadamente

Em 30/09/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou um saldo de R\$ 10.877.578,54 relacionados a Variação Patrimonial Diminutiva Pagas Antecipadamente, assim distribuídos:

Tabela 4a – VPDs Pagas Antecipadamente – Composição.

| Conta Contábil | 30/09/2021 | 31/12/2020 | Saldo Atual - R\$ AH(%) |
|-------------------------------------|---------------|---------------|----------------------------|
| Prêmios de Seguros a Apropriar | 143.639,94 | 105.727,71 | 35,86% |
| Assinaturas e Anuidades a Apropriar | 42.961,18 | 69.953,11 | -38,59% |
| Serviços Pagos Antecipadamente | 10.690.977,42 | 16.746.167,90 | -36,16% |
| Total | 10.877.578,54 | 16.921.848,72 | -35,72% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Os maiores valores referem-se à aquisição de serviços de informática com prazos definidos e pagos antecipadamente, conforme demonstra a composição, por favorecido, da conta 119810400 – VPD de Serviços Pagos Antecipadamente:

Tabela 4b – Serviços Pagos Antecipadamente – Composição.

| Favorecido | | Documento | Saldo Atual - R\$ 30/09/2021 |
|----------------|--|--|---------------------------------|
| 01505147000104 | INTEGRASYS COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA | NFS-E 529, 530 E NF-E 20 (R\$ 1.716.000,00), TC 036.078/2016-6. CONTRATO 53/2016. AQUISICAO DE CHASSIS (GABINETE) E LAMINAS BLADE, CONTEMPLANDO A INSTALACAO E SERVICO DE ASSISTENCIA TECNICA DA GARANTIA. | 109.830,00 |
| | | NFS-E 944 (R\$ 1.013.490,00), CONTRATO: 49/2019. TC 040.687/2019-8. TF: 9.45. RENOVACAO DE DIREITO DE ATUALIZACAO DOS SOFTWARES SYMANTEC CLIENT MANAGEMENT SUITE (CMS) E ALTIRIS IT MANAGEMENT SUITE (ITMS)- POR 36 MESES. | 506.745,00 |
| | | NFS-E 945 (R\$ 813.150,00), CONTRATO: 44/2019. TC 039.664/2019-8. TF: 9.45. RENOVACAO DE DIREITO DE ATUALIZACAO DOS SOFTWARES SYMANTEC PROTECTION SUITE ENTERPRISE EDITION (SEP) E DO SOFTWARE SYMANTEC PROTECTION FOR SHAREPOINT SERVERS, EM SUAS VERSOES COMERCIAIS MAIS RECENTE A EPOCA DO FORNECIMENTO, COM DIREITO DE ATUALIZACAO DE VERSAO PELO PERIODO DE 36 MESES. | 338.812,50 |
| 02277205000144 | VERT SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA | NFS-E 5369 A 5372 (TOTAL: R\$ 983.000,00), CONTRATO 61/2016. TC 000.515/2017-5.FORNECIMENTO DE SOLUCOES DE STORAGE DE ALTA PERFORMANCE PARA O TCU. ITENS 2, 3, 7 E 8. | 144.000,00 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | |
|----------------|---|---|--------------|
| 20095387000114 | TILLBILL - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA | NFS-E 38645 (R\$ 3.572,70). TC 013.240/2021-8. CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL. PERÍODO: 10/7/2021 A 9/7/2022. SERVIÇO DE CAPTURA DE NOTAS FISCAIS EMITIDAS PELOS FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS CONTRATADOS PELO TCU. | 2.977,30 |
| 04198254000117 | MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA | NF-E 2893 (R\$ 1.881.290,00). TC 040.688/2019-4. CONTRATO: 50/2019. TF: 9.45. ISS: 2.00. RENOVACOES DE 50 LICENCAS DE DIREITO DE USO DO SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD CCE ETLA, 80 LICENCAS DO SOFTWARE SINGLE APP CCE ETLA, 15 LICENCAS DO SOFTWARE ADOBE CAPTIVATE CCE ETLA, 500 LICENCAS DO SOFTWARE ADOBE ACROBAT DC CCE ETLA E 25 LICENCAS DO SOFTWARE ADOBE ACROBAT PROFESSIONAL DC CCE ETLA EM VERSOES COMERCIAIS MAIS RECENTES, PELO PERIODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES. | 783.870,95 |
| 09053350000190 | NIVA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA | NFS-E 1635 (R\$ 855.000,00). CONTRATO 39/2019. TC 038.162/2019-9. TF: 9.45 S/ R\$ 545.000,00 E 5.85 S/ R\$ 310.000,00. ISS: 2.00. VALIDADE: 15/10/2019 A 30/6/2022. AQUISICAO DE NOVAS LICENCAS DO SOFTWARE CITRIX VIRTUAL APPS AND DESKTOPS PREMIUM EDITION CONCURRENT USER E RENOVACAO DE DIREITO DE ATUALIZACAO DE LICENCAS JA EXISTENTES DESSE SOFTWARE E DO CITRIX ADV VPM 1000 ADVANCED EDITION. | 159.530,86 |
| | | NFS-E 2181 (R\$ 519.475,00). TC 022.022/2021-0. CONTRATO 14/2021. TF: 9.45. ISS: 2.00. PERIODO: 25/05/2021 A 24/05/2022. AQUISICAO DO DIREITO DE USO DE LICENCAS DO SOFTWARE CITRIX VIRTUAL APPS AND DESKTOPS PREMIUM EDITION - CONCURRENT USER, CONFORME ESPECI | 519.475,00 |
| 09162855000517 | PTLS SERVICOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TECNICA LTDA | NFS-E 135012 E 135013 (R\$ 9.186.190,00). CONTRATO 54/2019. TC 040.989/2019-4. TF: 9.45. PERIODO: 27/12/2019 A 26/12/2022. AQUISICAO DE DIREITO DE USO DE LICENCAS DE SOFTWARE MICROSOFT PELO PERIODO DE 36 MESES. | 3.827.579,26 |
| 05757597000218 | TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA | NFS-E 1283 (R\$ 498.152,14). CONTRATO 44/2016. TC 040.332/2019-5. TF: 9.45. PERIODO: 23/12/2019 A 22/12/2021. SERVICOS DE MANUTENCAO, SUPORTE, GARANTIA E DIREITO DE ATUALIZACAO DAS SOLUCOES DE CONSOLIDACAO E CORRELACIONAMENTO DE EVENTOS (SIEM SECURITY INFORMATION AND EVENT MANAGEMENT) / LOGS P/ UTILIZACAO NOS DATACENTERS PRINCIPAL E SECUNDARIO DO TCU - ITENS 22, 27, 47 E 49. | 62.269,00 |
| 21748841000151 | TECNETWORKING SERVICOS E SOLUCOES EM TI LTDA | NFS-E 606 (R\$ 300.999,60). TC 018.801/2021-8. CONTRATO 15/2021. TF: 9.45. SUBSCRICAO DA FERRAMENTA INTELLIJ IDEA ULTIMATE PELO PERIODO DE 2 ANOS (02/06/2021 A 01/06/2023). | 263.374,65 |
| 17798866000192 | SNOW SOFTWARE ASSESSORIA E REPRESENTACOES LTDA | NFS-E 423.424,425 (R\$ 768.125,00). TC 010.668/2018-7. CTO.: 60/2017. AQUIS. DE LICENCAS PERPETUAS DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO, SERV. DE SSISTENCIA TECN., MANUTENCAO E ATUALIZACAO E SERV. DE RECONHECIMENTO DE SOFTWARE - ITENS: 1, 2 E 3. | 24.010,41 |
| 20621724000160 | CONVERGE DATA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA | NFS-E 43 (R\$ 43.569,00). CONTRATO: 58/2018. TC 041.235/2018-5. TF: 9.45. FORNECIMENTO SUBSCRICAO DE LICENCAS DE USO DE PRODUTOS DA SUITE VMWARE, SUBSCRICAO DE SUPORTE TELEFONICO DO FABRICANTE E ATUALIZACAO DE VERSAO, SUPORTE TECNICO DO FABRICANTE. ITEM 5. | 4.586,20 |
| 67393181000134 | IMAGEM GEOSISTEMAS E COMERCIO LTDA | NFS-E 7843 E 7844 (TOTAL: R\$ 365.087,22). TC 034.449/2018-3. CONTRATO: 46/2018. TF: 5.85 S/ R\$ 273.098,94 E 9.45 S/ R\$ 91.988,28. FORNECIMENTO DE LICENCAS DE USO PERPETUO DO SOFTWARE ARCGIS, INCLUINDO DIREITO DE ATUALIZACAO E SUPORTE TECNICO POR 12 MESES. ITENS 1 A 6. | 3.832,84 |
| 01771935000215 | INGRAM MICRO BRASIL LTDA | NFS-E 898257 (R\$ 3.747.199,88). TC 041.227/2018-2. CONTRATO 57/2018. TF: 9.45. FORNECIMENTO DE SUBSCRICAO DE LICENCAS DE USO DE PRODUTOS DA SUITE VMWARE, SUBSCRICAO DE SUPORTE TELEFONICO DO FABRICANTE E ATUALIZACAO DE VERSAO, SUPORTE TECNICO DO FABRICANTE E CREDITOS DE TREINAMENTO. ITENS 1, 2 E 3 DO CONTRATO. (GLOSA DE R\$ 3.44). | 394.441,82 |
| | | NFS-E 11 (R\$ 1.814.960,00). TC 043.454/2018-6. CONTRATO 70/2018. TF: 9.45. ISS: 5.00. AQUISICAO DE SUBSCRICAO E SUPORTE PRODUCTION (24X7) PARA VMWARE NSX FOR VSPHERE ENTERPRISE PELO PERIODO DE 3 ANOS - PART-NUMBER NX-ENT-3P-SSS-C. CONTRATOS VMWARE: 431471560 E 463344021. | 151.246,68 |
| 07586045000139 | RB CODE - INDUSTRIA DE SUPRIMENTOS E EQUIPAMENTOS DE AU | NF-E 20.882 E NFS-E 3341 (TOTAL: R\$ 73.680,00). TC 000.956/2019-8. CT 64/2018. TF: 5.85 SOBRE R\$ 66.240,00 E 9.45 E ISS 5.00 SOBRE R\$ 7.440,00. FORNECIMENTO DE 3 COLETORES DE DADOS DE ITENS MOBILIARIOS COM TECNOLOGIA RFID, COM GARANTIA ON SITE NO PERIODO DE 1/4/2019 A 31/3/2022. | 1.239,90 |
| 01707536000104 | ISH TECNOLOGIA S/A | NFS-E 21984 (R\$ 584.256,00). CONTRATO 59/2018. TC 036.906/2019-0. TF: 9.45. PERIODOS: 24/12/2019 A 23/12/2021 - ITEM 3, E 26/12/2019 A 25/12/2021 - ITEM 8. SERVICOS DE SUBSTITUICAO DE PECAS E ATUALIZACAO DE VERSAO DOS SOFTWARES/FIRMAWARES E SUPORTE TECNICO REMOTO DO FABRICANTE DOS ITENS 1, 5 E 6. | 74.205,40 |
| | | NFS-E 23512 (R\$ 167.712,00). TC 000.216/2020-8. CONTRATO: 62/2018. TF: 9.45. ISS: 2.00. PERIODO: 24/12/2019 A 23/12/2021. SERVICOS DE SUBSTITUICAO DE PECAS E ATUALIZACAO DE VERSAO DOS SOFTWARES/FIRMAWARES E SUPORTE TECNICO REMOTO DO FABRICANTE PARA STORAGE NAS DE ALTA PERFORMANCE (ITEM 22). | 20.964,00 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | |
|----------------|----------------------|--|---------------------------|
| 21649280000133 | BULL LTDA | NFS-E Nº 14821 (R\$ 3.861.042,97). TC 047.612/2020-7. CONTRATO 45/2020. TF: 9.45. PERÍODO: 28/12/2020 A 27/12/2025. SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO DOS SOFTWARES/FIRMAWARES E SUPORTE TÉCNICO REMOTO DO FABRICANTE PARA OS ITENS 1.1, 2.1, 4.1 E 5.1 (ITENS 1.2, 2.2, 4.2 E 5.2). | 3.281.886,49 |
| 35791391000437 | QUALITY SOFTWARE S/A | NFS-E 14002 (R\$ 17.240,00). CONTRATO POR NE. TC 024.850/2020-9. TF: 9.45. PERÍODO: 02/7/2020 A 01/7/2021. CONTRATAÇÃO DE DIREITO DE USO DO SOFTWARE ACL ANALYTICS POR 12 MESES, PACOTE COM 3 LICENÇAS INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO. NFS-E 15521 (R\$ 17.595,00). CONTRATO POR NE. TC 015.072/2021-5. TF: 9.45. PERÍODO: 03/07/2021 A 02/07/2022. CONTRATAÇÃO DE DIREITO DE USO DO SOFTWARE ACL ANALYTICS POR 12 MESES, PACOTE COM 3 LICENÇAS INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO. | 1.436,66 14.662,50 |
| Total | | | 10.690.977,42 |

Nota 05 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Em 30/09/2021, o Tribunal de Contas da União não apresentou saldo relacionado a Demais Créditos e Valores a Longo Prazo.

Nota 06 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 30/09/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou o saldo de R\$ 835.688.951,31 relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2020 e 2021.

Tabela 6a – Imobilizado – Composição.

| Saldo Atual - R\$ | | | |
|---|-----------------------|-----------------------|----------------|
| | 30/09/2021 | 31/12/2020 | AH% |
| Bens Móveis | 68.334.954,48 | 68.871.592,50 | -0,78% |
| (+) Valor Bruto Contábil | 166.229.897,41 | 156.332.163,88 | 6,33% |
| (-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis | -97.894.942,93 | -87.460.571,38 | 11,93% |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis | 0,00 | 0,00 | |
| Bens Imóveis | 767.353.996,83 | 864.735.805,86 | -11,26% |
| (+) Valor Bruto Contábil | 797.212.729,86 | 892.960.173,81 | -10,72% |
| (-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis | -29.858.733,03 | -28.224.367,95 | 5,79% |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis | 0,00 | 0,00 | |
| Total | 835.688.951,31 | 933.607.398,36 | -10,49% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do TCU em 30/09/2021 totalizavam R\$ 68.334.954,48 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Tabela 6b – Bens Móveis – Composição

| Saldo Atual - R\$ | | | |
|---|-----------------------|-----------------------|---------------|
| | 30/09/2021 | 31/12/2020 | AM[%] |
| Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas | 10.610.328,09 | 10.625.529,83 | -0,14% |
| Bens de Informática | 98.903.956,56 | 80.130.412,87 | 23,43% |
| Móveis e Utensílios | 33.474.238,67 | 34.659.568,48 | -3,42% |
| Material Cultural, Educacional e de Comunicação | 16.680.282,98 | 16.423.047,02 | 1,57% |
| Veículos | 281.298,13 | 286.824,50 | -1,93% |
| Piças e Conjuntos de Reposição | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Bens Móveis em Andamento | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Bens Móveis em Almoarifado | 4.958.611,35 | 13.169.939,79 | -62,35% |
| Armamentos | 30.505,41 | 30.505,41 | 0,00% |
| Semoventes e Equipamentos de Montaria | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Demais Bens Móveis | 1.290.676,22 | 1.006.335,98 | 28,26% |
| Subtotal | 166.229.897,41 | 156.332.163,88 | 6,33% |
| Depreciação / Amortização Acumulada | -97.894.942,93 | -87.460.571,38 | 11,93% |
| Redução ao Valor Recuperável | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Total | 68.334.954,48 | 68.871.592,50 | -0,78% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 59,50% referem-se a Bens de Informática, formado por equipamentos de processamento de dados e 20,14% a Móveis e Utensílios, com a seguinte composição:

Tabela 6c – Móveis e Utensílios – Composição

| Saldo Atual - R\$ | |
|--------------------------------------|----------------------|
| | 30/09/2021 |
| Aparelhos e Utensílios Domésticos | 970.941,51 |
| Máquinas e Utensílios de Escritórios | 152.487,65 |
| Mobiliário em Geral | 32.350.809,51 |
| Total | 33.474.238,67 |

Fonte: SIAFI 2021

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do TCU em 30/09/2021 totalizavam R\$ 767.353.996,83 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 6d – Bens Imóveis – Composição.

| Saldo Atual - R\$ | | | |
|--|-----------------------|-----------------------|----------------|
| | 30/09/2021 | 31/12/2020 | AM[%] |
| Bens de Uso Especial Registrados no Spinet | 758.933.263,05 | 762.418.669,11 | -0,46% |
| Bens de Uso Especial Não Registrados no Spinet | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Bens Imóveis em Andamento | 22.202.252,73 | 116.609.683,01 | -80,96% |
| Instalações | 12.077.214,08 | 9.931.821,69 | 21,60% |
| Demais Bens Imóveis | 4.000.000,00 | 4.000.000,00 | 0,00% |
| Subtotal | 797.212.729,86 | 892.960.173,81 | -10,72% |
| Redução ao Valor Recuperável | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Depreciação / Amortização Acumulada | -29.858.733,03 | -28.224.367,95 | 5,79% |
| Total | 767.353.996,83 | 864.735.805,86 | -11,26% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

De acordo com a tabela anterior, os bens de uso especial correspondem a 95,20% de todos os bens constantes no Balanço Patrimonial do TCU, perfazendo o montante de R\$ 758.933.263,05 em 30/09/2021 a valores brutos.

Houve uma redução de 80,96% na rubrica Bens imóveis em Andamento decorrente da baixa do valor R\$ 94.095.014,42 (Obras em Andamento, Estudos e Projetos, Instalações) relacionado à construção do complexo sede do ISC que estava em duplicidade com o registro da incorporação do imóvel no SPIUNET, após a conclusão da obra(RGP nº 086.158 - IMÓVEIS PRÓPRIOS NACIONAIS). Termo de Baixa 01/2021. TC 013.229/2021-4.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

O aumento de 21,60% na rubrica Instalações decorre de reformas no prédio do TCU em Brasília, dentre eles a reforma da passarela e o fornecimento e instalação de sistema de climatização (TC 036.142/2020-4).

Além disso, na rubrica Bens de Uso Especial Registrado no SPIUNET, conta Edifícios, houve a devolução de dois imóveis para a Superintendência do Patrimônio da União (SPU): RIP nº 1761002495009 (R\$ 1.821.940,89) e RIP nº 5705000685006 (R\$ 5.350.679,21), bem como a reavaliação do imóvel RIP nº 9373001735008 (R\$ 3.687.214,04).

Em síntese, os bens mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do TCU são constituídos dos bens a seguir relacionados:

Tabela 6e - Bens de Uso Especial – Composição

| | Saldo Atual - R\$ | | |
|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|
| | 30/09/2021 | 31/12/2020 | AH(%) |
| Imóveis Residenciais e Comerciais | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Edifícios | 742.947.767,97 | 746.433.174,03 | -0,47% |
| Terrenos/Glebas | 172.300,00 | 172.300,00 | 0,00% |
| Estacionamentos e Garagens | 3.422.571,36 | 3.422.571,36 | 0,00% |
| Salas | 12.390.623,72 | 12.390.623,72 | 0,00% |
| Total | 758.933.263,05 | 762.418.669,11 | -0,46% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Nota 07 – Intangível

Em 30/09/2021, o TCU apresentou o saldo de R\$ 89.860.382,78 relacionados a intangível, na categoria de Software e Marcas Direitos e Patentes, com Vida Útil Indefinida.

Todos os softwares estão devidamente identificados e registrados em suas respectivas inscrições genéricas de sistema (IS)

Na tabela a seguir, é apresentada a lista de softwares que compõe esse valor:

Tabela 7a – Intangível – Lista de Software

| Lista de Software | 30/09/2021 | | |
|--|------------|---|--------------|
| PROJECT PROFESSIONAL 2013 | 489.780,00 | ALTOOI EBERICK V8 GOLD | 11.250,00 |
| VISO PROFESSIONAL 2013 | 28.739,10 | ALTOOI EBERICK V8 PLENA | 4.000,00 |
| 02 SISTEMAS DE COMUNICACAO BASEADO EM IP | 531.123,86 | ALTOOI HYDROS V4 E ALTOOI LUMINE V4 | 11.000,00 |
| 02 SISTEMAS SESSION BORDER CONTROLLER | 299.250,80 | APLICATIVO CONTROLE DE ACESSO E DE FREQUENCIA | 198.054,72 |
| ADOBE ACROBAT STANDARD | 31.200,60 | ARCISIS FOR DESKTOP BASIC SOFTWARE | 7.978,53 |
| ADOBE CAPTIVATE CC | 38.320,00 | ARCHSIGHT MANAGEMENT CENTER - SEGUR REDE | 248.000,00 |
| ADOBE CAPTIVATE | 11.400,06 | ASTAH PROFESSIONAL USER LICENSE | 750,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 1 | 10.657,80 | AUTENTICIDADE STEFANNI | 157.800,15 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 10 | 10.657,80 | AUTOCAD CIVIL 3D | 15.900,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 11 | 10.657,80 | AUTOCAD CIVIL 3D | 15.900,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 12 | 10.657,80 | AUTOCAD CIVIL 3D | 15.900,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 3 | 10.657,80 | AUTODESKAUTOCAD CIVIL 3D 2011 NETWORK | 212.459,10 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 4 | 10.657,80 | AVALIACAO PSICOLOGICA HUMAN GUIDE | 0,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 5 | 10.657,80 | AXURE RP PRO 6 | 7.927,20 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 6 | 10.657,80 | AXURE RP6 | 8.000,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 7 | 10.657,80 | BACKUARMazen + ATUALIZACAO DE VERSAO | 1.186.650,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 8 | 10.657,80 | BACKUP + ATUALIZACAO DE VERSAO | 1.824.020,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 9 | 10.657,80 | BIBLIOTECA DE SOFTWARE | 4.073,09 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION2 | 10.657,80 | BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA. | 89.000,00 |
| ADOBE ILLUSTRATOR CC | 15.880,00 | CA WILY APM 1 | 20.000,00 |
| ADOBE ILLUSTRATOR | 6.800,00 | CA WILY APM 10 | 20.000,00 |
| ADOBE INDESIGN | 7.420,05 | CA WILY APM 11 | 20.000,00 |
| ADOBE INDESIGN CC | 35.760,00 | CA WILY APM 12 | 20.000,00 |
| ADOBE MASTER COLLECTION CC | 99.900,00 | CA WILY APM 13 | 20.000,00 |
| ADOBE MASTER COLLECTION | 60.005,00 | CA WILY APM 14 | 20.000,00 |
| ADOBE PHOTOSHOP CC | 58.000,00 | CA WILY APM 15 | 20.000,00 |
| ADOBE PHOTOSHOP | 14.500,10 | CA WILY APM 16 | 20.000,00 |
| ADOBE PROFESSIONAL CC | 951.434,00 | CA WILY APM 2 | 20.000,00 |
| ALTIRIS IT MANAGEMENT SUIT | 282.600,00 | CA WILY APM 3 | 20.000,00 |
| | | CA WILY APM 4 | 20.000,00 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | |
|---|--------------|---|--------------|
| CA WILY APM 5 | 20.000,00 | FABRICA DE SOFTWARE - TRANSCON (TCU) | 790.767,90 |
| CA WILY APM 6 | 20.000,00 | FABRICA DE SOFTWARE - VCE (TCU) | 30.080,99 |
| CA WILY APM 7 | 20.000,00 | FABRICA DE SOFTWARE SAGAS (TCU) | 82.537,73 |
| CA WILY APM 8 | 20.000,00 | FABRICA DE SOFTWARE- CONTRATA (TCU) | 876.056,24 |
| CA WILY APM 9 | 20.000,00 | FABRICA DE SOFTWARE - E - CONSULTA (TCU) | 11.177,85 |
| CAL SERVER 2016 | 530.640,00 | FABRICA DE SOFTWARE - E - TCU MP (TCU) | 126.171,14 |
| CITRIX NETSCALER VPX1000 MBPS ENTERPRISE 1 | 209.636,39 | FABRICA DE SOFTWARE - ICONET (TCU) | 121.709,81 |
| CITRIX NETSCALER VPX1000 MBPS ENTERPRISE 2 | 60.636,39 | FABRICA DE SOFTWARE- REPPRES LEGAL (TCU) | 27.009,09 |
| CITRIX VISUAL APP AND DESKTOPS | 77.500,00 | FABRICA DE SOFTWARE- SIGA (TCU) | 186.805,38 |
| CLIENTELA | 659.217,66 | FABRICA DE SOFTWARE-GS-WEB (TCU) | 29.058,55 |
| CLOUD-16 - SPEC IAAS V. 1.1 | 2.300,00 | FABRICA DE SOFTWARE-IDENTIDADE CONFIÁVEL TCU | 8.190,78 |
| COMMVAULT VM BACKUP AND RECOVERY ADVANCED | 1.695.250,00 | FOLHA STEFANN1 | 1.096.519,74 |
| CONECTA TCU | 810.673,22 | FRABRICA DE SOFTWARE - RADAR | 794.446,25 |
| CONTROLADOR WILAN | 47.620,00 | GERENC DE ESTAC, SERV. E DISP MOVEIS | 480.000,00 |
| CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS | 47.265,40 | GERENCIA KUJAWEI ESIGHT-TCU | 101.843,91 |
| CPU-17 - SPEC CPU 2017 V. 1.0 | 1.150,00 | GERENCIAMENTO ENDPOINTS, EXTENSO DO SUPORTE | 390.000,00 |
| DATA DISCOVERY QUIKVIEW 4 NUCLEOS (TCU) | 248.729,48 | GERENCIAMENTO ENDPOINTS, INSTALACAO E CONFIG | 6.568,00 |
| DATA QUALITY OPTION | 481.000,00 | GERENCIAMENTO REDE/CONTROLE DE ACESSO (NAC) | 274.871,00 |
| DATABASE DIAGNOSTICS PACK | 280.360,20 | GESTAO INTEGRADA DE PORTFOLIO E PROJETOS | 86.665,20 |
| DATABASE ENTERPRISE EDITION | 1.910.418,62 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL 0 | 767,00 |
| DATABASE TUNING PACK | 280.360,20 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL A | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 1 | 53.789,82 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL B | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 10 | 53.789,82 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL D | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 11 | 53.789,82 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL E | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 12 | 53.789,82 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL F | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 13 | 53.789,82 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL G | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 14 | 53.789,82 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL H | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 15 | 53.789,82 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL I | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 16 | 53.789,82 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL J | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 17 | 26.490,54 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL K | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 18 | 26.490,54 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL L | 767,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 19 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 2 | 53.789,82 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL B | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 20 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL C | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 21 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL D | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 22 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL E | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 23 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL F | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 24 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL G | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 25 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL H | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 26 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL I | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 27 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL J | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 28 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL K | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 29 | 26.490,54 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL L | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 3 | 53.789,82 | HP BLADE MATRIX | 27.895,31 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 30 | 26.490,54 | INDEX CONTEUDO E PESQUISA + ATUALIZACAO | 74.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 31 | 26.490,54 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 1 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 32 | 26.490,54 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 2 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 4 | 53.789,82 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 3 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 5 | 53.789,82 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 4 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 6 | 53.789,82 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 5 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 7 | 53.789,82 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 6 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 8 | 53.789,82 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 7 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 9 | 53.789,82 | INFORMATICA POWERCENTER DATA SUBSET - OPTION | 69.000,00 |
| DELL OPEN MANAGE NETWORKING | 42.124,00 | INSTRUCAO ASSISTIDA | 1.760.389,50 |
| DICIONARIO ELETRONICO AURELIO VERSAO 7.0 | 25.602,50 | INTELLU IDEA ULTIMATE COMMERCIAL | 92.583,00 |
| E-SOCIAL STEFANNI | 1.434.649,82 | IS SOFTWARE - TEMPORARIO | 32.500,00 |
| E-TCU GABINETES | 2.341.983,74 | JVM - JAVA VIRTUAL MACHINE | 621,00 |
| E-TCU GERENCIAL | 1.105.850,10 | LANCAMENTO BENS INTANGIVEIS | 151.919,67 |
| E-TCU GESTOR | 109.163,15 | LIC.PERPETUAS DA SOLUCAO SAS VISUAL ANALYTICS | 249.565,14 |
| EBERICK PERSONAL V6 | 6.000,00 | LICENCA - SISTEMA SOPHIA | 2.500,00 |
| EST PRO 4.0 | 2.515,59 | LICENCA CEM APPLINCE | 6.702,00 |
| EXCHANGE MODELO SERVER ENTERPRISE | 1.189.461,46 | LICENCA DE CANAL DE VIDEO SYMPHONY | 213.742,70 |
| FABRICA DE SOFTWARE - ASSINATURA (TCU) | 33.686,88 | LICENCA DE HP ARCSIGHT LOGGERIADO-ON | 236.040,41 |
| FABRICA DE SOFTWARE - ATOS PESSOAL (TCU) | 557.565,63 | LICENCA DE SOFTWARE - WINSVRSTD | 1.572,80 |
| FABRICA DE SOFTWARE - BUSCA (TCU) | 117.529,07 | LICENCA DE SOFTWARE - ATOS DE PESSOAL | 954.757,41 |
| FABRICA DE SOFTWARE - CONSULTA REMUN. (TCU) | 8.867,24 | LICENCA DE SOFTWARE - DRCAU | 584.203,02 |
| FABRICA DE SOFTWARE - E - JURIS | 929.016,34 | LICENCA DE SOFTWARE - E-DIARIO | 611.955,65 |
| FABRICA DE SOFTWARE - ENCCLA (TCU) | 70.729,50 | LICENCA DE SOFTWARE - E-TCCE | 503.622,33 |
| FABRICA DE SOFTWARE - EPM (TCU) | 480.847,65 | LICENCA DE SOFTWARE - ENTERPRISE EDITION | 2.627.781,60 |
| FABRICA DE SOFTWARE - FISCALIS (TCU) | 2,80 | LICENCA DE SOFTWARE - GERENC. ACCESS POINT | 171.661,00 |
| FABRICA DE SOFTWARE - GESTAO PORTIFOLIO (TCU) | 495.953,72 | LICENCA DE SOFTWARE - LINUX FOR PAE | 25.500,00 |
| FABRICA DE SOFTWARE - ICM | 21.952,73 | LICENCA DE SOFTWARE - ORACLE PARTITIONING | 860.889,60 |
| FABRICA DE SOFTWARE - JAVA (TCU) | 152.528,69 | LICENCA DE SOFTWARE - POWER CENTER, REAL TIME | 230.000,00 |
| FABRICA DE SOFTWARE - JUSIS (TCU) | 145.057,35 | LICENCA DE SOFTWARE - POWERCENTER_SE | 590.000,00 |
| FABRICA DE SOFTWARE - PATRIMONIO (TCU) | 16.978,19 | LICENCA DE SOFTWARE - PRUCTSVR SINGLICSAKPMVL | 22.214,34 |
| FABRICA DE SOFTWARE - PESQUISA TEXTUAL | 36.505,83 | LICENCA DE SOFTWARE - SAO | 603.448,33 |
| FABRICA DE SOFTWARE - PUSH | 75.689,46 | LICENCA DE SOFTWARE - SISTEMA E-JURIS | 529.616,23 |
| FABRICA DE SOFTWARE - SAGASZ (TCU) | 548.587,20 | LICENCA DE SOFTWARE - SQLSVRSTDNSGLICSAPKPMVL | 6.390,60 |
| FABRICA DE SOFTWARE - SAO | 131.892,01 | LICENCA DE SOFTWARE - VMIX 4K | 13.868,00 |
| FABRICA DE SOFTWARE - SAP BO (TCU) | 70.474,26 | LICENCA DE SOFTWARE AROGIS DESKTOP ADVANCED | 231.720,32 |
| FABRICA DE SOFTWARE - SINERGIA (TCU) | 249.402,30 | LICENCA DE SOFTWARE AROGIS SPATIAL ANALYST | 41.376,62 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | |
|--|--------------|---|--------------|
| LICENCA DE SOFTWARE DE ADMINISTRACAO | 18.808,58 | SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 28 | 403,33 |
| LICENCA DE SOFTWARE DE GERENCIA | 32.500,00 | SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 29 | 403,33 |
| LICENCA DE SOFTWARE PARA STORAGE | 1.000.000,00 | SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 3 | 403,33 |
| LICENCA DE USO PERPETUO DO SOFTWARE | 69.254,00 | SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 30 | 403,33 |
| LICENCA DO HP ARCSIGHT EXPRESS ADD-ON | 344.640,04 | SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 31 | 403,33 |
| LICENCA DO HP ARCSIGHT LOGGER | 52.477,37 | SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 32 | 403,33 |
| LICENÇAS DE VIDEO ANALITICO | 9.250,00 | SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 33 | 403,33 |
| LICENÇAS E INSTALACAO DE SOFTWARE | 2.264.029,05 | SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 34 | 403,33 |
| LICENÇAS PERPETUAS DO CONECTOR SAS ACCESS | 104.935,68 | SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 35 | 403,33 |
| LICENÇAS PERPETUAS DO CONECTOR SAS TO HADOOP | 104.935,68 | SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 36 | 403,33 |
| LICENÇAS PERPETUAS SKETCHUP PRO | 15.879,00 | SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 37 | 403,33 |
| LICENCIAMENTO DE RAMAIS/SOFTPHONE | 166.695,00 | SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 38 | 403,33 |
| LYNC - CAL ENTERPRISE | 4.537.661,16 | SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 39 | 403,33 |
| MAVEN INVENTING SOLUTIONS | 91.679,29 | SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 4 | 403,33 |
| MCIT SIST - LICENÇAS ADOBE ACROBAT DC ET/LA | 290.000,00 | SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 40 | 403,33 |
| MONITORAMENTO DE APLICACOES JAVA CA INTROSPECT | 574.400,00 | SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 41 | 403,33 |
| MONITORAMENTO E GERENCIA REDE DE LONGA DIST | 29.370,54 | SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 42 | 403,33 |
| NIVA TEC DA INFORMACAO LTDA | 310.000,00 | SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 43 | 403,33 |
| ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION A | 42.035,44 | SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 44 | 403,33 |
| ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION D | 42.035,44 | SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 5 | 403,33 |
| ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION E | 42.035,44 | SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 6 | 403,33 |
| ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION F | 42.035,44 | SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 7 | 403,33 |
| ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION G | 42.035,44 | SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 8 | 403,33 |
| ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION H | 42.035,44 | SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 9 | 403,33 |
| ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITIONI | 42.035,44 | SOFTWARE PARA ORCAMENTO DE OBRAS | 14.743,10 |
| ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITIONC | 42.035,44 | SOFTWARE PARA STORAGE DE ALTA PERFORMANCE | 2.710.107,29 |
| PAISADE BRASIL COMERCIALIZADORA DE SOFTWARES | 9.260,00 | SOFTWARE PARASOTRAGE DE ALTA PERF. (NAS) | 282.996,00 |
| PARA 23 DISPOSITIVOS MONITORADOS | 9.276,59 | SOLUCAO DE ARQUIVAMENTO DE INFORMACOES | 799.720,00 |
| PASSWARE KIT FORENSIC | 4.892,00 | SOLUCAO DE TI PARA GESTAO DE PESSOAS | 1.543.303,72 |
| PLATAFORMA DE INTELIGENCIA DE CONTROLE | 188.411,37 | SOLUCAO DE VIRTUALIZACAO DE SOFTWARE | 170.200,00 |
| PLATAFORMA DE RELACIONAMENTO MAPA | 626.011,39 | SOLUCAO GERENCIAMENTO DE ENDPOINTS | 580.000,00 |
| PLATAFORMA DE SERV DIGITAIS DE CONTROLE | 423.222,40 | SOLUCAO SAP BUSINESS OBJECTS 4.0 | 1.540.000,00 |
| POLITICAS PUBLICAS (EPPI) | 331.290,08 | SORTED | 88.391,25 |
| POWERCENTER DATA MASKING PERSISTENT - OPTION | 69.000,00 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 1 | 21.100,00 |
| POWERDESIGN INFORMATIONARCHITECT | 44.162,24 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 2 | 21.100,00 |
| PREZI DESKTOP PROFESSIONAL | 2.280,00 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 3 | 21.100,00 |
| QIBUILDER P51 + QIEDITOR DE ARMADURAS | 1.500,00 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 4 | 21.100,00 |
| QLKVIEW ENTERPRISE EDITION | 761.169,06 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 5 | 21.100,00 |
| QSR NIVO 10 FULLPERMANENTE | 7.720,00 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 6 | 21.100,00 |
| REAL APPLICATION CLUSTER | 88.987,46 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 7 | 21.100,00 |
| REDE WLAN IMC WSM MODULE | 28.660,00 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 8 | 21.100,00 |
| REMOV CITRIX VIRT APPS AND DESKTOPS | 373.000,00 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 9 | 21.100,00 |
| RENOV CITRIX ADC VPX 1000 - ADVANCED EDITION | 172.000,00 | SQL SERVER 2014 ENTERPRISE PER CORE | 340.727,97 |
| SAS FRAUD FRAM. FOR GOV. LIGHT POR NUCLEO | 93.750,00 | SQL SERVER 2014 ENTERPRISE PER CORE | 296.338,26 |
| SAS FRAUD FRAMWORK FOR GOVERNMENT LIGHT | 625.000,00 | SQL SERVER ENTERPRISE 2016 | 1.263.803,32 |
| SERV DE INSTALACAO E CONF DE BIBLIOTECA T II | 5.000,00 | SQL SERVER STANDARD 2016 | 47.363,70 |
| SHAREPOINT CAL STANDARD 2013 | 1.367.490,00 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 1 | 5.740,00 |
| SHAREPOINT SERVER 2013 - PN-76P-01524 | 225.501,00 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 10 | 5.740,00 |
| SICENCA DE SOFTWARE DE ADMINISTRACAO | 12.848,86 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 11 | 5.740,00 |
| SISTEMA DE GERENCIAMENTO, MONITORAM E MANUT. | 12.897,97 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 12 | 5.740,00 |
| SISTEMA DE GESTAO ORCAMENTARIA | 793.704,09 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 13 | 5.740,00 |
| SISTEMA DE TARIFACAO E BILHETAGEM | 136.704,67 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 14 | 5.740,00 |
| SISTEMA EU FISCALIZO MOBILE | 757.178,05 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 15 | 5.740,00 |
| SISTEMA M TCU R2 - ASSINATURA DE DOCUMENTOS | 176.966,82 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 16 | 5.740,00 |
| SISTEMA M TCU R2 ASSINATURA DE DOCUMENTOS | 137.463,61 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 2 | 5.740,00 |
| SISTEMA M-TCU | 1.177.134,59 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 3 | 5.740,00 |
| SISTEMA PUSH PROCESSO MOBILE | 362.756,07 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 4 | 5.740,00 |
| SISTEMA TOPOGRAPH - USO EM REDE 1 | 5.355,00 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 5 | 5.740,00 |
| SISTEMA TOPOGRAPH - USO EM REDE 2 | 5.355,00 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 6 | 5.740,00 |
| SISTEMA TOPOGRAPH - USO LOCAL 1 | 6.250,00 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 7 | 5.740,00 |
| SISTEMA TOPOGRAPH - USO LOCAL 2 | 6.250,00 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 8 | 5.740,00 |
| SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 1 | 403,33 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 9 | 5.740,00 |
| SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 10 | 403,33 | STAND ALONE SEAT(SS) E FLOATING LICENSE (FL) | 95.676,42 |
| SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 11 | 403,33 | STORAGE DE ALTA PERFORMANCE(NAS) | 23.000,00 |
| SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 12 | 403,33 | SUITE AUTODESK BUILDING DESIGN PREMIUM*16 | 338.230,00 |
| SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 13 | 403,33 | SUITE AUTODESK INFRASTRUCTURE DESIGN ULTIMATE | 52.052,00 |
| SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 14 | 403,33 | SYMANTEC CLIENT MANAGEMENT SUITE - CMS | 84.810,00 |
| SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 15 | 403,33 | SYMANTEC PROTEC SUITE ENTERPRISE EDITION | 339.885,00 |
| SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 16 | 403,33 | SYMANTEC PROTECTION FOR SHAREPOINT SERVERS | 76.000,00 |
| SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 17 | 403,33 | SYMANTEC PROTECTION SUITE | 95.382,00 |
| SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 18 | 403,33 | SYMANTEC PROTECTION SUITE - LICENCA DE USO | 136.000,00 |
| SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 19 | 403,33 | UPGRADE REAL TIME - PORT | 928.000,00 |
| SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 2 | 403,33 | V-RAY FOR SKETCHUP | 22.140,00 |
| SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 20 | 403,33 | VISUAL STUDIO 2013 | 6.307,00 |
| SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 21 | 403,33 | VMW VCNTR SRM | 71.962,88 |
| SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 22 | 403,33 | VMWARE NSX FOR VSPHERE 5.5 | 1.155.421,16 |
| SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 23 | 403,33 | VMWARE NSX FOR VSPHERE 5.5 (TCU) | 1.643.752,52 |
| SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 24 | 403,33 | VMWARE VCENTER SERVER 5.5 | 47.074,18 |
| SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 25 | 403,33 | VMWARE VCENTER SITE RECOVERY MAN 5.5 | 192.027,52 |
| SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 26 | 403,33 | VMWARE VLOUD SUITE ADVANCED | 2.293.345,60 |
| SOFTWARE PIDISPOSITIVO MONITORADO 27 | 403,33 | VMWARE VLOUD SUITE ADVANCED 700906 | 5.539.287,14 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | |
|---|--------------|----------------------|
| VMWARE VCLLOUD SUITE ADVANCED 700908 | 1.259.757,99 | |
| VMWARE VSPHERE 4 ENTERPRISE PLUS | 250.530,30 | |
| VMWARE VSPHERE 5 ENTERPRISE PLUS | 794.231,81 | |
| VMWARE VSPHERE WITH OP MAN ENTERPRISE PLUS | 600.255,91 | |
| VMWARE VSPHERE WITH OP MAN VSOM ENTERPRISE PL | 482.518,19 | |
| VMWARE VSPHERE WITH OP MANEG (VSOM) TCU | 155.521,53 | |
| VMWARE VSPHERE WITH OPERATIONS MANEG (VSOM) | 510.062,10 | |
| WINDOWS SERVER 2008 REMOTE DESKTOP | 14.868,00 | |
| WINDOWS SERVER DATACENTER 2016 | 552.336,76 | |
| WINDOWS SERVER STANDARD 2016 | 371.133,76 | |
| TOTAL | | 89.686.362,78 |

Nota 08 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Em 30/09/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou um saldo de R\$ 40.768.308,75 relacionados a rubrica a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo. Trata-se, em sua maioria, de pagamento de pessoal, conforme pode-se observar nas tabelas a seguir.

Tabela 8a – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo – Composição.

| | | | Saldo Atual - R\$ |
|------------------------------------|----------------------|-------------|-------------------|
| | 30/09/2021 | 31/12/2021 | AH (%) |
| PESSOAL A PAGAR | 40.760.345,34 | 0,00 | |
| BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR | 4.925,97 | 0,00 | |
| ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR | 3.037,44 | 0,00 | |
| Total | 40.768.308,75 | 0,00 | |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Tabela 8b – Pessoal a Pagar – Composição.

| | | | Saldo Atual - R\$ |
|-----------------------------------|----------------------|-------------|-------------------|
| | 30/09/2021 | 31/12/2021 | AH (%) |
| Salários Remunerações e Benefício | 16.033,13 | 0,00 | |
| Décimo Terceiro Salário a Pagar | 40.744.312,21 | 0,00 | |
| Total | 40.760.345,34 | 0,00 | |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Nota 09 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 30/09/2021, o Tribunal de Contas apresentou um saldo de R\$ 3.610.269,28 relacionados com fornecedores e contas pagar nacionais e de curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 30/09/2021.

Tabela 9a – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante.

| | | | Saldo Atual - R\$ | |
|--------------|---|---------------------|-------------------|--|
| UG Executora | | 30/09/2021 | AV(%) | |
| 030001 | TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO | 3.463.181,58 | 95,93% | |
| 030050 | DIEX-DIRET PROG EXEC ORC DAS UN NOS ESTADOS | 45.891,04 | 1,27% | |
| 030203 | INSTITUTO SERZEDELLO CORREA - ISC/TCU | 101.196,66 | 2,80% | |
| Total | | 3.610.269,28 | 100,00% | |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

A unidade gestora 030001 – TCU é responsável por 98,73% do total a ser pago e a 030050 concentra as obrigações de todas as unidades gestoras dos estados, com exceção do ISC.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os 6 fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 30/09/2021.

Tabela 9b – Principais Fornecedores

| | | Saldo Atual - R\$ |
|----------------|--|---------------------|
| Fornecedor | | 30/09/2021 |
| 37077716000105 | CITY SERVICE SEGURANCA LTDA | 678.355,63 |
| 03701380000180 | PORTO BELO ENGENHARIA E COMERCIO LTDA | 394.484,32 |
| 03143181000101 | CAST INFORMATICA S/A | 266.599,15 |
| 58069360000120 | STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A. | 263.449,93 |
| 07522669000192 | NEOENERGIA DISTRIBUICAO BRASILIA S.A. | 223.198,15 |
| ICTCU44RZ | STEFANINI CONSUL E ASS EM INFORMAT (44/2018) | 194.463,10 |
| | Demais Fornecedores | 1.589.719,00 |
| Total | | 3.610.269,28 |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Em relação aos fornecedores acima relacionados, eles representam 54,52% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

1. City Service Segurança Ltda - Prestação dos serviços de vigilância armada nas dependências do TCU e nas residências das autoridades e de segurança pessoal privada armada para condução de veículos oficiais de representação e acompanhamento de autoridades, em Brasília/DF.
2. Porto Belo Engenharia e Comércio Ltda - Prestação de serviços de elaboração, quando couber, de projetos executivos e a construção da Escola Superior de Controle do Tribunal de Contas da União, ESUC, em Brasília/DF.
3. Cast Informática S/A - Prestação de serviços de desenvolvimento de software com práticas ágeis.
4. Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A - Prestação presencial de serviços de projeto de manutenção de software com práticas ágeis.
5. Neoenergia Distribuição Brasília AS – Fornecimento de energia.

Nota 10 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Em 30/09/2021, o Tribunal de Contas da União possuía um saldo negativo de R\$ 1.319.437,08 relacionados ajustes de exercícios anteriores.

A seguir, apresenta-se a tabela, com os principais ajustes realizados em 2021:

Tabela 10 – Ajustes de Exercícios Anteriores – Composição

| Favorecido | Observação | 30/09/2021 |
|-------------------------------|---|----------------------|
| Saldo Anterior a 2020: | | -2.640.331,85 |
| A ABBA SERVICOS GERAIS LTDA | TC 039.555/2019-4. CONTRATO 03/2016. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 147,69, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 3869 (R\$ 319,26), REFERENTE A SERVICOS DE LAVAGEM E PASSAGEM DE ROUPAS PROFISSIONAIS E DE PECAS DE TECIDOS PRESTADOS EM DEZEMBRO/2020. | -147,69 |
| ANDRE TORRES BREVES GONCALVES | REGISTRO DE PASSIVO. TC-007.403/2021-6. DILIGENCIA CONTABIL 54/2021. | -5.467,17 |
| | ALTERACAO NO VALOR DO DOCUMENTO. | 258 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | |
|---|--|-------------|
| BELFORT GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA | TC-011.429/2020-8. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 86,00 PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS 2303, NO VALOR DE R\$ 258,00, REFERENTE AOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS). | -344 |
| | CORRIGIR CNPJ DO CREDOR. | 555,19 |
| CAPGEMINI BRASIL S/A | TC 000.590/2020-7. CONTRATO 44/2017. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 27.001,17, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 4901 (R\$ 310.750,48), REFERENTE A SERVIÇOS DE APRIMORAMENTO DA EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO (USER EXPERIENCE - UX) E DE DESIGN DE INTERFACE DE USUÁRIO (USER INTERFACE - UI) DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO PORTAL DO TCU, NO PERÍODO DE 4/12/2020 A 3/1/2021 (19 DIAS ÚTEIS). | -27.001,17 |
| | TC 039.193/2020-9. CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 555,19 - CIP, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DAS NFEEES 689283, 689334 E 689296 (TOTAL: R\$ 224.943,21), REFERENTES AO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA AO TCU (ED. SEDE E ANEXOS I, II E III) E CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA: R\$ 2.300,25, NO PERÍODO DE 10/12/2020 A 1/1/2021. | -555,19 |
| | TC 039.193/2020-9 - PAGAMENTO DAS FATURAS 689283, 689334 E 689296 (PECA Nº 48) - REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR | -222.642,96 |
| CEB DISTRIBUIÇÃO S.A. | TC 039.193/2020-9. CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 212.962,83, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DAS NFEEES 689283, 689334 E 689296 (TOTAL: R\$ 224.943,21), REFERENTES AO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA AO TCU (ED. SEDE E ANEXOS I, II E III) E CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA: R\$ 2.300,25, NO PERÍODO DE 10/12/2020 A 1/1/2021. | -212.962,83 |
| | TC 039.193/2020-9. CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 555,19 - CIP, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DAS NFEEES 689283, 689334 E 689296 (TOTAL: R\$ 224.943,21), REFERENTES AO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA AO TCU (ED. SEDE E ANEXOS I, II E III) E CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA: R\$ 2.300,25, NO PERÍODO DE 10/12/2020 A 1/1/2021. | -555,19 |
| COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA | TC-039.790/2019-3 - CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 1.616,69, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL 494082961 (PECA 136), SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E COSIP PARA SEC-BA, NO PERÍODO DE 30/11/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000028, INSCRITO EM RAP, NÃO FOI SUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA. | -1.616,69 |
| COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO | TC-038.243/2019-9 - CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 5.898,14, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 138889352 (PECA 138), SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP PARA SEC-PE, NO PERÍODO DE 30/11/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE OS SALDOS DA 2020NE000103(CIP) E 2020NE000105 (ENERGIA ELÉTRICA), INSCRITOS EM RAP, NÃO FORAM SUFICIENTES PARA QUITAR A DESPESA. | -11.796,28 |
| COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO-CEMAR | TC-039.292/2019-3 - CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 506,73, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL 002842675/FATURA 020201200284267 (PECA 150), SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E COSIP PARA SEC-RO, NO PERÍODO DE 30/11/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000087, INSCRITA EM RAP, NÃO FOI SUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA. | -506,73 |
| CONAMA CONSTRUÇÕES AMAPAENSE LTDA | TC-040.672/2019-0 - CONTRATO 02/2018-SEC-AP. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 226,94, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 554/E (PECA 258), REFERENTE A SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, RECEPÇÃO, COPEIRAGEM E SERVIÇOS GERAIS PARA A SEC-AP, NO PERÍODO DE 1º/12/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000149, INSCRITO EM RAP, NÃO FOI SUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA. | -226,94 |
| | BAIXA DE VALORES A RECEBER PELA CESSÃO DO SERVIDOR JOEL NOGUEIRA RODRIGUES, MATRÍCULA 3043-0, PARA A CORREGEDORIA-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ (TC-000.354/2019-8). REMUNERAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE SALÁRIOS OU CRÉDITOS DA FOLHA REFERENTE A EXERCÍCIOS ANTERIORES. REMUNERAÇÃO DE DEZEMBRO/2021 E GRATIFICAÇÃO NATALINA DE 2020. | -81.986,82 |
| CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ | BAIXA DE VALORES A RECEBER PELA CESSÃO DO SERVIDOR JOEL NOGUEIRA RODRIGUES, MATRÍCULA 3043-0, PARA A CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ (TC-000.354/2019-8). REMUNERAÇÃO DO REAJUSTE DO RESSARCIMENTO DO PLANO DE SAÚDE/2019 (DOC. SIAFI 2020RA001797). | -2.005,58 |
| | BAIXA DE VALORES A RECEBER PELA CESSÃO DO SERVIDOR JOEL NOGUEIRA RODRIGUES, MATRÍCULA 3043-0, PARA A CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ (TC-000.354/2019-8). REMUNERAÇÃO DO REAJUSTE DO RESSARCIMENTO DO PLANO DE SAÚDE/2019 (DOC. SIAFI 2020RA001797). ESTORNO EM RAZÃO DA FALTA DE REGISTRO DO VALOR NA CONTA 113841200. | 2.005,58 |
| CPD CONSULTORIA, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SIST | TC 036.989/2019-3. CONTRATO 18/2017. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 1.176,43, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 3568 (R\$ 10.320,43), REFERENTE A SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO ON-SITE AOS PRODUTOS DA SOLUÇÃO CA SERVICE MANAGEMENT PRESTADOS EM DEZEMBRO/2020. | -1.176,43 |
| DDMIX CONTROLE DE PRAGAS E SERVIÇOS LTDA | TC-040.912/2019-1 - CONTRATO Nº 1/2019-SEC-MT. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 4.036,85, PARA PAGAMENTO DAS NOTAS FISCAIS Nº 2838 E 2839 (PECA 219), REFERENTES A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE RECEPÇÃO, LIMPEZA E COPEIRAGEM NA SEC-MT, NO PERÍODO DE 1º/12/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000197, INSCRITO EM RAP, NÃO FOI SUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA. | -4.036,85 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | |
|--|--|-------------|
| ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | TC-036.780/2020-0 - CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 827,88, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 012.070.988 (PECA Nº 14), SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP PARA SEC-MT, NO PERÍODO DE 15/12/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE OS SALDOS DA 2020NE000120 (ENERGIA ELÉTRICA), INSCRITOS EM RAP, NÃO FORAM SUFICIENTES PARA QUITAR A DESPESA. | -827,88 |
| FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA | TC 037.004/2019-0. CONTRATO 28/2019. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 562,53 PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS 4865, NO VALOR DE R\$ 41.304,45, REFERENTE AO SERVIÇO TÉCNICO DE APOIO PARA ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA MANUTENÇÃO PREDIAL-SIMP, NO PERÍODO DE 18 A 31/12/2020. | -562,53 |
| ISH TECNOLOGIA S/A | TC-040.781/2019-4. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 34.435,68 PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 26601, NO VALOR DE R\$ 55.877,91, REFERENTE AOS SERVIÇOS GERENCIADOS DE SEGURANÇA DE PERÍMETRO, ADMINISTRAÇÃO E MONITORAMENTO DE SEGURANÇA, RESPOSTA A INCIDENTES DE SEGURANÇA E CAPACITAÇÃO. (ITENS 1 A 10). PERÍODO: DEZEMBRO/2020. | -34.435,68 |
| LABORMED LABORATORIO DE ANALISES MEDICAS LTDA | TC-033.965/2020-0. CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 80,00, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 6827 (PECA Nº 18). SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO DOMICILIADOS NO MATO GROSSO DO SUL. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE800118, INSCRITO EM RAP, NÃO FOI SUFICIENTE PARA QUITAR A DESPESA. | -80 |
| LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA | TC-039.592/2019-7. CONTRATO Nº 3/2018-SEC-MS. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 503,02, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 426299 (PECA Nº 188). SERVIÇOS DE RECEPCAO E LIMPEZA NAS DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA DO TCU NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - SEC-MS. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000148, INSCRITO EM RAP, NÃO FOI SUFICIENTE PARA QUITAR A DESPESA (SUBITEM 01). | -503,02 |
| PROTEGE S/A PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES | TC-040.981/2019-3. CONTRATO 1/2018-SEC-AC. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 15.398,15, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 26.672 (PECA 144), REFERENTE A SERVIÇOS DE VIGILANCIA ARMADA NA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DO TCU NO ESTADO DO ACRE - SEC-AC, NO PERÍODO DE 19/12/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000390, INSCRITO EM RAP, NÃO FOI SUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA. | -15.398,15 |
| R7 FACILITIES - SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI | TC 018.846/2020-3. CONTRATO 6/2020. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 4.378,36, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 5880 (R\$ 305.396,95), REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO (ENCARREGADO, SUPERVISOR, RECEPCAO, TELEFONISTA, ASCENSORISTA E MOTORISTA) NAS DEPENDÊNCIAS DO TCU EM BRASÍLIA, NO PERÍODO DE 17 A 31/12/2020. | -4.378,36 |
| SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL | REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR REFERENTE AO PAGAMENTO DA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA (TLP), RELATIVA AO IMÓVEL FUNCIONAL LOCALIZADO NA SQS 207, BLOCO K, APARTAMENTO 303, ASA SUL, BRASÍLIA/DF, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO E ADMINISTRADO PELO TCU. DESPESA DE 2019 E 2020. | -773,64 |
| SERPRO - SEDE - BRASÍLIA | TC 039.798/2020-8. CONTRATO 35/2019. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 86,65 PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 198616, NO VALOR DE R\$ 539,88, REFERENTE AO PROVIMENTO DO SERVIÇO DE SOFTWARE DENOMINADO INTEGRA SIAFI, QUE POSSIBILITA INTEROPERABILIDADE COM O SIAFI, NO PERÍODO DE 21 A 31/12/2020. | -86,65 |
| SERVEBEM CONSERVACAO E LIMPEZA DE PREDIOS EIRELI | TC-025.657/2020-8 - CONTRATO Nº 1/2020-SEC-PB. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 8,18, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 29 (PECA 96), REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, COPEIRAGEM E RECEPCAO NA SEC-PB, NO PERÍODO DE 1º/12/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000584, INSCRITO EM RAP, NÃO FOI SUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA. | -8,18 |
| STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A. | TC 045.052/2020-4. CONTRATO 44/2018. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 213.342,18, PRESTAÇÃO PRESENCIAL DE SERVIÇOS DE PROJETO DE MANUTENÇÃO DE SOFTWARE COM PRÁTICAS AGEIS PARA O TCU, NO PERÍODO DE 20/11/2020 A 19/1/2021. | -213.342,18 |
| UNA COMUNICACAO E PARTICIPACOES LTDA | TC 047.120/2020-7. CONTRATO 16/2019. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 6.000,00 PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 5230, NO VALOR DE R\$ 7.483,35, REFERENTE AO PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE FEIRA, EXPOSIÇÕES PRESTADOS EM BSB/DF - DEGRAVAÇÃO DOS EVENTOS DE WEBINÁRIOS SOBRE CENTRO DE GOVERNO 2020 - NO PERÍODO DE NOVEMBRO/2020. | -6.000,00 |
| ACTO ARQUITETURA CONSTRUCAO E URBANISMO LTDA | TC-036.839/2017-5. CONTRATO Nº 1/2016-SEC-PI - 1º TERMO ADITIVO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 9.984,12, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 619 (PECA Nº 176), REFERENTE A 10ª MEDICAÇÃO. SERVIÇOS DE ENGENHARIA P/ A REFORMA DA NOVA SEDE DA SECRETARIA DO TCU NO ESTADO DO PIAUÍ - SEC-PI. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2016NE000144, INSCRITO EM RAP, FORA CANCELADO AUTOMATICAMENTE (DECRETO Nº 9428/2018). | -9.984,12 |
| CLARO S.A. | TC 040.453/2019-6. CONTRATO 24/2018. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 12.746,19, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO MULTIMÍDIA, NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO/2020. | -12.746,19 |
| EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS | PARA CORRIGIR INFORMAÇÃO NO DOCUMENTO. | 10,25 |
| EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS | TC 037.212/2020-6. CONTRATO 4/2018. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 10,25 FATURADOS PELA FATURA 271710 (R\$ 9.143,46), REF. A SERVIÇOS POSTAIS E TELEMÁTICOS CONVENCIONAIS, ADICIONAIS, NAS MODALIDADES NACIONAL E INTERNACIONAL - PPS PRESTADOS EM MAIO/2021, POR SE REFERIR UMA POSTAGEM EM 27/9/2018 NÃO INCORPORADA AO SISTEMA DE FATURAMENTO DA EMPRESA NAQUELA ÉPOCA. | -20,50 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | |
|---|---|----------------------|
| R7 FACILITIES - SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI | TC 040.823/2020-2-PAGAMENTO COMPLEMENTAR DA NFS-E Nº 6372(PECA 64), NO AMBITO DO CONTRATO 03/2019, REFERENTE A PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS DE AR-CONDICIONADO INSTALADOS NOS DIVERSOS EDIFICIOS. REGISTRO DA PASSIVO ANTERIOR. | -228,51 |
| SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL | CANCELAMENTO POR LANÇAMENTO DUPLICADO | 775,10 |
| SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL | REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR REFERENTE AO PAGAMENTO DA TAXA DE LIMPEZA PUBLICA (TLP), RELATIVA AO IMÓVEL FUNCIONAL LOCALIZADO NA SQS 207, BLOCO K, APARTAMENTO 303, ASA SUL, BRASILIA/DF, DE PROPRIEDADE DA UNIAO E ADMINISTRADO PELO TCU. DESPESA DE 2019 E 2020. | -1.550,20 |
| TOTALCOB SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI | TC-003.972/2020-8 - CONTRATO Nº 1/2017-SEC-MG. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 1.160,01, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 6641(PECA 42), REFERENTE A PRESTACAO DE SERVICOS CONTINUADOS DE RECEPCAO, LIMPEZA, COPEIRAGEM E SERVICOS GERAIS NA SEC-MG. 3ª T.AP. DE REPACTUACAO, C/ EFEITOS A CONTAR DE 1/1/2020. DEA EMITIDA, POIS O SALDO DA 2020NE000303, INSCRITA EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE P/ COBRIR A DESPESA. DEA RECONHECIDA NO BTCU 79, DE 30/4/2021. PECA 47. | -1.160,01 |
| AGILE ALLIANCE BRAZIL | TC-033.460/2018-3. RECONHECIMENTO DE DEA. PAGAMENTO DE 2 VAGAS NO EVENTO AGILE BRAZIL 2018. LOCAL: CAMPINAS/SP. PERIODO: 03 A 05/10/2018. PARTICIPANTES: ANANDA DE MEDEIROS E WU MAN QI. | -1.880,00 |
| ASSOCIACAO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO - ABR | TC-018.060/2018-8. RECONHECIMENTO DE DEA. PAGAMENTO DE PARTICIPACAO NO 13º CONGRESSO INTERNACIONAL DE JORNALISMO INVESTIGATIVO. LOCAL: SAO PAULO - SP. PERIODO: 28 A 30/06/2018. PARTICIPANTES: ELAINE FERREIRA SOUZA DANTAS E PAULA ROZANA SILVEIRA PILENGHI | -980,00 |
| ELEBRASIL ELEVADORES LTDA | TC 037.101/2018-8 RECONHECIMENTO E PAGAMENTO DE DIVIDA ORIUNDA DA FALTA DE QUITACAO DE NOTA FISCAL (REFERENTE AO PERIODO DE 02/02/2019 A 10/02/2019) DEVIDA POR PRESTACAO DE SERVICOS NO AMBITO DO EXTINTO CONTRATO Nº 14/2015 - REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR - | -7.048,42 |
| GARTNER DO BRASIL SERVICOS DE PESQUISAS LTDA. | TC 034.647/2018-0. RECONHECIMENTO DE DEA. PAGAMENTO DE 12 VAGAS NO EVENTO: GARTNER SYMPOSIUM/ITXPO 2018. LOCAL: SAO PAULO/SP. PERIODO: 22 A 25/10/2018. PARTICIPANTES: SERVIDORES DO TCU. | -35.400,00 |
| SEM INFORMACAO | BAIXA DE VALORES A RECEBER PELA CESSAO DO SERVIDOR HENRIQUE MORAES ZYLLER, MA TRICULA 4584-5, PARA A CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE GOIAS (TC 000.870/2019-6). OS VALORES DE DEZEMBRO E GRATIFICACAO NATALINA DE 2020 FORAM DEVOLVIDOS NO DIA 28/12/2020, MAS SO FICOU DISPONIVEL PARA A UG 030001 NO DIA 04/01/2020,POR ISSO DIRECIONADOS PARA O TESOIRO NACIONAL. | -69.316,52 |
| | BAIXA DE VALORES A RECEBER PELA CESSAO DO SERVIDORPAULO WANDERSON MOREIRA MAR TINS, MATR. 10214-8, PARA A CONTROLADORIA-GERAL DO DF. VALORES REFERENTES A EXERCICIO ANTERIOR- DIFERENCA DE FUNPRESP PATRONAL DE GRATIFICACAO NATALINA DE 2020; MOTIVO PELO QUAL RECURSOS FORAM DEVOLVIDOS AO TESOIRO E AQUI SOMENTE SE FAZ BAIXA DA CONTA DE ATIVOS-ADIANTAMENTO. | -668,47 |
| | RECLASSIFICACAO DOS SALDOS DA CTA 237110300 - AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORESDA ADMINISTRACAO DIRETA, AUTARQUIAS, FUNDACOES E FUNDOS PARA A CONTA 237110201SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES (MES DE ABERTURA). | 2.640.331,85 |
| | REFERE-SE AO REGISTRO DE ENTRADA. 2021NS000826. NFS-E 3289 (R\$ 5.100,00). CONTRATO 17/2018. TC 006.082/2021-1. SERVICOS DE IMPRESSAO GRAFICA PELO SISTEMA OFFSET, MONOCROMATICOS E POLICROMATICOS, INCLUINDO O ACABAMENTO, A PROVA CONTRATUAL,O FORNECIMENTO DE PAPEL E DE TODO MATERIAL DE SUPRIMENTO. | 5.100,00 |
| | AJUSTE CONTABIL PARA FINS DE CONCILIACAO. TC 012.850/2013-6. 2012NE003167. 2013NS003167/2014NS001734. J DEB EQUIPAMENTOS INOX. | 2.440,26 |
| | BAIXA DE BEM PARA RECLASSIFICACAO. BAIXA DO BEM PATRIMONIAL DE NUMERO 700.953 ? LICENCA DE SOFTWARE DE AVALIACAO PSICOLOGICA HUMAN GUIDE),TENDO EM VISTA SUAS CARACTERISTICAS SEMELHANTES A BENS DE CONSUMO. TC 003.378/2021-7. | -29.000,00 |
| TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO | INCORPORACAO DE BEM. REF. A LIQUIDACAO 2020NS002989.RESSARCIMENTO DE DESPESA, INCORRIDA POR SERVIDOR, COM A AQUISICAO DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA, SOLICITADO PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO (SETIC), A SER INCORPORADO AO PAT | 15.164,10 |
| | REGISTRO DE PASSIVO FINANCEIRO - FOLHA DE PAGAMENTO | -326.337,83 |
| TOTAL | | -1.319.437,08 |

Nota 11 – Direitos Contratuais

Em 30/09/2021, o Tribunal de Contas da União possuía um saldo de R\$ 1.035.000,00 relacionados a direitos contratuais que serão executadas nos próximos exercícios. Esse valor refere-se ao registro do





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

credenciamento 1/2020 de pessoas físicas e jurídicas, para o período de 2020 a 2025, para tradução de textos do português para os idiomas inglês, espanhol, francês, alemão e árabe, e versão desses idiomas estrangeiros para português, bem como tradução de qualquer dos idiomas estrangeiros listados para outro também listado, conforme demanda (vide TC 029.215/2017-0).

Nota 12 – Obrigações Contratuais

Em 30/09/2021, o Tribunal de Contas da União possuía um saldo de R\$ 301.532.318,36 relacionados a obrigações contratuais que serão executadas nos próximos exercícios.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 12a – Obrigações Contratuais – Composição.

| | Saldo Atual - R\$ | |
|----------------------|-----------------------|----------------|
| | 30/09/2021 | AV (%) |
| Aluguéis | 4.482.860,45 | 1,49% |
| Fornecimento de Bens | 5.276.043,53 | 1,75% |
| Serviços | 291.242.738,43 | 96,76% |
| Demais | 4.020,98 | 0,00% |
| Total | 301.005.664,39 | 100,00% |

Fonte: SIAFI 2021.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maioria (96,76%) do total das obrigações assumidas pelo TCU ao final de 30/09/2021.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes na data base de 30/09/2021.

Tabela 12b – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante.

| | Saldo Atual - R\$ | |
|---|-------------------|--------|
| | 30/09/2021 | AV (%) |
| 030001 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO | 276.469.161,65 | 91,85% |
| 030002 - SECRETARIA NO ESTADO DO PARA | 1.528.556,99 | 0,51% |
| 030003 - SECRETARIA NO ESTADO DO MARANHAO | 390.123,01 | 0,13% |
| 030004 - SECRETARIA NO ESTADO DO PIAUI | 86.345,68 | 0,03% |
| 030005 - SECRETARIA NO ESTADO DO CEARA | 776.123,66 | 0,26% |
| 030006 - SECRETARIA NO ESTADO DO RIO G DO NORTE | 1.532.209,95 | 0,51% |
| 030007 - SECRETARIA NO ESTADO DA PARAIBA | 1.115.170,63 | 0,37% |
| 030008 - SECRETARIA NO ESTADO DE PERNAMBUCO | 467.028,34 | 0,16% |
| 030009 - SECRETARIA NO ESTADO DE ALAGOAS | 763.938,36 | 0,25% |
| 030011 - SECRETARIA NO ESTADO DA BAHIA | 399.788,73 | 0,13% |
| 030012 - SECRETARIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS | 400.341,50 | 0,13% |
| 030013 - SECRETARIA NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | 1.356.037,66 | 0,45% |
| 030014 - SECRETARIA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL | 366.554,99 | 0,12% |
| 030015 - SECRETARIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | 763.964,72 | 0,25% |
| 030016 - SECRETARIA NO ESTADO DE SAO PAULO | 508.793,63 | 0,17% |
| 030017 - SECRETARIA NO ESTADO DO PARANA | 206.764,04 | 0,07% |
| 030018 - SECRETARIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA | 320.699,00 | 0,11% |
| 030019 - SECRETARIA NO ESTADO DO RIO G DO SUL | 133.851,92 | 0,04% |
| 030020 - SECRETARIA NO ESTADO DO MATO GROSSO | 322.345,78 | 0,11% |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | |
|--|-----------------------|----------------|
| 030021 - SECRETARIA NO ESTADO DE GOIAS | 197.740,63 | 0,07% |
| 030022 - SECRETARIA NO ESTADO DO AMAZONAS | 1.550.604,81 | 0,52% |
| 030023 - SECRETARIA NO ESTADO DE TOCANTINS | 187.809,67 | 0,06% |
| 030024 - SECRETARIA NO ESTADO DO AMAPA | 676.837,08 | 0,22% |
| 030025 - SECRETARIA NO ESTADO DE RONDONIA | 312.935,86 | 0,10% |
| 030026 - SECRETARIA NO ESTADO DO ACRE | 417.349,52 | 0,14% |
| 030027 - SECRETARIA NO ESTADO DE RORAIMA | 378.736,61 | 0,13% |
| 030050 - DIEX-DIRET PROG EXEC ORC DAS UN NOS ESTADOS | 1.412.601,21 | 0,47% |
| 030100 - PROJETO DE APOIO A MODERNIZACAO/TCU | 947.706,31 | 0,31% |
| 030203 - INSTITUTO SERZEDELLO CORREA - ISC/TCU | 7.015.542,45 | 2,33% |
| Total | 301.005.664,39 | 100,00% |

Fonte: SIAFI 2021.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 30/09/2021.

Tabela 12c – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

| | 30/09/2021 | Saldo Atual - R\$ |
|---|-----------------------|-------------------|
| | | AV (%) |
| UNI ENGENHARIA E COMERCIO LTDA | 31.598.036,66 | 10,50% |
| A2B SERVICOS DE TI LTDA (34/2020) | 30.412.936,56 | 10,10% |
| NEOENERGIA DISTRIBUICAO BRASILIA S.A. | 24.733.956,15 | 8,22% |
| R7 FACILITIES SERV DE ENGENHARIA (06/2020) | 18.632.731,57 | 6,19% |
| STEFANINI CONSULT INFORMATICA (44/2018 1TA) | 15.651.101,02 | 5,20% |
| MONEY TURISMO EIRELI - EPP (27/2018 2TA) | 12.284.556,19 | 4,08% |
| CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFO (38/2017 4TA) | 9.036.564,92 | 3,00% |
| ECT CONTRATO 02/2013 | 8.132.013,98 | 2,70% |
| HEPTA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (35/2020) | 7.499.367,91 | 2,49% |
| CITY SERVICE SEGURANCA LTDA (38/2019) | 7.075.501,01 | 2,35% |
| Demais Obrigações | 135.948.898,42 | 45,16% |
| | 301.005.664,39 | 100,00% |

Fonte: SIAFI 2021.

Em relação aos contratados da Tabela 12c, eles representam 54,84% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

1. UNI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA: Execução de obras complementares - instalações e acabamentos do edifício Anexo III do Tribunal de Contas da União em Brasília/DF. Apesar da validade desse contrato ter expirado em 02/07/2009, o saldo apresentado encontra-se em discussão judicial;
2. A2B SERVICOS DE TI LTDA (34/2020): Prestação de serviços gerenciados de proteção de dados.
3. NEOENERGIA DISTRIBUICAO BRASILIA S.A – Fornecimento de Energia Elétrica.
4. R7 FACILITIES SERV DE ENGENHARIA (06/2020): Prestação de serviços continuados de apoio administrativo nas dependências do TCU, em Brasília/DF
5. STEFANINI CONSUL E ASS EM INFORMAT: Prestação presencial de serviços de projeto de manutenção de software com práticas ágeis.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

6. MONEY TURISMO EIRELI – EPP: Serviço de natureza continuada para cotação, reserva e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (e-mail e telefone) e de Posto de Atendimento Avançado da CONTRATADA.
7. CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFO: Fornecimento de Unidades de Serviços Técnicos de Infraestrutura de TI (USIT) para prestação de serviços técnicos especializados continuados na área de Tecnologia da Informação (TI).
8. ECT - Prestação de serviços e venda de produtos, que atenda às necessidades do TCU e de suas Secretarias.
9. HEPTA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA - Prestação dos serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação para organização, desenvolvimento, implantação e execução continuada de atividades de suporte técnico remoto e presencial a usuários de soluções de TI.
10. CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA: Prestação de serviço continuado de vigilância armada nas dependências da Secretaria do Tribunal de Contas da União, nas residências das autoridades, segurança de eventos na modalidade eventual e de segurança pessoal privada armada para veículos.

Em relação aos contratados acima, no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Quadro 12d – Contratados – Principais Transações.

| Contratado | Objeto | Valor Contratado | Valor Empenhado | Validade |
|---|---|------------------|-----------------|------------------------------|
| A28 SERVICOS DE TI LTDA – CT 34/2020 | Prestação de serviços gerenciados de proteção de dados. | 31.399.680,00 | 6.279.936,00 | 25/11/2020 até 24/11/2025 |
| R7 FACILITIES SERV DE ENGENHARIA – CT 06/2020 | Prestação de serviços continuados de apoio administrativo nas dependências do TCU, em Brasília/DF. | 40.190.213,18 | 27.939.191,66 | 01/04/2020 até 30/09/2022 |
| CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA – CT 38/2019 | Prestação de serviço continuado de vigilância armada nas dependências da Secretaria do Tribunal de Contas da União, nas residências das autoridades, segurança de eventos na modalidade eventual e de segurança pessoal privada armada para veículos. | 27.730.896,08 | 24.330.276,12 | 01/10/2019 a 31/03/2022 |
| MONEY TURISMO EIRELI – EPP – CT 27/2018 | Serviço de natureza continuada para cotação, reserva e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (e-mail e telefone) e de Posto de Atendimento Avançado da CONTRATADA. | 25.200.000,00 | 6.854.510,33 | 03/05/2020 até 02/05/2022 |
| STEFANINI CONSUL E ASS EM INFORMAT – CT 44/2018 | Prestação presencial de serviços de projeto de manutenção de software com práticas ágeis. | 48.439.859,51 | 27.733.046,28 | 15/08/2018 a 14/08/2022 |
| HEPTA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (35/2020) | Prestação dos serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação para organização, desenvolvimento, implantação e execução continuada de atividades de suporte técnico remoto e presencial a usuários de soluções de TI. | 10.316.473,10 | 4.539.248,16 | de 25/11/2020 até 24/05/2023 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | | |
|-------------------|---|---------------|--------------|-------------------------|
| *ECT – CT 02/2013 | Prestação de serviços e venda de produtos, que atenda às necessidades do TCU e de suas Secretarias. | 6.855.600,000 | 3.574.688,11 | 06/06/2017 a 31/01/2018 |
|-------------------|---|---------------|--------------|-------------------------|

Fonte: Contrata
(*) Contrato expirado, em análise.

Nota 13 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Em 30/09/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou saldo no item Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços, no valor de R\$ 8.242.613,84. Este valor refere-se, em sua maior parte, à arrecadação referente à prestação de serviços de pagamento dos valores líquidos da folha salarial de servidores ativos, aposentados e pensionistas do TCU, e serviços de atualização cadastral (TC 025.481/2017-7). Nesses contratos com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, a remuneração à União é de 1,03% sobre o total líquido da folha de salários processada e é recolhida via GRU – Guia de Recolhimento da União, no código 28969.

Tabela 13 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos – Composição

| Agente Recolhedor | | Código de Recolhimento | Valor Recolhido (R\$)* |
|-------------------|-------------------------|---|------------------------|
| 001 | BANCO DO BRASIL S.A. | 28969-RECEITA CESSAO DIR.OPERACIONALIZACAO PAGAMENT | 6.590.355,50 |
| 009 | CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | | 1.652.258,34 |
| Total | | | 8.242.613,84 |

Fonte: SIAFI 2021

Nota 14 - Outras Transferências e Delegações Recebidas

Em 30/09/2021, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 5.975.472,41. Parte expressiva desse valor refere-se à correção contábil efetuada em razão da transferência de bens imóveis da conta 123210102 para a Superintendência do Patrimônio da União – SPU, conforme o documento 2021NL800025, de 02/06/2021, no valor de R\$ 5.350.679,21 (devolução do imóvel pela SPU para a correção de valores – reavaliação).

Nota 15 – Reavaliação de Ativos

Em 30/09/2021, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 9.037.893,25. Trata-se da reavaliação dos imóveis da conta 123210102 – Edifícios:

- 1) Reavaliação do imóvel nº RIP 5705000685006*, no valor de R\$ 5.350.679,21;
- 2) Reavaliação do imóvel nº RIP 9373001735008, no valor de R\$ 3.687.214,04.

*Obs.: Em 02/06/2021, o Tribunal efetuou a transferência do imóvel RIP nº 5705000685006, da conta 123210102 – Edifícios, da Secex-ES (2021NL800003), para a Superintendência do Patrimônio da União – SPU. Houve um equívoco no lançamento contábil, o valor de transferência foi de R\$ 10.799.7961,64, quando deveria ter sido R\$ 5.449.182,43 (Edifícios: R\$ 5.350.679,21; Obras em Andamento: 98.503,22). O valor de reavaliação lançado pelo SPIUNET foi de R\$ 5.449.182,43 (2021NL800002) ao invés de R\$ 98.503,22. TC 014.279/2021-5.

Nota 16 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Em 30/09/2021, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 18.790.079,93. Trata-se de registro de arrecadação decorrente de multas, indenizações, restituições e outros.

Tabela 16 - Variações Patrimoniais Aumentativas – Composição

| | | | Saldo Atual - R\$ |
|--|------------------------|---|----------------------------|
| Conta Contábil | RA - Cód. Recolhimento | | Saldo R\$ (Conta Contábil) |
| MULTAS ADMINISTRATIVAS | 13807 | AGU-MULTAS DECORRENTES DE DECISÕES DO TCU | 5.435.142,38 |
| | 13901 | TCU-MULTAS | 1.955.928,22 |
| | 18831 | STN MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATO | 205.150,15 |
| INDENIZACOES | 13802 | AGU-RECUPERACAO DE RECURSOS-DEMAIS VALORES | 77.227,76 |
| | 13902 | TCU-DEMAIS INDENIZACOES | 7.171.668,93 |
| | 18821 | STN OUTRAS INDENIZACOES(DEDUCOES FOLHA) | 795,99 |
| RESTITUICOES | 13805 | AGU-RECUP.DESP.PRIM.EXER.ANT.TCU/CONVENIOS | 1.965.235,81 |
| | 13806 | AGU-RECUP.DESP.PRIM.EXER.ANT.TCU/OUTROS | 243.956,99 |
| | 18806 | RECUP.DESP.PRIMARIA EXERC.ANTERIORES FTE 0100 | 826.392,06 |
| | 18856 | STN OUTROS RESSARCIMENTOS | 99.518,92 |
| | 18859 | STN OUTRAS RESTITUICOES | 135.117,83 |
| | 18905 | STN REST.CONTRIB.PREVIDENCIA COMPL./FUNPRESF | 69.725,93 |
| VPA DECORRENTE DE FATORES GERADORES DIVERSOS | 18822 | STN OUTRAS RECEITAS | 529.208,74 |
| | 18844 | STN-RECEITA DECORRENTE DE INDENIZACAO SEGUROS | 26.361,32 |
| | 18854 | RESSARCIMENTO DE LIGACOES TELEFONICAS | 48.648,90 |
| Total | | | 18.790.079,93 |

Fonte: SIAFI 2021

Nota 17 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Em 30/09/2021, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 639.951.546,86, que decorreu dos seguintes registros:

Tabela 17 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – Composição

| | | | | Saldo Atual - R\$ |
|---|-----------------------|-----------------------|---------------|-------------------|
| | 30/09/2021 | 31/03/2020 | AH (%) | |
| PROVENTOS - PESSOAL CIVIL | 437.004.450,57 | 443.701.875,53 | -1,51% | |
| GRATIFICACOES | 27.516.708,09 | 28.151.122,45 | -2,25% | |
| FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS APOSENTADOS | 1.161.781,78 | 795.694,88 | 46,01% | |
| 13 SALARIO - PESSOAL CIVIL 16/91 | 38.160.022,53 | 39.047.215,52 | -2,27% | |
| LICENCA PREMIO PARA INATIVO CIVIL | 851.839,78 | 931.014,47 | -8,50% | |
| PENSOES CIVIS | 97.299.353,77 | 98.322.206,60 | -1,04% | |
| 13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS | 7.956.551,52 | 8.206.415,56 | -3,04% | |
| LICENCA-PREMIO PARA PENSIONISTA CIVIL | - | 2.095,37 | | |
| AUXILIO FUNERAL | 994.471,64 | 916.789,10 | 8,47% | |
| AUXILIO NATALIDADE | 21.122,70 | 24.738,88 | -14,62% | |
| ASSISTENCIA A SAUDE | 28.985.244,48 | 29.009.629,15 | | |
| Total | 639.951.546,86 | 649.108.797,51 | -1,41% | |

Fonte: SIAFI 2020 e 2021.

Nota 18 - Outras Transferências e Delegações Concedidas

Em 30/09/2021, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 18.479.700,09. Parte expressiva desse valor refere-se à transferência de bens imóveis da conta 123210102 – Edifícios para a Superintendência do Patrimônio da União – SPU:

- 1) Transferência de Imóveis para a SPU. Nº do Imóvel RIP: 5705000685006*. Valor: R\$ 5.350.679,21;





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

- 2) Transferência de Imóveis para a SPU. Nº do Imóvel RIP: 5705000685006*. Valor: R\$ 10.799.861,64 (correção do anterior);
- 3) Transferência de Imóveis para a SPU. Nº do Imóvel RIP: 1761002495009. Valor: R\$ 1.821.940,89.

*Obs.: Em 02/06/2021, o Tribunal efetuou a transferência do imóvel RIP nº 5705000685006, da conta 123210102 – Edifícios, da Secex-ES (2021NL800003), para a Superintendência do Patrimônio da União – SPU. Houve um equívoco no lançamento contábil, o valor de transferência foi de R\$ 10.799.7961,64, quando deveria ter sido R\$ 5.449.182,43 (Edifícios: R\$ 5.350.679,21; Obras em Andamento: 98.503,22). O valor de reavaliação lançado pelo SPIUNET foi de R\$ 5.449.182,43 (2021NL800002) ao invés de R\$ 98.503,22. TC 014.279/2021-5.

Nota 19 – Desincorporação de Ativos

Em 30/09/2021, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 94.483.694,72. Em parte, esse valor decorre da baixa do saldo da conta 123210601 – Obras em Andamento, no valor R\$ 94.016.380,81, registrado na UG 030203 – ISC. Trata-se de reclassificação relacionados à construção do complexo da sede do ISC com a respectiva incorporação dos valores vinculados ao patrimônio principal do imóvel (RGP nº 086.158 – IMÓVEIS PRÓPRIOS NACIONAIS). Termo de Baixa 01/2021.

Nota 20 - Receita Patrimonial

A Lei Orçamentária Anual (LOA/2021), Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, estima para o TCU a arrecadação de receitas próprias (Fonte de recursos 150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação) no montante de R\$13.282.321,00 (treze milhões duzentos e oitenta e dois mil trezentos e vinte e um reais), sendo: R\$12.182.321,00 (doze milhões cento e oitenta e dois mil trezentos e vinte e um reais) referentes à venda da folha de pagamento de pessoal do TCU ao Banco do Brasil S/A e à Caixa Econômica Federal; e R\$1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) referente à realização de concurso público. As arrecadações decorrentes de deliberações do TCU (débitos e/ou multas), ressarcimentos diversos, devolução de valores, alienação de bens, pagamentos pela utilização de espaços do órgão são destinadas diretamente ao Tesouro Nacional por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), com a utilização de códigos de recolhimentos específicos, não cabendo ao TCU qualquer gerenciamento da arrecadação depois de confirmada a sua contabilização.

No quadro a seguir, verificamos que, em 30/09/2021, o Tribunal apresentou um o valor de R\$ 8.242.613,84 de Receita Realizada (**Vide Nota 13**):

Tabela 20 – Demonstrativo de Receitas Próprias

| DEMONSTRATIVO DE RECEITAS PRÓPRIAS - PREVISÃO E REALIZAÇÃO | | | | | |
|---|------------|---------------------|---------------------|--------------|--------------------|
| R\$ 1,00 | | | | | |
| Natureza da Receita | Período de | PREVISÃO ATUALIZADA | REALIZAÇÃO (MENSAL) | REALIZAÇÃO | RECEITA A REALIZAR |
| Cessão do Direito de Operacionalização dos Pagamentos - Fopag | Janeiro | 12.182.321,00 | 1.087.174,87 | 1.087.174,87 | 11.095.146,13 |
| | Fevereiro | | 953.112,78 | 2.040.287,65 | 10.142.033,35 |
| | Março | | 648.308,62 | 2.688.596,27 | 9.493.724,73 |
| | Abril | | 992.511,52 | 3.681.107,79 | 8.501.213,21 |
| | Maio | | 822.343,78 | 4.503.451,57 | 7.678.869,43 |
| | Junho | | 903.994,03 | 5.407.445,60 | 6.774.875,40 |
| | Julho | | 1.213.481,76 | 6.620.927,36 | 5.561.393,64 |
| | Agosto | | 814.785,28 | 7.435.712,64 | 4.746.608,36 |
| | Setembro | | 806.901,20 | 8.242.613,84 | 3.939.707,16 |
| Inscrição em Concursos e | Janeiro a | 1.100.000,00 | - | - | 1.100.000,00 |
| Total | | 13.282.321,00 | 8.242.613,84 | 8.242.613,84 | 5.039.707,16 |

Fonte: Tesouro Gerencial (19/10/2021)





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;



Cândido Portinari - Preparativos para São João

Notas Explicativas

Demonstrativos Contábeis
4º Trimestre

2021





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Sumário

| | |
|---|----|
| Relação das Unidades Gestoras no âmbito do TCU..... | 3 |
| Demonstrações Contábeis..... | 4 |
| Balanço Patrimonial | 6 |
| Demonstração das Variações Patrimoniais..... | 8 |
| Balanço Orçamentário | 9 |
| Balanço Financeiro | 10 |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa..... | 11 |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido..... | 12 |
| Notas Explicativas | 13 |
| 1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis..... | 13 |
| 2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis..... | 13 |
| 3 – Notas Explicativas..... | 16 |
| Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa | 16 |
| Nota 02 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo | 16 |
| Nota 03 – Estoques..... | 16 |
| Nota 04 – VPDs Pagas Antecipadamente | 17 |
| Nota 05 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo..... | 18 |
| Nota 06 – Imobilizado..... | 18 |
| Nota 07 – Intangível | 21 |
| Nota 08 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo..... | 23 |
| Nota 09 – Fornecedores e Contas a Pagar | 23 |
| Nota 10 – Ajustes de Exercícios Anteriores..... | 24 |
| Nota 11 – Direitos Contratuais | 27 |
| Nota 12 – Obrigações Contratuais..... | 27 |
| Nota 13 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | 29 |
| Nota 14 - Outras Transferências e Delegações Recebidas | 30 |
| Nota 15 – Reavaliação de Ativos | 30 |
| Nota 16 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | 30 |
| Nota 17 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais..... | 30 |
| Nota 18 - Outras Transferências e Delegações Concedidas | 31 |
| Nota 19 – Desincorporação de Ativos | 31 |
| Nota 20 - Receita Patrimonial | 31 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Relação das Unidades Gestoras no âmbito do TCU

| Código da UG Executora | Nome da UG Executora |
|------------------------|---|
| 30001 | Tribunal de Contas da União |
| 30002 | Secretaria no Estado do Pará |
| 30003 | Secretaria no Estado do Maranhão |
| 30004 | Secretaria no Estado do Piauí |
| 30005 | Secretaria no Estado do Ceará |
| 30006 | Secretaria no Estado do Rio Grande do Norte |
| 30007 | Secretaria no Estado da Paraíba |
| 30008 | Secretaria no Estado de Pernambuco |
| 30009 | Secretaria no Estado de Alagoas |
| 30010 | Secretaria no Estado de Sergipe |
| 30011 | Secretaria no Estado da Bahia |
| 30012 | Secretaria no Estado de Minas Gerais |
| 30013 | Secretaria no Estado do Espírito Santo |
| 30014 | Secretaria no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 30015 | Secretaria no Estado do Rio de Janeiro |
| 30016 | Secretaria no Estado de São Paulo |
| 30017 | Secretaria no Estado do Paraná |
| 30018 | Secretaria no Estado de Santa Catarina |
| 30019 | Secretaria no Estado do Rio Grande do Sul |
| 30020 | Secretaria no Estado do Mato Grosso |
| 30021 | Secretaria no Estado de Goiás |
| 30022 | Secretaria no Estado do Amazonas |
| 30023 | Secretaria no Estado de Tocantins |
| 30024 | Secretaria no Estado do Amapá |
| 30025 | Secretaria no Estado de Rondônia |
| 30026 | Secretaria no Estado do Acre |
| 30027 | Secretaria no Estado de Roraima |
| 30050 | Diex-Diretoria Prog Exec Orc das Unidades nos Estados |
| 30060 | Seae – Secretaria de Apoio Especializado |
| 30203 | Instituto Serzedello Correa – ISC/TCU |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Tribunal de Contas da União, a seguir transcritas, contemplam a execução do Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021, e constituem-se dos Balanços Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, das Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), bem como das respectivas Notas Explicativas.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Declaração do Contador

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 do Tribunal de Contas da União.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Brasília, 25 de fevereiro de 2022

Humberto Durães Versiani

CRC nº 050.173/O-1 T-DF
Contador do Tribunal de Contas da União





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Balanco Patrimonial

| ATIVO | | | |
|--|-------|-------------------------|-------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | NE | 2021 | 2020 |
| ATIVO CIRCULANTE | | 465.240.194,70 | 264.948.639,97 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | NE 01 | 351.516.525,80 | 227.239.455,79 |
| Créditos a Curto Prazo | | 83.084.619,13 | 19.366.279,55 |
| Demais Créditos e Valores | NE 02 | 83.084.619,13 | 19.366.279,55 |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo | | - | - |
| Estoque | NE 03 | 1.107.083,11 | 1.421.055,91 |
| VPDs Pagas Antecipadamente | NE 04 | 29.531.966,66 | 16.921.848,72 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 931.505.471,10 | 1.020.352.544,26 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | NE 05 | - | 42.286,36 |
| Créditos a Longo Prazo | | - | - |
| Demais Créditos e Valores | | - | - |
| Estoque | | - | - |
| Investimentos | | - | - |
| Participações Permanentes | | - | - |
| Propriedades para Investimento | | - | - |
| Propriedades para Investimento | | - | - |
| (-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos | | - | - |
| (-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos | | - | - |
| Investimentos do RPPS de Longo Prazo | | - | - |
| Investimentos do RPPS de Longo Prazo | | - | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS | | - | - |
| Demais Investimentos Permanentes | | - | - |
| Demais Investimentos Permanentes | | - | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm. | | - | - |
| Imobilizado | NE 06 | 841.118.401,19 | 933.607.398,36 |
| Bens Móveis | | 73.818.532,01 | 68.871.592,50 |
| Bens Móveis | | 172.489.779,18 | 156.332.163,88 |
| (-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis | | (98.671.247,17) | (87.460.571,38) |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis | | - | - |
| Bens Imóveis | | 767.299.869,18 | 864.735.805,86 |
| Bens Imóveis | | 797.761.811,83 | 892.960.173,81 |
| (-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis | | (30.461.942,65) | (28.224.367,95) |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis | | - | - |
| Intangível | NE 07 | 90.387.069,91 | 86.702.859,54 |
| Softwares | | 90.387.069,91 | 86.702.859,54 |
| Softwares | | 90.387.069,91 | 86.702.859,54 |
| (-) Amortização Acumulada de Softwares | | - | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares | | - | - |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais | | - | - |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais | | - | - |
| (-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind | | - | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. | | - | - |
| Direitos de Uso de Imóveis | | - | - |
| Direitos de Uso de Imóveis | | - | - |
| (-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis | | - | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis | | - | - |
| Diferido | | - | - |
| TOTAL DO ATIVO | | 1.396.745.665,80 | 1.285.301.184,23 |
| PASSIVO | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | | 2021 | 2020 |
| PASSIVO CIRCULANTE | | 5.053.751,92 | 4.441.599,77 |
| Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo | NE 08 | - | - |
| Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo | | - | - |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | NE 09 | 5.053.751,92 | 4.441.599,77 |
| Obrigações Fiscais a Curto Prazo | | - | - |
| Obrigações de Repartição a Outros Entes | | - | - |
| Provisões a Curto Prazo | | - | - |
| Demais Obrigações a Curto Prazo | | - | - |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | - | - |
| Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo | | - | - |
| Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo | | - | - |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo | | - | - |
| Obrigações Fiscais a Longo Prazo | | - | - |
| Provisões a Longo Prazo | | - | - |
| Demais Obrigações a Longo Prazo | | - | - |
| Resultado Diferido | | - | - |
| TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL | | 5.053.751,92 | 4.441.599,77 |
| ESPECIFICAÇÃO | | 2021 | 2020 |
| Patrimônio Social e Capital Social | | - | - |
| Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) | | - | - |
| Reservas de Capital | | - | - |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | | - | - |
| Reservas de Lucros | | - | - |
| Demais Reservas | | - | - |
| Resultados Acumulados | | 1.391.691.913,88 | 1.280.859.584,46 |
| Resultado do Exercício | | 112.386.911,92 | 105.646.492,34 |
| Resultados de Exercícios Anteriores | | 1.280.859.584,46 | 1.177.853.423,97 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | NE 10 | (1.554.582,50) | (2.640.331,85) |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | |
|--|--|-------------------------|-------------------------|
| (-) Ações / Cotas em Tesouraria | | - | - |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 1.391.691.913,88 | 1.280.859.584,46 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 1.396.745.665,80 | 1.285.301.184,23 |

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

| ATIVO | | | |
|---------------------------|--|-------------------------|-------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | | 2021 | 2020 |
| ATIVO FINANCEIRO | | 351.516.724,85 | 227.242.465,43 |
| ATIVO PERMANENTE | | 1.045.228.940,95 | 1.058.058.718,80 |
| PASSIVO | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | | 2021 | 2020 |
| PASSIVO FINANCEIRO | | 61.369.275,70 | 49.478.100,01 |
| PASSIVO PERMANENTE | | 3.168.027,05 | 2.840.825,76 |
| SALDO PATRIMONIAL | | 1.332.208.363,05 | 1.232.982.258,46 |

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

| ATIVO | | | |
|---|--------------|-----------------------|-----------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | | 2021 | 2020 |
| ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos | | | |
| SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS | NE 11 | 1.035.000,00 | 1.035.000,00 |
| Atos Potenciais Ativos | | 1.035.000,00 | 1.035.000,00 |
| Garantias e Contragarantias Recebidas | | - | - |
| Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres | | - | - |
| Direitos Contratuais | | 1.035.000,00 | 1.035.000,00 |
| Outros Atos Potenciais Ativos | | - | - |
| TOTAL | | 1.035.000,00 | 1.035.000,00 |
| PASSIVO | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | | 2021 | 2020 |
| ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos | | | |
| SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | NE 12 | 296.992.781,87 | 301.532.318,36 |
| Atos Potenciais Passivos | | 296.992.781,87 | 301.532.318,36 |
| Garantias e Contragarantias Concedidas | | - | - |
| Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres | | 4.020,98 | 4.020,98 |
| Obrigações Contratuais | | 296.988.760,89 | 301.528.297,38 |
| Outros Atos Potenciais Passivos | | - | - |
| TOTAL | | 296.992.781,87 | 301.532.318,36 |

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

| DESTINAÇÃO DE RECURSOS | | |
|---|--|-----------------------|
| Recursos Ordinários | | 231.103.101,97 |
| Recursos Vinculados | | 59.044.347,18 |
| Seguridade Social (Exceto Previdência) | | 19.172.898,65 |
| Previdência Social (RPPS) | | 3.766.752,26 |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | | 36.104.696,27 |
| TOTAL | | 290.147.449,15 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Demonstração das Variações Patrimoniais

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS | | | |
|---|--------------|-------------------------|-------------------------|
| | NE | 2021 | 2020 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | | 2.343.319.209,20 | 2.408.845.503,92 |
| Contribuições | | - | - |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | NE 13 | 14.028.951,13 | 11.077.050,28 |
| Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços | | 14.028.951,13 | 11.077.050,28 |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | | 124.496,28 | 274.826,80 |
| Juros e Encargos de Mora | | 97.056,71 | 43.892,84 |
| Variações Monetárias e Cambiais | | 27.439,57 | 230.933,96 |
| Transferências e Delegações Recebidas | | 2.293.718.506,15 | 2.348.459.003,32 |
| Transferências Intragovernamentais | | 2.286.812.448,42 | 2.184.049.502,09 |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas | NE 14 | 6.906.057,73 | 164.409.501,23 |
| Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos | | 9.507.893,34 | 165.440,21 |
| Reavaliação de Ativos | NE 15 | 9.037.893,25 | - |
| Ganhos com Incorporação de Ativos | | - | 82.875,78 |
| Ganhos com Desincorporação de Passivos | | 470.000,09 | 82.564,43 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | | 25.939.362,30 | 48.869.183,31 |
| Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas | | - | 21.249.251,94 |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | NE 16 | 25.939.362,30 | 27.619.931,37 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | | 2.230.932.297,28 | 2.303.199.011,58 |
| Pessoal e Encargos | | 1.054.390.817,14 | 1.071.783.371,26 |
| Remuneração a Pessoal | | 831.959.933,78 | 847.926.643,14 |
| Encargos Patronais | | 189.392.154,34 | 190.304.883,42 |
| Benefícios a Pessoal | | 32.979.323,54 | 33.551.844,70 |
| Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos | | 59.405,48 | - |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | NE 17 | 850.012.363,88 | 864.050.679,45 |
| Aposentadorias e Reformas | | 670.639.602,12 | 682.324.204,44 |
| Pensões | | 139.632.550,11 | 141.941.938,14 |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais | | 39.740.211,65 | 39.784.536,87 |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | | 153.263.891,86 | 148.459.069,75 |
| Uso de Material de Consumo | | 2.313.436,60 | 827.919,72 |
| Serviços | | 131.686.779,01 | 126.451.021,19 |
| Depreciação, Amortização e Exaustão | | 19.263.676,25 | 21.180.128,84 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | | 14.428,23 | 7.606,59 |
| Juros e Encargos de Mora | | 739,66 | 2.409,96 |
| Variações Monetárias e Cambiais | | 20,04 | 93,55 |
| Descontos Financeiros Concedidos | | 13.668,53 | 5.103,08 |
| Transferências e Delegações Concedidas | | 74.322.545,29 | 216.818.616,90 |
| Transferências Intragovernamentais | | 53.600.504,96 | 50.494.902,57 |
| Transferências ao Exterior | | 128.269,16 | 588.198,61 |
| Outras Transferências e Delegações Concedidas | NE 18 | 20.593.771,17 | 165.735.515,72 |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | | 96.637.530,08 | 50.796,75 |
| Perdas Involuntárias | | 26.133,80 | - |
| Desincorporação de Ativos | NE 19 | 96.611.396,28 | 50.796,75 |
| Tributárias | | 227.945,95 | 231.248,75 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | | 72.973,87 | 63.066,18 |
| Contribuições | | 154.972,08 | 168.182,57 |
| Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados | | - | - |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | | 2.062.774,85 | 1.797.622,13 |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas | | 2.062.774,85 | 1.797.622,13 |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO | | 112.386.911,92 | 105.646.492,34 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS | | | |
| | | 2021 | 2020 |
| | | | |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Balanco Orçamentário

| RECEITA | | | | | |
|--|-------|----------------------|----------------------|-------------------------|-------------------------|
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO | RECEITAS | SALDO |
| RECEITAS CORRENTES | | 13.282.321,00 | 13.282.321,00 | 14.028.951,13 | 746.630,13 |
| Receitas Tributárias | | - | - | - | - |
| Receitas de Contribuições | | - | - | - | - |
| Receita Patrimonial | NE 20 | 12.182.321,00 | 12.182.321,00 | 10.731.711,12 | (1.450.609,88) |
| Cessão de Direitos | | 12.182.321,00 | 12.182.321,00 | 10.731.711,12 | (1.450.609,88) |
| Receita Agropecuária | | - | - | - | - |
| Receita Industrial | | - | - | - | - |
| Receitas de Serviços | | 1.100.000,00 | 1.100.000,00 | 3.297.240,01 | 2.197.240,01 |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | | 1.100.000,00 | 1.100.000,00 | 3.297.240,01 | 2.197.240,01 |
| Transferências Correntes | | - | - | - | - |
| Outras Receitas Correntes | | - | - | - | - |
| RECEITAS DE CAPITAL | | - | - | - | - |
| Operações de Crédito | | - | - | - | - |
| Alienação de Bens | | - | - | - | - |
| Amortização de Empréstimos | | - | - | - | - |
| Transferências de Capital | | - | - | - | - |
| Outras Receitas de Capital | | - | - | - | - |
| SUBTOTAL DE RECEITAS | | 13.282.321,00 | 13.282.321,00 | 14.028.951,13 | 746.630,13 |
| REFINANCIAMENTO | | - | - | - | - |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO | | 13.282.321,00 | 13.282.321,00 | 14.028.951,13 | 746.630,13 |
| DEFICIT | | - | - | 2.160.714.492,62 | 2.160.714.492,62 |
| TOTAL | | 13.282.321,00 | 13.282.321,00 | 2.174.743.443,75 | 2.161.461.122,75 |
| CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS | | - | 469.774,00 | - | -469.774,00 |
| Créditos Cancelados | | - | 469.774,00 | - | - |

| DESPESA | | | | | | |
|-------------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------|
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS | SALDO DA DOTAÇÃO |
| DESPESAS CORRENTES | 2.245.229.688,00 | 2.245.699.462,00 | 2.135.376.516,81 | 2.106.099.185,15 | 2.106.099.185,15 | 110.322.945,19 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 1.949.478.268,00 | 1.949.948.042,00 | 1.898.835.827,66 | 1.894.741.037,46 | 1.894.741.037,46 | 51.112.214,34 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 295.751.420,00 | 295.751.420,00 | 236.540.689,15 | 211.358.147,69 | 211.358.147,69 | 59.210.730,85 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 63.038.108,00 | 63.038.108,00 | 39.366.926,94 | 18.970.192,38 | 18.970.192,38 | 23.671.181,06 |
| Investimentos | 63.038.108,00 | 63.038.108,00 | 39.366.926,94 | 18.970.192,38 | 18.970.192,38 | 23.671.181,06 |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | - | - | - | - | - | - |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS | 2.308.267.796,00 | 2.308.737.570,00 | 2.174.743.443,75 | 2.125.069.377,53 | 2.125.069.377,53 | 133.994.126,25 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida Interna | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida Externa | - | - | - | - | - | - |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO | 2.308.267.796,00 | 2.308.737.570,00 | 2.174.743.443,75 | 2.125.069.377,53 | 2.125.069.377,53 | 133.994.126,25 |
| TOTAL | 2.308.267.796,00 | 2.308.737.570,00 | 2.174.743.443,75 | 2.125.069.377,53 | 2.125.069.377,53 | 133.994.126,25 |

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | LIQUIDADOS | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|----------------------------|------------------------------------|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| DESPESAS CORRENTES | 5.341.771,97 | 23.070.167,87 | 11.220.932,58 | 11.220.932,57 | 10.965.712,25 | 6.225.295,02 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 2.891.531,40 | 2.982.791,80 | 1.154.936,97 | 1.154.936,97 | 2.862.837,77 | 1.856.548,46 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 2.450.240,57 | 20.087.376,07 | 10.065.995,61 | 10.065.995,60 | 8.102.874,48 | 4.368.746,56 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 2.609.212,92 | 18.397.219,92 | 12.543.445,49 | 12.543.445,49 | 2.998.020,51 | 5.464.966,84 |
| Investimentos | 2.609.212,92 | 18.397.219,92 | 12.543.445,49 | 12.543.445,49 | 2.998.020,51 | 5.464.966,84 |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 7.950.984,89 | 41.467.387,79 | 23.764.378,07 | 23.764.378,06 | 13.963.732,76 | 11.690.261,86 |

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|----------------------------|------------------------------------|---|----------|------------------|-----------------|
| DESPESAS CORRENTES | 59.657,33 | 70,00 | - | 54.779,71 | 4.947,62 |
| Pessoal e Encargos Sociais | - | - | - | - | - |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 59.657,33 | 70,00 | - | 54.779,71 | 4.947,62 |
| DESPESAS DE CAPITAL | - | - | - | - | - |
| Investimentos | - | - | - | - | - |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 59.657,33 | 70,00 | - | 54.779,71 | 4.947,62 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Balanco Financeiro

| INGRESSOS | | | DISPÊNDIOS | | |
|---|-------------------------|-------------------------|---|-------------------------|-------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 | ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 |
| Receitas Orçamentárias | 14.028.951,13 | 11.076.813,28 | Despesas Orçamentárias | 2.174.743.443,75 | 2.161.299.119,35 |
| Ordinárias | - | - | Ordinárias | 1.310.874.828,04 | 1.324.777.964,72 |
| Vinculadas | 14.029.212,68 | 11.076.905,70 | Vinculadas | 863.868.615,71 | 836.521.154,63 |
| Previdência Social (RPPS) | - | - | Seguridade Social (Exceto Previdência) | 521.230.470,12 | 504.946.091,43 |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 14.028.951,13 | 11.076.813,28 | Previdência Social (RPPS) | 331.605.339,00 | 331.567.036,00 |
| Recursos a Classificar | 261,55 | 92,42 | Dívida Pública | - | 8.027,20 |
| (-) Deduções da Receita Orçamentária | (261,55) | (92,42) | Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 11.032.806,59 | - |
| Transferências Financeiras Recebidas | 2.286.064.351,17 | 2.184.049.502,09 | Transferências Financeiras Concedidas | 52.852.407,71 | 50.494.902,57 |
| Resultantes da Execução Orçamentária | 2.284.717.444,47 | 2.182.725.363,46 | Resultantes da Execução Orçamentária | 25.638.380,59 | 21.511.805,81 |
| Cota Recebida | 2.264.307.405,97 | 2.162.092.798,77 | Repasse Concedido | 702.466,67 | 887.268,32 |
| Repasse Recebido | 89.047,19 | 8.027,20 | Sub-repasse Concedido | 19.248.414,76 | 18.222.412,52 |
| Sub-repasse Recebido | 19.248.414,76 | 18.222.412,52 | Cota Devolvida | 4.614.922,61 | - |
| Sub-repasse Devolvido | 1.072.576,55 | 2.402.124,97 | Sub-repasse Devolvido | 1.072.576,55 | 2.402.124,97 |
| Independentes da Execução Orçamentária | 1.346.906,70 | 1.324.138,63 | - | - | - |
| Transferências Recebidas para Pagamento de RP | 25.408,22 | 962.815,12 | Independentes da Execução Orçamentária | 27.214.027,12 | 28.983.096,76 |
| Demais Transferências Recebidas | 128.807,72 | 150.917,73 | Transferências Concedidas para Pagamento de RP | 25.408,22 | 962.815,12 |
| Movimentação de Saldos Patrimoniais | 510.960,65 | 194.111,96 | Movimento de Saldos Patrimoniais | 26.506.888,79 | 28.003.987,82 |
| Movimentações para Incorporação de Saldos | 681.730,11 | 16.293,82 | Movimentações para Incorporação de Saldos | 681.730,11 | 16.293,82 |
| Aporte ao RPPS | - | - | Aporte ao RPPS | - | - |
| Aporte ao RGPS | - | - | Aporte ao RGPS | - | - |
| Recebimentos Extraorçamentários | 76.287.950,60 | 69.341.324,18 | Pagamentos Extraorçamentários | 24.508.331,43 | 13.467.305,84 |
| Inscrição dos Restos a Pagar Processados | - | - | Pagamento dos Restos a Pagar Processados | - | 16.407,09 |
| Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados | 49.674.066,22 | 41.467.387,79 | Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados | 23.764.378,06 | 13.251.718,28 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 743.953,37 | 199.180,47 | Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 743.953,37 | 199.180,47 |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários | 25.869.931,01 | 27.674.755,92 | Outros Pagamentos Extraorçamentários | - | - |
| Arrecadação de Outra Unidade | 25.867.120,42 | 27.658.958,13 | - | - | - |
| Valores para Compensação | 2.810,59 | 15.797,79 | - | - | - |
| Saldo do Exercício Anterior | 227.239.455,79 | 188.033.144,00 | Saldo para o Exercício Seguinte | 351.516.525,80 | 227.239.455,79 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 227.239.455,79 | 188.033.144,00 | Caixa e Equivalentes de Caixa | 351.516.525,80 | 227.239.455,79 |
| TOTAL | 2.603.620.708,69 | 2.452.500.783,55 | TOTAL | 2.603.620.708,69 | 2.452.500.783,55 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Demonstração dos Fluxos de Caixa

| | 2021 | 2020 |
|--|---------------------------|---------------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 155.790.707,88 | 60.927.802,34 |
| INGRESSOS | 2.326.707.186,68 | 2.223.000.251,76 |
| Receita Patrimonial | 10.731.711,12 | 11.076.813,28 |
| Receita de Serviços | 3.297.240,01 | - |
| Outros Ingressos Operacionais | 2.312.678.235,55 | 2.211.923.438,48 |
| Ingressos Extraorçamentários | 743.953,37 | 199.180,47 |
| Transferências Financeiras Recebidas | 2.286.064.351,17 | 2.184.049.502,09 |
| Arrecadação de Outra Unidade | 25.867.120,42 | 27.658.958,13 |
| Valores para Compensação | 2.810,59 | 15.797,79 |
| DESEMBOLSOS | (2.170.916.478,80) | (2.162.072.449,42) |
| Pessoal e Demais Despesas | (1.948.400.706,30) | (1.944.143.423,80) |
| Legislativo | (1.136.655.806,71) | (1.119.453.012,10) |
| Judiciário | (61.487,63) | - |
| Previdência Social | (810.874.657,25) | (824.682.384,50) |
| Ciência e Tecnologia | - | (8.027,20) |
| Encargos Especiais | (808.754,71) | - |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - |
| Transferências Concedidas | (168.919.411,42) | (167.234.942,58) |
| Intragovernamentais | (168.791.142,26) | (166.646.743,97) |
| Outras Transferências Concedidas | (128.269,16) | (588.198,61) |
| Outros Desembolsos Operacionais | (53.596.361,08) | (50.694.083,04) |
| Dispêndios Extraorçamentários | (743.953,37) | (199.180,47) |
| Transferências Financeiras Concedidas | (52.852.407,71) | (50.494.902,57) |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | (31.513.637,87) | (21.721.490,55) |
| INGRESSOS | - | - |
| Alienação de Bens | - | - |
| Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos | - | - |
| Outros Ingressos de Investimentos | - | - |
| DESEMBOLSOS | (31.513.637,87) | (21.721.490,55) |
| Aquisição de Ativo Não Circulante | (25.225.457,15) | (10.754.737,98) |
| Outros Desembolsos de Investimentos | (6.288.180,72) | (10.966.752,57) |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | - | - |
| INGRESSOS | - | - |
| Operações de Crédito | - | - |
| Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes | - | - |
| Outros Ingressos de Financiamento | - | - |
| DESEMBOLSOS | - | - |
| Amortização / Refinanciamento da Dívida | - | - |
| Outros Desembolsos de Financiamento | - | - |
| GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 124.277.070,01 | 39.206.311,79 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL | 227.239.455,79 | 188.033.144,00 |
| CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL | 351.516.525,80 | 227.239.455,79 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

| Especificação | Patrimônio/ Capital Social | Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC) | Reserva de Capital | Reservas de Lucros | Demais Reservas | Resultados Acumulados | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Ações/Cotas em Tesouraria | Total |
|--|-------------------------------|---|-----------------------|-----------------------|--------------------|--------------------------|--|------------------------------|------------------|
| Saldo Inicial do Exercício 2020 | - | - | - | - | - | 1.177.853.423,97 | - | - | 1.177.853.423,97 |
| Variação Cambial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | (2.671.319,87) | - | - | (2.671.319,87) |
| Aumento/Redução de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resgate/Remissão de Ações e Cotas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos | - | - | - | - | - | 30.988,02 | - | - | 30.988,02 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado do Exercício | - | - | - | - | - | 105.646.492,34 | - | - | 105.646.492,34 |
| Constituição/Reversão de Reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos/Juros sobre Capital Próprio | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo Final do Exercício 2020 | - | - | - | - | - | 1.280.859.584,46 | - | - | 1.280.859.584,46 |

| Especificação | Patrimônio/ Capital Social | Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC) | Reserva de Capital | Reservas de Lucros | Demais Reservas | Resultados Acumulados | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Ações/Cotas em Tesouraria | Total |
|--|-------------------------------|---|-----------------------|-----------------------|--------------------|--------------------------|--|------------------------------|------------------|
| Saldo Inicial do Exercício 2021 | - | - | - | - | - | 1.280.859.584,46 | - | - | 1.280.859.584,46 |
| Variação Cambial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | (1.598.319,80) | - | - | (1.598.319,80) |
| Aumento/Redução de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resgate/Remissão de Ações e Cotas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos | - | - | - | - | - | 43.737,30 | - | - | 43.737,30 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado do Exercício | - | - | - | - | - | 112.386.911,92 | - | - | 112.386.911,92 |
| Constituição/Reversão de Reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos/Juros sobre Capital Próprio | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo Final do Exercício 2021 | - | - | - | - | - | 1.391.691.913,88 | - | - | 1.391.691.913,88 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Notas Explicativas

1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Tribunal de Contas da União são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As estruturas e a composição das demonstrações estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante denominado modelo PCASP). Dessa forma, as demonstrações são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do TCU, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Moeda funcional

A moeda funcional do TCU é o Real.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Refere-se a valores registrados na conta única do TCU, liberados pelo Tesouro Nacional por meio do limite de saque com vinculação de pagamento.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos referentes à folha de pagamento (13º Salário, Férias, etc.) e suprimimento de fundos.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

(d) Estoques

Compreendem o almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(e) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

(f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(h) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis do TCU é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável do bem, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle (art 7º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10/12/2014), e a depreciação é calculada a partir do dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(i) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do TCU são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar e demais obrigações.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

(k) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

I Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

II Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

III Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da TCU.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro.

A seguir, são detalhados os principais itens dos demonstrativos contábeis:





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

3 – Notas Explicativas

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31/12/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou um saldo de R\$ 351.516.525,80 relacionados ao Limite de Saque, assim distribuídos:

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição.

| Fonte Recursos Detalhada | | Vinculação Pagamento | DEZ/2021 | DEZ/2020 | Saldo Atual - R\$ AH (%) |
|--------------------------|---|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------------|
| 0100000000 | RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO | 306 CPSSS-CONTRIB. PATRONAL SEGUR. SERVIDOR PUBL. | 15.924.485,75 | 8.303.429,07 | 91,78% |
| | | 310 PAGAMENTO PESSOAL | 50.820.211,61 | 36.100.367,53 | 40,77% |
| | | 312 INSS - EPU CUSTEIO | 166.812,76 | 166.812,76 | 0,00% |
| | | 350 CREDITOS EXTRAORDINARIOS | 185.248,19 | 185.248,19 | 0,00% |
| | | 400 CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2 | 210.156.655,83 | 132.735.096,94 | 58,33% |
| | | 412 PAG.DE CARTAO DE CREDITO-RESUL.PRIM= 2 | 276.105,50 | 104.692,29 | 163,73% |
| | | 414 CUSTEIO - PAGTO DE DIARIAS | 2.886.969,35 | 3.404.062,46 | -15,19% |
| | | 422 AUXILIO FUNERAL - CUSTEIO-RESUL.PRIM 1 E 4 | 1.650.973,68 | 1.241.020,18 | 33,03% |
| | | 510 FOLHA - CUSTEIO OBRIGATORIO - RESUL.PRIM.=1 | 1.556.472,70 | 2.229.167,69 | -30,18% |
| | | 514 FOLHA - CUSTEIO DISCRICIONARIO -RESUL.PRIM=2 | 5.868.848,26 | 4.434.917,50 | 32,33% |
| 0150000000 | REC. PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO | 400 CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2 | 75,00 | 75,00 | 0,00% |
| 0150001001 | RENDAS FUNDO ROTATIVO DA CAMARA DOS DEPUTADOS | 510 FOLHA - CUSTEIO OBRIGATORIO - RESUL.PRIM.=1 | 1.839,38 | 1.839,38 | 0,00% |
| 0150031010 | RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS - TCU | 400 CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2 | 36.731.356,51 | 33.106.637,35 | 10,95% |
| 0151000000 | RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL | 310 PAGAMENTO PESSOAL | 21.373.388,34 | 1.289.557,15 | 1557,42% |
| | | 510 FOLHA - CUSTEIO OBRIGATORIO - RESUL.PRIM.=1 | 116.737,61 | 136.186,97 | -14,28% |
| 0153000000 | REC.DEST.ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL | 310 PAGAMENTO PESSOAL | 33.593,07 | 33.593,07 | 0,00% |
| 0156000000 | CONTRIB.DO SERV.PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB | 310 PAGAMENTO PESSOAL | 2.074.443,28 | 2.074.443,28 | 0,00% |
| 0169000000 | CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB. | 310 PAGAMENTO PESSOAL | 1.692.308,98 | 1.692.308,98 | 0,00% |
| Total | | | 351.516.525,80 | 227.239.455,79 | 53,60% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Nota 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Em 31/12/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou um saldo de R\$ 83.084.619,13 relacionados a demais créditos valores a curto prazo, assim distribuídos:

Tabela 2 – Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição.

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Saldo Atual - R\$ AH (%) |
|--|----------------------|----------------------|-----------------------------|
| Adiantamento de 13 Salário | 0,00 | - | 0,00% |
| Adiantamento de Férias | 82.665.847,64 | 18.957.690,85 | 336,05% |
| Pagamento Antecipado - Salários e Ordenados | 21.927,88 | - | 0,00% |
| Suprimento de Fundos | 0,00 | - | 0,00% |
| IRRF a Compensar | 0,00 | 1.630,38 | -100,00% |
| PSS a Compensar | 199,05 | 1.379,26 | -85,57% |
| Credito a receber por cessão de pessoal - intra | 50.412,14 | - | 0,00% |
| PIS/PASEP a Compensar | 150.000,00 | 222.780,03 | -32,67% |
| Credito a receber por cessão de pessoal - estado | 196.232,42 | 182.799,03 | 7,35% |
| Total | 83.084.619,13 | 19.366.279,55 | 329,02% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

O valor constante na rubrica Adiantamento de Férias de R\$82.665.847,64 foi analisado junto à área responsável pelo seu registro e constatou-se um equívoco operacional, resultando em um registro indevido. A referida rubrica foi devidamente regularizada em fevereiro/2022, após o equacionamento dos procedimentos operacionais adotados pela referida área.

Nota 03 – Estoques

Em 31/12/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou um saldo de R\$ 1.107.083,11 relacionados a Material de Consumo, assim distribuídos:





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Tabela 3a – Estoques – Composição.

| | Saldo Atual - R\$ | | |
|---------------------|---------------------|---------------------|----------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | AH(%) |
| Material de Consumo | 1.107.083,11 | 1.421.055,91 | -22,09% |
| Total | 1.107.083,11 | 1.421.055,91 | -22,09% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Tabela 3b – Material de Consumo – Composição.

| | | Saldo Atual - R\$ | | |
|--------------|--|---------------------|---------------------|----------------|
| | | 31/12/2021 | 31/12/2020 | AH (%) |
| 01 | COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS | 0,00 | 1.578,88 | -100,00% |
| 04 | GÁS ENGARRAFADO | 0,00 | 1.429,00 | -100,00% |
| 07 | GENÉRIOS DE ALIMENTAÇÃO | 0,00 | 8.735,90 | -100,00% |
| 16 | MATERIAL DE EXPEDIENTE | 143.280,32 | 165.660,81 | -13,51% |
| 17 | MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS | 931.673,22 | 1.201.295,12 | -22,44% |
| 19 | MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM | 2.428,24 | 7.157,75 | -66,08% |
| 21 | MATERIAL DE COPA E COZINHA | 6.314,72 | 6.493,52 | -2,75% |
| 26 | MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO | 0,00 | 1.541,10 | -100,00% |
| 28 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA | 0,00 | 2.780,16 | -100,00% |
| 29 | MATERIAL P/ ÁUDIO, VÍDEO E FOTO | 7.902,16 | 7.902,16 | 0,00% |
| 39 | MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS | 0,00 | 758,00 | -100,00% |
| 41 | MATERIAL P/ UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA | 4.849,14 | 4.957,34 | -2,18% |
| 44 | MATERIAL DE SINALIZAÇÃO | 4.247,40 | 4.247,40 | 0,00% |
| 63 | SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS | 6.387,91 | 6.518,77 | -2,01% |
| Total | | 1.107.083,11 | 1.421.055,91 | -22,09% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Nota 04 – VPDs Pagas Antecipadamente

Em 31/12/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou um saldo de R\$ 29.531.966,66 relacionados a Variação Patrimonial Diminutiva Pagas Antecipadamente, assim distribuídos:

Tabela 4a – VPDs Pagas Antecipadamente – Composição.

| | Saldo Atual - R\$ | | |
|-------------------------------------|----------------------|----------------------|---------------|
| Conta Contábil | 31/12/2021 | 31/12/2020 | AH(%) |
| Prêmios de Seguros a Apropriar | 99.394,06 | 105.727,71 | -5,99% |
| Assinaturas e Anuidades a Apropriar | 32.762,54 | 69.953,11 | -53,16% |
| Serviços Pagos Antecipadamente | 29.399.810,06 | 16.746.167,90 | 75,56% |
| Total | 29.531.966,66 | 16.921.848,72 | 74,52% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Os maiores valores referem-se à aquisição de serviços de informática com prazos definidos e pagos antecipadamente, conforme demonstra a composição, por favorecido, da conta 119810400 – VPD de Serviços Pagos Antecipadamente:

Tabela 4b – Serviços Pagos Antecipadamente – Composição.

| | | Saldo Atual - R\$ | |
|----------------|--|--|------------|
| Favorecido | Documento | 31/12/2021 | |
| 01505147000104 | INTEGRASYS COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA | NFS-E 529, 530 E NF-E 20 (R\$ 1.716.000,00). TC 036.078/2016-6. CONTRATO 53/2016. AQUISIÇÃO DE CHASSIS (GABINETE) E LAMINAS BLADE, CONTEMPLANDO A INSTALAÇÃO E SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DA GARANTIA. | 62.760,00 |
| | | NFS-E 944 (R\$ 1.013.490,00). CONTRATO: 49/2019. TC 040.687/2019-8. TF: 9.45. RENOVAÇÃO DE DIREITO DE ATUALIZAÇÃO DOS SOFTWARES SYMANTEC CLIENT MANAGEMENT SUITE (CMS) E ALTIRIS IT MANAGEMENT SUITE (ITMS)- POR 36 MESES. | 422.287,50 |
| | | NFS-E 945 (R\$ 813.150,00). CONTRATO: 44/2019. TC 039.664/2019-8. TF: 9.45. RENOVAÇÃO DE DIREITO DE ATUALIZAÇÃO DOS SOFTWARES SYMANTEC PROTECTION SUITE ENTERPRISE EDITION (SEP) E DO SOFTWARE SYMANTEC PROTECTION FOR SHAREPOINT SERVERS, EM SUAS VERSÕES COMERCIAIS MAIS RECENTE A ÉPOCA DO FORNECIMENTO, COM DIREITO DE ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO PELO PERÍODO DE 36 MESES. | 271.050,00 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | |
|----------------|---|---|----------------------|
| 02277205000144 | VERT SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA | NFS-E 5369 A 5372 (TOTAL: R\$ 983.000,00). CONTRATO 61/2016. TC 000.515/2017-5.FORNECIMENTO DE SOLUCOES DE STORAGE DE ALTA PERFORMANCE PARA O TCU. ITENS 2, 3, 7 E 8. | 96.000,00 |
| 20095387000114 | TILLBILL - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA | NFS-E 38645 (R\$ 3.572,70). TC 013.240/2021-8. CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL. PERIODO: 10/7/2021 A 9/7/2022. SERVICO DE CAPTURA DE NOTAS FISCAIS EMITIDAS PELOS FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTRATADOS PELO TCU. | 2.084,11 |
| 04198254000117 | MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA | NF-E 2893 (R\$ 1.881.290,00). TC 040.688/2019-4. CONTRATO: 50/2019. TF: 9.45. ISS: 2.00. RENOVACOES DE 50 LICENCAS DE DIREITO DE USO DO SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD CCE ETLA, 80 LICENCAS DO SOFTWARE SINGLE APP CCE ETLA, 15 LICENCAS DO SOFTWARE ADOBE CAPTIVATE CCE ETLA, 500 LICENCAS DO SOFTWARE ADOBE ACROBAT DC CCE ETLA E 25 LICENCAS DO SOFTWARE ADOBE ACROBAT PROFESSIONAL DC CCE ETLA EM VERSOES COMERCIAIS MAIS RECENTES. PELO PERIODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES. | 627.096,80 |
| 09053350000190 | NIVA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA | NFS-E 1635 (R\$ 855.000,00). CONTRATO 39/2019. TC 038.162/2019-9. TF: 9.45 S/ R \$ 545.000,00 E 5.85 S/ R\$ 310.000,00. ISS: 2.00. VALIDADE: 15/10/2019 A 30/6/2022. AQUISICAO DE NOVAS LICENCAS DO SOFTWARE CITRIX VIRTUAL APPS AND DESKTOPS PREMIUM EDITION CONCURRENT USER E RENOVACAO DE DIREITO DE ATUALIZACAO DE LICENCAS JA EXISTENTES DESSE SOFTWARE E DO CITRIX ADV VPX 1000 ADVANCED EDITION. | 106.353,94 |
| | | NFS-E 2181 (R\$ 519.475,00). TC 022.022/2021-0. CONTRATO 14/2021. TF: 9.45. ISS: 2.00. PERIODO: 25/05/2021 A 24/05/2022. AQUISICAO DO DIREITO DE USO DE LICENCAS DO SOFTWARE CITRIX VIRTUAL APPS AND DESKTOPS PREMIUM EDITION - CONCURRENT USER, CONFORME ESPECI | 389.606,22 |
| 09162855000517 | PTLS SERVICOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TECNICA LTDA | NFS-E 135012 E 135013 (R\$ 9.186.190,00). CONTRATO 54/2019. TC 040.989/2019-4. TF: 9.45. PERIODO: 27/12/2019 A 26/12/2022. AQUISICAO DE DIREITO DE USO DE LICENCAS DE SOFTWARE MICROSOFT PELO PERIODO DE 36 MESES. | 3.062.063,44 |
| 21748841000151 | TECNETWORKING SERVICOS E SOLUCOES EM TI LTDA | NFS-E 606 (R\$ 300.999,60). TC 018.801/2021-8. CONTRATO 15/2021. TF: 9.45. SUBSCRICAO DA FERRAMENTA INTELLIJ IDEA ULTIMATE PELO PERIODO DE 2 ANOS (02/06/2021 A 01/06/2023). | 225.749,70 |
| 20621724000160 | CONVERGE DATA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA | NFS-E 43 (R\$ 43.569,00). CONTRATO: 58/2018. TC 041.235/2018-5. TF: 9.45. FORNECIMENTO SUBSCRICAO DE LICENCAS DE USO DE PRODUTOS DA SUITE VMWARE, SUBSCRICAO DE SUPORTE TELEFONICO DO FABRICANTE E ATUALIZACAO DE VERSAO, SUPORTE TECNICO DO FABRICANTE. ITEM 5. | 1.146,55 |
| 01771935000215 | INGRAM MICRO BRASIL LTDA | NFS-E 898257 (R\$ 3.747.199,88). TC 041.227/2018-2. CONTRATO 57/2018. TF: 9.45. FORNECIMENTO DE SUBSCRICAO DE LICENCAS DE USO DE PRODUTOS DA SUITE VMWARE, SUBSCRICAO DE SUPORTE TELEFONICO DO FABRICANTE E ATUALIZACAO DE VERSAO, SUPORTE TECNICO DO FABRICANTE E CREDITOS DE TREINAMENTO. ITENS 1,2 E 3 DO CONTRATO. (GLOSA DE R\$ 3,44). | 98.610,53 |
| 07586045000139 | RB CODE - INDUSTRIA DE SUPRIMENTOS E EQUIPAMENTOS DE AU | NF-E 20.882 E NFS-E 3341 (TOTAL: R\$ 73.680,00). TC 000.956/2019-8. CT 64/2018. TF 5.85 SOBRE R\$ 66.240,00 E 9.45 E ISS 5.00 SOBRE R\$ 7.440,00. FORNECIMENTO DE 3 COLETORES DE DADOS DE ITENS MOBILIARIOS COM TECNOLOGIA RFID, COM GARANTIA ON SITE NO PERIODO DE 1/4/2019 A 31/3/2022. | 619,89 |
| 21649280000133 | BULL LTDA | NFS-E Nº 14821 (R\$ 3.861.042,97). TC 047.612/2020-7. CONTRATO 45/2020. TF: 9.45. PERIODO: 28/12/2020 A 27/12/2025. SERVICOS DE SUBSTITUICAO DE PECAS E ATUALIZACAO DE VERSAO DOS SOFTWARES/FIRMWARES E SUPORTE TECNICO REMOTO DO FABRICANTE PARA OS ITENS 1.1, 2.1, 4.1 E 5.1 (ITENS 1.2, 2.2, 4.2 E 5.2). | 3.088.834,33 |
| | | NFS-E 15196 E 15259 E NF-E 18608 (R\$ 7.004.702,70). TC 039.773/2021-3. CONTRATO 38/2021. TF: 9.45 S/ R\$ 1.881.720,00 E 5.85 S/ R\$ 5.122.982,70 . PERIODO: 07/10/2021 A 06/10/2026. SERVICOS DE SUBSTITUICAO DE PECAS E ATUALIZACAO DE VERSAO DOS SOFTWARES/FIRMWARES E SUPORTE TECNICO REMOTO DO FABRICANTE PARA OS ITENS 1.1.1, 1.1.2 E 1.2. RETENCAO CAUTELAR DE R\$ 588.395,03. | 1.803.315,00 |
| 35791391000437 | QUALITY SOFTWARE S/A | NFS-E 14002 (R\$ 17.240,00). CONTRATO POR NE. TC 024.850/2020-9. TF: 9.45. PERIODO: 02/7/2020 A 01/7/2021. CONTRATACAO DE DIREITO DE USO DO SOFTWARE ACL ANALYTICS POR 12 MESES, PACOTE COM 3 LICENCAS INCLUINDO SUPORTE TECNICO E ATUALIZACAO. | 1.436,66 |
| | | NFS-E 15521 (R\$ 17.595,00). CONTRATO POR NE. TC 015.072/2021-5. TF: 9.45. PERIODO: 03/07/2021 A 02/07/2022. CONTRATACAO DE DIREITO DE USO DO SOFTWARE ACL ANALYTICS POR 12 MESES, PACOTE COM 3 LICENCAS INCLUINDO SUPORTE TECNICO E ATUALIZACAO. | 10.263,75 |
| 07192480000260 | AMM TECNOLOGIA E SERVICOS DE INFORMATICA S/A | NFS-E 11 E 12 (R\$ 19.130.531,64). TC 045.653/2021-6. CONTRATO 66/2021. TF: 5.85. VIGENCIA: 21/12/2021 A 20/12/2026. CONTRATACAO DE SOLUCAO DE VIRTUALIZACAO DE SERVIDORES E DE REDE, APLICATIVOS DE GESTAO DO AMBIENTE E DA NUVEM E SUPORTE REMOTO DO FABRICANTE (COMPREENDEM INSTALACAO, CONFIGURACAO, ADMINISTRACAO, SUPORTE ON-SITE, MONITORAMENTO E OPERACAO DA SOLUCAO), CONFORME PREGAO ELETRONICO Nº 45/2021. | 19.130.531,64 |
| Total | | | 29.399.810,06 |

Nota 05 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Em 31/12/2021, o Tribunal de Contas da União não apresentou saldo relacionado a Demais Créditos e Valores a Longo Prazo.

Nota 06 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou o saldo de R\$ 841.118.401,19 relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2020 e 2021.

Tabela 6a – Imobilizado – Composição.

| | Saldo Atual - R\$ | | |
|---|-----------------------|-----------------------|----------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | AH% |
| Bens Móveis | 73.818.532,01 | 68.871.592,50 | 7,18% |
| (+) Valor Bruto Contábil | 172.489.779,18 | 156.332.163,88 | 10,34% |
| (-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis | -98.671.247,17 | -87.460.571,38 | 12,82% |
| Bens Imóveis | 767.299.869,18 | 864.735.805,86 | -11,27% |
| (+) Valor Bruto Contábil | 797.761.811,83 | 892.960.173,81 | -10,66% |
| (-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis | -30.461.942,65 | -28.224.367,95 | 7,93% |
| Total | 841.118.401,19 | 933.607.398,36 | -0,0991 |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do TCU em 31/12/2021 totalizavam R\$ 73.818.532,01 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 6b – Bens Móveis – Composição

| | Saldo Atual - R\$ | | |
|---|-----------------------|-----------------------|---------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | AH(%) |
| Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas | 10.234.235,20 | 10.625.529,83 | -3,68% |
| Bens de Informática | 104.426.480,47 | 80.130.412,87 | 30,32% |
| Móveis e Utensílios | 33.003.154,62 | 34.659.568,48 | -4,78% |
| Material Cultural, Educacional e de Comunicação | 16.603.086,95 | 16.423.047,02 | 1,10% |
| Veículos | 280.247,31 | 286.824,50 | -2,29% |
| Bens Móveis em Almoarifado | 6.802.027,35 | 13.169.939,79 | -48,35% |
| Armamentos | 30.505,41 | 30.505,41 | 0,00% |
| Demais Bens Móveis | 1.110.041,87 | 1.006.335,98 | 10,31% |
| Subtotal | 172.489.779,18 | 156.332.163,88 | 10,34% |
| Depreciação / Amortização Acumulada | -98.671.247,17 | -87.460.571,38 | 12,82% |
| Total | 73.818.532,01 | 68.871.592,50 | 7,18% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 60,54% referem-se a Bens de Informática, formado por equipamentos de processamento de dados e 19,13% a Móveis e Utensílios, com a seguinte composição:

Tabela 6c – Móveis e Utensílios – Composição

| | Saldo Atual - R\$ |
|--------------------------------------|----------------------|
| | 31/12/2021 |
| Aparelhos e Utensílios Domésticos | 923.234,06 |
| Máquinas e Utensílios de Escritórios | 149.623,98 |
| Mobiliário em Geral | 31.930.296,58 |
| Total | 33.003.154,62 |

Fonte: SIAFI 2021

Bens Imóveis





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Os Bens Imóveis do TCU em 31/12/2021 totalizavam R\$ 767.299.869,18 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 6d - Bens Imóveis – Composição.

| | Saldo Atual - R\$ | | |
|---|-----------------------|-----------------------|----------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | AH(%) |
| Bens de Uso Especial Registrados no Spiunet | 758.933.263,05 | 762.418.669,11 | -0,46% |
| Bens Imóveis em Andamento | 20.193.091,62 | 116.609.683,01 | -82,68% |
| Instalações | 14.635.457,16 | 9.931.821,69 | 47,36% |
| Demais Bens Imóveis | 4.000.000,00 | 4.000.000,00 | 0,00% |
| Subtotal | 797.761.811,83 | 892.960.173,81 | -10,66% |
| Redução ao Valor Recuperável | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Depreciação / Amortização Acumulada | -30.461.942,65 | -28.224.367,95 | 7,93% |
| Total | 767.299.869,18 | 864.735.805,86 | -11,27% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

De acordo com a tabela anterior, os bens de uso especial correspondem a 95,13% de todos os bens constantes no Balanço Patrimonial do TCU, perfazendo o montante de R\$ 758.933.263,05 em 31/12/2021 a valores brutos.

Houve uma redução de 82,68% na rubrica **Bens Imóveis em Andamento** decorrente da baixa dos seguintes valores:

1. R\$ 94.095.014,42 (Obras em Andamento, Estudos e Projetos, Instalações) relacionado à construção do complexo sede do ISC que estava em duplicidade com o registro da incorporação do imóvel no SPIUNET, após a conclusão da obra (RGP nº 086.158 - IMÓVEIS PRÓPRIOS NACIONAIS). Termo de Baixa 01/2021. TC 013.229/2021-4.
2. R\$ 2.035.294,05 referente ao imóvel RIP 1389 00655.500-0 para posterior registro no SPIUNET (TC 026.121/2021-2).

O aumento de 47,36% na rubrica **Instalações** decorre de reformas no prédio do TCU em Brasília, dentre eles:

1. TC 034.278/2020-6: Prestação de serviços de ampliação da infraestrutura elétrica e de climatização, implantação de solução de monitoramento DCIM para os datacenters principal e de contingência do TCU e serviços continuados de suporte e atualização;
2. TC 036.142/2020-4: Contratação para serviços de reforma da passarela e fornecimento e instalação de sistema de climatização do TCU;
3. TC 039.672/2020-4: Prestação de serviços de fornecimento e instalação de guarda-corpos, corrimãos e outros itens afins de serralheria no complexo sede do Tribunal de Contas da União – TCU, em Brasília-DF;
4. TC 045.782/2021-0: Fornecimento e instalação de equipamentos que fazem tecnologia de oxidação ativa do ar por fotocatalise e ionização bipolar como solução de prevenção à propagação de doenças contagiosas nos sistemas de climatização dos prédios do TCU em Brasília.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Além disso, na rubrica **Bens de Uso Especial Registrado no SPIUNET**, conta Edifícios, houve os seguintes lançamentos:

1. devolução de dois imóveis para a Superintendência do Patrimônio da União (SPU):
 - a. RIP nº 1761002495009 (R\$ 1.821.940,89); e
 - b. RIP nº 5705000685006 (R\$ 5.350.679,21).
2. reavaliação do imóvel RIP nº 9373001735008 (R\$ 3.687.214,04).

Em síntese, os bens mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do TCU são constituídos dos bens a seguir relacionados:

Tabela 6e - Bens de Uso Especial – Composição

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | ΔH(%) |
|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|
| Imóveis Residenciais e Comerciais | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Edifícios | 742.947.767,97 | 746.433.174,03 | -0,47% |
| Terrenos/Glebas | 172.300,00 | 172.300,00 | 0,00% |
| Estacionamentos e Garagens | 3.422.571,36 | 3.422.571,36 | 0,00% |
| Salas | 12.390.623,72 | 12.390.623,72 | 0,00% |
| Total | 758.933.263,05 | 762.418.669,11 | -0,46% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Nota 07 – Intangível

Em 31/12/2021, o TCU apresentou o saldo de R\$ 90.387.069,91 relacionados a intangível, na categoria de Software e Marcas, Direitos e Patentes, com Vida Útil Indefinida.

Todos os softwares estão devidamente identificados e registrados em suas respectivas inscrições genéricas de sistema (IS)

Na tabela a seguir, é apresentada a lista de softwares que compõe esse valor:

Tabela 7a – Intangível – Lista de Software

| Lista de Software | 31/12/2021 | | |
|--|------------|---|--------------|
| PROJECT PROFESSIONAL 2013 | 489.780,00 | ALTOQI HYDROS V4 E ALTOQI LUMINE V4 | 11.000,00 |
| VISION PROFESSIONAL 2013 | 28.739,10 | APLICATIVO CONTROLE DE ACESSO E DE FREQUENCIA | 198.054,72 |
| 02 SISTEMAS DE COMUNICACAO BASEADO EM IP | 531.123,88 | ARCGIS FOR DESKTOP BASIC SOFTWARE | 7.978,53 |
| 02 SISTEMAS SESSION BORDER CONTROLLER | 299.250,80 | ARCHSIGHT MANAGEMENT CENTER - SEGRU REDE | 248.000,00 |
| ADOBE ADOBE ACROBAT STANDARD' | 31.200,60 | ASTAH PROFESSIONAL USER LICENSE | 750,00 |
| ADOBE CAPTIVATE CC' | 38.320,00 | AUTENTICIDADE STEFANINI | 157.800,15 |
| ADOBE CAPTIVATE' | 11.400,06 | AUTOCAD CIVIL 3D | 15.900,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 1 | 10.657,80 | AUTOCAD CIVIL 3D' | 15.900,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 10 | 10.657,80 | AUTOCAD CIVIL 3D" | 15.900,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 11 | 10.657,80 | AUTODESKAUTOCAD CIVIL 3D 2011 NETWORK | 212.459,10 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 12 | 10.657,80 | AVALIACAO PSICOLOGICA HUMAN GUIDE | 0,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 3 | 10.657,80 | AXURE RP PRO 6 | 7.927,20 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 4 | 10.657,80 | AXURE RP6 | 8.000,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 5 | 10.657,80 | BACKU/ARMAZEN + ATUALIZACAO DE VERSAO | 1.186.650,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 6 | 10.657,80 | BACKUP + ATUALIZACAO DE VERSAO | 1.824.020,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 7 | 10.657,80 | BIBLIOTECA DE SOFTWARE | 4.073,09 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 8 | 10.657,80 | BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA, | 89.000,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION 9 | 10.657,80 | CA WILY APM 1 | 20.000,00 |
| ADOBE CSS MASTER COLLECTION2 | 10.657,80 | CA WILY APM 10 | 20.000,00 |
| ADOBE ILLUSTRATOR CC | 15.880,00 | CA WILY APM 11 | 20.000,00 |
| ADOBE ILLUSTRATOR' | 6.800,00 | CA WILY APM 12 | 20.000,00 |
| ADOBE INDESIGN | 7.420,05 | CA WILY APM 13 | 20.000,00 |
| ADOBE INDESIGN CC' | 35.760,00 | CA WILY APM 14 | 20.000,00 |
| ADOBE MASTER COLLECTION CC' | 99.900,00 | CA WILY APM 15 | 20.000,00 |
| ADOBE MASTER COLLECTION' | 60.005,00 | CA WILY APM 16 | 20.000,00 |
| ADOBE PHOTOSHOP CC' | 58.000,00 | CA WILY APM 2 | 20.000,00 |
| ADOBE PHOTOSHOP' | 14.500,10 | CA WILY APM 3 | 20.000,00 |
| ADOBE PROFESSIONAL CC | 951.434,00 | CA WILY APM 4 | 20.000,00 |
| ALTIRIS IT MANAGEMENT SUIT | 282.600,00 | CA WILY APM 5 | 20.000,00 |
| ALTOQI EBERICK V8 GOLD' | 11.250,00 | CA WILY APM 6 | 20.000,00 |
| ALTOQI EBERICK V9 PLENA | 4.000,00 | CA WILY APM 7 | 20.000,00 |
| | | CA WILY APM 8 | 20.000,00 |
| | | CA WILY APM 9 | 20.000,00 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | |
|--|--------------|--|--------------|
| CAL SERVER 2016 | 530.640,00 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL I | 767,00 |
| CITRIX NETSCALER VPX1000 MBPS ENTERPRISE 1 | 209.636,39 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL J | 767,00 |
| CITRIX NETSCALER VPX1000 MBPS ENTERPRISE 2 | 60.636,39 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL K | 767,00 |
| CITRIX VISUAL APP AND DESKTOPS | 77.500,00 | GOOGLE EARTH PROFESSIONAL L | 767,00 |
| CLIENTELA | 659.217,66 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL | 1.300,00 |
| CLOUD-16 - SPEC IAAS V. 1.1 | 2.300,00 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL B | 1.300,00 |
| COMMVAULT VM BACKUP AND RECOVERY ADVANCED | 1.695.250,00 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL C | 1.300,00 |
| CONECTA TCU | 810.673,22 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL D | 1.300,00 |
| CONTROLADOR WLAN | 47.820,00 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL E | 1.300,00 |
| CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS | 47.285,40 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL F | 1.300,00 |
| CPU-17 - SPEC CPU 2017 V. 1.0 | 1.150,00 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL G | 1.300,00 |
| DATA DISCOVERY QUICKVIEW 4 NUCLEOS (TCU) | 248.729,48 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL H | 1.300,00 |
| DATA QUALITY OPTION | 481.000,00 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL I | 1.300,00 |
| DATABASE DIAGNOSTICS PACK | 280.360,20 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL J | 1.300,00 |
| DATABASE ENTERPRISE EDITION' | 1.910.418,62 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL K | 1.300,00 |
| DATABASE TUNING PACK | 280.360,20 | GOOGLE SKETCHUP PROFESSIONAL L | 1.300,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 1 | 53.789,82 | HP BLADE MATRIX | 27.905,31 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 10 | 53.789,82 | INDEX CONTEUDO E PESQUISA + ATUALIZACAO | 74.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 11 | 53.789,82 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 1 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 12 | 53.789,82 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 2 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 13 | 53.789,82 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 3 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 14 | 53.789,82 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 4 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 15 | 53.789,82 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 5 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 16 | 53.789,82 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 6 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 17 | 26.490,54 | INFORMATICA DATA QUALITY - OPTION 7 | 164.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 18 | 26.490,54 | INFORMATICA POWERCENTER DATA SUBSET - OPTION | 69.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 19 | 26.490,54 | INSTRUCAO ASSISTIDA | 1.822.534,18 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 2 | 53.789,82 | INTELLU IDEA ULTIMATE COMMERCIAL | 92.583,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 20 | 26.490,54 | IS SOFTWARE - TEMPORARIO | 32.500,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 21 | 26.490,54 | JVM - JAVA VIRTUAL MACHINE | 621,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 22 | 26.490,54 | LANCAMENTO BENS INTANGIVEIS | 151.919,67 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 23 | 26.490,54 | LIC.PERPETUAS DA SOLUCAO SAS VISUAL ANALYTICS | 249.565,14 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 24 | 26.490,54 | LICENCA - SISTEMA SOPHIA | 2.500,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 25 | 26.490,54 | LICENCA CEM APPLINCE | 6.702,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 26 | 26.490,54 | LICENCA DE CANAL DE VIDEO SYMPHONY | 213.742,70 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 27 | 26.490,54 | LICENCA DE HP ARCSIGHT LOGGER/ADD-ON | 236.040,41 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 28 | 26.490,54 | LICENCA DE SOFTWARE - WINSVRSTD | 1.572,80 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 29 | 26.490,54 | LICENCA DE SOFTWARE - ATOS DE PESSOAL | 954.757,41 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 3 | 53.789,82 | LICENCA DE SOFTWARE - DRCAU | 584.203,02 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 30 | 26.490,54 | LICENCA DE SOFTWARE - E-DIARIO | 611.955,65 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 31 | 26.490,54 | LICENCA DE SOFTWARE - E-TCE | 503.622,33 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 32 | 26.490,54 | LICENCA DE SOFTWARE - ENTERPRISE EDITION | 2.627.781,60 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 4 | 53.789,82 | LICENCA DE SOFTWARE - GERENC. ACCESS POINT | 171.661,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 5 | 53.789,82 | LICENCA DE SOFTWARE - LMDX_FOR PCAE | 25.500,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 6 | 53.789,82 | LICENCA DE SOFTWARE - ORACLE PARTIOTINING | 860.889,60 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 7 | 53.789,82 | LICENCA DE SOFTWARE - POWER CENTER_REAL TIME | 230.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 8 | 53.789,82 | LICENCA DE SOFTWARE - POWERCENTER_SE | 590.000,00 |
| DE PRODUTOS ORACLE - DATA BASE VAULT 9 | 53.789,82 | LICENCA DE SOFTWARE - PRJCTSVR SNGLLICSAFKMVL | 22.214,34 |
| DELL OPEN MANAGE NETWORKING | 42.124,00 | LICENCA DE SOFTWARE - SAO | 603.448,33 |
| DICIONARIO ELETRONICO AURELIO VERSAO 7.0 | 25.602,50 | LICENCA DE SOFTWARE - SISTEMA E-JURIS | 529.616,23 |
| E-SOCIAL STEFANINI | 1.528.917,18 | LICENCA DE SOFTWARE - SOLSVRSTD SNGLLICSAFKMVL | 6.390,60 |
| E-TCU GABINETES | 2.491.680,08 | LICENCA DE SOFTWARE - VMIX 4K | 13.868,00 |
| E-TCU GERENCIAL | 1.105.850,10 | LICENCA DE SOFTWARE ARGOSI DESKTOP ADVANCED | 231.720,32 |
| E-TCU GESTOR | 109.163,15 | LICENCA DE SOFTWARE ARGOSI SPATIAL ANALYST | 41.378,62 |
| EBERICK PERSONAL V6 | 6.000,00 | LICENCA DE SOFTWARE DE ADMINISTRACAO | 18.808,58 |
| EST PRO 4.0 | 2.315,59 | LICENCA DE SOFTWARE DE GERENCIA | 32.500,00 |
| EXCHANGE MODELO SERVER ENTERPRISE | 1.189.461,46 | LICENCA DE SOFTWARE/PARA STORAGE | 1.000.000,00 |
| FABRICA DE SOFTWARE - ASSINATURA (TCU) | 33.986,88 | LICENCA DE USO PERPETUO DO SOFTWARE | 69.254,00 |
| FABRICA DE SOFTWARE - ATOS PESSOAL (TCU) | 557.565,63 | LICENCA DO HP ARCSIGHT EXPRESS ADD-ON | 344.640,04 |
| FABRICA DE SOFTWARE - BUSCA (TCU) | 117.529,07 | LICENCA DO HP ARCSIGHT LOGGER | 52.477,37 |
| FABRICA DE SOFTWARE - CONSULTA REMUN. (TCU) | 8.867,24 | LICENCAS DE VIDEO ANALITICO | 9.250,00 |
| FABRICA DE SOFTWARE - E - JURIS | 929.016,34 | LICENCAS E INSTACACAO DE SOFTWARE | 2.264.029,05 |
| FABRICA DE SOFTWARE - ENCCLA (TCU) | 70.729,50 | LICENCAS PERPETUAS DO CONECTOR SAS ACCESS | 104.935,68 |
| FABRICA DE SOFTWARE - EPM (TCU) | 480.847,65 | LICENCAS PERPETUAS DO CONECTOR SAS TO HADOOP | 104.935,68 |
| FABRICA DE SOFTWARE - FISCALIS (TCU) | 2,80 | LICENCAS PERPETUAS SKETCHUP PRO | 15.879,00 |
| FABRICA DE SOFTWARE - GESTAO PORTFOLIO (TCU) | 495.953,72 | LICENCIAMENTO DE RAMAIS/SOFTPHONE | 166.695,00 |
| FABRICA DE SOFTWARE - ICM | 21.952,73 | LYNC - CAL ENTERPRISE | 4.537.661,16 |
| FABRICA DE SOFTWARE - JAVA (TCU) | 152.528,69 | MAVEN INVENTING SOLUTIONS | 91.879,29 |
| FABRICA DE SOFTWARE - JUSIS (TCU) | 145.057,35 | MCR SIST - LICENCAS ADOBE ACROBAT DC ETLA | 260.000,00 |
| FABRICA DE SOFTWARE - PATRIMONIO (TCU) | 16.978,19 | MONITORAMENTO DE APLICACOES JAVA CA INTROSCOP | 574.400,00 |
| FABRICA DE SOFTWARE - PESQUISA TEXTUAL | 36.505,83 | MONITORAMENTO E GERENCIA REDE DE LONGA DIST | 29.370,54 |
| FABRICA DE SOFTWARE - PUSH | 75.689,46 | NIVA TEC DA INFORMACAO LTDA | 310.000,00 |
| FABRICA DE SOFTWARE - SAGAS2 (TCU) | 548.587,20 | ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION A | 42.035,44 |
| FABRICA DE SOFTWARE - SAO | 131.892,01 | ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION D | 42.035,44 |
| FABRICA DE SOFTWARE - SAP BO (TCU) | 70.474,26 | ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION E | 42.035,44 |
| FABRICA DE SOFTWARE - SINERGIA (TCU) | 249.402,30 | ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION F | 42.035,44 |
| FABRICA DE SOFTWARE - TRANSCON (TCU) | 790.767,90 | ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION G | 42.035,44 |
| FABRICA DE SOFTWARE - VCE (TCU) | 30.080,99 | ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION H | 42.035,44 |
| FABRICA DE SOFTWARE SAGAS (TCU) | 82.537,73 | ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITIONB | 42.035,44 |
| FABRICA DE SOFTWARE- CONTRATA (TCU) | 876.056,24 | ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITIONC | 42.035,44 |
| FABRICA DE SOFTWARE- E - CONSULTA (TCU) | 11.177,85 | PALISADE BRASIL COMERCIALIZADORA DE SOFTWARES | 9.260,00 |
| FABRICA DE SOFTWARE- E- TCU MP (TCU) | 129.171,14 | PARA 23 DISPOSITIVOS MONITORADOS | 9.276,59 |
| FABRICA DE SOFTWARE- ISCNET (TCU) | 121.709,81 | PASSWARE KIT FORENSIC | 4.892,00 |
| FABRICA DE SOFTWARE- REPRES.LEGAL (TCU) | 27.009,09 | PLATAFORMA DE INTELIGENCIA DE CONTROLE | 220.660,36 |
| FABRICA DE SOFTWARE- SIGA (TCU) | 186.805,38 | PLATAFORMA DE RELACIONAMENTO MAPA | 687.284,48 |
| FABRICA DE SOFTWARE-GS-WEB (TCU) | 29.058,55 | PLATAFORMA DE SERV DIGITAIS DE CONTROLE | 423.222,40 |
| FABRICA DE SOFTWARE-IDENTIDADE CONFIAVEL TCU | 8.190,78 | POLITICAS PUBLICAS (EPP) | 391.691,57 |
| FOLHA STEFANINI | 1.096.519,74 | POWERCENTER DATA MASKING PERSISTENT - OPTION | 69.000,00 |
| FRABRICA DE SOFTWARE - RADAR | 794.446,25 | POWERDESIGN INFORMATIONARCHITECT | 44.162,24 |
| GERENC DE ESTAC, SERV. E DISP MOVEIS | 480.000,00 | PREZI DESKTOP PROFISSIONAL | 2.280,00 |
| GERENCIA HUAWEI EISIGHT-TCU | 101.643,91 | QIBUILDER PS1 + QIEDITOR DE ARMADURAS | 1.500,00 |
| GERENCIAMENTO ENDPOINTS, EXTENSO DO SUPORTE | 390.000,00 | QLIKVIEW ENTERPRISE EDITION | 761.169,06 |
| GERENCIAMENTO ENDPOINTS, INSTALACAO E CONFIG | 6.568,00 | QSR NVIVO 10 FULL/PERMANENTE | 7.720,00 |
| GERENCIAMENTO REDE/CONTROLE DE ACESSO (NAC) | 274.871,00 | REAL APPLICATION CLUSTER' | 88.987,46 |
| GESTAO INTEGRADA DE PORTFOLIO E PROJETOS | 86.665,20 | REDE WLAN IMC WSM MODULE | 28.660,00 |
| GOOGLE EARTH PROFESSIONAL O | 767,00 | REMOV CITRIX VIRT APPS AND DESKTOPS | 373.000,00 |
| GOOGLE EARTH PROFESSIONAL A | 767,00 | RENOV CITRIX ADC VPX 1000 - ADVANCED EDITION | 172.000,00 |
| GOOGLE EARTH PROFESSIONAL B | 767,00 | SAS FRAUD FRAM. FOR GOV. LIGHT POR NUCLEO | 93.750,00 |
| GOOGLE EARTH PROFESSIONAL D | 767,00 | SAS FRAUD FRAMWORK FOR GOVERNMENT LIGHT | 625.000,00 |
| GOOGLE EARTH PROFESSIONAL E | 767,00 | SERV DE INSTALACAO E CONF DE BIBLIOTECA T II | 5.000,00 |
| GOOGLE EARTH PROFESSIONAL F | 767,00 | SERV DIG DE CONTROLE E GESTAO 701084 | 66.655,18 |
| GOOGLE EARTH PROFESSIONAL G | 767,00 | SHAREPOINT CAL STANDARD 2013 | 1.367.490,00 |
| GOOGLE EARTH PROFESSIONAL H | 767,00 | SHAREPOINT SERVER 2013 - PN-76P-01524 | 225.501,00 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | |
|--|--------------|---|----------------------|
| SICENCA DE SOFTWARE DE ADMINISTRACAO | 12.848,86 | SOLUCAO SAP BUSINESS OBJECTS 4.0 | 1.540.000,00 |
| SISTEMA DE GERENCIAMENTO, MONITORAM E MANUT. | 12.897,97 | SORTEIO | 68.591,25 |
| SISTEMA DE GESTAO ORCAMENTARIA | 793.704,09 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 1 | 21.100,00 |
| SISTEMA DE TARIFICACAO E BILHETAGEM | 138.704,67 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 2 | 21.100,00 |
| SISTEMA EU FISCALIZO MOBILE | 757.178,05 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 3 | 21.100,00 |
| SISTEMA M TCU R2 - ASSINATURA DE DOCUMENTOS | 179.966,82 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 4 | 21.100,00 |
| SISTEMA M TCU R2 ASSINATURA DE DOCUMENTOS | 137.463,61 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 5 | 21.100,00 |
| SISTEMA M-TCU | 1.177.134,59 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 6 | 21.100,00 |
| SISTEMA PUSH PROCESSO MOBILE | 362.756,07 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 7 | 21.100,00 |
| SISTEMA TOPOGRAPH - USO EM REDE 1 | 5.355,00 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 8 | 21.100,00 |
| SISTEMA TOPOGRAPH - USO EM REDE 2 | 5.355,00 | SQL SERVER 2012 ENTERPRISE 9 | 21.100,00 |
| SISTEMA TOPOGRAPH - USO LOCAL 1 | 6.250,00 | SQL SERVER 2014 ENTERPRISE PER CORE | 240.727,97 |
| SISTEMA TOPOGRAPH - USO LOCAL 2 | 6.250,00 | SQL SERVER 2014 ENTERPRISE PER CORE' | 206.338,26 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 1 | 403,33 | SQL SERVER ENTERPRISE 2016 | 1.263.803,32 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 10 | 403,33 | SQL SERVER STANDARD 2016 | 47.363,70 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 11 | 403,33 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 1 | 5.740,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 12 | 403,33 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 10 | 5.740,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 13 | 403,33 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 11 | 5.740,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 14 | 403,33 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 12 | 5.740,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 15 | 403,33 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 13 | 5.740,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 16 | 403,33 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 14 | 5.740,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 17 | 403,33 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 15 | 5.740,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 18 | 403,33 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 16 | 5.740,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 19 | 403,33 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 2 | 5.740,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 2 | 403,33 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 3 | 5.740,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 20 | 403,33 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 4 | 5.740,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 21 | 403,33 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 5 | 5.740,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 22 | 403,33 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 6 | 5.740,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 23 | 403,33 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 7 | 5.740,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 24 | 403,33 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 8 | 5.740,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 25 | 403,33 | SQLSEVER2013ENTER/SQLSERVER2012STAND 9 | 5.740,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 26 | 403,33 | STAND ALONE SEAT(SS) E FLOATING LICENSE (FL) | 95.678,42 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 27 | 403,33 | STORAGE DE ALTA PERFORMANCE(NAS) | 23.000,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 28 | 403,33 | SUITE AUTODESK BUILDING DESIGN PREMIUM/16 | 338.230,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 29 | 403,33 | SUITE AUTODESK INFRASTRUCTURE DESIGN ULTIMATE | 52.052,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 3 | 403,33 | SYMANTEC CLIENT MANAGEMENT SUITE - CMS | 84.810,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 30 | 403,33 | SYMANTEC PROTEC SUITE ENTERPRISE EDITION | 339.885,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 31 | 403,33 | SYMANTEC PROTECTION FOR SHAREPOINT SERVERS | 78.000,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 32 | 403,33 | SYMANTEC PROTECTION SUITE | 95.382,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 33 | 403,33 | SYMANTEC PROTECTION SUITE - LICENCA DE USO | 138.000,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 34 | 403,33 | UPGRADE REAL TIME - PCRT | 828.000,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 35 | 403,33 | V-RAY FOR SKETCHUP | 22.140,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 36 | 403,33 | VISUAL STUDIO 2013 | 6.307,00 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 37 | 403,33 | VMW VCNTR SRM | 71.962,88 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 38 | 403,33 | VMWARE NSX FOR VSPHERE 5.5 | 1.155.421,16 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 39 | 403,33 | VMWARE NSX FOR VSPHERE 5.5 (TCU) | 1.643.752,52 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 4 | 403,33 | VMWARE VCENTER SERVER 5.5 | 47.074,18 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 40 | 403,33 | VMWARE VCENTER SITE RECOVERY MAN 5.5 | 192.027,52 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 41 | 403,33 | VMWARE VLOUD SUITE ADVANCED | 2.293.345,60 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 42 | 403,33 | VMWARE VLOUD SUITE ADVANCED 700906 | 3.539.287,14 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 43 | 403,33 | VMWARE VLOUD SUITE ADVANCED 700908 | 1.259.757,99 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 44 | 403,33 | VMWARE VSPHERE 4 ENTERPRISE PLUS | 250.530,30 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 5 | 403,33 | VMWARE VSPHERE 5 ENTERPRISE PLUS' | 794.231,81 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 6 | 403,33 | VMWARE VSPHERE WITH OP MAN ENTERPRISE PLUS | 600.255,91 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 7 | 403,33 | VMWARE VSPHERE WITH OP MAN VSOM ENTERPRISE PL | 482.518,19 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 8 | 403,33 | VMWARE VSPHERE WITH OP. MANEG (VSOM) TCU | 155.521,53 |
| SOFTWARE P/DISPOSITIVO MONITORADO 9 | 403,33 | VMWARE VSPHERE WITH OPERATIONS MANEG (VSOM) | 510.062,10 |
| SOFTWARE PARA ORCAMENTO DE OBRAS | 14.743,10 | WINDOWS SERVER 2008 REMOTE DESKTOP | 14.868,00 |
| SOFTWARE PARA STORAGE DE ALTA PERFORMANCE | 2.710.107,29 | WINDOWS SERVER DATACENTER 2016 | 552.336,76 |
| SOFTWARE PARASOTRAGE DE ALTA PERF. (NAS) | 282.996,00 | WINDOWS SERVER STANDARD 2016 | 371.133,76 |
| SOLUCAO DE ARQUIVAMENTO DE INFORMACOES | 799.720,00 | | |
| SOLUCAO DE TI PARA GESTAO DE PESSOAS | 1.543.303,72 | | |
| SOLUCAO DE VIRTUALIZACAO DE SOFTWARE | 170.200,00 | | |
| SOLUCAO GERENCIAMENTO DE ENDPOINTS | 580.000,00 | | |
| | | TOTAL | 90.387.069,91 |

Nota 08 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Em 31/12/2021, o Tribunal de Contas da União não apresentou saldo relacionado a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo. No entanto, em análise posterior junto à área responsável pelo seu registro, constatou-se um equívoco operacional, que resultou na apresentação de saldo nulo na rubrica Férias a Pagar, quando seu saldo deveria constar o valor de R\$90.042.907,10. Após o equacionamento dos procedimentos operacionais e de conformidade adotados pelas áreas envolvidas no processo, a mencionada rubrica foi devidamente regularizada em fevereiro/2022.

Nota 09 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2021, o Tribunal de Contas apresentou um saldo de R\$ 5.053.751,92 relacionados com fornecedores e contas pagar nacionais e de curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2021.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Tabela 9a – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante.

| | | Saldo Atual - R\$ | |
|--------------|---|---------------------|----------------|
| UG Executora | | 31/12/2021 | AV(%) |
| 030001 | TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO | 4.933.609,06 | 97,62% |
| 030050 | DIEX-DIRET PROG EXEC ORC DAS UN NOS ESTADOS | 70.283,60 | 1,39% |
| 030203 | INSTITUTO SERZEDELLO CORREA - ISC/TCU | 49.859,26 | 0,99% |
| Total | | 5.053.751,92 | 100,00% |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

A unidade gestora 030001 – TCU é responsável por 97,62% do total a ser pago e a 030050 concentra as obrigações de todas as unidades gestoras dos estados, com exceção do ISC.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os 6 fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2021.

Tabela 9b – Principais Fornecedores

| | | Saldo Atual - R\$ |
|----------------|--|---------------------|
| Fornecedor | | 31/12/2021 |
| 37077716000105 | CITY SERVICE SEGURANCA LTDA | 975.953,24 |
| 03701380000180 | PORTO BELO ENGENHARIA E COMERCIO LTDA | 394.484,32 |
| 59456277000338 | ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA | 368.569,41 |
| 03143181000101 | CAST INFORMATICA S/A | 266.599,15 |
| 58069360000120 | STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A. | 263.449,93 |
| 07522669000192 | NEOENERGIA DISTRIBUICAO BRASILIA S.A. | 223.198,15 |
| | Demais Fornecedores | 2.561.497,72 |
| Total | | 5.053.751,92 |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Em relação aos fornecedores acima relacionados, eles representam 54,52% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

1. City Service Segurança Ltda - Prestação dos serviços de vigilância armada nas dependências do TCU e nas residências das autoridades e de segurança pessoal privada armada para condução de veículos oficiais de representação e acompanhamento de autoridades, em Brasília/DF.
2. Porto Belo Engenharia e Comércio Ltda - Prestação de serviços de elaboração, quando couber, de projetos executivos e a construção da Escola Superior de Controle do Tribunal de Contas da União, ESUC, em Brasília/DF.
3. Oracle do Brasil Sistemas Ltda - Prestação de serviços de atualização de versão e suporte técnico para licenças de software Oracle.
4. Cast Informática S/A - Prestação de serviços de desenvolvimento de software com práticas ágeis.
5. Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A - Prestação presencial de serviços de projeto de manutenção de software com práticas ágeis.
6. Neoenergia Distribuição Brasília S.A. – Fornecimento de energia.

Nota 10 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Em 31/12/2021, o Tribunal de Contas da União possuía um saldo negativo de R\$ 1.554.582,50 relacionados ajustes de exercícios anteriores.

A seguir, apresenta-se a tabela, com os principais ajustes realizados em 2021:

Tabela 10 – Ajustes de Exercícios Anteriores – Composição

| Favorecido | Observação | 31/12/2021 |
|------------|------------|------------|
|------------|------------|------------|





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| Saldo Anterior em 31/12/2020: | | -2.640.331,85 |
|---|--|---------------|
| A ABBA SERVICOS GERAIS LTDA | TC 039.555/2019-4. CONTRATO 03/2016. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 147,69, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 3869 (R\$ 319,26), REFERENTE A SERVICOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E ROUPAS PROFISSIONAIS E DE PECAS DE TECIDOS PRESTADOS EM DEZEMBRO/2020. | -147,69 |
| ANDRE TORRES BREVES GONCALVES | REGISTRO DE PASSIVO. TC-007.403/2021-6. DILIGENCIA CONTABIL 54/2021. | -5.467,17 |
| BELFORT GERENCIAMENTO DE RESIDUOS LTDA | TC-011.429/2020-8. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 86,00 PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS 2303, NO VALOR DE R\$ 258,00, REFERENTE AO SERVICOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSICAO FINAL DE RESIDUOS DE SERVICOS DE SAUDE (RSS). | -86,00 |
| CAPGEMINI BRASIL S/A | TC 045.378/2020-7. CONTRATO Nº 44/2017. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 1.610,46, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 5052 (R\$ 7.099,09), REFERENTE A REPACTUACAO DO 4º TAP. MARCO E ABRIL/2020. SERVICOS DE APRIMORAMENTO DA EXPERIENCIA DO USUARIO (UX) E DE DESIGN DE INTERFACE DE USUARIO (UI) DE SISTEMAS DE INFORMACAO E DO PORTAL DO TCU. | -1610,46 |
| | TC 000.590/2020-7. CONTRATO 44/2017. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 27.001,17, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 4901 (R\$ 310.750,48), REFERENTE A SERVICOS DE APRIMORAMENTO DA EXPERIENCIA DO USUARIO (USER EXPERIENCE - UX) E DE DESIGN DE INTERFACE DE USUARIO (USER INTERFACE - UI) DE SISTEMAS DE INFORMACAO DO PORTAL DO TCU, NO PER.: DE 4/12/2020 A 3/1/2021 (19 DIAS UTEIS). | -27.001,17 |
| CLARO S.A. | TC-017.641/2020-9. CONTRATO Nº 25/20216-SEGEDAM. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 3.766,25, PARA PAGAMENTO DAS FATURAS CONSOLIDADAS 2020 (PECAS 58 E 59), REFERENTES A SERVICO TELEFONICO FIXO COMUTADO, NO PERIODO DE 12/07/2020 A 31/12/2020, TENDO EM VISTA A AUSENCIA DE SALDO EM NOTA DE EMPENHO. DEA A SER RECONHECIDA E PUBLICADA NO BTCU ADM Nº 224. DE 01/12/2021. | -3.766,25 |
| | TC 040.453/2019-6. CONTRATO 24/2018. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 12.746,19, PRESTACAO DE SERVICOS DE COMPUTACAO MULTINUVEU, NO PERIODO DE JANEIRO A DEZEMBRO/2020. | -12.746,19 |
| CRIARTE PRODUCAO , E CULTURA LTDA | REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR DE FORMA A PERMITIR O CUMPRIMENTO DO MANDADO DE PENHORA EXPEDIDO PELA JUSTICA DO TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL - CONTRATO 30/2010. DESPESA DE 2016. | -33.970,69 |
| CEB DISTRIBUICAO S.A. | TC 039.193/2020-9 - PAGAMENTO DAS FATURAS 689283, 689334 E 689296 (PECA Nº 48) - REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR | -222.642,96 |
| | TC 039.193/2020-9. CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 212.962,83, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DAS NFEEES 689283, 689334 E 689296 (TOTAL: R\$ 224.943,21), REFERENTES AO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA AO TCU (ED. SEDE E ANEXOS I, II E III) E CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA: R\$ 2.300,25, NO PERIODO DE 10/12/2020 A 1/1/2021. | -212.962,83 |
| | TC 039.193/2020-9. CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 555,19 - CIP. PARA PAGAMENTO INTEGRAL DAS NFEEES 689283, 689334 E 689296 (TOTAL: R\$ 224.943,21), REFERENTES AO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA AO TCU (ED. SEDE E ANEXOS I, II E III) E CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA: R\$ 2.300,25, NO PERIODO DE 10/12/2020 A 1/1/2021. | -555,19 |
| COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA | TC-039.790/2019-3 - CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 1.616,69, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL 494082961 (PECA 136), SERVICOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA E COSIP PARA SEC-BA, NO PERIODO DE 30/11/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000028, INSCRITO EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA. | -1.616,69 |
| COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO | TC-038.243/2019-9 - CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 5.898,14, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 138889352 (PECA 138), SERVICOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA E CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA - CIP PARA SEC-PE, NO PERIODO DE 30/11/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE OS SALDOS DA 2020NE000103(CIP) E 2020NE000105 (ENERGIA ELETRICA), INSCRITOS EM RAP, NAO FORAM SUFICIENTES PARA QUITAR A DESPESA. | -11.796,28 |
| COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHÃO-CEMAR | TC-039.292/2019-3 - CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 506,73, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL 002842675/FATURA 020201200284267 (PECA 150), SERVICOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA E COSIP PARA SEC-RO, NO PERIODO DE 30/11/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000087, INSCRITA EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA. | -506,73 |
| CONAMA CONSTRUCOES AMAPEENSE LTDA | TC-040.672/2019-0 - CONTRATO 02/2018-SEC-AP. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 226,94, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 554/E (PECA 258), REFERENTE A SERVICOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, RECEPCAO, COPEIRAGEM E SERVICOS GERAIS PARA A SEC-AP, NO PERIODO DE 1º/12/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000149, INSCRITO EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA. | -226,94 |
| CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAPA | BAIXA DE VALORES A RECEBER PELA CESSAO DO SERVIDOR JOEL NOGUEIRA RODRIGUES, MATRICULA 3043-0, PARA A CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DO AMAPA (TC-000.354/2019-8). REMUNERACAO DE DEVOLUCAO DE SALARIOS OU CREDITOS DA FOLHA REFERENTE A EXERCICIOS ANTERIORES. REMUNERACAO DE DEZEMBRO/2021 E GRATIFICACAO NATALINA DE 2020. | -81.986,82 |
| | BAIXA DE VALORES A RECEBER PELA CESSAO DO SERVIDOR JOEL NOGUEIRA RODRIGUES, MA TRICULA 3043-0, PARA A CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DO AMAPA (TC-000.354/2019-8). REMUNERACAO DO REAJUSTE DO RESSARCIMENTO DO PLANO DE SAUDE/2019 (DOC. SIAFI 2020RA001797). | -2.005,58 |
| | BAIXA DE VALORES A RECEBER PELA CESSAO DO SERVIDOR JOEL NOGUEIRA RODRIGUES, MA TRICULA 3043-0, PARA A CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DO AMAPA (TC-000.354/2019-8). REMUNERACAO DO REAJUSTE DO RESSARCIMENTO DO PLANO DE SAUDE/2019 (DOC. SIAFI 2020RA001797). ESTORNO EM RAZAO DA FALTA DE REGISTRO DO VALOR NA CONTA 113841200. | 2.005,58 |
| CPD CONSULTORIA, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SIST | TC 036.989/2019-3. CONTRATO 18/2017. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 1.176,43, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 3568 (R\$ 10.320,43), REFERENTE A SERVICOS SERVICOS DE SUPORTE TECNICO ON-SITE AOS PRODUTOS DA SOLUCAO CA SERVICE MANAGEMENT PRESTADOS EM DEZEMBRO/2020. | -1.176,43 |
| DDMIX CONTROLE DE PRAGAS E SERVIOS LTDA | TC-040.912/2019-1 - CONTRATO Nº 1/2019-SEC-MT. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 4.036,85, PARA PAGAMENTO DAS NOTAS FISCAIS Nº 2838 E 2839 (PECA 219), REFERENTES A PRESTACAO DE SERVICOS CONTINUADOS DE RECEPCAO, LIMPEZA E COPEIRAGEM NA SEC-MT, NO PERIODO DE 1º/12/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000197, INSCRITO EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA. | -4.036,85 |
| ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | TC-036.780/2020-0 - CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 827,88, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 012.070.988 (PECA Nº 14), SERVICOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA E CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA - CIP PARA SEC-MT, NO PERIODO DE 15/12/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE OS SALDOS DA 2020NE000120 (ENERGIA ELETRICA), INSCRITOS EM RAP, NAO FORAM SUFICIENTES PARA QUITAR A DESPESA. | -827,88 |
| FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA | TC 037.004/2019-0. CONTRATO 28/2019. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 562,53 PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS 4865, NO VALOR DE R\$ 41.304,45, REFERENTE AO SERVICO TECNICO DE APOIO PARA ELABORACAO DE DOCUMENTOS E IMPLANTACAO DO SISTEMA DE INFORMACOES PARA MANUTENCAO PREDIAL-SIMP, NO PERIODO DE 18 A 31/12/2020. | -562,53 |
| ISH TECNOLOGIA S/A | TC-040.781/2019-4. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 34.435,68 PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 26601, NO VALOR DE R\$ 55.877,91, REFERENTE AOS SERVICOS GERENCIADOS DE SEGURANCA DE PERIMETRO, ADMINISTRACAO E MONITORAMENTO DE SEGURANCA, RESPOSTA A INCIDENTES DE SEGURANCA E CAPACITACAO. (ITENS 1 A 10). PERIODO: DEZEMBRO/2020. | -34.435,68 |
| LABORMED LABORATORIO DE ANALISES MEDICAS LTDA | TC-033.965/2020-0. CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 80,00, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 6827 (PECA Nº 18). SERVICOS DE EXAMES LABORATORIAIS DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO DOMICILIADOS NO MATO GROSSO DO SUL. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE800118, INSCRITO EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE PARA QUITAR A DESPESA. | -80,00 |
| LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA | TC-039.592/2019-7. CONTRATO Nº 3/2018-SEC-MS. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 503,02, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 426299 (PECA Nº 186). SERVICOS DE RECEPCAO E LIMPEZA NAS DEPENDENCIAS DA SECRETARIA DO TCU NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - SEC-MS. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000148, INSCRITO EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE PARA QUITAR A DESPESA (SUBITEM 01). | -503,02 |
| PROTEGE S/A PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES | TC-040.981/2019-3 - CONTRATO 1/2018-SEC-AC. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 15.398,15, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 26.672 (PECA 144), REFERENTE A SERVICOS DE VIGILANCIA ARMADA NA OBRA DE CONSTRUCAO DA SEDE DA SECRETARIA DO TCU NO ESTADO DO ACRE - SEC-AC, NO PERIODO DE | -15.398,15 |

Página 247 de 259

Avulso do AVN 12/2022

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143178.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | |
|---|---|--------------|
| | 1º/12/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000390, INSCRITO EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA. | |
| R7 FACILITIES - SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI | TC 018.846/2020-3. CONTRATO 6/2020. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 4.378,36, PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 5880 (R\$ 305.396,95), REFERENTE A PRESTACAO DE SERVICOS CONTINUADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO (ENCARREGADO, SUPERVISOR, RECEPCAO, TELEFONISTA, ASCENSORISTA E MOTORISTA) NAS DEPENDENCIAS DO TCU EM BRASILIA, NO PERIODO DE 17 A 31/12/2020. | -4.378,36 |
| SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL | REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR REFERENTE AO PAGAMENTO DA TAXA DE LIMPEZA PUBLICA (TLP), RELATIVA AO IMOVEL FUNCIONAL LOCALIZADO NA SQS 207, BLOCO K, APARTAMENTO 303, ASA SUL, BRASILIA/DF, DE PROPRIEDADE DA UNIAO E ADMINISTRADO PELO TCU. DESPESA DE 2019 E 2020. | -773,64 |
| SERPRO - SEDE - BRASILIA | TC 039.798/2020-8. CONTRATO 35/2019. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 86,65 PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 198616, NO VALOR DE R\$ 539,88, REFERENTE AO PROVIMENTO DO SERVICIO DE SOFTWARE DENOMINADO INTEGRA SIAFI, QUE POSSIBILITA INTEROPERABILIDADE COM O SIAFI, NO PERIODO DE 21 A 31/12/2020. | -86,65 |
| SERVEBEM CONSERVACAO E LIMPEZA DE PREDIOS EIRELI | TC-025.657/2020-8 - CONTRATO Nº 1/2020-SEC-PB. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 8,18, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 29 (PECA 96), REFERENTE A PRESTACAO DE SERVICOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, COPEIRAGEM E RECEPCAO NA SEC-PB, NO PERIODO DE 1º/12/2020 A 31/12/2020. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2020NE000584, INSCRITO EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE PARA COBRIR A DESPESA. | -8,18 |
| STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A. | TC 045.052/2020-4. CONTRATO 44/2018. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 213.342,18, PRESTACAO PRESENCIAL DE SERVICOS DE PROJETO DE MANUTENCAO DE SOFTWARE COM PRATICAS AGEIS PARA O TCU, NO PERIODO DE 20/11/2020 A 19/1/2021. | -213.342,18 |
| UNA COMUNICACAO E PARTICIPACOES LTDA | TC 047.120/2020-7. CONTRATO 16/2019. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 6.000,00 PARA PAGAMENTO INTEGRAL DA NFS-E 5230, NO VALOR DE R\$ 7.483,35, REFERENTE AO PLANEJAMENTO, ORGANIZACAO E ADMINISTRACAO DE FEIRA, EXPOSICOES PRESTADOS EM BSB/DF - DEGRAVACAO DOS EVENTOS DE WEBINARIOS SOBRE CENTRO DE GOVERNO 2020 - NO PERIODO DE NOVEMBRO/2020. | -6.000,00 |
| ACTO ARQUITETURA CONSTRUCAO E URBANISMO LTDA | TC-036.839/2017-5. CONTRATO Nº 1/2016-SEC-PI - 1º TERMO ADITIVO. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 9.984,12, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 619 (PECA Nº 176), REFERENTE A 10ª MEDICAO. SERVICOS DE ENGENHARIA P/ A REFORMA DA NOVA SEDE DA SECRETARIA DO TCU NO ESTADO DO PIAUI - SEC-PI. DEA EMITIDA TENDO EM VISTA QUE O SALDO DA 2016NE000144, INSCRITO EM RAP, FORA CANCELADO AUTOMATICAMENTE (DECRETO Nº 9428/2018). | -9.984,12 |
| EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS | TC 037.212/2020-6. CONTRATO 4/2018. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 10,25 FATURDOS PELA FATURA 271710 (R\$ 9.143,46), REF. A SERVICOS POSTAIS E TELEMATICOS CONVENCIONAIS, ADICIONAIS, NAS MODALIDADES NACIONAL E INTERNACIONAL - PPS PRESTADOS EM MAIO/2021, POR SE REFERIR UMA POSTAGEM EM 27/9/2018 NAO INCORPORADA AO SISTEMA DE FATURAMENTO DA EMPRESA NAQUELA EPOCA. | -10,25 |
| R7 FACILITIES - SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI | TC 040.823/2020-2-PAGAMENTO COMPLEMENTAR DA NFS-E Nº 6372(PECA 64), NO AMBITO DO CONTRATO 03/2019, REFERENTE A PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS DE AR-CONDICIONADO INSTALADOS NOS DIVERSOS EDIFICIOS. REGISTRO DA PASSIVO ANTERIOR. | -228,51 |
| SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL | REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR REFERENTE AO PAGAMENTO DA TAXA DE LIMPEZA PUBLICA (TLP), RELATIVA AO IMOVEL FUNCIONAL LOCALIZADO NA SQS 207, BLOCO K, APARTAMENTO 303, ASA SUL, BRASILIA/DF, DE PROPRIEDADE DA UNIAO E ADMINISTRADO PELO TCU. DESPESA DE 2019 E 2020. | -775,10 |
| SOLUTI - SOLUCOES EM NEGOCIOS INTELIGENTES S/A | REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR PARA PAGAMENTO DAS NOTAS FISCAIS ELETRONICAS 428512, 433183, 437761 E 446857 (PECA 89) QUE TEM COMO OBJETO A PRESTACAO DE SERVICOS DE EMISSAO DE CERTIFICADOS DIGITAIS PADRAO ICP-BRASIL, VISITAS E O FORNECIMENTO DE DISPOSITIVOS TOKENS USB PARA ARMAZENAMENTO DE CERTIFICADO DIGITAL, COM DEMANDAS NOS MESES DE ABRIL, MAIO, JUNHO E AGOSTO/2020, OBJETO DO CONTRATO EXTINTO 33/2019. DESPESA DE 2020. | -306,56 |
| TOTALCOB SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI | TC-003.972/2020-8 - CONTRATO Nº 1/2017-SEC-MG. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 1.160,01, PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 6841(PECA 42), REFERENTE A PRESTACAO DE SERVICOS CONTINUADOS DE RECEPCAO, LIMPEZA, COPEIRAGEM E SERVICOS GERAIS NA SEC-MG. 3º T.A.P. DE REPACTUACAO, C/ EFEITOS A CONTAR DE 1º/1/2020. DEA EMITIDA, POIS O SALDO DA 2020NE000303, INSCRITA EM RAP, NAO FOI SUFICIENTE P/ COBRIR A DESPESA. DEA RECONHECIDA NO BTJU 79, DE 30/4/2021. PECA 47. | -1.160,01 |
| AGILE ALLIANCE BRAZIL | TC-033.460/2018-3. RECONHECIMENTO DE DEA. PAGAMENTO DE 2 VAGAS NO EVENTO AGILE BRAZIL 2018. LOCAL: CAMPINAS/SP. PERIODO: 03 A 05/10/2018. PARTICIPANTES: ANANDA DE MEDEIROS E WU MAN QI. | -1.880,00 |
| ASSOCIACAO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO - ABR | TC-018.060/2018-8. RECONHECIMENTO DE DEA. PAGAMENTO DE PARTICIPACAO NO 13º CONGRESSO INTERNACIONAL DE JORNALISMO INVESTIGATIVO. LOCAL: SAO PAULO - SP. PERIODO: 28 A 30/06/2018. PARTICIPANTES: ELAINE FERREIRA SOUZA DANTAS E PAULA ROZANA SILVEIRA PILENGHI | -980,00 |
| ELEBRASIL ELEVADORES LTDA | TC 037.101/2018-8 RECONHECIMENTO E PAGAMENTO DE DIVIDA ORIUNDA DA FALTA DE QUITACAO DE NOTA FISCAL (REFERENTE AO PERIODO DE 02/02/2019 A 10/02/2019) DEVIDA POR PRESTACAO DE SERVICOS NO AMBITO DO EXTINTO CONTRATO Nº 14/2015 - REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR - | -7.048,42 |
| GARTNER DO BRASIL SERVICOS DE PESQUISAS LTDA. | TC 034.647/2018-0. RECONHECIMENTO DE DEA. PAGAMENTO DE 12 VAGAS NO EVENTO: GARTNER SYMPOSIUM/ITXPO 2018. LOCAL: SAO PAULO/SP. PERIODO: 22 A 25/10/2018. PARTICIPANTES: SERVIDORES DO TCU. | -35.400,00 |
| TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA | REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR PARA PERMITIR EMISSAO DE NOTA DE EMPENHO DE DEA - DESPESAS DE 2019 E 2020, REFERENTE AO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DE REAJUSTE AO CONTRATO 68/2018 QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATACAO DE SOLUCAO DE GERENCIAMENTO CENTRALIZADO DA PLATAFORMA DE COLETA E CONSOLIDACAO DE EVENTOS DE SEGURANCA DE REDE. | -4.982,72 |
| TELEFONICA BRASIL S.A. | TC 040.381/2019-6. CONTRATO 29/2018. REGISTRO DE PASSIVO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 633,39 PARA PAGAMENTO INTEGRAL DAS FATURAS 6401352052, 6401352051, 6401352050, NO VALOR DE R\$ 4.133,39, REFERENTE AO SERVICO TELEFONICO DE DISCAGEM DIRETA GRATUITA - DDG, NA MODALIDADE 0800, NO SISTEMA DE TARIFACAO REVERSA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PRECO UNITARIO, NO PERIODO DE 17/02/2020 A 16/05/2020. | -633,39 |
| | BAIXA DE VALORES A RECEBER PELA CESSAO DO SERVIDOR HENRIQUE MORAES ZYLLER, MA TRICULA 4584-5, PARA A CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE GOIAS (TC 000.870/2019-6). OS VALORES DE DEZEMBRO E GRATIFICACAO NATALINA DE 2020 FORAM DEVOLVIDOS NO DIA 28/12/2020, MAS SO FICOU DISPONIVEL PARA A UG 030001 NO DIA 04/01/2020.POR ISSO DIRECIONADOS PARA O TESOURO NACIONAL. | -69.316,52 |
| | BAIXA DE VALORES A RECEBER PELA CESSAO DO SERVIDORPAULO WANDERSON MOREIRA MAR TINS, MATR. 10214-8, PARA A CONTROLADORIA-GERAL DO DF. VALORES REFERENTES A EXERCICIO ANTERIOR- DIFERENCA DE FUNPRESP PATRONAL DE GRATIFICACAO NATALINA DE 2020; MOTIVO PELO QUAL RECURSOS FORAM DEVOLVIDOS AO TESOURO E AQUI SOMENTE SE FAZ BAIXA DA CONTA DE ATIVOS-ADIANTAMENTO. | -668,47 |
| | RECLASSIFICACAO DOS SALDOS DA CTA 237110300 - AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORESDA ADMINISTRACAO DIRETA, AUTARQUIAS, FUNDACOES E FUNDOS PARA A CONTA 237110201SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES (MES DE ABERTURA). | 2.640.331,85 |
| | REFERE-SE AO REGISTRO DE ENTRADA. 2021NS000826. NFS-E 3289 (R\$ 5.100,00). CONTRATO 17/2018. TC 006.082/2021-1. Z SERVICOS DE IMPRESSAO GRAFICA PELO SISTEMA OFFSET , MONOCROMATICOS E POLICROMATICOS, INCLUINDO O ACABAMENTO, A PROVA CONTRATUAL.O FORNECIMENTO DE PAPEL E DE TODO MATERIAL DE SUPRIMENTO. | 5.100,00 |
| SEM INFORMACAO | AJUSTE CONTABIL PARA FINS DE CONCILIAÇAO. TC 012.850/2013-6. 2012NE003167. 2013NS003167/2014NS001734. J DEB EQUIPAMENTOS INOX. | 2.440,26 |
| | BAIXA DE BEM PARA RECLASSIFICACAO. BAIXA DO BEM PATRIMONIAL DE NUMERO 700.953 ? LICENCA DE SOFTWARE DE AVALIACAO PSICOLOGICA HUMAN GUIDE),TENDO EM VISTA SUAS CARACTERISTICAS SEMELHANTES A BENS DE CONSUMO. TC 003.378/2021-7. | -29.000,00 |
| | INCORPORACAO DE BEM. REF. A LIQUIDACAO 2020NS002989.RESSARCIMENTO DE DESPESA, INCORRIDA POR SERVIDOR, COM A AQUISICAO DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA, SOLICITADO PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO (SETIC), A SER INCORPORADO AO PAT. | 15.164,10 |
| | BAIXA DE VALORES REGISTRADOS NA CONTA 123210601 - OBRAS EM ANDAMENTO, NO VALOR TOTAL DE R\$ 2.035.294,05. NA INSCRICAO GENERICA IM030005A, PARA SEREM ATUALIZADOS NO SISTEMA SPIUNET, NO RIP 1389 00655.500-0 (NUM. PATRIMONIO: 361.618), CONFORME PECA 7 DO TC 026.121/2021-2. INCLUI O VALOR LIQUIDO DOS BENS 361.608 E 361.619 (R\$ 16.148,82). | 16.148,82 |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | |
|-----------------------------|---|----------------------|
| | REGISTRO DE OBRAS EM ANDAMENTO, CONF. 2021NS00128 (UG030050) - NFS-E 619 (R\$ 9.984,12). TC-036.839/2017-5. CONTRATO 2/2016-PI. PERÍODO: 10A MEDICAÇÃO. SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A REFORMA DA NOVA SEDE PRESTADOS A SEC-PI. INSS RETIDO NO 2021 NP000510/2021GP800231. | 9.984,12 |
| TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO | REGISTRO DE PASSIVO FINANCEIRO - FOLHA DE PAGAMENTO | -542.346,12 |
| TOTAL | | -1.554.582,50 |

Nota 11 – Direitos Contratuais

Em 31/12/2021, o Tribunal de Contas da União possuía um saldo de R\$ 1.035.000,00 relacionados a direitos contratuais que serão executadas nos próximos exercícios. Esse valor refere-se ao registro do credenciamento 1/2020 de pessoas físicas e jurídicas, para o período de 2020 a 2025, para tradução de textos do português para os idiomas inglês, espanhol, francês, alemão e árabe, e versão desses idiomas estrangeiros para português, bem como tradução de qualquer dos idiomas estrangeiros listados para outro também listado, conforme demanda (vide TC 029.215/2017-0).

Nota 12 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2021, o Tribunal de Contas da União possuía um saldo de R\$ 296.988.760,89 relacionados a obrigações contratuais que serão executadas nos próximos exercícios.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 12a – Obrigações Contratuais – Composição.

| | Saldo Atual - R\$ | |
|----------------------|-----------------------|----------------|
| | 31/12/2021 | AV (%) |
| Aluguéis | 4.079.493,42 | 1,37% |
| Fornecimento de Bens | 4.823.978,98 | 1,62% |
| Serviços | 288.085.288,49 | 97,00% |
| Total | 296.988.760,89 | 100,00% |

Fonte: SIAFI 2021.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maioria (97,00%) do total das obrigações assumidas pelo TCU ao final de 31/12/2021.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes na data base de 31/12/2021.

Tabela 12b – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante.

| | Saldo Atual - R\$ | |
|---|-------------------|--------|
| | 31/12/2021 | AV (%) |
| 030001 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO | 272.347.946,50 | 91,70% |
| 030002 - SECRETARIA NO ESTADO DO PARA | 1.115.625,95 | 0,38% |
| 030003 - SECRETARIA NO ESTADO DO MARANHÃO | 309.151,65 | 0,10% |
| 030004 - SECRETARIA NO ESTADO DO PIAUÍ | 57.651,61 | 0,02% |
| 030005 - SECRETARIA NO ESTADO DO CEARÁ | 515.224,53 | 0,17% |
| 030006 - SECRETARIA NO ESTADO DO RIO G DO NORTE | 1.072.026,88 | 0,36% |
| 030007 - SECRETARIA NO ESTADO DA PARAIBA | 1.004.797,49 | 0,34% |
| 030008 - SECRETARIA NO ESTADO DE PERNAMBUCO | 477.530,32 | 0,16% |
| 030009 - SECRETARIA NO ESTADO DE ALAGOAS | 743.621,23 | 0,25% |
| 030011 - SECRETARIA NO ESTADO DA BAHIA | 323.687,49 | 0,11% |
| 030012 - SECRETARIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS | 511.914,77 | 0,17% |
| 030013 - SECRETARIA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | 1.179.480,93 | 0,40% |
| 030014 - SECRETARIA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL | 435.269,35 | 0,15% |
| 030015 - SECRETARIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | 697.275,55 | 0,23% |
| 030016 - SECRETARIA NO ESTADO DE SÃO PAULO | 455.299,96 | 0,15% |
| 030017 - SECRETARIA NO ESTADO DO PARANÁ | 373.598,24 | 0,13% |
| 030018 - SECRETARIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA | 390.177,47 | 0,13% |
| 030019 - SECRETARIA NO ESTADO DO RIO G DO SUL | 322.798,10 | 0,11% |
| 030020 - SECRETARIA NO ESTADO DO MATO GROSSO | 286.789,13 | 0,10% |
| 030021 - SECRETARIA NO ESTADO DE GOIÁS | 162.783,28 | 0,05% |





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | |
|--|-----------------------|----------------|
| 030022 - SECRETARIA NO ESTADO DO AMAZONAS | 1.222.039,44 | 0,41% |
| 030023 - SECRETARIA NO ESTADO DE TOCANTINS | 632.747,17 | 0,21% |
| 030024 - SECRETARIA NO ESTADO DO AMAPA | 510.752,35 | 0,17% |
| 030025 - SECRETARIA NO ESTADO DE RONDONIA | 221.146,02 | 0,07% |
| 030026 - SECRETARIA NO ESTADO DO ACRE | 268.622,13 | 0,09% |
| 030027 - SECRETARIA NO ESTADO DE RORAIMA | 506.258,03 | 0,17% |
| 030050 - DIEX-DIRET PROG EXEC ORC DAS UN NOS ESTADOS | 1.003.873,01 | 0,34% |
| 030100 - PROJETO DE APOIO A MODERNIZACAO/TCU | 947.706,31 | 0,32% |
| 030203 - INSTITUTO SERZEDELLO CORREA - ISC/TCU | 8.477.315,00 | 2,85% |
| 030060 - SEAE - SECRETARIA DE APOIO ESPECIALIZADO | 415.651,00 | 0,14% |
| Total | 296.988.760,89 | 100,00% |

Fonte: SIAFI 2021.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2021.

Tabela 12c – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

| | Saldo Atual - R\$ | |
|--|-----------------------|----------------|
| | 31/12/2021 | AV (%) |
| UNI ENGENHARIA E COMERCIO LTDA | 31.598.036,66 | 10,64% |
| A2B SERVICOS DE TI LTDA (34/2020) | 30.009.049,12 | 10,10% |
| NEOENERGIA DISTRIBUICAO BRASILIA S.A. | 29.077.662,72 | 9,79% |
| R7 FACILITIES SERV DE ENGENHARIA (06/2020) | 14.996.323,73 | 5,05% |
| STEFANINI CONSULT INFORMATICA (44/2018 1TA) | 13.434.689,11 | 4,52% |
| MONEY TURISMO EIRELI - EPP (27/2018 2TA) | 12.178.348,76 | 4,10% |
| AMM TECN E SERV DE INFORMATICA S/A 66/21 | 8.310.000,00 | 2,80% |
| ECT CONTRATO 02/2013 | 8.132.013,98 | 2,74% |
| CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFO (38/2017 4TA) | 7.224.005,14 | 2,43% |
| STEFANINI CONSUL E ASS EM INFORMAT (44/2018) | 6.662.523,96 | 2,24% |
| Demais Obrigações | 135.366.107,71 | 45,58% |
| | 296.988.760,89 | 100,00% |

Em relação aos contratados da Tabela 12c, eles representam 54,84% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

1. UNI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA: Execução de obras complementares - instalações e acabamentos do edifício Anexo III do Tribunal de Contas da União em Brasília/DF. Apesar da validade desse contrato ter expirado em 02/07/2009, o saldo apresentado encontra-se em discussão judicial;
2. A2B SERVICOS DE TI LTDA (34/2020): Prestação de serviços gerenciados de proteção de dados.
3. NEOENERGIA DISTRIBUICAO BRASILIA S.A – Fornecimento de Energia Elétrica.
4. R7 FACILITIES SERV DE ENGENHARIA (06/2020): Prestação de serviços continuados de apoio administrativo nas dependências do TCU, em Brasília/DF
5. STEFANINI CONSUL E ASS EM INFORMAT: Prestação presencial de serviços de projeto de manutenção de software com práticas ágeis.
6. MONEY TURISMO EIRELI – EPP: Serviço de natureza continuada para cotação, reserva e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (e-mail e telefone) e de Posto de Atendimento Avançado da CONTRATADA.
7. AMM TECN E SERV DE INFORMATICA S/A 66/21:
8. ECT - Prestação de serviços e venda de produtos, que atenda às necessidades do TCU e de suas Secretarias.
9. CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFO: Fornecimento de Unidades de Serviços Técnicos de Infraestrutura de TI (USIT) para prestação de serviços técnicos especializados continuados na área de Tecnologia da Informação (TI).

Em relação aos contratados acima, no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Quadro 12d – Contratados – Principais Transações.

| Contratado | Objeto | Valor Contratado | Valor Empenhado | Validade |
|---|---|------------------|-----------------|---------------------------|
| A2B SERVICOS DE TI LTDA – CT 34/2020 | Prestação de serviços gerenciados de proteção de dados. | 31.399.680,00 | 2.094.454,44 | 25/11/2020 até 24/11/2025 |
| R7 FACILITIES SERV DE ENGENHARIA – CT 06/2020 | Prestação de serviços continuados de apoio administrativo nas dependências do TCU, em Brasília/DF. | 40.190.213,18 | 26.441.724,70 | 01/04/2020 até 30/09/2022 |
| STEFANINI CONSUL E ASS EM INFORMAT – CT 44/2018 | Prestação presencial de serviços de projeto de manutenção de software com práticas ágeis. | 48.439.859,51 | 24.590.292,18 | 15/08/2018 a 14/08/2022 |
| CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA – CT 38/2019 | Prestação de serviço continuado de vigilância armada nas dependências da Secretaria do Tribunal de Contas da União, nas residências das autoridades, segurança de eventos na modalidade eventual e de segurança pessoal privada armada para veículos. | 28.687.922,69 | 25.046.548,15 | 01/10/2019 a 31/03/2022 |
| MONEY TURISMO EIRELI – EPP – CT 27/2018 | Serviço de natureza continuada para cotação, reserva e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (e-mail e telefone) e de Posto de Atendimento Avançado da CONTRATADA. | 25.200.000,00 | 6.166.791,94 | 03/05/2020 até 02/05/2022 |
| AMM TECN E SERV DE INFORMATICA S/A 66/21 | Contratação de solução de virtualização de servidores e de rede, com serviços de atualização e suporte remoto, além de serviços remunerados por medição de NMS, pelo período de 60 meses. | 27.440.531,64 | 19.130.531,64 | 21/12/2021 até 20/12/2026 |
| *ECT – CT 02/2013 | Prestação de serviços e venda de produtos, que atenda às necessidades do TCU e de suas Secretarias. | 6.855.600,000 | 3.574.688,11 | 06/06/2017 a 31/01/2018 |

Fonte: Contrata

(*) Contrato expirado, em análise.

Nota 13 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Em 31/12/2021, o Tribunal de Contas da União apresentou saldo no item Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços, no valor de R\$ 14.028.951,13. Este valor refere-se, em sua maior parte, à arrecadação referente à prestação de serviços de pagamento dos valores líquidos da folha salarial de servidores ativos, aposentados e pensionistas do TCU, e serviços de atualização cadastral (TC 025.481/2017-7). Nesses contratos com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, a remuneração à União é de 1,03% sobre o total líquido da folha de salários processada e é recolhida via GRU – Guia de Recolhimento da União, no código 28969.

Tabela 13 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos – Composição

| Agente Recolhedor | Código de Recolhimento | Valor Recolhido (R\$)* |
|-----------------------------|---|------------------------|
| 001 BANCO DO BRASIL S.A. | 28863-TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO | 3.297.240,01 |
| 001 BANCO DO BRASIL S.A. | | 8.542.277,69 |
| 009 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | 28969-RECEITA CESSAO DIR.OPERACIONALIZACAO PAGAMENT | 2.189.433,43 |
| Total | | 14.028.951,13 |

Fonte: SIAFI 2021





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

Nota 14 - Outras Transferências e Delegações Recebidas

Em 31/12/2021, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 6.906.057,73. Parte expressiva desse valor refere-se à correção contábil efetuada em razão da transferência de bens imóveis da conta 123210102 para a Superintendência do Patrimônio da União – SPU, conforme o documento 2021NL800025, de 02/06/2021, no valor de R\$ 5.350.679,21 (devolução do imóvel pela SPU para a correção de valores – reavaliação).

Nota 15 – Reavaliação de Ativos

Em 31/12/2021, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 9.037.893,25. Trata-se da reavaliação dos imóveis da conta 123210102 – Edifícios:

- 1) Reavaliação do imóvel nº RIP 5705000685006*, no valor de R\$ 5.350.679,21;
- 2) Reavaliação do imóvel nº RIP 9373001735008, no valor de R\$ 3.687.214,04.

*Obs.: Em 02/06/2021, o Tribunal efetuou a transferência do imóvel RIP nº 5705000685006, da conta 123210102 – Edifícios, da Secex-ES (2021NL800003), para a Superintendência do Patrimônio da União – SPU. Houve um equívoco no lançamento contábil, o valor de transferência foi de R\$ 10.799.7961,64, quando deveria ter sido R\$ 5.449.182,43 (Edifícios: R\$ 5.350.679,21; Obras em Andamento: 98.503,22). O valor de reavaliação lançado pelo SPIUNET foi de R\$ 5.449.182,43 (2021NL800002) ao invés de R\$ 98.503,22. TC 014.279/2021-5.

Nota 16 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

Em 31/12/2021, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 25.939.362,30. Trata-se de registro de arrecadação decorrente de multas, indenizações, restituições e outros.

Tabela 16 - Variações Patrimoniais Aumentativas – Composição

| Conta Contábil | RA - Cód. Recolhimento | Saldo Atual - R\$ Saldo R\$ (Conta Contábil) |
|--|------------------------|---|
| MULTAS ADMINISTRATIVAS | 13807 | AGU-MULTAS DECORRENTES DE DECISÕES DO TCU |
| | 13901 | TCU-MULTAS |
| | 18831 | STN MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATO |
| INDENIZACOES | 13802 | AGU-RECUPERAÇÃO DE RECURSOS-DEMAIS VALORES |
| | 13902 | TCU-DEMAIS INDENIZACOES |
| | 18821 | STN OUTRAS INDENIZACOES (DEDUÇÕES FOLHA) |
| RESTITUICOES | 13805 | AGU-RECUP.DESP.PRIM.EXER.ANT.TCU/CONVENIOS |
| | 13806 | AGU-RECUP.DESP.PRIM.EXER.ANT.TCU/OUTROS |
| | 18806 | RECUP.DESP.PRIMARIA EXERC.ANTERIORES FTE 0100 |
| | 18818 | STN OUTRAS RESTITUICOES (DEDUÇÕES FOLHA) |
| | 18856 | STN OUTROS RESSARCIMENTOS |
| | 18859 | STN OUTRAS RESTITUICOES |
| | 18905 | STN REST.CONTRIB.PREVIDENCIA COMPL/FUNPRES |
| RESSARCIMENTOS(*) | -9 | NÃO SE APLICA |
| VPA DECORRENTE DE FATORES GERADORES DIVERSOS | 18822 | STN OUTRAS RECEITAS |
| | 18844 | STN-RECEITA DECORRENTE DE INDENIZACAO SEGUROS |
| | 18854 | RESSARCIMENTO DE LIGACOES TELEFONICAS |
| | 18855 | RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM COPIAS |
| Total | | 25.939.362,30 |

Fonte: SIAFI2021

(*) Valores registrados, por equívoco, em duplicidade (2021NS005973/80).

Nota 17 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Em 31/12/2021, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 850.012.363,88, que decorreu dos seguintes registros:

Tabela 17 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – Composição

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Saldo Atual - R\$ AH (%) |
|-----------------------|------------|------------|-----------------------------|
| Página 252 de 259 | | | |
| Avulso do AVN 12/2022 | | | |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 71143178.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

| | | | |
|---|-----------------------|-----------------------|---------------|
| PROVENTOS - PESSOAL CIVIL | 580.402.285,65 | 590.372.464,91 | -1,69% |
| GRATIFICAÇÕES | 36.596.020,44 | 37.402.357,54 | -2,16% |
| FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS APOSENTADOS | 1.737.373,95 | 1.241.171,35 | 39,98% |
| 13 SALARIO - PESSOAL CIVIL16/91 | 50.771.576,36 | 51.986.526,39 | -2,34% |
| LICENCA PREMIO PARA INATIVO CIVIL | 1.132.345,72 | 1.321.684,25 | -14,33% |
| PENSOES CIVIS | 129.089.845,43 | 131.053.017,62 | -1,50% |
| 13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS | 10.542.704,68 | 10.886.825,15 | -3,16% |
| LICENCA-PREMIO PARA PENSIONISTA CIVIL | - | 2.095,37 | |
| AUXILIO FUNERAL | 1.114.582,79 | 1.082.239,17 | 2,99% |
| AUXILIO NATALIDADE | 32.431,49 | 34.016,35 | -4,66% |
| ASSISTENCIA A SAUDE | 38.593.197,37 | 38.668.281,35 | |
| Total | 850.012.363,88 | 864.050.679,45 | -1,62% |

Fonte: SIAFI 2020 e 2021.

Nota 18 - Outras Transferências e Delegações Concedidas

Em 31/12/2021, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 20.593.771,17. Parte expressiva desse valor refere-se à transferência de bens imóveis da conta 123210102 – Edifícios para a Superintendência do Patrimônio da União – SPU:

- 1) Transferência de Imóveis para a SPU. Nº do Imóvel RIP: 5705000685006*. Valor: R\$ 5.350.679,21;
- 2) Transferência de Imóveis para a SPU. Nº do Imóvel RIP: 5705000685006*. Valor: R\$ 10.799.861,64 (correção do anterior);
- 3) Transferência de Imóveis para a SPU. Nº do Imóvel RIP: 1761002495009. Valor: R\$ 1.821.940,89.

*Obs.: Em 02/06/2021, o Tribunal efetuou a transferência do imóvel RIP nº 5705000685006, da conta 123210102 – Edifícios, da Secex-ES (2021NL800003), para a Superintendência do Patrimônio da União – SPU. Houve um equívoco no lançamento contábil, o valor de transferência foi de R\$ 10.799.7961,64, quando deveria ter sido R\$ 5.449.182,43 (Edifícios: R\$ 5.350.679,21; Obras em Andamento: 98.503,22). O valor de reavaliação lançado pelo SPIUNET foi de R\$ 5.449.182,43 (2021NL800002) ao invés de R\$ 98.503,22. TC 014.279/2021-5.

Nota 19 – Desincorporação de Ativos

Em 31/12/2021, o Tribunal apresentou um saldo de R\$ 96.611.396,28. Em sua maior parte, esse valor decorre da baixa de saldos de contas de bens imóveis, no valor total de R\$ 96.095.014,42, a seguir relacionados:

- 1) R\$ 244.913,94 (2021NS003614) – baixa de valores registrados na conta 123210601 – Obras em Andamento, na UG 030001, em razão da devolução de imóvel da Secex-RN para a Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio Grande do Norte (SPU/RN);
- 2) R\$ 2.035.294,05 (2021NS006598) – baixa de valores registrados na conta 123210601 – Obras em Andamento, na UG 030001, para serem atualizados no Sistema SPIUNET (RIP 1389 00655.500-0);
- 3) R\$ 94.095.014,42 (2021NS000207) - baixa de valores registrados nas contas 123210601 – Obras em Andamento, 123210605 – Estudos e Projetos e 123210700 – Instalações, na UG 030203, para conciliar com o Sistema SPIUNET (RIP 9701 31388.500-3).

Nota 20 - Receita Patrimonial





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

A Lei Orçamentária Anual (LOA/2021), Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, estima para o TCU a arrecadação de receitas próprias (Fonte de recursos 150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação) no montante de R\$13.282.321,00 (treze milhões duzentos e oitenta e dois mil trezentos e vinte e um reais), sendo: R\$12.182.321,00 (doze milhões cento e oitenta e dois mil trezentos e vinte e um reais) referentes à venda da folha de pagamento de pessoal do TCU ao Banco do Brasil S/A e à Caixa Econômica Federal; e R\$1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) referente à realização de concurso público. As arrecadações decorrentes de deliberações do TCU (débitos e/ou multas), ressarcimentos diversos, devolução de valores, alienação de bens, pagamentos pela utilização de espaços do órgão são destinadas diretamente ao Tesouro Nacional por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), com a utilização de códigos de recolhimentos específicos, não cabendo ao TCU qualquer gerenciamento da arrecadação depois de confirmada a sua contabilização.

No quadro a seguir, verificamos que, em 31/12/2021, o Tribunal apresentou um o valor de R\$ 14.028.951,13 de Receita Realizada (**Vide Nota 13**):

Tabela 20 – Demonstrativo de Receitas Próprias

| Natureza da Receita | Período de Referência | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITA REALIZADA (ACUMULADA) |
|--|-----------------------|----------------------|----------------------|-------------------------------|
| Cessão do Direito de Operacionalização dos Pagamentos - Fopag | Janeiro | 12.182.321,00 | 1.087.174,87 | 1.087.174,87 |
| | Fevereiro | | 953.112,78 | 2.040.287,65 |
| | Março | | 648.308,62 | 2.688.596,27 |
| | Abril | | 992.511,52 | 3.681.107,79 |
| | Maio | | 822.343,78 | 4.503.451,57 |
| | Junho | | 903.994,03 | 5.407.445,60 |
| | Julho | | 1.213.481,76 | 6.620.927,36 |
| | Agosto | | 814.785,28 | 7.435.712,64 |
| | Setembro | | 806.901,20 | 8.242.613,84 |
| | Outubro | | 809.981,58 | 9.052.595,42 |
| | Novembro | | 811.024,74 | 9.863.620,16 |
| | Dezembro | | 868.090,96 | 10.731.711,12 |
| Inscrição em Concursos e Processos Seletivos | Janeiro a Setembro | 1.100.000,00 | - | - |
| | Outubro | | 0,01 | 0,01 |
| | Novembro | | 877.500,00 | 877.500,01 |
| | Dezembro | | 2.419.740,00 | 3.297.240,01 |
| TOTAL | | 13.282.321,00 | 14.028.951,13 | 14.028.951,13 |

Fonte: Tesouro Gerencial (3/1/2022)





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria de Auditoria Interna – Seaud

Processo: TC 011.915/2021-8

CERTIFICADO DE AUDITORIA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE 2021

Aos Administradores do Tribunal de Contas da União (TCU)

Examinamos, ao amparo da competência estabelecida no art. 74, inciso IV, da Constituição Federal, e nos termos do art. 50, inciso II e do art. 9º, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e do art. 13, § 2º, da Instrução Normativa-TCU 84, de 22 de abril de 2020, as demonstrações contábeis do TCU, compreendendo os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial em 31 de dezembro de 2021, as demonstrações das variações patrimoniais, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis analisadas estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável e as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Elementos das demonstrações contábeis acima referidas estão afetados de forma relevante, dada a materialidade das distorções, quantificadas e descritas a seguir.

1 Distorções de valor

1.1 R\$ 90.042.907,10 de passivos trabalhistas que não foram reconhecidos e nem contabilizados, tornando subavaliados o saldo da referida conta contábil (BP) e, por consequência, superavaliado o resultado patrimonial (DVP e BP).

1.2 R\$ 82.398.133,69 de ativo associado a adiantamento salarial de férias, tornando superavaliados o ativo e o resultado patrimonial (DVP e BP).

Opinião sobre a conformidade das transações subjacentes

Em nossa opinião, as transações subjacentes às demonstrações contábeis acima referidas e os atos de gestão examinados dos responsáveis estão em conformidade, em todos os aspectos relevantes, com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta de agentes públicos.

Base para opinião sobre a conformidade das transações subjacentes

Não foram identificados desvios de conformidade relevantes, nas transações subjacentes às demonstrações contábeis acima referidas.

Medidas adotadas para corrigir as distorções e não conformidades

Somos requeridos pelo inciso III, do art. 2º, da Lei 8443/1992, a indicar as medidas adotadas pela administração e, quando apropriado, pelos responsáveis pela governança, para corrigir as distorções e/ou não conformidades encontradas. Essas responsabilidades são adicionais àquelas requeridas pelas normas de auditoria.

A administração informou que adotou as medidas indicadas a seguir para corrigir as faltas encontradas:





Em relação às distorções apontadas nos itens 1.1 e 1.2, após o equacionamento dos procedimentos operacionais e de conformidade contábil adotados pelas áreas envolvidas no processo, a contabilização foi regularizada em fevereiro/2022, e os respectivos procedimentos foram revistos, de maneira a mitigar possíveis riscos de reincidência da situação.

Bases para as opiniões

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria aplicáveis ao setor público. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Na execução dos trabalhos, inexistiram prejuízos no propósito, na autoridade e na responsabilidade da Auditoria Interna, que se pautou com independência e objetividade no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo artigo art. 69, *caput*, da Resolução - TCU 324, de 30 de dezembro de 2020.

Dessa forma, a auditoria foi conduzida em conformidade com os princípios éticos relevantes previstos nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI), nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e no Código de Ética dos servidores do TCU, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis acima referidas bem como nossa opinião sobre a conformidade das transações subjacentes.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram auditadas. Contudo, obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre se os saldos iniciais continham distorções que poderiam afetar de forma relevante as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Outras informações que apresentam ou fazem referência às demonstrações contábeis

A administração do TCU é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Gestão.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis e a conformidade das transações subjacentes não abrange o Relatório de Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Gestão e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Gestão da entidade, somos requeridos a comunicar esse fato.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Com exceção dos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, não existem outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso certificado.



**Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo setor público e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir certificado de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria no setor público sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria aplicáveis ao setor público, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do TCU.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso certificado de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria de Auditoria Interna – Seaud

Processo: TC 011.915/2021-8

nosso certificado porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília/DF, 26 de abril de 2022.

MARIA CAMILA DE ÁVILA DOURADO
SECRETÁRIA DE AUDITORIA INTERNA



CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA, NOS TERMOS DO ART. 120 DA RESOLUÇÃO Nº 1 DE 2006-CN

| Data início | Data fim | Tipo de tramitação |
|-------------|------------|--|
| 08/06/2022 | | Despachado |
| 08/06/2022 | 12/06/2022 | Publicação em avulso eletrônico da matéria |
| 13/06/2022 | 27/06/2022 | Apresentação de relatório e eventual projeto de decreto legislativo |
| 28/06/2022 | 04/07/2022 | Apresentação de Emendas a Projeto de Decreto Legislativo sobre fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal |
| 05/07/2022 | 11/07/2022 | Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional |



Comunicações





SENADO FEDERAL
Gabinete da Sen. Eliziane Gama

Ofício nº. 017/2022/GSEGAMA

06 de junho de 2022.

Excelentíssimo Senhor
Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em nome da Liderança do CIDADANIA, a minha indicação para compor a Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CMCPLP), como suplente.

Atenciosamente,

Senadora **ELIZIANE GAMA**
Líder do CIDADANIA





CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO - PSD



Of. n. 126/2022/PSD

Brasília, 08 de junho de 2022.

Ao Excelentíssimo Senhor
Presidente **Celso Sabino**
Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Assunto: Substituição de parlamentar do PSD na Comissão Mista de Orçamento.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, indico a substituição do **Dep. Sérgio Brito (PSD/BA)** pelo **Dep. Cezinha de Madureira (PSD/SP)** para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nesse sentido, solicito que sejam tomadas as providências cabíveis para que as referidas indicações produzam os devidos efeitos legais e regimentais.

Atenciosamente,

Deputado **ANTONIO BRITO**
Líder do PSD



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Antonio Brito



CD/22915.57570-00



* C D 2 2 9 1 5 5 7 5 7 0 0 *

Projetos de Lei do Congresso Nacional





CONGRESSO NACIONAL

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 11, DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações; da Educação; da Justiça e Segurança Pública; de Minas e Energia; da Infraestrutura; das Comunicações; e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 35.398.824,00, para os fins que especifica.

Mensagem nº 233 de 2022, na origem

Prazo para apresentação de emendas: 12/06/2022 - 20/06/2022

DOCUMENTOS:

- [Projeto de Lei](#)
- [Anexo](#)
- [Exposição de Motivos](#)
- [Mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PUBLICAÇÃO: DCN de 09/06/2022



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações; da Educação; da Justiça e Segurança Pública; de Minas e Energia; da Infraestrutura; das Comunicações; e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 35.398.824,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022), em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações; da Educação; da Justiça e Segurança Pública; de Minas e Energia; da Infraestrutura; das Comunicações; e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 35.398.824,00 (trinta e cinco milhões trezentos e noventa e oito mil oitocentos e vinte e quatro reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

PL-CRÉD ESPEC MCTI E OUTROS R\$ 35.398.824,00 (EM 133 ME)



ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta

| ANEXO I | | | | | | | | | | Crédito Especial |
|----------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|-------------------------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) | | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0910 | | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | | | | | | | | 327.258 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 28 846 | 0910 00U8 | Contribuição Voluntária à Organização para Proibição de Armas Químicas - OPAQ | | | | | | | | 327.258 |
| 28 846 | 0910 00U8 0002 | Contribuição Voluntária à Organização para Proibição de Armas Químicas - OPAQ - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | | 327.258 |
| 2204 | | Brasil na Fronteira do Conhecimento | | | | | | | | 542.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 19 211 | 2204 00PN | Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados | | | | | | | | 542.000 |
| 19 211 | 2204 00PN 0002 | Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | | 542.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 869.258 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 869.258 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco

| ANEXO I | | | | | | | | | | Crédito Especial |
|----------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|-------------------------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) | | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0910 | | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | | | | | | | | 7.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 28 846 | 0910 000Q | Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica | | | | | | | | 7.000 |
| 28 846 | 0910 000Q 0002 | Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - No Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 150 | | 7.000 |



| | |
|--------------------|-------|
| TOTAL - FISCAL | 7.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | 0 |
| TOTAL - GERAL | 7.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

| ANEXO I | | | | | | | | | | Crédito Especial |
|----------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|-------------------------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) | | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0032 | | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | | 51.932 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 122 | 0032 216H | Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | | | | | | | | 51.932 |
| 12 122 | 0032 216H 0051 | Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | | 51.932 |
| | | Agente público beneficiado (unidade): 2 | F | 3 | 2 | 90 | 8 | 100 | | 51.932 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 51.932 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 51.932 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26457 - Universidade Federal do Norte do Tocantins

| ANEXO I | | | | | | | | | | Crédito Especial |
|----------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|-------------------------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) | | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0032 | | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | | 20.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 122 | 0032 216H | Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | | | | | | | | 20.000 |
| 12 122 | 0032 216H 0017 | Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Tocantins | | | | | | | | 20.000 |
| | | Agente público beneficiado (unidade): 1 | F | 3 | 2 | 90 | 8 | 100 | | 20.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 20.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 20.000 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública



UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta

| ANEXO I | | | | | | | | | | Crédito Especial |
|----------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|-------------------------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) | | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 5015 | | Justiça | | | | | | | | 90.000 |
| OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 14 211 | 5015 00PN | Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados | | | | | | | | 90.000 |
| 14 211 | 5015 00PN 0002 | Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados - Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | | 90.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 90.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 90.000 |

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32314 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE

| ANEXO I | | | | | | | | | | Crédito Especial |
|----------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|-------------------------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) | | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 0909 | | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | | 110.000 |
| OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | | | | |
| 25 211 | 0909 00PN | Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados | | | | | | | | 110.000 |
| 25 211 | 0909 00PN 0002 | Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados - Exterior | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | | 110.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 110.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 110.000 |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

| ANEXO I | | | | | | | | | | Crédito Especial |
|---------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|------------------|
|---------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|------------------|



| PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | |
|----------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------------------------------|------------|
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0909 | | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 400.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 0909 00U0 | Pagamento de despesas referentes a Condenações Judiciais (extinta RFFSA) | | | | | | | 400.000 |
| 28 846 | 0909 00U0 0001 | Pagamento de despesas referentes a Condenações Judiciais (extinta RFFSA) - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 400.000 |
| 3006 | | Transporte Terrestre e Trânsito | | | | | | | 10.450.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 26 782 | 3006 108X | Implantação de Postos de Pesagem | | | | | | | 10.000.000 |
| 26 782 | 3006 108X 0021 | Implantação de Postos de Pesagem - No Estado do Maranhão | | | | | | | 10.000.000 |
| | | Posto implantado (unidade): 3 | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 10.000.000 |
| 26 782 | 3006 1558 | Adequação de Trecho Rodoviário - Fortaleza - Pacajus - na BR-116/CE | | | | | | | 450.000 |
| 26 782 | 3006 1558 0023 | Adequação de Trecho Rodoviário - Fortaleza - Pacajus - na BR-116/CE - No Estado do Ceará | | | | | | | 450.000 |
| | | Trecho adequado (quilômetro): 1 | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 450.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.850.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.850.000 |

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações
UNIDADE: 41902 - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST

| ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) | | | | | | | | Crédito Especial Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | |
|---|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|---|------------|
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 2205 | | Conecta Brasil | | | | | | | 10.900.634 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 24 722 | 2205 00UA | Subvenção Econômica para a Ampliação do Acesso de Escolas Públicas à Internet em Banda Larga (Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000) | | | | | | | 10.900.634 |
| 24 722 | 2205 00UA 0001 | Subvenção Econômica para a Ampliação do Acesso de Escolas Públicas à Internet em Banda Larga (Lei nº 9.998, de 2000) - Nacional | | | | | | | 10.900.634 |
| | | Projeto apoiado (unidade): 979 | F | 3 | 2 | 60 | 0 | 172 | 5.900.634 |
| | | | F | 3 | 2 | 60 | 0 | 178 | 5.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.900.634 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |



TOTAL - GERAL 10.900.634

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

| ANEXO I | | | | | | | | | | Crédito Especial |
|----------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|-------------------------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) | | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 2221 | | Recursos Hídricos | | | | | | | 12.500.000 | |
| | | PROJETOS | | | | | | | | |
| 18 544 | 2221 1N64 | Implantação da Adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e Paraíba | | | | | | | 12.500.000 | |
| 18 544 | 2221 1N64 0020 | Implantação da Adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e Paraíba - Na Região Nordeste | | | | | | | 12.500.000 | |
| | | Obra executada (percentual de execução física): 6 | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 12.500.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 12.500.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 12.500.000 |



| | | | | | | | | | |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| ORGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações | | | | | | | | | |
| UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta | | | | | | | | | |
| ANEXO II | | | | | | | | | |
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | | | | | | | |
| Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | | | | | | | | | |
| Crédito Especial | | | | | | | | | |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0032 | | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | 327.258 | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 121 | 0032 4210 | Formulação, Gestão e Manutenção de Políticas e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovações | 327.258 | | | | | | |
| 19 121 | 0032 4210 0001 | Formulação, Gestão e Manutenção de Políticas e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovações - Nacional | 327.258 | | | | | | |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 327.258 |
| 2204 | | Brasil na Fronteira do Conhecimento | 271.000 | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 212 | 2204 6147 | Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação | 271.000 | | | | | | |
| 19 212 | 2204 6147 0001 | Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação - Nacional | 271.000 | | | | | | |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 271.000 |
| 2208 | | Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável | 271.000 | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 572 | 2208 20V6 | Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Voltados à Inovação, às Tecnologias Digitais e ao Processo Produtivo | 271.000 | | | | | | |
| 19 572 | 2208 20V6 0001 | Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Voltados à Inovação, às Tecnologias Digitais e ao Processo Produtivo - Nacional | 271.000 | | | | | | |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 271.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 869.258 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 869.258 |

| | | | | | | | | | |
|---|--------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------------|
| ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação | | | | | | | | | |
| UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco | | | | | | | | | |
| ANEXO II | | | | | | | | | |
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | Crédito Especial |
| Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | | | | | | | | | |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 5013 | | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 7.000 |



| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
|--------------------|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|-------|
| 12 364 | 5013 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 7.000 |
| 12 364 | 5013 20RK 0026 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco | F | 3 | 2 | 90 | 8 | 150 | 7.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 7.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

| | | | | | | | | | Crédito Especial |
|--------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------------------------|
| | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| | 5013 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 51.932 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 5013 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 51.932 |
| 12 364 | 5013 20RK 0051 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso | F | 3 | 2 | 90 | 8 | 100 | 51.932 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 51.932 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 51.932 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26457 - Universidade Federal do Norte do Tocantins

| | | | | | | | | | Crédito Especial |
|----------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------------------------|
| | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| | 5013 | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 20.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 364 | 5013 20RK | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | 20.000 |
| 12 364 | 5013 20RK 0017 | Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins | F | 3 | 2 | 90 | 8 | 100 | 20.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 20.000 |



| | |
|--------------------|--------|
| TOTAL - SEGURIDADE | 0 |
| TOTAL - GERAL | 20.000 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta

| ANEXO II | | Crédito Especial | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E |
| 5015 | | Justiça | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | |
| 14 422 | 5015 2334 | Proteção e Defesa do Consumidor | | | | | | |
| 14 422 | 5015 2334 0001 | Proteção e Defesa do Consumidor - Nacional | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | |

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32314 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE

| ANEXO II | | Crédito Especial | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E |
| 0910 | | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | | | | | | |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | |
| 28 846 | 0910 00PW | Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica | | | | | | |
| 28 846 | 0910 00PW 0001 | Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional | F | 3 | 2 | 50 | 0 | 100 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

| | |
|----------|------------------|
| ANEXO II | Crédito Especial |
|----------|------------------|



| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|---|-------------------------------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0032 | | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26 122 | 0032 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | |
| 26 122 | 0032 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 400.000 |
| 3006 | | Transporte Terrestre e Trânsito | | | | | | | |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 26 782 | 3006 10L3 | Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222/CE | | | | | | | |
| 26 782 | 3006 10L3 0023 | Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222/CE - No Estado do Ceará | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 450.000 |
| 26 782 | 3006 7W84 | Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Estiva - Entroncamento BR-222 (Miranda do Norte) na BR-135/MA | | | | | | | |
| 26 782 | 3006 7W84 0021 | Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Estiva - Entroncamento BR-222 (Miranda do Norte) na BR-135/MA - No Estado do Maranhão | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 10.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.850.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.850.000 |

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações
UNIDADE: 41902 - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST

| ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | Crédito Especial Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | | | | | | |
|---|----------------|--|---|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 2205 | | Conecta Brasil | | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 24 722 | 2205 20ZE | Universalização e Massificação dos Serviços de Telecomunicações | | | | | | | |
| 24 722 | 2205 20ZE 0001 | Universalização e Massificação dos Serviços de Telecomunicações - Nacional | | | | | | | |
| | | Projeto apoiado (unidade): 1 | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 172 | 900.634 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 24 722 | 2205 00ST | Universalização do Acesso de Escolas Públicas à Internet em Banda Larga (§ 2º do Art. 1º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000) | | | | | | | |



| | | | | | | | | | |
|--------------------|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|------------|
| 24 722 | 2205 00ST 0001 | Universalização do Acesso de Escolas Públicas à Internet em Banda Larga (§ 2º do Art. 1º da Lei nº 9.998, de 2000) - Nacional Escola conectada (unidade): 979 | F | 3 | 2 | 30 | 0 | 172 | 10.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 40 | 0 | 178 | 5.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.900.634 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.900.634 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

| ANEXO II | | Crédito Especial | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | | | | | | | |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 2221 | | Recursos Hídricos | | | | | | | 12.500.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18 544 | 2221 21DD | Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas | | | | | | | 12.500.000 |
| 18 544 | 2221 21DD 0001 | Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas - Nacional | | | | | | | 12.500.000 |
| | | Infraestrutura recuperada (unidade): 2 | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 12.500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 12.500.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 12.500.000 |



EM nº 00133/2022 ME

Brasília, 10 de Maio de 2022

Senhor Presidente da República,

1. Proponho a abertura ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022) de crédito especial, no valor de R\$ 35.398.824,00 (trinta e cinco milhões, trezentos e noventa e oito mil, oitocentos e vinte e quatro reais), em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações; da Educação; da Justiça e Segurança Pública; de Minas e Energia; da Infraestrutura; das Comunicações; e do Desenvolvimento Regional, conforme demonstrado no Quadro Anexo a esta Exposição de Motivos – EM.

2. O crédito em pauta visa incluir novas categorias de programação no orçamento vigente daqueles órgãos, a fim de viabilizar no:

a) Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações;

- Administração Direta, o pagamento de contribuições voluntárias à Parceria Global sobre Inteligência Artificial – GPAI, hospedada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, para o custeio de despesas operacionais da instituição; e à Organização para Proibição de Armas Químicas – OPAQ, colaborando com a estruturação do seu novo laboratório de química, que propiciará melhores condições para o cumprimento dos objetivos da instituição e possibilitará aos estados partes a utilização de suas instalações para ações de capacitação e desenvolvimento de pesquisas;

b) Ministério da Educação:

- Universidade Federal Rural de Pernambuco, o pagamento de contribuição ao Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), o que possibilitará a participação da universidade em editais com financiamento, eventos internacionais, o acesso a acervo bibliográfico e a inserção na produção acadêmica latino-americana e caribenha;

- Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, o atendimento de despesas com ajuda de custo para moradia e auxílio moradia a dois servidores ocupantes de cargos comissionados e oriundos de outros Municípios do Estado; e

- Universidade Federal do Norte do Tocantins, o pagamento de auxílio moradia a professor do campus de Tocantinópolis, no Município de Araguaína, onde cumprirá atribuições do cargo de vice-reitor, no qual foi investido em outubro de 2021;

c) Ministério da Justiça e Segurança Pública:

- Administração Direta, o pagamento de adesão ao Comitê de Políticas do Consumidor – CCP promovido pela OCDE;



d) Ministério de Minas e Energia:

- Empresa de Pesquisa Energética – EPE, a adesão ao Projeto Combustíveis Avançados para Motores (Advanced Motor Fuels - AMF), no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica (Technical Cooperation Project - TCP), patrocinado pela Agência Internacional de Energia - AIE, ligada à OCDE;

e) Ministério da Infraestrutura:

- Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, a aquisição de próteses, tratamento e manutenção ortopédica às pessoas acidentadas nas linhas férreas da então Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, por decisão judicial; a continuidade de obras de adequação de trecho rodoviário da BR-116/CE; bem como o cumprimento de decisão judicial no sentido de obrigar o DNIT a concluir a implantação dos postos integrados automatizados de fiscalização no Estado do Maranhão;

f) Ministério das Comunicações:

- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, a concessão de subvenção econômica para empresas privadas com fins lucrativos, em projetos de expansão e melhoria da conectividade e inclusão digital, de forma a dotar todas as escolas públicas brasileiras de acesso à internet em banda larga, em velocidades adequadas, conforme determinação legal contida no § 2º do art. 1º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, alterada pela Lei nº 14.109, de 16 de dezembro de 2020; e

g) Ministério do Desenvolvimento Regional:

- Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS, a execução das obras da 2ª Etapa da Adutora do Pajeú, nos Estados de Pernambuco e Paraíba.

3. Cabe ressaltar que o pleito em referência será viabilizado mediante Projeto de Lei, à conta de anulação de dotações orçamentárias, observado o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em conformidade com as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

4. Esclarece-se, a propósito do que dispõe o art. 44, § 4º, da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 – LDO-2022, que as alterações não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, uma vez que se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias, não alterando o montante destas para o corrente exercício.

5. No que diz respeito ao art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, vale frisar que a presente proposta não amplia as dotações orçamentárias sujeitas aos limites individualizados das despesas primárias estabelecidas para o ano em curso.

6. Cabe acrescentar que os ajustes do Plano Plurianual para o período de 2020 a 2023, de que trata a Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, porventura necessários em decorrência das alterações promovidas, deverão ser realizados de acordo com o inciso I do art. 21 da referida Lei, ressaltando que R\$ 844.258,00 (oitocentos e quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e oito reais), referem-se a suplementação em programas destinados exclusivamente a Operações Especiais que não integram o citado Plano.

7. Cabe informar, em relação ao disposto no inciso III do caput do art. 167 da Constituição Federal, "Regra de Ouro", que a modificação orçamentária não afeta o seu cumprimento.



8. Em atendimento ao disposto no § 18 do art. 44 da LDO-2022, segue, em anexo, o demonstrativo de desvios de valores cancelados que ultrapassam vinte por cento da respectiva dotação de cada ação.

9. Ressalte-se, por oportuno, que a alteração em comento decorre de solicitações formalizadas por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP e, segundo os órgãos supracitados, as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, frisando que os mesmos atestaram a observância aos arts. 12, 18 e 20, da LDO-2022, no que couber.

10. Diante do exposto, submeto à sua consideração o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura de crédito especial.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Roberto Nunes Guedes



QUADRO ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA Nº 133, DE 10/5 /2022

| R\$ 1,00 | | |
|---|-------------------|---------------------|
| Discriminação | Aplicação | Origem dos Recursos |
| Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações | 869.258 | 869.258 |
| Ministério da Educação | 78.932 | 78.932 |
| Ministério da Justiça e Segurança Pública | 90.000 | 90.000 |
| Ministério de Minas e Energia | 110.000 | 110.000 |
| Ministério da Infraestrutura | 10.850.000 | 10.850.000 |
| Ministério das Comunicações | 10.900.634 | 10.900.634 |
| Ministério do Desenvolvimento Regional | 12.500.000 | 12.500.000 |
| Total | 35.398.824 | 35.398.824 |





Ministério da Economia

SIOF - Alterações Orçamentárias

Exercício: 2022

RELATÓRIO DEMONSTRATIVO DOS DESVIOS

(Art.44, §18, da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021)

R\$ 1,00

| Programação | LOA (A) | Dotação Atual (B) | Créditos em Tramitação (C) | Valor deste Crédito (D) | Dotação Resultante (E) = B + C + D | Desvio em Relação à LOA (F) = (E - A) / A |
|--|-------------|----------------------|-------------------------------|----------------------------|---------------------------------------|--|
| 10.41902.24.722.2205.00ST.0001 - Universalização do Acesso de Escolas Públicas à Internet em mda Larga (Art. 1º, § 2º, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000) - Nacional | 10.000.000 | 10.000.000 | 0 | -10.000.000 | 0 | -100,00 % |
| 10.41902.24.722.2205.20ZE.0001 - Universalização e Massificação dos Serviços de telecomunicações - Nacional | 900.634 | 900.634 | 0 | -900.634 | 0 | -100,00 % |
| 10.53204.18.544.2221.21DD.0001 - Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas dricas - Nacional | 27.755.000 | 27.755.000 | 0 | -12.500.000 | 15.255.000 | -45,04 % |
| 10.39252.26.782.3006.7W84.0021 - Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Estiva - troncamento BR-222 (Miranda do Norte) na BR-135/MA - No Estado do Maranhão | 29.241.287 | 27.723.287 | 0 | -10.000.000 | 17.723.287 | -39,39 % |
| 10.32314.28.846.0910.00PW.0001 - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de ogramação Específica - Nacional | 606.600 | 606.600 | -121.320 | -110.000 | 375.280 | -38,13 % |
| 10.24101.19.121.0032.4210.0001 - Formulação, Gestão e Manutenção de Políticas e do Sistema acional de Ciência, Tecnologia e Inovações - Nacional | 16.356.000 | 16.356.000 | -3.800.000 | -327.258 | 12.228.742 | -25,23 % |
| 10.24101.19.572.2208.20V6.0001 - Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação, Tecnologias Digitais e ao Processo Produtivo - Nacional | 27.776.242 | 27.776.242 | -2.815.000 | -271.000 | 24.690.242 | -11,11 % |
| 10.24101.19.212.2204.6147.0001 - Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação - rincipal | 2.655.236 | 2.655.236 | 0 | -271.000 | 2.384.236 | -10,21 % |
| 10.39252.26.782.3006.10L3.0023 - Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento esso ao Porto de Pecém - na BR-222/CE - No Estado do Ceará | 32.108.153 | 30.323.153 | 0 | -450.000 | 29.873.153 | -6,96 % |
| 10.30101.14.422.5015.2334.0001 - Proteção e Defesa do Consumidor - Nacional | 5.698.901 | 5.698.901 | 0 | -90.000 | 5.608.901 | -1,58 % |
| 10.39252.26.122.0032.2000.0001 - Administração da Unidade - Nacional | 269.973.655 | 269.973.655 | -55.685 | -400.000 | 269.517.970 | -0,17 % |
| 10.26457.12.364.5013.20RK.0017 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - o Estado do Tocantins | 18.429.611 | 18.429.611 | 0 | -20.000 | 18.409.611 | -0,11 % |
| 10.26276.12.364.5013.20RK.0051 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - o Estado de Mato Grosso | 75.127.307 | 75.127.307 | 0 | -51.932 | 75.075.375 | -0,07 % |
| 10.26248.12.364.5013.20RK.0026 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - o Estado de Pernambuco | 40.482.304 | 40.482.304 | 0 | -7.000 | 40.475.304 | -0,02 % |



MENSAGEM Nº 233

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações; da Educação; da Justiça e Segurança Pública; de Minas e Energia; da Infraestrutura; das Comunicações; e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 35.398.824,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 17 de maio de 2022.



CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA

| Data início | Data fim | Tipo de tramitação |
|-------------|------------|--|
| 07/06/2022 | | Despachado |
| 07/06/2022 | 11/06/2022 | Publicação em avulso eletrônico do projeto de lei de crédito |
| 12/06/2022 | 20/06/2022 | Apresentação de Emendas a Projeto de Lei de crédito |
| 21/06/2022 | 25/06/2022 | Publicação em avulso eletrônico das emendas ao projeto de lei de crédito |
| 26/06/2022 | 10/07/2022 | Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO quanto ao projeto de lei de crédito à Mesa do Congresso Nacional |





CONGRESSO NACIONAL

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL

Nº 12, DE 2022

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 596.217.239,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Mensagem nº 239 de 2022, na origem

Prazo para apresentação de emendas: 12/06/2022 - 20/06/2022

DOCUMENTOS:

- [Projeto de Lei](#)
- [Anexo](#)
- [Exposição de Motivos](#)
- [Mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PUBLICAÇÃO: DCN de 09/06/2022



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 596.217.239,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 596.217.239,00 (quinhentos e noventa e seis milhões duzentos e dezessete mil duzentos e trinta e nove reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - incorporação de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial da União do exercício de 2021, relativo a Recursos Próprios Financeiros, no valor de R\$ 409.792.122,00 (quatrocentos e nove milhões setecentos e noventa e dois mil cento e vinte e dois reais); e

II - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 186.425.117,00 (cento e oitenta e seis milhões quatrocentos e vinte e cinco mil cento e dezessete reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

PL-CRÉD SUPLEMENTAR DIVERSOS R\$ 596.217.239,00 (EM 135 ME)



ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta

| ANEXO I | | Crédito Suplementar | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E |
| | 2203 | Pesquisa e Inovação Agropecuária | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | |
| 20 571 | 2203 212H | Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) | | | | | | |
| 20 571 | 2203 212H 0001 | Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 1998) - Nacional | F | 3 | 2 | 50 | 0 | 100 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 900.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 900.000 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

| ANEXO I | | Crédito Suplementar | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | | | | | | |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E |
| | 5011 | Educação Básica de Qualidade | | | | | | |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | |
| 12 368 | 5011 0509 | Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica | | | | | | |
| 12 368 | 5011 0509 0001 | Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 8 | 186 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 8 | 186 |
| 5013 | | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | |
| 12 364 | 5013 0A12 | Concessão de Bolsa Permanência no Ensino Superior | | | | | | |
| 12 364 | 5013 0A12 0001 | Concessão de Bolsa Permanência no Ensino Superior - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 |
| 6015 | | Educação Infantil | | | | | | |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | |
| 12 365 | 6015 00OW | Apoio à manutenção da educação infantil | | | | | | |



| | | | | | | | | | |
|--------------------|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|------------|
| 12 365 | 6015 00OW 0001 | Apoio à manutenção da educação infantil - Nacional | F | 3 | 2 | 40 | 8 | 186 | 5.585.725 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.585.725 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 23.730.351 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 0 |
| | | | | | | | | | 23.730.351 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro

| | | | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------------------------|
| ANEXO I | | | | | | | | | Crédito Suplementar |
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 5013 | | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 6.600.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 12 302 | 5013 4086 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais | | | | | | | 6.600.000 |
| 12 302 | 5013 4086 0033 | Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 2 | 90 | 8 | 100 | 1.000.000 |
| | | | | | | | | | 5.600.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 6.600.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.600.000 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal

| | | | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------------------------|
| ANEXO I | | | | | | | | | Crédito Suplementar |
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 5016 | | Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | | | | | | | 2.590.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 06 181 | 5016 2726 | Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União | | | | | | | 2.590.000 |
| 06 181 | 5016 2726 0001 | Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.590.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.590.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |



TOTAL - GERAL 2.590.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde

| ANEXO I | | | | | | | | | | Crédito Suplementar |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|-------------------------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 2222 | | Saneamento Básico | | | | | | | | 10.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 10 511 | 2222 21C9 | Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos) | | | | | | | | 10.000.000 |
| 10 511 | 2222 21C9 0024 | Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos) - No Estado do Rio Grande do Norte | S | 4 | 2 | 90 | 6 | 153 | | 10.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 10.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 10.000.000 |

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

| ANEXO I | | | | | | | | | | Crédito Suplementar |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|-------------------------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| 5019 | | Atenção Primária à Saúde | | | | | | | | 7.803.919 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 10 301 | 5019 2E89 | Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas | | | | | | | | 7.803.919 |
| 10 301 | 5019 2E89 0029 | Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas - No Estado da Bahia | S | 3 | 2 | 41 | 6 | 100 | | 3.703.919 |
| | | | S | 3 | 2 | 41 | 6 | 153 | | 4.100.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 7.803.919 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 7.803.919 |



| | | | | | | | | | |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------------------------------|------------|
| ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura | | | | | | | | | |
| UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT | | | | | | | | | |
| ANEXO I | | | | | | | | | |
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | Crédito Suplementar | |
| | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 3006 | | Transporte Terrestre e Trânsito | | | | | | | 91.100.000 |
| | | | ATIVIDADES | | | | | | |
| 26 782 | 3006 2036 | Controle de Trânsito na Malha Rodoviária Federal | | | | | | | 53.640.000 |
| 26 782 | 3006 2036 0001 | Controle de Trânsito na Malha Rodoviária Federal - Nacional | | | | | | | 53.640.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.952.287 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 111 | 51.687.713 |
| 26 782 | 3006 2325 | Operação de Pesagem e Autorizações Especiais de Trânsito de Veículos | | | | | | | 37.460.000 |
| 26 782 | 3006 2325 0001 | Operação de Pesagem e Autorizações Especiais de Trânsito de Veículos - Nacional | | | | | | | 37.460.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 111 | 37.460.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 91.100.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 91.100.000 |
| ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura | | | | | | | | | |
| UNIDADE: 39905 - Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET | | | | | | | | | |
| ANEXO I | | | | | | | | | |
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | Crédito Suplementar | |
| | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 3006 | | Transporte Terrestre e Trânsito | | | | | | | 800.000 |
| | | | ATIVIDADES | | | | | | |
| 26 452 | 3006 20YZ | Apoio ao Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Trânsito | | | | | | | 800.000 |
| 26 452 | 3006 20YZ 0001 | Apoio ao Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Trânsito - Nacional | | | | | | | 800.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 174 | 800.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 800.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 800.000 |



| | | | | | | | | | |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------------------------------|------------|
| ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações | | | | | | | | | |
| UNIDADE: 41101 - Ministério das Comunicações - Administração Direta | | | | | | | | | |
| ANEXO I | | | | | | | | Crédito Suplementar | |
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| | 2205 | Conecta Brasil | | | | | | | 18.170.541 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 24 571 | 2205 212H | Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) | | | | | | | 18.170.541 |
| 24 571 | 2205 212H 0001 | Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 1998) - Nacional | F | 3 | 2 | 50 | 0 | 178 | 18.170.541 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 18.170.541 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 18.170.541 |

| | | | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------------------------------|---------|
| ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa | | | | | | | | | |
| UNIDADE: 52121 - Comando do Exército | | | | | | | | | |
| ANEXO I | | | | | | | | Crédito Suplementar | |
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 811.960 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 122 | 0032 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 811.960 |
| 05 122 | 0032 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 811.960 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 811.960 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 811.960 |

| | | | | | | | | | |
|---|--------------|-----------------------------------|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------------------------------|-------|
| ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa | | | | | | | | | |
| UNIDADE: 52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL | | | | | | | | | |
| ANEXO I | | | | | | | | Crédito Suplementar | |
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |



| | | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|-----------|--|--|--|--|--|--|
| 6012 | | Defesa Nacional | | | | | | | 5.000.000 | | | | | | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | | | | | | |
| 05 153 | 6012 4528 | Produção de Material de Emprego Militar | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.000.000 | | | | | | |
| 05 153 | 6012 4528 0001 | Produção de Material de Emprego Militar - Nacional | | | | | | | 5.000.000 | | | | | | |
| | | | | | | | | | 5.000.000 | | | | | | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.000.000 | | | | | | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 | | | | | | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.000.000 | | | | | | |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52921 - Fundo do Exército

| ANEXO I | | | | | | | | Crédito Suplementar | |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------------------------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0032 | | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 4.188.040 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 05 122 | 0032 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 4.188.040 |
| 05 122 | 0032 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 350 | 4.188.040 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 350 | 3.959.640 |
| | | | | | | | | | 228.400 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.188.040 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.188.040 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta

| ANEXO I | | Crédito Suplementar | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.00 | | | | | | | |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 2217 | | Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano | | | | | | | 4.229.064 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 608 | 2217 2145 | Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional | | | | | | | 2.820.000 |
| 20 608 | 2217 2145 0001 | Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - Nacional | | | | | | | 2.820.000 |



| | | | | | | | | | |
|--------------------|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|-----------|
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.820.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 15 244 | 2217 005X | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | | | | | | | 1.409.064 |
| 15 244 | 2217 005X 0001 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional | | | | | | | 1.409.064 |
| | | | F | 4 | 2 | 40 | 0 | 100 | 1.409.064 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.229.064 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.229.064 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

| | | | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------------------------|
| ANEXO I | | | | | | | | | Crédito Suplementar |
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| | 2217 | Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano | | | | | | | 655.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 608 | 2217 214S | Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional | | | | | | | 655.000 |
| 20 608 | 2217 214S 6000 | Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - Na Amazônia Legal | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 375.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 280.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 655.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 655.000 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53209 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

| | | | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------------------------|
| ANEXO I | | | | | | | | | Crédito Suplementar |
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 225.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 15 122 | 0032 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 225.000 |
| 15 122 | 0032 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 225.000 |



| | | | | | | | | | |
|--------------------|--|--|---|---|---|----|---|-----|---------|
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 225.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 225.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 225.000 |

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta

| ANEXO I | | | | | | | | | Crédito Suplementar |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 1.041.072 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 125 | 0032 4907 | Ouvidoria Geral do Ministério da Cidadania | | | | | | | 1.041.072 |
| 04 125 | 0032 4907 0001 | Ouvidoria Geral do Ministério da Cidadania - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.041.072 |
| | 5033 | Segurança Alimentar e Nutricional | | | | | | | 2.500.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 08 306 | 5033 2151 | Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN | | | | | | | 2.500.000 |
| 08 306 | 5033 2151 0001 | Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - Nacional | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 153 | 2.500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.041.072 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.500.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.541.072 |

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74918 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - M. Desenv. Regional

| ANEXO I | | | | | | | | | Crédito Suplementar |
|--------------------------------------|--------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| | 2217 | Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano | | | | | | | 6.080.170 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 2217 0355 | Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE (Lei Complementar n° 125, de 3 de janeiro de 2007) | | | | | | | 6.080.170 |



| | | | | | | | | | |
|--------------------|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|-----------|
| 28 846 | 2217 0355 0001 | Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE (Lei Complementar nº 125, de 2007) - Nacional | F | 4 | 0 | 90 | 0 | 166 | 6.080.170 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.080.170 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.080.170 |

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74919 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO - M. Desenvolv. Regional

| ANEXO I | | | | | | | | | Crédito Suplementar |
|--------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 2217 | | Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano | | | | | | | 409.792.122 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28 846 | 2217 0E83 | Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO (Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009) | | | | | | | 409.792.122 |
| 28 846 | 2217 0E83 0050 | Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO (Lei Complementar nº 129, de 2009) - Na Região Centro-Oeste | F | 5 | 0 | 90 | 0 | 380 | 409.792.122 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 409.792.122 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 409.792.122 |



| | | | | | | | | | |
|---|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------------------------------|---------|
| ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | | | | | | | | | |
| UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta | | | | | | | | | |
| ANEXO II | | | | | | | | | |
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | Crédito Suplementar | |
| | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 1031 | | Agropecuária Sustentável | | | | | | | 900.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 20 608 | 1031 20ZY | Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva do Cacau | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 300.000 |
| 20 608 | 1031 20ZY 0001 | Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva do Cacau - Nacional | | | | | | | 300.000 |
| 20 545 | 1031 2161 | Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas | | | | | | | 600.000 |
| 20 545 | 1031 2161 0001 | Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 600.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 900.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 900.000 |

| | | | | | | | | | |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------------------------------|------------|
| ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação | | | | | | | | | |
| UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta | | | | | | | | | |
| ANEXO II | | | | | | | | | |
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | Crédito Suplementar | |
| | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 5013 | | Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão | | | | | | | 30.330.351 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 12 364 | 5013 00P1 | Apoio à Residência em Saúde | S | 3 | 2 | 90 | 8 | 186 | 23.930.351 |
| 12 364 | 5013 00P1 0001 | Apoio à Residência em Saúde - Nacional | | | | | | | 23.930.351 |
| 12 364 | 5013 00QC | Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos | | | | | | | 6.400.000 |
| 12 364 | 5013 00QC 0001 | Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos - Nacional | S | 3 | 2 | 90 | 8 | 100 | 6.400.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 30.330.351 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 30.330.351 |



| | | | | | | | | | |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------------------------------|------------|
| ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública | | | | | | | | | |
| UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal | | | | | | | | | |
| ANEXO II | | | | | | | | | |
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | Crédito Suplementar | |
| | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 5016 | | Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento | | | | | | | 2.590.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 06 181 | 5016 15XB | Construção do Instituto Nacional de Identificação - INI/DIREX/PF | | | | | | | 2.590.000 |
| 06 181 | 5016 15XB 5664 | Construção do Instituto Nacional de Identificação - INI/DIREX/PF - Em Brasília - DF | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.590.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.590.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.590.000 |
| ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde | | | | | | | | | |
| UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde | | | | | | | | | |
| ANEXO II | | | | | | | | | |
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | Crédito Suplementar | |
| | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 2222 | | Saneamento Básico | | | | | | | 10.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 10 511 | 2222 21C9 | Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos) | | | | | | | 10.000.000 |
| 10 511 | 2222 21C9 7000 | Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos) - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - No Estado do Rio Grande do Norte | S | 4 | 2 | 90 | 6 | 153 | 10.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 10.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.000.000 |
| ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde | | | | | | | | | |



| | | | | | | | | | |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------------------------------|-----------|
| UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde | | | | | | | | | |
| ANEXO II | | | | | | | | | |
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | Crédito Suplementar | |
| | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 5018 | | Atenção Especializada à Saúde | | | | | | | 7.803.919 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 10 302 | 5018 2E90 | Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas | | | | | | | 3.003.919 |
| 10 302 | 5018 2E90 0029 | Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Estado da Bahia | | | | | | | 3.003.919 |
| | | | S | 3 | 2 | 31 | 6 | 100 | 2.903.919 |
| | | | S | 3 | 2 | 31 | 6 | 153 | 100.000 |
| 10 302 | 5018 8535 | Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde | | | | | | | 4.800.000 |
| 10 302 | 5018 8535 7171 | Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado da Bahia | | | | | | | 4.800.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 31 | 6 | 100 | 800.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 31 | 6 | 153 | 4.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 7.803.919 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 7.803.919 |

| | | | | | | | | | |
|--|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------------------------------|------------|
| ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura | | | | | | | | | |
| UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT | | | | | | | | | |
| ANEXO II | | | | | | | | | |
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | Crédito Suplementar | |
| | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 3005 | | Transporte Aquaviário | | | | | | | 2.238.487 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | | |
| 26 784 | 3005 20LN | Operação de Terminais Hidroviários | | | | | | | 1.952.287 |
| 26 784 | 3005 20LN 0001 | Operação de Terminais Hidroviários - Nacional | | | | | | | 1.952.287 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.952.287 |
| 26 784 | 3005 219Z | Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União | | | | | | | 286.200 |
| 26 784 | 3005 219Z 6043 | Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Hidrográfica Atlântico Sul | | | | | | | 286.200 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 111 | 286.200 |
| 3006 | | Transporte Terrestre e Trânsito | | | | | | | 88.861.513 |



| | | | | | | | | | | |
|--------------------|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|--|------------|
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 26 782 | 3006 219Z | Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União | | | | | | | | 88.861.513 |
| 26 782 | 3006 219Z 0030 | Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Sudeste | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 111 | | 88.861.513 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 91.100.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 91.100.000 |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39905 - Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET

| | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|-------------------------------------|
| ANEXO II | | | | | | | | | | Crédito Suplementar |
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | | 800.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 26 571 | 0032 212H | Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) | | | | | | | | 800.000 |
| 26 571 | 0032 212H 0001 | Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 1998) - Nacional | F | 3 | 2 | 50 | 0 | 174 | | 800.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 800.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 800.000 |

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações
UNIDADE: 41101 - Ministério das Comunicações - Administração Direta

| | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|-------------------------------------|
| ANEXO II | | | | | | | | | | Crédito Suplementar |
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | | 5.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 24 122 | 0032 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | | 5.000.000 |
| 24 122 | 0032 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 178 | | 5.000.000 |
| | 2205 | Conecta Brasil | | | | | | | | 13.170.541 |



| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
|--------------------|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|------------|
| 24 126 | 2205 20V8 | Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital | | | | | | | 13.170.541 |
| 24 126 | 2205 20V8 0001 | Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital - Nacional | F | 3 | 2 | 91 | 0 | 178 | 13.170.541 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 18.170.541 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 18.170.541 |

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército

| | | | | | | | | | Crédito Suplementar |
|--------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------------------------|
| | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 6012 | | Defesa Nacional | | | | | | | 10.000.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 05 153 | 6012 14T6 | Implantação do Programa Estratégico de Proteção da Sociedade (PROTEGER) | | | | | | | 10.000.000 |
| 05 153 | 6012 14T6 0001 | Implantação do Programa Estratégico de Proteção da Sociedade (PROTEGER) - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 10.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.000.000 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta

| | | | | | | | | | Crédito Suplementar |
|-----------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------------------------|
| | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 2217 | | Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano | | | | | | | 4.229.064 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 571 | 2217 212H | Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei n° 9.637, de 15 de maio de 1998) | | | | | | | 2.820.000 |
| 19 571 | 2217 212H 0001 | Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei n° 9.637, de 1998) - Nacional | F | 3 | 2 | 50 | 0 | 100 | 2.820.000 |
| | | | | | | | | | 2.820.000 |



| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
|--------------------|----------------|--|---|---|---|----|---|-----|-----------|
| 15 451 | 2217 00SY | Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas | | | | | | | 1.409.064 |
| 15 451 | 2217 00SY 0001 | Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas - Nacional | F | 4 | 2 | 40 | 0 | 100 | 1.409.064 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.409.064 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.229.064 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

| | | | | | | | | | Crédito Suplementar |
|--------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------------------------|
| | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 2217 | | Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano | | | | | | | 655.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04 127 | 2217 20WQ | Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação | | | | | | | 655.000 |
| 04 127 | 2217 20WQ 6000 | Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação - Na Amazônia Legal | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 655.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 655.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 655.000 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53209 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

| | | | | | | | | | Crédito Suplementar |
|-----------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------------------------|
| | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
| 0032 | | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 225.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 15 131 | 0032 4641 | Publicidade de Utilidade Pública | | | | | | | 225.000 |
| 15 131 | 0032 4641 0001 | Publicidade de Utilidade Pública - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 225.000 |



| | |
|--------------------|---------|
| TOTAL - FISCAL | 225.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | 0 |
| TOTAL - GERAL | 225.000 |

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta

| ANEXO II | | Crédito Suplementar | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | |
|-------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------------------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | | | | | | | | |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| | 0032 | Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo | | | | | | | 1.041.072 | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 04 131 | 0032 4641 | Publicidade de Utilidade Pública | | | | | | | 1.041.072 | |
| 04 131 | 0032 4641 0001 | Publicidade de Utilidade Pública - Nacional | | | | | | | 1.041.072 | |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.041.072 | |
| | 5033 | Segurança Alimentar e Nutricional | | | | | | | 2.500.000 | |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 08 244 | 5033 20GD | Inclusão Produtiva Rural | | | | | | | 2.500.000 | |
| 08 244 | 5033 20GD 0001 | Inclusão Produtiva Rural - Nacional | | | | | | | 2.500.000 | |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 153 | 2.500.000 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.041.072 | |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.500.000 | |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.541.072 | |

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74918 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - M. Desenv. Regional

| ANEXO II | | Crédito Suplementar | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 | |
|-------------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------------------------------|--|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | | | | | | | | |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| | 2217 | Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano | | | | | | | 6.080.170 | |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 28 846 | 2217 0355 | Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE (Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007) | | | | | | | 6.080.170 | |
| 28 846 | 2217 0355 0001 | Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE (Lei Complementar nº 125, de 2007) - Nacional | | | | | | | 6.080.170 | |



| | | | | | | | | | | |
|--------------------|--|--|--|---|---|---|----|---|-----|-----------|
| | | | | F | 5 | 0 | 90 | 0 | 166 | 6.080.170 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 6.080.170 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 6.080.170 |



EM nº 00135/2022 ME

Brasília, 11 de Maio de 2022

Senhor Presidente da República,

1. Proponho a abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022), no valor de R\$ 596.217.239,00 (quinhentos e noventa e seis milhões, duzentos e dezessete mil, duzentos e trinta e nove reais), em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo e de Operações Oficiais de Crédito, conforme demonstrado em Quadro Anexo a esta Exposição de Motivos.

2. O crédito em pauta tem por objetivo viabilizar no (a)/em:

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

- Administração Direta, a celebração de Termo de Execução Descentralizada - TED com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI para promover soluções inovadoras por meio de serviços de infraestrutura avançada em tecnologia da informação e comunicação - TIC visando o Instituto Nacional de Meteorologia - INMET e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC;

Ministério da Educação:

- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a ampliação de matrículas na educação infantil, o aumento do número de escolas a serem implantadas no âmbito do programa das escolas cívico-militares e o incremento no percentual de indígenas e quilombolas contemplados pelo programa de concessão de bolsas de estudos nas Instituições Federais de Ensino Superior; e

- Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o pagamento de despesas relativas à ação “Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais”;

Ministério da Justiça e Segurança Pública:

- Departamento de Polícia Federal, a realização de obras de infraestrutura no âmbito da unidade orçamentária;



Ministério da Saúde:

- Fundação Nacional de Saúde, o atendimento de solicitação da Bancada do Estado do Rio de Grande do Norte, conforme o Ofício n.º 161/2022/GAB/DBL, de 21 de março de 2022, remanejando recursos para despesas de capital no âmbito da ação “Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos)”; e

- Fundo Nacional de Saúde, o cumprimento de pedido da Bancada do Estado da Bahia, de acordo com os Ofícios n.º 036/2022/BBMN e 037/2022/BBMN, de 29 de março de 2022, remanejando recursos para despesas de custeio na ação “Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas”;

Ministério da Infraestrutura:

- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, a manutenção dos serviços de controle de velocidade e pesagem em rodovias federais; e

- Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito – FUNSET, a formalização de acordo com a Polícia Rodoviária Federal - PRF com vistas a promover cursos de capacitação para integrantes do Sistema Nacional de Trânsito;

Ministério das Comunicações:

- Administração Direta, o atendimento de despesas relacionadas à implantação da Fase III da Infovia Potiguar, por meio de Contrato de Gestão com a Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP;

Ministério da Defesa:

- Comando do Exército e Fundo do Exército, o funcionamento de organizações militares e despesas decorrentes do atendimento de determinação do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia, constante da Ação Cível Originária 1.831 Piauí, para que fosse dado início à perícia requerida pelo Estado do Piauí, decorrente da ação movida contra o Estado do Ceará, que trata de litígio de limites entre os Estados; e

- Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL, a modernização do complexo produtivo da unidade;

Ministério do Desenvolvimento Regional:

- Administração Direta, a implementação de despesas de investimento com a estruturação de atividades produtivas; e a recomposição de empenho relativo a convênio, tendo em vista o desenvolvimento local integrado;

- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, o apoio aos projetos "Ampliação e Revitalização do Memorial Marechal Rondon" e "Sistemas Agroflorestais na Agricultura em Roraima", definidos como prioritários, no âmbito das Rotas de Integração Nacional; e



- Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, o desenvolvimento de atividades de gestão administrativa;

Ministério da Cidadania:

- Administração Direta, a operacionalização da Central de Relacionamento da Ouvidoria-Geral do órgão e a implantação de Restaurante Popular em São Luís - MA, que atenderá cerca de 1.000 pessoas por dia, visando à alimentação adequada e ao atendimento de pessoas em situação de insegurança alimentar de modo imediato; e

Operações Oficiais de Crédito:

- Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - M. Desenvolv. Regional e Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO - M. Desenvolv. Regional, o financiamento de projetos do setor produtivo.

3. Cabe ressaltar que o pleito em referência será viabilizado mediante Projeto de Lei, à conta da incorporação de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021, referente a Recursos Próprios Financeiros; e de anulação de dotações orçamentárias, observado o disposto no art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em conformidade com as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

4. Esclarece-se, a propósito do que dispõe o art. 44, § 4º, da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 - LDO-2022, que as alterações não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, uma vez que:

a) R\$ 415.872.292,00 (quatrocentos e quinze milhões, oitocentos e setenta e dois mil, duzentos e noventa e dois reais) se referem à suplementação de despesas financeiras, que não são contabilizadas para o atingimento da citada meta fiscal, sendo:

a.1) R\$ 6.080.170,00 (seis milhões, oitenta mil, cento e setenta reais) à conta do remanejamento no âmbito destas despesas; e

a.2) R\$ 409.792.122,00 (quatrocentos e nove milhões, setecentos e noventa e dois mil, cento e vinte e dois reais) por meio da incorporação de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021, referente a Recursos Próprios Financeiros; e

b) R\$ 180.344.947,00 (cento e oitenta milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, novecentos e quarenta e sete reais), a remanejamento entre despesas primárias discricionárias, não alterando o montante destas para o corrente exercício.

5. No que diz respeito ao art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, vale frisar que a presente proposta não amplia as dotações orçamentárias sujeitas aos limites das despesas primárias estabelecidos para o ano em curso, salientando, ainda, que parte do presente ato, no valor R\$ 415.872.292,00 (quatrocentos e quinze milhões, oitocentos e setenta e dois mil, duzentos e noventa e dois reais) diz respeito à suplementação de despesas financeiras, que são excluídas da base de cálculo do citado limite.



6. Em atendimento ao disposto nos §§ 6º e 18 do art. 44 da LDO-2022, seguem, em anexo, os demonstrativos de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021, e de desvios de valores cancelados que ultrapassam vinte por cento da respectiva dotação de cada ação.

7. Além disso, o presente crédito está de acordo com o disposto no inciso III do art. 167 da Constituição Federal, tendo em vista que afeta positivamente o cumprimento da “Regra de Ouro”.

8. Salienta-se que a proposição em tela envolve, concomitantemente, modificação de fontes de recursos, no valor de R\$ 4.188.040,00 (quatro milhões, cento e oitenta e oito mil e quarenta reais) com redução na fonte 00 - Recursos Primários de Livre Aplicação e acréscimo na fonte 50 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação.

9. Ressalte-se, por oportuno, que a alteração em comento decorre de solicitações formalizadas por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, e de acordo com os órgãos supracitados, as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício atual.

10. Diante do exposto, submeto à sua consideração o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura de crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Roberto Nunes Guedes



QUADRO ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA Nº 135, DE 10/05/2022

| R\$ 1,00 | | |
|--|-------------------|---------------------|
| Discriminação | Suplementação | Origem dos Recursos |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 900.000 | 900.000 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta | 900.000 | 900.000 |
| Ministério da Educação | 30.330.351 | 30.330.351 |
| Ministério da Educação - Administração Direta | 0 | 30.330.351 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação | 23.730.351 | 0 |
| Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro | 6.600.000 | 0 |
| Ministério da Justiça e Segurança Pública | 2.590.000 | 2.590.000 |
| Departamento de Polícia Federal | 2.590.000 | 2.590.000 |
| Ministério da Saúde | 17.803.919 | 17.803.919 |
| Fundação Nacional de Saúde | 10.000.000 | 10.000.000 |
| Fundo Nacional de Saúde | 7.803.919 | 7.803.919 |
| Ministério da Infraestrutura | 91.900.000 | 91.900.000 |
| Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT | 91.100.000 | 91.100.000 |
| Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET | 800.000 | 800.000 |
| Ministério das Comunicações | 18.170.541 | 18.170.541 |



| | | |
|---|--------------------|--------------------|
| Ministério das Comunicações - Administração Direta | 18.170.541 | 18.170.541 |
| Ministério da Defesa | 10.000.000 | 10.000.000 |
| Comando do Exército | 811.960 | 10.000.000 |
| Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL | 5.000.000 | 0 |
| Fundo do Exército | 4.188.040 | 0 |
| Ministério do Desenvolvimento Regional | 5.109.064 | 5.109.064 |
| Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta | 4.229.064 | 4.229.064 |
| Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia | 655.000 | 655.000 |
| Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU | 225.000 | 225.000 |
| Ministério da Cidadania | 3.541.072 | 3.541.072 |
| Ministério da Cidadania - Administração Direta | 3.541.072 | 3.541.072 |
| Operações Oficiais de Crédito | 415.872.292 | 6.080.170 |
| Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - M. Desenvolv. Regional | 6.080.170 | 6.080.170 |
| Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO - M. Desenvolv. Regional | 409.792.122 | 0 |
| Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021, relativo a Recursos Próprios Financeiros | 0 | 409.792.122 |
| Total | 596.217.239 | 596.217.239 |



DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 44, § 6º, da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021)

Unidade Orçamentária: 52921 - Fundo do Exército

Fonte: 50 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação

| | R\$ 1,00 |
|--|----------------------|
| (A) Superávit Financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021 | 1.258.610.000 |
| (B) Remanejamentos de saldo do superávit Remanejamento entre unidades, compatíveis com o parágrafo único do art. 8º da LRF | 0 |
| (C) Créditos Especiais e Extraordinários Reabertos | 0 |
| (D) Créditos Extraordinários | 0 |
| Abertos | 0 |
| Em tramitação | 0 |
| Valor deste crédito | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | 4.188.040 |
| Abertos | 0 |
| Em tramitação | 0 |
| Valor deste crédito | 4.188.040 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | 0 |
| Abertos | 0 |
| Em tramitação | 0 |
| Valor deste crédito | 0 |
| (G) Saldo = (A) + (B) - (C) - (D) - (E) - (F) | 1.254.421.960 |

(A) Portaria STN/ME nº 1.266, de 11 de fevereiro de 2022.

Posição de 05/05/2022.



DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 44, § 6º, da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021)

Unidade Orçamentária: 74919 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO - M. Desenvolv. Regional
Fonte: 80 - Recursos Próprios Financeiros

| | R\$ 1,00 |
|--|-------------|
| (A) Superávit Financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021 | 432.340.768 |
| (B) Remanejamentos de saldo do superávit Remanejamento entre unidades, compatíveis com o parágrafo único do art. 8º da LRF | 0 |
| (C) Créditos Especiais e Extraordinários Reabertos | 0 |
| (D) Créditos Extraordinários | 0 |
| Abertos | 0 |
| Em tramitação | 0 |
| Valor deste crédito | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | 432.340.768 |
| Abertos | 22.548.646 |
| Em tramitação | 0 |
| Valor deste crédito | 409.792.122 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | 0 |
| Abertos | 0 |
| Em tramitação | 0 |
| Valor deste crédito | 0 |
| (G) Saldo = (A) + (B) - (C) - (D) - (E) - (F) | 0 |
| (A) Portaria STN/ME nº 1.266, de 11 de fevereiro de 2022. | |
| Posição de 05/05/2022. | |



MENSAGEM Nº 239

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 596.217.239,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 20 de maio de 2022.



CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA

| Data início | Data fim | Tipo de tramitação |
|-------------|------------|--|
| 07/06/2022 | | Despachado |
| 07/06/2022 | 11/06/2022 | Publicação em avulso eletrônico do projeto de lei de crédito |
| 12/06/2022 | 20/06/2022 | Apresentação de Emendas a Projeto de Lei de crédito |
| 21/06/2022 | 25/06/2022 | Publicação em avulso eletrônico das emendas ao projeto de lei de crédito |
| 26/06/2022 | 10/07/2022 | Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO quanto ao projeto de lei de crédito à Mesa do Congresso Nacional |





CONGRESSO NACIONAL

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 13, DE 2022

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Previdência, crédito especial no valor de R\$ 312.721.134,00, para o fim que especifica.

Mensagem nº 240 de 2022, na origem
DOU de 23/05/2022

Prazo para apresentação de emendas: 12/06/2022 - 20/06/2022

DOCUMENTOS:

- [Projeto de Lei](#)
- [Anexo](#)
- [Exposição de Motivos](#)
- [Mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PUBLICAÇÃO: DCN de 10/06/2022



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Previdência, crédito especial no valor de R\$ 312.721.134,00, para o fim que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022), em favor do Ministério do Trabalho e Previdência, crédito especial no valor de R\$ 312.721.134,00 (trezentos e doze milhões setecentos e vinte e um mil cento e trinta e quatro reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,



ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência
UNIDADE: 40201 - Instituto Nacional do Seguro Social

| ANEXO I | | | | | | | | | | Crédito Especial |
|----------------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------|-------------------------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) | | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| | 0901 | Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais | | | | | | | 312.721.134 | |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 28 846 | 0901 00SA | Pagamento de honorários periciais nas ações em que o INSS figure como parte e que sejam de competência da Justiça Federal | | | | | | | 312.721.134 | |
| 28 846 | 0901 00SA 0001 | Pagamento de honorários periciais nas ações em que o INSS figure como parte e que sejam de competência da Justiça Federal - Nacional | | | | | | | 312.721.134 | |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 300 | 312.721.134 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 312.721.134 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 312.721.134 |

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência
UNIDADE: 40904 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social

| ANEXO II | | | | | | | | | | Crédito Especial |
|-------------------------------------|----------------|---------------------------------------|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------|-------------------------------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) | | | | | | | | | | Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00 |
| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR | |
| | 2214 | Nova Previdência | | | | | | | 312.721.134 | |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 09 271 | 2214 00SJ | Benefícios Previdenciários | | | | | | | 312.721.134 | |
| 09 271 | 2214 00SJ 0001 | Benefícios Previdenciários - Nacional | | | | | | | 312.721.134 | |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 140 | 312.721.134 | |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 312.721.134 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 312.721.134 |



EM nº 00143/2022 ME

Brasília, 18 de maio de 2022.

Senhor Presidente da República,

1. Proponho a abertura ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022) de crédito especial, no valor de R\$ 312.721.134,00 (trezentos e doze milhões, setecentos e vinte e um mil, cento e trinta e quatro reais), em favor do Ministério do Trabalho e Previdência, conforme demonstrado no Quadro Anexo a esta Exposição de Motivos – EM.
2. O crédito em pauta visa a inclusão da programação “00SA - Pagamento de honorários periciais nas ações em que o INSS figure como parte e que sejam de competência da Justiça Federal”, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, tendo em vista a publicação da Lei nº 14.331, de 4 de maio de 2022, a qual, entre outros, alterou a Lei nº 13.876, de 20 de setembro de 2019, revogando o prazo de que dispunha o § 3º do art. 1º daquele diploma, e estabelecendo novas regras para os pagamentos de honorários periciais referentes às perícias judiciais realizadas nas demandas em que o INSS figure como parte e se discuta a concessão de benefícios assistenciais à pessoa com deficiência ou benefícios previdenciários decorrentes de incapacidade laboral.
3. Cabe ressaltar que o pleito em referência será viabilizado mediante Projeto de Lei, à conta de anulação de dotação orçamentária, observado o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em conformidade com as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.
4. Esclarece-se, a propósito do que dispõe o art. 44, § 4º, da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022, LDO-2022, que as alterações não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, uma vez que se referem a remanejamento entre despesas primárias obrigatórias, não alterando o montante destas para o corrente exercício.
5. No que diz respeito ao art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, vale frisar que a presente proposta não amplia as dotações orçamentárias sujeitas aos limites individualizados das despesas primárias estabelecidas para o ano em curso.
6. Salienta-se que a proposição em tela envolve, concomitantemente, modificação de fontes de recursos, no valor do crédito, com a redução da fonte 40 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP, e a utilização do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021, referente à fonte 00 - Recursos Primários de Livre Aplicação.
7. Em atendimento ao disposto no § 6º do art. 44 da LDO-2022, segue, em anexo, o demonstrativo do citado superávit financeiro.
8. Cabe acrescentar que os recursos destinam-se a programa relativo a operações especiais,



não integrando o Plano Plurianual para o período de 2020 a 2023, de que trata a Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, de acordo com o § 1º do art. 4º da referida Lei.

9. Cabe informar, em relação ao disposto no inciso III do **caput** do art. 167 da Constituição Federal, "Regra de Ouro", que a modificação orçamentária não afeta o seu cumprimento.

10. Ressalte-se, por oportuno, que a alteração em comento decorre de solicitação formalizada por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, frisando que foram observados os arts. 12, 18 e 20, da LDO-2022, no que couber, e a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução, tendo em vista que a possibilidade de cancelamento da ação de benefícios previdenciários consta do item 38 do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 1º Bimestre de 2022, encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 113, de 22 de março de 2022, que indica o seguinte:

Quanto à projeção orçamentária desses benefícios, também constante da Nota Técnica nº 11/2022/CGOFC/DGPA-INSS, **houve redução de R\$ 3.818,5 milhões, em relação à previsão constante da LOA.** (grifo nosso).

11. Diante do exposto, submeto à sua consideração o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura de crédito especial.

Respeitosamente,

Assinado por: Paulo Roberto Nunes Guedes



QUADRO ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA Nº 143, DE
20/5/2022

| R\$ 1,00 | | |
|---|--------------------|---------------------|
| Discriminação | Aplicação | Origem dos Recursos |
| Ministério do Trabalho e Previdência | 312.721.134 | 312.721.134 |
| Instituto Nacional do Seguro Social | 312.721.134 | 0 |
| Fundo do Regime Geral de Previdência Social | 0 | 312.721.134 |
| Total | 312.721.134 | 312.721.134 |



DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 44, § 6º, da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021)

Fonte: 00 - Recursos Primários de Livre Aplicação

| | R\$ 1,00 |
|--|----------------|
| (A) Superávit Financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021 | 40.168.669.440 |
| (B) Remanejamentos de saldo do superávit Remanejamento entre unidades, compatíveis com o parágrafo único do art. 8º da LRF | 0 |
| (C) Créditos Especiais e Extraordinários Reabertos | 0 |
| (D) Créditos Extraordinários | 1.679.866.600 |
| Abertos | 1.679.866.600 |
| Em tramitação | 0 |
| Valor deste crédito | 0 |
| (E) Créditos Suplementares e Especiais | 4.055.929.690 |
| Abertos | 3.733.194.252 |
| Em tramitação | 10.014.304 |
| Valor deste crédito | 312.721.134 |
| (F) Outras modificações orçamentárias efetivadas | 4.201.976.794 |
| Abertos | 4.201.976.794 |
| Em tramitação | 0 |
| Valor deste crédito | 0 |

| | |
|--|-----------------------|
| (G) Saldo = (A) + (B) - (C) - (D) - (E) - (F) | 30.230.896.356 |
|--|-----------------------|

(A) Portaria STN/ME nº 1.266, de 11 de fevereiro de 2022.

Posição de 17/05/2022.



MENSAGEM Nº 240

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Previdência, crédito especial no valor de R\$ 312.721.134,00, para o fim que especifica”.

Brasília, 20 de maio de 2022.



CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA

| Data início | Data fim | Tipo de tramitação |
|-------------|------------|--|
| 07/06/2022 | | Despachado |
| 07/06/2022 | 11/06/2022 | Publicação em avulso eletrônico do projeto de lei de crédito |
| 12/06/2022 | 20/06/2022 | Apresentação de Emendas a Projeto de Lei de crédito |
| 21/06/2022 | 25/06/2022 | Publicação em avulso eletrônico das emendas ao projeto de lei de crédito |
| 26/06/2022 | 10/07/2022 | Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO quanto ao projeto de lei de crédito à Mesa do Congresso Nacional |



Término de Prazos



Término do prazo de vigência, **em 01 de junho de 2022**, da **Medida Provisória nº 1084, de 2021**, que “*Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 4.153.017.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências*”.

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1 de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria aguarda edição de decreto legislativo nos termos do art. 62, §11, da Constituição Federal e do art. 11, § 2º, da Res. 1/2002-CN, **até 13 de agosto de 2022**.



Término do prazo de vigência, **em 01 de junho de 2022**, da **Medida Provisória nº 1086, de 2021**, que “*Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Infraestrutura, no valor de R\$ 200.000.000,00, para o fim que especifica*”.

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1 de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria aguarda edição de decreto legislativo nos termos do art. 62, §11, da Constituição Federal e do art. 11, § 2º, da Res. 1/2002-CN, **até 13 de agosto de 2022**.



Término do prazo de vigência, **em 01 de junho de 2022**, da **Medida Provisória nº 1088, de 2021**, que “*Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 3.501.597.083,00, para o fim que especifica, e dá outras providências*”.

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1 de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria aguarda edição de decreto legislativo nos termos do art. 62, §11, da Constituição Federal e do art. 11, § 2º, da Res. 1/2002-CN, **até 13 de agosto de 2022**.



Vetos



Publicação da Mensagem do presidente da República nº 270 de 2022, em 2 de junho de 2022, **recebida no mesmo dia**, que comunica as razões do veto **total** aposto ao Projeto de Lei nº 5.466, de 2019, que "Institui o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943". (**Veto nº 28 de 2022**)

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional **encerrar-se-á em 1º de julho de 2022**.

A matéria está publicada em avulso eletrônico.

São os seguintes a Mensagem e o autógrafo do projeto:





CONGRESSO NACIONAL

VETO N° 28, DE 2022

Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 5.466, de 2019, que "Institui o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943".

Mensagem nº 270 de 2022, na origem
DOU de 02/06/2022

Recebido o veto no Senado Federal: 02/06/2022
Sobrestando a pauta a partir de: 02/07/2022

DOCUMENTOS:

- [Mensagem](#)
- [Autógrafo da matéria vetada](#)

PUBLICAÇÃO: DCN de 09/06/2022



[Página da matéria](#)



MENSAGEM Nº 270

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos previstos no § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 5.466, de 2019, que “Institui o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943”.

Ouvido, o Ministério da Justiça e Segurança Pública manifestou-se pelo veto ao Projeto de Lei, pelas seguintes razões:

“A proposição legislativa pretendia instituir o Dia dos Povos Indígenas e revogar o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943, que considera ‘Dia do Índio’ a data de 19 abril.

Em que pese a boa intenção do legislador, não há interesse público na alteração contida na proposta legislativa, uma vez que o Poder Constituinte Originário adotou, no Capítulo VIII da Constituição, a expressão ‘Dos Índios’, tratando-se de termo consagrado no ordenamento e na cultura pátrias, não havendo fundamentos robustos para sua revisão.”

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me conduziram a vetar o Projeto de Lei em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 1º de junho de 2022.

Jair Bolsonaro



PROJETO VETADO:
Projeto de Lei nº 5.466 de 2019

Institui o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o dia 19 de abril como o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943.

Art. 2º Fica instituído o Dia dos Povos Indígenas, a ser celebrado, anualmente, no dia 19 de abril.

Art. 3º Fica revogado o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Publicação da Mensagem do presidente da República nº 275 de 2022, em 3 de junho de 2022, **recebida no mesmo dia**, que comunica as razões do veto **parcial** aposto ao Projeto de Lei nº 5.284, de 2020, que "Altera as Leis nºs 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para incluir disposições sobre a atividade privativa de advogado, a fiscalização, a competência, as prerrogativas, as sociedades de advogados, o advogado associado, os honorários advocatícios, os limites de impedimentos ao exercício da advocacia e a suspensão de prazo no processo penal".
(Veto nº 29 de 2022)

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional **encerrar-se-á em 2 de julho de 2022**.

A matéria está publicada em avulso eletrônico.

São os seguintes a Mensagem e o autógrafo do projeto:





CONGRESSO NACIONAL

VETO N° 29, DE 2022

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 5.284, de 2020, que "Altera as Leis nºs 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para incluir disposições sobre a atividade privativa de advogado, a fiscalização, a competência, as prerrogativas, as sociedades de advogados, o advogado associado, os honorários advocatícios, os limites de impedimentos ao exercício da advocacia e a suspensão de prazo no processo penal".

Mensagem nº 275 de 2022, na origem
DOU de 03/06/2022

Recebido o veto no Senado Federal: 03/06/2022
Sobrestando a pauta a partir de: 03/07/2022

DOCUMENTOS:

- [Mensagem](#)
- [Autógrafo da matéria vetada](#)

PUBLICAÇÃO: DCN de 09/06/2022



[Página da matéria](#)



DISPOSITIVOS VETADOS

- 29.22.001: inciso IXA do "caput" do art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- 29.22.002: § 2ºA do art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- 29.22.003: § 6ºA do art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- 29.22.004: § 6ºB do art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- 29.22.005: § 6ºC do art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- 29.22.006: § 6ºF do art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- 29.22.007: § 6ºG do art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- 29.22.008: § 6ºH do art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- 29.22.009: § 8º do art. 15 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- 29.22.010: § 9º do art. 15 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- 29.22.011: parágrafo único do art. 22A da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- 29.22.012: § 3º do art. 51 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, com a redação dada pelo art. 2º do projeto



MENSAGEM Nº 275

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos previstos no § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 5.284, de 2020, que “Altera as Leis nºs 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para incluir disposições sobre a atividade privativa de advogado, a fiscalização, a competência, as prerrogativas, as sociedades de advogados, o advogado associado, os honorários advocatícios, os limites de impedimentos ao exercício da advocacia e a suspensão de prazo no processo penal”.

Ouvida, a Casa Civil da Presidência da República manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Art. 2º do Projeto de Lei, na parte em que acresce o inciso IX-A ao caput do art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994

“IX-A - sustentar oralmente, durante as sessões de julgamento, as razões de qualquer recurso ou processo presencial ou telepresencial em tempo real e concomitante ao julgamento;”

Razões do veto

“A proposição legislativa estabelece que o advogado teria o direito de sustentar oralmente, durante as sessões de julgamento, as razões de qualquer recurso ou processo presencial ou telepresencial em tempo real e concomitante ao julgamento.

Entretanto, a proposição legislativa contraria o interesse público por se opor ao avanço recente de novas modalidade síncronas e assíncronas de prestação do serviço jurisdicional, que apresentaram incremento de eficiência, celeridade e digitalização do Poder Judiciário.

Cumpre registrar que a sistemática de julgamento virtual não traz prejuízo às partes nem ao devido processo legal e à ampla defesa, mas celeridade ao julgamento. Existem, inclusive, exemplos práticos que estabelecem que os representantes das partes



e os demais habilitados nos autos podem encaminhar as suas sustentações orais por meio eletrônico após a publicação da pauta em até quarenta e oito horas antes de iniciado o julgamento virtual.”

Art. 2º do Projeto de Lei, na parte em que acresce o parágrafo único ao art. 22-A da Lei nº 8.906, de 1994

“Parágrafo único. A dedução a que se refere o **caput** deste artigo não será permitida aos advogados nas causas que decorram da execução de título judicial constituído em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal.”

Razões do veto

“A proposição legislativa estabelece que a dedução de honorários advocatícios contratuais dos valores acrescidos, a título de juros de mora, ao montante repassado aos Estados e aos Municípios na forma de precatórios, como complementação de fundos constitucionais, não seria permitida aos advogados nas causas que decorressem da execução de título judicial constituído em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal.

Entretanto, a proposição legislativa contraria o interesse público, haja vista que, ao prever que aos advogados não seria permitida a dedução de honorários advocatícios contratuais dos valores acrescidos nos casos de ação civil pública, poderia gerar um efeito processual diverso do pretendido, uma vez que levaria ao ingresso de ações de execução individuais, o que contribuiria para o abarrotamento de processos nas diversas varas.”

Art. 2º do Projeto de Lei, na parte em que acresce o § 3º ao art. 51 da Lei nº 8.906, de 1994

“§ 3º O Instituto dos Advogados Brasileiros e a Federação Nacional dos Institutos dos Advogados do Brasil são membros honorários, somente com direito a voz nas sessões do Conselho Federal.”

Razões do veto

“A proposição legislativa estabelece que o Instituto dos Advogados Brasileiros e a Federação Nacional dos Institutos dos Advogados do Brasil seriam membros honorários no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, somente com direito a voz em suas sessões.



3

Entretanto, a proposição legislativa contraria o interesse público ao incluir, por meio de emenda parlamentar, mais membros honorários na composição do Conselho Federal da OAB, o que alteraria a sua estrutura administrativa e perpassaria a sua autonomia administrativa para definir a sua composição. Outrossim, o Conselho Federal é composto somente por conselheiros federais de cada unidade federativa, e, na qualidade de membros honorários, por seus ex-presidentes; não havendo previsão de entidades, como institutos, a serem membros deste.”

Ouvido, o Ministério da Economia manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Art. 2º do Projeto de Lei, na parte em que acresce o § 2º-A ao art. 7º da Lei nº 8.906, de 1994

“§ 2º-A. Incluídos no plenário virtual o julgamento dos recursos e das ações originárias, sempre que a parte requerer a sustentação oral em tempo real ao julgamento, o processo será remetido para a sessão presencial ou telepresencial.”

Razões do veto

“A proposição legislativa estabelece que o processo seria remetido para a sessão presencial ou telepresencial, se incluído no plenário virtual o julgamento dos recursos e das ações originárias, sempre que a parte requeresse a sustentação oral em tempo real ao julgamento.

Entretanto, a despeito da boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, pois vislumbra-se risco à celeridade no trâmite dos processos judiciais, uma vez que se opõe ao avanço recente de novas modalidades síncronas e assíncronas de prestação do serviço jurisdicional, que apresentaram incremento de eficiência, celeridade e digitalização do Poder Judiciário.

Cumprе registrar que a sistemática de julgamento virtual não traz prejuízo às partes nem ao devido processo legal e à ampla defesa, mas sim à celeridade ao julgamento. Existem, inclusive, exemplos práticos que estabelecem que os representantes das partes e os demais habilitados nos autos podem encaminhar as suas sustentações orais por meio eletrônico após a publicação da pauta em até quarenta e oito horas antes de iniciado o julgamento virtual.”

Art. 2º do Projeto de Lei, na parte em que acresce o § 9º ao art. 15 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.



4

“§ 9º A sociedade de advogados e a sociedade unipessoal de advocacia deverão recolher seus tributos sobre a parcela da receita que efetivamente lhes couber, com a exclusão da receita que for transferida a outros advogados ou a sociedades que atuem em forma de parceria para o atendimento do cliente.”

Razões do veto

“A proposição legislativa estabelece que a sociedade de advogados e a sociedade unipessoal de advocacia deveriam recolher seus tributos sobre a parcela da receita que efetivamente lhes coubesse, com a exclusão da receita que fosse transferida a outros advogados ou a sociedades que atuem em forma de parceria para o atendimento do cliente.

Entretanto, a proposição legislativa incorre em vício de inconstitucionalidade ao violar o disposto no inciso III do **caput** do art. 146 da Constituição, ao qual prevê necessidade de edição de lei complementar para estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária.

Ademais, constitui risco jurídico decorrente da interpretação da regra como contrária ao princípio da isonomia, nos termos do disposto no inciso II do **caput** do art. 150 da Constituição, na medida em que poderia conceder um tratamento tributário diferenciado inconstitucional a uma categoria de contribuintes.

Além disso, ao criar benefícios de natureza tributária sem apresentação da estimativa do impacto orçamentário e financeiro e das medidas compensatórias, além de violar o disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a medida contraria o interesse público, pois não atende ao previsto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e nos art. 124, art. 125, art. 126 e inciso I do **caput** do art. 136 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022.”

Ouvido, o Ministério da Justiça e Segurança Pública manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Art. 2º do Projeto de Lei, na parte em que acresce os § 6º-A e § 6º-B ao art. 7º da Lei nº 8.906, de 1994

“§ 6º-A. A medida judicial cautelar que importe na violação do escritório ou do local de trabalho do advogado será determinada em hipótese excepcional, desde que exista fundamento em indício, pelo órgão acusatório.”



5

“§ 6º-B. É vedada a determinação da medida cautelar prevista no § 6º-A deste artigo se fundada exclusivamente em elementos produzidos em declarações do colaborador sem confirmação por outros meios de prova.”

Razões dos vetos

“A proposição legislativa estabelece que a medida judicial cautelar que importasse na violação do escritório ou do local de trabalho do advogado seria determinada em hipótese excepcional, desde que existisse fundamento em indício pelo órgão acusatório. Ainda, dispõe que seria vedada a determinação da medida cautelar prevista no § 6º-A do art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, se fundada exclusivamente em elementos produzidos em declarações do colaborador sem confirmação por outros meios de prova.

Entretanto, a proposição legislativa contraria interesse público, tendo em vista que pode impactar no livre convencimento motivado dos magistrados, além de poder comprometer e a atuação da polícia judiciária. Cumpre ressaltar que compete ao Poder Judiciário, sempre de forma fundamentada, avaliar no caso concreto a medida judicial a ser aplicada e ao Delegado de Polícia e ao órgão ministerial expor as razões que justificariam a cautelar.

Assim, qualquer juízo decisório a respeito da admissibilidade, ou não, da cautelar deve ser realizado na hipótese em concreto, e não abstratamente, sob pena de ir de encontro à legislação processual vigente.”

Art. 2º do Projeto de Lei, na parte em que acresce o § 6º-F ao art. 7º da Lei nº 8.906, de 1994

“§ 6º-F. É garantido o direito de acompanhamento por representante da OAB e pelo profissional investigado durante a análise dos documentos e dos dispositivos de armazenamento de informação pertencentes a advogado, apreendidos ou interceptados, em todos os atos, para assegurar o cumprimento do disposto no inciso II do **caput** deste artigo.”

Razões do veto

“A proposição legislativa estabelece que seria garantido o direito de acompanhamento por representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e pelo profissional investigado durante a análise dos documentos e dos dispositivos de armazenamento de informação pertencentes a advogado, apreendidos ou interceptados, em todos os atos, para assegurar o cumprimento do disposto no inciso II do **caput** do artigo 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.



Entretanto, a proposição legislativa contraria o interesse público, tendo em vista não ser possível exigir compulsoriamente o acompanhamento do investigado em todos os atos do processo, pois há diligências que devem ser sigilosas, e, por essa razão, eventual acesso à documentação ocorreria somente de forma diferida.

Assim, ao exigir a presença do advogado investigado e representante da OAB em todos os atos, poderia prejudicar a eficiência dos órgãos persecutórios na elucidação das infrações penais, e, com isso, favorecer o combate à criminalidade.”

Art. 2º do Projeto de Lei, na parte em que acresce os § 6º-G e § 6º-H ao art. 7º da Lei nº 8.906, de 1994

“§ 6º-G. A autoridade responsável informará, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, à seccional da OAB a data, o horário e o local em que serão analisados os documentos e os equipamentos apreendidos, garantido o direito de acompanhamento, em todos os atos, pelo representante da OAB e pelo profissional investigado para assegurar o disposto no § 6º-C deste artigo.”

“§ 6º-H. Em casos de urgência devidamente fundamentada pelo juiz, a análise dos documentos e dos equipamentos apreendidos poderá acontecer em prazo inferior a 24 (vinte e quatro) horas, garantido o direito de acompanhamento, em todos os atos, pelo representante da OAB e pelo profissional investigado para assegurar o disposto no § 6º-C deste artigo.”

Razões dos vetos

“A proposição legislativa estabelece que a autoridade responsável informaria, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, à seccional da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB a data, o horário e o local em que seriam analisados os documentos e os equipamentos apreendidos, garantido o direito de acompanhamento, em todos os atos, pelo representante da OAB e pelo profissional investigado para assegurar o cumprimento do disposto no § 6º-C do art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

Ademais, determina que, em casos de urgência devidamente fundamentada pelo juiz, a análise dos documentos e dos equipamentos apreendidos poderia acontecer em prazo inferior a vinte e quatro horas, garantido o direito de acompanhamento, em todos os atos, pelo representante da OAB e pelo profissional investigado para assegurar o disposto no § 6º-C deste artigo.

Entretanto, a proposição contraria interesse público, tendo em vista não ser possível exigir compulsoriamente o acompanhamento do investigado em todos os atos do processo, pois há diligências que devem ser sigilosas, e que, por isso, eventual acesso à documentação só ocorra de forma diferida. Para além disso, o dispositivo pode criar



uma situação capaz de prejudicar a eficiência dos órgãos persecutórios na elucidação das infrações penais, e, com isso, favorecer o combate à criminalidade”

Ouvidos, o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 2º do Projeto de Lei, na parte em que acresce o § 6º-C ao art. 7º da Lei nº 8.906, de 1994

“§ 6º-C. O representante da OAB referido no § 6º deste artigo tem o direito a ser respeitado pelos agentes responsáveis pelo cumprimento do mandado de busca e apreensão, sob pena de abuso de autoridade, e o dever de zelar pelo fiel cumprimento do objeto da investigação, bem como de impedir que documentos, mídias e objetos não relacionados à investigação, especialmente de outros processos do mesmo cliente ou de outros clientes que não sejam pertinentes à persecução penal, sejam analisados, fotografados, filmados, retirados ou apreendidos do escritório de advocacia.”

Razões do veto

“A proposição legislativa estabelece que o representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB referido no § 6º do art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, teria o direito a ser respeitado pelos agentes responsáveis pelo cumprimento do mandado de busca e apreensão, sob pena de abuso de autoridade, e o dever de zelar pelo fiel cumprimento do objeto da investigação, bem como de impedir que documentos, mídias e objetos não relacionados à investigação, especialmente de outros processos do mesmo cliente ou de outros clientes que não fossem pertinentes à persecução penal, de serem analisados, fotografados, filmados, retirados ou apreendidos do escritório de advocacia.

Entretanto, a proposição legislativa viola a constitucionalidade e o interesse público, uma vez que o dispositivo confere aos advogados atos típicos da atividade investigativa, notadamente ao permitir que eles façam o juízo prévio a respeito dos documentos que podem, ou não, ser apreendidos pela autoridade policial, impedindo, inclusive, o exercício deste mister pelos próprios órgãos encarregados constitucionalmente.

Ao permitir, contudo, que o representante da OAB impeça a apreensão de documentos não relacionados ao fato investigado, a norma, além de autorizar que tais agentes se imiscuem em função que é afeta constitucionalmente às polícias judiciárias, acaba por comprometer o bom êxito da investigação, que, como visto, tem por objetivo central a colheita de elementos informativos, e, tão logo, do processo crime, violando, assim, o disposto no art. 144, §1º, incisos I e IV e § 4º da CF. Eventual extrapolamento



quanto à abrangência da medida cautelar de busca e apreensão, se ocorrer, deverá ser averiguada em momento posterior pelo próprio Poder Judiciário, a quem caberá declarar eventuais nulidades.”

Ouvidos, o Ministério da Economia e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 2º do Projeto de Lei, na parte em que acresce o § 8º ao art. 15 da Lei nº 8.906, de 1994

“§ 8º Nas sociedades de advogados, a escolha do sócio-administrador poderá recair sobre advogado que atue como servidor da administração direta, indireta e fundacional, desde que não esteja sujeito ao regime de dedicação exclusiva, não lhe sendo aplicável o disposto no inciso X do **caput** do art. 117 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no que se refere à sociedade de advogados.”

Razões do veto

“A proposição legislativa estabelece que, nas sociedades de advogados, a escolha do sócio administrador poderia recair sobre advogado que atuasse como servidor da administração pública direta, indireta e fundacional, desde que não estivesse sujeito ao regime de dedicação exclusiva, hipótese em que não seria aplicável à sociedade de advogados o disposto no inciso X do **caput** do art. 117 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Entretanto, a despeito da boa intenção do legislador, a proposição legislativa incorre em vício de inconstitucionalidade, uma vez que o regime jurídico dos servidores públicos é matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme disposto na alínea “c” do inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição.

A proposição legislativa também contraria o interesse público ao ressaltar a vedação prevista no inciso X do **caput** do art. 117 da Lei nº 8.112, de 1990, o qual tem escopo de proteger a normalidade do serviço público e evitar eventuais conflitos de interesse entre as atividades da sociedade privada e a função pública exercida pelo servidor, o que também se aplica às atividades de gerência e administração no âmbito de sociedade de advogados.

Ademais, verifica-se que a medida poderia causar impacto para aqueles servidores públicos, que são advogados, pertencentes a diversos planos de cargos e carreiras não consideradas da área jurídica ou policial, cuja legislação pode não prever de forma expressa as questões relacionadas ao regime de dedicação exclusiva. Nesse sentido, faz-se necessário garantir um tratamento isonômico aos servidores públicos,



9

independentemente do plano de cargos ou da carreira a que pertençam, de modo que não seria razoável, portanto, afastar o disposto na Lei nº 8.112, de 1990, apenas para categorias específicas, de maneira a criar distinções injustificáveis entre servidores públicos.”

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me conduziram a vetar os dispositivos mencionados do Projeto de Lei em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 2 de junho de 2022.

Jair Bolsonaro



PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

Projeto de Lei nº 5.284 de 2020*

Altera as Leis nºs 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para incluir disposições sobre a atividade privativa de advogado, a fiscalização, a competência, as prerrogativas, as sociedades de advogados, o advogado associado, os honorários advocatícios, os limites de impedimentos ao exercício da advocacia e a suspensão de prazo no processo penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera as Leis nºs 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para incluir disposições sobre a atividade privativa de advogado, a fiscalização, a competência, as prerrogativas, as sociedades de advogados, o advogado associado, os honorários advocatícios, os limites de impedimentos ao exercício da advocacia e a suspensão de prazo no processo penal.

Art. 2º A Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

§ 2º-A. No processo administrativo, o advogado contribui com a postulação de decisão favorável ao seu constituinte, e os seus atos constituem múnus público.

.....” (NR)

“Art. 2º-A. O advogado pode contribuir com o processo legislativo e com a elaboração de normas jurídicas, no âmbito dos Poderes da República.”

“Art. 5º

§ 4º As atividades de consultoria e assessoria jurídicas podem ser exercidas de modo verbal ou por escrito, a critério do advogado e do cliente, e independem de outorga de mandato ou de formalização por contrato de honorários.” (NR)

“Art. 6º

Parágrafo único. As autoridades e os servidores públicos dos Poderes da República, os serventuários da Justiça e os membros do Ministério Público

* Os dispositivos vetados se encontram grifados



devem dispensar ao advogado, no exercício da profissão, tratamento compatível com a dignidade da advocacia e condições adequadas a seu desempenho, preservando e resguardando, de ofício, a imagem, a reputação e a integridade do advogado nos termos desta Lei.” (NR)

“Art. 7º

IX-A – sustentar oralmente, durante as sessões de julgamento, as razões de qualquer recurso ou processo presencial ou telepresencial em tempo real e concomitante ao julgamento;

X – usar da palavra, pela ordem, em qualquer tribunal judicial ou administrativo, órgão de deliberação coletiva da administração pública ou comissão parlamentar de inquérito, mediante intervenção pontual e sumária, para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, a documentos ou a afirmações que influam na decisão;

§ 1º (Revogado).

1) (revogado);

2) (revogado);

3) (revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 2º-A. Incluídos no plenário virtual o julgamento dos recursos e das ações originárias, sempre que a parte requerer a sustentação oral em tempo real ao julgamento, o processo será remetido para a sessão presencial ou telepresencial.

§ 2º-B. Poderá o advogado realizar a sustentação oral no recurso interposto contra a decisão monocrática de relator que julgar o mérito ou não conhecer dos seguintes recursos ou ações:

I – recurso de apelação;

II – recurso ordinário;

III – recurso especial;

IV – recurso extraordinário;

V – embargos de divergência;

VI – ação rescisória, mandado de segurança, reclamação, habeas corpus e outras ações de competência originária.

§ 6º-A. A medida judicial cautelar que importe na violação do escritório ou do local de trabalho do advogado será determinada em hipótese excepcional, desde que exista fundamento em indício, pelo órgão acusatório.

§ 6º-B. É vedada a determinação da medida cautelar prevista no § 6º-A deste artigo se fundada exclusivamente em elementos produzidos em declarações do colaborador sem confirmação por outros meios de prova.



§ 6º-C. O representante da OAB referido no § 6º deste artigo tem o direito a ser respeitado pelos agentes responsáveis pelo cumprimento do mandado de busca e apreensão, sob pena de abuso de autoridade, e o dever de zelar pelo fiel cumprimento do objeto da investigação, bem como de impedir que documentos, mídias e objetos não relacionados à investigação, especialmente de outros processos do mesmo cliente ou de outros clientes que não sejam pertinentes à persecução penal, sejam analisados, fotografados, filmados, retirados ou apreendidos do escritório de advocacia.

§ 6º-D. No caso de inviabilidade técnica quanto à segregação da documentação, da mídia ou dos objetos não relacionados à investigação, em razão da sua natureza ou volume, no momento da execução da decisão judicial de apreensão ou de retirada do material, a cadeia de custódia preservará o sigilo do seu conteúdo, assegurada a presença do representante da OAB, nos termos dos §§ 6º-F e 6º-G deste artigo.

§ 6º-E. Na hipótese de inobservância do § 6º-D deste artigo pelo agente público responsável pelo cumprimento do mandado de busca e apreensão, o representante da OAB fará o relatório do fato ocorrido, com a inclusão dos nomes dos servidores, dará conhecimento à autoridade judiciária e o encaminhará à OAB para a elaboração de notícia-crime.

§ 6º-F. É garantido o direito de acompanhamento por representante da OAB e pelo profissional investigado durante a análise dos documentos e dos dispositivos de armazenamento de informação pertencentes a advogado, apreendidos ou interceptados, em todos os atos, para assegurar o cumprimento do disposto no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 6º-G. A autoridade responsável informará, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, à seccional da OAB a data, o horário e o local em que serão analisados os documentos e os equipamentos apreendidos, garantido o direito de acompanhamento, em todos os atos, pelo representante da OAB e pelo profissional investigado para assegurar o disposto no § 6º-C deste artigo.

§ 6º-H. Em casos de urgência devidamente fundamentada pelo juiz, a análise dos documentos e dos equipamentos apreendidos poderá acontecer em prazo inferior a 24 (vinte e quatro) horas, garantido o direito de acompanhamento, em todos os atos, pelo representante da OAB e pelo profissional investigado para assegurar o disposto no § 6º-C deste artigo.

§ 6º-I. É vedado ao advogado efetuar colaboração premiada contra quem seja ou tenha sido seu cliente, e a inobservância disso importará em processo disciplinar, que poderá culminar com a aplicação do disposto no inciso III do **caput** do art. 35 desta Lei, sem prejuízo das penas previstas no art. 154 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

.....



§ 14. Cabe, privativamente, ao Conselho Federal da OAB, em processo disciplinar próprio, dispor, analisar e decidir sobre a prestação efetiva do serviço jurídico realizado pelo advogado.

§ 15. Cabe ao Conselho Federal da OAB dispor, analisar e decidir sobre os honorários advocatícios dos serviços jurídicos realizados pelo advogado, resguardado o sigilo, nos termos do Capítulo VI desta Lei, e observado o disposto no inciso XXXV do **caput** do art. 5º da Constituição Federal.

§ 16. É nulo, em qualquer esfera de responsabilização, o ato praticado com violação da competência privativa do Conselho Federal da OAB prevista no § 14 deste artigo.” (NR)

“Art. 7º-B.

Pena – detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.” (NR)

“Art. 9º
.....

§ 5º Em caso de pandemia ou em outras situações excepcionais que impossibilitem as atividades presenciais, declaradas pelo poder público, o estágio profissional poderá ser realizado no regime de teletrabalho ou de trabalho a distância em sistema remoto ou não, por qualquer meio telemático, sem configurar vínculo de emprego a adoção de qualquer uma dessas modalidades.

§ 6º Se houver concessão, pela parte contratante ou conveniada, de equipamentos, sistemas e materiais ou reembolso de despesas de infraestrutura ou instalação, todos destinados a viabilizar a realização da atividade de estágio prevista no § 5º deste artigo, essa informação deverá constar, expressamente, do convênio de estágio e do termo de estágio.” (NR)

“Art. 15.
.....

§ 8º Nas sociedades de advogados, a escolha do sócio-administrador poderá recair sobre advogado que atue como servidor da administração direta, indireta e fundacional, desde que não esteja sujeito ao regime de dedicação exclusiva, não lhe sendo aplicável o disposto no inciso X do **caput** do art. 117 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no que se refere à sociedade de advogados.

§ 9º A sociedade de advogados e a sociedade unipessoal de advocacia deverão recolher seus tributos sobre a parcela da receita que efetivamente lhes couber, com a exclusão da receita que for transferida a outros advogados ou a sociedades que atuem em forma de parceria para o atendimento do cliente.

§ 10. Cabem ao Conselho Federal da OAB a fiscalização, o acompanhamento e a definição de parâmetros e de diretrizes da relação jurídica mantida entre advogados e sociedades de advogados ou entre escritório de advogados sócios e advogado associado, inclusive no que se



refere ao cumprimento dos requisitos norteadores da associação sem vínculo empregatício autorizada expressamente neste artigo.

§ 11. Não será admitida a averbação do contrato de associação que contenha, em conjunto, os elementos caracterizadores de relação de emprego previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

§ 12. A sociedade de advogados e a sociedade unipessoal de advocacia podem ter como sede, filial ou local de trabalho espaço de uso individual ou compartilhado com outros escritórios de advocacia ou empresas, desde que respeitadas as hipóteses de sigilo previstas nesta Lei e no Código de Ética e Disciplina.” (NR)

“Art. 16.

§ 2º O impedimento ou a incompatibilidade em caráter temporário do advogado não o exclui da sociedade de advogados à qual pertença e deve ser averbado no registro da sociedade, observado o disposto nos arts. 27, 28, 29 e 30 desta Lei e proibida, em qualquer hipótese, a exploração de seu nome e de sua imagem em favor da sociedade.

.....” (NR)

“Art. 17-A. O advogado poderá associar-se a uma ou mais sociedades de advogados ou sociedades unipessoais de advocacia, sem que estejam presentes os requisitos legais de vínculo empregatício, para prestação de serviços e participação nos resultados, na forma do Regulamento Geral e de Provimentos do Conselho Federal da OAB.”

“Art. 17-B. A associação de que trata o art. 17-A desta Lei dar-se-á por meio de pactuação de contrato próprio, que poderá ser de caráter geral ou restringir-se a determinada causa ou trabalho e que deverá ser registrado no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede a sociedade de advogados que dele tomar parte.

Parágrafo único. No contrato de associação, o advogado sócio ou associado e a sociedade pactuarão as condições para o desempenho da atividade advocatícia e estipularão livremente os critérios para a partilha dos resultados dela decorrentes, devendo o contrato conter, no mínimo:

I – qualificação das partes, com referência expressa à inscrição no Conselho Seccional da OAB competente;

II – especificação e delimitação do serviço a ser prestado;

III – forma de repartição dos riscos e das receitas entre as partes, vedada a atribuição da totalidade dos riscos ou das receitas exclusivamente a uma delas;

IV – responsabilidade pelo fornecimento de condições materiais e pelo custeio das despesas necessárias à execução dos serviços;

V – prazo de duração do contrato.”



“Art. 18.

§ 1º

§ 2º As atividades do advogado empregado poderão ser realizadas, a critério do empregador, em qualquer um dos seguintes regimes:

I – exclusivamente presencial: modalidade na qual o advogado empregado, desde o início da contratação, realizará o trabalho nas dependências ou locais indicados pelo empregador;

II – não presencial, teletrabalho ou trabalho a distância: modalidade na qual, desde o início da contratação, o trabalho será preponderantemente realizado fora das dependências do empregador, observado que o comparecimento nas dependências de forma não permanente, variável ou para participação em reuniões ou em eventos presenciais não descaracterizará o regime não presencial;

III – misto: modalidade na qual as atividades do advogado poderão ser presenciais, no estabelecimento do contratante ou onde este indicar, ou não presenciais, conforme as condições definidas pelo empregador em seu regulamento empresarial, independentemente de preponderância ou não.

§ 3º Na vigência da relação de emprego, as partes poderão pactuar, por acordo individual simples, a alteração de um regime para outro.” (NR)

“Art. 20. A jornada de trabalho do advogado empregado, quando prestar serviço para empresas, não poderá exceder a duração diária de 8 (oito) horas contínuas e a de 40 (quarenta) horas semanais.

.....” (NR)

“Art. 22.

§ 2º Na falta de estipulação ou de acordo, os honorários são fixados por arbitramento judicial, em remuneração compatível com o trabalho e o valor econômico da questão, observado obrigatoriamente o disposto nos §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 6º-A, 8º, 8º-A, 9º e 10 do art. 85 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

§ 8º Consideram-se também honorários convencionados aqueles decorrentes da indicação de cliente entre advogados ou sociedade de advogados, aplicada a regra prevista no § 9º do art. 15 desta Lei.” (NR)

“Art. 22-A. Fica permitida a dedução de honorários advocatícios contratuais dos valores acrescidos, a título de juros de mora, ao montante repassado aos Estados e aos Municípios na forma de precatórios, como complementação de fundos constitucionais.

Parágrafo único. A dedução a que se refere o **caput** deste artigo não será permitida aos advogados nas causas que decorram da execução de título judicial constituído em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal.”



“Art. 24.

§ 3º-A. Nos casos judiciais e administrativos, as disposições, as cláusulas, os regulamentos ou as convenções individuais ou coletivas que retirem do sócio o direito ao recebimento dos honorários de sucumbência serão válidos somente após o protocolo de petição que revogue os poderes que lhe foram outorgados ou que noticie a renúncia a eles, e os honorários serão devidos proporcionalmente ao trabalho realizado nos processos.

§ 5º Salvo renúncia expressa do advogado aos honorários pactuados na hipótese de encerramento da relação contratual com o cliente, o advogado mantém o direito aos honorários proporcionais ao trabalho realizado nos processos judiciais e administrativos em que tenha atuado, nos exatos termos do contrato celebrado, inclusive em relação aos eventos de sucesso que porventura venham a ocorrer após o encerramento da relação contratual.

§ 6º O distrato e a rescisão do contrato de prestação de serviços advocatícios, mesmo que formalmente celebrados, não configuram renúncia expressa aos honorários pactuados.

§ 7º Na ausência do contrato referido no § 6º deste artigo, os honorários advocatícios serão arbitrados conforme o disposto no art. 22 desta Lei.” (NR)

“Art. 24-A. No caso de bloqueio universal do patrimônio do cliente por decisão judicial, garantir-se-á ao advogado a liberação de até 20% (vinte por cento) dos bens bloqueados para fins de recebimento de honorários e reembolso de gastos com a defesa, ressalvadas as causas relacionadas aos crimes previstos na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), e observado o disposto no parágrafo único do art. 243 da Constituição Federal.

§ 1º O pedido de desbloqueio de bens será feito em autos apartados, que permanecerão em sigilo, mediante a apresentação do respectivo contrato.

§ 2º O desbloqueio de bens observará, preferencialmente, a ordem estabelecida no art. 835 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

§ 3º Quando se tratar de dinheiro em espécie, de depósito ou de aplicação em instituição financeira, os valores serão transferidos diretamente para a conta do advogado ou do escritório de advocacia responsável pela defesa.

§ 4º Nos demais casos, o advogado poderá optar pela adjudicação do próprio bem ou por sua venda em hasta pública para satisfação dos honorários devidos, nos termos do art. 879 e seguintes da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

§ 5º O valor excedente deverá ser depositado em conta vinculada ao processo judicial.”



“Art. 26.

Parágrafo único. O disposto no **caput** deste artigo não se aplica na hipótese de o advogado substabelecido, com reservas de poderes, possuir contrato celebrado com o cliente.” (NR)

“Art. 28.

§ 3º As causas de incompatibilidade previstas nas hipóteses dos incisos V e VI do **caput** deste artigo não se aplicam ao exercício da advocacia em causa própria, estritamente para fins de defesa e tutela de direitos pessoais, desde que mediante inscrição especial na OAB, vedada a participação em sociedade de advogados.

§ 4º A inscrição especial a que se refere o § 3º deste artigo deverá constar do documento profissional de registro na OAB e não isenta o profissional do pagamento da contribuição anual, de multas e de preços de serviços devidos à OAB, na forma por ela estabelecida, vedada cobrança em valor superior ao exigido para os demais membros inscritos.” (NR)

“Art. 51.

§ 3º O Instituto dos Advogados Brasileiros e a Federação Nacional dos Institutos dos Advogados do Brasil são membros honorários, somente com direito a voz nas sessões do Conselho Federal.” (NR)

“Art. 54.

XIX – fiscalizar, acompanhar e definir parâmetros e diretrizes da relação jurídica mantida entre advogados e sociedades de advogados ou entre escritório de advogados sócios e advogado associado, inclusive no que se refere ao cumprimento dos requisitos norteadores da associação sem vínculo empregatício;

XX – promover, por intermédio da Câmara de Mediação e Arbitragem, a solução sobre questões atinentes à relação entre advogados sócios ou associados e homologar, caso necessário, quitações de honorários entre advogados e sociedades de advogados, observado o disposto no inciso XXXV do **caput** do art. 5º da Constituição Federal.

.....” (NR)

“Art. 58.

XVII – fiscalizar, por designação expressa do Conselho Federal da OAB, a relação jurídica mantida entre advogados e sociedades de advogados e o advogado associado em atividade na circunscrição territorial de cada seccional, inclusive no que se refere ao cumprimento dos requisitos norteadores da associação sem vínculo empregatício;



XVIII – promover, por intermédio da Câmara de Mediação e Arbitragem, por designação do Conselho Federal da OAB, a solução sobre questões atinentes à relação entre advogados sócios ou associados e os escritórios de advocacia sediados na base da seccional e homologar, caso necessário, quitações de honorários entre advogados e sociedades de advogados, observado o disposto no inciso XXXV do **caput** do art. 5º da Constituição Federal.” (NR)

“Art. 69.”

§ 1º Nos casos de comunicação por ofício reservado ou de notificação pessoal, considera-se dia do começo do prazo o primeiro dia útil imediato ao da juntada aos autos do respectivo aviso de recebimento.

.....” (NR)

“Art. 85. O Instituto dos Advogados Brasileiros, a Federação Nacional dos Institutos dos Advogados do Brasil e as instituições a eles filiadas têm qualidade para promover perante a OAB o que julgarem do interesse dos advogados em geral ou de qualquer de seus membros.” (NR)

Art. 3º A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 85.”

§ 6º-A. Quando o valor da condenação ou do proveito econômico obtido ou o valor atualizado da causa for líquido ou liquidável, para fins de fixação dos honorários advocatícios, nos termos dos §§ 2º e 3º, é proibida a apreciação equitativa, salvo nas hipóteses expressamente previstas no § 8º deste artigo.

§ 8º-A. Na hipótese do § 8º deste artigo, para fins de fixação equitativa de honorários sucumbenciais, o juiz deverá observar os valores recomendados pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil a título de honorários advocatícios ou o limite mínimo de 10% (dez por cento) estabelecido no § 2º deste artigo, aplicando-se o que for maior.

§ 20. O disposto nos §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 6º-A, 8º, 8º-A, 9º e 10 deste artigo aplica-se aos honorários fixados por arbitramento judicial.” (NR)

Art. 4º O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte art. 798-A:

“Art. 798-A. Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive, salvo nos seguintes casos:

I – que envolvam réus presos, nos processos vinculados a essas prisões;

II – nos procedimentos regidos pela Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);



III – nas medidas consideradas urgentes, mediante despacho fundamentado do juízo competente.

Parágrafo único. Durante o período a que se refere o **caput** deste artigo, fica vedada a realização de audiências e de sessões de julgamento, salvo nas hipóteses dos incisos I, II e III do **caput** deste artigo.”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



DECRETOS LEGISLATIVOS



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 48, DE 2022**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E ECOLÓGICA RIO DOS BOIS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Anicuns, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 2.019, de 9 de junho de 2015, que renova, por dez anos, a partir de 27 de novembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária, Cultural e Ecológica Rio dos Bois para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Anicuns, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 49, DE 2022**

Aprova o ato que outorga autorização à
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE
COMUNICAÇÃO E CULTURA DE JURANDA
para executar serviço de radiodifusão comunitária
no Município de Juranda, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 937, de 14 de outubro de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Juranda para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Juranda, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 50, DE 2022**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL AMBIENTAL DE DIAMANTE DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Diamante do Sul, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 922, de 14 de outubro de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Ambiental de Diamante do Sul para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Diamante do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 51, DE 2022**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Professor Heitor Nunes da Matta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guanhães, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 261, de 28 de agosto de 2013, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Professor Heitor Nunes da Matta para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guanhães, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 52, DE 2022

Aprova o ato que outorga concessão à Martins Fayad Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Nova Esperança, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato constante do Decreto s/nº de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à Martins Fayad Radiodifusão Ltda para explorar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Nova Esperança, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 53, DE 2022**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Abrigo Luz do Amanhã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 237, de 1º de fevereiro de 2016, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 18 de novembro de 2014, a autorização outorgada ao Abrigo Luz do Amanhã para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 54, DE 2022

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Camocim, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 248, de 1º de fevereiro de 2016, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 27 de novembro de 2012, a autorização outorgada à Associação de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Camocim, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 55, DE 2022**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiofusão Comunitária Rio Itapecuru e Alpercatas da Região de Mirador – Maranhão (Radial) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mirador, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 2.633, de 29 de junho de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação de Radiofusão Comunitária Rio Itapecuru e Alpercatas da Região de Mirador – Maranhão (Radial) para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mirador, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 56, DE 2022**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Jampa - ACCJ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 4.819, de 1º de dezembro de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Jampa - ACCJ para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 57, DE 2022**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Timbaúba - ACOMT para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Timbaúba, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 2.626, de 29 de junho de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 13 de agosto de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Timbaúba - ACOMT para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Timbaúba, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 58, DE 2022**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cristalense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cristais, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 4.628, de 1º de dezembro de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 12 de dezembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cristalense de Radiodifusão para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cristais, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 59, DE 2022

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação, Cultura e Desporto do Município de Elesbão Veloso para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Elesbão Veloso, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.011, de 9 de maio de 2016, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de dezembro de 2010, a autorização outorgada à Associação de Comunicação, Cultura e Desporto do Município de Elesbão Veloso para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Elesbão Veloso, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 60, DE 2022**

Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 50, de 21 de fevereiro de 2014, do Ministério das Comunicações, que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 61, DE 2022

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró-Vida de Sobradinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Sobradinho, Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.691, de 4 de abril de 2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró-Vida de Sobradinho para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Sobradinho, Distrito Federal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 62, DE 2022**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Assu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Açu, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.461, de 7 de junho de 2017, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 31 de julho de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Assu para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Açu, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 63, DE 2022**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Nassau Editora Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Vitória, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto no Decreto s/nº de 16 de dezembro de 2014, que renova, por 15 (quinze) anos, a partir de 24 de outubro de 2010, a concessão outorgada à Nassau Editora Rádio e Televisão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 64, DE 2022

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Universitária de Curitiba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 455, de 5 de junho de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Universitária de Curitiba para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 65, DE 2022**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Amigos do Caminhoneiro Itabaianense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 342, de 17 de agosto de 2011, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Amigos do Caminhoneiro Itabaianense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 66, DE 2022**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Educativa Elredo Carlos Alberto do Carmo Costa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaporanga, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 915, de 14 de outubro de 2010, do Ministério das Comunicações, que outorga autorização à Associação Comunitária e Educativa Elredo Carlos Alberto do Carmo Costa para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaporanga, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 67, DE 2022**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de São Francisco de Paula (Ascofran) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco de Paula, no Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato previsto na Portaria nº 461, de 5 de maio de 2015, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 17 de maio de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária de São Francisco de Paula (Ascofran) para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco de Paula, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 11 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Celso Sabino (UNIÃO-PA)

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Irajá (PSD-TO)

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Senador Marcelo Castro (MDB-PI)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

Designação: 04/05/2022

Instalação: 04/05/2022

Senado Federal

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP) | |
| Confúcio Moura - MDB/RO ⁽¹⁶⁾ | 1. Fernando Bezerra Coelho - MDB/PE |
| Marcelo Castro - MDB/PI | 2. Giordano - MDB/SP |
| Eliane Nogueira - PP/PI ⁽¹⁷⁾ | 3. Mailza Gomes - PP/AC ⁽¹⁸⁾ |
| Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB) | |
| Marcos do Val - PODEMOS/ES | 1. Jorge Kajuru - PODEMOS/GO |
| Plínio Valério - PSDB/AM | 2. VAGO |
| Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS) | |
| Irajá - PSD/TO | 1. Sérgio Petecão - PSD/AC |
| Alexandre Silveira - PSD/MG | 2. Daniella Ribeiro - PSD/PB |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB) | |
| Fabiano Contarato - PT/ES | 1. Zenaide Maia - PROS/RN |
| Bloco Parlamentar União Cristã (PSC, CIDADANIA, UNIÃO) | |
| Rodrigo Cunha | 1. Fabio Garcia - UNIÃO/MT ⁽²⁴⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB) | |
| Carlos Viana - PL/MG | 1. Marcos Rogério - PL/RO |

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



| TITULARES | SUPLENTES |
|------------|-----------|
| PDT | |
| VAGO | 1. VAGO |

Câmara dos Deputados

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--|
| UNIÃO | |
| Celso Sabino - PA ⁽⁵⁾ | 1. Bilac Pinto - MG ⁽⁵⁾ |
| Delegado Waldir - GO ⁽⁵⁾ | 2. Carla Dickson - RN ⁽⁵⁾ |
| Felipe Francischini - PR ⁽⁵⁾ | 3. Carlos Henrique Gaguim - REPUBLICANOS/TO ⁽⁵⁾ |
| General Peternelli - SP ⁽⁵⁾ | 4. Fábio Henrique - SE ⁽⁵⁾ |
| Hélio Leite - PA ⁽⁵⁾ | 5. Julian Lemos - PB ⁽⁵⁾ |
| PT | |
| Enio Verri - PR ⁽¹⁰⁾ | 1. Nilto Tatto - SP ⁽¹⁰⁾ |
| Paulo Pimenta - RS ⁽¹⁰⁾ | 2. Paulo Guedes - MG ⁽¹⁰⁾ |
| Rui Falcão - SP ⁽¹⁰⁾ | 3. Waldenor Pereira - BA ⁽²⁰⁾ |
| PP | |
| Cacá Leão - BA | 1. Jaqueline Cassol - RO |
| Aj Albuquerque - CE | 2. Angela Amin - SC |
| Félix Mendonça Júnior - PDT/BA ⁽¹⁵⁾ | 3. Claudio Cajado - BA |
| PL | |
| João Maia - RN | 1. Gurgel - RJ |
| Zé Vitor - MG | 2. VAGO |
| PSD | |
| Edilázio Júnior - MA | 1. Júlio Cesar - PI ⁽²³⁾ |
| Leandre - PR | 2. Sérgio Brito - BA |
| MDB | |
| Carlos Chiodini - SC | 1. Emanuel Pinheiro Neto - MT |
| José Priante - PA | 2. Giovanni Feltes - RS |
| REPUBLICANOS | |
| Roberto Alves - SP ⁽¹³⁾ | 1. Julio Cesar Ribeiro - DF |
| Cleber Verde - MA | 2. Amaro Neto - ES |
| PSB | |
| Danilo Cabral - PE ⁽³⁾ | 1. Elias Vaz - GO ⁽³⁾ |
| Bira do Pindaré - MA ⁽³⁾ | 2. Rodrigo Agostinho - SP ⁽²¹⁾ |
| PSDB | |
| Beto Pereira - MS ^(8,9) | 1. Samuel Moreira - SP |
| Luiz Carlos - AP ^(8,9) | 2. VAGO |
| PDT | |
| Mauro Benevides Filho - CE ⁽¹²⁾ | 1. Afonso Motta - RS ⁽²²⁾ |
| PSC, PTB | |

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



| TITULARES | SUPLENTE |
|---|--|
| Euclides Pettersen - PSC/MG | 1. Ruy Carneiro - PSC/PB ⁽¹⁴⁾ |
| CIDADANIA, NOVO, PV | |
| Marcel Van Hattem - NOVO/RS ⁽¹¹⁾ | 1. Rubens Bueno - CIDADANIA/PR ⁽¹¹⁾ |
| SOLIDARIEDADE | |
| Zé Silva - MG ⁽⁴⁾ | 1. Lucas Vergilio - GO ⁽⁴⁾ |
| PODEMOS | |
| Tiago Dimas - TO ⁽⁶⁾ | 1. Ricardo Teobaldo - PE ⁽⁶⁾ |
| PROS | |
| Aline Sleutjes - PR ⁽⁷⁾ | 1. Dra. Vanda Milani - AC ⁽⁷⁾ |
| PSOL | |
| VAGO | 1. VAGO |
| AVANTE ^(1,2) | |
| Luis Tibé - MG ⁽¹⁹⁾ | 1. Sebastião Oliveira - PE ⁽¹⁹⁾ |

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
3. Designados como membros titulares os Deputados Danilo Cabral e Bira do Pindaré; e, como membro suplente, o Deputado Elias Vaz, conforme Ofício 3/2022 da Liderança do PSB.
4. Designado os Deputados Zé Silva como titular e o Deputado Lucas Vergilio como suplente, de acordo com o Ofício 23 do Solidariedade.
5. Designados como titulares os Deputados Celso Sabino, Delegado Waldir, Felipe Francischini, General PETERNELLI e Hélio Leite e, como suplentes, os Deputados Bilac Pinto, Carla Dickson, Carlos Henrique Gaguim, Fábio Henrique e Julian Lemos, conforme Ofício nº 7/2022 da Liderança do União.
6. Designados o Deputado Tiago Dimas, como titular, e o Deputado Ricardo Teobaldo, como suplente, conforme Ofício nº 27/2022 da Liderança do PODEMOS.
7. Designadas as Deputadas Aline Sleutjes, como titular, e Dra. Vanda Milani, como titular, conforme Of. nº 15/2022 da Liderança do PROS.
8. Designados os Deputados Beto Pereira e Luiz Carlos, como membros titulares, e Deputado Samuel Moreira, como suplente, conforme Of. nº 98/2022 da Liderança do PSDB.
9. Designados os Deputados Beto Pereira e Luiz Carlos, como membros titulares, e Deputado Samuel Moreira, como suplente, conforme Of. nº 98/2022 da Liderança do PSDB.
10. Designados como titulares os Deputados Enio Verri, Paulo Pimenta e Rui Falcão e, como suplentes, os Deputados Nilto Tatto e Paulo Guedes, conforme Of. S/N da Liderança do PT.
11. Designado como titular o Deputado Marcel van Hattem e, como suplente, o Deputado Rubens Bueno, conforme Ofício nº 57/2022 da Liderança do Cidadania.
12. Designado como titular o Deputado Mauro Benevides Filho, conforme Ofício S/N da Liderança do PDT.
13. Designados como titulares os Deputados Roberto Alves e Cleber Verde e, como suplentes, os Deputados Júlio César Ribeiro e Amaro Neto, conforme Ofício nº 25/2022 do Republicanos.
14. Designado como titular o Deputado Euclides Pettersen e, como suplente, o Deputado Ruy Carneiro, conforme Of. nº 4/2022 da Liderança do PSC.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Fernando Monteiro, conforme Ofício nº 8/2022/LidPP.
16. Designado, como membro titular, o Senador Confúcio Moura (MDB/RO), em substituição ao Senador Eduardo Braga (MDB/AM). (Ofício nº 19/2022 GLMDB).
17. Designada como membro titular a Senadora Eliane Nogueira (Ofício nº 8/2022 GLPP).
18. Designada como membro suplente a Senadora Mailza Gomes (Ofício nº 8/2022 GLPP).
19. 12/05/2022: Designados os Deputados Luis Tibé e Sebastião Oliveira, como titular e suplente, respectivamente, conforme Of. nº 9/2022 da Liderança do AVANTE.
20. 12/05/2022: Designado como membro titular o Deputado Waldenor Pereira, conforme Ofício nº S/N da Liderança do PT.
21. 20/05/2022: Designado como membro titular o Deputado Rodrigo Agostinho, conforme Ofício nº 4 da Liderança do PSB.
22. 24/05/2022: Designado como suplente o Deputado Afonso Motta, conforme Ofício S/N da Liderança do PDT.
23. 26/05/2022: Designado, como suplente, o Deputado Júlio Cesar em substituição ao Deputado Charles Fernandes. (Ofício 111/2022 - Liderança PSD)
24. 02/06/2022: Designado o Senador Fábio Garcia como membro suplente. (Ofício nº 28/GLUNIAO/2022)



Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil**Número de membros:** 12 Senadores e 12 Deputados**Senado Federal**

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Câmara dos Deputados

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário: Paula de Araújo Pinto Teixeira**E-mail:** cocm@senado.leg.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (PP-TO)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Pedro Vilela (PSDB-AL)

Instalação: 29/06/2021

| CÂMARA DOS DEPUTADOS | SENADO FEDERAL |
|---|---|
| Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Pedro Vilela (PSDB/AL) | Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Kátia Abreu (PP/TO) |
| Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Deputado Diego Andrade (PSD/MG) | Líder da Maioria VAGO |
| Líder do Bloco Parlamentar Minoria Deputado Alencar Santana (PT/SP) | Líder da Minoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN) |
| Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Claudio Cajado (PP/BA) ^(6,9) | Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB) ⁽¹⁾ |
| Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Orlando Silva (PCdoB/SP) ^(4,8) | Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Jaques Wagner (PT/BA) ⁽⁵⁾ |
| Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE/PE) ^(2,7) | Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES) ⁽³⁾ |

Notas:

- Designada a Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) para a vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Maioria do Senado Federal, em 3.4.2019, conforme Ofício nº 141/2019 da Liderança da Maioria do Senado Federal. ([DCN de 04/04/2019, p. 276](#))
- Deputado Edio Lopes (PP) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 16.4.2019, conforme Ofício nº 6/2019 da CREDN-CD. ([DCN de 18/04/2019, p. 117](#))
- Senador Marcos do Val (Cidadania) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 22.4.2019, conforme Ofício nº 18/2019 da CRE-SF. ([DCN de 25/04/2019, p. 117](#))
- Designado o Deputado Carlos Zarattini (PT) para a vaga destinada à Minoria da Câmara dos Deputados, em 9.5.2019, conforme Ofício nº 20/2019 da Liderança da Minoria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 16/05/2019, p. 8](#))
- Designado o Senador Jaques Wagner (PT) para a vaga destinada à Minoria do Senado Federal, em 11.6.2019, conforme Memorando nº 14/2019 da Liderança da Minoria do Senado Federal. ([DCN de 13/06/2019, p. 234](#))
- Designado o Deputado Cláudio Cajado (PP) para a vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 13.8.2019, conforme Ofício nº 5/2019 da Liderança da Maioria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 15/08/2019, p. 153](#))
- Designado o Deputado Augusto Coutinho (Solidariedade/PE) para a vaga destinada à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 30.4.2021, conforme Ofício nº 22/2021 da CRREDN-CD. ([DCN de 06/05/2021, p. 41](#))
- Designado o Deputado Orlando Silva (PCdoB) para a vaga destinada à Minoria da Câmara dos Deputados, em 9.5.2021, conforme Ofício nº 29/2021 da Liderança da Minoria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 12/08/2021, p. 428](#))
- Designado o Deputado Cláudio Cajado (PP) para a vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 17.8.2021, conforme Ofício nº 11/2021 da Liderança da Maioria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 19/08/2021, p. 9](#))

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocom@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 3 Senadores e 5 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Designação: 05/06/2019

Senado Federal

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|---------------------------------|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP) | |
| Dário Berger - PSB/SC ⁽⁵⁾ | 1. VAGO |
| Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB) | |
| Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁴⁾ | 1. VAGO |
| PDT/CIDADANIA/REDE ⁽¹⁾ (REDE, PDT, CIDADANIA) | |
| Flávio Arns - PODEMOS/PR ⁽⁶⁾ | 1. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA |

Câmara dos Deputados

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|---|
| DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL | |
| Delegado Waldir - UNIÃO/GO ⁽³⁾ | 1. Delegado Marcelo Freitas - UNIÃO/MG ⁽³⁾ |
| Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ ⁽³⁾ | 2. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - PP/RJ ⁽³⁾ |
| AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS | |
| Márcio Marinho - REPUBLICANOS/BA ⁽³⁾ | 1. Damião Feliciano - UNIÃO/PB ⁽³⁾ |
| PT | |
| Reginaldo Lopes - MG ^(3,9,12,13) | 1. Benedita da Silva - RJ ^(3,11,12) |
| PSB ⁽²⁾ | |
| Liziane Bayer - REPUBLICANOS/RS ^(3,8,10) | 1. Pastor Eurico - PL/PE ^(3,7) |

Notas:

*. PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO (para efeito de participação brasileira na AP-CPLP, de acordo com o parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2/2014-CN): Presidente: Senador Davi Alcolumbre (Presidente da Mesa do Congresso Nacional); Vice-Presidente: Deputado Marcos Pereira (Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional).

**. Composição da Câmara dos Deputados informada pelo Ofício nº 405/2019/SGM/P. Observações: 1) Deputada Rosângela Gomes (PRB) indicada para vaga de titular, cedida pelo PP; 2) Deputado Márcio Marinho (PRB) indicado para vaga de titular, cedida pelo PDT.

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (Bloco Senado Independente-SF).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (PSB-CD).
3. Designados, por meio do Ofício nº 405/2019/SGM/P, os seguintes Deputados: 1. Bloco PSL,PP,PR,PSD,MDB,PRB,PSDB,DEM,PTB,PSD,PMN: Titulares: Delegado Waldir (PSL) e Rosângela Gomes (PRB); Suplentes: Delegado Marcelo Freitas (PSL) e Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP); 2. Bloco PDT,SD,PODE,PROS,PCdoB,AVANTE,PV,DC: Titular: Deputado Márcio Marinho (PRB); Suplente: Deputado Damião Feliciano (PDT); 3. PT: Titular: (vago); Suplente: (vago); 4. PSB: Titular: Deputado Rodrigo Coelho (PSB); Suplente: (vago). ([DCN de 06/06/2019, p. 206](#))
4. Designado, como titular, o Senador Izalci Lucas (PSDB), conforme Ofício nº 77/2019, da Liderança do PSDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 204](#))
5. Designado, como titular, o Senador Dário Berger (MDB), conforme Ofício nº 160/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 203](#))
6. Designado, como membro titular, o Senador Flávio Arns (REDE), conforme Memorando nº 91/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 06/06/2019, p. 205](#))
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Pastor Eurico (Patriota), em vaga cedida, em 8.8.2019, conforme Ofício nº 201/2019 da Liderança do PSB ([DCN de 15/08/2019, p. 152](#))
8. Dispensada a participação do Deputado Rodrigo Coelho (PSB), em 23.9.2019 conforme Ofício nº 268/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30.08.19). ([DCN de 26/09/2019, p. 358](#))
9. Designado, como titular, o Deputado Reginaldo Lopes (PT), conforme Ofício nº 84/2020 da Liderança do PT. ([DCN de 19/03/2020, p. 18](#))
10. Designada, como titular, a Deputada Liziane Bayer(PSB), conforme Ofício nº 8/2021 da Liderança do PSB. ([DCN de 19/08/2021, p. 6](#))
11. Designada, como suplente, a Deputada Benedita da Silva (PT), conforme Ofício nº SN/2021 da Liderança do PT. ([DCN de 09/09/2021, p. 6](#))
12. Designada como titular a Deputada Benedita da Silva, em substituição ao Deputado Reginaldo Lopes, que passa à condição de suplente. (Of. SN/2021 da Liderança do PT) ([DCN de 16/09/2021, p. 8](#))
13. Designado, como titular, o Deputado Reginaldo Lopes e, como suplente, a Deputada Benedita da Silva, conforme Ofício S/N-GAB da Liderança do PT na Câmara dos Deputados. ([DCN de 09/12/2021, p. 7](#))

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritchuk

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocom@senado.leg.br



Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

Senado Federal

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Câmara dos Deputados

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocom@senado.leg.br



Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Finalidade: A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul tem por finalidade ser o órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

1º VICE-PRESIDENTE: Marcio Bittar (-)

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE PELO BRASIL NO PARLASUL: Deputado Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP)

Senado Federal

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|---|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP) | |
| Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹⁾ | 1. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁾ |
| Marcio Bittar ⁽¹⁾ | 2. VAGO |
| Humberto Costa - PT/PE ⁽²⁾ | 3. Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽¹³⁾ |
| Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB) | |
| Rodrigo Cunha ⁽³⁾ | 1. Marcos do Val - PODEMOS/ES ⁽³⁹⁾ |
| Soraya Thronicke - UNIÃO/MS ⁽⁴⁾ | 2. Lucas Barreto - PSD/AP ⁽⁴⁶⁾ |
| PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA) | |
| Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ^(5,38) | 1. Weverton - PDT/MA ^(6,38) |
| Fabiano Contarato - PT/ES ^(5,38) | 2. Leila Barros - PDT/DF ⁽¹⁴⁾ |
| PSD | |
| Nelsinho Trad - MS ^(7,27) | 1. Angelo Coronel - BA ^(7,27) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB) | |
| Telmário Mota - PROS/RR ⁽⁸⁾ | 1. Jaques Wagner - PT/BA ⁽⁸⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB) | |
| Marcos Rogério - PL/RO ^(9,42) | 1. Jayme Campos - PL/SC ⁽⁹⁾ |

Câmara dos Deputados

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|--|
| DEM, MDB, PL, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS ⁽¹⁰⁾ | |
| Coronel Armando - PL/SC ^(17,30,34) | 1. Heitor Freire - UNIÃO/CE ^(16,22,24,34) |
| Bibo Nunes - PL/RS ^(16,21,34) | 2. Marcos Pereira - REPUBLICANOS/SP ^(15,43) |



| TITULARES | SUPLENTE |
|---|---|
| Afonso Hamm - PP/RS | 3. Fausto Pinato - PP/SP |
| Átila Lira - PP/PI (25,31) | 4. Ricardo Barros - PP/PR |
| Dr. Jaziel - PL/CE | 5. José Rocha - UNIÃO/BA (11) |
| Edio Lopes - PL/RR (11) | 6. Giovani Cherini - PL/RS |
| Paulo Vicente Caleffi (40) | 7. Cezinha de Madureira - PSD/SP |
| Vermelho - PL/PR | 8. Hugo Leal - PSD/RJ |
| Moses Rodrigues - UNIÃO/CE | 9. Celso Maldaner - MDB/SC |
| Hercílio Coelho Diniz - MDB/MG (41) | 10. Rogério Peninha Mendonça - MDB/SC |
| Celso Russomanno - REPUBLICANOS/SP | 11. Carlos Gomes - REPUBLICANOS/RS |
| Rodrigo de Castro - UNIÃO/MG (44) | 12. Beto Pereira - PSDB/MS |
| Alexandre Leite - UNIÃO/SP | 13. Pedro Lupion - PP/PR |
| Wilson Santiago - REPUBLICANOS/PB (29,33) | 14. Maurício Dziedricki - PODEMOS/RS (35) |
| Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS (19,28,45) | 15. Bruna Furlan - PDT/RJ |
| AVANTE, CIDADANIA, DC, PATRIOTA, PCdoB, PDT, PODEMOS, PROS, PV, SOLIDARIEDADE (10) | |
| Paulo Ramos - PDT/RJ | 1. Afonso Motta - PDT/RS |
| Lucas Vergílio - SOLIDARIEDADE/GO (36) | 2. Aureo Ribeiro - SOLIDARIEDADE/RJ (36) |
| Bacelar - PV/BA | 3. Roberto de Lucena - REPUBLICANOS/SP |
| Perpétua Almeida - PCdoB/AC | 4. Jandira Feghali - PCdoB/RJ |
| Pastor Eurico - PL/PE | 5. Marreca Filho - PATRIOTA/MA |
| PSB, PSOL, PT, REDE (10) | |
| Arlindo Chinaglia - PT/SP | 1. Maria do Rosário - PT/RS |
| Odair Cunha - PT/MG | 2. Paulão - PT/AL |
| Heitor Schuch - PSB/RS (18) | 3. VAGO (18) |
| Fernanda Melchionna - PSOL/RS (32,37) | 4. Glauber Braga - PSOL/RJ |
| Zeca Dirceu - PT/PR | 5. VAGO |
| NOVO (10) | |
| Marcel Van Hattem - RS | 1. Gilson Marques - SC (12,20,26) |
| PTC (10) | |
| Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ | 1. Eros Biondini - PL/MG (23) |

Notas:

*. Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 30 de 2019 (art. 6º da Resolução nº 1 de 2011-CN). Publicação no DOU de 22.5.2019 e no DCN de 23.5.2019.

** A indicação dos Deputados foi encaminhada por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P (DCN de 23.5.2019). Observações: 1) Deputado Eros Biondini (PROS) e Deputada Bruna Furlan (PSDB) são indicados para vagas cedidas pelo PSC; 2) Deputado Zeca Dirceu (PT) é indicado para vaga de titular cedida pelo Partido REDE; 3) Deputada Rosângela Gomes (PRB) é indicada para vaga de titular cedida pelo PTC.

1. Designados, como titulares, os Senadores Marcelo Castro (MDB) e Márcio Bittar (MDB); e, como suplente, o Senador Mecias de Jesus (PRB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 38/2019 da Liderança do MDB. (DCN de 11/04/2019, p. 50; DCN de 23/05/2019, p. 101)

2. Designado, como titular, o Senador Humberto Costa (PT), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 9/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, com anuência da Liderança do PP. (DCN de 11/04/2019, p. 51; DCN de 23/05/2019, p. 102)

3. Designado, como titular, o Senador Rodrigo Cunha (PSDB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 61/2019 da Liderança do PSDB. (DCN de 11/04/2019, p. 52; DCN de 23/05/2019, p. 103)

4. Designada, como titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 15/2019 da Liderança do PSL. (DCN de 11/04/2019, p. 53; DCN de 23/05/2019, p. 104)

5. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB) e Marcos do Val (CIDADANIA), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 56/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. (DCN de 11/04/2019, p. 54; DCN de 23/05/2019, p. 105)

6. Designado, como suplente, o Senador Flávio Arns (REDE), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 71/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. (DCN de 11/04/2019, p. 55; DCN de 23/05/2019, p. 106)

7. Designados, como titular, o Senador Angelo Coronel (PSD); e, como suplente, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 22/2019 da Liderança do PSD. (DCN de 11/04/2019, p. 56; DCN de 23/05/2019, p. 107)

8. Designados, como titular, o Senador Telmário Mota (PROS); e, como suplente, o Senador Jaques Wagner (PT), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 21/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. (DCN de 11/04/2019, p. 57; DCN de 23/05/2019, p. 108)

9. Designados, como titular, o Senador Rodrigo Pacheco (DEM); e, como suplente, o Senador Jayme Campos (DEM), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 24/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda. (DCN de 11/04/2019, p. 58; DCN de 23/05/2019, p. 109)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
http://www.senado.leg.br/ordiacn



10. Indicação dos Deputados encaminhada à Mesa do Congresso Nacional por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P. ([DCN de 23/05/2019, p. 1303](#))
11. Designado, como membro titular, o Deputado Édio Lopes (PR), em substituição ao Deputado José Rocha (PR), que passa à condição de suplente, em 16.5.2019, conforme Ofício nº 179/2019 da Liderança do PR. ([DCN de 23/05/2019, p. 99](#))
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Gilson Marques (NOVO/SC), em 22/05/2019, conforme Ofício nº 70/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 23/05/2019, p. 100](#))
13. Designado, como membro titular, o Senador Luis Carlos Heinze (PP), em 4.6.2019, conforme Ofício nº 50/2019, da Liderança do PP. ([DCN de 06/06/2019, p. 208](#))
14. Designada, como membro suplente, a Senadora Leila Barros (PSB), em 12.6.2019, conforme Memorando nº 96/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. ([DCN de 13/06/2019, p. 238](#))
15. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Freire (PSL), em 13.6.2019, conforme Ofício nº 217/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/08/2021, p. 422](#))
16. Designado, como membro titular, o Deputado Sanderson (PSL), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL), que deixa de compor a Representação. ([DCN de 15/08/2019, p. 155](#))
17. Designado, como membro titular, o Deputado Coronel Armando (PSL), em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 329/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/09/2019, p. 226](#))
18. Designado, como titular, o Deputado Heitor Schuch (PSB/RS), em substituição ao Deputado Átila Lira (PSB/PI), conforme Ofício nº 240/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 26/09/2019, p. 395](#))
19. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC), em substituição ao Deputado Eros Biondini (PROS), em 26.9.2019, conforme Ofício nº 101/2019 da Liderança do PSC. ([DCN de 26/09/2019, p. 394](#))
20. Designado, como membro suplente, o Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em substituição ao Deputado Gilson Marques (NOVO), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 105/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 03/10/2019, p. 232](#))
21. Designado como titular o Deputado Delegado Waldir (PSL/GO), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 376/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 10/10/2019, p. 845](#))
22. Designado como suplente o Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 377/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 10/10/2019, p. 846](#))
23. 10/10/2019: Designado como suplente o Deputado Eros Biondini (PROS/MG), conforme Ato do Presidente da Câmara dos Deputados de 10 de outubro de 2019. ([DCN de 17/10/2019, p. 14](#))
24. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL), em 31.10.2019, conforme Ofício nº 459/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 67](#))
25. Solicitado o desligamento da Deputada Jaqueline Cassol (PP) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 20.11.2019, conforme Ofício nº 394/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PP. ([DCN de 21/11/2019, p. 206](#))
26. Designado, como membro suplente, o deputado Gilson Marques (NOVO), em substituição ao Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em 21.11.2019, conforme Ofício nº 129/2019 da Liderança do Novo. ([DCN de 28/11/2019, p. 353](#))
27. Designado, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em substituição ao Senador Angelo Coronel (PSD), que passa à condição de suplente, em 10.12.2019, conforme Ofício nº 171/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 12/12/2019, p. 563](#))
28. Solicitado o desligamento do Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 18.12.2019, conforme Ofício nº 137/2019 da Liderança do PSC. ([DCN de 19/12/2019, p. 262](#))
29. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim (PTB), em substituição ao Deputado Maurício Dziedricki (PTB), em 10.03.2020, conforme Ofício nº 20/2020 da Liderança do PTB. ([DCN de 12/03/2020, p. 327](#))
30. Designado, como membro titular, o Deputado Heitor Freire (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Armando (PSL), em 12.03.2020, conforme Ofício nº 55/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/03/2020, p. 17](#))
31. Designado, como membro titular, o Deputado Atila Lira (PP), em 03.04.2020, conforme Ofício nº 60/2020 da Liderança do PP. ([DCN de 09/04/2020, p. 229](#))
32. 10/09/2020: Designada a Deputada Sâmia Bomfim como titular, em substituição à Deputada Fernanda Melchionna. ([DSF de 17/09/2020, p. 6](#))
33. 18/03/2021: Designado, como membro titular, o Deputado Wilson Santiago (PTB), em substituição ao Deputado Paes Landim (PTB), em 18.03.2021, conforme Ofício nº 26/2021 da Liderança do PTB. ([DCN de 25/03/2021, p. 6](#))
34. 19/03/2021: Designados, como membros titulares, os Deputados Coronel Armando (PSL) e Bibo Nunes (PSL), em substituição aos Deputados Delegado Waldir (PSL) e Heitor Freire (PSL); e como membro suplente, o Deputado Heitor Freire (PSL) em substituição ao Deputado Carlos Jordy (PSL), em 19.03.2021, conforme Ofício nº 51/2021 da Liderança do PSL. ([DCN de 25/03/2021, p. 8](#))
35. 31/03/2021: Designado, como suplente, o Deputado Maurício Dziedricki (PTB), em substituição ao Deputado Santini (PTB), conforme Ofício nº 32/2021 da Liderança do PTB. ([DCN de 01/04/2021, p. 189](#))
36. 14/04/2021: Designado, como titular, o Deputado Lucas Vergílio (Solidariedade), em substituição ao Deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade), e, como suplente, o Deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade) em substituição ao Deputado Tiago Dimas (Solidariedade), conforme Ofício nº 20/2021 da Liderança do Solidariedade. ([DCN de 15/04/2021, p. 6](#))
37. 14/04/2021: Designada a Deputada Fernanda Melchionna como titular, em substituição à Deputada Sâmia Bomfim. Ofício nº 34/2021 da Liderança do PSOL. ([DCN de 15/04/2021, p. 7](#))
38. 15/04/2021: Designados, como membros titulares, os Senadores Eliziane Gama e Fabiano Contarato, em substituição aos Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Marcos do Val, e, como suplente, o Senador Weverton, em substituição ao Senador Flávio Arns, conforme ofício nº 019/2021/GSEGAMA. ([DCN de 22/04/2021, p. 207](#))
39. 04/05/2021: Designado, como membros suplente, o Senador Marcos do Val, conforme ofício nº 041/2021/GLPODEMOS. ([DCN de 06/05/2021, p. 42](#))
40. 05/05/2021: Designado o Deputado Paulo Vicente Caleffi (PSD-RS), como titular, em substituição ao Deputado Danrlei de Deus Hinterholz (PSD-RS). Ofício nº 54/2021 da Liderança do PSD. ([DCN de 06/05/2021, p. 43](#))
41. 08/07/2021: Designado o Hercílio Coelho Diniz (MDB-MG), como titular, em substituição ao Deputado Vinicius Farah (MDB-RJ). Ofício nº 232/2021 da Liderança do MDB. ([DCN de 15/07/2021, p. 112](#))
42. 20/10/2021: Designado como titular o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco. (Of. 28/2021 da Liderança do DEM) ([DCN de 21/10/2021, p. 28](#))
43. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS/SP), em 18.11.2021, conforme Ofício nº 213/21-LID PSL. ([DCN de 18/11/2021, p. 74](#))
44. 27/01/2022: Designado como titular o Deputado Rodrigo de Castro, em substituição ao Deputado Lucas Redecker. (Of. 1/2022 da Liderança do PSDB-CD).
45. Designado, como membro titular, o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz. (Ofício nº 57/2022 PDD)
46. Designado, como membro suplente, o Senador Lucas Barreto (Of. 21/2022 - Lid. PSDB/SF)



Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefone(s): 3216-6871
E-mail: cpcms.decom@camara.leg.br



Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Destinada a apresentar projetos de lei visando à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, bem como à modernização e ao fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

Senado Federal

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Câmara dos Deputados

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Notas:

*. A composição da Comissão designada em 7/3/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum



Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

(criada pelo Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal
e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2019)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as questões afetas aos movimentos migratórios nas fronteiras do Brasil e aos direitos dos refugiados.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Bruna Furlan (-)

RELATOR: Deputado Túlio Gadêlha (REDE-PE)

Designação: 27/11/2019

Instalação: 14/09/2021

Senado Federal

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP) | |
| VAGO ^(17,18) | 1. Jarbas Vasconcelos - MDB/PE ⁽¹⁷⁾ |
| Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁷⁾ | 2. Jader Barbalho - MDB/PA ⁽¹⁷⁾ |
| VAGO ^(2,24,28) | 3. VAGO |
| PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA) | |
| VAGO ⁽³⁾ | 1. VAGO |
| Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽³⁾ | 2. VAGO |
| Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB) | |
| Mara Gabrilli - PSDB/SP ⁽⁴⁾ | 1. Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁴⁾ |
| VAGO ^(5,21) | 2. VAGO |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB) | |
| Paulo Paim - PT/RS ⁽¹³⁾ | 1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹³⁾ |
| Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹³⁾ | 2. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹³⁾ |
| PSD | |
| Nelsinho Trad - MS ⁽⁶⁾ | 1. Lucas Barreto - AP ^(6,20,23) |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB) | |
| Chico Rodrigues - UNIÃO/RR ⁽²⁵⁾ | 1. VAGO |
| PODEMOS | |
| Flávio Arns - PR ⁽²⁶⁾ | 1. VAGO |

Câmara dos Deputados

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|--|
| MDB, PP, PTB | |
| VAGO | 1. VAGO |
| Baleia Rossi - MDB/SP ⁽⁷⁾ | 2. Gutemberg Reis - MDB/RJ ⁽¹⁶⁾ |
| PT | |
| Carlos Zarattini - SP ⁽⁸⁾ | 1. Maria do Rosário - RS ⁽⁸⁾ |
| PSL | |
| Luiz Philippe de Orleans e Bragança - PL/SP ⁽¹⁹⁾ | 1. VAGO |
| PSD | |
| Stefano Aguiar - MG ⁽⁹⁾ | 1. Rrenato Queiroz - RR ⁽²⁹⁾ |
| PL | |
| VAGO ^(10,27) | 1. VAGO |
| PSB | |
| VAGO | 1. VAGO |
| REPUBLICANOS | |
| Jhonatan de Jesus - RR ⁽²²⁾ | 1. VAGO |
| PSDB | |
| Bruna Furlan ⁽¹¹⁾ | 1. Eduardo Barbosa - MG ⁽¹¹⁾ |
| DEM | |
| Luis Miranda - REPUBLICANOS/DF ⁽¹⁴⁾ | 1. VAGO |
| PDT | |
| Túlio Gadêlha - REDE/PE ⁽¹²⁾ | 1. Silvia Cristina - PL/RO ⁽¹²⁾ |
| PODEMOS ⁽¹⁾ | |
| Orlando Silva - PCdoB/SP ⁽¹⁵⁾ | 1. VAGO |

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PODEMOS-CD).
2. Designada, como membro titular, a Senadora Daniella Ribeiro (PP), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 75/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 28/11/2019, p. 151](#))
3. Designados, como membros titulares, o Senador Flávio Arns (Rede) e a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 134/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar do Bloco Senado Independente. ([DCN de 28/11/2019, p. 152](#))
4. Designada, como membro titular, a Senadora Mara Gabrilli (PSDB); e, como suplente, o Senador Izalci Lucas (PSDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 115/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 28/11/2019, p. 153](#))
5. Designado, como membro titular, o Senador Antonio Anastasia (PSDB), em vaga cedida pelo PSL ao PSDB, em 27.11.2019, conforme Ofício nº 116/2019 da Liderança do PSDB (com anuência do PSL). ([DCN de 28/11/2019, p. 154](#))
6. Designados, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD); e, como suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 156/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 28/11/2019, p. 156](#))
7. Designado, como membro titular, o Deputado Baleia Rossi (MDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 356/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PTB. ([DCN de 28/11/2019, p. 157](#))
8. Designados, como membro titular, o Deputado Carlos Zarattini (PT); e, como suplente, a Deputada Maria do Rosário (PT), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 596/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 28/11/2019, p. 158](#))
9. Designado, como membro titular, o Deputado Stefano Aguiar (PSD), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 473/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 28/11/2019, p. 159](#))
10. Designado, como membro titular, o Deputado Marcio Alvino (PL), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 367/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 28/11/2019, p. 160](#))
11. Designada, como membro titular, a Deputada Bruna Furlan (PSDB); e, como suplente, é designado o Deputado Eduardo Barbosa (PSDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 582/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 28/11/2019, p. 161](#))



12. Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadelha (PDT); e, como suplente, é designada a Deputada Sílvia Cristina (PDT), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 346/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 28/11/2019, p. 163](#))
13. Designados, como membros titulares, os Senadores Paulo Paim (PT) e Telmário Mota (PROS); e, como suplentes, os Senadores Paulo Rocha (PT) e Zenaide Maia (PROS), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 111/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 28/11/2019, p. 155](#))
14. Designado, como membro titular, o Deputado Luís Miranda (DEM), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 822/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 28/11/2019, p. 162](#))
15. Designado, como membro titular, o Deputado Orlando Silva (PCdoB), em vaga cedida ao PCdoB, em 28.11.2019, conforme Ofício nº 279/2019 da Liderança do Podemos ([DCN de 05/12/2019, p. 155](#))
16. Designado como suplente o Deputado Gutemberg Reis, em 28.11.2019, conforme Ofício nº 226/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 05/12/2019, p. 153](#))
17. Designados, como membros titulares, os Senadores Luiz Pastore (MDB) e Mecias de Jesus (Republicanos); e, como suplente, os Senadores Jarbas Vasconcelos (MDB) e Jader Barbalho (MDB), em 3.12.2019, conforme Ofício nº 246/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 05/12/2019, p. 154](#))
18. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
19. Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL), em 11.12.2019, conforme Ofício nº 499/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/12/2019, p. 562](#))
20. Designado, como membro suplente, o Senador Paulo Albuquerque (PSD), em substituição ao Senador Lucas Barreto (PSD), em 05.02.2020, conforme Ofício nº 15/2020 da Liderança do PSD. ([DCN de 06/02/2020, p. 38](#))
21. 03/03/2020: Desligado da titularidade o Senador Antonio Anastasia. (Of. 24/2020 da Liderança do PSDB) ([DCN de 05/03/2020, p. 444](#))
22. Designado, como membro titular, o Deputado Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS), em 11.03.2020, conforme Ofício nº 33/2020 da Liderança do REPUBLICANOS. ([DCN de 12/03/2020, p. 323](#))
23. Designado, como membro suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD), em substituição ao Senador Paulo Albuquerque (PSD), em 20.04.2019, conforme Ofício nº 45/2020 da Liderança do PSD. ([DCN de 23/04/2020, p. 6](#))
24. 28/09/2020: Designado como titular o Senador Diego Tavares, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. (Of. 42/2020 da Liderança do PP) ([DCN de 01/10/2020, p. 13](#))
25. 31/08/2021: Designado como titular o Senador Chico Rodrigues. (Of. 21/2021 da Liderança do DEM) ([DCN de 02/09/2021, p. 6](#))
26. 31/08/2021: Designado como titular o Senador Flávio Arns, se retirando da vaga do Bloco PDT/CIDADANIA/REDE. (Of. 52/2021 da Liderança do PODEMOS) ([DCN de 02/09/2021, p. 7](#))
27. 14/09/2021: Desligado como titular o Deputado Marcio Alvino. (Of. 116/2021 da Liderança do PL) ([DCN de 16/09/2021, p. 7](#))
28. Vago em virtude do retorno do titular.
29. 25-04-2022: Designado o Deputado Rrenato Queiroz (PSD RR), como suplente, conforme Ofício 46 de 2022.

Secretário: Ricardo Moreira Maia

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocom@senado.leg.br



COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

Finalidade: Investigar, no prazo de 180 dias, os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

Número de membros: 16 Senadores e 16 Deputados

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

RELATOR: Deputada Lídice da Mata (PSB-BA)

Designação: 21/08/2019

Início da suspensão de prazo: 20/03/2020

Instalação: 04/09/2019

Senado Federal

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP) | |
| Eduardo Braga - MDB/AM (2,20,78) | 1. VAGO (2,20) |
| Eduardo Gomes - PL/TO (2) | 2. Luiz Carlos do Carmo - PSC/GO (2) |
| VAGO (2,78) | 3. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (2) |
| Esperidião Amin - PP/SC (35,75) | 4. Eliane Nogueira - PP/PI (36,75,77) |
| PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA) | |
| Alessandro Vieira - PSDB/SE (3,76) | 1. Fabiano Contarato - PT/ES (4) |
| VAGO (3,19) | 2. VAGO (4) |
| Eliziane Gama - CIDADANIA/MA (3,28,47,76) | 3. VAGO (4,28,38) |
| Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB) | |
| Roberto Rocha - PTB/MA (25) | 1. Flávio Bolsonaro - PL/RJ (37) |
| Soraya Thronicke - UNIÃO/MS (30,48) | 2. VAGO (30) |
| PSD | |
| Angelo Coronel - BA (5) | 1. Otto Alencar - BA (5) |
| Nelsinho Trad - MS (5) | 2. Irajá - TO (5) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB) | |
| VAGO (6,22) | 1. VAGO (6,22,72) |
| Jean Paul Prates - PT/RN (6,72) | 2. Telmário Mota - PROS/RR (6,31) |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB) | |



| TITULARES | SUPLENTE |
|---|--|
| Chico Rodrigues - UNIÃO/RR ⁽⁷⁾ | 1. Jorginho Mello - PL/SC ^(8,39,52) |
| Wellington Fagundes - PL/MT ⁽⁵²⁾ | 2. Zequinha Marinho - PL/PA ⁽⁵²⁾ |
| PODEMOS | |
| VAGO ⁽²¹⁾ | 1. Styvenson Valentim - RN |

Câmara dos Deputados

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|--|
| PSL, PP, PSD, MDB, PR, PRB, DEM, PSDB, PTB, PSC, PMN | |
| Hiran Gonçalves - PP/RR ⁽⁹⁾ | 1. Márcio Jerry - PCdoB/MA ^(49,63) |
| Ricardo Barros - PP/PR ⁽⁹⁾ | 2. David Miranda - PDT/RJ ⁽⁵⁴⁾ |
| Walter Alves - MDB/RN ⁽⁴¹⁾ | 3. Juarez Costa - MDB/MT ⁽⁴¹⁾ |
| PT | |
| Luizianne Lins - CE ^(10,29) | 1. Natália Bonavides - RN ⁽¹⁰⁾ |
| Rui Falcão - SP ⁽¹⁰⁾ | 2. Carlos Zarattini - SP ^(10,29) |
| PSL | |
| Caroline de Toni - PL/SC ^(11,50,56,66,67,69,70,71,73,74) | 1. Carlos Jordy - PL/RJ ^(11,40,64,66,67,71,73,74) |
| Filipe Barros - PL/PR ^(11,53,56,66,67,71,74) | 2. VAGO ^(11,55,56,62,66,67,71,74) |
| PSD | |
| Delegado Éder Mauro - PL/PA ⁽¹²⁾ | 1. Márcio Labre - PL/RJ ^(42,60) |
| PL | |
| Marcelo Ramos - PSD/AM ⁽⁴⁵⁾ | 1. Wellington Roberto - PB ^(13,45) |
| PSB | |
| Lídice da Mata - BA ^(14,32) | 1. Alessandro Molon - RJ ^(14,27,32) |
| REPUBLICANOS | |
| Celso Russomanno - SP ⁽¹⁵⁾ | 1. Silvio Costa Filho - PE ⁽³⁴⁾ |
| PSDB | |
| Alexandre Frota - SP ^(16,46,61) | 1. Shéridan - RR ^(58,61) |
| DEM | |
| Arthur Oliveira Maia - UNIÃO/BA ^(17,33) | 1. Elmar Nascimento - UNIÃO/BA ^(17,57,65) |
| PDT | |
| Túlio Gadêlha - REDE/PE ⁽²³⁾ | 1. Paulo Ramos - RJ ^(26,59) |
| PODEMOS | |
| José Nelto - PP/GO ^(24,51,68) | 1. José Medeiros - PL/MT ^(43,51) |
| SOLIDARIEDADE ⁽¹⁾ | |
| Dr. Leonardo - MT ⁽¹⁸⁾ | 1. Aureo Ribeiro - RJ ^(18,44) |

Notas:

1. Rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (Solidariedade-CD).

2. Designados, como titulares, os Senadores Eduardo Braga (MDB), Eduardo Gomes (MDB) e Márcio Bitar (MDB); e, como suplentes, os Senadores Renan Calheiros (MDB), Luiz do Carmo (MDB) e Mecias de Jesus (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 195/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 22/08/2019, p. 91](#))



3. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB), Randolfe Rodrigues (Rede) e Marcos do Val (Podemos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 102/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. Obs.: No período de indicações das lideranças, o Senador Marcos do Val estava filiado ao Cidadania. ([DCN de 22/08/2019, p. 92](#))
4. Designados, como suplentes, os Senadores Fabiano Contarato (Rede), Alessandro Vieira (Cidadania) e Weverton (PDT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 103/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 22/08/2019, p. 93](#))
5. Designados, como titulares, os Senadores Angelo Coronel (PSD) e Nelsinho Trad (PSD); e, como suplentes, Otto Alencar (PSD) e Irajá (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 119/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 22/08/2019, p. 94](#))
6. Designados, como titulares, os Senadores Humberto Costa (PT) e Rogério Carvalho (PT); e, como suplentes, os Senadores Jean Paul Prates (PT) e Zenaide Maia (PROS), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 22/08/2019, p. 95](#))
7. Designado, como membro titular, o Senador Chico Rodrigues (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 51/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda. ([DCN de 22/08/2019, p. 96](#))
8. Designado, como membro suplente, o Senador Zequinha Marinho (PSC), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 50/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda. ([DCN de 22/08/2019, p. 97](#))
9. Designados, como membros titulares, os Deputados Hiran Gonçalves (PP) e Ricardo Barros (PP), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 142/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PTB.
10. Designados, como membros titulares, os Deputados Carlos Zarattini (PT) e Rui Falcão (PT); e, como suplentes, os Deputados Nathália Bonavides (PT) e Luizianne Lins (PT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 421/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 22/08/2019, p. 100](#))
11. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, os Deputados Coronel Tadeu (PSL) e Carla Zambelli (PSL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 22/08/2019, p. 101](#))
12. Designado, como membro titular, o Deputado Delegado Eder Mauro (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício 318/2019 da Liderança do PSD. ([DSF de 22/08/2019, p. 102](#))
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Capitão Augusto (PL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 22/08/2019, p. 103](#))
14. Designados, como membro titular, o Deputado Alessandro Molon (PSB); e, como suplente, a Deputada Rosana Valle (PSB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 194/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 22/08/2019, p. 104](#))
15. Designado, como membro titular, o Deputado Celso Russomanno (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 157/2019 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 22/08/2019, p. 105](#))
16. Designada, como membro titular, a Deputada Bruna Furlan (PSDB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 363/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 22/08/2019, p. 106](#))
17. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Leite (DEM); e, como suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 601/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 22/08/2019, p. 107](#))
18. Designado, como membro titular, o Deputado Dr. Leonardo (Solidariedade); e, como suplente, o Deputado Zé Silva (Solidariedade), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 165/2019 da Liderança do Solidariedade. ([DCN de 22/08/2019, p. 108](#))
19. Desligado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues(REDE), em virtude de renúncia, conforme Ofício nº 191/2021 do Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues(GSRROD). ([DCN de 22/04/2021, p. 209](#))
20. Desligados os Senadores Eduardo Braga (MDB/AM) e Renan Calheiros (MDB/AL), conforme Ofício nº 56/2021 da Liderança do MDB. ([DCN de 29/04/2021, p. 8](#))
21. Desligado, como membro titular, o Senador Eduardo Girão(PODEMOS), conforme Ofício nº 38/2021 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 29/04/2021, p. 7](#))
22. Desligados os Senadores Humberto Costa (PT/PE) e Rogério Carvalho (PT/SE), conforme Ofício nº 22/2021 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 29/04/2021, p. 6](#))
23. Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadelha (PDT), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 29/08/2019, p. 323](#))
24. Designado, como membro titular, o Deputado Bacelar (PODE), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 196/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 05/09/2019, p. 106](#))
25. Designado, como membro titular, o Senador Roberto Rocha (PSDB), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 100/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 05/09/2019, p. 104](#))
26. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta (PDT), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 311/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 05/09/2019, p. 108](#))
27. Designada, como membro suplente, a Deputada Lídice da Mata(PSB/BA), em substituição à Deputada Rosana Valle (PSB/SP), em 29/08/2019, conforme Ofício nº 230/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 107](#))
28. Designado, como membro titular, o Senador Weverton (PDT), em substituição ao Senador Marcos do Val (PODE), em 3.9.2019, conforme Memorando nº 119/2019 do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 05/09/2019, p. 105](#))
29. Designada, como membro titular, a Deputada Luizianne Lins (PT), em substituição ao Deputado Carlos Zarattini (PT), que passa à condição de suplente, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 503/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 05/09/2019, p. 109](#))
30. Designada, como membro titular, a Senadora Juíza Selma (PSL); e, como suplente, é designado o Senador Major Olímpio(PSL), em vagas existentes, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 78/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/09/2019, p. 100](#))
31. Designado, como membro suplente, o Senador Telmário Mota (PROS), em substituição à Senadora Zenaide Maia (PROS), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 86/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 05/09/2019, p. 101](#))
32. Designada, como membro titular, a Deputada Lídice da Mata (PSB), em substituição ao Deputado Alessandro Molon (PSB), que passa à condição de suplente, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 235/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 102](#))
33. Designado, como membro titular, o Deputado Arthur Oliveira Maia (DEM), em substituição ao Deputado Alexandre Leite (DEM), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 765 da Liderança do DEM. ([DCN de 05/09/2019, p. 130](#))
34. Designado, como membro suplente, o Deputado Silvio Costa Filho (Republicanos), em vaga existente, em 5.9.2019, conforme Ofício nº 172/2019 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 12/09/2019, p. 223](#))
35. Designado, como membro titular, o Senador Ciro Nogueira (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 221](#))
36. Designado, como membro suplente, o Senador Esperidião Amin (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 220](#))
37. Designado, como membro suplente, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL), em vaga cedida pelo PSDB, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 104/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 12/09/2019, p. 222](#))



38. Designada, como membro suplente, a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Memorando nº 123/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 12/09/2019, p. 219](#))
39. Senador Zequinha Marinho (PSC) deixa de compor a Comissão, em 11.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda. ([DCN de 12/08/2021, p. 425](#))
40. Designado, como membro suplente, o Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/09/2019, p. 26](#))
41. Designado, como membro titular, o Deputado Walter Alves (MDB); e, como suplente, o Deputado Juarez Costa (MDB), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 317/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 19/09/2019, p. 27](#))
42. Designado, como membro suplente, o Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida pelo PSD, em 12.9.2019, conforme Ofício nº 406/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 19/09/2019, p. 29](#))
43. Designado, como membro suplente, o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODE), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 207/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 19/09/2019, p. 25](#))
44. Designado, como membro suplente, o Deputado Aureo Ribeiro (SD), em substituição ao Deputado Zé Silva (SD), em 16.9.2019, conforme Ofício nº 193/2019 do Solidariedade. ([DCN de 19/09/2019, p. 24](#))
45. Designado, como membro titular, o Deputado Marcelo Ramos (PL/AM); e, como suplente, o Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em substituição ao Deputado Capitão Augusto (PL/SP), em 18.9.2019, conforme Ofício nº 336/2019 da Liderança do Partido Liberal. ([DCN de 19/09/2019, p. 28](#))
46. 19/09/2019: Designada como titular a Deputada Shéridan (PSDB/RR), em substituição à Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP). (Of. 513/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 393](#))
47. Designada, como membro titular, a Senadora Kátia Abreu (PDT), em substituição ao Senador Weverton (PDT), em 25.9.2019, conforme Memorando nº 126/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 26/09/2019, p. 391](#))
48. Designada, como membro titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em substituição à Senadora Juíza Selma (PODE), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 92/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 03/10/2019, p. 231](#))
49. Designada, como membro suplente, a Deputada Jandira Feghali (PCdoB), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB (PP), em 02.10.2019, conforme Ofício nº 180/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 03/10/2019, p. 230](#))
50. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Julian Lemos (PSL/PB), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL/PR). (Of. 395/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 17/10/2019, p. 12](#))
51. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP), em substituição ao Deputado Bacelar (PODEMOS/BA); designado como suplente o Deputado José Medeiros (PODEMOS/MT), em substituição ao Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP). (Of. 244/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 17/11/2019, p. 11](#))
52. 15/10/2019: Designados os Senadores Wellington Fagundes, Jorginho Mello e Zequinha Marinho como titular, 1º suplente e 2º suplente respectivamente. (Of. 071/2019, Liderança Bloco Vanguarda. ([DCN de 17/10/2019, p. 10](#))
53. Designado, como membro titular, o Deputado Nereu Crispim (PSL), em substituição à Deputada Caroline de Toni (PSL), em 16.10.2019, conforme Ofício nº 417/2019 da Liderança do PSL.
54. Designado, como membro suplente, o Deputado David Miranda (PSOL), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB, em 17.10.2019, conforme Ofício nº 181/2019 da Liderança do Bloco. ([DCN de 24/10/2019, p. 194](#))
55. Solicitado o desligamento da Deputada Carla Zambelli (PSL), em 18.10.2019, conforme Ofício nº 426/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 24/10/2019, p. 192](#))
56. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Julian Lemos (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em vaga existente, em 22.10.2019, conforme Ofício nº 429/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 24/10/2019, p. 193](#))
57. Designado, como membro suplente, o Deputado Pedro Lupion (DEM), em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 24.10.2019, conforme Ofício nº 810/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 24/10/2019, p. 191](#))
58. Designado, como membro suplente, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição ao Deputado Luiz Carlos (PSDB), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 591/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 31/10/2019, p. 215](#))
59. Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Ramos (PDT), em substituição ao Deputado Afonso Motta (PDT), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 358/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 31/10/2019, p. 214](#))
60. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Labre (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida, em 06.11.2019, conforme Ofício nº 483/2019 da Liderança do PSD (com anuência da Liderança do PSL). ([DCN de 07/11/2019, p. 69](#))
61. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição à Deputada Sheridan (PSDB), que passa à condição de suplente, em 06.11.2019, conforme Ofícios nºs 593 e 594/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 07/11/2019, p. 71](#); [DCN de 07/11/2019, p. 70](#))
62. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL), em 06.11.2019, conforme Ofício nº 468/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 68](#))
63. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Jerry (PCdoB), em 28.11.2019, conforme Ofício nº 225/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB. ([DCN de 05/12/2019, p. 157](#))
64. Designada, como membro suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em substituição ao Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em 4.12.2019, conforme Ofício nº 497/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/12/2019, p. 156](#))
65. Designado, como membro suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em substituição ao Deputado Pedro Lupion (DEM), em 10.12.2019, conforme Ofício nº 866/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 12/12/2019, p. 565](#))
66. Designados, como membros titulares, os Deputados Delegado Waldir (PSL) e Nereu Crispim (PSL), em substituição aos Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, são designados a Deputada Professora Dayane Pimentel (PSL) e o Deputado Julian Lemos (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL) e ao Deputado Carlos Jordy (PSL), em 11.12.2019, conforme Ofício nº 510/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/12/2019, p. 564](#))
67. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Delegado Waldir (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, são designados a Deputada Carla Zambelli (PSL) e o Deputado Carlos Jordy (PSL), em 17.12.2019, conforme Ofício nº 528/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/12/2019, p. 261](#))
68. Designado, como membro titular, o Deputado José Nelto (Podemos), em substituição ao Deputado Pr Marco Feliciano (Podemos), em 5.2.2020, conforme Ofício nº 15/2020 da Liderança do Podemos. ([DCN de 06/02/2020, p. 37](#))
69. 19/02/2020: Designado como titular o Deputado Otoni de Paula, em substituição ao Deputado Filipe Barros. (Of. 31/2020 da Liderança do PSL). ([DCN de 20/02/2020, p. 30](#))
70. 03/03/2020: Designado como titular o Deputado Filipe Barros, em substituição ao Deputado Otoni de Paula. (Of. 39/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 05/03/2020, p. 443](#))



71. 10/03/2020: Designados como titulares os Deputados Júnior Bozzella e Nereu Crispim, em substituição aos Deputados Filipe Barros e Caroline de Toni. Designados como suplentes os Deputados Delegado Waldir e Heitor Freire, em substituição aos Deputados Carla Zambelli e Carlos Jordy. (Of. 47/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/03/2020, p. 326](#))

72. Designado, como membro titular, o Senador Jean Paul Prates (PT), em substituição ao Senador Rogério Carvalho (PT), que passa a compor a Comissão como suplente, em 22.4.2020, conforme Ofício nº 16/2020 da Liderança do Bloco da Resistência Democrática. ([DCN de 23/04/2020, p. 7](#))

73. Designada, como membro titular, a Deputada Joice Hasselmann (PSL), em substituição ao Deputado Júnior Bozzella (PSL), que passa à condição de suplente, em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 04.06.2020, conforme Ofício nº 68/2020 da Liderança do PSL. ([DCN de 11/06/2020, p. 83](#))

74. Designados, como membros titulares, os Deputados Caroline de Toni e Filipe Barros, em substituição aos Deputados Joice Hasselmann e Nereu Crispim; designado, como suplente, os Deputados Carlos Jordy, em substituição aos Deputados Bozzella; e o Deputado Heitor Freire deixa de compor a comissão como suplente, em 25.03.2021, conforme Ofício nº 63/2021 da Liderança do PSL. ([DCN de 01/04/2021, p. 187](#))

75. Designado, como membro titular, o Senador Esperidião Amin (Progressistas), em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Progressistas), que passa à condição de suplente, em 29.4.2021, conforme Ofício nº 21/2021 da Liderança do Progressistas. ([DCN de 06/05/2021, p. 40](#))

76. Designados, como membros titulares, os Senadores Alessandro Vieira e Eliziane Gama, em substituição aos Senadores Katia Abreu e Veneziano Vital do Rêgo, em 23.6.2021, conforme Memorando nº 30/2021 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 24/06/2021, p. 7](#))

77. Designada, como membro suplente, a Senadora Eliane Nogueira (PP), em substituição ao Senador Ciro Nogueira (PP), em 09.08.2021, conforme Ofício nº 36/2021 da Liderança do PP. ([DCN de 12/08/2021, p. 8](#))

78. Designado, como titular, o Senador Eduardo Braga, em cargo vago, e desligado, o Senador do Luiz do Carmo, conforme Ofício nº 11/2022, da Liderança do MDB.

Secretário: Marcelo Assaife \ Lenita Cunha

Telefone(s): 3303-3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

PRESIDENTE

Deputado Lincoln Portela (PL-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Romário (PL-RJ)

2º VICE-PRESIDENTE

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)

1º SECRETÁRIO

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º SECRETÁRIO

Deputada Geovania de Sá (PSDB-SC)

3ª SECRETÁRIA

Senador Weverton (PDT-MA)

4º SECRETÁRIO

| COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL | COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS |
|---|--|
| <p style="text-align: center;">Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Romário (PL-RJ) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Irajá (PSD-TO) 1º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Elmano Férrer (PP-PI) 2º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Rogério Carvalho (PT-SE) 3º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Weverton (PDT-MA) 4º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">SUPLENTE DE SECRETÁRIO</p> <p>1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)</p> <p>2º - Senador Luiz Carlos do Carmo (PSC-GO)</p> <p>3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)</p> <p>4º - Senador Zequinha Marinho (PL-PA)</p> | <p style="text-align: center;">Deputado(a) Arthur Lira (PP -AL) PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Lincoln Portela (PL -MG) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) André de Paula (PSD -PE) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Luciano Bivar (UNIÃO -PE) 1º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Odair Cunha (PT -MG) 2º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Geovania de Sá (PSDB -SC) 3º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Rosângela Gomes (REPUBLIC -RJ) 4º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">SUPLENTE DE SECRETÁRIO</p> <p>1º - Deputado(a) Eduardo Bismarck (PDT -CE)</p> <p>2º - Deputado(a) Gilberto Nascimento (PSC -SP)</p> <p>3º - Deputado(a) Alexandre Leite (UNIÃO -SP)</p> <p>4º - Deputado(a) Cássio Andrade (PSB -PA)</p> |



CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Resolução do Senado Federal nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: titulares

| CÂMARA DOS DEPUTADOS |
|-----------------------------|
| MDB VAGO |
| PSDB VAGO |
| PT VAGO |

| SENADO FEDERAL |
|---|
| MDB VAGO |
| PDT VAGO |
| PTB VAGO |
| Presidente do Congresso Nacional VAGO |

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Vago (Art. 3º da Res. 02/1999-CN).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

scop@senado.leg.br



Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

| MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS | MESA DO SENADO FEDERAL |
|---|--|
| - Deputado Arthur Lira (PP/AL) | - Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG) |
| 1º Vice-Presidente Deputado Marcelo Ramos (PSD/AM) | 1º Vice-Presidente Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB) |
| 2º Vice-Presidente Deputado André de Paula (PSD/PE) | 2º Vice-Presidente Senador Romário (PL/RJ) |
| 1ª Secretária Deputado Luciano Bivar (UNIÃO/PE) | 1º Secretário Senador Irajá (PSD/TO) |
| 2º Secretário Deputada Marília Arraes (SOLIDARIEDADE/PE) | 2º Secretário Senador Elmano Férrer (PP/PI) |
| 3º Secretário Deputada Rose Modesto (UNIÃO/MS) | 3º Secretário Senador Rogério Carvalho (PT/SE) |
| 4º Secretário Deputada Rosângela Gomes (REPUBLICANOS/RJ) | 4º Secretário Senador Weverton (PDT/MA) |
| Líder da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB) | Líder da Maioria Senador Renan Calheiros |
| Líder da Minoria Deputado José Guimarães (PT/CE) | Líder da Minoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN) |
| Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputada Bia Kicis (PL/DF) | Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP) |
| Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Aécio Neves (PSDB/MG) | Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Kátia Abreu (PP/TO) |

Atualização: 19/02/2019

Notas:

*. A composição da Conselho com Eleição Geral em 7/2/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

Eleição Geral: 03/03/2020

| LEI Nº 8.389/91, ART. 4º | TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------|------------------|
| Representante das empresas de rádio (inciso I) | VAGO | VAGO |
| Representante das empresas de televisão (inciso II) | VAGO | VAGO |
| Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III) | VAGO | VAGO |
| Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV) | VAGO | VAGO |
| Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V) | VAGO | VAGO |
| Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI) | VAGO | VAGO |
| Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII) | VAGO | VAGO |
| Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII) | VAGO | VAGO |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | VAGO | VAGO |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | VAGO | VAGO |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | VAGO | VAGO |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | VAGO | VAGO |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | VAGO | VAGO |

Atualização: 09/03/2020



SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5258
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br



LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

| | | |
|---|--|--|
| Líder do Governo Senador Eduardo Gomes - PL / TO Vice-Líderes Senador Flávio Bolsonaro - PL / RJ Senador Sérgio Petecão - PSD / AC Deputado Celso Russomanno - REPUBLICANOS / SP Deputado Claudio Cajado - PP / BA Deputado Pedro Lupion - PP / PR Deputado Pr. Marco Feliciano - REPUBLICANOS / SP Deputado Eros Biondini - PL / MG Deputada Aline Sleutjes - PROS / PR Deputado Rogério Peninha Mendonça - MDB / SC Deputado Cezinha de Madureira - PSD / SP Deputado Hiran Gonçalves - PP / RR Senadora Soraya Thronicke - UNIÃO / MS Deputado Aluisio Mendes - PSC / MA Deputado João Carlos Bacelar - PL / BA Senador Jorginho Mello - PL / SC | Líder da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro - PP / PB Vice-Líderes Deputado Carlos Henrique Gaguim - REPUBLICANOS / TO Senadora Daniella Ribeiro - PSD / PB Deputado Delegado Pablo - UNIÃO / AM | Líder da Minoria Deputado Afonso Florence - PT / BA Vice-Líderes Senador Jean Paul Prates - PT / RN Deputada Professora Rosa Neide - PT / MT Deputado Odair Cunha - PT / MG |
|---|--|--|



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

